

Denise Teresinha da Silva
Pablo Nabarrete Bastos
Rozinaldo Antonio Miani
Suelen de Aguiar Silva
ORGANIZADORES

COMUNICAÇÃO PARA A CIDADANIA

30 ANOS EM LUTA E
CONSTRUÇÃO COLETIVA

As lutas cívicas que se entrelaçam aos processos de comunicação de segmentos subalternizados do povo pela conquista e exercício de direitos de cidadania não têm data precisa de início, mas enquanto espaço acadêmico-científico, no âmbito da associação científica denominada Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares na Comunicação (Intercom), estes têm mais de 30 anos. Surgem num contexto de grande efervescência social na sociedade brasileira por mudanças estruturais e demandas por democracia. O livro “Comunicação para a Cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva” dá seguimento ao protagonismo de um grupo de pesquisa envolvido na investigação científica e nas práticas sociais da comunicação popular, comunitária e alternativa e de formas correlatas de expressão comunicacionais e culturais

implicadas em processos interseccionados às lutas humanistas por direitos e deveres de cidadania. Os direitos são humanos e cívico-constitucionais, mas sua efetivação depende do protagonismo social pois vivemos numa sociedade de classes antagônicas e num mundo marcado por contradições onde o espírito comunitarista e os interesses por uma sociedade justa e livre não são compartilhados por todo/a/es. A comunicação é essencial no processo de humanização, mas não qualquer comunicação e sim uma contra-comunicação em relação à supremacia da grande mídia corporativa. Este livro reúne textos de diferentes autores, cujas singularidades, em última instância, se encontram para explicar os vários matizes em que essa comunicação emancipadora se concretiza, entre realidade e utopias.

Cicilia M. Krohling Peruzzo

Denise Teresinha da Silva
Pablo Nabarrete Bastos
Rozinaldo Antonio Miani
Suelen de Aguiar Silva
ORGANIZADORES

COMUNICAÇÃO PARA A CIDADANIA

30 ANOS EM LUTA E
CONSTRUÇÃO COLETIVA

Denise Teresinha da Silva
Pablo Nabarrete Bastos
Rozinaldo Antonio Miani
Suelen de Aguiar Silva
ORGANIZADORES

COMUNICAÇÃO PARA A CIDADANIA

30 ANOS EM LUTA E
CONSTRUÇÃO COLETIVA



1ª Edição
São Paulo
2021

Comunicação para a cidadania
30 anos em luta e construção coletiva

Copyright © 2021 dos autores dos textos, cedidos para esta edição à Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – Intercom
Coedição: Gênio Editorial

edição, projeto editorial e capa
Gênio Editorial

revisão
Manoel João de Sousa Almeida

Comunicação para a Cidadania: 30 anos em luta e construção coletiva.
Denise Teresinha da Silva, Pablo Nabarrete Bastos, Rozinaldo Antonio
Miani e Suelen de Aguiar Silva (orgs).
São Paulo: Intercom e Gênio Editorial, 1ªed., 2021
584 páginas
ISBN: 978-65-990485-9-3

1. Comunicação. 2. Cidadania. 3. Ciências da Comunicação. I. Silva,
Denise Teresinha da. II. Bastos, Pablo Nabarrete. III. Miani, Rozinaldo
Antonio. IV. Silva, Suelen de Aguiar. V. Título.
CDD 300

CONSELHO EDITORIAL DA INTERCOM

Presidente do Conselho: Giovandro Marcus Ferreira (UFBA)

Allysson Viana Martins (Unir)

Ana Cláudia Gruszynski (UFRGS)

Ana Regina Barros Rego Leal (UFPI)

Ana Sílvia Lopes D. Médola (Unesp)

Antonio Carlos Hohlfeldt (PUCRS)

Bruno Guimarães Martins (UFMG)

Cicilia Maria Krohling Peruzzo (Uerj)

Dario Brito Rocha Júnior (Unicap)

Eduardo Barreto Vianna Meditsch (UFSC)

Erick Felinto de Oliveira (Uerj)

Eula Dantas Taveira Cabral (FCRB)

Fernando Oliveira Paulino (UnB)

Francisco Machado Filho (Unesp)

Iluska Maria da Silva Coutinho (UFJF)

Izani Pibernat Mustafá (UFMA)

Joaquim Paulo Serra (UBI, Portugal)

Luiz Claudio Martino (UnB)

Margarida Maria Krohling Kunsch (USP)

Margarita Ledo Andi3n (USC, Gal3cia)

Maria Ata3de Malcher (UFPA)

Maria Cristina Gobbi (Unesp)

Maria 3rica de Oliveira Lima (UFC)

Maria Immacolata Vassalo de Lopes (USP)

Marialva Carlos Barbosa (UFRJ)

Nair Prata Moreira Martins (Ufop)

N3lia Rodrigues Del Bianco (UnB)

Patr3cia Gonçalves Saldanha (UFF)

Pedro Gilberto Gomes (Unisin3s)

Raquel Paiva de Araujo Soares (UFRJ)

Ra3l Fuentes Navarro (Iteso, M3xico)

Roseli F3garo Paulino (USP)

Sandra L3cia Amaral de Assis Reimao (USP)

S3rgio Augusto Soares Mattos (UFRB)

Simone Antoniaci Tuzzo (UFG)

S3nia Caldas Pessoa (UFMG)

Vanessa Cardozo Brand3o (UFMG)



Sumário

Sumário

Prefácio - *Cláudia Santiago* | 17

Apresentação - *Denise Teresinha da Silva, Pablo Nabarrete Bastos, Rozinaldo Antonio Miani e Suelen de Aguiar Silva* | 17

Cidadanear: uma gramática revolucionária - *Luiz Roberto Alves* | 43

A comunicação comunitária e a utopia freireana - *Raquel Paiva* | 77

Comunicação popular e comunitária em movimentos sociais rurais: para além do “difusionismo”, a participação emancipadora - *Cicilia M. Krohling Peruzzo* | 101

Cidadania comunicativa: a participação social no direito à comunicação - *Ismar Capistrano Costa Filho* | 133

Refletindo sobre (in)visibilidade social sob o viés da cidadania ativa e criativa - *Denise Teresinha da Silva* | 159

A comunicação popular e comunitária e as lutas por cidadania como expressão contra-hegemônica - *Rozinaldo Antonio Miani* | 199

Comunicação para a cidadania e hegemonia popular: aproximações, conflitos e entrelaçamentos teóricos e políticos - *Pablo Nabarrete Bastos* | 221

Comunicação e internet no contexto dos movimentos sociais - *Suelen de Aguiar Silva* | 251

Dialética do terceiro setor: comunicação, trabalho e as contradições da questão social mediadas pela racionalidade neoliberal - *Camila Acosta Camargo* | 289

Imprensa e cidadania negra no Brasil - *Valmir Teixeira de Araújo* | 315

Os assassinatos de George Floyd e João Ferreira reposicionaram o tema racial na mídia hegemônica? Uma pergunta que não quer calar - *Céres Santos e Márcia Guena* | 339

Feminismos e lesbianidades na comunicação para a cidadania - *Cláudia Lahni* | 383

Movimento indígena brasileiro e redes comunicacionais: história, resistência e mobilização - *Lucas Milhomens* | 401

O Poço não está só passando pela vida: resistência e lugares de fala na comunidade “Poço da Draga” - *Bruna Luyza Forte Lima Oliveira e Alexandre Barbalho* | 429

Cores e valores: estética do “feio” como forma comunicacional radical na cultura popular - *Marcello M. Gabbay* | 455

Comunicação para a Cidadania: 30 anos de luta e construção coletiva

Cidadania comunicativa e saúde coletiva: os usos de mídias e ambiente digital como estratégia de educação permanente em saúde na região metropolitana de Natal (RN) - *Juciano de Sousa Lacerda, Thays Helena Silva Teixeira e Lilian Carla Muneiro* | 475

As vertentes emergentes da comunicação publicitária que disputam o cotidiano e impactam na vida prática cidadã - *Patrícia Gonçalves Saldanha* | 501

Entrevista com ex-coordenador/as do GP Comunicação para a Cidadania: Bruno Fuser, Cicilia M. Krohling Peruzzo e Denise Cogo - *Denise Teresinha da Silva* | 535

Sobre as autoras e os autores | 557

Índice remissivo | 571



Prefácio

Prefácio

Claudia Santiago

As formas como as pessoas se comunicam se transformaram ao longo da história, nós sabemos disso. E este livro trata do tema com a maestria dos que se dedicam ao aprendizado e ao ensino da comunicação. E não de uma comunicação qualquer. Mas, à comunicação com ênfase na cidadania, na educação popular de Paulo Freire, na transformação de realidade cruéis como a nossa. Neste mesmo mês de julho de 2021, dezenas de famílias de Cuiabá formaram fila na frente de um açougue para pegar ossos doados pelo estabelecimento. Não bastassem a busca pelos ossos, ficamos sabendo em seguida que no Brasil está se tornando comum comer fragmentos de arroz: mais baratos e menos nutritivos.

Comunicação para a cidadania é a comunicação para que todos e todas tenham mais direitos do que apenas sobreviver. Direito à saúde, à educação, à moradia digna. Direito à terra, à ancestralidade, à liberdade religiosa. Direito de ter orgulho de ser preta. Direito de amar livre dos tacões a nós impostos pelos opressores com objetivos sempre mesquinhos, como o de garantir a herança, por exemplo.

Ela pode ser chamada de comunicação popular, comunitária, alternativa, como alertam as autoras e autores, mas tem uma coisa em comum: é a comunicação dos de baixo.

E quem são os de baixo? Os que não têm os direitos citados anteriormente. A maioria, direitos de classe social. Direitos sonogados aos que vivem de salário e aos que não têm salário nenhum. São aqueles que não têm nada a perder, a não ser as correntes das bicicletas com que fazem entregas àqueles que não os tratam como cidadãos e cidadãos.

Em se tratando de comunicação, as autoras e autores sabem muito bem que as correntes não são apenas físicas. São elos mentais criados por instituições e pela mídia — embora, mediadas pelas experiências concretas e representações de cada um — que permitem com que as pessoas aceitem que o reino da justiça e da felicidade não seja aqui e agora, mas em outra dimensão, após a morte. Ou até que repitam *slogans* criados pelo mundo da produção material, das finanças e repetidos pela mídia, como, por exemplo, “pobres sempre vão existir”. No documentário “O mundo global visto do lado de cá”¹, do cineasta Sílvio Tandler, o intelectual e geógrafo baiano Milton Santos (1926-2001) diz que isso fica claro “quando se pega os jornais e se vê a repetição quase que servil das mesmas fotos, manchetes, ideias e debates, o que nos indica que alguma coisa está por trás de tudo isso”.

E o que está por trás de tudo isso? A manutenção da ordem capitalista, que agora conta mais um grande aliado: a Internet e as grandes corporações digitais (*Google, Facebook* etc.).

As gerações que escrevem este livro, testemunharam, desde o início, as mudanças introduzidas pela rede mundial de computadores, a Internet, e pelas quais ainda estamos passando. E sobre o que muito se fala e muito ainda há de se falar.

1. Disponível em: youtu.be/ifZ7PNTazgY;

Em entrevista a Borja Hermoso para o jornal El País², em 1o de julho de 2021, o escritor, professor e filósofo francês de origem tunisiana Pierre Lévy afirmou: “sabe, os pesquisadores estão sempre se gabando de terem antecipado coisas, e eu previ muitas, mas esta não: o papel que as grandes companhias tecnológicas acabariam desempenhando... *Apple, Google, Microsoft, Amazon, Facebook* etc.; como viraram novas formas de Estado. Eu chamo isso de Estado-plataforma. Provavelmente acabarão desenvolvendo suas próprias moedas; já contam com métodos de reconhecimento de identidades mais precisos que os dos próprios governos; já regulam a opinião pública, porque são elas que dominam as redes sociais onde as pessoas se expressam, então se decidem censurar algo censuram e ponto, e se decidem valorizar algo acima do resto, também. Têm um poder ilimitado.”

Mas, as mudanças nos últimos 50 anos não foram apenas na forma como as pessoas se comunicam. Elas se deram, também, na forma como as pessoas trabalham.

Na década de 1990, período da explosão da Internet, debatíamos freneticamente Toyotismo, automação, e, principalmente, o neoliberalismo, que vinha varrendo os direitos conquistados pela classe trabalhadora nos séculos XIX e XX, e apagando os resquícios do Estado de bem-estar social que havia prevalecido em boa parte do mundo no pós-guerra.

Assim, na Inglaterra, no Chile, na França, na Alemanha, os sindicatos enfrentam ataques ferozes. O caso dos mineiros na Inglaterra causou espécie no mundo do trabalho. A cantilena era a mesma de hoje: fim de qualquer regulamentação no mundo do trabalho, fim da carteira de trabalho. Desregulamentação. Cada um por si na selva capitalista.

2. Disponível em: brasil.elpais.com/eps/2021-07-01/pierre-levy-muitos-nao-creditam-mas-ja-eramos-muito-maus-antes-da-internet.html;

Ora, se houve mudanças nesses dois campos centrais da vida, a comunicação e o trabalho, como não imaginar que não mudariam também os outros campos da vida dos indivíduos?

No Brasil, o neoliberalismo encontrou um sindicalismo forte e bem articulado em todo o país. De 1978 a 1990, o Brasil foi o campeão de greves no mundo. Nele, predominavam grupos da esquerda comunista, militantes ainda oriundos das comunidades eclesiais de base, velhos e novos sindicalistas.

Houve luta contra o desmonte do Estado e contra a desmoralização dos servidores públicos. Houve luta contra as privatizações. Houve luta contra a reforma da Previdência e a retirada de direitos dos acordos coletivos. Lutas dos trabalhadores da saúde, da educação, dos servidores públicos, bancários, petroleiros.

Quem mais denunciou o projeto neoliberal de FHC, Malan e Cia foi a comunicação sindical com seus milhões de jornais regulares (diários, bissetimanais, semanais, quinzenais ou mensais). No entanto, as lutas travadas foram corporativas, tão corporativas que muitas vezes não incluíam sequer os terceirizados da categoria. Na década de 1990, nos sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), havia seis jornais sindicais diários com uma tiragem semanal de 600 mil. Isto representava um poder de fogo tremendo dos que ousaram, com essa comunicação, disputar hegemonia na sociedade. E que hegemonia se queria? A hegemonia das melhores ideias que a humanidade produziu: direitos iguais para todas e todos, justiça social.

A comunicação, todavia, sozinha não podia tanto. Era preciso mais. Muito mais. Democratizar os meios de comunicação, criar meios de comunicação nacionais e fortalecer a comunicação comunitária, popular, alternativa tão bem explicada neste livro.

E assim, a ideologia dominante mantém sua hegemonia que lhe permite vencer um plebiscito sobre o desarmamento, como é possível também se eventualmente houver um sobre a pena de morte. A visão hegemônica continua associando pobre a bandido e assim se justifica qualquer chacina contra os moradores das periferias. Aceita-se, embora a esquerda diga o contrário, que o agro é pop, o agro é tec, o agro é tudo. E que o empreendedorismo é a saída.

E o que aconteceu com a comunicação fervilhante das favelas e periferias na década de 1970 mesmo durante a ditadura, tão influenciados pela Teologia da Libertação que teve como um de seus marcos iniciais, no ano de 1971, o lançamento do livro “A Teologia da Libertação”, do teólogo peruano Gustavo Gutierrez?

O relatório Rockefeller, de 1969, já constatava que o setor da Igreja Católica ligado à Teologia da Libertação desestabilizava a força dos EUA na região. Anos depois, em 7 de novembro de 1984, Leonardo Boff foi julgado pelo então cardeal Joseph Ratzinger. Estava acompanhado por Dom Paulo Evaristo Arns, na época arcebispo de São Paulo, e o então arcebispo de Aparecida, Dom Aloísio Lorscheider. Alguns anos depois Boff foi punido pelo Vaticano. Sua punição foi uma forte condenação à Teologia da Libertação³.

Mas, se pareço pessimista, e admito que o sou, não sou cética quanto ao futuro da Internet. Ela abre uma gama de possibilidades para setores que antes não tinham sua própria comunicação por falta de recursos financeiros. Jovens de periferia ligados a partidos ou não, mas cientes de sua posição de classe, raça e gênero na sociedade inundam as redes com

3. Disponível em: scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S012-64451989000400002

sementes que podem dar frutos. Os movimentos sindical e social fazem o mesmo. Obviamente, o outro lado tem muito mais poder e dinheiro para manipular as redes. Sem nenhuma explicação, minha conta no *Instagram* foi excluída há quinze dias. Não, não violei nenhuma regra. Sou muito comedida nas redes. Mas, mesmo assim ela se foi, como pode estar indo a sua agora enquanto você me lê.

Por isso, assim termino: a comunicação popular, comunitária, alternativa ou a comunicação para a cidadania que acredita e aposta na transformação desta sociedade construída sobre o suor e sangue de muitos para o desfrute de alguns, por uma outra na qual mulheres e homens tenham condições materiais de ser felizes, não existe sozinha. Ela pressupõe organização social, militância política, autonomia e participação, muita participação da comunidade em que está inserida. Ela é dialógica. Ela tem mão dupla. Ela existe porque existem pessoas conscientes que a realizam. Feita ela alimenta a luta. A luta a mantém, transforma e atualiza e, novamente, ela volta e fortalece os vietcongues, os revoltosos de São Domingos, os palmarinos e as Marielles que renascem todos os dias.



Apresentação

Apresentação

Denise Teresinha da Silva
Pablo Nabarrete Bastos
Rozinaldo Antonio Miani
Suelen Aguiar

No ano de 2020, o Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania completou 30 anos de existência, sendo um dos mais longevos da Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. A efeméride é motivo de celebração, afinal não é pouca coisa um Grupo de Pesquisa permanecer ativo durante tanto tempo, sobretudo um Grupo que pensa, pratica e se engaja na Comunicação para a Cidadania.

Não obstante, é principalmente motivo de permanecer em luta e construção coletiva. A perspectiva de uma comunicação, cuja finalidade é a cidadania, expressa pela junção da preposição “para” e o artigo “a” entre as duas palavras, implica lutas e tensionamentos na sociedade e no Estado, o que amalgama pesquisadores com seus objetos de estudo que trazem de alguma maneira o objetivo político da transformação social. Assumir essa posição teleológica não significa exatamente compreender a comunicação de forma meramente instrumental. Contudo, em uma sociedade caracterizada, fundamentalmente, pela luta

de classes, por exploração e opressão de diversas ordens, como gênero, raça e etnia, pensar a comunicação como um meio de transformação é um ato científico e político relevante. O que não impede que façamos reflexões epistemologicamente mais elaboradas sobre os sentidos da comunicação e seus aportes teóricos e metodológicos que vão além da perspectiva instrumental.

Sob a terminologia guarda-chuva Comunicação para a Cidadania agrupam-se pesquisas que se debruçam sobre diferentes iniciativas da comunicação comunitária, popular e alternativa. Dessa maneira, convencionamos haver na relação entre os dois conceitos o cerne teórico-metodológico que sintetiza e equaliza os esforços de comunicação de minorias, coletivos, movimentos sociais e grupos populares que buscam projetar politicamente as suas vozes, o direito humano à comunicação, a participação cidadã, a equidade social, de raça e gênero notadamente. Este livro busca refletir a heterogeneidade temática de nossa ementa, das autoras e autores que fazem parte da história do GP Comunicação para a Cidadania, alguns desde o seu início até participantes mais recentes que contribuem com a renovação, reconfiguração e atualização deste coletivo unido pelo diapasão de que outro mundo é possível e que a disputa da/na comunicação é parte fundamental dessa mudança.

O Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania teve como base o Grupo de Trabalho (GT) de Comunicação e Cultura Popular, que, a partir de reativagem realizada pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, tornou-se o Núcleo de Pesquisa (NP) Comunicação para a Cidadania, em 2001, permanecendo com essa característica até a nova reativagem, realizada de 2008 para 2009. Nesse período, quando foi criada a Divisão Temática (DT) Comunicação,

Espaço e Cidadania, os sócios da Intercom nucleados nessa perspectiva de trabalho seguiram as determinações da entidade e transformaram o perfil de Núcleo de Pesquisa (NP) para Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania.

Na XIII edição do Congresso Nacional da Intercom, em 1990, quando nasceram os primeiros Grupos de Trabalho, o ainda GT Comunicação e Cultura Popular era coordenado por Cicilia Krohling Peruzzo, que permaneceu na coordenação até 1994. Peruzzo foi sucedida por Christa Berger, que coordenou o GT de 1995 a 1998. Na sequência, assumiu Dennis de Oliveira, que ficou até 1999, sendo o último coordenador no período do GT Comunicação e Cultura Popular.

Em 2001, com a reestruturação e criação dos Núcleos de Pesquisa (NPs), a primeira coordenadora, que ficou até 2006, foi Denise Cogo. O último coordenador do período do NP Comunicação para a Cidadania foi Bruno Fuser, que permaneceu por dois anos. O primeiro coordenador do período da nova configuração e nomenclatura, Grupo de Pesquisa (GP) Comunicação para a Cidadania foi Alexandre Barbalho (2009-2010). Na plenária de 2010, foi decidido que, sempre que possível e, assim, fosse desejado pela pessoa, o vice assumiria a coordenação pelo próximo mandato durante dois anos. No período de 2011-2012, Cláudia Lahni foi a coordenadora com a vice-coordenação de Juciano de Sousa Lacerda.

Na plenária de 2012, quando Juciano de Sousa Lacerda é indicado para ser o coordenador do período seguinte, é definido que a coordenação do GP Comunicação para a Cidadania passaria a ser composta por uma mulher e um homem. Essa decisão histórica marca firme posicionamento do GP Comunicação para a Cidadania em defesa da equidade de classe, raça e gênero na academia e na sociedade. Naquele momento,

Catarina de Oliveira é indicada e aprovada em plenária para ser a vice-coordenadora. A dupla do período de 2013-2014 teve Juciano de Sousa Lacerda coordenador e Catarina de Oliveira como vice-coordenadora. Na plenária de 2014, Catarina de Oliveira declina de assumir a coordenação, e assume Rozinaldo Miani juntamente com Denise Teresinha da Silva, que atuam no período de 2015-2016, respectivamente, como coordenador e vice-coordenadora. Na plenária de 2016, Denise Teresinha da Silva é indicada e aprovada para ser a coordenadora, com Pablo Nabarrete Bastos na vice-coordenação, que assumem em 2017 e permanecem até 2018. Na plenária de 2018, Pablo Nabarrete Bastos é indicado e aprovado para ser o coordenador, com Suelen Aguiar na vice-coordenação, em mandato que permanece. Na plenária de 2020, devido à reestruturação prevista para acontecer em 2021, os participantes decidem pela manutenção da dupla até a reestruturação do GP Comunicação para a Cidadania.

Este livro marca também a profícua tradição de produção científica deste GP, que resultou em publicações diversas, como dossiês e coletâneas. Ainda em 1995 foi publicado o livro **Comunicação e Culturas Populares**, que reuniu os principais trabalhos apresentados no GT Comunicação e Cultura Popular de 1991 a 1993. A coletânea foi organizada por Círcia Krohling Peruzzo, vice-presidente da entidade no período, com prefácio de Adolpho Queiroz, então presidente da Intercom. Em 2006, o livro **Comunicação para a Cidadania**, organizado por Denise Cogo e João Maia, reuniu trabalhos publicados no NP Comunicação para a Cidadania nos cinco anos anteriores. Em 2008, com a coordenação de Bruno Fuser, publicamos a coletânea **Comunicação para a cidadania: caminhos e impasses**. Tivemos ainda **Comunicação para a cidadania:**

temas e aportes teórico-metodológicos, organizado por Alexandre Barbalho, Bruno Fuser e Denise Cogo, publicado em 2010, o primeiro como GP Comunicação para a Cidadania; em 2011, foi publicado **Comunicação e cidadania: questões contemporâneas**, organizado por Alexandre Barbalho, Bruno Fuser e Denise Cogo; e a coletânea **Comunicação para a cidadania: objetos, conceitos e perspectivas** foi publicada em 2013, com a organização de Cláudia Lahni e Juciano Lacerda.

Vale registrar ainda outras iniciativas de publicações coletivas do GP como o dossiê *Comunicación y Ciudadanía* organizado por Juciano de Souza Lacerda e publicado pela revista *Razón y Palabra* no ano de 2014, o dossiê *Comunicação para a Cidadania*, organizado por Rozinaldo Antonio Miani e Denise Teresinha da Silva, publicado em 2015 na revista *Passagens*, e o dossiê *Comunicação popular, comunitária e cidadã: luta e resistência no atual cenário político neoliberal e conservador*, organizado por Denise Teresinha da Silva e Pablo Nabarrete Bastos em 2018, publicado na revista *Mídia e Cotidiano*.

Apresentaremos, agora, cada um dos capítulos que compõem este livro e que representam a história, o presente e as principais dimensões epistemológicas, teóricas e metodológicas que compõem o nosso campo de estudos.

Em “*Cidadanear: uma gramática revolucionária*”, Luiz Roberto Alves nos brinda com sua verve poética e a instigante proposição do verbo “cidadanear”. A intransitividade de “cidadanear” traduz a atitude de se tornar cidadã e cidadão aliada a um campo semântico e político inclusivo que, freireanamente, contesta a captura da cidadania pelo neoliberalismo e exerce a comunicação cidadã e humana, que se movimenta e se sedimenta na cultura do bem-comum, no “cidadanear com luta”, conforme o autor. A humanização como ato revolucionário é a porta de

entrada para o exercício da cidadania e superação da armação econômico-social global. A cidadania pensada e comunicada por Luiz Roberto Alves, a partir da fundamentação em Paulo Freire e em teorias da educação, da antropologia, da sociologia e das linguagens, é possibilidade concreta e dialética da história. O autor nos mostra que o verbo cidadanear constrói a possibilidade dos substantivos cidadão, cidadã e cidadania.

Neste ano em que Paulo Freire completaria 100 anos, nosso patrono da educação e referência fundamental para o campo de estudos da comunicação comunitária, popular e alternativa, o texto de Raquel Paiva, “A comunicação comunitária e a utopia freireana”, traz articulação fundamental entre os conceitos e metodologia propostos por Freire e a perspectiva de “comunidade de afetos” desenvolvida pela autora. Os silenciamentos e os ataques a Freire se relacionam diretamente com a forma como seu pensamento incide sobre as desigualdades e a estrutura social, econômica e política de países como o Brasil. Para a autora, a contemporaneidade de Freire é a sua teoria e prática preocupadas com a sensorialidade, com a comunicabilidade, e as propostas do educador brasileiro se caracterizam por tocar o sujeito ou grupo no seu cotidiano comunitário.

Cicilia M. Krohling Peruzzo em “Comunicação Popular e Comunitária em Movimentos Sociais Rurais: para além do difusionismo, a participação emancipadora” discute o tema da comunicação popular e comunitária a partir de duas experiências de desenvolvimento rural comunitário no semiárido do nordeste brasileiro, onde atua o Polo de Borborema no estado da Paraíba e a comunidade de assentados Copavi, no Paraná. O estudo tem como base a pesquisa bibliográfica e documental, observação direta assistemática e entrevistas em profundidade junto a líderes

comunitários. A autora questiona sobre como ocorre o processo de renovação do saber popular e dos padrões tradicionais de uso de uma “comunicação para o desenvolvimento” na perspectiva de outra comunicação – orgânica – pensada de acordo com os interesses e as necessidades dos próprios movimentos sociais. Nesse sentido, Peruzzo identificou práticas comunicativas no bojo dos processos de geração de conhecimento coletivo e também nos sistemas de cooperação no interior dos dois movimentos sociais rurais estudados.

No artigo “Cidadania comunicativa: a participação social no direito à comunicação”, Ismar Capistrano Filho defende a premissa de que a participação social é uma condição fundamental para a conquista da cidadania comunicativa. Em seu percurso argumentativo, o autor apresenta as contribuições das abordagens política, sociológica, psicológica, ética e econômica da participação, analisando-a a partir de três dimensões dialeticamente articuladas: inclusão social, interação e partilha de poder. Ao final de suas reflexões, Ismar Capistrano Filho conclui que a participação se realiza e existe em uma condição relativa à conquista cidadã na medida em que a participação não deve se resumir a ritos, mas deve ser entendida como um processo da ampliação de direitos e da democratização das sociedades.

Denise Teresinha da Silva no artigo “Refletindo sobre (in)visibilidade social sob o viés da cidadania ativa e criativa” aborda a correlação entre comunicação e cidadania ao suscitar questões relativas à importância da imagem na sociedade atual - visibilidade, principalmente com a possibilidade do sujeito ser produtor e receptor concomitantemente, em aparente contradição com as questões da invisibilidade social, que promovem o apagamento tanto de indivíduos como de grupos

sociais ao tornar irrelevantes suas necessidades e agendas. A autora apresenta algumas dessas questões debatidas no Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania que dizem respeito a projetos de ensino, pesquisa e extensão que foram desenvolvidos visando promover a cidadania ativa e criativa.

O capítulo de Rozinaldo Miani, “A Comunicação Popular e Comunitária e as lutas por cidadania como expressão contra-hegemônica”, traz reflexão fundamental sobre as potencialidades e limites das lutas por cidadania no contexto desigual e reacionário da sociedade brasileira, problematizando a força contra-hegemônica dessas lutas com relação à Comunicação Popular e Comunitária. Para o autor, ainda que o conceito de cidadania não apresente necessariamente perspectiva classista, as lutas por cidadania cumprem papel tático nos processos de disputa de hegemônias, impulsionadas por pressupostos político-ideológicos, por práticas e processos comunicativos da Comunicação Popular e Comunitária. Dessa maneira, a partir de propósitos contra-hegemônicos, a cidadania pode contribuir para processos de contestação ou até de ruptura da ordem capitalista.

“Comunicação para a cidadania e hegemonia popular: aproximações, conflitos e entrelaçamentos teóricos e políticos”, escrito por Pablo Nabarrete Bastos, objetiva desenvolver os conceitos de cidadania e hegemonia, suas aproximações, distanciamentos e possíveis imbricações e articulações no âmbito da comunicação comunitária, popular e alternativa por meio de pesquisa teórica dialeticamente fundamentada. Pablo apresenta sua participação no GP, as armadilhas por trás do conceito de cidadania e a articulação entre comunicação para a cidadania e comunicação contra-hegemônica, problematizando o uso do conceito em nosso

campo de estudos. Por fim, propõe a comunicação cidadã como método de engajamento com o comum articulado a um projeto de construção da hegemonia popular.

O capítulo “Comunicação e internet no contexto dos movimentos sociais” de Suelen de Aguiar Silva apresenta uma abordagem crítica ao refletir sobre os processos comunicacionais dos movimentos sociais brasileiros, bem como a apropriação e uso das tecnologias de informação e comunicação. Ao refletir sobre os processos comunicacionais, a autora toma como base teórica a noção de rizoma discutida por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Nesse sentido, busca compreender o *entre*, ou seja, o rizoma, de tais processos que não se encerraram em sua tecnicidade. Por fim, a autora destaca a internet como espaço híbrido de interlocução dos movimentos sociais ao discutir as possibilidades da luta democrática em torno das formas tecnológicas de cidadania.

Com o objetivo de trazer para o campo da Comunicação o debate sobre a construção crítica do fenômeno intitulado “ideologia do terceiro setor”, Camila Acosta Camargo nos oferece o capítulo “Dialética do terceiro setor: comunicação, trabalho e as contradições da questão social mediadas pela racionalidade neoliberal”. A autora parte do pressuposto de que o nascimento e a perpetuação das organizações sem fins lucrativos ou filantrópicas resultam de um processo de privatização da questão social, excluindo seu caráter de classe e estimulando a busca por soluções individuais. Para desenvolver sua análise, Camila Camargo apresenta uma trajetória histórica da relação entre capital e terceiro setor, bem como problematiza a questão social inserida na racionalidade neoliberal. Dentre suas conclusões, a autora aponta e critica a “mistificação da filantropia”, considerando tratar-se de um dispositivo que afere

legitimidade ao modo de produção capitalista e que viabiliza maior alcance da iniciativa privada na interferência em políticas de Estado e no controle social.

“Imprensa e cidadania negra na internet”, título curto, objetivo, mas carregado de significado e potência. Valmir Teixeira de Araújo apresenta um breve e coerente percurso sobre a concepção de cidadania partindo das teorizações de Marshall sobre a evolução dos direitos de cidadania. Após o debate crítico em torno do conceito histórico de cidadania, o autor discute a negritude, contando com a posição crítica e reivindicatória da práxis da cidadania negra. Além disso, Araújo destaca a importância da internet para o fortalecimento da imprensa negra no Brasil, também enfatiza como a produção dos conteúdos alinhados com as pautas da negritude acabam por contribuir com o debate da cidadania dos povos negros.

Céres Santos e Márcia Guena, no capítulo “Os assassinatos de George Floyd e João Ferreira reposicionaram o tema racial na mídia hegemônica? Uma pergunta que não quer calar”, discutem os impactos na mídia brasileira dos brutais assassinatos de George Floyd, 46 anos, ocorrido em 25 de maio de 2020, na cidade de Mineápolis (Minesota-EUA), e de João Alberto Silveira Freitas, 40 anos, em 19 de novembro de 2020, em Porto Alegre (RS/BA). As autoras analisam a cobertura dos assassinatos dos dois homens negros, nos telejornais nacionais noturnos das redes de televisão Globo, Record, Band e Cultura, a partir de referenciais teóricos e debates sobre as relações entre raça, racismo, antirracismo, comunicação, mídia e o uso de fontes por meio da Análise Crítica do Discurso.

Em “Feminismos e Lesbianidades na Comunicação para a Cidadania”, Cláudia Lahni busca refletir sobre a presença e também a ausência de lésbicas na Comunicação, apresentando

conceitos de comunicação para a cidadania, relações de gênero, feminismos e lesbianidades. Além da utilização de bibliografias consolidadas na área, traz contribuições e lacunas de artigos apresentados neste GP nos últimos 20 anos. Apresenta análises de publicações sobre o tema, principalmente mídias alternativas que procuram dar visibilidade às mulheres lésbicas, uma vez que a comunicação é um direito de todas as pessoas.

Os povos originários e tradicionais também têm lugar especial nos debates da Comunicação para a Cidadania. No capítulo “Movimento indígena brasileiro e redes comunicacionais: história, resistência e mobilização”, Lucas Milhomens, por meio de uma reflexão teórico-empírica, aponta e analisa a relação entre as organizações dos movimentos indígenas e as redes comunicacionais contemporâneas. Destacando e enaltecendo a luta dos povos indígenas no Brasil como a materialização da resistência contra seu próprio extermínio, o autor apresenta como se estabelecem suas redes de mobilização e de colaboradores e como se manifestam suas relações com a mídia, principalmente, a mídia alternativa. Inserido em um movimento de luta anticolonial, Lucas Milhomens constata que a produção comunicacional dos povos indígenas tem se mostrado um exemplo de resistência, de luta e originalidade.

“O poço não está só passando pela vida: resistência e lugares de fala na comunidade ‘Poço da Draga’” é o título do capítulo de autoria de Alexandre Barbalho e Bruna Luyza Forte Lima Oliveira. No texto, a dupla autoria propõe oferecer um lugar de escuta das falas produzidas pelas protagonistas das lutas em defesa do Poço da Draga - situado à beira-mar entre o centro de Fortaleza e o bairro da Praia de Iracema -, especialmente, em relação à defesa da permanência da comunidade em seu território. Por meio de “pesquisa centrada

em sujeitos” e de “entrevistas narrativas biográficas”, Alexandre Barbalho e Bruna Oliveira abrem espaço para a voz de um protagonismo comunitário, que conta e reconta as vivências e os saberes construídos na luta cotidiana em defesa de uma comunidade.

Marcelo M. Gabbay, no capítulo Cores e valores: estética do “feito” e da “sujeira” como forma comunicacional radical na cultura popular parte da tradição teórica da Comunicação Comunitária, principalmente ao revisitar a experiência comunitária propondo uma reorientação no sentido que atribuímos a conceitos emblemáticos como “feiura” e “sujeira”. O autor parte da premissa de que tais conceitos dialogam com os aspectos orgânicos do cotidiano comunicacional, em que coexistem erros e acertos, conflitos, estéticas da rua, do ensaio, da artesanidade e da comunicação radical, atribuindo à comunicação comunitária um aspecto limítrofe e transfigurativo. Gabbay apresenta uma importante contribuição ao reunir no texto aspectos teóricos e experienciais sobre a forma como as culturas populares expressam sua posição no contexto da vida sociocultural, política e econômica.

Juciano de Sousa Lacerda, Thays Helena Silva Teixeira e Lilian Carla Muneiro sob a perspectiva da cidadania comunicativa, apresentam o texto “Cidadania Comunicativa e saúde coletiva: os usos de mídias e ambiente digital como estratégia de educação permanente em saúde na região metropolitana de Natal (RN)”, o qual versa sobre as estratégias comunicativas para uma educação permanente em saúde a partir do cuidado com as DST, HIV/Aids e hepatites virais nas redes de atenção na região metropolitana do SUS/RN. Para isso, analisam as ações midiáticas desenvolvidas na proposta de trabalho, principalmente para avaliar os dispositivos e

ferramentas utilizados, bem como as redes colaborativas envolvidas nesse processo.

Ao escrever o capítulo “Sociedade Civil midiaticizada, um terreno onde as vertentes emergentes da comunicação publicitária disputam o cotidiano e impactam na vida prática cidadã”, Patrícia Gonçalves Saldanha reflete sobre a publicidade sensorial e a publicidade social, que retomam os sentidos iniciais da comunicação, de tornar comum, dentro dos desafios tecnopolíticos da midiaticização que se manifestam e se naturalizam na vida ordinária, objetivando resistir às investidas capitalistas, objetivando o fortalecimento da epistemologia comunicacional na perspectiva comunitária, popular e cidadã. Para isso, ela apresenta as publicações sobre publicidade de resistência nos anais do GP de cidadania e as articula às vivências simultâneas.

Por fim, para contar a história do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania, Denise Teresinha da Silva realizou entrevistas com pessoas que coordenaram o GP e vivenciaram o início do grupo e as configurações e reconfigurações ao qual ele passou até a estrutura atual. Assim, Bruno Fuser, Cicilia Peruzzo e Denise Cogo contam suas memórias sobre questões importantes dessa construção, como o início dos trabalhos, principais linhas de pesquisa, referências bibliográficas que foram produzidas e ainda nos fornecem pistas sobre temas que precisam ser mais aprofundados nas investigações dessa área.



Artigos

Cidadanear: uma gramática revolucionária

Luiz Roberto Alves

Resumo

Entre os modos de exercício da comunicação social, aquele que a vincula à cidadania é o único a conduzir os signos que o significam e o movem à condição de cultura do bem-comum na sociedade plural e internacionalizada; no entanto, é também o modo que se pretende impossibilitar por obra da sociedade, seja local, seja global, produtora de mais pobreza, insustentabilidade e incerteza política, fenômenos que questionam o próprio ser da cidadania. Urge, pois, com referências urdidas em vários saberes científicos das ciências da cultura humana, perscrutar os movimentos comunicacionais e as significações carregadas por eles para encontrar clareza e aderência ao projeto de humanização, única porta de entrada para as várias formas de cidadania. A humanização, hoje, é ato revolucionário, pois a armação econômico-política global força a sua mitigação. Tal exercício crítico-analítico seguido neste ensaio poderá encontrar uma comunicação enredada por sistemas políticos e econômicos que não acumulam valores humanizantes, mas

fica aberto para ver, como muitas vezes viram os estudiosos da comunicação social, os exercícios dialéticos das linguagens constituintes e instituintes de comunidades e grupos sociais em rota de confrontos e saídas para a condição cidadã no mundo.

Palavras-chave: ciências da cultura; comunicação social; linguagens; humanização; cidadania.

Premissa

Uma montagem pedagógica do verbo de ação cidadanear revela a transitividade limitada e atende ao projeto deste ensaio. Não se cidadaneia, ou cidadania para, o, a, de. A intransitividade lhe cabe bem: eu cidadaneio, nós cidadaneamos, isto é, fincamos os pés no espaço dignificado pela vida. Nesse aspecto verbal, os pronomes pessoais adquirem um lugar que lhes pertence e o morfema/fonema se realiza como totalidade, de algum modo próximo à asserção: eu sou cidadão, eu sou cidadã. Não se trata, aqui, de transpor uma intransitividade como a imaginada por Mário de Andrade em Amar, verbo intransitivo. Na obra do líder do Movimento Modernista, que comemoraremos em 2022 e sequência, a iniciação ao sexo (ou ao amor?) de Carlos, tramada pelo pai, em certo momento atravanca qualquer regência – que sugere comunicação gramatical - pois ele quis amar a senhorita contratada, ao contrário do projeto do pai, que pagou para iniciá-lo no sexo. O amor intransita. Fica a dor pelo caráter mercantil da troca do amor juvenil pelo sexo do iniciante.

Ao se pensar em um suposto verbo derivado de cidadania, ocorre a não transitividade habitual, embora aberta para um ato inclusivo. É possível *cidadanear com*. Compreende-se, nesse ponto, que sua regência admite a entrada de significações.

Porém, quais? Cidadanear com violências? Cidadanear com guerras? Cidadanear com analfabetismo, pobreza? O que parece alcançar distinção nessa dinâmica de conceitos é que, em razão dos resíduos de significação que já possuímos na memória pessoal e coletiva, inclusive a que nos educou, o ato de se constituir cidadã e cidadão não se move exceto quando inclui. E convém que os termos incluídos respondam a essa memória histórica apreendida, de tal modo que novas expansões frasais, isto é, novas informações a engendrar comunicações somente serão possíveis após inclusões determinadas pelo campo semântico dos direitos humanos.

No entanto, se o ato de se constituir cidadão, cidadã, cidadanear, for remoldado por obra de nova história cultural e política, falseada e erodida por simulações, enganos e mentiras, o campo semântico poderá ser outro e a cidadania se amoldará noutro registro e revelará o cortejo da falsidade.

Se estivéssemos a conversar com Paulo Freire, ele perguntaria sobre o campo inclusivo de cidadanear. Por exemplo, o patrono gostaria de saber se esse verbo admitiria o capitalismo neoliberal ao seu lado. Justificaria a pergunta, pois tal regime foi o único que a média estatística dos brasileiros e brasileiras conheceu. Visto que Paulo jamais admitiu tal regime como parceiro de qualquer ato educativo, ele novamente diria não. No entanto, assim como sua obra foi aceita com mil senões na estrutura e na prática educacional brasileira, é muito provável que a nossa cidadania esteja sendo moldada exatamente pelo capitalismo neoliberal, inclusive por exclusão, por falta de outra leitura política possível. Qualquer novidade nesse processo iria dar-se como um *inédito viável*, como o mestre caracterizou o que não nos é dado no presente, mas é possível, pois a própria história, em Freire, é possibilidade...

Os parágrafos anteriores lembram o modo de iniciar textos encontrado em Paulo Freire, cujo centenário estamos a comemorar e até a lamentar, pois o autor das **Pedagogias do Oprimido, dos Sonhos e dos Compromissos** foi, em boa medida, rejeitado pelo Brasil. Até mesmo no domínio da fala, Paulo questionava o tema a ele proposto para um ato de comunicação com auditórios ou espectadores. Para ele, nenhum título, ou tema, está dado e se este não puder ser mexido e pensado, ou traduzível para emissores e receptores, os sentidos comunicantes da mensagem não se realizariam.

Nada estranho, pois, que a metodologia de alfabetização do mestre ora centenário tenha estimulado e induzido a construção compartilhada do conhecimento. Seus grupos de estudo não eram e nem se chamavam salas de aula e sim *círculos de cultura*, o que elimina a relação de submissão dos espaços escolares tradicionais e cria a pergunta sobre o direito de ser sujeito em um processo de diálogo, sinal primeiro da constituição de cidadania no futuro do educando. Ato contínuo, o círculo de cultura provia o espaço dialogal sobre a razão de ali estarem, o que seria alfabetizar e o que tal ato tem a ver com o lugar em que moram as pessoas, o trabalho que realizam, as suas vidas familiares e do bairro, os materiais de que são feitos seus objetos de uso cotidiano e mesmo suas casas, seus interesses em atividades de lazer no final da semana etc.

Eis a questão: tratava-se de questionar o objeto e se fazer sujeito de interlocução como ponto de partida, a fim de assumir a condição de sujeito da palavra, do pensamento e da ação de se educar e ajudar a educar outros e outras. Nada disso sozinho. O eu incluir, de imediato, o outro, a outra. Mais tarde Paulo diria que educar implica em comunhão de pessoas capazes de fazer duas leituras, a da palavra que circula e a do mundo que nos

move. A conjunção inteligente das falas e textos a confrontar o real e suas facetas políticas, novamente atos profundos de comunicação, poderão ensinar e educar a si mesmo com outros e outras, educar o nós no ato mesmo de se fazerem sujeitos emissores e receptores por meio de mensagens fáticas, poéticas, éticas e amplamente legíveis para o círculo social, seus saberes e suas ciências.

Esse é o método de pensar cidadania neste texto. A partir de Freire e com o apoio de mensagens da educação, da antropologia, da sociologia e das linguagens pretende-se comunicar o ser da cidadania e os círculos de comunicabilidade dela emanados para o todo da sociedade. Por certo, não como coisa dada ou miragem assumida, mas também como possibilidade na história concreta de país rico e habitado por gente empobrecida em sua grande maioria, fato que provoca a dificuldade principal do tema trabalhado no ensaio.

Introdução

Em 1936, o antropólogo Lévi-Strauss (2008, p.10) acreditou que o conhecimento ocidental das comunidades primitivas iria esclarecer – e talvez refrear - o processo de dominação e exploração, bem como elucidar as sociedades quanto aos males do preconceito e do estigma; conseqüentemente, criar novas bases para a comunicação e para a solidariedade. Já em 1955, citado de *Tristes Trópicos*, ele assevera:

Já não há nada a fazer: a civilização não é mais a flor frágil que preservávamos, que fazíamos crescer com muito cuidado em alguns espaços abrigados de terra rica em espécies rústicas, as quais, a despeito dos riscos de seu frescor, permitiam criar variedade e vigor no conjunto dos cultivos. A humanidade se instala na monocultura;

dispõe-se a produzir a civilização em massa como a beterraba. Sua comida diária se comporá unicamente desse prato (p. 28).

Entre um tempo e outro, deram-se as marcas da indústria cultural, a guerra atômica, os novos plantéis industriais, os movimentos migratórios internos e externos (notadamente do campo para a cidade) motivados pela mais-valia e pelas exclusões territoriais. Atuou como regente dessas construções históricas o modo capitalista de produção, distribuição e consumo de mercadorias. Às exclusões dos tangidos pela fome e demais necessidades humanas negadas de grandes territórios, criadoras das grandes migrações, somam-se as exclusões no território menor da urbe. O Brasil conheceu tudo isso, direta e indiretamente. Desnecessário oferecer exemplos. O filósofo-etnógrafo imaginou que os modos de comunicação dos grupos comunitários portadores de antiga memória coletiva e, portanto, de sólida bagagem de rituais favorecedores da vida grupal, interagissem, pelo conhecimento e pela aprendizagem, com sociedades já mediatizadas por processos de distanciamento comunitário, resultantes da exacerbação da economia e da política. Evidentemente, a descoberta etnográfica não apontava para uniformidades ou rigidez cultural; ao contrário, mostrava as diversidades dos grupos e comunidades como valor maior de comunicação.

Mas, a história revelou que o caminho do Ocidente era outro. Os grandes polos urbanos incharam e algumas tiveram explosões sociais de tempos em tempos. Santos (1982) pergunta por que as grandes cidades latino-americanas não entraram em caos; sua resposta: deveu-se aos processos de socialização e associação, aos encontros de comunicação e cultura. A asserção

de Lévi-Strauss, feita em 1955, fundamenta a justa pesquisa da ação e da mobilização grupal e consequentes disputas de identidade no contexto do fechamento cultural, das políticas de entretenimento midiático e da fragmentação urbana pelo modo-de-fazer da guerra-fria.

A propósito desse campo de significados, a rigor questionador dos exercícios de cidadania, duas citações são indispensáveis. Em obra que trata de cultura, ética e comunicação, Muniz Sodré (2002) realiza uma análise rigorosa dos obstáculos contemporâneos para a educação, dentro e fora da escola. Além do saber apostilado ou destilado eletronicamente em pedaços estranhos à consciência da comunidade educadora, das disputas curriculares, do investimento baixo e, muitas vezes, corrompido em educação (vide autoridades nas barras da justiça), surge uma armação tecnológica que praticamente cria outro *bios*, aquele midiaticizado, que combina marketing, capital em expansão internacional, consumo irresponsável, negação do outro, tecno-burocracia. Vale citar:

A astúcia das ideologias tecnicistas consiste geralmente na tentativa de deixar visível apenas o aspecto técnico do dispositivo mediático, da ‘prótese’, ocultando a sua dimensão societal, comprometida com uma forma específica de hegemonia, onde a articulação entre democracia e mercadoria é parte vital de estratégias corporativas. Essas ideologias costumam permear discursos e ações de conglomerados transnacionais e de ideólogos dos novos formatos de Estado (p. 22).

Não é muito distinto o que se lê em Gentile (1997, p. 248), pois a educação que está a interessar nesta quadra liberal (vide reforma do ensino médio brasileiro, 2016) visa o exercício de uma *cidadania responsável*, “que contribua para a modernização

da economia e oriente com eficiência a ‘compra’ das melhores ofertas eleitorais que, no mercado político, prometem realizar tal modernização”.

De pronto se retorna a Freire: qual cidadania será possível sob o império da “malvadez neoliberal?”. Visto que em muitos pontos da obra de Sodré o patrono da educação brasileira é mencionado, cabe ir diretamente a ele para dialogar com o mestre da UFRJ:

O discurso da globalização que fala em ética esconde, porém, que a sua é a ética do mercado e não a ética universal do ser humano, pela qual devemos lutar bravamente se optamos, na verdade, por um mundo de gente. [...] O discurso ideológico da globalização procura disfarçar que ela vem robustecendo a riqueza de uns poucos e verticalizando a pobreza e a miséria de milhões. O sistema capitalista alcança no neoliberalismo globalizante o máximo de eficácia de sua malvadez intrínseca (FREIRE, 2013, p. 128).

Já é o momento de pensar que o trânsito verbal da cidadania, se a testássemos como verbo, seria inclusivo, mas pouco transitivo. As novas evidências postas para o ato de educar (cujo ponto de chegada é sempre a cidadania da pessoa em formação) levam a cidadania à intransitividade quando diretamente vinculada a regimes que tornam uns poucos cidadãos e remetem as maiorias para a mera luta por sobreviver, inclusive as unidades escolares e seus profissionais. Parece, pois, haver incompatibilidade entre o neoliberalismo e a cidadania pensada na contemporaneidade. A ser verdade a asserção, os sentidos de cidadania, que conhecemos desde as declarações universais dos direitos à constituição de 1988, indo às legislações sobre o processo de formação das gerações,

ao ECA e ao Estatuto dos Deficientes, enfim, toda essa criação não dá mais resposta à instituição de um campo de significação clara da cidadania. Recorde-se que a transitividade possível do cidadanear é inclusiva, porta o *com*, uma preposição que ressalta valores já instituídos no substantivo cidadania, o qual move as qualificações *cidadão*, *cidadã*. Se é possível dizer *Cidadanear com João e Maria*, também é possível fazê-lo em *Cidadanear com luta*. As preposições, enquanto possíveis de sinalizar conexões, não podem existir isoladas do termo que lhe garante sentido. Cidadanear é, pois, fundamento competente para agregar, para se preposicionar em direção ao outro, à outra, pessoa ou móvel de ação. O que, no mínimo, é um grande valor posicional, ponto de partida para processos informativos e comunicativos.

Mas, cabe ampliar a clareza sobre o problema aqui posto, sem a qual nenhum discurso social é possível. Ao pensar as relações entre cidadania, mídia e comunicação, o discurso de dois tempos históricos pode trazer novos indicadores para o pensamento. Em 1986, portanto no meio do debate que carregava valores e sentidos à Constituinte e no sentido de saltar o fosso da ditadura, o departamento de Sociologia da UNB realizou seminários que discutiram Constituinte e Cidadania. O cineasta Wladimir de Carvalho coordenou aquele que debateu Comunicação e Cidadania. Compuseram a mesa Luís Gonzaga da Mota, José Carlos (Juca) Kfoury e Helio Doyle (1986, p. 235-268).

Para não narrar e descrever em detalhes, vale dispor o “estado da arte” que o tema focalizado apresentava na saída do regime militar, próximo à festa malograda das diretas e em vista da esperançosa Constituição de 1988. A disposição em itens pode ajudar: A. A informação é central na construção da cidadania; B. A informação transforma um indivíduo passivo

em indivíduo ativo; C. Sem a informação, o cidadão é alienado; D. A informação é um direito, seu acesso deve ser garantido e o tema não deve ficar adstrito às universidades, ao campo da academia; E. O indivíduo não informado não pode exercer o seu papel de cidadão e um claro sinal do fenômeno é a censura que o autoritarismo impõe; F. Os meios de comunicação são empresas privadas e, por isso, movimentos sociais das cidades, dos campos e das florestas devem trabalhar para a democratização da informação, incluindo o direito a emissoras de rádio nas mãos de grupos comunitários; G. É necessário rever a política de concessões de meios, pois a grande imprensa pode não estar cumprindo o seu papel social; H. Os jornalistas devem lutar na Constituinte para garantir o livre acesso da população às informações; H. Internamente às redações, urge ampliar relações democráticas e, do mesmo modo, na relação dos órgãos de imprensa e a população (ombudsman etc.); I. Os veículos de comunicação são mediadores sociais; J. Informação é bem comum; K. A sociedade precisa ter mais direito a controlar os meios; L. A questão dos meios de comunicação é tão importante que deveria haver disciplinas escolares que tratassem da crítica a esses meios. M. É necessário reconhecer que os grupos intelectuais e profissionais conhecem pouco o Brasil, o que os leva a se espantar com o que ocorre (ex. a vitória de Jânio Quadros sobre FHC para a prefeitura de São Paulo). N. Há temas que estimulam a participação popular, como os esportes, ao contrário do que acontece quando se trata de política e cultura.

Por outro lado, desde o início do século XXI, Sodré (2002, 2012) extrapola preocupações como aquelas de 1986, visto que as tecnologias são exponenciais no adentramento do novo século-milênio. No confronto de sua busca do diverso e do não colonizado, dos fundamentos da educação e sua irmandade com

a cultura, o autor tem dificuldade em evitar a *demonização da técnica* e, ao contrário, *integrá-la humanamente*. Daí que se lê:

[...] a tecnologia desenvolve-se também caoticamente (isto é, sem teleologia) dentro da dinâmica industrial e empresarial. Cada novo instrumento ou cada nova técnica amplia, por extensão ou por duplicação, o espaço humano, aumentando a espessura do envoltório protetor ao redor da corporeidade, mas também contribuindo para eventualmente tornar as formas “protetoras” mais importantes do que aquilo que protegem (2012, 159).

Mas, o “novo” pode surgir:

[...] trata-se de se pôr cientificamente na contramão do movimento expansivo de redução da experiência vital pelo crescimento exponencial da armação tecnológica do mundo, coonestado pelo comercialismo indiferente das organizações midiáticas. Isto implica inscrever no pensamento comunicacional o horizonte de revitalização da experiência democrática a partir do ‘comum’, isto é, da capacidade de articulação ético-política das organizações regionais e populares (2002, p.257).

É inegável o otimismo dos intelectuais que trabalham no campo da comunicação social. Nos dois textos de Sodré, os argumentos adversativos sempre são escoimados pelo desejo de encontrar saídas, como ocorrera no debate de 1986 na UNB. E qual é o movimento de saída para a sociedade democrática e para o alcance da cidadania pessoal e coletiva? O diapasão foi e é o mesmo. Trata-se de (como propusera Celso Furtado no famoso pequeno texto *Que somos? Revista do Brasil*, 1984) de despertar o espírito da cultura (mestiça) que herdamos, produzir novas relações culturais e chegar a algumas unidades de pensamento germinadas no campo popular da vida brasileira.

Se um dos textos de Sodré somente apresenta o que se dá no campo das tecnologias – e ele pensa especialmente naquelas de comunicação social – o outro se aproxima fortemente de Furtado: *capacidade de articulação ético-política das organizações regionais e populares*. Ora, em 1986, desejou-se o controle popular dos meios, o acesso ampliado, a detenção de instrumentos para uso das classes historicamente invisibilizadas e excluídas, sejam aquelas das periferias urbanas, sejam as comunidades assentadas, indígenas e quilombolas.

Para situar um ângulo novo na mesma questão, cabe afirmar que a ciência aplicada da comunicação, que tem a incumbência de escutinar as vozes e os gestos do povo, encontra precisamente nele espaços capazes da ampliação das lutas por direitos em face dos condicionamentos e limitações históricas. Freire volta a ser presente, pois nele condicionamento e limitação não significam determinação. Para representantes desse campo de saber, as linguagens comunicacionais acionam mecanismos de contatos, os quais engendram processos de conscientização (como se buscou fazer na educação de base) e discursos constituintes de novas *palavrações*. A palavração permanente, sem retornos (como se lê em um poema de Freire de 1971)¹, é uma atitude saudável na marcha pela cidadania, pois *palavrar* implica a demonstração de todos os grilhões que manietaram os pobres e, ao mesmo tempo, implica os sinais concretos de novos saberes que confrontem diretamente leis, hábitos, atitudes e sentimentos excludentes do velho elitismo e da malvadez capitalista.

Não é a mesma responsabilidade que se depreende de textos que surgem após o golpe parlamentar em Dilma

1. Inseto no livro *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*, publicado pela editora Unesp em 2001.

Rousseff e no interior da pandemia e do escárnio do governo central brasileiro. Há mais escuridão a enfrentar, vê-se menos o movimento popular, a oitiva não discrimina tantos sons agradáveis e a autoimagem se associa à imagem do país que parece se circunscrever na brincadeira do Papa Francisco: “esse país não tem solução [...]”, ou não tem jeito, depois de dar tantos jeitinhos, os quais, de fato, mascararam os sinais concretos do porrete, do açoite, da humilhação e da desumanidade.

Então, novas leituras se fazem indispensáveis:

[...] a falta de uma construção histórica das bases orgânicas unindo os diversos povos que aqui se misturaram para um projeto maior de cidadania. Como querer que violências, inclusive do tipo já citado (Jacarezinho, Canudos, Carandiru, Candelária), parem de acontecer de um dia para o outro, se não construímos jamais uma ponte mínima entre as classes sociais? A democracia entre nós é mais do que um mal-entendido, como nos aponta Jessé (Souza, *A elite do atraso*, 2017)), pois como entender a democracia sem cidadania? Ora, jamais houve cidadania para todos neste país. Jamais haverá democracia com esse modelo (André Márcio Neves Soares, in *A Terra é Redonda*, não paginado).

Independentemente de saídas e não saídas, o projeto de cidadania que se tem na memória e no desejo ainda não recebeu referências suficientes para entrar em marcha no campo das classes sociais continuamente mais empobrecidas, sem emprego, à mercê dos fuzis de milícias e policiais e mesmo desvalidas de uma verdadeira fé capaz de romper o discurso insaciável de arrogância e gordas arrecadações que vêm dos pastores midiáticos. Assim, ao se tornar impossível o assentamento da pessoa como ser de direitos à cidade (ao

menos na leitura grega), portanto cidadão, de balde tergiversar sobre a efetividade da cidadania nos espaços do terceiro mundo e suas ordens complementares de pobreza, desmantelamento de políticas sociais, crise da pesquisa científica, fome em grau último, participação zero em governança.

Ao manter neste ensaio a abordagem de análise de textos sob a ótica socio-histórica e a consciência das operações de linguagens sociais, cabe pensar sobre a possibilidade de reconfigurar espaços educativo-culturais em que a cidadania não seja constituição ilusória de passados. Condenados que somos a novos passos no devir, não são impossíveis os encontros de alinhamentos científicos e culturais à guisa de faróis para a superação do que se mitigou e bloqueou para o exercício da cidadania.

A busca da linguagem instituinte

Vivemos a batalhar com a linguagem. Nela, pode viger um movimento de sentidos que abra brechas na direção de novas instituições da cultura cidadã. A ver.

Durham (1986, p.17), ao discutir sobre os novos espaços da pesquisa antropológica, destaca a passagem do costumeiro enfoque no universo indígena e rural para:

[...] o que é cotidiano e familiar em nossa sociedade urbana, ou que constitui reminiscência de um passado recente: os hábitos e valores dos moradores de Copacabana tanto quanto o modo de vida dos bairros da periferia, das favelas e da população caipira. A umbanda e o pentecostalismo ao lado do catolicismo tradicional e das comunidades de base da Igreja renovada; a família operária e a das camadas médias; os movimentos sociais urbanos e as formas do lazer popular; o feminismo e a sexualidade. [...] Estamos, em suma, produzindo uma nova e intrigante etnografia de nós mesmos

Mauss (1981, p. 381-382), ao fazer uma saudação crítica de Lévy-Bruhl, anota que todas as vezes em que se busca fazer a descrição da sociedade, ou narrá-la, sem considerar a emoção e as pulsões dos grupos sociais e comunidades (associados a determinadas instituições e espaços que lhes são próximos) realiza-se trabalho incompleto. E mais: o esforço em explicar a realidade não se realiza sem uma leitura atenta do melhor instrumento de identidade do grupo e da pessoa, isto é, a participação. Participar significa sair da condição de agregado, morador e contribuinte para alcançar e conquistar a condição de cidadão, pois este, ao agregar, morar e contribuir não o faz como as populações submissas e portadoras da consciência individual do cotidiano, como mostrou Agnes Heller, discípula dileta de György Lukács².

Ainda segundo Mauss (1981), a participação cria comunidade, o que ocorre nos grupos de relacionamento mais antigos e fica patente nos rituais de iniciação. Os atos de prova que a comunidade faz com os jovens não somente institucionalizam a pertinência ao grupo e no grupo como estendem seus laços à natureza, fauna e flora, constituindo uma comunidade que talvez se pudesse chamar, hoje, de *ecológica*. Portanto, muito longe de um batismo com água e discurso. Ou da construção da residência empobrecida nas encostas e nos morros sob o tacão da milícia.

Noutro texto clássico, Jakobson (1974, p. 39-43) completava a armação do quadro ao enunciar a linguagem como centro nervoso e modelo analítico das ciências humanas e sociais, seja em sua dimensão oral, seja em sua dimensão

2. A obra *I miei occhi hanno visto*, livro reportagem de Heller publicado na Itália, é primoroso para pensar as biografias tormentosas dos filósofos-amigos no interior das ruínas húngaras e, por extensão, europeias.

escrita. Ocorre que o linguista russo refletia no contexto da antropologia e da sociologia, desdobradas do pensamento filosófico de, entre outros, São Thomaz, Locke e Leibnitz, que buscaram sistematicamente os sentidos e as razões da expressão e da comunicação humana. Para concretizar a centralidade da linguagem, ou linguagens, Jakobson (op.cit.) trabalha com Lévi-Strauss e Calame-Griaule para citar que o *flirt*, o casamento, as regras de parentesco, os tabus e demais comunicações de grupos são capazes de ilustrar o papel decisivo do comportamento verbal no viver humano, o que se transporta de um território para outro, se ressemantiza e enriquece de significações. Strauss esclarecera que a comunicação opera em três níveis: comunicação de mensagens, comunicação das utilidades (que também inclui a economia e a organização socio-comunitária) e comunicação dos pares sexuais.

Então, nesse ponto da argumentação surge outra questão: a atitude antropológica e os procedimentos etnográficos podem carregar água para o monjolo da comunicação como veículo e vínculo de cidadania?

Desdobramentos pertinentes

Tais construções das ciências sociais ampliam a aventura de aprendizados na expansão do conhecimento, do encontro dos diferentes a favor do não estranhamento e talvez como valor de contiguidade, bem como da alteridade tida como um lugar para a interpretação do mundo a partir da condição dignificada. É o que lemos na aproximação do pesquisador com os “primitivos”, atitude indispensável para pensar outras gentes, outros grupos e outras distâncias, inclusive os bairros pobres das periferias urbanas. Cabe entender, também, que a antropologia e a etnografia, após as lições de humanidade no trato com

distintas comunidades, mostram os sentidos da participação como linguagem central do laboratório humano, que é a cidade contemporânea. Ali, novos imaginários sociais e mais difíceis confrontos acendem alertas no jogo histórico concreto das populações em sua marcha histórica. Latouche (2004, p. 151) chama a atenção para a aventura dos encontros e confrontos, pois os compreende como tempo e lugar para descolonizar o imaginário: “Portanto, a descolonização do imaginário passa pela crítica dos conceitos, aos quais se agregam aqueles referidos às palavras habituais, quando os homens e as mulheres que as utilizam são vítimas, mesmo sem saber, de manipulações”³

Lévi-Strauss (1971, p. 130-138) já afirmara que o ser da linguagem consiste em ser traduzível. Os grupos em disputa de identidade e participação – e não a multidão, em princípio – tornam comuns os fenômenos vividos e observados pela tradução no interior de um código também comumente acumulado, entre aprendizados e renovadas significações. Isso não significa uma linguagem fechada, pois as trocas, os decalques e os empréstimos tanto são da natureza do sistema de língua e fala quanto uma instituição da vida em comum, em cujo movimento podem dar-se acordos simbólicos. Tais acordos não serão somente espirituais, pois ocorrem na vida material do grupo ou da comunidade. E na medida em que os níveis citados com base em Lévi-Strauss se articulam (mensagens, utilidades e pares sexuais) produzem uma atitude fortemente educativa, que se pode denominar de comunicação em processo de humanização. Essa comunicação proto cidadã é valor formativo, pois partilha da mudança das condições de vida da comunidade em suas relações com os lugares

3. *La decolonizzazione dell'immaginario passa dunque attraverso la critica dei concetti, ivi compresi quelli di "parole abituali", quando gli uomini e le donne che li utilizzano sono vittime a loro insaputa di manipolazioni.*

de viver e a favor do bem-público. *Educare* significa mudar, alterar, ressignificar. Portanto, uma comunicação em movimento de cidadania terá de ser traduzível, porque, ao contrário, a primeira condição para a vida não sustentável é a impossibilidade em traduzi-la. Os lugares de viver no Brasil, especialmente as cidades, nascidas e desenvolvidas na parca experiência republicana do país não podem ser traduzíveis no universo do bem-comum porque foram arquitetadas de cima para baixo, sob forte clientelismo autoritário e diversos modos de política de favor e preconceito. Schwarz, Furtado, Souza e Faoro em seus estudos há lições histórico-sociológicas sobre facetas das culturas brasileiras em processo de acúmulo e a par de conexões com os fenômenos da criação estética, do patrimonialismo e dos jogos econômicos capitalistas.

O que se pretende demonstrar neste passo do ensaio é que algumas respostas para o tema dificultoso da cidadania podem estar no modo como se trabalha no campo das ciências da cultura, quer na extração teórica, quer no exercício da práxis, que junta pensamento e ação. Sendo assim, tradução é comunicação em movimento de riqueza de sentidos, que pode se realizar interclasses, mas não sob sujeição à suserania e à vassalagem, pois nessas condições a história como possibilidades se reverte.

Não há tradução sem códigos capazes de *tornar comuns* significantes e significados. Aqui pode nascer uma metodologia tanto para a implementação quanto para o acompanhamento e a avaliação da comunicação que constrói caminhos de cidadania pela operação de códigos que mudam o ser e o ter dos espaços comuns.

Talvez aqui se encontre, também, uma chave para evitar os mal-entendidos do contínuo debate sobre os métodos e as técnicas em sociologia, comunicação e antropologia.

Participação, entrevista, vida em comum, estranhamento, diálogo, distância, neutralidade, representação, objetividade, tais vocábulos têm sido fundantes na história crítica desses saberes, entre positivismos, marxismos e funcionalismos. Nenhum deles inútil; ao contrário, muitas vezes competentes para explicar, demonstrar e revelar fatos, fenômenos, dados e visões da realidade vivida e sofrida, bem como das atitudes de mudança e superação. Nenhum deles, porém, completo, especialmente quando não se atenta para os vínculos comunicacionais que o saber científico revela. Isso não deve levar o pesquisador e a pesquisadora a serem ecléticos e, muito menos tipos Zellig, como no filme de Woody Allen, sempre a se travestir.

Dos anos de 1960 até agora o debate acende e reacende, também útil e estimulante. Nele, talvez a única atitude a evitar seja a de pretender conhecer e enunciar a verdade antes dos procedimentos; estes, por seu lado, não se constituem em cartilha doutrinária de passos, mas uma caminhada para encontros entre sujeitos da experiência, especialmente na atitude metodológica que tem sido denominada de qualitativa. Então, a chave da busca pode ser precisamente o ato de acompanhar os processos de tradução das linguagens em uso comum.

Mas, convém atentar para o fato de que os pesquisadores e as pesquisadoras compõem o processo de tradução. De fato, eles também traduzem e se traduzem. Enquanto leem traduções, leem-se e, portanto, é necessário que saibam traduzir-se. Como? Indo e voltando a uma espécie de círculo hermenêutico, uma ciranda de significações formada por atividades mentais – lembrando Genette (1972, p. 154-155) - que não são entendidas a menos que o objeto da pesquisa se faça sujeito de interlocução em amplo e continuado processo de tradução, interpenetração

de formas e sentidos, exercícios efetivos de suas gramáticas e seus sentidos; enfim, as traduções expressão o que é comum e, conseqüentemente, criam comunidades sociais, sem perda de identidade individual. Ao contrário, esta se compõe e se completa nos encontros.

Atividades mentais não se limitam a atividades intelectuais, pois também alcançam processos de memória revividos e retomados, portadores de mensagens antigas, mas de significação e valor atualizáveis. Essas linguagens traduzem-se em gestos, cujos cenários informam as disputas físicas e simbólicas dos atores em seus lugares históricos de viver. Ainda que não pareça ao senso comum, se não há disputa simbólica, diacrônica e sincronicamente, também não se chega a possíveis consensos, que resultam do melhor entendimento dos códigos em disputa e dos alvos a alcançar.

Paulo Freire, cuja obra pode ser posta no coração da comunicação para a cidadania, entendeu bem esse processo de disputa social e da aquisição de códigos de leitura e escrita de palavra e mundo. Onde não ocorrem traduções de códigos de conhecimento, que exigem confrontos com o real, não se dão acréscimos de sentidos, indispensáveis para novas e renovadas leituras de palavra e mundo, caminho da consciência crítica. Cardoso (1986, p. 102-103), depois de citar Mintz e seu texto “Encontrando Taso, me descobrindo” resume sua posição frente à atitude antropológica e sua metodologia de encontros:

A relação intersubjetiva não é o encontro de indivíduos autônomos e autossuficientes. É uma comunicação simbólica que supõe e repõe processos básicos responsáveis pela criação de significados e de grupos. É neste encontro entre pessoas que se estranham e que fazem um movimento de aproximação que se

pode desvendar sentidos ocultos e explicitar relações desconhecidas.

O pensamento da antropóloga produz imediata conexão com a regência do cidadanear, com as postulações de Freire, dos antropólogos e etnógrafos citados e da Agnes Heller dos estudos sobre o *Cotidiano*. O encontro dos homens e mulheres sabedores de sua incompletude e insuficiência, na marcha dos seus dias de suor e de projetos de vida, produz círculos de saber-comunicação, ato similar à alfabetização nos círculos de cultura. Produz, também, ampliação da consciência fincada no cotidiano e já menos individualizada, pois operada pelo *com mais gente*. Nesse movimento de sentidos intercomunicantes os dilemas já são vistos como não mais fortes do que as forças juntadas; e a partir daí se realizam os atos políticos. Novas rotas são entrevistadas e os alvos mantidos pelas significações acumuladas.

Rotas traduzíveis de cidadania

Em texto do livro *Pedagogia da Indignação* (2000), Paulo Freire relata sua caminhada com o educador social Danilson por uma favela de Olinda. Depois de dizer da legitimidade de irar-se, de ter raiva e também de assumir certa acomodação, ou "manha" dos grupos populares como estratégia para a preservação e o preparo da rebeldia, o educador sintetiza sua teleologia da alfabetização:

A alfabetização, por exemplo, numa área de miséria só ganha sentido na dimensão humana se, com ela, se realiza uma espécie de psico-análise histórico-política-social de que vá resultando a extrojeção da culpa indevida. A isto corresponde a 'expulsão' do oprimido, enquanto *sombra* invasora. Sombra que, expulsa pelo oprimido, precisa de

ser substituída por sua autonomia e sua responsabilidade. Saliente-se, contudo que, não obstante a relevância ética e política do esforço conscientizador que acabo de sublinhar, não se pode parar nele, deixando-se relegado para um plano secundário o ensino da escrita e da leitura da palavra. [...] A tarefa fundamental do Danilson (educador social), entre quem me situo, é experimentar, com intensidade a dialética, entre a 'leitura do mundo' e a 'leitura da palavra'.

Cabe, aqui, outro de seus textos como engate de sentidos (1996, p. 20):

[...] mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma Presença no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como um 'não-eu' se reconhece como 'si própria'. Presença que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz, mas também do que sonha, que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe. E é no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a necessidade da ética e se impõe a responsabilidade.

Os textos, narrativo-argumentativos, resultados da experiência já analisada e avaliada comunitariamente, informam que no ato de armar novo processo etnográfico se revela a grandeza de um círculo comunicacional Paulo-Danilson, isto é, uma ação que não pode dar-se entre submissos e dominantes, mas entre pessoas tornadas *comunicantes* e solidárias na experiência do código comum. Código comum não é vocabulário formalista (como nas cartilhas), pois porta desejos, objetivos, caminhos, ou seja, um salto além da espontaneidade ou da repetição do cotidiano para a realização de um projeto

coletivo, que se traduz em valores diante dos quais muita gente pode ensinar e aprender, educar-se. No texto, mestre e discípulo debatem os riscos da instituição da repressão no coração dos reprimidos socialmente, e refletem, ao mirar a cidade, sobre o método de esconjurar o sistema repressivo, que também exige outro acordo simbólico. Ainda mais, encontra-se ali que o sinônimo dessa atitude é descrito como *a extrojeção da culpa indevida*, segundo a qual, por exemplo, os pobres e analfabetos assim o são porque não se esforçam o suficiente. O esconjuro é tema ancestral, mas politizado e atualizado em face dos novos sistemas repressivos, que também atualizam modos de domínio sobre pessoas e territórios. É uma espécie de *não* poético. Esconjurar a repressão enrustida já significa a consciência em movimento. Epistemologicamente, compõe o momento ético-estético indispensável, isto é, a ruptura com situações que não devem perdurar e que devem mudar. Ato contínuo, vá-se à conquista da palavra escrita, novo marco da comunicação com a *civiltà*⁴ e com os documentos de maior prestígio. Os detentores dos documentos se vêm obrigados a partilhar tais documentos e o privado pode fazer-se público. A palavra enriquecida, agora *palavração* continuada em distintos registros, marca a saída da invisibilidade para a condição de presença, lugar em que se pode competir com os grupos dominantes que sempre tiveram direito à escritura.

Dá-se aqui o cidadanear. Paulo com Danilson (ao seu lado), Danilson com Paulo cidadaneiam. O verbo constitui a possibilidade do substantivo cidadão, cidadã, cidadania. A possível comunicação cidadã supõe e exige o domínio dos vários códigos expressivos, de modo análogo a grupos

4. Um emblemático conceito do italiano, originário do termo latino *civilitas*. Como se depreende dos sons, há relação imediata com civil (cidadão), cidadão/cittadino. Sua oposição é a barbárie.

ancestrais em seus contatos com a chamada civilização/*civiltà*. Na ciranda dos sentidos antropológicos, também é essa riqueza comunicativa que se confere nos movimentos de sem-terra, organização, produção e distribuição, nas reivindicações indígenas e quilombolas ritualizadas e que assombram os mundos urbanos e os poderes pela originalidade de palavras e gestos. Também ficam patentes tais rituais de palavra e mundo em confronto quando se visita, se conversa e se pesquisa o mundaréu de movimentos das periferias urbanas, formados de pequenas agências, luta ecológica, *rap* e *hip-hop* em convulsão, competições de saberes herdados da tradição e adquiridos na urbe. A cidadania, em todos esses lugares, se conjuga *com* e só assim as novas frases são possíveis, escritas, faladas, televisivas, orquestradas e visíveis por todos os sentidos da corporeidade. A tradução, nesse ponto, já não é mais traição. Ao contrário, pode constituir a tradição, o acúmulo de sentidos.

Portanto, um dos alvos da comunicação em rota cidadã é aprofundar, como lembraram Durham, Cardoso e Mauss (*op. cit*), a etnografia de nós mesmos. Isso significa que, nos movimentos do rural e do urbano podem ser descobertos e desenvolvidos (pela educação e pela cultura) códigos comuns e enriquecidos de expressão, veículos de emoções, encontros, festas, reivindicações, lutas, julgamentos e decisões. Nessas disputas podem dar-se alguns consensos sociais capazes de garantir o direito à cidade, ao campo, às florestas, aos rios.

A cidadania, nessa quadra temporal de profunda desumanidade, de intensa reciclagem neoliberal rumo a novo *marketing* e novas malvadezas, não é uma lista generosa de direitos, mas, sem dúvida, uma atitude de luta, um plano organizado de confrontos de mundo e palavra.

Importa ter em vista que as sociedades fartas de capital acumulado em poucas mãos e de projetos mantenedores de seus poderes (que não precisam estar, necessariamente no G7 ou na OCDE) tanto provocam desenvolvimento econômico-tecnológico e consumo desbragado quanto *fritam* pessoas, grupos e outras nações, visto que seus impulsos precisam de grandes margens de mais-valia, incompatíveis com a dimensão humana. Ao contrário das disputas simbólicas dos que buscam ou exigem cidadania, que ocorrem na direção de direitos cívicos e humanos, na sociedade açulada pelas disputas se torna um movimento único, o de rolo compressor, dado o domínio unilateral das tecnologias e da propaganda que apequenam e enxovalham o “outro”, o que equivale a uma ação atualizada para garantir o domínio e negar encontros. No fundo, essas ações são marcas brutais da incompletude não reconhecida nas relações de poder e mando. Esta atitude constrói violências. A reflexão teórica da chamada Escola de Frankfurt explicitou de modo radical essa tendência.

No entanto, fora da Escola, foi Barthes (1955) quem demonstrou fartamente o processo de mitologização social desse processo. O mito de interesse rouba as falas de muitas pessoas e as entroniza no seu caráter, no seu corpo, na sua imagem, passando a gozar de direitos surrupiadados das maiorias, portanto além da crítica e do julgamento coletivo. Embora não seja eterno, o mito dura bastante, como os ditadores e os empreendedores do capital empanturrado de mais-valia. O sucesso, ou a vitória, é uma das facetas desse processo, capaz de legitimar as diferenças ilegítimas. O mito contemporâneo não tem outra função que desmoralizar as cidadanias possíveis e, quando possível, sugerir a transmutação de grupos sociais à condição de *bios midiático* (Sodré, *op. cit.*), o que garante a simulação da democracia e da

cidadania. Como se sabe, as “democracias” simuladoras garantem algum tempo de normalidade e acomodação. Para reverter tal sugestiva condição, ainda mais se deve conjugar *cidadanear* com e seguir em traduções de códigos comunicativos sob ritmos crescentes de mobilizações e exercícios de conscientização da consciência individual reclusa no cotidiano para a consciência de forças sociais e políticas. Nesse projeto, o encontro dos diferentes é essencial para provar a possibilidade da comunhão que é o contrário da ordem unida militar.

Enfim, (para começar) o olhar privilegiado do *cidadanear* com é solidário

No *Foro Social de las Américas*, em Assunção, julho 2010, os vários grupos aborígenes proclamaram a diferença entre o *buen vivir* e a *sociedade melhor*. Nessa última, segundo eles, se instala (de modo dissimulado) a luta intestina entre os melhores e piores e naquela dá-se um patamar amplamente coletivo de cidadania. Se o *buen vivir* implica em terminar o jogo no placar de 3 a 3 (para que ninguém ganhe), que seja. Se assim não for, que a vitória seja ressignificada. No mínimo, o fenômeno funciona como alerta para as práticas fundadas nas conhecidas e arrastadas desigualdades socioeconômicas. Ora, cabe precisamente aos diferentes encontrar alguns consensos. Ato contínuo, realizar rupturas com as pseudo-linguagens incapazes de veicular o novo.

Na mesma direção, um testemunho dolorido de Martin-Barbero (2009, p. 12) faz crescer, depois de alguns anos, a consciência de sua Colômbia e leva a pensar “la nuestra América”:

Extraño país éste en el que mientras a los autores de las más crueles masacres se les otorga voz e imagen

televisiva; a las víctimas, a su inmensa mayoría, se les niega la posibilidad real de hablar y de ser vistas. Entonces, hasta mi acolchada conciencia de investigador universitário se está viendo horadada por una incómoda y perturbadora pregunta: ¿tendrá algo que ver La Historia que se hace desde el oficio de investigador con *las historias* desde las que miles de víctimas de nuestras mil guerras, desplazamientos forzados o emigraciones, necesitan/buscan narrarnos su adolorida memória y experiencia? La pregunta emplaza a las ciencias sociales todas: ¿que puede haber de la larga desmemoria y la honda desesperanza que sufren las colectividades de desplazados en los muy disciplinadamente especializados saberes que consagra la academia? Cómo meter la densidad de los nudos que entrelazan los diversos países de que está hecho este país, por ejemplo, la abigarrada mezcla que entrelaza religiosidad con fanatismo y con ilustración, godarria conservadora con liberalismo radical, en un modelo aún empeñado en separar y hasta oponer el saber y el narrar? ¿Y cómo escapar de esas fronteras con las que academia arma el muro que intelectualmente la distancia del país si no es poniendose a la escucha de lo que en este país suena, habla, grita, insulta, blasfema, al mismo tiempo que inaugura, inventa, oxígena, libera, emancipa, crea?

Na América Latina, os contrastes não são a condição – ou o destino - do país A ou B. São, como cantaram João Cabral e Chico Buarque nos versos de **Morte e Vida Severina**, “a parte que (te, nos, vos, lhes) cabe nesse latifúndio” econômico e político. Os contrastes não são entes da natureza. São deformações das culturas políticas. Martin-Barbero não arma o mito do bode expiatório, segundo o qual os pobres *desplazados* das Américas se tornam vítimas sacrificiais dos opressores. Há mediações, culturas comunicantes, pois há gritos, falas e invenções que se

manifestam contrariamente às forças que oprimem. Mas, ainda há profunda desigualdade de forças. Os incompletos conscientes dos círculos de cultura de *nuestra América* se movem, mas as rotas da cidadania estão a exigir muito empenho. A despeito de tudo, convém saber: *eppur si muove*. As relações de Barbero com Sodré, Freire, Cardoso, Gentili e os antropólogos citados fermentam a história como possibilidade. Os sujeitos de media es que gritam, blasfemam, soam, falam e insultam, pelo sim e pelo não sugerem revisões de leituras acadêmicas sobre as media es, pois são reais e operantes e superam as críticas que Sodré (2002, *op. cit.* p. 249-256) apresenta entre as páginas mencionadas. Os novos sujeitos culturais mediadores sequer buscam garantir reapropria es ou apropria es de meios informativos. Seus olhos percebem a volúpia neoliberal no manejo dos grandes conglomerados. Cabem, pois, várias media es historicamente reeducadas ao modo dos círculos de cultura de Freire a partir dos cotidianos sofridos, visto que também a Academia e a *mão de obra* da média se movem em cotidianos sofridos, o que se vê nas formas de trabalho, na mitiga o de recursos, nas várias formas de censura e nas violências organizadas em rede. Vários dos autores citados aqui se aproximam, pois, e não terão qualquer dificuldade em concordar com o Sodré já citado (2002: 257). Nem de longe as novas media es podem ser reificadas ou calcadas em um totemismo progressista.

Portanto, o problema adicional   que há outras media es sociais capazes de participar das ausências, omissões e mesmo de opressões a falas e gritos e que não teriam direito histórico de fazê-lo. São a universidade e as m dias, ambas ironicamente suportadas pelas costas do povo, pelo trabalho e tantas vezes esquecidas completamente deste fato. Nesse discurso latino-americano de Barbero, as antigas narrativas religiosas, que

parecem imiscuir-se no texto, de fato ganham novo caráter, uma vez que os seus sintagmas opositivos dialetizam o sacrifício e se transformam em código que poderia encontrar-se com as novas rotas de aprendizado de cidadania.

Fica claro que tanto se carece de ouvir – com ouvidos atentos – a lenta e difícil construção dos códigos de comunicação dos grupos e organizações do povo, quanto de participar para diminuir a força das mediações dificultadoras.

O espectro do que dificulta e que poderia ser contornado por novos aprendizados, o que ajuda a construir mitos na História. No campo semântico em que se expressa Barbero não há mitos, porque a linguagem é traduzível, opera nas conversas de praça, nas comunidades, nas igrejas, nos locais de trabalho. Pretende-se cidadã, porque a linguagem não tem neutralidade quando se encarna nos códigos de grupos em luta. O que muitas vezes ocorre na universidade e nos veículos midiáticos é a incompetência em acompanhar as traduções dos códigos populares, é a intransigência em crer que já entendeu tudo e é a ilusão de que pode estudar o povo, dissecar o povo e, ao final, deixá-lo de mãos abanando, como mostrou Alfredo Bosi⁵. Não sujas, mas (o que pode ser pior), limpas, sem nada. É urgente, sempre, que a universidade e a mídia (que não está em mão única, embora comprometida) se desvistam dos seus trajes totêmicos. Pelo menos será um ponto de partida.

Enfim, para começar

Os códigos da comunicação cidadã não são especializados, ou de mão única, mas encarnados no viver concreto e instável,

5. O texto *Cultura brasileira, culturas brasileiras* constou em *Dialética da Colonização*, publicado em São Paulo pela Companhia das Letras, 1992.

incompleto. Em vez de se organizarem como um diapasão pelo qual os grupos, pessoas e comunidades devem pautar-se, eles se constroem como processo metodológico, como etnografia em debate, disputa de símbolos e valores, disputa de territórios físicos e mentais. Nesses lugares, vigem como possibilidade efetiva de rupturas, expulsões de culpas históricas e construção de encantamento, que pode traduzir-se em cidadania. Se os muitos outros códigos das cidades e dos campos os afetam e condicionam, no entanto não os determinam, porque os círculos de cultura cidadã não estão concluídos, mas dados como fenômenos da ação consciente, o que engendra e significa a abertura comunicativa para a cidadania posta no devir. Difícil, mas se move.

Referências

BARTHES, R. *Mitologias*. São Paulo: Difel, 1955.

BOSI, A. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CARDOSO, R. L. (org.) *A Aventura Antropológica*. Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CARVALHO, W. *A cidadania e os meios de comunicação. A Construção da Cidadania*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1986.

FREIRE, P. *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos*. 8.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FREIRE, P. *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. Org. e Apres. Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da indignação**. Cartas Pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

GENETTE, G. **Figuras**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

GENTILI, P. Adeus à escola pública. **Pedagogia da Exclusão**. Crítica ao neoliberalismo em educação. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

JAKOBSON, R. **Relações entre a ciência da linguagem e as outras ciências**. Lisboa, Rio de Janeiro: Livraria Bertrand e Livraria Martins Fontes, 1974.

Le Nouvel Observateur. Un indien dans le siècle. Le centenaire de Claude Lévi-Strauss. Paris: n. 2269, première au 7 mai, 2008.

LÉVI-STRAUSS, C. **Arte lenguaje etnologia** (entrevistas com Georges Charbonnier). México: Siglo veintiuno editores s.a., 1961.

LÉVI-STRAUSS, C. **Tristes Tropiques**. Paris: Terre Humaine Pocket, 2001.

MARTIN-BARBERO, J. (org.) **Entre saberes desechables, y saberes indispensables**. (agendas de país desde la comunicación). Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung, Centro de Competencia en Comunicación para América Latina, 2009

MAUSS, M. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1981.

SANTOS, M. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana**. São Paulo: Hucitec, 1982.

SODRÉ, M. **Antropológica do Espelho**. Uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

SODRÉ, M. **Reinventando a Educação**. Diversidade, descolonização e redes. 2.ed. Petrópolis, RJ, 2012.

WISEMAN, B.; GROVES, J. **Introducing Lévi-Strauss and Structural Anthropology**. Cambridge and Victoria: McPherson's Printing Group, 2000.

A comunicação comunitária e a utopia freireana¹

Raquel Paiva

Resumo

A proposta é visualizar os conceitos e a metodologia propostos por Paulo Freire diante de sua importância contemporânea para a constituição de uma ‘comunidade de afetos’. O que é principalmente contemporâneo na agência teórica e empírica de Freire é a preocupação com o aspecto da sensorialidade, que está presente desde o início dos estudos no campo da comunicação, enquanto seu foco está na categoria da comunicabilidade. O sensorial é entendido como uma estrutura paralela à razão. Tudo isso está de acordo com o método de Freire, que se caracteriza inicialmente por “tocar” o sujeito ou grupo em seu cotidiano comunitário. Portanto, o ambiente e o espaço têm capacidade educativa e por isso podemos dizer que seu método se baseia no sensorial como pedagógico. Não se trata de uma proposta disciplinar para a educação, mas sim de

1. Esse texto foi publicado originalmente em inglês com o título *Communities of Affect: Freirean Utopia?* London: *International Communication Gazette*, 2020. <journals.sagepub.com/doi/10.1177/1748048520943697>.

uma proposta cultural em que a vida em comum é vista como objeto de reflexão.

Palavras chaves: comunicação comunitária; cidadania; sensível; coletivos urbanos.

Educação para a cidadania

“O fracasso da educação brasileira é exatamente porque nunca se aplicou Paulo Freire”(ROMÃO, 2015). A opinião do professor José Eustáquio Romão, um dos diretores e fundadores do Instituto Paulo Freire, expressa de maneira precisa a relação que o país tem com suas ideias ao longo desses mais de 50 anos, desde a experiência vitoriosa de alfabetização de mais de 400 camponeses na cidade de Angicos no Nordeste até os dias atuais, quando é explicitamente desqualificado pelo governo vigente. No entanto, sua proposta é cultural e politicamente viável como política pública, e talvez o início desse processo tenha sido em abril de 2012, no segundo governo da presidente Dilma Rousseff, quando ele foi declarado patrono da educação brasileira.

Afinal, porque as proposições freireanas são tão ameaçadoras? Um caminho de resposta é recorrer à compreensão nietzscheana de história, para vivenciar a realidade brasileira desde janeiro de 2019. As inúmeras e malfadadas tentativas do atual governo de constantemente agredir a imagem do patrono da educação brasileira e um dos educadores mais mencionados e estudados no mundo todo podem ser compreendidas como uma movimentação *a-histórica*, na medida em que pretende instituir um esquecimento de uma memória historicamente significativa, que se traduz no trabalho e nas ideias de Paulo Freire. Para Nietzsche, o modo *a-histórico* de viver significa colocar-se fora da história e ignorá-la, constituindo como suas potências o esquecimento e a ilusão. (NIETZSCHE, 2005, 25).

A concepção nietzscheana ajuda a compreender que tanto a negação da história quanto a sua excessiva valorização, que ele nomeou como o *supra-histórico*, impossibilita a construção dinâmica do futuro. Ele argumenta que o sentido histórico, na medida em que se distancia dessas duas posturas, mantém o olhar no passado como aquilo que impulsiona para o futuro, porque está inserido em um processo de conhecimento. A possibilidade de efetivamente conhecer possibilita, como parte integrante, o entendimento do processo.

Paulo Freire representa como memória ativa uma ameaça para o governo dos dias atuais. Primeiro, por fazer retornar à proposição básica da educação como força motriz para a transformação social. Em segundo lugar, porque suas ideias não estáticas elencam novas formas sociais voltadas para a superação de obstáculos inerentes à condição humana.

Assim, não constitui erro afirmar que Paulo Freire pode ser considerado um dos mais importantes pensadores contemporâneos da educação no mundo. E exatamente, o que significa ser “contemporâneo”? Para o filósofo italiano Aganbem, “contemporâneo é aquele que mantém fixo o olhar no seu tempo, para nele perceber não as luzes, mas o escuro” (AGANBEM, 2012,p.65). Essa definição insere-se também na corrente nietzscheana de pensamento, para quem a “atualidade” ou a “contemporaneidade” em relação ao presente consiste em uma dissociação:

Pertencer verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais

do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo. (AGANBEM, 2021, p. 58-59).

Nessa relação singular com o tempo, o pensador ou autor contemporâneo contorna a luz e fixa-se no “escuro” como algo que precisa de uma explicação. Para ele, aquilo que todos veem — a luz — coincide com o tempo cronológico, enquanto que o escuro pertence a um tempo dividido entre um “não mais” e um “ainda não”, logo, um tempo de peculiar descontinuidade.

No pensamento e na prática pedagógica de Freire, o “não mais” aparece como a hegemonia do pensamento único, responsável pela educação instrumental e utilitarista em que se formam as elites mundiais, a mesma que distribui conhecimentos da mesma forma que uma fábrica instala componentes na linha de montagem. Esse é o cenário em que a educação perde seu rosto humano, por mais sofisticados e necessários que sejam os conhecimentos para a vida profissional. O “ainda não” é a educação como socialização, isto é, como a inscrição do indivíduo em seu ordenamento social adequado, por meio de condições cognitivas e afetivas voltadas para a sua autonomia individual como adulto.

Esse “não mais” é a mercantilização na educação como tendência que se desenha no Brasil desde os anos 1990, *pari-passu* com o desmonte progressivo das políticas sociais mais avançadas, preconizadas pela Constituição de 1988. Com a paulatina perda de qualidade dos estabelecimentos públicos, o ensino básico e médio privatiza-se, bancado pelas frações de classe sociais mais abastadas, cujos filhos são ali “treinados” para o vestibular de acesso à elite universitária. Ao mesmo tempo, as universidades tornam-se cada vez mais um “business” empresarial, sem qualquer incentivo à pesquisa.

Isso se passa em um novo tipo de realidade socioeconômica, onde empregos são progressivamente criados pela tecnologia na parte superior da escala produtiva e reduzidos ou extintos na parte inferior, privilegiando-se aquilo que se convencionou chamar de “desmaterialização da produção”.

É assim muito evidente que, sob o influxo das diretrizes globais e das novas tecnologias, aumenta-se o valor econômico da educação formal, apenas direcionada para um conhecimento intensivo ainda mesclado - em um país desigual como o Brasil - entre os setores ditos “tradicionalmente produtivos” e as indústrias de ponta. Na verdade, isso é a resultante do entendimento convencional de que o futuro do país dependeria de como se administrasse a equação da produção, do emprego, da renda e do meio ambiente, o que demandava um projeto educacional consistente em termos nacionais, capaz de compatibilizar as divididas responsabilidades (União, estados e municípios) no setor.

A necessidade desse projeto já era proclamada em 1932, no *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*: “Na hierarquia dos problemas nacionais, nenhum sobreleva em importância e gravidade ao da educação. Nem mesmo os de caráter econômico lhe podem disputar a primazia nos planos de reconstrução nacional”. Nessa época se esboçavam, por efeito da emergência de movimentos sociais afinados com a questão da construção de um povo nacional, as linhas de um projeto nacional que punha lado a lado industrialização e identidade brasileira. A educação seria ideologicamente absorvida pela Nova República como um tópico estratégico.

O apelo pioneiro dos signatários do Manifesto ressoa, hoje, em muitas das análises sociológicas da realidade brasileira, com diferentes inflexões teóricas. No tocante

às análises econômicas, é também pioneira a reflexão de Conceição Tavares (2010, p. 118), quase meio século depois do Manifesto, que se pautava pela preocupação econômica com o avanço desenvolvimentista.

O texto da economista ratificava o que, desde fins da década de 1950, isso já parecia evidente para a maioria dos países investidos da meta do desenvolvimento econômico, ou seja, que isso só seria possível com quadros técnicos e, de um modo geral, com uma população mais bem formada. Após uma década das constatações da economista Maria da Conceição Tavares, o Brasil ainda se encontra às voltas com o problema da falta de mão de obra qualificada. Apesar de inúmeras políticas terem sido adotadas, como em meados de 2011, diante do agravamento do problema, sob o governo da presidente Dilma Rousseff, os ministros da Educação, Fazenda e do Trabalho lançaram juntos o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico (Pronatec), visando o treinamento de jovens.

Na década de 1970, era reconhecidamente grave o semi analfabetismo imperante nas escolas de ensino básico no Brasil. Era também incipiente a presença de um sistema de ciência e tecnologia, embora já existisse a preocupação por parte do Estado de formar pesquisadores. Cinco décadas depois, pode-se avaliar em dezenas de milhares de pesquisadores o “capital humano ativo” da comunidade científica brasileira, ou seja, a criação de valor não pela força de trabalho externa ao trabalhador nem pelo conhecimento morto incorporado em técnicas objetivas e máquinas, e sim pelo saber vivo do sujeito, dito “imaterial”. Nesse sentido é valiosa a concepção que o filósofo Gorz (2005) estabelece como uma das grandes

diferenças entre os trabalhadores de manufaturas (tayloristas-fordistas) e aqueles do pós-fordismo:

Os primeiros só se tornam operacionais depois de serem despojados dos saberes, das habilidades e dos hábitos desenvolvidos pela cultura do cotidiano e submetidos a uma divisão parcelada do trabalho [...] Os trabalhadores pós-fordistas, ao contrário, devem entrar no processo de produção com toda a bagagem cultural que eles adquiriram nos jogos, nos esportes de equipe, nas lutas, disputas, nas atividades musicais, teatrais etc. É nessas atividades fora do trabalho que são desenvolvidas sua vivacidade, sua capacidade de improvisação, de cooperação. É seu saber vernáculo que a empresa pós-fordista põe para trabalhar e explora.” (GORZ, 2005, p.20).

Gorz acreditava que o trabalhador deixaria de pôr à venda uma força de trabalho predeterminada pela empresa para se oferecer como um produto que continua, ele mesmo, a se produzir em um *continuum* em um processo cuja base são a inovação e a auto-organização criativa.

Nessa perspectiva, não há como não estabelecer conexão com todo o projeto educacional propagado por Paulo Freire. A sua visão da educação continuada e do quanto a educação formal era marcada pelo mercado, para tanto concebida por “bancária” atestam a persistência do mesmo problema histórico para a sociedade brasileira e que não se concentra apenas no âmbito educacional, mas sim em toda a vida social, política, econômica e também criativa, inventiva e emocional. Nesse sentido, pode-se conceber o motivo do silêncio em torno das ideias de Freire ou mesmo a razão da atual agressividade: suas ideias incidem sobre a alteração da estrutura de países social, econômica e politicamente desiguais como o Brasil.

Sensível como ordenamento comunitário

Um outro percurso de entendimento é seguir as trilhas de seu método para tentar compreender a importância do aspecto sensível, descrito por ele próprio como tendo uma etapa metodológica, na verdade, a inicial, a que ele se refere como “ad-miração” (FREIRE, 1977, p.91), antecedente à etapa da racionalidade, da descrição e da dialética. A preocupação com a questão do *sensorium*, ou da sensorialidade, está inscrita nessa formulação porque, antes do processo de reflexão e de crítica, o sujeito precisa maravilhar-se, ser tocado pela possibilidade de as coisas, os objetos, as situações serem nomeadas pela linguagem.

Essa perspectiva nos encaminha ao que temos nomeado como “comunidade de afeto”, uma instância supostamente capaz de reversão do estado de fragmentação a que o excessivo investimento do capital na sensorialidade nos conduziu na era atual, especialmente a partir da midiaticização. A proposição da “comunidade de afeto” parte principalmente de estudos do filósofo francês Jacques Rancière (2005) que, refletindo sobre a estética e a política especificamente, argumenta sobre a força do sensível e das novas possibilidades de percepção.

Vários outros teóricos destacaram em suas obras a categoria do sensório, que já estava presente no canadense Marshall McLuhan e que foi mais sistematicamente desenvolvida por seu discípulo Derrick de Kerckhove. No campo da comunicação, a preocupação com o aspecto da sensorialidade está presente desde os estudos iniciais, concentrada no aspecto da comunicabilidade e centrada na produção de mensagens, cuja ambiguidade deveria ser reduzida. Derrick De Kerckhove, em seu livro “A civilização vídeo-cristã” (1995), traz aportes sobre a questão da “sensorialidade tecnológica”, argumentando:

O sistema nervoso é muito mais sutil e complexo que o sistema muscular: necessita de estímulos, não de explicações. Para descobrir em profundidade o mundo no qual estamos, precisamos interrogar o sistema nervoso humano utilizando alguns pontos de comparação: o sistema nervoso e as comunicações planetárias comportam como característica a velocidade, descrição, precisão, miniaturização, generalização, sensibilidade, unidade, fluidez, regeneração, sistematização, cibernética, simultaneidade, coordenação de um conjunto de várias naturezas, etc. Os dois grupos sistêmicos funcionam a partir do princípio de estímulo-resposta com feedback. Além disso, a modalidade de articulação dos dois sistemas é a mesma, ou seja, a eletricidade. Isto permite de prever, no futuro, uma relação simbólica entre o homem, a técnica e o ambiente. (KERCKHOVE, 1995, p. 202).

No final desse livro, Kerckhove define melhor o que desenhou como a possibilidade de uma ecologia cognitiva, propondo o que nomeou como “ecologia da mídia”, isto é, uma forma de atuar pelo conhecimento na consciência planetária, uma vez que se trata de um modelo de consciência inclusiva, que não destrói as identidades individuais (1995, p. 212). Kerckhove em outro momento, no texto “Emotividade: o impacto da internet como um sistema límbico”, detém-se em explicar a opção pela metaforização do sistema límbico humano, transpondo-o para a tentativa de compreensão do fenômeno da internet em suas redes sociais, fóruns e plataformas informacionais. É instigante como ele procura explicar, estabelecendo conexões entre tecnologia e psicologia e vaticinando o lugar da internet na sociedade atual como articuladora das emoções. “As mídias sociais (entre outras plataformas) desenvolvem nossas emoções

e dispersam-nas nas redes, como o sistema límbico faz com o corpo” (KERCKHOVE, 2007, p. 59).

É preciso recordar entretanto que se Kerckhove sistematizou essas ideias sobre o sensorio, elas já se encontravam presentes na obra da McLuhan e envolvia uma diversidade de possibilidades de comunicação. Kerckhove argumenta que o próprio McLuhan diz “grande parte das trocas planetárias entre os homens necessariamente não transitam através da linguagem” (MCLUHAN *apud* KERCKHOVE, 1995, p. 202).

Kerckhove e Rancière assemelham-se no peso que conferem à arte para a compreensão do sensorio. Para Kerckhove, a referência ao papel das artes centra-se em reconhecer sua função “preditiva”. Ele chega a afirmar: “a arte tem um impacto muito sutil em nosso sistema límbico. Reflete e acelera igualmente uma sensibilidade global planetária” (KERCKHOVE, 2007, p. 63).

Nesse ponto, pode-se recorrer diretamente ao texto de McLuhan, mais especificamente a uma conferência que proferiu em 1966, em New York, à qual deu como título “o meio é a mensagem”, e onde ele menciona que “um meio de comunicação cria um ambiente. Um ambiente é um processo, não é um invólucro. É uma ação e atuará sobre os nossos sistemas nervosos e nas nossas vidas sensoriais, modificando-as por inteiro” (MCLUHAN, 2005, p. 129).

O *Sensorium*, segundo ele, é responsável pela fragmentação e pelo fluxo, como dispositivo complementar, traçando um cenário em que se perfilavam a desagregação social, o desassossego e a anomia.

A proposta central aqui é de que, a partir desse *sensorium*, que consensualmente caracteriza o mundo atual, a partir principalmente da produção midiática, caracterizada como

um “bios-midiático” por Muniz Sodré (2007), seja possível utilizar narrativas e estruturas sensibilizadoras, no intuito de reverter o quadro atual de um pensamento educacional único, assentado exclusivamente na racionalidade da escrita.

A proposta de Sodré em sua obra **Antropológica do Espelho** (2002) concebe um novo *bios*, um *quarto âmbito* existencial, seguindo a classificação aristotélica que identificara três *bios*: *theoretikos* (vida contemplativa), *politikos* (vida política) e *apolaustikos* (vida prazerosa, do corpo). Para ele: “a ideia de um quarto *bios* ou uma nova forma de vida não é meramente acadêmica, porque já se acha inscrita no imaginário contemporâneo, sob a forma de ficções escritas e cinematográficas”(SODRÉ, 2002, p. 53). Portanto, para Sodré o estado em que a sociedade se encontra na atualidade é de uma imersão total no ambiente midiático, onde já não é mais possível separar indivíduo de sistemas de mídia. Assim, o bios-midiático se consolida como uma nova forma de vida.

Entretanto, Paulo Freire não vivenciou este momento de imersão total que caracteriza o momento atual. E, em alguns momentos de sua obra, ele argumenta não ter sido “um ingênuo apreciador da tecnologia: não a divinizo, de um lado, não a diabolizo, de outro. [...] Não tenho dúvida nenhuma do enorme potencial de estímulos e desafios à curiosidade que a tecnologia traz [...] o exercício da curiosidade convoca a imaginação, a intuição, as emoções” (Freire, 2006,p. 87-88). Entretanto, se nessas passagens e mesmo quando se refere, em entrevistas, sobre a implementação da informática quando assumiu a secretaria da educação na cidade de São Paulo, no período de 1989 a 1991, ele admite a necessidade de cautela quando argumenta sobre a televisão, um veículo com o qual

conviveu, cuja adesão do telespectador prenunciava o estado imersivo da sociedade atual. Ele diz :

Não podemos nos pôr diante de um aparelho de televisão ‘entregues’ ou ‘disponíveis’ ao que vier. Quanto mais nos sentamos diante da televisão – há situações de exceção – como, quem em férias, se abre ao puro repouso e entretenimento, tanto mais risco corremos de tropeçar a compreensão de fatos e acontecimentos. A postura crítica e desperta nos momentos necessários não pode faltar. (FREIRE, 2006, p. 139).

Compreendemos a partir de Freire, apesar dos rudimentos da midiaticização na época, que se o sensível estava completamente aplicado pela produção midiática, o sensível também, poderia assumir uma versão revolucionária, na medida em que possibilite a reflexão e o espírito crítico, após o encantamento e o despertar da curiosidade.

A questão desafiadora recai sobre o método, como proceder nessa direção? É possível que em Paulo Freire se encontrem os desenhos para esse percurso, uma vez que o seu método se caracteriza por “tocar o sujeito” em sua primeira etapa. Essa conexão inicial se estabelece a partir do cotidiano e da vida comunitária. Para essa perspectiva, o entorno e a espacialidade possuem capacidade educativa e por isso mesmo podemos dizer que o método dele é pedagogicamente calcado no sensorio. Não se trata de uma proposta restritivamente disciplinar de educação, mas sim de ampla latitude cultural, em que a vida comum se constitui como ponto de partida de reflexão. No caso da alfabetização, essa “vida comum” se traduz na linguagem, nas palavras geradoras do processo.

O método de Paulo Freire basicamente conta com um “clique”, o momento em que o aluno, a partir das conexões entre

as sílabas, monta palavras do seu cotidiano. Desde esse primeiro momento, o indivíduo passa a estabelecer conexões, palavras novas e assim a ter um letramento crítico do seu cotidiano e do seu real histórico. A proposta é toda concentrada no sensório. É o sensível que traduz as narrativas quotidianas das pessoas. E o sensível é capaz de fazer esse primeiro chamado, pois está no nível das emoções, de algo que é vivido intensamente e na maioria das vezes nem é percebido.

Após o “clique”, a segunda e poderosa parte desse método é o das conexões racionais e lógicas, históricas e culturais, mas sempre dentro do universo do sensório, porque Paulo Freire percebeu que é ele que conecta primeiro, é a força aglutinadora e vinculativa, comunitária, capaz de se transmutar em força contra-hegemônica.

A proposta freireana, em sua complexidade, e não apenas na alfabetização de adultos, mas também na universidade e em todas as etapas do processo contínuo de educação, está centrada no fato de fazer com que as pessoas, em especial aqueles à margem, “os oprimidos”, como ele se referia às pessoas exploradas e as quais a sociedade impede uma mudança de posição, possam conectar-se com o seu real histórico e ser capazes de nele intervir ativamente.

Nesse sentido, a argumentação do professor titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e um dos diretores do Instituto Paulo Freire, Moacir Gadotti, explicita o porquê da postura agressiva do atual governo do Brasil para com o pensamento de Paulo Freire. Uma de suas hipóteses refere-se ao fato de que a educação transforma pessoas, que podem assim transformar o mundo. Ele afirma: “expurgar Paulo Freire é expurgar o conhecimento crítico, científico, rigoroso, sensível, afetivo, libertador” (GADOTTI, 2019).

Por esse motivo, a comunidade do afeto consolida-se também nessa direção, uma vez que pode atuar como um instrumento de realização do ideário freireano, cujo projeto está alicerçado na igualdade, no entendimento de que não há mestre sem aluno, conseqüentemente de que o saber é democrático, e finalmente, de que existem diferentes formas de conhecimento, sendo, por conseguinte impossível a padronização.

Algumas outras abordagens auxiliam na compreensão da constituição dessa força presente e conectada, e dentre elas está o trabalho sobre “a tradição sociológica” de Nisbet, onde ele introduz o viés comunitário para qualificar Georg Simmel como “o Freud da sociedade”. Explica:

Do mesmo modo que Freud se dedica aos estados e processos que, no inconsciente do indivíduo, estão subjacentes ao pensamento consciente e o orientam, Simmel se dedica às relações ‘inconscientes’ da ordem social, a outros elementos eternos que são constitutivos do laço social e que, como o inconsciente do indivíduo, têm um efeito profundo sobre a estrutura e a evolução das associações sociais mais amplas (NISBET, 1984, p.128)

Essa analogia entre Simmel e Freud torna-se possível pela noção de comunidade, que aparece com grande destaque na microsociologia simmeliana, com estudos sobre a amizade ou a obediência. Esses estudos devem ser encarados como uma pesquisa de elementos moleculares constitutivos da sociedade, ou seja, de como as menores unidades são capazes de permitir uma análise das instituições e das associações.

São esses mesmos aspectos comunitários vistos como “processos imperceptíveis” que Sodré localiza no interior de uma abordagem comunicacional do discurso social, em que

“comunicação” seja tomada em um sentido “ontologicamente amplo”. Para ele, a compreensão opera, buscando as regularidades linguísticas da produção de sentido não apenas em seus aspectos empíricos, racionais e positivos, mas também naqueles de caráter subjetivo e afetivo, que podem ser apreendidos por juízos reflexivos. Sua argumentação é de que estesia ou estética, compreendida na ideia kantiana do *senso comum*, constitui o ponto de partida para a legitimação do conhecimento, mas também da vida ética e justa em comunidade. (Sodré, 2007, p. 92).

A ideia do filósofo Gianni Vattimo sobre a comunicação pressupõe uma comunidade afetiva, mantida por um acordo de gostos em torno do problema da partilha coletiva de vozes e sensações. Ele assevera que “a afetividade não é um acidente que se coloque ao lado da pura visão teórica das coisas”, por ser um aspecto constitutivo da abertura humana para o mundo. Ele argumenta ainda com precisão:

Se a situação afetiva é algo que encontramos sem dela podermos dar razão, a conclusão será que ela nos põe perante o fato de o nosso modo originário de captar e compreender o mundo ser algo cujos fundamentos nos escapam, sem ser, por outro lado, uma característica transcendental de uma razão ‘pura’, já que a afetividade é precisamente o que cada um de nós tem de mais profundo, de mais individual e de mais cambiante (VATTIMO, 1971, p. 39).

Hoje, o problema é a determinação quanto à real natureza do sensível nos processos de comunicação ou de informação. De que a comunicação é um novo tipo de força produtiva, quase não há hoje mais nenhuma dúvida, uma vez que se multiplicam os reconhecimentos analíticos de que as estratégias do discurso

e da sensibilidade integram decisivamente a produção e de que até mesmo a ação ética pode se definir como comunicação criativa. Mas, ainda não se avaliou com profundidade a parte da dimensão afetiva no que se vem chamando de passagem do “sensório-motriz”, como define Sodré (2002) ao frisar a intervenção energética do corpo no gestual de interpretação e controle sógnico dos dispositivos técnicos.

Comunidade do Afeto: desenhando a utopia

Em síntese, a ideia propositiva, de comunidade do afeto concentra-se basicamente na capacidade de tocar solidariamente o outro. O objetivo é ter uma proposta capaz de conectar mais fortemente os indivíduos entre si e ao seu território, tornando-os capazes de atuarem para a transformação. Isso é relevante porque vivemos um momento de uma passividade crítica, ou seja, de uma maneira geral, tem-se a sensação de uma sociedade injusta, tem-se até mesmo o entendimento da desigualdade, mas uma ausência de ações reivindicativas e de uma atuação capaz de produzir a reversão desse quadro.

Para se referir a ambiência do mundo atual, a primeira etapa em direção à implementação de uma comunidade do afeto é a atuação dentro desse espectro sensível, com narrativas transformadoras, próximas, conectadas com real histórico e que sejam capazes de emocionar, num primeiro momento, mas sejam geradores e propulsoras de pensamento crítico. Dessa forma, resgata-se a dimensão da comunicação e da produção e consumo de novos formatos de narrativas.

Essa perspectiva pode ser tomada como utópica, como também foi e tem sido considerado o pensamento freireano, na medida em que se refere a uma realidade que ainda não

aconteceu. Utopia como esperança e como um projeto a ser desenvolvido, como uma força mobilizadora capaz de romper com a desigualdade secular e com o atual recuo histórico instalado em muitas partes do mundo, como no Brasil. A possibilidade de reversão da catástrofe totalitária que muitos governos têm procurado inscrever nos últimos anos em várias regiões do planeta, por certo, configura-se como uma utopia, mas certamente uma utopia positiva, como previu o próprio Rancière ao afirmar que “a utopia é o não lugar, o ponto extremo de uma reconfiguração polêmica do sensível [...] Mas também é a configuração de um bom lugar, de uma partilha não polêmica do universo sensível, onde o que se faz, o que se vê e se diz se ajustam perfeitamente” (RANCIÈRE, 2005, p.61).

Pensar utopia significa ingressar também no cruzamento que este texto propõe entre comunidade do afeto e todo o projeto de Paulo Freire. O entendimento comum que se possui de utopia é do lugar que não existe ou de algo difícil de se concretizar. Uma palavra de origem grega sempre utilizada para se referir a uma ideia, um projeto, uma proposta que possui uma marca quimérica. Entretanto, na medida em que se refere a algo futuro, pode abarcar uma força de construção, capaz de realizar uma crítica severa da realidade atual, mas ao mesmo tempo compor uma concreta esperança. Essa era a ideia que Paulo Freire fazia de si mesmo e da sua proposta, porque para ele “não é, porém, possível é sequer pensar em transformar o mundo sem sonho, sem utopia ou sem projeto” (2000, p. 53). A utopia para Paulo Freire é uma condição básica de todo seu projeto, e não se refere à concretização final de uma situação dada. Trata-se de um processo. A educadora brasileira Sônia Teresinha Felipe, que se propôs em sua dissertação de mestrado exatamente discutir os materiais que constituem a

utopia de Freire argumenta que “a utopia em Freire é, pois, um movimento dialético de transformação das estruturas sociais” (FELIPE, 1979, p.73)

Essa construção para o futuro a que se refere Freire encontra-se impressa em seu projeto educacional. Uma pedagogia que envolve a relação dialógica e o território, ou seja, poderíamos conceituar uma “pedagogia comunitária” ou uma “pedagogia do sensível” e por isso mesmo capaz de construir uma “comunidade do afeto”. Utopia? Uma possível resposta pode ser formulada a partir do pensamento freireano:

Nunca falo da utopia como uma impossibilidade que, às vezes, pode dar certo. Menos ainda, jamais falo da utopia como refúgio dos que não atuam ou [como] inalcançável pronúncia de quem apenas devaneia. Falo da utopia, pelo contrário, como necessidade fundamental do ser humano. Faz parte de sua natureza, histórica e socialmente constituindo-se, que homens e mulheres não prescindam, em condições normais, do sonho e da utopia. (FREIRE, 2001, p. 85).

A esperança é uma marca presente em ambas propostas, não com o intuito de fuga da realidade atual, mas como um projeto que pode ser concretizado e que na história da humanidade por muitas vezes pode estar próximo de uma concretização enquanto em outros, em função de opções políticas, como vive o Brasil no período Bolsonaro tem-se um retrocesso nos direitos adquiridos. Mas, ainda assim, nesses momentos a esperança se referêcia como um horizonte emancipatório.

A esperança faz parte da natureza humana. Seria uma contradição se, inacabado e consciente do inacabamento, primeiro, o ser humano não se inscrevesse ou não se achasse predisposto a participar de um movimento

constante de busca e, segundo, se buscasse sem esperança. A desesperança é a negação da esperança. A esperança é uma espécie de ímpeto natural possível e necessário, desesperança é o aborto deste ímpeto. A esperança é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela não haveria história, mas puro determinismo. Só há história onde há tempo problematizado e não pré-dado. A inexorabilidade do futuro é a negação da História (FREIRE, 2006,p. 72)

Comunidade também é uma dessas palavras que parecem querer dizer tudo e ao mesmo tempo sempre teve inscrita na sua concepção a proposta de um lugar ou ambiente de convivialidade entre os indivíduos, como uma suposição nostálgica de paraíso. Essa imprecisão que a palavra comporta sempre representou um dos problemas mais difíceis de superar pelos *communities studies* ao longo dos anos. Entretanto, a proposta que se inscreve aqui parte da suposição de que a existência entre os indivíduos possa se estabelecer a partir do que sugere a origem do vocábulo *communitas* que latim evoca o comprometimento entre os indivíduos. Comprometimento que pode ser traduzido na práxis dialógica do método freireano, na qual se supõe o cuidado também com o território. É importante lembrar que a pedagogia tinha origem na escolha de “palavras geradoras” partiam do cotidiano do grupo que partilhava o mesmo território.

Esse território, representado pelo local onde se vive coletivamente, que é também uma das acepções aceitas para o entendimento de comunidade, é o lugar onde se vive , se procurar entender a partir da linguagem, questionar a partir de uma crítica construída coletivamente visando a construção de uma real concreto de superação das dificuldades e dos problemas. Todo esse processo prevê, para a sua concretização, uma reflexão

racional evidenciada pelo relato dos problemas e possíveis soluções, entretanto, entende-se que o elo e chamamento para esse conagraçamento coletivo é tecido pelo sensível. Comunidade do afeto ou comunidade sensível, significaria assim um processo. E o diálogo com Paulo Freire nesse sentido é esclarecedor:

é importante salientar que o novo momento na compreensão da vida social não é exclusivo de uma pessoa. A experiência que possibilita o discurso novo é social. [...] Uma das tarefas fundamentais do educador progressista é, sensível à leitura e à releitura do grupo, provocá-lo bem como estimular a generalização da nova forma de compreensão do contexto” (FREIRE, 2006, p.83)

Configurar a proposição e a práxis de Paulo Freire como o cerne de uma comunidade do afeto significa resgatar seu entendimento de educação como uma situação de crise de conhecimento (1977, p.74), onde a partilha é a base fundadora e desafiadora para a libertação. Tal qual o processo educacional constante e contínuo a que propõe, também a comunidade do afeto se confirma como um processo contínuo, cuja base calcada na construção do bem comum enseja um permanente acolhimento da diversidade. E é exatamente a partir da educação continuada e transformadora que Paulo Freire concretiza a ideia de Nietzsche de história, uma vez que “a história é feita pelos homens, ao mesmo tempo em que nela vão se fazendo também”(FREIRE, 1977, p.76).

A comunidade do afeto como proposta corrobora o projeto freireano de partilha e de transformação permanente com o objetivo de realização quotidiana do comprometimento com o território e com os outros. Ou seja, um projeto que

pretende realizar o que está inscrito na etimologia da palavra comunidade, no sentido da obrigação, da dívida de uns para com os outros, mas também da gratidão, capaz de conferir corporeidade a uma noção que tem permanecido no rol da essencialidade filosófica (PAIVA, 2012, p.72).

E com o propósito de concluir, recorremos a um pensamento do próprio Paulo Freire, que enfeixa o questionamento e a proposição trazidos neste texto na medida em que desenha um projeto cada vez mais necessário para os tempos atuais ainda que possa parecer distante e até mesmo utópico.

Somente podem ser proféticos os que anunciam e denunciam, comprometidos permanentemente num processo radical de transformação do mundo, para que os homens possam ser mais. Os homens reacionários, os homens opressores não podem ser utópicos. Não podem ser proféticos e, portanto, não podem ter esperança (FREIRE, 1979, p. 28).

Referências

AGANBEM, G. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó, Argos Editora, 2012.

FREIRE, P. **Conscientização, teoria e prática da libertação**. São Paulo, Ed. Cortez, 1979.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** São Paulo, Paz e Terra, 1977.
GADOTTI, M. (2019). **Viúva de Paulo Freire lança a obra Pedagogia do Compromisso**. Entrevista disponível em sinprocaxias.com.br/noticias/clipping/viuvade-paulo-freire-lanca-a-obra-pedagogia-do-compromisso.html.

GORZ, A. **O Imaterial — conhecimento, valor e capital**. São Paulo, Annablume, 2005.

KERCKHOVE, D. E-motivity: the social impact social of the Internet as a limbic system. **Matrizes**. v.9 . São Paulo, USP, 2007. Disponível em: revistas.usp.br/matrizes/article/view/100673/99402.

KERCKHOVE, D. **La civilizzazione video-cristiana**. Milano, Feltrinelli Editore, 1995. .

MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA. (1932) Disponível: histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf.

MCLUHAN, M. **McLuhan por McLuhan – entrevistas e conferências inéditas do profeta da Globalização**. Rio de Janeiro, Ediouro, 2005.

NIETZSCHE, F. **Escritos sobre história**. São Paulo, Edições Loyola, 2005.

NISBET, R. **La tradition sociologique**. Paris, PUF, 1984.

PAIVA, R. New forms of communitarism in the scenario of total visibility : the affection community. **Matrizes**, v.6. São Paulo, USP, 2015. Disponível em revistas.usp.br/matrizes/article/view/48050/51807.

RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível – estética e política**. São Paulo, Editora 34, 2005.

ROMÃO, J. E. **Entrevista Jornal Opção**, 31.12.2015 – edição 2113, 2015. Disponível: jornalopcao.com.br/assunto/entrevista-jose-eustaquio-romao.

SODRÉ, M. **Antropológica do Espelho**, Petrópolis, Editora Vozes, 2002.

Raquel Paiva

SODRÉ, M. *As estratégias sensíveis*, Petrópolis, Editora Vozes, 2007.

TAVARES, M. C. O processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento na América Latina/ O caso do Brasil. In: *Desenvolvimento e Igualdade*. Brasília, IPEA, 2010.

VATTIMO, G. *Introdução a Heidegger*. Lisboa, Edições 70, 1971.

Comunicação Popular e Comunitária em Movimentos Sociais Rurais: para além do "difusionismo", a participação emancipadora¹

Cicilia M. Krohling Peruzzo

Resumo

Este estudo discute o tema da comunicação popular e comunitária no contexto de experiências de desenvolvimento rural comunitário. Indaga-se sobre como ocorre o processo de renovação do saber popular e dos padrões tradicionais de uso de uma “comunicação para o desenvolvimento” em uma outra comunicação, orgânica aos interesses e necessidades dos próprios movimentos sociais. Objetiva-se identificar as práticas comunicativas inter-relacionadas aos processos de geração de conhecimento coletivo e sistemas de cooperação. O estudo se

1. Pesquisa desenvolvida com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). A versão em inglês deste texto foi publicada com o título “Popular and Communitarian Communication in Rural Social Movements: Beyond “Diffusionism” to Emancipatory Participation” no seguinte livro: SUZINA, Ana C.(Edit.). *The Evolution of Popular Communication in Latin America*. Londres: Palgrave Macmillan, 2021. p.51-71.

baseia em pesquisa bibliográfica, documental e em entrevistas em profundidade junto a lideranças comunitárias. Conclui-se que os processos de comunicação constituído no contexto dos movimentos sociais enfatizados nesta pesquisa coadunam-se com a práxis de um desenvolvimento participativo permitindo um deslocamento da visão tradicional da “comunicação para o desenvolvimento” e a consolidação de uma epistemologia associada à comunicação popular.

Palavras-chave: comunicação popular; comunidade; desenvolvimento comunitário.

Introdução

Este texto aborda uma perspectiva crítica da Comunicação na América Latina, aquela alinhada à comunicação popular, comunitária e alternativa, ou comunicação participativa, comunicação para a cidadania e comunicação para a mudança social, para ressaltar termos amplamente utilizados para caracterizar esse fenômeno comunicativo no continente latino-americano. Sob expressões como estas, pratica-se e estuda-se a comunicação no contexto de comunidades, movimentos sociais populares e outras organizações civis sem fins lucrativos, em suas lutas para modificar situações de falta de respeito aos direitos humanos nas diferentes esferas da vida social, as carências de acesso a bens de consumo coletivo (em educação, saúde etc.), as situações de discriminação de gênero e cultural, problemas de trabalho e renda, de participação política, dentre outros. Portanto, trata-se de uma estratégia comunicacional que desenvolve formas e meios próprios de comunicação e os usa segundo suas próprias visões de mundo e necessidades de se comunicar.

Partimos da seguinte pergunta de pesquisa: como ocorre o processo de renovação dos padrões tradicionais de

uso de uma “comunicação para o desenvolvimento” em outra comunicação, vinculada aos interesses e necessidades dos próprios movimentos sociais? O objetivo geral é entender a perspectiva comunicacional popular desenvolvida, desde as bases, nos territórios estudados, visando confrontar brevemente a praxis organizativa comunitária com os conceitos originais da “comunicação para o desenvolvimento”. Os objetivos específicos são: a) compreender as principais formas de organização popular/comunitária dos trabalhadores rurais (famílias de agricultores); b) entender como a comunicação popular e comunitária se insere em atividades que conduzem a mudanças significativas na vida das pessoas que participam das novas práticas de trabalho comunitário; c) identificar as formas e meios comunicativos inter-relacionados com os processos de geração do conhecimento coletivo e os sistemas de cooperação; d) analisar as contraposições da praxis da comunicação popular a da “comunicação para o desenvolvimento” na constituição de um enquadramento analítico e teórico.

Os territórios aos quais nos referimos são as experiências de desenvolvimento rural comunitário constituídas em uma área do semiárido do nordeste brasileiro, onde atua o Polo da Borborema (Borborema, estado da Paraíba), e a comunidade de assentados Copavi², em Paranacity (estado do Paraná), ambas no Brasil.

O estudo se baseia em pesquisa bibliográfica e documental, observação direta assistemática e entrevistas em profundidade baseadas em relatos de práticas (Bertaux, 2005) junto a líderes comunitários, embora o presente texto se limite a uma perspectiva mais analítica.

2. Cooperativa de Produção Agropecuária União da Vitória

1. Breve fundamentação teórica

Do ponto de vista conceitual, o fenômeno da comunicação popular, comunitária e alternativa, ou conforme Mário Kaplún (1985), uma “outra comunicação”, se relaciona, principalmente, a duas matrizes teórico-epistemológicas. A primeira perspectiva teórica inspira-se no conceito de cidadania, e caracteriza-se pela utilização de modo conjunto dos três termos – comunicação “popular”, “comunitária” e “alternativa” – ou pelo uso específico de algum desses três termos, dependendo do contexto das práticas sociais e das bases teóricas que as inspiram. Em sentido mais amplo, são práticas conhecidas (e reconhecidas), no Brasil e em alguns países da América Latina, como de “comunicação e cidadania”, “comunicação para a cidadania” ou “comunicação para a transformação social”. No fundo, trata-se de uma comunicação comprometida com os movimentos sociais e organizações de base popular sem fins de lucro, que se orienta à transformação da realidade, entendida no sentido de aprofundar e ampliar a conquista dos direitos de cidadania. Kaplún (1985, p. 7), que, ao referir-se a esse fenômeno da comunicação popular e alternativa, afirma tratar-se de “uma comunicação libertadora, transformadora, que tem o povo como gerador e protagonista”.

A segunda perspectiva teórica é a da “comunicação para o desenvolvimento e mudança social”, expressão mais usada desde os anos 2000 em muitos países da América Latina e da Europa para caracterizar os processos similares de comunicação em comunidades e movimentos sociais antes referidos. Trata-se de uma linha teórica que provém das ressignificações das concepções de “comunicação e desenvolvimento”, este entendido como um processo de mudanças desejável desde um tipo de (sub)desenvolvimento – o de precárias condições de

existência –, a outro, por intermédio da busca de soluções a problemas socioeconômicos locais, mas com ampla participação popular. Nesse âmbito, originariamente, gestou-se a chamada “comunicação e desenvolvimento”, em um contexto de interesses por uma “modernização” das sociedades. Mais tarde, essa perspectiva foi reformulada como “comunicação para a mudança social”. No entanto, as duas expressões continuam vigentes em diferentes países, algumas vezes empregadas com sentido diferente e outras não.

1.1 Raízes da comunicação para o desenvolvimento

A primeira perspectiva teórica tem sido mais usada no Brasil e na Argentina, entre outros países, mas a segunda impregnou a investigação dessa outra comunicação na maioria dos países da América Latina e de outros continentes, como Europa, África e Ásia. Hoje em dia, ambas perspectivas teóricas podem referir-se, em última instância, a um mesmo processo: o da comunicação desde as comunidades e dos segmentos organizados da sociedade civil, como os movimentos sociais e as organizações populares afins. Porém, historicamente – na década de 1950 e nas seguintes – as matrizes conceituais da segunda perspectiva foram marcadas por uma posição epistemológica distinta, sob a denominação “comunicação e desenvolvimento”. Ou seja, a “comunicação e desenvolvimento”, ou “comunicação para o desenvolvimento”, nasce com alguns propósitos distintos daqueles da comunicação para a cidadania e da comunicação para a transformação social, enquanto formas de comunicação emancipadoras frente a realidades concretas de opressão.

A proposta da “comunicação e desenvolvimento” surge na literatura na metade do século XX (final dos anos 1940 e

durante os 1950) com um sentido instrumental: o objetivo era usar os meios de comunicação como instrumentos de disseminação de informações, ideias e valores modernizantes favoráveis ao desenvolvimento capitalista, baseado nos padrões dos países ocidentais, então “desenvolvidos”, como Estados Unidos e países da Europa. Além da cumplicidade com os programas de desenvolvimento implementados, de instituições governamentais e privadas, os meios de comunicação atuavam como mediadores para persuadir as populações a favor do desenvolvimentismo, e para a difusão de inovações tecnológicas, produtos industrializados e novos costumes. O fundamento é a teoria da modernização, a qual defende como necessário “modernizar” as sociedades com base na concepção de desenvolvimento como progresso, e do progresso como desenvolvimento econômico e tecnológico. Para esta concepção de desenvolvimento, as nações que não alcançaram os padrões de desenvolvimento dos países ricos – tidos como desenvolvidos – seriam subdesenvolvidas ou periféricas e, para saírem dessa situação, deveriam seguir os modelos de industrialização dos países centrais e adotar suas tecnologias e padrões de produção e consumo. Porém, a estratégia de fundo foi a expansão do capital e do mercado capitalista monopolista em favor de grandes corporações norte-americanas e europeias. O que se verifica é a expansão das tecnologias, dos produtos e dos serviços – não a transferência do *know how*.

No centro dessa estratégia também se produz, de alguma forma, a difusão de uma posição epistemológica, uma visão do mundo etnocêntrica, que nunca reconheceu, como algo digno de ser respeitado, o sentido das culturas e o tipo de conhecimento e desenvolvimento dos países onde interviam. Pelo contrário, esses povos eram vistos como atrasados, possuidores de

tradições que impediam o desenvolvimento e que, portanto, precisariam ser mudadas. A estratégia não era desenvolver igualmente esses países, mas expandir o capital em benefício dos desenvolvidos, começando pelos Estados Unidos. Como disse Paul Baran (1964), os “principais impedimentos para o desenvolvimento não são a falta de capital e de capacidade gerencial, como sustentam os teóricos da modernização, mas [...] que o desenvolvimento do centro determina e perpetua o subdesenvolvimento da periferia” (*apud* SERVAES, 2004, p.31). Nesse mesmo sentido, para Celso Furtado (1973, p. 8), o subdesenvolvimento é uma criação do desenvolvimento: além de atender à lógica da produção nos países centrais, gera dependência do capital estrangeiro.

Além de não levar em conta as culturas locais ou suas especificidades, o modelo difusionista não respeita o meio ambiente, nem a saúde do trabalhador, nem a saúde pública, pois os agrotóxicos e demais produtos químicos são fortes componentes dessa política. Certamente, junto com as inovações tecnológicas e técnicas, os impulsionadores desse modelo disseminaram uma cultura sociopolítica por meio de novas visões de mundo, além de desprezar o conhecimento local. A publicidade, as notícias e os filmes difundidos por intermédio dos meios de comunicação contribuíram para esses propósitos, da mesma forma que as informações institucionais transmitidas pelos técnicos de organismos públicos e privados.

Isto é, inicialmente, a comunicação para o desenvolvimento esteve associada e à serviço da difusão de inovações. Foi vista como algo importante para instrumentalizar – informar, convocar, “disseminar ideias”, “ampliar horizontes”, “mudar atitudes”, “ajudar a formar gostos” (SCHRAMM, 1976) –, com a intenção

de facilitar a implementação de políticas e práticas de programas de desenvolvimento baseadas na promessa de progresso.

Os ilustres expoentes dessa abordagem teórica, os pioneiros Everest Roger, Daniel Lerner e Wilbur Schramm, deixaram alguns conceitos de comunicação e desenvolvimento³ que influenciaram as práticas e as pesquisas subsequentes em todo o mundo. Schramm até teve sua proposta de comunicação para o desenvolvimento adotada pela ONU após a Segunda Guerra Mundial (1945). Ele acreditava que a mídia tinha “o papel de acelerar o desenvolvimento econômico, superando etapas no processo de socialização cultural” (PERUZZO, 2014, p.16).

Em suma, esse modelo de desenvolvimento, que tanto se expandiu em diferentes continentes, deixou pegadas prejudiciais. Se, por um lado, beneficiou e enriqueceu alguns setores, por outro, causou o empobrecimento de grande parte das populações locais, além da destruição do meio ambiente e o aumento da poluição e dos riscos à saúde pública.

1.2 Um olhar alternativo, a comunicação emancipadora

Seguindo o exemplo do movimento dos “países não alinhados”, surgiram reações críticas em várias frentes. Tanto no nível da análise das macro configurações dos meios de comunicação no mundo quanto na proposição de iniciativas concretas de meios de comunicação alternativos e comunitários. É o caso do processo de discussão gerado pelos estudos sobre a Ordem Internacional da Informação (OII) e os estudos sobre a proposta de uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação (NOMIC). Nesse sentido, um dos

3. Ver Gumucio-Dagron e Tufte (2008), uma obra que reúne contribuições destes e de outros 147 autores.

documentos mais significativos das pesquisas realizadas em nível internacional foi o Relatório MacBride, “Um Mundo e Muitas Vozes”⁴, finalizado em 1979, que além de diagnosticar o fluxo unidirecional da informação internacional aponta alternativas, inclusive, às políticas nacionais de comunicação e no estabelecimento da democracia no direito de comunicar.

Em todo o mundo, e com grande participação da Organização das Nações Unidas (ONU), foram realizadas conferências internacionais, trabalhos em comissões, convenções (Biodiversidade, Agenda 21 etc.), que serviram para formular novas propostas de desenvolvimento: humano, endógeno, local, sustentável, integral, participativo, entre outros termos. Até se chegou a falar de outro desenvolvimento.

Então, como a comunicação se imbrica em “tipos” de desenvolvimento e num debate sobre o desenvolvimento em um determinado tempo, ela acompanha os diferentes conceitos de desenvolvimento que foram surgindo. Tanto que, desde os anos 1980 e 1990, aparece, pelo menos no Brasil, a proposta de “comunicação para a cidadania”, expressão que se contrapõe à originária “comunicação e desenvolvimento” adotada em outras partes do mundo desde, pelo menos, três décadas anteriores. Já nos anos 2000, em outros países da América Latina, é ressignificada de “comunicação e desenvolvimento” para “comunicação para o desenvolvimento e mudança social”, apesar do fato de algumas das práticas sociais avançarem no sentido de “outro desenvolvimento” também sob a mesma denominação tradicional.

No entanto, é necessário reconhecer que todas essas propostas seguiram a perspectiva do desenvolvimento ocidental, ou seja, sem se descolar das ideias embutidas no

4. Disponível em: unesdoc.unesco.org/images/0004/000400/040066sb.pdf.

modelo de desenvolvimento dos países ricos (SILVA, 2011). A proposta que, no final da primeira década do século XXI, mostra sinais de tentativas de mudar essa perspectiva é a do bem viver (SCHAVELZON, 2015; ESTEVA, 2009) ou, em outras línguas, *sumak kawsay* (quechua) ou *sumaj qamaña* (aimará).

Voltando à questão da “comunicação para a mudança social”, Amparo Cadavid (2014, p.41) esclarece que não é “uma nova maneira de chamar um conceito antigo, mas um nome novo para uma nova compreensão da força e capacidade que tem a comunicação que parte do povo”. Contudo, essa não é uma visão unânime. Victor Marí (2016, p.160), acredita que o debate entre a “comunicação para o desenvolvimento” e a “comunicação para a mudança social” é “estéril, na medida em que, nas palavras de Florencia Enghel [...], são expressões inadequadas e insuficientes para enfrentar problemas de natureza sócio-política”. Para Marí (2016) e Chaparro (2015, p.77), nas palavras do segundo, “o problema fundamental da denominação ‘*mudança social*’ é que o significado da palavra ‘*mudança*’ não se move em uma direção concreta e pode ser promovida a partir de muitas posições dentro do espectro ideológico”. Ou seja, pode referir-se a uma mudança apenas dentro dos parâmetros desenvolvimentistas, portanto, sem transformação substancial das estruturas de dominação.

De qualquer forma, os aspectos centrais da proposta teórica da “comunicação para a mudança social”, segundo Alfonso Gumucio-Dagron (2014), estão inscritos na participação democrática, a horizontalidade das decisões, a valorização das identidades e da cultura e as relações dialógicas. Nessa perspectiva, ou seja, quando sua práxis tem um caráter emancipatório, os conceitos de comunicação popular, comunitária e alternativa entrecruzam-se com os

da “comunicação para a mudança social”. Mas, distanciam-se dela quando se identificam com o desenvolvimentismo, razão pela qual a comunicação popular se vê mais entrelaçada com os conceitos de cidadania ativa do que com desenvolvimento.

A comunicação popular, em síntese, expressa o protagonismo de segmentos da população como forma de resistência à realidade política opressiva, às precárias condições de moradia, baixa remuneração pelo trabalho, a falta de acesso à terra, a discriminação social, os problemas da juventude e da infância etc. e, ao mesmo tempo, externa formas de lutas pela conquista dos direitos humanos e de cidadania, e pela transformação da realidade. Esta se desenvolve no contexto dos movimentos sociais e comunidades que se constituem, principalmente, desde o fim da década de 1970, no Brasil, apesar do contexto opressivo regido pela ditadura militar (1964-1985). Portanto, a comunicação popular – em uma abordagem de conjunto, ou a comunicação popular, comunitária e alternativa, como também foi sendo ressignificada ao longo do tempo – também às vezes denominada de participativa, participatória, dialógica, grupal, horizontal e educativa – configura-se como uma abordagem característica da América Latina⁵ dado o contexto de lutas sociais em prol de transformações em que desenvolve-se o protagonismo de setores populares no quefazer comunicativo, com base na autonomia e na participação ativa dos receptores que se tornam, segundo apregoou Kaplún (1985), também emissores.

A participação a que nos referimos significa o envolvimento real das pessoas, com poder de decisão, no processo de comunicação. Toda uma postura pedagógica-

5. Oxalá passe a ser reconhecida como componente das “Epistemologias do Sul” (SOUSA SANTOS; MENESES, 2009).

educativa, em parte inspirada em Paulo Freire, ajudou a desenvolver metodologias participativas. A participação pode se dar em vários níveis, mas enquanto estratégia metodológica e como expressão de um direito universal, para Juan Dias Bordenave (1983, p.84),

na comunicação participatória todos os interlocutores exercem livremente seu direito à autoexpressão, como uma função social permanente e inalienável; geram e intercambiam seus próprios temas e mensagens; solidariamente criam conhecimento e saber, e compartilham sentimentos; organizam-se e adquirem poder coletivo; resolvem seus problemas comuns e contribuem para a transformação da estrutura social de modo que ela se torne livre, justa e participativa.

Historicamente a comunicação popular participativa se expressa tanto por meio da comunicação direta face a face e de meios artesanais quanto dos tecnológicos. Contudo, a comunicação popular não se resume a meios – canais de comunicação usados enquanto instrumentos para difundir conteúdos visando conscientizar e mobilizar, mas se manifesta também como *processo comunicativo* entrelaçado nos *processos de consciência-organização-ação* (PERUZZO, 2004, 2008) desenvolvidos pelas comunidades, movimentos sociais e associações comunitaristas afins. Tais processos se realizam de modo interligado e contínuo e pressupõem a inserção em um tecido estrutural (associações comunitárias e movimentos sociais) de certa solidez e durabilidade temporal, o que distingue os movimentos sociais de meras manifestações públicas ou protestos.

Em um esforço de explicar que os movimentos sociais não são fenômenos meramente mobilizatórios, já na década de 1980

Alberto Melucci relaciona-os ao conceito de rede, enquanto estrutura de “ação coletiva” e os caracteriza por um modelo bipolar: latência e visibilidade. Para Melucci (1987, p.61-62), latência corresponde à fase de construção de elementos culturais – elaboração de significados e criação de novos códigos identitários. É o período em que as relações são mais restritas às interpessoais e informais, quando há necessidade de estabelecimento de relacionamentos em pequena escala no nível das “redes submersas”. Em suas palavras (1999, p.37):

a latência permite que as pessoas experimentem diretamente novos modelos culturais –uma mudança no sistema de significados - que, com muita frequência, se opõe às pressões sociais dominantes: o significado das diferenças sexuais, do tempo e do espaço, da relação com a natureza, com o corpo, e assim sucessivamente. A latência cria novos códigos culturais e faz com que os indivíduos os pratiquem.

O polo da visibilidade é caracterizado por Melucci (1987, 1999) como a fase da mobilização pública coletiva que tem uma função simbólica. Ou seja, expressa nas manifestações públicas e outras formas de pressão e de intervenção – nos meios de comunicação, por exemplo, envolvendo engajamento e mobilização. “A visibilidade mostra a oposição à lógica que leva a tomada de decisões na política pública. Ao mesmo tempo, a mobilização pública indica ao resto da sociedade que o problema específico se associa à lógica geral do sistema e que são possíveis os modelos culturais alternativos” (MELUCCI, 1999, p.37). Contudo, estes dois polos, visibilidade e latência, se correlacionam reciprocamente.

A latência alimenta a visibilidade com recursos de solidariedade e com uma estrutura cultural para a

mobilização. A visibilidade reforça as redes imersas. Proporciona energia para renovar a solidariedade, facilita a criação de novos grupos e o recrutamento de novos militantes atraídos pela mobilização pública que já flui na rede imersa (MELUCCI, 1999, p.37).

A questão da latência é uma categoria pertinente para explicar a dimensão do porvir de um movimento social, mas não se trata de entendê-la como todo o percurso do mesmo enquanto este não está em exposição pública, pois, de fato, há distintas fases de mutação em sua qualidade. Isto é, a latência também dá lugar a processo de configurações internas como um mecanismo de um contínuo fazer e refazer-se, segundo as conjunturas e estratégias de curto, médio e longo prazos e, não necessariamente, restrito a um número restrito de pessoas. É natural que os movimentos sociais⁶ desenvolvam, para além de uma fase de latência, períodos de maior ênfase em qualificar e consolidar seus processos internos, de auto-organização, de expansão, de fortalecimento de suas bases identitárias e relacionamentos, e às vezes, de sua institucionalização. O movimento social, como por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁷, teve seu período de latência para em seguida viver um contínuo de consolidação após sua criação nos anos 1980, embora tenha maior visibilidade apenas em seus momentos de manifestações públicas como parte de sua dinâmica e relacionadas a estratégias e finalidades específicas.

6. Referimo-nos aos movimentos sociais propriamente ditos, não a grandes manifestações públicas desencadeadas mundo afora nas últimas décadas, principalmente, àquelas motivadas com alto grau de articulação por meio de redes sociais digitais;

7. O MST é o movimento social a que a COPAVI se vincula;

2 O impulso de um outro desenvolvimento a partir das práticas

2.1 Aspectos contextuais

Borborema é uma região do nordeste brasileiro no estado da Paraíba, composta de 21 municípios e uma população de 671.244 habitantes, dos quais 21,34% vivem na área rural. Nessa área rural, estão concentrados 24.725 membros de famílias de agricultores e 1.661 famílias assentadas (do MST)⁸ e três comunidades quilombolas⁹ (O TERRITÓRIO, s./d.).

Para esta pesquisa, delimita-se a parte em que atua o Polo Sindical da Borborema¹⁰, uma organização que opera em 15 dos 21 municípios do território. É formada por uma rede de sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais – no entanto, não por todos os existentes, pois ainda há aqueles sindicatos que agem de acordo com os padrões do sindicalismo rural tradicional –, e aproximadamente 150 associações comunitárias. O polo é assessorado por ONGs, como a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA)¹¹ e a AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia¹².

O território da Borborema está localizado em uma região semiárida do nordeste brasileiro, também identificada como sertão, por causa das condições de clima seco e quente durante a maior parte do ano. Somam-se a essa configuração geográfica outros fatores, como a concentração da propriedade da terra e a difusão de políticas que favoreceram a erosão da terra – em parte devido ao uso permanente de agrotóxicos –, a

8. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra;

9. Comunidades formadas por remanescentes de quilombos, ou comunidades com predominância de população negra, descendentes de ex-escravos;

10. Ver: aspta.org.br/category/videos/?programas=programa-paraiba;

11. Ver: asabrazil.org.br;

12. Ver: aspta.org.br;

exaustão causada pelas monoculturas e a extração discricionária de recursos hídricos. O polo da Borborema e os sindicatos que o formam criaram formas coletivas de organização e práticas comunitárias, além de estarem comprometidos com a promoção da agricultura familiar baseada na agroecologia, o que gera melhorias na qualidade de vida.

A Cooperativa de Produção Agropecuária União da Vitória (Copavi) é uma comunidade autogestionária originada em um dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)¹³. Está localizada em Paranacity, noroeste do estado do Paraná, no sul do país. Originalmente (em 1993), uma fazenda, depois se tornou improdutivo, e foi ocupada por militantes do MST. Eles perderam suas terras por conta das hipotecas bancárias feitas como garantia para empréstimos durante o período do desenvolvimentismo, encorajados pelo governo militar no contexto da estratégia de modernização e industrialização do país, de acordo com os parâmetros da expansão do capital internacional que apresentamos no início deste texto.

A Copavi¹⁴ adota a propriedade coletiva, pois, conforme dissemos, é um assentamento dos trabalhadores rurais ligados ao MST. No entanto, também é composto de agricultores familiares. Cada família (cerca de 20) recebe um pequeno espaço de terra onde tem a sua casa, mas a terra de cultivo e os espaços de produção são coletivos. A Copavi é definida como um empreendimento de economia solidária, mas, na verdade, é uma comunidade onde existem identidades políticas e ideológicas, interesses compartilhados e um alto nível de

13. O MST foi criado em janeiro de 1984 e é um dos movimentos sociais mais bem-sucedidos do Brasil atualmente;

14. Ver: cirandas.net/cooperativa-de-producao-agropecuaria-vitoria-ltda;

participação de todos, tanto no trabalho quanto no poder de decisão. Está organizada para o trabalho e a gestão coletiva do ponto de vista da autogestão. Todo o produto do trabalho é compartilhado de forma equitativa e há uma alternância nas funções de produção e gestão.

2.2 Mudanças do ponto de vista das práticas

Antes de discutir as mudanças, apresentamos brevemente os aspectos centrais das formas de organização e estratégias de ação adotadas por cada uma das experiências abordadas neste texto. Ambas executam programas que envolvem, no caso do Polo da Borborema, agricultores que possuem pequenos lotes de terra, onde trabalham independentemente para sua própria sobrevivência, e na Copavi, que também envolve agricultores, mas em uma área de propriedade coletiva, onde trabalham cooperativamente para extrair recursos para seu próprio sustento.

Especificamente, no Polo da Borborema, cada um dos programas – como o Banco de Sementes, produção de fertilizantes e inseticidas agroecológicos, construção de cisternas (reservatórios de água da chuva), Fundo Rotativo Solidário, da comercialização, e intercâmbio de saberes entre agricultores - têm suas finalidades e desempenha um papel importante no conjunto. Por exemplo, o Banco de Sementes é um banco comunitário que reúne sementes produzidas pelos próprios agricultores, sem agrotóxicos, para serem distribuídas na época da semeadura. Elas são chamadas de “Sementes da Paixão”, porque representam uma declaração de amor tanto ao conhecimento de seus antepassados (herança familiar) quanto às espécies que se adaptam melhor (adaptabilidade e produtividade) às condições climáticas do clima

do semiárido. Com mais de 60 unidades e há mais de 40 anos, esses bancos reservam e conservam sementes de feijão, milho etc. em ambientes familiares, para compartilhá-las depois, gratuitamente, entre os agricultores participantes do programa¹⁵. Do ponto de vista organizacional, cada família contribui doando uma pequena parte da sua produção e, no momento da semeadura, recebe outra parte de sementes bem conservadas.

Essa estratégia é uma alternativa e, ao mesmo tempo, uma rejeição à oferta de sementes transgênicas de programas governamentais de apoio à agricultura. Portanto, é uma maneira de dizer não a um programa de desenvolvimento herdado dos esquemas modernizadores e difusionistas mencionados antes.

É necessário esclarecer os aspectos que caracterizam a organização liderada pelo Polo da Borborema. É uma organização sindical, mas de base comunitária, formada por famílias de agricultores, donos de pequenas propriedades. Portanto, o compromisso é com a agricultura familiar e com formas coletivas de organização frente aos problemas que afetam o mundo rural. Uma das conquistas é justamente a concretização de alternativas que possibilitem a sobrevivência no semiárido e, talvez, também a redução do desejo de emigrar.

Em relação à Copavi, os programas são voltados à produção de cana-de-açúcar, fabricação de cachaça e açúcar mascavo, pecuária e produção de laticínios, cultivo de cereais, legumes e verduras e produção de alimentos, além de suporte nos serviços internos de gestão, tecnologia e comercialização da própria produção. Estes são executados a partir de estratégias discutidas coletivamente e implementadas pela participação ativa de todos. O produzido é para o consumo das famílias. O

15. Projetos semelhantes existem em outras partes do Brasil e, no geral, são chamados de "Semente Crioula".

excedente é dedicado à comercialização e os recursos derivados são destinados à remuneração pelo trabalho, à manutenção e reinvestimento na própria cooperativa.

Como já esclarecemos anteriormente, a Copavi adota um sistema organizacional formal de cooperativa de agricultores, mas atua como uma comunidade que trabalha por meio da autogestão. Portanto, sem hierarquia autoritária, com participação ativa de todos em todos os processos de decisão, com alternância de funções (todos passam por diferentes tipos de trabalho) e remuneração equitativa (embora um pouco maior para o trabalho mais pesado). Há também liberdade de adesão (a permanência ou não como membro da cooperativa é livre).

Existe uma opção clara pela produção agroecológica em ambas experiências, tanto para fornecer alimentos saudáveis a si próprios quanto para oferecer produtos de boa qualidade à sociedade.

As mudanças na realidade produzidas por ambas experiências são muito significativas, em diferentes níveis: em termos de superação de dificuldades (pobreza, terras desgastadas, cultura machista e individualista, estereótipos etc.), na melhoria da qualidade de vida, no desenvolvimento organizacional de base popular, na resignificação e geração de conhecimento, na produção agroecológica, no papel ativo das mulheres, na criação de um caráter colaborativo e comunitário, bem como nas mudanças na construção do conhecimento e na comunicação.

3. O adeus ao “modelo” de difusão de inovações

As experiências do Polo da Borborema e da Copavi representam um questionamento das premissas e estratégias da teoria da modernização, e a consequente estratégia de

difusão de inovações do Ocidente para a América Latina, que no Brasil ganhou força a partir de 1960, sob a ditadura militar (1964-1985).

Primeiro, porque são expressões de negação do agronegócio¹⁶, instituindo a agricultura familiar e a produção agroecológica. Em contraposição com a monocultura de algodão, tabaco, cana-de-açúcar, soja etc., ao uso de produtos químicos e à exportação de matérias-primas por grupos econômicos – até mesmo de capital estrangeiro –, são geridos, com base nos núcleos familiares (pequena propriedade privada ou propriedade coletiva), vários tipos de culturas agrícolas com o objetivo principal de produzir alimentos, além de desenvolver sistemas de fertilização de terra e inseticidas naturais com recursos da natureza de cada região. Em vez de sementes transgênicas fornecidas por grandes empresas, são resgatadas sementes nativas, livres de produtos químicos. Em vez de comprar sementes ou usar aquelas doadas por programas governamentais, elas são distribuídas gratuitamente por meio do sistema de cooperação mútua dos bancos comunitários de sementes.

Segundo, porque essas experiências, enquanto questionam um “modelo” de desenvolvimento, também explicitam que é possível a construção de alternativas concretas para o desenvolvimento comunitário. Um desenvolvimento participativo, cujos benefícios retornam aos sujeitos que os geraram e que implica um respeito pela natureza – já que é agroecológico e, portanto, sem destruição do meio ambiente, algo que não ocorreria no sistema da abordagem modernizadora com base no desenvolvimentismo.

16. No entanto, este está em toda parte no ambiente, porque o agronegócio ainda é o modo predominante de negócios no campo.

Em relação à Copavi, outro tipo de confronto pode ser adicionado ao modelo tradicional: o sistema de propriedade privada¹⁷ é colocado em xeque, ao estabelecer a propriedade coletiva da terra na qual vivem e trabalham as famílias agricultoras. Diante de todo esse processo de transformação, cabe perguntar: qual seria o novo “modelo” de desenvolvimento que está sendo construído? Não é possível cunhar “modelo” de desenvolvimento, mas as experiências efetivadas estão mais próximas das propostas de desenvolvimento participativo (SERVAES, 1996; PERUZZO, 2014). Têm um selo local, são autossustentáveis, transcendem o econômico, favorecem o crescimento integral das pessoas e são de natureza comunitária.

Em resumo, em ambas experiências é desenvolvida a cooperação (entre sindicatos; associações; agricultores e ONGs; instituições civis; organismos dos governos federal e estadual etc.); o compartilhamento (construção de cisternas, Banco de Sementes, Fundo Solidário, compartilhamento de produtos e do rendimento do trabalho, compartilhamento de conhecimento); a participação ativa (aberta a todos e em diferentes instâncias e projetos) e respeito às condições locais (recuperação da produtividade da terra, valorização de espécies nativas, soluções baseadas em recursos da própria natureza).

4. Como o desenvolvimento participativo afeta a comunicação feita desde a base?

Nas realidades estudadas, a comunicação popular e comunitária manifesta-se assim:

1º) Comunicação como processo - entendido como algo dinâmico, com múltiplas faces, inserido nas amplas dinâmicas

17. A propriedade coletiva é característica de todos os assentamentos do MST. Em geral, ao conquistar a terra, ela é dividida entre os assentados.

de mobilização, organização e ação comunitárias. Processos que incluem a comunicação como parte do todo, como:

[...] práticas factíveis de serem reconhecidas como espaços de interação entre sujeitos nos quais se verificam processos de produção de sentidos, criação e recriação de significados, gerando relações nas quais esses mesmos sujeitos [protagonistas] se constituem individual e coletivamente. Práticas nas quais intervém a mídia, como componente fundamental em uma sociedade que chamamos de “midiatizada”, como uma parte indiscutível do processo de construção do real, mas nunca como a única variável (VARGAS; URANGA, 2010, p.85).

Portanto, a comunicação manifesta-se como um processo e, nos processos socio-organizacionais, como facilitadora das relações coletivas, interpessoais, intra e intergrupais, como elemento que ajuda a tecer relacionamentos e coordenar as ações¹⁸, como a mediação na educação informal e nas relações externas com setores do sistema educacional municipal e estadual, órgãos públicos governamentais etc.

Neste contexto, há uma dimensão educacional muito forte, na qual as intersecções entre Comunicação e Educação¹⁹ são visíveis. Elas estão presentes no nível da educação informal e não formal em ambas experiências. É uma dimensão que está inserida nas dinâmicas do cotidiano. Por outro lado, na Copavi, a educação formal também é altamente valorizada, por meio da formação universitária de jovens e adultos, e do reforço do que é ensinado nas escolas às crianças.

O desenvolvimento do conhecimento nesse contexto adquire uma perspectiva revolucionária se comparado com

18. Ver González (2012).

19. Ver Deliberador e Rampazzo (2006).

a concepção tradicional de sua transmissão por aqueles que o detém. Primeiro, porque subverte a tendência dominante de tomar o conhecimento como de nível superior, elaborado pelas “elites” e disseminado ao povo, ao valorizar o saber local, inclusive, dos antepassados, resgatando a sapiência em relação às espécies nativas que melhor se adaptam à situação da seca e as técnicas tradicionais de conservação de sementes, além do conhecimento adquirido na prática, na lida cotidiana com o semiárido. Segundo, há a construção do conhecimento coletivo gerado nos processos organizativos frente à busca de soluções aos problemas e os desafios que afetam as “comunidades”, pois estes envolvem a troca de saberes potencializado pela cooperação e participação ativa dos membros pela comunicação interpessoal e grupal. Paulo Freire (1977, p. 67) reconhece a importância da comunicação ao afirmar que “não é possível compreender o pensamento fora de sua dupla função: cognitiva e comunicativa”. Terceiro, ao se resgatar o conhecimento acumulado e valorizar o saber dos atores locais, na interface com o saber técnico proporcionado pelo conhecimento técnico-científico, também se gera o conhecimento novo. Por exemplo, em torno da agroecologia, da capacidade de liderar, compreensão da conjuntura política e econômica, desenvolvimento de formas de cooperação e assim por diante.

2º) Comunicação como diálogo. Paulo Freire (1977) critica a comunicação vertical (transmissão de informação e de saber) do engenheiro agrônomo para o agricultor, ao tentar convencê-lo a mudar hábitos e tradições e adotar os novos padrões no trabalho com a terra, segundo os parâmetros já comentados do difusionismo²⁰ e seu modo de modernizar o campo. Em contraposição a esse tipo de invasão cultural, Freire propõe a

20. Ver Peruzzo (2014).

comunicação humana como diálogo, o que implica reconhecer o outro como sujeito e não como objeto. Ser dialógico, como disse Freire (1977, p. 43), “é vivenciar o diálogo, não invadir nem manipular, tampouco impor. É empenhar-se na transformação constante da realidade”.

Assim, quando falamos da comunicação dos próprios grupos, a comunicação dialógica – face a face, grupal e entre grupos e instituições – é a mais importante forma de comunicação existente nas experiências estudadas. Trata-se de comunicação interpessoal e grupal, principalmente, oral e presencial, que torna viável a disseminação de informações, a troca de conhecimento e a tomada de decisões. Um processo inserido na vida cotidiana, que ajuda a mobilizar pessoas e, por fim, facilita a coordenação de ações, como alta expressão comunicativa da capacidade de resiliência. Ela se produz tanto por meio de contatos diretos entre pessoas quanto nos encontros presenciais (reuniões, troca de saberes e ideias²¹, atividades de formação educacional e política, discussão de assuntos de interesse local e orientação de propostas, elaboração de planos, avaliação etc.) quanto mediadas por formas comunicativas como a Marcha das Margaridas (manifestação pública coletiva por direitos das mulheres e contra o machismo), músicas, faixas e poesias, além de incorporar meios tecnológicos como celulares e smartphones cada vez mais comuns no meio rural.

3º) Formas e meios de comunicação mais presentes. Como apontamos, a comunicação dialógica, interpessoal,

21. Troca que o diálogo favorece, mas é possível ir além disso. Por exemplo, no Pólo da Borborema existe um programa chamado de “Agricultores Experimentadores”, que consiste na troca de experiências concretas baseadas em práticas. Para ilustrar, se um agricultor ou uma comunidade implementou um sistema novo de irrigação de pomares, a experiência é compartilhada com agricultores de outras áreas, como uma forma didática de socialização do conhecimento.

grupal e intergrupal é de extrema importância nas realidades estudadas. Contudo, ela se mistura a outras modalidades comunicativas e incorpora meios (canais) de comunicação midiáticos. São confeccionados boletins impressos²², pôsteres, vídeos documentários, programas de rádio²³ e, dependendo das condições, mas em baixa escala pelo menos até o momento, também são usados sites e blogs na internet e criados perfis das mídias sociais digitais. Esses espaços na internet, assim como os vídeos, são elaborados pelas entidades de assessoria e colaboradores (pessoas e instituições), mais do que pelas próprias organizações locais, mas, em geral, elas participam como protagonistas do processo de produção. Os meios de suporte tecnológico tornam-se mais presentes e úteis nas relações públicas externas, isto é, no relacionamento com as instituições públicas e privadas, para o relacionamento com os públicos mais amplos e para a difusão das ações e para discutir questões de interesse social e, desta forma, comunicar-se com a sociedade e com os poderes públicos, de acordo com as necessidades e estratégias de cada situação.

No conjunto, essas dimensões dos processos da comunicação popular face a face e a mediada por tecnologias se evidenciam como comunicação do povo, feita pelo povo e para o povo (PERUZZO, 2008), uma das razões para serem vistas como popular e comunitária. O movimento social local arregimenta suas dinâmicas comunicativas segundo suas demandas mais amplas por qualidade de vida e para falar de si, de

22. Os boletins impressos não são do tipo informativo tradicional. São boletins documentários, pois falam de experiências bem-sucedidas em geral, usando exemplos de famílias que inovaram em suas práticas.

23. Produzido por membro do movimento em nome do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Remígio, da Paraíba, e transmitido por uma emissora de rádio local.

suas propostas e de sua visão de mundo com vistas às mudanças necessárias tanto na produção agroecológica e sistemas de cooperação econômica, quanto no engajamento das pessoas no compromisso com o bem comum.

Considerações finais

Apesar de haver a constituição de formas de desenvolvimento participativo em curso alicerçado na agricultura familiar agroecológica voltada essencialmente à produção de alimentos, as experiências referidas neste texto, não estão livres das interferências de um entorno predominantemente favorável à monocultura e ao agronegócio.

Por um lado, sob a Teoria da Modernização, que gerou a lógica da difusão de inovações inserida nas políticas desenvolvimentistas, os meios de comunicação (rádio, televisão, revistas, jornais etc.) convencionais operam como cadeias de transmissão de ideias e valores com promessas de progresso, bem-estar e vantagens de padrões de consumo de produtos industrializados – dos produtos químicos ao leite para crianças. Só que o aparente objetivo de favorecer o bem-estar social e progresso para todos é subvertido pela meta de aumento do lucro que é concentrado e a ampliação das bases de expansão do capital internacional.

Por outro lado, há mudanças nos padrões convencionais de cultivo e propriedade da terra. O saber popular é valorizado e renovado, e a realidade é transformada na medida em que outras perspectivas de desenvolvimento são implementadas. A comunicação popular é constituída em processo dentro de outros processos e é confundida com eles. A comunicação popular e o conhecimento interligam-se na constituição de

alternativas. Nesse contexto, de desenvolvimento comunitário e dos movimentos sociais e organizações em questão, que priorizam uma economia solidária, como já demonstramos, a comunicação popular e comunitária faz parte de um processo de mobilização, organização e ação popular para conscientizar, mobilizar, planejar, trocar conhecimentos e tecer relacionamentos, mas com um propósito humano. Ela se desenvolve em sintonia com as condições e necessidades dos movimentos e das próprias comunidades. Predomina a comunicação horizontal, dialógica, que incorpora outros significados, como o de ser facilitadora da coordenação de ações, bem como por integrar outros canais e formas comunicativas de acordo com as necessidades e condições dos movimentos e comunidades. Em outros termos, a comunicação popular opera organicamente as comunidades e movimentos sociais tanto nos períodos de latência e no seu contínuo (re)configurarem-se e consolidarem-se quanto naqueles de maior visibilidade pública. Desse modo, ela convive com as oportunidades postas pelas políticas públicas, pelas conjunturas difíceis, dificuldades cotidianas e derrotas, mas também cultivando a resiliência, as alegrias e conquistas. Nesse sentido, a práxis da comunicação popular se revela como uma resistência epistemológica porque concebe a comunicação processo humano no seu sentido intrínseco do *comum*, da reciprocidade e diálogo, que se vale da mediação tecnológica mas que vai além dela, além de valorizar e sistematizar conhecimentos situados - enraizados - no contexto local, sem desconsiderar e valendo-se do conhecimento empírico e do científico acumulados.

Os processos de comunicação constituídos no contexto dos movimentos sociais enfatizados nesta pesquisa coadunam-se com a práxis de um desenvolvimento participativo permitindo

um deslocamento da visão tradicional da “comunicação para o desenvolvimento” e a consolidação de uma epistemologia associada à comunicação popular, comunitária e alternativa.

Referências

BARAN, P. *A economia política do desenvolvimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

BERTAUX, D. *Los relatos de vida. Perspectiva etnosociológica*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005.

CADAVID BRINGE, A. Los actuales debates sobre comunicación, desarrollo y cambio social. *In: CADAVID B., A.; GUMUCIO DAGRON, A. (orgs.). Pensar desde la experiencia. Comunicación participativa en el cambio social*. Bogotá: Uniminuto, 2014. p.37-54.

CHAPARRO, M. *Claves para repensar los medios y el mundo que habitamos*. La distopía del desarrollo. Bogotá: Desde Abajo, 2015.

DELIBERADOR, L. Y.; RAMPAZZO, A.C. Comunicação e educação para a cidadania em uma cooperativa de assentamento do MST. *Comunicação & Educação*, USP, ECA, a.XI, n.3, p.341-352, set. 2006.

DIAZ BORDENAVE, Juan. *Além dos meios e mensagens*. Introdução à comunicação como processo, tecnologia, sistema e ciência. Petrópolis: Vozes, 1983.

ESTEVA, G. *Más allá del desarrollo: la buena vida*. América Latina en Movimiento, Quito, ano 33, n. 445, p. 1-5, jun. 2009.

FREIRE, P. *Extensão ou comunicação?* 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FURTADO, C. **A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

GONZÁLEZ, J. A. **Entre culturas e cibercultur@s: incursões e outras rotas não lineares**. São Bernardo do Campo: Editora Metodista, 2012.

GUMUCIO-DAGRON, A. **Comunicación para el cambio social: clave del desarrollo participativo**. In: PEREIRA G., J.M.; CADAVID B., A. (Eds.). **Comunicación, desarrollo y cambio social**. Interrrelaciones entre comunicación, movimientos ciudadanos y medios. Bogotá: Pontificia Univ. Javeriana, 2014. p. 19-35.

GUMUCIO-DAGRON, A.; Tufte, T. **Raíces e importancia: introducción**. In: Gumucio-Dagron, A.; Tufte, T. (orgs.). **Antología de comunicación para el cambio social**. New Jersey/La Paz: Communication for Social Change Consortium/ Plural, 2008. p. 16-45.

KAPLÚN, M. **El comunicador popular**. Quito: CIESPAL, 1985.

KAPLÚN, M. **Una pedagogía de la comunicación**. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.

MARÍ SÁEZ, V.M. **Comunicaciones ininterrumpidas**. Madrid: PPC, 2016.

MELUCCI, Alberto. **Acción colectiva, vida cotidiana y democracia**. Cidade do México: El Colegio de México, 1999.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais? Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, São Paulo, CEDEC, n.17, jun.1989. Disponível em: scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451989000200004. Acesso em: 12/03/2020.

O **TERRITÓRIO**. Portal da Cidadania. (s.d.) Disponível em: territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territriosrurais/boremapb/one-community?page_num=0. Acesso em: 13/06/2014.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na Construção da Cidadania**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2004. Disponível em: 4shared.com/office/hIIItKg_o/comunicacao_nos_movimentos_popul.htm

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados. Reelaborações no setor. **Revista Palavra Clave**, Universidad de La Sabana, v.11, 1.2, p.367-379, 2008. Disponível em: palabraclave.unisabana.edu.co/index.php/palabraclave/article/view/1503/1690. Acesso em: 17/03/2020

PERUZZO, C. M. K. Comunicação para o desenvolvimento, comunicação para a transformação social. In: Monteiro Neto, A. (org.). **Sociedade, política e desenvolvimento**. Desenvolvimento nas Ciências Sociais: o Estado das Artes, Livro 2. Brasília: Ipea, 2014. p. 161-195.

PERUZZO, C. M. K.; GONZÁLEZ, J. A. Agroecología y antroponomía en movimientos sociales de Brasil: “Si los demás están bien, yo estoy mejor”. **Interdisciplina**, v. 6, n.14, p.205-235, jan-abr, 2018, México, UNAM. Disponível em: revistas.unam.mx/index.php/inter/article/view/63387/55655.

SCHAVELZON, S. **Plurinacionalidad y vivir bien/buen vivir**. Dos conceptos leídos desde Bolivia y Ecuador pos-constituyentes. Ecuador/Buenos Aires: Abya-YALA/ CLACSO. (2015).

SCHRAMM, W. **Comunicação de massa e desenvolvimento: o papel da informação nos países em crescimento**. 2. ed. Tradução de Muniz Sodré e Robert Lent. Rio de Janeiro: Bloch, 1976.

SERVAES, J. Introduction: participatory communication and research in development settings. In: SERVAES, J.; JACOBSON, T. L.; WHITE, S., A. **Participatory communication for social change**. London: Sage, 1996. p. 13-25.

SERVAES, J. Comunicación para el desarrollo: tres paradigmas, dos modelos. **Revista Comunicação Midiática**, Bauru, UNESP, a. 1, n. 1-2, p. 19-53, 2004.

SILVA, J.de S. **Hacia el 'dia después del desarrollo'**. Descolonizar la comunicación y la educación para construir comunidades felices con modos de vida sostenibles. Campina Grande: Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica (ALER), 2011.

SOUSA SANTOS, Boaventura; MENESES, M.P.(orgs.). **Epistemologias do sul**. Coimbra: Almedina/CES, 2009.

VARGAS, T.; URANGA, W. Gestión de procesos comunicacionales. Una estrategia de intervención. In: CICALÉSE, G. (coord.). **Comunicación comunitaria**. Apuntes para abordar las dimensiones de la construcción colectiva. p.77-93. Buenos Aires: La Crujía, 2010.

Cidadania Comunicativa: a participação social no direito à comunicação

Ismar Capistrano Costa Filho

Resumo

A participação social é uma condição fundamental para a conquista da cidadania comunicativa, compreendida com a formalização, o reconhecimento e o exercício do direito à comunicação. Para diferenciar da proatividade dos usuários nas redes sociais, a participação é definida a partir das dimensões da inclusão social, da interação dialógica e da partilha de poder que são possíveis de alcançar a partir de iniciativas como a regulação da comunicação, a educação para a mídia, o fortalecimento da comunicação pública, comunitária e independente, a promoção do diálogo e a participação social na gestão das mídias.

Palavras-Chave: Cidadania comunicativa. Direito à comunicação. Participação social.

Introdução

A participação tornou-se parte fundamental do discurso sobre a produção e consumo midiáticos. A colaboração dos usuários na internet, especialmente nas mídias sociais, cria uma constante expectativa de controle nas relações sociais mediadas pelas tecnologias. As pessoas, antes quase sempre resignadas a somente assistir a TV, escutar o rádio ou ler os impressos nos limites das ofertas, passam agora a não só ter uma quase infinita multiplicidade de opções de conteúdos para acessar em qualquer lugar e momento, mas também a possibilidade de produzir e compartilhar suas próprias mensagens. Como define Jenkins (2008), a convergência midiática não está somente no desenvolvimento tecnológico, mas também é representada por uma nova confluência da recepção, produção e emissão que rompe as fronteiras destes elementos no processo comunicativo.

Até que ponto podemos considerar esse cenário de convergência como a realização efetiva da participação? É possível diferenciar a interatividade proativa e o alinhamento estratégico da participação social? Em que medida as plataformas digitais dos conglomerados da internet são ambientes participativos? Esses questionamentos são centrais para refletir sobre a participação nos meios e plataformas de comunicação e compreender as diversas manobras discursivas que confundem recursos de controle panóptico¹ com distribuição de poder. Para analisar essa situação, partimos dos pressupostos da cidadania comunicativa como a consciência, a formalização e o exercício

1. A teoria panóptica foi concebido por Jeremy Bentham como uma arquitetura de vigilância invisível para o controle do comportamento dos prisioneiros nas prisões. O conceito se popularizou com Michel Foucault aos se referir aos instrumentos sociais de controle invisíveis de vigilância e controle dos comportamentos das pessoas. Neste sentido, a coleta de informações das redes sociais digitais para personalização de propaganda pode ser considerada uma forma de controle panóptico.

do direito à comunicação para, em seguida, compreender as dimensões da participação social na comunicação.

O reconhecimento jurídico da comunicação como uma garantia universal é um desdobramento das ideias de liberdade de imprensa da primeira emenda da Constituição dos Estados Unidos da América (1776), da liberdade de expressão da Declaração do Homem e do Cidadão da Revolução Francesa (1789), da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e do Relatório “Um Mundo e muitas vozes” da Unesco, conhecidos também como Relatório MacBride (1978).

A liberdade de imprensa estadunidense consolidada, em 1776, na Carta Magna, “o direito de imprimir como um direito individual natural” (LIMA, 2010, p. 46). Essa garantia livra da necessidade de qualquer autorização prévia para produzir e fazer circular as publicações. No entanto, não trata sobre o acesso e o conteúdo dos impressos. Do mesmo jeito que a responsabilidade do que se escreve é particular, o acesso aos meios também é privatizado, isto é, uma questão individual sem implicações sociais. A liberdade de imprensa é um direito que protege tão somente os indivíduos que possuem meios para produzir os impressos, confirmando a máxima liberal da inclusão condicionada pelas possibilidades econômicas de cada um. Para exercê-la, é necessário possuir uma gráfica, editora ou jornal. Quem não o tem, deve contentar-se com a condição de mero espectador/leitor, quando puder ler os impressos.

Já na Declaração de Direitos do Homem e dos Cidadãos, inspirada no pensamento iluminista e aprovada após a Revolução Francesa, em 1789, a liberdade de expressão é ampliada, além do direito de imprimir, para a garantia do respeito à fala e à escrita. Esse direito possui uma finalidade

estabelecida pela livre comunicação das ideias e das opiniões. É uma liberdade que resulta da liberdade de associação política e da impossibilidade de molestar alguém por suas opiniões. Nessa perspectiva, é muito mais do que um preceito liberal em defesa dos proprietários dos meios de comunicação.

A teoria panóptica foi concebido por Jeremy Bentham como uma arquitetura de vigilância invisível para o controle do comportamento dos prisioneiros nas prisões. O conceito se popularizou com Michel Foucault aos se referir aos instrumentos sociais de controle invisíveis de vigilância e controle dos comportamentos das pessoas. Nesse sentido, a coleta de informações das redes sociais digitais para personalização de propaganda pode ser considerada uma forma de controle panóptico, mas um reconhecimento de que todas as pessoas podem ter suas próprias ideias, manifestá-las livremente e associar-se politicamente com quem partilha de opiniões semelhantes. Diferente da liberdade de imprensa estadunidense associada ao direito de propriedade, a liberdade de expressão da Declaração Francesa é um direito político.

Durante a Segunda Grande Guerra Mundial, o correspondente da France Press, Jean Paul-Louis invocou o direito social à informação em um ambiente tensionado pela omissão e manipulação de informações sobre o conflito, tratadas como parte das estratégias militares. A ideia só veio a ser desenvolvida após a Guerra Mundial, quando em 1946, a recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU) publicou a resolução 59 sobre a liberdade de informação. Essa garantia prevê tanto o direito de ter acesso às notícias que atualizam sobre a realidade social como o conhecimento da diversidade por meio das informações jornalísticas.

A ONU avançou, em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, do Direito Social à Informação para a Liberdade de Expressão por quaisquer meios independente de fronteiras. Essa garantia prevê não só a possibilidade de as pessoas expressarem, pela fala e pela escrita, suas opiniões e ideias, mas também o uso dos meios de comunicação massivos para isso. O Pacto dos Direitos Humanos de San José da Costa Rica prescreve a necessidade de regulamentar o acesso dos grupos sociais, excluídos dos grandes meios massivos, às rádios e TVs comunitárias. Essa perspectiva, no entanto, ainda trata tão somente do direito à transmissão, enquanto a comunicação é mais ampla, pois imprescinde à recepção. Dessa forma, Jean D'Arcy, Diretor dos Serviços Visuais e de Rádio no Escritório de Informação Pública da ONU, defendeu na Revista *European Broadcasting Union*, em 1969, que “virá o tempo em que a Declaração Universal dos Direitos Humanos terá de abarcar um direito mais amplo que o direito humano à informação, estabelecido pela primeira vez 21 anos atrás no Artigo 19. Trata-se do direito do homem de se comunicar” (FISCHER, 1982, p. 26).

Nesse sentido, a Unesco, agência da ONU especializada nos direitos à educação e à cultura, promoveu, nos anos de 1970, discussões sobre o fluxo global unilateral dos meios massivos (ESCUADERO, 2015). O debate foi motivado pelo Movimento dos Países Não Alinhados, fundado em 1961, em Belgrado, com 77 membros, que reivindicava a correção dos desequilíbrios comerciais no mundo com a criação de uma Nova Ordem Econômica Internacional (Noei). Os líderes dos Países Não Alinhados estavam conscientes de que, sem uma mudança no fluxo das informações, suas intenções financeiras não teriam êxito. A predominância na circulação de notícias,

filmes, músicas, seriados e até desenhos animados produzidos por indústrias culturais dos países enriquecidos, favorecia a reprodução de um modo de vida baseado no *American Way of Life*, beneficiando o desequilíbrio da balança comercial com a demanda crescente por produtos importados dessas nações desenvolvidas e a desvalorização das culturas locais. O Movimento dos Não Alinhados passou a exigir também uma Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação.

Essa questão chegou à Unesco que, liderada pelo norueguês Sean MacBride, reuniu, em 1977, 16 intelectuais de todos os continentes, entre eles, o colombiano Gabriel García Márquez e o chileno Juan Somavia, representantes da América Latina, para elaborar um relatório sobre a circulação global de informações e comunicações (LIMA, 2010). O documento reconheceu o grave desequilíbrio no fluxo de mão única, no qual os países enriquecidos concentravam a produção dos conteúdos midiáticos e os países empobrecidos eram predominantemente consumidores, reproduzindo valores, visão de mundo e modo de vida das nações desenvolvidas. O Relatório “Um mundo e muitas vozes” apresentado na Assembleia Geral da Onu de 1980, defende a democratização da informação e da comunicação por meio de políticas públicas para incentivar as produções regionais e diversidade cultural nos meios de comunicação (VANNUCHI, 2018). A reação, liderada pelo governo estadunidense do conservador e ex-ator Ronald Reagan rechaçou a proposta como uma conspiração internacional comunista e defendeu o livre fluxo do mercado da informação (KARAM, 1997).

O direito à comunicação, além da defesa da liberdade de expressão e da informação plural e diversa que possibilite a visibilidade para os diferentes modos de vida e visão de mundo, exige o reconhecimento dos receptores e usuários das mídias

como sujeitos do processo comunicacional (COSTA FILHO, 2019). Para isso, é necessário garantir o acesso igualitário, a apropriação plena - inclusive com educação crítica para mídia - e participação social efetiva em todos os âmbitos dos meios e plataformas. A cidadania comunicativa é, nessa perspectiva, a consciência, a formalização e o exercício dessas garantias do direito à comunicação.

Como requisito fundamental do direito à comunicação, a participação possui múltiplos significados que exigem pensar seus inevitáveis aspectos políticos, sociológicos, éticos e psicológicos. Esse necessário percurso transdisciplinar nos leva a também às diversas compreensões da participação, mas, ao mesmo tempo, deve impor fronteiras entre a participação e as relações verticais e autoritárias que a negam. Como toda produção epistêmica, essas reflexões se constroem amparadas por uma visão política da vida social, nesse caso, voltada para a defesa da igualdade e da justiça social.

Abordagens sobre participação

A participação pode ser analisada em diversas abordagens. Neste artigo, utilizaremos as contribuições das abordagens política, sociológica, psicológica, ética e econômica. De acordo com Nico Carpentier (2019), a participação, nesta primeira abordagem, é analisada sob o prisma da distribuição de poder nas tomadas de decisão de um grupo social. Dessa forma, são consideradas as simetrias e assimetrias das relações entre os sujeitos, classes e organizações sociais, a partir de questões como os conflitos e acordos políticos e os dissensos e os consensos nos processos decisórios. Os espaços onde se desenvolvem essas relações políticas se constituem em outra problemática central

desta abordagem. No âmbito estatal, são refletidos os processos de descentralização das decisões por meio de políticas públicas de participação social que protegem os desprivilegiados da opressão dos grupos dominantes. Na sociedade civil, a democratização das instituições e de coletivos é analisada para compreender as formas de partilha de poder no âmbito não-estatal. Assim, questões como empoderamento, autonomia e emancipação são fundamentais tanto na construção da participação interna das organizações quanto na externa das relações entre os diversos grupos e classes.

Já na perspectiva sociológica, a participação é observada no sentido de pertencimento a uma comunidade ou uma sociedade. São os processos de inclusão e exclusão social que possibilitam ou não o reconhecimento de indivíduos e grupos culturais. Os níveis de isonomia, equidade e igualdade são centrais para caracterizar as interações sociais como participativas. Constituem-se elementos imprescindíveis, nessa abordagem, o respeito, a estima, a regulação moral e jurídica e a distribuição dos recursos cognitivos.

As questões da satisfação, do envolvimento e das motivações das pessoas nos processos participativos são analisadas na abordagem psicológica. A primeira problemática discorre sobre as possibilidades de realização e agradabilidade da participação política ou social. Já o envolvimento reflete sobre o nível de compromisso e as motivações que explicitam os impulsos à agência participativa.

Outras duas perspectivas atravessam inevitavelmente essas abordagens. A ética compreende a participação no campo deontológico. Isso significa que nem sempre as decisões baseadas na distribuição de poder são democráticas, pois a participação está no horizonte da processualidade e não dos valores

substantivos do campo da ontologia. Por sua vez, a abordagem econômica analisa a distribuição dos recursos materiais. A partir das condições de sustentabilidade econômica dos sujeitos e grupos se cria condições para a autonomia, o empoderamento e a emancipação nos processos de tomada de decisões sociais e consequentemente os graus de distribuição de poder.

Em uma visão que reúne essas diversas abordagens, pensamos a participação em três dimensões: inclusão social, interação e partilha de poder. Esses elementos são indissociáveis para caracterizar plenamente a participação nos processos sociais. A divisão serve apenas para a compreensão e detalhamento deste fenômeno, mas sempre em uma perspectiva articulada.

Participação como inclusão social

Incluir socialmente significa inserir, introduzir e incorporar sujeitos ou grupos em uma sociedade. É um processo elementar para torná-los parte e possíveis participantes. Essa ação, na perspectiva da teoria do reconhecimento (HONNETH, 2009), possui duas condições. A primeira representa, no campo jurídico, a gramática moral que permite a universalização e a ampliação de direitos. Somente com a consignação da igualdade perante a lei e a distribuição equânime dessas garantias, os indivíduos e grupos podem se sentir inseridos numa sociedade. Esse aperfeiçoamento normativo permite a autorrealização tanto no campo formal da legalidade, como pode garantir a integridade física e psíquica com a proteção estatal contra as violências, os abusos e as opressões. Os direitos possuem três aspectos: o formal, o reconhecido e o exercido. A primeira é a incorporação de uma garantia na lei que, no entanto, não assegura necessariamente o reconhecimento pela sociedade

desse direito como legítimo, nem tampouco seu exercício. O processo para consignar uma reivindicação de um grupo social em uma legislação, conquistar sua legitimidade e assegurar sua prática se constitui, por vezes, em uma luta social em busca de uma mudança da gramática moral de uma sociedade para plena efetivação de um reconhecimento.

Na luta pelo direito à comunicação, a disputa gira em torno da conquista de uma regulamentação democrática que garanta o acesso universal, a visibilidade da diversidade e a plena participação social nos meios massivos e nas plataformas digitais. O objetivo é ampliar a liberdade de expressão ao assegurar que mais grupos possam se expressar e serem vistos (VALENTE, 2013). A regulamentação é composta pelo conjunto de leis e normas, que agregam desde portarias e decretos até artigos constitucionais, leis e códigos. Para a legislação favorecer à democratização da comunicação, precisa, de forma sinérgica, disciplinar, dentre várias questões, os oligopólios midiáticos, direito à resposta, conteúdo editorial diverso, defesa da produção local e independente, transparência das informações públicas, direito à privacidade e à honra, proteção de grupos vulneráveis, direito social à informação, empoderamento dos meios públicos, comunitários e alternativos, acesso universal às infraestruturas, letramento midiático e participação na gestão das mídias e plataformas.

Outro aspecto da inclusão é reconhecimento social que exige uma eticidade para promover o respeito e o apreço de um indivíduo ou grupo em uma sociedade. Essa condição resulta do compromisso solidário com o outro como parte simetricamente integrante do social. A solidariedade representa não só a oposição ao preconceito, à segregação e à discriminação, mas pode configurar-se na realização de ações conjuntas. Estar incluído

significa, nesse sentido, ser aceito e, sempre que possível ou necessário, integrado nas ações coletivas de uma sociedade. O reconhecimento social é assim uma ampliação dos sentimentos de tolerância e coabitação para a solidariedade. Enquanto o primeiro é a inadmissibilidade de aniquilação física e moral do outro e a segunda a aceitação do inevitável convívio com o diverso, o terceiro é a eventual integração que liga as pessoas entre si e cada uma a todas (WOLTON, 2019).

Na cidadania comunicativa, o reconhecimento social deve gerar a isegoria, o direito de todos de expor em público suas opiniões, vê-las discutidas, aceitas ou recusadas (VALENTE, 2013). Esse preceito vai muito além da possibilidade de expressão, pois avança para a visibilidade pública. Ser reconhecido socialmente significa ter o direito de ser visto de forma equânime. A invisibilidade, por outro lado, é uma das formas mais graves de exclusão social (MARTÍN-BARBERO, 1998), porque, não só pode estar acompanhada da negação de outros direitos a bens materiais, mas significa a impossibilidade de ter as precariedades e reivindicações expostas. Para isso, o direito à comunicação necessita garantir políticas editoriais dos meios massivos e plataformas digitais sensíveis para a promoção da visibilidade dos diversos grupos sociais, principalmente, os mais vulneráveis, excluídos, minoritários e segregados.

Assim, essa inclusão social demanda a construção de laços de pertencimentos entre os membros de uma sociedade. As identidades na contemporaneidade, marcadas por profunda diversidade e dissenso, é um desafio, pois cada grupo não só se diferencia dos outros, como, muitas vezes, se aparta em bolhas epistêmicas que formam câmaras de eco. Essa organização social, consolidada pela política dos algoritmos das redes sociais digitais, serve não apenas para fortalecer a visão de mundo

de cada grupo como colabora para evitar as desgastantes e intermináveis discussões divergentes. Essa abertura da caixa de pandora por meio da globalização (WOLTON, 2004), ao invés de só aproximar as culturas, como a Aldeia Global idealizava (McLUHAN, 1969), tem intensificado os conflitos sociais. Nesse contexto, os laços de pertencimento que gerem o encontro necessário à participação social, se fragilizam ou até mesmo se inviabilizam.

Dessa forma, o sentimento de cidadania é uma possibilidade de construção da pertença social necessária para o engajamento na vida pública de - e apesar - os diferentes e divergentes grupos sociais (CORTINA, 2005). Para isso, primeiro é necessário a autoconsciência da imprescindibilidade do público como espaço que garanta a autonomia individual e social (CASTORIADIS, 2006). A existência de cada grupo depende de garantias que não seja aniquilado por opositores, ou seja, depende da construção da política instituída e praticada nos acordos (MOUFFE, 1996). Segundo, para essa composição, é preciso a dedicação, na maior parte das vezes, abnegada na vida social. Assim o sentimento de corresponsável pelo espaço público da cidade, país e planeta é imorescindível para a inclusão que promova a participação.

As plataformas e os meios comunitários e públicos são espaços privilegiados para a formação do pertencimento social. A comunicação comunitária exige a construção de laços identitários para reunir os partícipes em torno de um espírito e uma ação em comum. O fazer comunitário é um constante aprendizado da organização coletiva por meio da distribuição das tarefas e da tomada de decisões partilhadas. Há uma integração entre quem produz a comunicação e quem consome, pois se inserem nos mesmos grupos culturais e possuem interesses semelhantes (PAIVA, 2007). O risco, no entanto, é o

surgimento dos comunitarismos que é o isolamento dos grupos que gera uma incomunicação na sociedade. Por isso, o espaço de construção de laços de pertencimento deve ser ampliado para a comunicação pública. Os meios públicos, apesar de, quase sempre, serem mantidos por recursos estatais, não podem ser confundidos com comunicação governamental. A representação dos diversos segmentos sociais no conteúdo editorial e na gestão é a principal qualidade destas mídias.

Necessita, para isso, de uma independência que possibilita equilibrar a representação da sociedade civil, das instituições públicas e as organizações privadas. Essa articulação favorece a criação de laços identitários entre grupos que, mesmos diferentes e dissonantes, se organizam para aprender a compartilhar um mesmo espaço.

Nesse sentido, cidadania se torna também num constante processo de formação política que não pode prescindir da distribuição de recursos cognitivos. Ser incluído significa também ter acesso ao conhecimento produzido socialmente e contribuir com essa produção. Somente com a compreensão da realidade social e das garantias individuais e coletivas, é possível exercer a cidadania participativa que exige, para isso, processos educativos horizontais. A educação é concebida, nessa abordagem, como o respeito aos múltiplos saberes e à contextualização do conhecimento, ligando a palavra ação (FREIRE, 1968). Assim, a inclusão para a participação significa o reconhecimento jurídico e social, construído pelo pertencimento cidadão, criado por meio de um processo educativo dialógico.

A comunicação se relaciona com a educação em, pelo menos, dois aspectos. No primeiro, os meios massivos e plataformas digitais precisam promover o acesso ao

conhecimento socialmente produzido, compartilhando os saberes dos diversos grupos sociais. O processo de midiaticização que torna os meios centrais nas sociedades, exige também que os conhecimentos fundamentais para a vida pública sobre a realidade política, ambiental e sanitária sejam partilhados nas mídias. No entanto, para que esse conhecimento seja inclusivo precisa ser produzido horizontalmente por meio da participação dos diversos grupos sociais na socialização de seus saberes. Outro aspecto da relação entre comunicação e educação reúne a educação crítica para mídia, a literacia midiática e a educomunicação. Apesar de apontarem para perspectivas diferentes, em comum essas abordagens propõem a aprendizagem para a leitura dos meios, a partir de uma visão crítica para compreender os interesses e as propriedades das mídias e a partir da apropriação desses meios para a produção colaborativa e emancipatória. Os ecossistemas comunicativos escolares são os ambientes privilegiados para essa prática.

A Interação na Participação Social

Outra dimensão da participação é a interação social. Interagir significa partilhar uma ação com alguém. É um ato relacional porque se dá para o entorno, além da própria pessoa. Na perspectiva de G. H. Mead (FRANÇA, 2007), esse processo é composto pelo gesto, o significado, a dupla afetação, a antecipação, a relação ternária e o arco reflexivo. O primeiro elemento se refere ao ato que constitui um estímulo para o interlocutor que interage com o sujeito. Quando esse gesto faz parte uma linguagem compartilhada pelos interatores, torna-se significativo e inculca não só o interlocutor, mas também quem produz, por isso causa dupla

afetação. Nesse processo de significação, há escolhas entre o repertório de gestos que poderiam ser utilizado representando também uma antecipação do conjunto de reações suscetíveis. É assim um movimento ternário porque põe em relação a outro interlocutor, há um ajustamento recíproco deste e o acabamento do ato. Trata-se, nessa abordagem, não de uma estrutura linear, causal e mecânica, “mas de uma dinâmica circular, de um movimento de reflexividade” (FRANÇA, 2007, p. 4). Essa relação de gestos significativos e conscientes caracterizam assim a interação.

A percepção do outro e a de si são fundamentais nos processos interativos (RECUERO, 2009). Nas relações sociais, os atores buscam a compreensão com quem interatua para selecionar os gestos e antecipar as reações. Na busca de controle desse entendimento alheio, se processa a construção de si como um ato narrativo e identitário de inserção ou não em determinados grupos simbólicos, compostos por elementos como universo cognitivo, linguagem, vestuário, presenças/ausências e posturas. Essa construção de si é endereçada ao outro e à sociedade. Interagir compreende assim o ego e o alter. “A ação de um depende da reação do outro e há orientação com relação às expectativas” (RECUERO, 2009, p. 31). Em um cenário ideal, a interação exige a reciprocidade, mas nem sempre esse processo é mútuo. No estudo das redes sociais, Alex Primo (RECUERO, 2009) conceitua as interações que não possuem essa mutualidade, como reativas. São as conexões com respostas já previamente determinadas pelas plataformas digitais ou por um dos interactantes. Este mantém uma margem de controle no processo, diferenciando-o radicalmente de uma situação recíproca, que exige um nível de autonomia entre os partícipes.

Na perspectiva de cidadania comunicativa, as relações, que geram a isergonia, devem ter o predomínio de interações dialógicas. Isso significa que os agentes que interagem em um processo comunicativo precisam buscar as trocas de informações, ideias, opiniões e argumentos, respeitando-se reciprocamente. Por isso, Paulo Freire (1968) considera que a base do diálogo é a confiança no outro. Só assim é possível estabelecer laços de “um encontro em que os homens se tornam sujeitos de denúncia no mundo para sua transformação” (LIMA, 2004, p. 78). A comunicação assume, no diálogo, o aspecto de coparticipação de sujeitos no ato de conhecer, contrapondo-se a transmissão e aproximando-se da democratização da vida social.

As motivações que levam a essa interação entre as pessoas são condições fundamentais para a efetivação da participação social. De acordo com Clay Sherky (2011), há motivações intrínsecas, aquelas na qual a própria atividade é a recompensa. “Agrupa diversas razões pelas quais uma pessoa pode ser motivada pela recompensa que uma atividade cria em e de si mesma” (SHERKY, 2011, p. 71). Existem também as motivações extrínsecas que dão uma recompensa externa à atividade e não à atividade em si. Sherky (2011) defende que o compartilhamento de dados na internet, quando motivado por recompensa externas, como o pagamento pelo serviço, esvazia a livre escolha e o prosseguimento da atividade quando essa recompensa é descontinuada. Ele explica que os amadores, alguém que faz algo por amor, são os atores indispensáveis para o compartilhamento de dados. “[...] às vezes, as pessoas ficam felizes ao fazer coisas por razões incompatíveis com o fato de serem pagas” (SHERKY, 2011, p. 57).

Essa separação entre motivações extrínsecas e intrínsecas se revela artificial, pois a combinação entre esses estímulos não

só é possível, mas, em muitos casos, inevitável. Alguém, por exemplo, que realize um trabalho remunerado pode também ter satisfação e motivação na atividade em si e ter escolhido esse ofício exatamente pela por esse prazer. Por outro lado, uma pessoa que faz uma ação abnegadamente pela realização pessoal pode ser recompensada e motivada pelo reconhecimento de seu voluntariado. O pensamento de causalidade linear entre motivação e ação precisa ser evitado porque ambas estão imbricadas numa reflexividade contínua. Mesmo com a impossibilidade dessa divisão artificial entre fatores externos e internos, esses tipos de motivação, que se inter cruzam e não se excluem, são fundamentais para compreender que as interações inclusivas possuem estímulos intrínsecos, como o prazer em ajudar o próximo, em organizar a vida comunitária e em promover a cidadania. Muitas vezes, a motivação é tão interna que essas atitudes são realizadas anonimamente. No entanto, não se exclui o estímulo externo da reputação pelas ações nem a remuneração de profissionais dedicados ao serviço público. Compreender as motivações para o engajamento cidadão é essencial para planejar a mobilização participativa.

Na comunicação comunitária, o voluntariado ou a profissionalização é sempre uma discussão que permeia a operacionalização dos projetos (PAIVA, 2007). Enquanto a segunda permite uma cobrança por qualidade e compromisso, a primeira possibilita a independência de recursos financeiros que, muitas vezes, causam a subordinação dos meios comunitários e alternativos a governos, grupos políticos ou religiosos. O voluntariado traz também o engajamento espontâneo, no entanto privilegia quem possui condições para dedicar seu tempo e pode excluir quem precisa ser remunerado para dedicar sua participação em um projeto de comunicação. Os meios

precisam, a partir de suas realidades, encontrar um ponto de equilíbrio entre as duas formas de participação, a voluntária e a profissional, evitando, quando possível, somente uma dessas.

A interação, apesar de imprescindível para a efetivação da participação social, não é suficiente, nem pode ser substituída por tal. A confusão entre interação e participação pode escamotear a concentração do controle político e as assimetrias sociais que persistem em ambientes, como os das tecnologias digitais. “Essa manobra discursiva confunde participação e engajamento com alinhamento ativo dos usuários aos endereçamentos e propostas dos produtores de conteúdo das mídias digitais” (COSTA FILHO, 2019). A noção de resistência e oposição é, muitas vezes, desprezada nessa perspectiva. Assim, além do acesso - aqui chamado de inclusão - e da interação, Nico Carpentier (2019) defende que a participação se caracteriza pela partilha do poder.

Participação como distribuição de poder

A participação representa a partilha de poder para incluir os excluídos socialmente, assim define Sherry Arnstei (1969), após analisar os processos de promoção da participação social nos governos estadunidenses na década de 1960. A autora sistematizou oito degraus de amplitude do poder. O primeiro é o da manipulação quando os processos apresentados como participativos, na verdade, servem para encobrir o controle autoritário. A terapia é o segundo degrau, que abre espaço para expressão dos atores envolvidos em uma tomada de decisão, mas suas posições não são levadas em conta. O terceiro degrau é o da informação, que coleta opiniões sobre questões para justificar a tomada de decisão, muitas vezes, sem ser influenciado por estas. Outras concessões mínimas de poder são a consulta, que

consiste em escolhas predefinidas que os participantes podem optar, e a pacificação, que negocia assimetricamente acordos para as decisões políticas. A participação efetiva se dá, de acordo com a autora, na parceria, na delegação e no controle. A parceria promove o compartilhamento com os cidadãos do planejamento e das responsabilidades de tomada de decisão por meio das estruturas que possibilitem a formulação de regras básicas por meio de algum tipo de negociação. Nesse degrau, é necessária existência de uma organização popular na comunidade com lideranças responsáveis que prestam contas. “[...] o poder tem que ser conquistado pelos sem poder antes que ele seja compartilhado com os tomadores de decisão” (ARNSTEIN, 1969, p. 15). Já na delegação, os cidadãos assumem o poder deliberativo em um determinado plano ou programa com mecanismos de garantia do atendimento dos interesses da comunidade e da possibilidade de veto sobre o planejamento. No ponto mais alto da participação, está o controle cidadão que cria garantia para gerir um programa público ou uma organização com responsabilidade dos excluídos pela definição das ações e dos aspectos gerenciais. Há uma partilha de poder inclusiva para as decisões sobre o planejamento, a operacionalização e a gestão de uma política pública ou instituição.

Nesse sentido, Cicilia Peruzzo (1998) caracteriza quatro níveis de participação na comunicação. O primeiro está nas mensagens, possibilitando que os receptores e usuários publiquem conteúdos predefinidos por uma política editorial imposta. É uma falsa participação, servindo muitas vezes apenas para criar a falsa sensação de popularidade. Já a participação no nível da produção acontece quando os projetos de comunicação abrem espaço para seu público elaborar conteúdo, seja de forma colaborativa ou por meio de processos de formação.

Essa iniciativa ainda não se enquadra como participação efetiva porque o conteúdo e a abordagem do que vai ser produzido pode ser imposto por quem controla os meios. Os níveis que promovem a partilha de poder são o planejamento, quando os destinatários decidem sobre os planos e diretrizes dos projetos de comunicação, e a gestão, quando tomam parte das decisões e administração. Essa participação efetiva na comunicação significa o exercício do direito comunicação dos usuários e receptores dos meios e plataformas de comunicação, não só com a possibilidade de produção e publicação, mas de partilha de poder sobre a gestão.

Essa equalização de poder, incluindo os excluídos na tomada de decisão, permite, segundo Carpentier (2019), três avanços. O primeiro é a obtenção e a manutenção do controle dos indivíduos e grupos sobre suas vidas cotidianas e a integração no espaço comum de acordo com seus modos autônomos. O segundo é a protetividade do cidadão comum contra a opressão de elites poderosas. E por fim, possibilita maior variedade de vozes no espaço público, o que pode facilitar a confrontação e a construção de acordos mais justos. Dessa maneira, para o autor, a participação é uma forma de tornar as relações de poder equitativas, em um contexto de decisões formais e informais, em distintos aspectos da sociedade.

A promoção da participação, para Pedro Demo (1996), é um esforço para reverter nossa propensão autoritária. “Falta de participação é uma tendência histórica. Primeiro encontra-se a dominação, depois, a participação, se conquistada” (DEMO, 1996, p. 18). Para mudar essa disposição, é necessária uma constante autocrítica que faça os atores sociais reconhecerem essa tendência natural ao autoritarismo e se colocarem vigilantes para evitá-lo a partir da consciência que a partilha

equânime de poder é fundamental para uma sociedade justa. Outra providência contra essa tendência autoritária é a criação de políticas que promovam a participação social na vida pública. Isso significa que o Estado deve institucionalizar a distribuição de poder com a sociedade civil, através de conselhos deliberativos, conferências sociais sobre políticas públicas, planejamento e orçamento participativos, entre outras iniciativas. A gestão pública deixa de ser uma delegação de um mandato, muitas vezes, conquistado por promessas, baseadas em marketing eleitoral, que raramente são cumpridas para tornar-se numa constante espaço de fiscalização e controle social.

O direito à comunicação exige o fomento de políticas públicas para, por meio da mediação da sociedade civil e do Estado, garantir a inclusão da diversidade social na visibilidade midiática. O planejamento dessas políticas para ter coerência com a proposta de democratização da comunicação necessita ser participativa. O que inclui planos que prevejam consultas populares, audiências públicas e conferências. A transparência é imprescindível na implementação dessas políticas, pois possibilita o acompanhamento e fiscalização da população, seja diretamente, seja por conselhos representativos e ouvidorias cidadãs. O intuito desse controle social é garantir a efetiva horizontalidade na distribuição do poder desde o planejamento à avaliação das políticas públicas de comunicação.

Esse processo demonstra que a autonomia da sociedade civil deve ser preservada por meio do que Demo (1996) chama de autopromoção. Isso significa, para o autor, que não há democracia sem compromisso também com a distribuição econômica emancipatória, além da partilha do poder, para romper com qualquer forma de paternalismo e assistencialismo. É um processo inclusivo que reverte as

desigualdades histórico-estruturais que excluem grupos sociais desprivilegiados impedidos de ter condições dignas de vida e da autonomia necessária para exercer sua liberdade política. “É muito mais realista a mobilização da comunidade em torno de sua sobrevivência material, porque aí fazemos coincidir as duas faces da política social. [...]” (DEMO, 1996, p. 90). Nessa perspectiva, as ações distributivas, além da participação dos excluídos em suas decisões, devem apontar para romper com a dependência destas iniciativas e do Estado, criando e fortalecendo redes de economia solidária e local. Para isso, devem ser criadas oportunidades, isto é, condições objetivas para o acesso a meios de produção, e desenvolvidas capacidades para o exercício dessas oportunidades, por meio da formação produtiva (SEN, 2011). No direito à comunicação, isso significa possibilitar a sustentabilidade financeira das mídias, principalmente, as públicas, independentes e as comunitárias, garantir condições de trabalho dignas dos profissionais da área e o acesso equânime dos usuários às tecnologias de informação e comunicação.

Considerações finais

A relação entre a participação social nas políticas de comunicação e a cidadania fundamental para superar a questão ética crucial do aspecto meramente deontológico das políticas participativas. Essas não devem esvaziar-se em procedimentos que podem levar a qualquer finalidade, inclusive sua negação. Tendo o objetivo definido de realizar a inclusão cidadã da diversidade social, a participação não se resume a ritos, mas se torna processo da ampliação de direitos e da democratização das sociedades. A participação se realiza e existe em uma condição relativa à conquista cidadã.

Dessa forma, a construção da participação social na cidadania comunicativa é um processo complexo, porque sua qualidade ontológica envolve questões sociais, psíquicas, políticas e econômica. A regulamentação dos meios, a construção de laços de pertencimento pela mídia, a visibilidade da diversidade social, o voluntariado e a profissionalização na comunicação pública, educação para a mídia e a interação dialógica compõem os desafios psíquicos e sociais da luta pela democratização da comunicação. Por outro lado, a dimensão política e econômica envolve participação social nos meios ampliada em diversos níveis, a distribuição de poder no planejamento e na gestão das mídias, as políticas públicas de democratização da comunicação, a sustentabilidade dos meios independentes e comunitários, as condições dignas de trabalho nas mídias e o acesso igualitário dos usuários. Essa luta social pela cidadania comunicativa, assim como a construção da participação social, é sempre um vir-a-ser, uma conquista processual, pensada em termos organizacionais como uma cogestão que significa “a conquista de espaço crescente na administração do próprio destino, sem ignorar que, pelo menos, em parte ele é imposto” (DEMO, 1996, p. 92).

Referências

ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. *Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação*. Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002.

CARPENTIER, N.; DUARTE, A.; RIBEIRO, F. Resgatar a participação: para uma crítica sobre o lado oculto do conceito. *Revista Comunicação e Sociedade*, v. 36. Braga: Uminho, 2019, p. 17-35.

CASTORIADIS, C. *Uma sociedade à deriva*. Aparecida: Ideias e Letras, 2006.

COSTA FILHO, I. Os direitos do receptor-usuário na Cidadania Comunicativa *In: Anais do 42o. Congresso Brasileiro das Ciências da Comunicação*. Belém, 2019.

CORTINA, A. *Cidadãos do mundo*. São Paulo: Ed. Loyola, 2005.

DEMO, P. *Participação é conquista*. São Paulo: Cortez, 1996.

ESCUADERO, M. C. *Claves para repensar los medios y el mundo que habitamos*. Bogotá: Ed. Desde Abajo, 2015.

FISCHER, D. *O direito de comunicar*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

FRANÇA, V. V. Contribuições de G. H. Mead para pensar a comunicação. *In: Anais do XVI Encontro Anual da Compós*. Curitiba: UTP, 2007.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1968.

HONNETH, A. *Luta pelo reconhecimento*. São Paulo: Ed. 70, 2011.

JENKINS, H. *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.

LIMA, V. A. *Liberdade expressão x Liberdade de imprensa*. São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

KARAM, F. *Ética, jornalismo e liberdade*. São Paulo: Summus Ed., 1997.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

MCLUHAN, M. *Os meios de comunicação como extensões do homem*. São Paulo: Cultrix, 1969.

MOUFFE, C. *O Regresso do Político*. Lisboa: Gradiva, 1996.

PAIVA, R. *O Retorno da Comunidade*. Rio de Janeiro. Mauad X, 2007.

PERUZZO, C. *Comunicação nos Movimentos Populares*. São Paulo: Vozes, 1998.

RECUERO, R. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SEN, A. *A Ideia de Justiça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SHERKY, C. *A Cultura da Participação*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2011.

VANNUCHI, C. O direito à comunicação e a regulação dos meios. *Revista Galaxia* n. 38, mai-ago., São Paulo: USP, 2018. p. 167-180.

VALENTE, J. *Regulação democrática dos meios de comunicação*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2013.

WOLTON, D. *Pensar a comunicação*. Brasília: Ed. UNB, 2004.

Refletindo sobre (in)visibilidade social sob o viés da cidadania ativa e criativa

Denise Teresinha da Silva

Resumo

O pensar em comunicação para a cidadania nos faz refletir sobre algumas alternativas de articulação entre esses dois temas. Nesse sentido, a imagem que forjamos de nós mesmos e a sua ausência propiciam refletir sobre a realidade em que nos inserimos enquanto sujeitos questionadores dos padrões aceitos socialmente como apropriados, deixando à margem da sociedade quem não se enquadra nestas regras preestabelecidas. Ao longo dos anos nos congressos nacionais da Intercom foram apresentados trabalhos que trataram da importância de estudar questões relativas a imagem na sociedade atual, principalmente com o acesso crescente às redes sociais, em aparente contradição com as questões da invisibilidade social. Assim, esse texto relembra algumas dessas questões debatidas no GP Comunicação para a Cidadania que dizem respeito a projetos de ensino, pesquisa e extensão que foram desenvolvidos visando promover a cidadania ativa e criativa.

Palavras-chave: Comunicação. Cidadania. Imagem. Invisibilidade. Visibilidade.

A invenção da imprensa no século XV por Gutemberg com seus caracteres móveis proporcionou a democratização da escrita e se tornou uma referência para a história da humanidade. Nesse contexto, o aperfeiçoamento da reprodução de imagens com a redução dos custos foi aos poucos atraindo uma parcela da sociedade que se interessava não somente pelas questões culturais, mas também pelo que Freund (1995, p. 26) chama de culto ao indivíduo, como forma de pleitear a nobreza, privilégio aristocrático que se estendeu à burguesia. Algo que resultou em um processo de ruptura de prerrogativas específicas de uma determinada classe social, mas que também serviu de instrumento para dar expressão às intenções de um dado movimento.

Esse interesse pela visibilização, tanto dos indivíduos quanto dos movimentos sociais, é proporcional ao aperfeiçoamento tecnológico e com isso, o surgimento dos meios de comunicação introduz um novo olhar sobre as questões sociais, gerando uma reconfiguração de conceitos definidos desde a Antiguidade, como público e privado, particular e coletivo, que são fundamentais na discussão comunicacional. Sua presença na sociedade propiciou novas formas de interação social, reorganizando padrões de interação humana por meio do espaço e do tempo e a dissociando do ambiente físico, como afirma Thompson (1998, p.77), uma vez que permite às pessoas que não compartilham do mesmo ambiente espaço-temporal interagirem. A esfera pública torna-se “a dimensão social da exibição discursiva midiática de posições que querem

valer publicamente e para isso precisam de uma concordância plebiscitária do público” (GOMES, 2004, p. 164).

A aceção inicial da comunicação humana como condição primordial do ser humano, da sua sociabilidade, o contexto em que se insere, as representações, poder da linguagem, do silêncio, são fundamentais quando estamos falando de (in) visibilidade social, uma vez que hoje, com as mídias sociais, o sujeito receptor pode também ser o emissor. O esquema linear da comunicação emissor-mensagem-receptor se rompeu completamente. A tese de doutorado (SILVA, 2008) partiu da afirmação “Apareço, logo existo”, como uma sátira ao silogismo de Descartes “Penso, logo existo”, uma vez que na sociedade da imagem, eu preciso aparecer para confirmar que permaneço nesse mundo. Isso confirma a proposição de Arendt de que é necessário que as coisas sejam visibilizadas para atestarem que de fato existem, porque a aparência constitui a realidade (ARENDR, 1997, p. 59). Quantas vezes já nos perguntaram o porquê de não postarmos nada nas mídias sociais, como se isso fosse a normalidade (e quiçá obrigatoriedade), pois quem não aparece no espaço virtual parece não existir.

Evidentemente que cabe um parêntese neste nosso contexto de pandemia da Covid-19 para lembrar que essas pesquisas e suas reflexões são realizadas em outro momento da realidade social, onde a sociabilidade do cotidiano estava no contato entre as pessoas, não na necessidade de isolamento e distanciamento social.

Na contramão dessa necessidade quase aristocrata de aparecer, surgem as questões que envolvem a invisibilidade social. Nessa sociedade da imagem na qual a aparência constitui a realidade, como disse Hannah Arendt (1997), ser invisível

significa não existir. Um dos maiores problemas da invisibilidade é que ela pode apagar uma luta social, naturalizando o problema, como o caso dos imigrantes, indígenas, mulheres, LGBTQIA+, pessoas com deficiência, catadoras de material reciclado.

A invisibilidade pública, afirma Costa é o “desaparecimento de um homem no meio de outros homens, é expressão pontiaguda de dois fenômenos psicossociais que assumem caráter crônico nas sociedades capitalistas: humilhação social e reificação” (COSTA, 2008, p.15). A invisibilidade é um fenômeno psicossocial, diz o autor, pelo qual um sujeito é intersubjetivamente apagado por outro; é um processo onde o ser é tornado invisível por sua insignificância ou irrelevância social.

A invisibilidade pública – construção social e psíquica – tem a força de ressecar expressões corporais e simbólicas dos humanos então apagados. Pode abafar a voz e baixar o olhar. Pode endurecer o corpo e seus movimentos. Pode emudecer os sentimentos e fazer fraquejar a memória. Faz esmorecer – em todos estes níveis – o poder de aparição de alguém. A invisibilidade pública é fundada e mantida por motivações sociais e psicológicas, por antagonismos de classe mais ou menos conscientes, mais ou menos inconscientes. (COSTA, 2008, p.16)

Evidentemente, como disse Costa, trata-se de uma forma de violência simbólica e material, de opressão para com determinadas pessoas, por isso é preciso ouvir quem vive por dentro sua ação corrosiva (COSTA, 2008, p.16). É o que sempre se deve fazer quando falamos em cidadania, procurar ter a sensibilidade de ouvir e compreender o outro sujeito, suas dificuldades e desafios enfrentados na dinâmica social.

Nesse sentido, uma forma de combater essa invisibilidade social é se tornar visível ao ser o sujeito produtor da

mensagem, ao construir a sua comunicação a partir de sua própria perspectiva. O incremento de tecnologias a serviço da comunicação propiciou às pessoas comuns se tornarem de fato produtoras de mensagens. Com isso, o rompimento do processo linear pensado inicialmente como emissor-mensagem-receptor vai além das mediações que interferem nesse processo, ressignificando o uso dos meios a partir de uma proposta de comunicação para a cidadania.

Nessa negociação para uma nova forma de produção a partir do receptor, a fotografia, por exemplo, possibilita que cada família ou integrante de uma comunidade construa uma crônica visual de si mesma ao produzir suas próprias imagens. A produção realizada pelos sujeitos permite subverter a ordem estabelecida pela grande mídia e interpretar os fatos a partir da experiência de cada sujeito produtor-receptor sobre o mundo que o cerca. A reconstrução histórica da imigração por meio da fotografia é um exemplo da projeção ou transferência da memória de antepassados/as. Memória seletiva, constituidora de identidades, que se articulou em função do que aconteceu, do que foi contado, do que foi interpretado e do que foi assimilado quer de forma individual quer coletivamente. Foi também o que aconteceu com as tribos indígenas de Mbyá Guarani ao produzirem o documentário “Mokoï Tekoa Peteï Jeguatá - Duas Aldeias, Uma Caminhada” no qual jovens indígenas retrataram a sua realidade por meio do seu ponto de vista. Com a ajuda da ONG Vídeo nas Aldeias teceram uma crítica sobre a imagem que a sociedade tem sobre seus costumes. Além das comunidades indígenas e de imigrantes, as questões sobre visibilidade perpassam as relações de gênero e sua presença na mídia e nas dinâmicas sociais, assim como as pessoas com deficiência que transmitem a felicidade em uma sessão de fotografia, mostrando

o outro lado das limitações, criando as cores da imaginação, e até mesmo catadoras de material para reciclagem que contam suas memórias e posam para uma sessão de fotos como o contraponto do luxo e do lixo. Essas foram histórias ouvidas em trabalhos de pesquisa e de extensão que foram apresentados nesses mais de dez anos de participação no GP Comunicação para a Cidadania da Intercom e algumas serão revisitadas nesse texto.

Fotografias que revelam as faces identitárias da imigração (Intercom 2009)

A fotografia enquanto palimpsesto da memória permite a reconstrução histórica da imigração. Ela é um exemplo da projeção ou transferência da memória de antepassados/as. Memória seletiva, constituidora de identidades, que se articulou em função do que aconteceu, do que foi contado, do que foi interpretado e do que foi assimilado quer de forma individual quer coletivamente. Por isso que partir da família de imigrantes para entender as práticas migratórias requer partir não de uma identidade já constituída, mas entender a forma como as identidades são apresentadas em um cenário de reconhecimento e negociação com os outros sujeitos.

Uma característica fundamental para esse sentimento de pertencimento a uma determinada nação é a conservação do idioma de origem. Uma justificativa dada por uma imigrante nascida na Alemanha, que morava em um lar para pessoas idosas em São Leopoldo-RS, para ainda falar o alemão mesmo depois de 69 anos no Brasil é que como o marido era quem mantinha as relações sociais e a ela cabia o espaço privado, não se preocupou em aprender o idioma do país de acolhida. As funções específicas e o lugar definido para cada um dos sexos dentro de toda essa

estrutura social e familiar se tornam os motivos mais relevantes para a conservação do idioma de origem por essa senhora. Para ela, o fato de poder se comunicar, mesmo que restritamente, já era o suficiente para uma mulher de pastor daquela época. Caracterizado pela supremacia do homem, inicialmente na esfera familiar, o patriarcalismo perpassa toda a organização social, da produção e do consumo, à política, à cultura e à legislação, contextualizado histórica e culturalmente, diz Castells (2001, p. 169). Em suma, os problemas envolvendo as relações de gênero estão enraizados na composição das sociedades.

Essa situação é o inverso da que vivem outras entrevistadas. Uma delas nascida na Itália, afirma que apesar de compreender o idioma de origem, sente dificuldades em usá-lo normalmente e assumiu sua vida no novo país, sente-se brasileira. Ela apenas escuta seus irmãos mais velhos e entende tudo, mas não fala em italiano, nem chegou a estudar na Itália e no Brasil estudou pouco. Diferentemente do povo alemão, que teve aulas no idioma da terra natal de seus/suas ancestrais, a educação da maioria do italiano foi em português.

O Getúlio [presidente do Brasil na época da grande nacionalização 1935-45 (LESSER, 1994, p. 129)] proibiu que se falasse outro idioma por causa da guerra. O nono e a nona falavam tudo errado como 'aposentadoria', tudo em italiano, mas algumas coisas em português. Eles [os filhos e filhas] não. Eu vejo que eles falam numa gozação, só a mais velha que está com 91 anos que fala melhor, porque os outros que vieram com a idade perto da mãe é só gozação, nome feio e algumas coisas, cantoria. (Filha da descendente italiana que mora em Porto Alegre-RS).

Essa conexão com o local de origem é muito presente nas fotos de imigrantes. O objetivo desse tipo de fotografia é

mostrar as características socioculturais do local de nascimento que ainda preservam, ou apresentar às pessoas do lugar de moradia as peculiaridades de sua terra natal. Na primeira situação, as fotos são feitas no país onde moram e na segunda, no país onde nasceram. No caso de uma imigração histórica (povos europeus para o Brasil), as fotos antigas são utilizadas para rememoração e reconstrução do passado. Elas auxiliam na reconstituição do cenário histórico no que se refere aos costumes culturais (vestimenta, moradia, expressão e posição das pessoas na foto). São muito usadas nas festas das famílias que se reúnem para comemorar a chegada dos/as antepassados/as ao Brasil, assim como na construção da árvore genealógica. Na imigração contemporânea (brasileiras na Europa), a afirmação da identidade do país de nascimento é o motivo mais pujante. O sentimento de continuar pertencendo ao país de onde emigrou faz com que algumas imigrantes criem uma espécie de cenário ficcional que reúne símbolos de sua cultura, para depois ser enviado às pessoas que permaneceram no seu lugar de origem, como uma forma de dizer que continuam sendo brasileiras. Para Cogo, essas dinâmicas multiculturais podem ser compreendidas em grande parte como uma intensificação dos processos migratórios intra e extracomunitários, que por sua vez são acelerados pela globalização da economia e incremento das novas tecnologias da comunicação (COGO, 2002, p. 3).

Esse *phatos* de vida dupla relacionado à imigração (uma parte do indivíduo está no seu lugar de origem com familiares e outras pessoas próximas que ficaram e outra está no local que escolheu para viver, com suas novas redes de relacionamento e até outra família) é recorrente na fala da maioria das entrevistadas.

“A metade do coração está no Brasil e a outra metade está aqui.” (imigrante brasileira do RS em Barcelona)

“Aqui é difícil. Quando tá no Brasil, quer passear, liga pra não sei quem. Tem muitos amigos. Aqui também é bom, mas tem muitos pontos a considerar.” (Imigrante brasileira do CE em Barcelona)

As fotografias das imigrantes brasileiras em Barcelona evidenciam nitidamente a importância do Brasil e de suas regiões e, principalmente, do fato de reconhecer como pertencente a essa nação. Já nas fotos da imigração histórica, a origem cultural da família ganha força no reencontro nas festas de descendentes de imigrantes, nas quais o exercício de rememoração está presente em todas as celebrações, como nas exposições de fotos em murais de cada família, na música e na vestimenta tradicional do país de origem dos/as descendentes e na troca de experiências e relatos que surgem a partir das fotografias que são disponibilizadas para que as gerações não esqueçam da história de sua origem. Essas festas de famílias são tão importantes para a manutenção da cultura da imigração no RS, que o convite é veiculado pelos meios de comunicação. Além disso, costumam integrar a pauta de notícias ou mesmo uma reportagem sobre imigrantes.

A fotografia permite conhecer o universo simbólico-cultural que orienta as interações sociais permitindo uma ruptura territorial com a continuidade do vínculo identitário por meio da conservação dos saberes individuais e coletivos, que transmitidos aos outros povos possibilitam um aumento considerável da experiência humana. Dessa forma, compreendemos o que Halbwachs afirma quando fala que não é na história aprendida, mas sim na história vivida que nossa memória se apoia (HALBWACHS, 2004, p. 60) e quando Thompson diz que recordar a própria vida é um fato fundamental para nosso sentimento de identidade (THOMPSON, 1992, p. 208).

A memória coletiva está em constante interação com as memórias individuais (HALBWACHS, 2004, p. 51), já que esta não se esgota nas subjetividades. As questões culturais possuem uma importância fundamental na manutenção de valores identitários transmitidos de geração em geração. As construções identitárias, portanto, estão ligadas a esse processo permanente de uso, apropriação e ressignificação de sentido das coisas que integram o mundo da vida. Mundo marcado por relações assimétricas.

A construção de outra estética da realidade midiaticizada por meio do documentário Mokoï Tekoá Peteï Jeguatá duas aldeias uma caminhada (Intercom 2012)

A sociedade moderna e suas éticas passam a ser pautadas pela lógica dos processos técnicos quando do aparecimento das mídias. Passamos a ser regidos por insumos da experiência da ordem midiática que não é mais exclusivamente do indivíduo, mas são ativadas pelas trocas simbólicas presentes na cultura, na sociedade, na economia, na família. Nesse sentido, um outro fator importante nesta mudança de paradigma é o interesse, tanto dos indivíduos quanto dos movimentos sociais, pela visibilização, que é proporcional ao aperfeiçoamento tecnológico, introduzindo um novo olhar sobre as questões sociais, gerando uma reconfiguração de conceitos definidos desde a Antiguidade, como público e privado, particular e coletivo, que são fundamentais na discussão comunicacional. A esfera pública torna-se “a dimensão social da exibição discursiva midiática de posições que querem valer publicamente e para isso precisam de uma concordância plebiscitária do público” (GOMES, 1998, p. 164).

O dispositivo midiático, entendido como mecanismo técnico pelo qual a comunicação baseada em uma relação de permutação e interação que estabelece conexões entre os sujeitos num espaço privado transcende esse espaço lhe conferindo um status de público, desvenda um cenário de um mundo comum composto pela polifonia de alternativas estéticas. A multiplicidade de olhares corroborada por uma teia de cumplicidades define determinado olhar como verdade, compartilhando-o na experiência prática da sociabilidade. O risco dessa construção simbólica é deixar de lado as minúcias desses processos que perpassam as estruturas elementares de uma sociedade. Assim, o uso do vídeo produzido pelos próprios integrantes das tribos de Mbyá-guarani do Rio Grande do Sul (Porto Alegre e Viamão) aparece como estratégia para resgatar o sentido coletivo e comunitário do ser indígena. As prioridades socioculturais publicizadas são definidas a partir do olhar de quem integra esse grupo e não de uma cultura hegemônica dos meios massivos com conceitos e pré-conceitos rigidamente estabelecidos. Olhares que editam, apreendem, reinterpretem, vivenciam e, por fim, são tornados públicos.

A visibilidade dos povos indígenas tem sido cada vez maior. Entretanto, ainda são veiculadas ideias equivocadas sobre o modo de ver o mundo e as relações sociais que este grupo possui. Os guaranis são um dos povos mais numerosos no contexto brasileiro, contando com três subgrupos linguísticos: Kaiowá, Xiripá e Mbyá. O modo de ser Mbyá-guarani carrega um conhecimento que vem sendo transmitido oralmente por meio de suas gerações. Os locais de alojamento, as aldeias, chamadas de *Tekoá*, segundo Meliá (1979), não é apenas um espaço de produção econômica, mas essencialmente um lugar onde se realiza este modo de ser guarani, o estado de vida, o *teko*,

o local dos costumes. A religiosidade compreende um conjunto de mitos que atribuem sentido à vida. Suas explicações sobre o mundo são ordenadas em uma perspectiva mítico-religiosa e conduzem a aprendizagens culturais.

A percepção por parte dos povos indígenas dos europeus, segundo Ribeiro (2011) como um acontecimento espantoso, só foi possível pela sua visão mítica do mundo. “Seriam gente do seu deus sol, o criador – Maíra –, que vinha milagrosamente sobre as ondas do mar grosso. Não havia como interpretar seus desígnios, tanto podiam ser ferozes como pacíficos, espoliadores ou dadores.” (Ribeiro, 2011, p. 38). Mas, acreditaram primeiramente, como era de sua índole, que seriam pessoas generosas. Entraram tranquilamente nas naus em busca da terra sem mal, *yvy marae’ỹ*, morada de Maíra.

A escravidão indígena predominou até o século XVII quando a africana foi instaurada. Mesmo assim, continuaram sendo incorporados à sociedade colonial para a agricultura de subsistência, para a gestação de crianças e cativo doméstico. Esse é o fato que hoje serve para esta desconfiança da aproximação com o *Juruá*. Nisso também reside essa visão dualista das relações sociais e culturais com a dita sociedade civilizada. Em suas falas, esse sofrimento sempre está presente, inclusive nas narrativas míticas, como podemos observar na fala de uma anciã da tribo Tekoá Koenju no documentário:

Os deuses já sabiam que a gente ia precisar vender artesanato, que as matas iam se acabar. Então, por isso os deuses nos deram essa habilidade de seduzir os ‘brancos’ com os bichinhos de madeira, para vender e não morrer de fome. Antigamente, muito antigamente, na aldeia Kunhapiru. Lá em Kunhapiru tinha mata, mas era mata mesmo. Era só mata. Por isso, até agora tem

mata. Só a estrada que passava no meio. Era só mata, mata grande mesmo. É assim, onde entregaram a mata para os índios, o pai dela morreu. Morreu lá no mato e minha mãe também foi enterrada lá. Se nascem por aqui, envelhecem até a morte. Então tem que ficar enterrada na sua mata.

Essas explicações com base na religiosidade indígena ensinam as estratégias de vida, a generosidade, a solidariedade na convivência cotidiana. Tudo gira em torno da relação com o sagrado.

O documentário também mostra as guias no Sítio Arqueológico Missioneiro de São Miguel Arcanjo (RS) contando a história, enquanto os indígenas passam por perto gravando as cenas com a câmera de vídeo. Em certas ocasiões, pela mudança no tom de voz da guia, é possível perceber seu desconforto com a presença deles.

Guia 1: “A partir do Tratado de Tordesilhas de 1494 começa o desenvolvimento onde ambas as terras são divididas. Nisso tanto os espanhóis quanto os portugueses, eles querem garantir a posse das terras e utilizaram então principalmente o guarani que é considerado o mais dócil e extremamente curioso para o trabalho escravo e este não estava preparado para isso.”

Guia 2: “A Espanha achou por bem então para civilizar a população que estava vivendo neste território, neste continente, onde eram milhares, milhares de índios, se utilizar dos padres jesuítas e em 1609 eles iniciaram então com a primeira redução. O que que é a redução? Seria reunir o povo, fixá-lo na terra, e a partir dali tirar o seu sustento.”

Guia 1: “Então, unindo estes três objetivos que era ocupar as terras, expandir o catolicismo e proteger os índios,

começou uma nova civilização, uma nova cultura, uma nova forma de viver.”

Em outra tomada, aparece a imagem de um indígena, muito respeitado por todos, chamado Mariano, e o cacique Ariel, que é um dos autores do documentário, caminhando pelas ruínas e, às vezes, ao fundo, também aparecem imagens de guias falando para turistas. Essa cena passa a ideia de falas diferentes sobre o mesmo assunto. Enquanto conversam, Mariano, ao falar, toca nas paredes da Igreja, hoje com marcas da conservação de autoridades responsáveis pelo local:

Mariano: “Foi aqui que os nossos parentes trabalharam. Aqui é onde trabalharam os nossos parentes. Traziam as pedras de muito longe com a força dos braços. Eles traziam sozinhos, o que hoje a gente nem conseguiria levantar. Eles carregavam pedras por três quilômetros.”

Ariel: “É verdade. Nossos parentes sofreram muito. Nossos parentes trabalharam, enfrentaram sofrimentos para deixar isso aqui na terra. Deixaram isso e trabalharam tanto para que depois os brancos os matassem todos. Os brancos brigaram por causa disso aqui. Até das crianças eles cortavam os pescoços. Foi assim. Os brancos fizeram isso com nossos parentes. Tudo isso com os nossos parentes. Tudo isso é doloroso para nós. Se pensarmos, dói até hoje. [...] Os guaranis foram os protagonistas desta história. Mas agora eles estão ali daquele jeito. A morte deles só tem valor na História. Ainda existimos. E os turistas veem os guaranis tentando vender no museu. Esta é a nossa realidade.”

Mariano: “A gente não quer isso aqui de volta, não é. Não estamos aqui porque gostam da gente. Se a gente tomasse isso de volta, certamente nos matavam de novo.”

A narrativa apresentada no documentário deixa nítida a disputa presente no cotidiano dessas comunidades indígenas e da sua relação de convivência com os “brancos”. As falas são como um instrumento que sinaliza suas identidades e seus questionamentos pela posse da terra e suas justificativas sobre seu modo de existência e ação, tendo como parâmetro a moral que é formulada em regras da vida social e política dos “brancos” e transformada em princípios justos.

Nesse documentário, portanto, os Mbyá-Guarani apresentam a sua realidade por meio de seu próprio olhar sobre suas vidas, cultura, religiosidade, tradição. Também questionam identidades civis arbitrárias que não reconhecem sua cidadania enquanto Guarani. Cidadania que se refere ao vínculo político, à participação efetiva do sujeito na vida social e na vida do Estado, com direitos e deveres constitucionalmente assegurados. Como foi citado anteriormente, esse olhar retrata uma forma dualista de ver o mundo e as relações sociais. Talvez essa mágoa ainda demore séculos, pois a atual sociedade chamada “branca” pela população indígena recebe uma certa “punição” pela ação de ancestrais e das primeiras negociações de co-presença entre as etnias. Conseguir flexibilizar esse modo de ver problematizando as diferenças é uma tarefa bastante complexa no cenário atual.

Contributos éticos e estéticos para refletir sobre a glamourização da violência contra a mulher na publicidade e na moda (Intercom 2014)

O ser humano torna-se responsável pelo estabelecimento de leis e costumes quando produz esteticamente um estilo de vida. A ética se insere nesta construção quando os agentes do processo de criação dispõem de liberdade e autonomia, evidenciando uma relação na qual os elementos estéticos

são fundamentais para o julgamento moral. Sendo assim, a estetização ética não abandona os princípios que constituem a cidadania. O estético acolhe o que escapa à práxis ética, dispondo da sensibilidade como filtro da reinterpretação da racionalidade.

Essa forma de ver a relação entre as dimensões ética e estética contribui para a revisão de conceitos estéticos preestabelecidos, percebendo as diferenças de culturas e os valores interiorizados nos contextos cotidianos. Habermas defende que a experiência estética não está separada da ética (expectativas normativas) e das interpretações cognitivas; são campos que se interpenetram e favorecem a intersubjetividade expressiva. Ele afirma que no domínio da crítica estética é que se toma consciência do problema de uma fundamentação da modernidade a partir de si mesma (HABERMAS, 2002, p. 13).

A experiência estética não renova apenas as interpretações das necessidades, à luz das quais percebemos o mundo; interfere, ao mesmo tempo, também nas explicações cognitivas e expectativas normativas, modificando a maneira como todos esses momentos remetem uns aos outros. (HABERMAS, 1992, p. 119)

A importância da experiência estética se aproximando dos elementos éticos, da formação e do exercício da ética, legitima a crítica aos padrões estéticos estabelecidos entre os gêneros. A experiência vicária, proporcionada por essa sensibilidade de nos colocarmos no lugar do outro, permite a construção de um ser livre como elemento visual de qualquer produção midiática. Entretanto muitas das produções continuam optando por uma “exclusão pela imagem”, insistindo na rigidez das categorias binárias de representação dos gêneros, em vez da construção

de uma imagem positiva com respeito à alteridade, optando por uma estética desprovida de valores éticos.

Ao criar uma imagem de glamour, a publicidade, por exemplo, insiste em vincular a imagem de seu produto a um padrão de mulher (magra, caucasiana e bonita), tentando convencer seu público de que essa é a imagem que vale a pena pagar. Assim, a elaboração de necessidades por meio do simbólico perpassa a experiência midiática. Com o tempo, as ideias individuais se tornam ideias de um coletivo, passando a fazer parte da sociedade, atravessando nosso pensamento para desejar o objeto anunciado, fazendo-nos convencidos dessa verdade. Entretanto, pela perspectiva do consumo, podemos nos fazer sujeitos e rejeitar esta passividade e ideias pré-definidas. Garcia Canclini afirma que “o consumo é o conjunto de processos socioculturais em que se realizam a apropriação e os usos dos produtos. Essa caracterização ajuda a enxergar os atos pelos quais consumimos como algo mais do que simples exercícios de gostos, caprichos e compras irrefletidas” (GARCÍA CANCLINI, 1999, p. 77).

O conjunto de ações que legitima atitudes de violência contra a mulher como algo natural ou mesmo glamouroso, legitimado pela cultura, mantém o estatuto instituído às relações de gênero em termos de controle e de hierarquia. A repetição de ações como essa em doses homeopáticas veladas ou manifestas sem contestações vai instaurando na sociedade um certo tipo de permissividade à dominação masculina e à violência simbólica que pode resultar em violência física. Quanto maior a sua sutileza, maior sua eficiência em permanecer nos alicerces das relações sociais e mais difícil a sua alteração. Por isso, é necessária uma crítica estética de imagens que vão de encontro aos valores éticos, como podemos observar em algumas peças publicitárias.

Utilizar a imagem da mulher agredida ou morta não é um tema novo para a mídia. O impulso assassino, clássico de uma cultura patriarcal, é encontrado em muitos textos de literatura e obras de arte. No século XVI, Shakespeare escreveu na peça Hamlet sobre o suicídio (ou acidente) da jovem Ofélia depois que enlouqueceu. Cena que inspirou as artes plásticas, como o quadro do pintor inglês John Everett Millais chamado “Ofélia Morta” (1851-1852), no qual ela aparece deitada desfalecida sobre as águas e rodeada de flores. Além disso, não é possível esquecer Edgar Allan Poe afirmando inquestionavelmente em Filosofia da Composição (1846), que a morte de uma mulher é o tema mais poético do mundo.

A imagem é catalisadora de significações e, segundo o que Barthes (1990, p. 32) já advertia, toda imagem é polissêmica e pressupõe uma interrogação sobre o sentido, que, ao mesmo tempo em que parece evidente (óbvio), também se mostra implícito (obtusos). Por meio da imagem fotográfica descobrimos a capacidade das pessoas em reconstituir emoções que estavam guardadas na memória, bem como descobrir novas significações que pareciam ainda nebulosas. Apesar de serem imagens fixas e, por isso, parecerem silenciosas, elas provocam uma variedade de discursos.

A publicidade trabalha com a imagem sistematicamente regulada aos diferentes códigos espaciais e visuais. Por esse motivo, o tipo de imagem (gráfica, eletrônica ou virtual) influencia diretamente no estilo do trabalho que deve ser produzido. A ligação com os elementos sensíveis da imagem, como a cor, a forma, a composição, favorece no público a recepção direta da mensagem (SILVA, 2013).

Na análise dos anúncios, algumas questões merecem destaque¹. Apesar do uso de roupas, os corpos são bastante visíveis e a iluminação sugere o clima de sensualidade. A ideia de ficção é traduzida por certa intensidade da cor (saturação) na imagem. Os indivíduos normalmente apresentam uma estética plastificada, são brancos e magros. A cor mais utilizada é o azul, seja nas roupas, jeans, ou cenário, como se servisse para levar o sujeito receptor ao mundo dos sonhos. O uso do preto e do branco também é bastante percebido, sendo o primeiro para os homens e o segundo para as mulheres. A escuridão vem do masculino, gerando opressão, angústia, sordidez, e a luz vem do feminino, representando a pureza, a inocência, o imaculado.

Aparecem instrumentos que corroboram para ratificar a força física do homem, como o machado, e também fálicos, como a gravata e o carro. Em todas as cenas, o homem é quem domina a mulher, que não encontra possibilidade de resistência, quer pelo uso da força física, quer pelo uso da autoridade. O salto alto dos sapatos femininos tem um grande poder sedutor, faz parte

1. Esta pesquisa foi publicada no livro *A fotografia publicitária de moda e a glamourização da violência contra a mulher* (SILVA, 2013) e foi realizada com o auxílio da Fapergs (ARD 2011) e da Unipampa (bolsa de iniciação científica). Dados anteriores à finalização desta investigação (como as falas dos sujeitos investigados) foram apresentados no Intercom 2013 neste mesmo GP (SILVA, 2013b). A análise das imagens foi feita em duas dimensões, o CAMPO, referente à linguagem visual e o FORA-DE-CAMPO sobre a contextualização da peça publicitária (produção) e a opinião de adolescentes sobre estas imagens (recepção). Essas duas dimensões conceituais foram elaboradas com base em AUMONT (2011) e DUBOIS (2001) e a partir delas foi criada uma metodologia para análise de fotografias (SILVA, 2008). Para esclarecer, o Campo está relacionado à imagem que se encontra no enquadramento delimitado pela moldura da peça publicitária, o que é visível nos anúncios. O Fora-de-Campo é tudo que não está representado visualmente, mas que aparece no contexto em que foram criadas (produção) e nas falas que remetem para a interpretação destas imagens (recepção). A pesquisa foi centrada nas fotografias publicitárias de moda que refletem a violência contra a mulher, sendo que o importante foi compreender as leituras que essas imagens proporcionam.

do fetiche masculino e é um cânone de beleza e elegância o qual está muito presente nas fotografias. Ao mesmo tempo em que causa desconforto e problemas graves como deformidade óssea, há quem diga que ele significa o triunfo feminino expressando um novo poder das mulheres.

O plano mais utilizado nas imagens é o conjunto, integrando personagens com o cenário em que aparecem, pois, todas as informações da imagem têm grande importância na criação da atmosfera ficcional que as peças desejavam sugerir. A angulação adotada pela câmera ou está no mesmo nível da fotografia, em ângulo reto, oferecendo o fato a quem observa, ou em *plongée*, com uma leve inclinação de cima para baixo para indicar a superioridade masculina.

Com a análise das imagens nesta investigação, percebemos que a moda rompe com os conceitos “prontos” sobre publicidade, que constam nos manuais, uma vez que trabalha com ideias abstratas e que não objetivam retratar a realidade tal como a vemos. A comunicação de moda se apropria de um estilo mais conceitual, a concepção da ideia está acima dos objetos comercializados (roupa, acessórios, sapatos, perfumes). Nesse sentido, essa estratégia é evidenciada pelos sujeitos investigados que questionaram as imagens quanto ao mais precioso à publicidade, o produto ou serviço oferecido. Contudo, é justamente isso que ela quer fazer: chocar e desafiar os padrões estabelecidos. A afirmação da técnica do *shockvertising*.

Para Lipovetsky (2009), a lição histórica da moda está em compreender que a sedução reduz à desrazão, não coroa a alienação das massas e o factício propicia o acesso ao real. A moda é um vetor ambíguo, mas efetivo da autonomia das pessoas. Ela permite “a ampliação do questionamento

público, a maior automização das ideias e das existências subjetivas; é o agente supremo da dinâmica individualista em suas manifestações” e, continua, “a autonomia das pessoas se desenvolve pelo desvio da heteronomia da sedução; a ‘sensatez’ das nações modernas se compõe na loucura das paixonites superficiais.” (LIPOVETSKY, 2009, p. 19).

A publicidade de moda soube se adaptar às mudanças culturais que atravessamos, a história e ao nosso comportamento frente ao consumo. Para Lipovetsky (2009), hoje o sujeito procura realizar o seu próprio ego, junto ao código do Novo e dos valores hedonistas. Por isso, é necessário esquecer os estereótipos e investir na fantasia e originalidade, esquecer-se de descrever com objetividade a função dos produtos e fazer rir, sentir, provocando experiências estéticas, existenciais, emocionais. O autor escreve sobre uma característica muito importante da publicidade: vetor estratégico de redefinição do modo de vida centrado no consumo e no lazer. Ela contribui para despertar os desejos, acelerando-os e deslocando-os, numa cultura hedonista baseada no princípio da individualidade, desculpabilizando o fenômeno do consumo (Lipovetsky, 2009). Já Bauman (2008) observa que a promessa incessante de felicidade e satisfação a cada nova compra transmite ao indivíduo novas chances de renascimento social. A partir da exposição aos padrões impostos pelo mercado, as pessoas portam-se inconscientemente como objetos de consumo, não sendo possível tornarem-se sujeitos antes de tornarem-se mercadoria. Todavia, pensar o ato de consumir vai além disso, ele serve para pensar, afirma García Canclini (1999) inspirado em Lévi-Strauss. O consumo é um conjunto de processos socioculturais. Consumir uma Ferrari, uma mala Louis Vuitton, um relógio Rolex significa apropriar-se de produtos

que possuem a ideia de distinção, diz este autor. Dessa forma, várias significações que remetem às nossas escolhas do que vestir reafirmam nossas identidades em momentos distintos do nosso cotidiano, comunicando quem somos ao mundo.

Glamourizar a violência contra a mulher é bastante complicada quando é veiculado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que quase metade dos assassinatos de mulheres tem como autor seu marido, companheiro ou namorado, atual ou antigo; ou que o número de estupros continua sendo elevado; ou que muitas meninas de alguns países africanos, Oriente Médio e Ásia ainda tenham que passar pelo ritual de passagem com a clitoridectomia (retirada do clitóris para evitar o prazer sexual na mulher). Ao seguir a linha de domínio do homem sobre a mulher, muitas pseudojustificativas para a criação de peças publicitárias encontram legitimação para a prevalência desta ideia. Uma estética que não é pautada de forma ética.

Atualmente existem legislações específicas no Brasil para combater a violência, mas seu cumprimento ainda está muito ineficiente. A lei de maior abrangência é a 11.340/06, sancionada em 07 de agosto de 2006, conhecida por “Lei Maria da Penha”, que cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, alterando o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal. Essa lei entende por violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial (art. 5º), considerando cinco formas (art. 7º): física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, além de instituir medidas para a prevenção, assistência e proteção às mulheres nessas condições.

Do mesmo modo, para regular a veiculação de publicidades, estabelecendo um diálogo entre público e anunciante, existem organizações que visam evitar constrangimentos tanto para empresas quanto para o indivíduo, regidas por um código de ética, como o Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária – CONAR – no Brasil e a Advertising Standard Authority – ASA, órgão britânico responsável pelo controle de anúncios publicitários. Ambos já emitiram advertências sobre as cenas de violência contidas em campanhas publicitárias. As grifes Dolce & Gabbana e Relish, por exemplo, estão entre as empresas que tiveram vários questionamentos públicos sobre suas campanhas. Além disso, é importante ressaltar que algumas das campanhas analisadas, como a da Dolce & Gabbana, Duncan Quinn e Relish, estão entre os anúncios acusados de promover a violência contra a mulher, segundo uma pesquisa da Business Insider, publicada em várias mídias no Brasil².

Como vimos em Habermas (2002), a experiência estética não está separada da ética (expectativas normativas) e das interpretações cognitivas. Entretanto, a estética apresentada nessas peças está desprovida de valores éticos que contribuiriam para a formação de uma consciência cidadã sobre as relações de gênero. Por isso é necessário questionar continuamente estas produções que estetizam posturas desiguais entre as pessoas. É fundamental investir no despertar de uma consciência de que a mulher é também protagonista da história e pode intervir em seu curso. Organizações sociais de mulheres que permitem a socialização das problemáticas femininas, como a exigência

2. Para mais informações ver “15 Recent Ads That Glorify Sexual Violence Against Women” por Dominic Green publicado em 18/05/2013 – 12h22 em businessinsider.com/sex-violence-against-women-ads-2013-5?op=1#ixzz2m4f3mZu9 ou na divulgação da Revista Exame exame.abril.com.br/marketing/noticias/15-anunciosacusados-de-promover-a-violencia-contra-a-mulher#2.

de políticas públicas para o empoderamento de mulheres, colaboram para nos tornarmos sujeitos sociais transformadores da realidade em que vivemos. A educação tem papel fundamental nessa construção de uma sociedade que possibilite a equidade de gênero, aumentando os investimentos na capacitação de profissionais nas áreas humanas e sociais. Somente a partir disso e com a clareza dessas proposições é que poderemos dominar a crítica da estética e tomar consciência de que é preciso reconhecer igualmente o direito de cada pessoa.

As implicações do uso da fotografia para refletir sobre questões de cidadania (Intercom 2016)

Pensando em promover uma ruptura com padrões sociais preestabelecidos, propiciando a criação de um olhar heterodoxo, é importante refletir sobre comunicação e cidadania a partir de duas ações de extensão. Elas estão vinculadas ao projeto do Núcleo de Estudos e Produção em Fotografia da Unipampa – NEPFOTU que integra pesquisa, ensino e extensão. Esse núcleo se preocupa com a fotografia enquanto dispositivo midiático capaz de rememorar aspectos históricos, sociais, familiares e culturais de uma determinada população. Nesse sentido, pretende aprofundar o estudo sobre a fotografia nos diversos campos tanto teóricos quanto técnicos e realizar produções experimentais, que acontecem em dois ambientes, um interno, o estúdio de fotografia, e um externo, registro do cotidiano das pessoas e lugares. O primeiro é mais voltado ao aperfeiçoamento profissional de estudantes. Já o segundo, visa à realização de práticas fotográficas que sirvam como práxis profissional e instrumento de reflexão sociocultural da realidade de grupos específicos da sociedade e de lugares, com a finalidade de promoção da cidadania através do olhar sobre o próprio mundo,

despertando uma consciência crítica sobre o seu entorno. Em suma, a extensão se refere ao aperfeiçoamento e às práticas profissionais de fotografia e integração com a comunidade.

O ato fotográfico desvenda um cenário de um mundo comum composto pela polifonia de possibilidades estéticas. O uso da fotografia traz importantes desafios epistemológicos e metodológicos a serem superados. Ela acaba trazendo à tona paradoxos em qualquer área que seja examinada. Neste contexto é imprescindível estudar fotografia dentro do contexto sociocultural, histórico e tecnológico, por isso, o núcleo procura atuar em dois momentos: formação e envolvimento comunitário. O primeiro aprofundando estudos nas técnicas fotográficas, incluindo componentes curriculares, e o segundo na multiplicação do uso da fotografia a partir de objetivos distintos, quer sobre o uso e manejo dos instrumentos, quer na utilização de sua prática como um instrumento de modificação do olhar sobre si mesmo/a e o cotidiano. A fotografia é vista a partir de um aspecto antropológico para se tornar instrumento de autoconhecimento e promoção da cidadania ao ser testemunha do fato, e sociológico ao despertar a afetividade das pessoas envolvidas e ao promover laços em uma coletividade por meio do compartilhamento de imagens, e técnico ao propiciar ao corpo discente um aprofundamento dos conhecimentos adquiridos em sala de aula.

Os projetos vinculados ao NEPFOTU procuram relacionar as atividades de oficinas, palestras, exposições e encontros temáticos dentro de um núcleo de estudos sobre fotografia. Esse núcleo, além de procurar proporcionar um espaço para que o corpo discente aprofunde seus conhecimentos, aproxima pessoas da comunidade com ações específicas. Também permite o registro de atividades de

compreensão do cotidiano, aumento da autoestima e promoção da cidadania, produzindo material para o GP Fos. Assim, como está no estatuto da Unipampa, o objetivo é contribuir para uma formação acadêmica ética e reflexiva e de excelência acadêmica, constituindo um grupo sólido vinculando ensino, pesquisa e extensão; para o desenvolvimento da ciência e da difusão da cultura local visando o desenvolvimento regional, para a criação de um grupo extensionista que viabilize a realização dos estudos propostos e à integração com a sociedade em que está inserido. Portanto, o objetivo principal do núcleo é aprofundar o conhecimento técnico científico sobre fotografia, com vista a uma melhor formação do corpo discente, assim como a realização de práticas fotográficas que sirvam como instrumento de reflexão a partir de uma perspectiva sociocultural sobre a realidade de grupos específicos da sociedade sob o viés da cidadania. Para isso, também é preciso mapear técnicas fotográficas que serão produzidas, experimentar as técnicas selecionadas através da realização de produção fotográfica em estúdio e em ambientes externos, refletir sobre o papel da fotografia como lugar de construção da memória, registrar o cotidiano, proporcionar a reflexão de sujeitos sobre as suas ações com uma abordagem mais lúdica através da fotografia, possibilitar o autoconhecimento, o aumento da autoestima, através da imagem fotográfica para uma reflexão sobre o cotidiano e promoção da cidadania.

O trabalho é realizado em quatro momentos: (1): Aprofundamento de estudo teórico e técnico sobre fotografia. (2) Produção no estúdio de fotografia da Unipampa Campus São Borja. (3) Produção de fotografias de paisagem em lugares externos ao campus. (4) Promoção da cidadania por meio do olhar sobre o cotidiano com a realização de ações que visem a

aproximação da comunidade à instituição com a escolha de um ou mais grupos que possuem certa invisibilidade social para produção de fotografias. O corpo discente passa pela formação nos componentes curriculares do curso de Publicidade e Propaganda (ensino), estudo e análise das fotografias (pesquisa) e produções fotográficas (extensão).

Um exemplo deste trabalho foi a ação chamada “Um convite às cores da imaginação” que retratou oito pessoas com deficiência que frequentam a APAE da cidade de São Borja no Rio Grande do Sul. Essa ação de extensão foi realizada pelos integrantes do NEPFOTU composto por nove discentes do curso de Publicidade e Propaganda da Universidade Federal do Pampa. Cada integrante ficou responsável pelas fotografias de uma ou duas pessoas escolhidas previamente pela APAE, sob a orientação docente e apoio das/dos demais integrantes do núcleo.

Ao ficarmos sem saber como tratar as pessoas com deficiência, deparamo-nos com um certo estranhamento, um desconforto gerado por situações que não fazem parte do nosso cotidiano. Esses momentos podem resultar, muitas vezes, em formas preconceituosas de agir, devido ao nosso desconhecimento sobre o assunto. Já passamos por várias terminologias para nos referirmos a estas pessoas, como portadora de deficiência ou com necessidades especiais, até termos com sentido depreciativo, como incapaz, mongol, retardado, defeituoso, entre outros. No próprio nome da APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais), criado em 1954, percebemos este fato. Hoje, o termo mais adequado é “Pessoa com Deficiência”. Cabe lembrar que a deficiência é algo permanente que pode ter surgido durante a gestação, no parto ou em função de algum acidente ou doença, não é transitória como

uma doença. O importante, segundo organizações que procuram uma sociedade mais inclusiva, é privilegiar o ser humano acima de suas condições físicas, sensoriais ou intelectuais.

A força do significado das palavras exerce um poder simbólico no sentido de Bourdieu (2004) muito aparente no nosso cotidiano, principalmente no que se refere à cidadania, pois ao mesmo tempo em que permite uma aproximação, pode nos afastar totalmente das pessoas e ainda criar dois mundos, um onde estão os socialmente aceitos e outro com os demais, com os excluídos deste fechado círculo social e por isso à margem da sociedade. Assim, a linguagem pode ser tanto incluyente como excluyente tanto se for expressa de forma voluntária ou mesmo involuntariamente, por isso o processo de uma sociedade inclusiva passa pelo cuidado com as palavras.

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os 'sistemas simbólicos' cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a 'domesticação dos dominados'. (BOURDIEU, 2004, p. 11).

O poder das palavras e das palavras de ordem, afirma Bourdieu (2004, p. 15), tem sua força na crença da sua legitimidade e de quem as pronuncia.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico

que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário. (BOURDIEU, 2004, p. 14).

Outra questão importante é que a legislação atual esclareceu de forma mais objetiva os direitos destes/as cidadãos/ãs. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), Lei 13.146 (6/07/2015), é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”, como elencado no seu artigo primeiro. Essa lei considera a pessoa com deficiência, em seu artigo segundo, “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Outro artigo relevante é o quarto, o qual afirma que “toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação”.

§ 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais de pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. (Lei 13.146/2015, art. 4º).

O art. 84 estabelece que “a pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em

igualdade de condições com as demais pessoas”. No Título II, estão dispostos os artigos que tratam dos crimes e das infrações administrativas no não cumprimento dessa lei. Mas, infelizmente, não basta apenas termos uma legislação sobre o tema. É necessário garantir as reais condições de participação dessas pessoas na sociedade seja no trânsito, em uma festa, na escola, em todo lugar que podem acessar como qualquer pessoa sem deficiência.

O objetivo da ação “Um convite às cores da imaginação” foi apresentar pessoas com deficiência por meio de imagens positivas, aumentando com isso a autoestima das mesmas e rompendo com padrões de imagens socialmente aceitos de normalidade, ao fazer os demais sujeitos terem um outro olhar por meio das exposições que foram realizadas na cidade. Das onze selecionadas, oito compareceram às sessões de fotos, uma com múltiplas deficiências (intelectual, física e sensorial), uma cadeirante com paralisia cerebral, duas com deficiência intelectual, duas com problemas cognitivos e motor, e três com síndrome de Down. O tema desta produção está ligado à alegria e à fantasia, saturando as cores na edição (pós-produção). As fotografias foram realizadas no estúdio da universidade com acompanhamento das mães no início de julho de 2016. Cada estudante realizou a montagem de cenários a partir do tema escolhido.

Entre os meses de 2016, julho e agosto, as imagens foram editadas e no final de agosto, em um Seminário da APAE, foi realizada a primeira exposição das fotografias e em setembro a exposição foi no campus da universidade. . Foram realizadas outras exposições, inclusive em 2017 na XII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã em Minas Gerais na UFJF, para

tornar estas pessoas mais visíveis e reafirmar que elas também são pertencentes a uma vida pública, pois, como afirma Arendt (1997), o sujeito que vive uma vida privada está em privação dos demais sujeitos sociais e de coisas essenciais à vida humana, uma vez que se não é visto pelos outros é como se não existisse, por isso não interessa a ninguém. Essa visibilidade faz com que o poder se torne relacional e gerado por meio da comunicação. Como já foi dito, “para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade” (ARENDR, 1997, p. 59). O apareço, logo existo (SILVA, 2008).

Cabe ainda citar alguns ensaios fotográficos realizados neste mesmo sentido e que inspiraram o nosso trabalho. Recentemente, o fotógrafo Sean Goldthorpe em parceria com a organização britânica ‘People Dancing’, criou um projeto no qual ele recria grandes cenas do cinema, tendo como personagens pessoas que têm alguma deficiência, a fim de mudar a percepção sobre a dança e as deficiências usando cenas positivas. A série de fotografias é intitulada “11 Milion Reasons” e foi feita com pessoas com deficiências intelectuais, auditivas, visuais e motoras (REDE TV, 2016).

Um ensaio fotográfico “MacroAmor” feito por Joelson Souza em Pernambuco no início deste ano mostra mães e pais com bebês que nasceram com microcefalia, enfatizando os laços afetivos. O ensaio foi feito com mulheres da ONG do Recife UMA (União de Mães de Anjos) que fornece apoio às famílias nessas condições, com a finalidade de incentivar as pessoas a olharem estas crianças com naturalidade (UOL, 2016).

O publicitário João Fábio Matheasi fotografou 17 pessoas com deficiências físicas e mentais de unidades da APAE de Minas Gerais. Nestas imagens, elas estavam realizando seus

sonhos, como andar na chuva, ser médico, casar etc. O projeto foi chamado “Realizando sonhos” e foi inspirado no ensaio fotográfico “Le Petit Prince” do esloveno Matej Peljhan (CHEREN, 2014). Nesse ensaio de 2013, Peljhan faz fotos de um menino de 12 anos com distrofia muscular que não consegue comer sozinho, mas é retratado em um mundo imaginário onde pode nadar, subir escadas, entre outras coisas (UOL, 2013). O esloveno também tem deficiências físicas causadas por um grave acidente ao ser atingido por explosivos oriundos da Segunda Guerra Mundial. Ele é co-fundador do *Institute for phototherapy* na Eslovênia (PELJHAN, 2016).

O importante nesse trabalho foi o que aconteceu com o grupo de discentes. Por isso, permito um relato em primeira pessoa. Eu contatei a direção da APAE e após uma primeira reunião, fizemos uma segunda entre o grupo, as mães e a direção na própria instituição. Quando a mesma acabou, ficamos no pátio da escola durante o intervalo das aulas e meu grupo ficou um pouco retraído, sem saber como falar com as pessoas. Elas que se aproximavam e perguntavam o que estávamos fazendo ali. Assim começou a interação e a quebra de pré-conceitos. Devido ao fato de ficarem sem saber ao certo como agir, pedi o apoio de uma psicóloga para realizar uma conversa com eles/as. Neste momento, que antecedeu a produção fotográfica, o grupo pode esclarecer suas dúvidas sobre a forma de tratamento e como fazer uma aproximação com pessoas com deficiência. Entretanto, o que aconteceu, não foi o que o grupo imaginava, pois o carinho destas pessoas e a forma com que se mostraram disponíveis, interessadas e compenetradas nas atividades os/as deixou surpresos/as e ao mesmo tempo ficaram tranquilos/as. Depois de realizadas as sessões de fotos nos três dias, os comentários eram: “Nossa, foi tão fácil!”, “Eu estava tensa,

mais foi bem legal, deu tudo certo!”, “Eu pensei que ia ser um trabalho pesado, mas foi tão leve!”. O processo foi o inverso do que esperavam e, por isso, aparece a pergunta (com a resposta óbvia): quem fez o bem a quem?

Para isso, é importante compreender a cidadania vinculada às relações sociais. Muito aproximado ao conceito de Mouffe (2012) de democracia radical e plural, de um sujeito cidadão que convive com distintos projetos e identidades democráticas, reconhecendo a dimensão conflitiva da sociedade democrática pluralista. A identidade tanto a individual quanto a coletiva vai se complexificando ao voltar-se para o plural, e, conseqüentemente, as sociedades são estruturadas conforme a ordem social e política.

Nesse sentido, a importância da imagem fotográfica para retratar pessoas que tem pouca visibilidade social, bem como pelo fato de permitir questionar conceitos arraigados ao desconstruir rótulos que são colocados nas pessoas e que seriam capazes de identificar sua forma de pensar ou de agir, levando à discriminação, torna-se evidente. Essa reflexão possibilita reconhecer um mundo plural, composto por pessoas diferentes com opiniões contraditórias dentro das complexas relações sociais, mas que podem viver juntas.

À guisa de conclusão: Pensando a comunicação sob o viés da cidadania ativa e criativa (Intercom 2018)

Quando falamos em algum termo conceitual, surge de início a busca pela origem da palavra, sua etimologia. Nesse caso, que estamos falando sobre cidadania, sabemos que ela vem do latim *civitas*, significando cidade. É um termo da Antiguidade que na Grécia e na Roma se referia às pessoas nascidas nas terras

da respectiva nação e estava associada à situação política e civil de uma pessoa, ou seja, seus direitos. Ficavam excluídos deste status de cidadão homens artesãos e comerciantes, crianças, mulheres, escravos e estrangeiros. Os homens livres que não precisavam trabalhar para sobreviver, que eram proprietários de terras, tinham tempo para se dedicar às coisas públicas. Para Aristóteles, o homem que dedicava a vida ao belo e à contemplação das coisas que não eram necessárias e úteis trazia a independência das necessidades da vida e das relações dela decorrentes, dispondo da liberdade de seus movimentos e atividades.

A principal diferença entre o emprego aristotélico e o posterior medieval do termo é que o *bios politikos* denotava explicitamente somente o domínio dos assuntos humanos, com ênfase na ação, práxis, necessária para estabelecê-lo e mantê-lo. Nem trabalho nem a obra eram tidos como suficientemente dignos para constituir um *bios*, um modo de vida autônomo e autenticamente humano; uma vez que serviam e produziam o que era necessário e útil, não podiam ser livres e independentes das necessidades e carências humanas. (ARENDRT, 1997, p. 16).

Podemos notar que a cidadania está em constante processo de reconstrução. A história da cidadania também em muitos momentos se confunde com a história dos direitos humanos por estar ligada às lutas sociais e de classes na busca por igualdade de direitos. A Constituição de 1988, chamada por Ulysses Guimarães de Constituição cidadã, trouxe vários avanços para as questões políticas e sociais. Entretanto, o Brasil continua sendo um país injusto, com grandes desigualdades sociais. O problema da justiça, como diz Bauman (1998), só pode ser postulado quando

obtivermos um sistema democrático de tolerância que assevere os direitos humanos, “o direito a conservar a própria identidade e singularidade sem risco de perseguição” (BAUMAN, 1998, p. 82). Porém afirma, essa condição não é o suficiente, uma vez que o sistema democrático não transforma a tolerância em solidariedade, atualmente conhecemos o sofrimento e a penúria das outras pessoas, ficamos até certo ponto emotivos e perplexos, mas, em geral, não nos responsabilizamos pela sua eliminação. Continuamos em nossas vidas pacatas legitimadas pelos meios de comunicação de massa que alicerçaram o discurso hegemônico de atribuir às pessoas com dificuldades econômicas e sociais a total responsabilidade por suas condições, sem levar em conta as condições estruturais em que estão inseridas.

Estudar essas práticas sociais a partir da articulação entre comunicação e cidadania significa compreender que a complexidade do processo comunicacional acontece porque as pessoas que interagem com os meios e as mensagens são muito mais do que meras espectadoras. Cada uma é única, com seus conceitos e pré-conceitos. Além disso, cada ser humano pertence a vários espaços sociais, ou seja, é integrante de uma família, de uma comunidade, de uma cultura, com suas condições socioeconômicas, culturais e psicológicas.

Desse modo, é possível observar nas visões apresentadas sobre as diferenças identitárias e socioculturais que o sujeito está envolto em uma teia de significações que envolvem um mundo complexo no qual está inserido. Sob a óptica feminista, “o sujeito cognoscente já não é uma razão isolada das demais dimensões da vida, mas um indivíduo/grupamento historicamente particular, social, corporificado, interessado, emocional e racional. [...] assim, o corpo é aquilo que se faz dele através da cultura” (SAFFIOTTI, 1995, p. 162). Portanto, ao discutir questões relacionadas aos

sujeitos enquanto cidadãos, devemos lembrar que não basta discuti-las tendo como base um caráter universal analítico, mas sim compreender as modalidades particulares de ser sujeito dentro de um complexo sistema cultural, pertencente a uma determinada classe social em uma região específica com crenças e valores diferenciados, sempre tendo em vista a alteridade.

Referências

ARENDT, H. **A condição humana**. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BARTHES, R. **O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III**. Tradução de Léa Novaes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BAUMAN, Z. **O mal-estar da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadorias**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 7.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL, **Lei nº 11.340**, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).

BRASIL, **Lei nº 13.146**, de 06 de julho de 2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – Estatuto da Pessoa com Deficiência).

CASTELLS, M. **O poder da identidade**. V. 2 (A era da informação: economia sociedade e cultura). São Paulo: Paz e Terra, 2001.

COGO, D. **Mídia, imigração e interculturalidade: mapeando as estratégias de midiaticização dos processos migratórios e das falas imigrantes no contexto brasileiro**. In: **Anais do XXV Congresso**

- Brasileiro de Ciências...** Salvador/BA, São Paulo: Intercom, 2002.
- COSTA, F. B. **Moisés e Nilce: retratos biográficos de dois garís. Um estudo de psicologia social a partir de observação participante e entrevistas.** Tese de doutorado. São Paulo: Instituto de Psicologia/ USP, 2008.
- FREUND, G. **Fotografia e sociedade.** 2.ed. Lisboa: Vega, 1995.
- GARCÍA CANCLINI, N. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização.** 4. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- GOMES, P. G. **Tópicos de teoria da comunicação: processos mediáticos em debate.** 2.ed. São Leopoldo : Unisinos, 2004.
- HABERMAS, J. **Modernidade: um projeto inacabado.** *In: ARANTES; ARANTES. Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas.* São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 91-123.
- HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições.** São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Ed. Centauro, 2004.
- LESSER, J. **Imigração e mudanças conceituais da identidade nacional, no Brasil, durante a Era Vargas.** *Revista Brasileira de História,* São Paulo, ANPUH/Marco Zero, v. 28, p. 121-150, 1994.
- LIPOVETSKY, G. **O império do efêmero: a moda e seu destino nas sociedades modernas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- MELIÀ, B. **Educação indígena e alfabetização.** São Paulo: Loyola, 1979.
- MOKOÏ TEKOÁ PETEÏ JEGUATÁ: DUAS ALDEIAS UMA CAMINHADA.** Direção: Ariel Duarte Ortega, Jorge Ramos Morinico, Germano Beñites. Produção: Vídeo Nas Aldeias/IPHAN, 2008. RS – Mbyá-Guarani. Documentário, 63 min.

Refletindo sobre (in)visibilidade social sob o viés da cidadania ativa...

MOUFFE, C. Alteridades y subjetividades en las ciudadanías contemporáneas. **Diálogos de la Comunicación**. Felafacs, 2012.

PELJHAN, M. **Biography**. Disponível em mate.1x.com/biography. Acesso em 03/07/2016.

REDE TV. **Fotógrafo recria cenas clássicas com pessoas com deficiência**. Disponível em redetv.uol.com.br/jornalismo/da-para-acreditar/fotografo-recria-cenas-classicas-compessoas-com-deficiencia. Publicado em 02/07/2016. Acessado em 02/07/2016.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia. Das Letras, 2011.

SAFFIOTI, H. I. B. Diferença ou indiferença: gênero, raça/etnia, classe social. In: ADORNO, Sérgio (org.). **A sociologia entre a modernidade e a contemporaneidade**. Porto Alegre: UFRGS, 1995. p. 159-166.

SILVA, D. T. A construção de outra estética da realidade midiaticizada através do documentário Mokoï Tekoá Peteï Jeguatá. Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania. In: **Anais do XXXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Fortaleza/São Paulo : Intercom, 2012.

SILVA, D. T. **A fotografia publicitária de moda e a glamourização da violência contra a mulher**. São Borja: Faith, 2013.

SILVA, D. T. As implicações do uso da fotografia para refletir sobre questões de cidadania. Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania. In: **Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências...** São Paulo: Intercom, 2016.

SILVA, D. T. Contributos éticos e estéticos para refletir sobre a glamourização da violência contra a mulher na publicidade e na moda. Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania. In: **Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências...** Foz do Iguaçu/São Paulo : Intercom, 2014.

SILVA, D. T. Fotografias que revelam as faces identitárias da imigração. Trabalho apresentado no GP Comunicação para a Cidadania. *In: Anais do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências...* Curitiba/São Paulo : Intercom, 2009.

SILVA, D. T. **Fotografias que revelam imagens da imigração: pertencimento e gênero como faces identitárias.** Tese de doutorado. São Leopoldo : PPGCC/Unisinos, 2008.

SILVA, D. T. Pensando a comunicação sob o viés da cidadania ativa e criativa. *In: Anais do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.* Joinville/São Paulo : Intercom, 2018.

THOMPSON, J. B. O advento da interação mediada. *In: THOMPSON, J. B. A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.* Petrópolis : Vozes, 1998.

UOL Notícias Ciência e Saúde. Ensaio fotográfico cria mundo de possibilidades a menino com distrofia. Disponível em noticias.uol.com.br/saude/ultimasnoticias/redacao/2013/04/18/ensaio-fotografico-cria-mundo-de-possibilidades-a-menino-comdistrofia.htm. Publicado em 18/04/2013. Acesso em 03/07/2016.

UOL Notícias Ciência e Saúde. MacroAmor: ensaio fotográfico mostra amor entre pais e bebês com microcefalia. Disponível em noticias.uol.com.br/saude/album/2016/07/01/ensaiofotografico-mostra-amor-entre-ais-e-bebes-com-microcefalia.htm#fotoNav=1. Publicado em 01/07/2016. Acessado em 03/07/2016.

A Comunicação Popular e Comunitária e as lutas por cidadania como expressão contra-hegemônica

Rozinaldo Antonio Miani

Resumo

Em uma sociedade tão desigual e reacionária como a sociedade brasileira, até mesmo algumas lutas e/ou conquistas reformistas podem conter um valor contra-hegemônico; sendo assim, as lutas por cidadania têm representado importantes avanços nos processos de mudança social, principalmente, nos países “periféricos” do capitalismo global. Partindo desse pressuposto, nosso propósito neste ensaio é refletir a respeito das potencialidades e dos limites das lutas por cidadania como força contra-hegemônica e, conseqüentemente, problematizar o lugar que a cidadania ocupa nos debates referentes à Comunicação Popular e Comunitária. Apesar de não representar, necessariamente, uma perspectiva classista, as lutas por cidadania podem - e devem - ser impulsionadas por múltiplas práticas e processos comunicativos embasados pelos

pressupostos político-ideológicos da Comunicação Popular e Comunitária, cumprindo assim um papel tático nos processos de disputa de hegemonias.

Palavras-chave: Comunicação popular e comunitária. Contra-hegemonia. Cidadania. Lutas por cidadania. Tática.

Introdução

Dentre os conceitos que participam de maneira importante para definir e compreender os marcos teórico-políticos da Comunicação Popular e Comunitária está o conceito de “cidadania”. A esse respeito, as principais tarefas que se colocam é saber do que se trata a cidadania e compreender o lugar que ela ocupa na construção epistemológica do referido subcampo de conhecimento.

Para conhecer e definir “cidadania” consideramos que o principal e recorrente equívoco cometido pelos estudiosos é o de pretender realizar uma análise sobre o atual conceito de cidadania, tentando estabelecer uma linearidade conceitual a partir do que se constituiu como cidadania na Grécia ou na Roma antigas.

A saber, na Grécia Antiga, a cidadania era um “direito” atribuído a uma minoria da população. Eram considerados cidadãos os homens adultos, livres, predominantemente, os proprietários de terra e de escravos. Naquele contexto, a cidadania conferia um *status* e era considerado um bem inestimável, afinal, o cidadão podia participar das atividades políticas com o direito de propor e de aprovar leis. Escravos, metecos (comerciantes e artesãos estrangeiros), mulheres e crianças não eram consideradas cidadãos, mas, tão somente, “habitantes” da *pólis* que, no limite, era considerada um “clube de homens” (VIDAL-NAQUET *apud* CUCHET, 2015).

Por sua vez, na Roma Antiga, a cidadania também era um privilégio muito cobiçado (FINLEY, 1985). Tratava-se de uma concessão conferida, exclusivamente, a homens livres que lhes garantia acesso aos direitos políticos e sociais fundamentais (como direito à propriedade, casamento e herança) e também permitia participar da vida cívica romana, tomando parte nas assembleias - e, conseqüente, nas decisões políticas -, bem como nas atividades militares e de guerra. Segundo Maria Luiza Corassin (2006, p.277) “ser cidadão em Roma era muito mais do que ter um simples “*status*” jurídico, era uma espécie de ofício e até um modo de vida”.

Como se pode constatar, a cidadania no contexto da Antiguidade era excludente e incidia, unicamente, no âmbito da ordem política; no limite, tratava-se de um fenômeno social qualitativamente distinto daquele que atualmente se associa à noção de cidadania. O contexto socio-histórico a que se refere a “cidadania moderna” se relaciona à sociedade capitalista, liberal, burguesa e, portanto, toda tentativa de estabelecer conexões com o que significou a “cidadania antiga”, a nosso ver, será um exercício arbitrário e pouco produtivo.

Essa pretensa necessidade de buscar elementos associáveis da “cidadania antiga” para compreender a “cidadania moderna” só se sustenta no contexto de uma concepção estruturalista de linguagem. Buscar conhecer o percurso histórico da semântica de uma palavra (ou tomar como referência a sua etimologia) para estabelecer sua definição conceitual vigente é sobrepor a própria palavra ao fenômeno ao qual ela se refere.

De acordo com a filosofia da linguagem concebida por Mikhail Bakhtin (1997, p.106) “o sentido da palavra é totalmente determinado por seu contexto”; contexto, aqui, entendido como contexto narrativo e também como contexto socio-histórico.

Nesse sentido, o contexto sócio-histórico a que se refere o conceito de cidadania (antiga) na Antiguidade é absolutamente diferente do contexto em que se constrói o conceito de cidadania (moderna) como uma categoria analítica da sociedade liberal-burguesa; ou seja, essa cidadania diz respeito a um fenômeno social complexo de nova ordem e, portanto, não se trata de buscar uma complementação, ampliação, complexificação, reconstrução, renovação ou qualquer coisa do gênero em relação àquela noção de cidadania.

Nem mesmo no contexto específico da cidadania na ordem liberal-burguesa cabe buscar diacronicidades ou linearidades na construção de sentido para a palavra “cidadania”. A esse respeito, Bakhtin (1997) também nos oferece o argumento da pluralidade ideológica do signo ao afirmar que “[...] *em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta plurivalência social do signo ideológico é um traço da maior importância.*” (BAKHTIN, 1997, p.46, grifos do autor). Sendo assim, reconhecemos que o sentido atribuído a uma determinada palavra se encontra, dialeticamente, imerso em um ambiente socio-histórico e ideológico de “disputa de sentidos”.

E é disso que se trata a primeira questão a ser abordada neste artigo em relação ao conceito de cidadania. Vamos apresentar brevemente as principais características que atribuímos à cidadania na ordem capitalista atual para, na sequência, refletir sobre as efetivas contribuições que as lutas por cidadania representam para a Comunicação Popular e Comunitária. De antemão, consideramos que apesar de não representar, necessariamente, uma perspectiva classista, as lutas por cidadania podem - e devem - ser impulsionadas por múltiplas práticas e processos comunicativos embasados pelos

pressupostos político-ideológicos da Comunicação Popular e Comunitária, cumprindo assim um papel tático nos processos de disputa de hegemonias. É nesse contexto que reside o principal objetivo para este artigo e é esta hipótese que pretendemos apresentar e defender.

A cidadania como expressão ideológica da sociedade capitalista

Como já demarcado anteriormente, para definir o significado de uma palavra temos que explicitar os contornos precisos do fenômeno social a que se refere e o contexto socio-histórico em que se constituiu tal fenômeno, aspectos que devem ser compreendidos dialeticamente, de modo articulado. Partimos do pressuposto de que os fenômenos a que se referem a palavra “cidadania” são plurais, ambivalentes. Defendemos que “suas várias significações, resultantes dos processos de interação social, conduzem para uma multiplicidade de possibilidades conceituais que operam de formas complementares, diferentes, divergentes e mesmo antagônicas.” (MIANI, 2017, p. 98). Ainda a esse respeito, consideramos que:

[...] os fenômenos que são explicados pela palavra “cidadania” vão desde realidades sociopolíticas simples e cotidianas até complexas operações analíticas históricas de cunho eminentemente ideológico. Isso significa afirmar que, mesmo diante de um “capital simbólico” bem demarcado no contexto sociopolítico da sociedade brasileira, o conceito de cidadania guarda ambivalências que só o exercício de uma análise crítica e criteriosa pode explicitar e revelar. (MIANI, 2017, p. 99).

Quanto ao contexto socio-histórico para definir o conceito de cidadania com o qual trabalhamos, tomamos como ponto

de partida a afirmação de Ivo Tonet (2012, p. 3) para quem “a cidadania moderna é inseparável da entificação da sociabilidade capitalista”. No entanto, ponderamos, é preciso considerar os múltiplos processos e as diversas etapas dessa sociabilidade capitalista, pois a cada contexto específico os componentes¹ da realidade que conformam o fenômeno social se alteram. Nesse sentido, estabelecemos o contexto metabólico da sociedade capitalista em sua atual etapa de desenvolvimento - caracterizada como “mundialização do capital” (CHESNAIS, 1996) - como o contexto socio-histórico específico para a nossa compreensão e definição de cidadania.

De modo apriorístico, os valores associados ao chamado “Estado Democrático de Direito” têm permeado as múltiplas significações atribuídas ao termo “cidadania”. Nessa mesma perspectiva, outra premissa a ser considerada é que, por se tratar de uma expressão própria do Estado capitalista, esta cidadania está marcada pela correlação de forças sociais, pela luta de classes e pelos processos de disputa de hegemonias. A presença (ou ausência) desses elementos - em maior ou menor intensidade ou relevância - tem marcado o debate em torno da compreensão do que é ou do que deve ser considerado como cidadania e do seu impacto - sociopolítico e/ou discursivo - nas diversas sociedades, aqui entendidas como cada um dos Estados-nação que compõe a realidade mundial na atualidade.

No caso específico da realidade brasileira, um estudo paradigmático para compreender a problemática da cidadania foi desenvolvido por José Murilo de Carvalho (2001). Em sua obra **Cidadania no Brasil: o longo caminho**, o referido autor

1. O termo “componente” corresponde a cada uma das unidades de um fenômeno e/ou acontecimento que participa da construção de um conceito. “Todo conceito tem componentes, e se define por eles. [...] Também não há conceito que tenha todos os componentes” (DELEUZE; GUATTARI, 1997, p.27).

apresenta, de modo sistematizado, as principais categorias - e seus respectivos processos sociais - que têm sido associadas à cidadania (como a construção da democracia e a busca pela liberdade, pela participação e pela conquista de direitos), percorrendo uma história de quase dois séculos e mostrando os percursos e os percalços vivenciados pela sociedade brasileira nessa trajetória histórica.

Em cada momento histórico dessa trajetória, “novos componentes” da realidade nacional têm sido considerados para definir a cidadania no Brasil. Como tem se tratado de uma diversidade muito ampla de novos componentes - ou ao menos de uma variabilidade interminável em termos de extensão, abrangência e valoração atribuídas a cada um desses componentes - reconhecemos a necessidade de considerar um “capital simbólico” como parâmetro para delimitar a polissemia em torno do conceito de cidadania. Nesse sentido, a dinâmica envolvendo as lutas e/ou as conquistas em torno dos direitos civis, políticos e sociais tem se apresentado como determinante para compor os múltiplos conceitos de cidadania.

Apesar disso, temos visto um movimento crescente de “adjetivação” por parte dos estudiosos do assunto para tentar estabelecer e demarcar suas singularidades em torno do debate e da conceituação de cidadania. Isso tem se mostrado necessário porque tem havido muitas imprecisões de compreensão quando se utiliza apenas o termo “cidadania”; ou seja, o seu uso “puro” tem se mostrado cada vez mais insuficiente para conseguir explicitar as particularidades defendidas por um determinado autor.

Nesse contexto, temos nos deparado com várias adjetivações para cidadania; algumas, inclusive, já se tornaram

importantes referências para o debate do tema, como cidadania regulada (SANTOS, 1979); cidadania ativa (BENEVIDES, 1991); cidadania menor (DEMO, 1992), cidadania radical (MOUFFE, 1996) e cidadania insurgente (HOLSTON, 2013). Dentre outras adjetivações, destacamos: cidadania partida (CERQUEIRA, 1996); cidadania democrática (REIS, 2000); cidadania plena (OLIVEIRA, 2005); cidadania regressiva (JESUS, 2010); e cidadania precária (BENTO, 2014).

Toda essa reflexão apresentada teve como propósito explicitar a complexidade que envolve a tarefa de conceituar cidadania. Sem pretender considerar que enfrentamos plenamente essa complexidade e que atingimos a plenitude dos nossos propósitos e das nossas possibilidades em relação a essa tarefa, apresentamos a sistematização que produzimos em outra oportunidade e que representa bastante bem a compreensão que temos e que praticamos em relação à cidadania:

De maneira concisa, consideraremos cidadania como o conjunto de processos e práticas sociais que atuam na perspectiva de atendimento das condições preconizadas pelo Estado de Direito, no que se refere a direitos e deveres do indivíduo, em toda a precariedade que possa ser admitida por situar-se na ordem e na órbita da sociedade capitalista. (MIANI, 2017, p.100).

Ainda a respeito de nossas reflexões acerca da problemática da cidadania, além de demarcar os contornos do fenômeno social e as determinações do contexto socio-histórico a que se refere - conformando o conceito de cidadania que adotamos -, é necessário apontar as implicações discursivas e ideológicas que incidem sobre a questão da cidadania - para além de nossa delimitação conceitual - por compreender que o debate em

torno da cidadania também opera no campo ideológico, em uma arena de disputa pelo sentido da palavra “cidadania”.

Também já apresentamos - e, reafirmamos - que comungamos da perspectiva apresentada por Décio Saes (2003) ao afirmar que a cidadania opera discursivamente na sociedade como um “mito”, na medida em que produz um impacto emocional naqueles que interagem com a questão “ao ponto de provocar a paralisia do pensamento” (SAES, 2003, p.9). Da mesma forma como acontece com as temáticas que envolvem a globalização, Saes afirma que a forma como as questões referentes à cidadania é difundida junto à opinião pública, “produz um impacto avassalador, que leva os membros da sociedade a uma aceitação acrítica dos processos sociais recobertos por essas expressões” (SAES, 2003, p.9).

Com isso, o impacto ideológico produzido pelos desdobramentos de reflexões, de debates e mesmo de ações políticas envoltos pelo manto da cidadania se constitui em uma estratégia político-discursiva extremamente eficiente e eficaz para os objetivos dos grupos sociais no exercício do poder. A esse respeito, afirmamos que:

Acidania funciona, assim, como uma eficiente estratégia política e discursiva para favorecer o estabelecimento de certa consensualidade entre os diversos interesses dos grupos e das classes sociais, conquistada por meio do estabelecimento de negociações paritárias, amortizando e ocultando as reais contradições e antagonismos que fundamentam a sociedade capitalista. (MIANI, 2017, p.98).

Apesar de compreender as implicações ideológicas produzidas pelo discurso e pelas práticas identificadas como

cidadania em favor dos interesses político-ideológicos dos grupos sociais no poder (na sociedade capitalista, a burguesia e suas frações de classe), é preciso não perder de vista a natureza ambivalente de todo processo e/ou discurso social. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que a palavra “cidadania” é portadora de uma credibilidade social e de um capital simbólico positivo e extremamente sedutor do qual não se pode negar e que, justamente por isso, não se deve negligenciar; ao contrário, diante disso, devemos operar política e ideologicamente com as questões referentes à cidadania no sentido de construir alternativas contra-hegemônicas voltadas para os processos de disputa de hegemonias.

A cidadania como força ambivalente e contra-hegemônica

Entendendo a cidadania - tal qual a definimos - como um fenômeno social inscrito na ordem da sociedade capitalista e, portanto, cumprindo uma funcionalidade para os interesses dos setores hegemônicos burgueses, porém, dialeticamente, reconhecendo que a cidadania pode cumprir propósitos contra-hegemônicos na medida em que as forças políticas anticapitalistas se apropriem política e discursivamente de sua força ambivalente, cabe-nos, nesse momento, apresentar algumas questões e argumentos que possam tornar cabíveis essas proposições.

Sobre a cidadania se constituir como uma expressão política e ideológica da sociedade capitalista já tratamos anteriormente; por isso, vamos focar agora em apresentar alguns argumentos e reflexões que evidenciam o potencial “combativo” que a cidadania pode representar, mesmo no contexto de uma sociedade capitalista que, como vimos, é o próprio “genitor” e “habitat natural” da cidadania.

Como já afirmamos, existe uma multiplicidade de formulações conceituais expressas por meio da palavra “cidadania”; apesar disso, o capital simbólico associado à cidadania remete ao conjunto de processos e práticas referentes às lutas e/ou conquistas em torno dos direitos civis, políticos e sociais. Portanto, o sentido hegemônico de cidadania está associado ao conjunto de direitos e deveres dos indivíduos no âmbito de uma sociedade específica.

Considerando que o conjunto de direitos e deveres de uma determinada sociedade é sempre resultado do que a própria sociedade é capaz de estabelecer - a partir dos diversos processos de negociação e de lutas políticas realizados no âmbito da sociedade política tensionado, em maior ou menor medida, pela sociedade civil - a cidadania expressa os avanços e os limites derivados da correlação de forças sociais e dos processos de luta de classes específicos de um determinado Estado-nação.

Desse modo, reconhecemos que, apesar de ser “filha legítima” do capitalismo - e justamente por isso -, a cidadania carrega, dialeticamente, toda carga de contradições e que, em ação e evidência, revelam as potenciais incongruências do próprio sistema metabólico do capitalismo. Sendo assim, explorado ao seu limite e apropriado a partir de propósitos contra-hegemônicos, a cidadania pode contribuir de modo importante para os processos de contestação e até mesmo de ruptura parcial com a ordem capitalista.

Essa materialização se efetiva por meio do que poderíamos caracterizar como “lutas por cidadania”. De modo mais restrito, a cidadania, predominantemente, se refere ao que já está dado, ao que está posto como direitos e deveres já estabelecidos no âmbito jurídico-político de uma determinada sociedade. As lutas por cidadania, por sua vez, se configuram

como a parte mais dinâmica dos processos que constituem a cidadania, pois representam mais do que a defesa e a luta pela aplicação do que já está inscrito na ordem da cidadania, mas avança sobre o que representa, ainda, apenas os interesses próprios de um determinado grupo ou segmento social que quer ver tais interesses oficializados na respectiva estrutura jurídico-política. E, convenhamos, se tomarmos a realidade brasileira como referência, marcada por uma cultura política reacionária e conservadora e pela existência de uma burguesia de “mentalidade atrasada”, as conquistas obtidas a partir das lutas por cidadania sempre vão representar um avanço significativo no contexto da luta de classes.

Apesar de não negligenciar a convicção de que as lutas por cidadania estão circunscritas aos processos políticos determinados pela ordem do capital, consideramos que algumas lutas e/ou conquistas reformistas podem conter um valor contra-hegemônico; e é justamente isso que as lutas por cidadania têm representado, ou seja, importantes avanços nos processos de mudança social, principalmente, em países “periféricos” do capitalismo global como é o caso do Brasil. A esse respeito, Tonet também pondera:

[...] em princípio, a luta pelos direitos do cidadão é sempre válida para a classe trabalhadora. Mais ainda porque estes direitos interessam muito mais aos trabalhadores do que à burguesia. É sempre bom lembrar que a emancipação política não é uma situação estática, mas um campo, uma arena de luta, um resultado das lutas sociais - ainda que, em última instância, sob a regência do capital - de modo que o seu abandono pela classe trabalhadora significaria ceder terreno para os interesses da burguesia. Está, pois, fora de cogitação a supressão dos direitos conquistados e

isto vale tanto para os países mais desenvolvidos como para os menos desenvolvidos. (TONET, 2012, p. 10).

Em síntese, apesar de estarmos convencidos de que as lutas por cidadania se configuram como lutas com flagrantes e intrínsecos limites políticos e que a tão propalada cidadania não proporciona a conquista plena do que se pretende como emancipação humana, reconhecemos a importância no contexto da sociedade brasileira de todo o esforço e compromisso das mais diversas organizações sociopolíticas em aprofundar as lutas por cidadania como um movimento contributivo para a luta anticapitalista, avançando em direção à emancipação política. Sobre essa questão, Tonet adverte:

Ao criticar a emancipação política, da qual a cidadania faz parte, Marx afirma que o horizonte máximo da humanidade, aquele que expressa e possibilita a efetiva liberdade, é a emancipação humana. Como já vimos, a emancipação política é um patamar da liberdade que expressa uma forma de sociabilidade na qual se articulam a desigualdade real (originada da produção) e a igualdade formal (posta no momento da esfera pública). A distância - diz Marx - que separa a comunidade política da comunidade humana é tão infinita quanto a distância que separa o cidadão do homem. E a palavra infinito não é apenas uma expressão retórica. Ela quer significar, precisamente, o fato de que a emancipação política é essencialmente limitada, ao passo que a emancipação humana se constitui num campo indefinidamente aberto (TONET, 2012, p.7).

Portanto, considerando a cidadania como expressão político-ideológica da sociedade capitalista, por mais que atinja níveis absolutamente satisfatórios para conformar as condições

para o estabelecimento de uma “nova sociabilidade”, ainda assim estará circunscrita aos ditames de um projeto societário submetido a uma ordem burguesa. Ou seja, em hipótese nenhuma consideraremos a cidadania dotada de caráter revolucionário e, muito menos, como um horizonte político para a humanidade, na perspectiva da emancipação humana.

Porém, mais uma vez, dialeticamente, como também já reafirmamos, as lutas por cidadania não representam, invariavelmente, lutas intrinsecamente burguesas; por mais que se enquadrem como lutas reformistas, os processos e os próprios resultados das lutas por cidadania explicitam as contradições da sociedade capitalista e promovem mudanças significativas na correlação de forças e nos movimentos da luta de classes.

Enfim, apesar dos limites implicados nos discursos e nas ações de cidadania, reconhecemos as potencialidades da cidadania como força contra-hegemônica, em uma dimensão tática das lutas sociais anticapitalistas. E quando essas lutas por cidadania são expressas ou disseminadas por meio de uma comunicação contra-hegemônica, vinculada às lutas das classes subalternas, podemos afirmar que a cidadania passa a se constituir como um pressuposto político-ideológico para a Comunicação Popular e Comunitária.

O lugar das lutas por cidadania na construção epistemológica da Comunicação Popular e Comunitária

“Comunicação Popular e Comunitária” é a expressão que fomentamos e temos utilizado para delimitar e construir conceitualmente uma perspectiva específica referente a uma comunicação contra-hegemônica no campo da Comunicação (MIANI, 2011). Para a conformação do quadro epistemológico

que vimos construindo, além de conceitos-chave como “popular”, “comunidade” e “participação”, a problemática da cidadania também ocupa lugar de destaque nessa construção; de modo mais específico, ao tratar da cidadania no debate da Comunicação Popular e Comunitária, damos ênfase à questão das lutas por cidadania.

Já demarcamos que a cidadania não é o horizonte político das lutas anticapitalistas que, de algum modo, conduzem para um processo mais efetivo de emancipação humana. Contudo, ao confrontar alguns valores da própria sociedade capitalista, a cidadania e, mais especificamente, as lutas por cidadania cumprem uma condição tática em direção a outro projeto societário. Nesse sentido, para entender as lutas por cidadania como ações táticas, é fundamental entender o próprio conceito de tática; a esse respeito, Marta Harnecker (2003) nos oferece importantes esclarecimentos e, para tanto, apresenta a definição de tática a partir de sua interação dialética com o conceito de estratégia. Afirmando que os conceitos de estratégia e de tática são de origem militar, a referida autora explica:

Simplificando, diremos que, na linguagem militar, dá-se o nome de estratégia à forma de planejar, organizar e orientar os diversos combates (campanhas e operações) tendo em conta uma visão de conjunto de todas as forças com as quais se conta, assim como das forças inimigas, para conseguir o objetivo fixado: ganhar a guerra contra determinados adversários. Tática são as diferentes operações executadas concretamente para levar a cabo os combates, de acordo com o plano estratégico geral. [...] A relação entre o objetivo estratégico parcial e final e entre a estratégia e tática é uma relação entre o todo e a parte. (HARNECKER, 2003, p.76/77).

Dito de outro modo, no contexto da luta de classes, a estratégia é o caminho geral a ser trilhado, eminentemente revolucionário, para conquistar o objetivo final que é derrotar a burguesia e implantar outro projeto societário baseado em uma nova sociabilidade; ou ainda, é a concepção teórico-metodológica que vai conformar o objetivo final de uma determinada etapa histórica da luta de classes. Por sua vez, a tática corresponde aos passos de curto e de médio prazo que ajudarão a alcançar as condições necessárias para entrar na rota definitiva da construção estratégica do projeto revolucionário, invariavelmente, articulada e subordinada à proposição estratégica. Nesse sentido, “a tática deve se adaptar a diversas situações; cada vez que surge uma nova conjuntura política, a tática deve responder com formas de organização e de luta apropriadas à nova situação” (HARNECKER, 2003, p.134).

Ainda segundo Harnecker (2003), os conceitos de estratégia e de tática estão intrinsecamente vinculados aos de correlação de classes e de correlação de forças que definem, em cada conjuntura específica, as articulações entre as ações políticas e a capacidade de avaliar e de decidir politicamente os momentos de avançar ou de recuar, sem abdicar da manutenção intransigente dos princípios ético-políticos fundamentais da perspectiva revolucionária.

Retomando as reflexões de Tonet (2012), o referido autor se apropria dos argumentos apresentados por István Mészáros para ponderar sobre o fato de as lutas por cidadania se estabelecerem, fundamentalmente, no espaço político institucional e, por isso, apesar da potencialidade contra-hegemônica que podem representar, essas lutas - e seus resultados pragmáticos - estão suscetíveis de cooptação por parte da burguesia. Vejamos o que afirma o referido autor:

É aí que se define, em essência, o caráter revolucionário ou não de todas as lutas. Deste modo, não basta afirmar o caráter anticapitalista que as lutas pelos direitos da cidadania têm, dada a concreta situação brasileira. Isto é correto em princípio, mas dado que o espaço da cidadania é o espaço jurídico-político, o seu caráter revolucionário só se tornará efetivo se a luta decisiva, que se trava no espaço da produção, for revolucionária. (TONET, 2012, p. 12).

Como se pode constatar, essa reflexão de Tonet reforça nossa perspectiva de conferir às lutas pela cidadania tão somente uma condição tática, pois estão muito longe de apontar para rupturas revolucionárias com a ordem capitalista. Porém, por outro lado, apesar de não representarem, necessariamente, uma perspectiva classista anticapitalista em sua gênese e propósitos, as lutas por cidadania podem - e devem - contribuir decisivamente para intensificar e fortalecer os processos de correlação de forças na perspectiva da consolidação estratégica de um “outro projeto societário”.

Afirmar que a cidadania cumpre um papel tático nos processos de disputa de hegemonias é o argumento necessário para considerar absolutamente válida a assimilação das lutas por cidadania no horizonte das lutas contra-hegemônicas. Portanto, as lutas por cidadania podem - e devem - ser impulsionadas por múltiplas práticas e processos comunicativos embasados pelos pressupostos político-ideológicos da Comunicação Popular e Comunitária, configurando, assim, o que consideramos o encontro produtivo da cidadania com a Comunicação Popular e Comunitária.

Considerações finais

Dentre os conceitos que contribuem para conformar uma epistemologia que define o que entendemos por Comunicação Popular e Comunitária está o conceito de cidadania; porém, só é possível defender um lugar para a cidadania no referido quadro epistemológico se compreendermos a significação que atribuímos ao referido conceito e se reconhecermos as condições históricas que determinam a conjuntura sociopolítica da realidade brasileira.

Diferentemente do que se manifesta no “senso comum” a respeito da relação entre cidadania e comunicação popular e comunitária - qual seja, que a cidadania seria o horizonte político dos processos e práticas identificadas como comunicação popular e comunitária - acreditamos que a cidadania se revela como um fenômeno social e político com características contra-hegemônicas em razão de se realizar no contexto de uma sociedade marcadamente reacionária, retrógrada, conservadora e profundamente desigual. Nesse sentido, as lutas por cidadania acabam por expressar um movimento crítico e combativo das forças sociais em defesa de seus direitos e seus interesses contra os projetos políticos impulsionados pelas frações de classe burguesas que ocupam o poder político.

Consideramos a cidadania como expressão legítima e afirmativa da sociedade capitalista, entretanto, em suas manifestações dialéticas, também revela e tensiona as contradições do próprio sistema metabólico do capital e, nesse sentido, é portadora de possibilidades de superação.

Ao ser apropriada pelas forças contra-hegemônicas, por meio das lutas por cidadania, a cidadania cumpre um papel tático nos processos de disputa de hegemônias, se constituindo como

um patamar avançado em relação à atualidade das condições sociais, econômicas, políticas e culturais e, certamente, muito mais próximo do que se projeta para um “novo projeto societário”, de natureza anticapitalista. Portanto, no contexto da luta de classes, a cidadania contribui taticamente para melhorar as circunstâncias da correlação de forças na perspectiva de impulsionar um efetivo processo revolucionário.

Enfim, as práticas e processos comunicativos desenvolvidos a partir dos pressupostos da Comunicação Popular e Comunitária, produzidos no contexto das lutas por cidadania, se valem da cidadania como um referencial positivo, favorável e mesmo indispensável - porém, reconhecidamente, limitado e insuficiente - que apontam para a convicção da necessidade de uma transformação social que possibilite a plena emancipação humana.

Referências

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 8.ed., São Paulo: Hucitec, 1997.

BENEVIDES, M. V. M. *A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular*. São Paulo: Ática, 1991.

BENTO, B. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. *Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar*, São Carlos, v.4, n.1, p.165-182, jan./jun. 2014.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CERQUEIRA, M. *Cidadania partida: a mácula do Rio*. Rio de Janeiro, Revan, 1996.

A Comunicação Popular e Comunitária e as lutas por cidadania...

- CHESNAIS, F. *Mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- CORASSIN, M. L. O cidadão romano na República. **Projeto História**, São Paulo, n.33, p.271-287, dez. 2006.
- CUCHET, V. S. Cidadãos e cidadãs na cidade grega clássica: onde atua o gênero? **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, v.21 n.38, p.1-20, 2015. Disponível em: scielo.br/j/tem/a/wKZ3nksNP833CgcBJ8c5kXs/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 05/06/2021.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. O que é um conceito?. In: DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é filosofia**. São Paulo: Editora 34, 1997, p.27-47.
- DEMO, P. **Cidadania menor: algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.
- FINLEY, M. **A política no mundo antigo**. Trad. de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- HARNECKER, M. **Estratégia e tática**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.
- HOLSTON, J. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- JESUS, S. C. S. **Da cidadania regulada à cidadania regressiva: um estudo de caso do projeto de corporativismo urbano da CUT**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.
- MIANI, R. A. A representação iconográfica da cidadania na história política do Brasil no final do século XX. **Líbero - Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero**, ano 20, n.39, p.95-111, jan./ago. 2017.
- _____. Os pressupostos teóricos da comunicação comunitária

Rozinaldo Antonio Miani

e sua condição de alternativa política ao monopólio midiático. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, v.2, n.25, p.221-233, dez. 2011.

MOUFFE, C. **O regresso do político**. Lisboa: Gradiva, 1996

OLIVEIRA, M. A. B. **Cidadania plena**: a cidadania modelando o Estado. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 2005.

REIS, F. W. Cidadania democrática, corporativismo e política social no Brasil. In: REIS, F. W. **Mercado e utopia**: teoria política e sociedade brasileira. São Paulo: Edusp, 2000, p.359-386.

SAES, D. Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. **Revista Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo Editorial, n.16, p.9-38. 2003.

SANTOS, W. G. **Cidadania e justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

TONET, I. **Cidadão ou homem livre?**, p.1-14, 2012. Disponível em: ivotonet.xpg.com.br/arquivos/cidadao_ou_homem_livre.pdf. Acesso em: 13 fev. 2012.

Comunicação para a cidadania e hegemonia popular: aproximações, conflitos e entrelaçamentos teóricos e políticos

Pablo Nabarrete Bastos

Resumo

É objetivo deste capítulo desenvolver, por meio de pesquisa teórica dialeticamente fundamentada, a compreensão dos conceitos de cidadania e hegemonia, suas aproximações, distanciamentos e possíveis imbricações e articulações no âmbito da comunicação comunitária, popular e alternativa. Buscamos demonstrar que a luta por hegemonia não se resume à luta por cidadania, posto que a primeira pressupõe um projeto político de emancipação popular alicerçado em aliança de classes, enquanto que a luta por cidadania envolve fundamentalmente a perspectiva de direitos civis, sociais e políticos dentro dos limites do Estado burguês. Isso não quer dizer que a luta por cidadania não seja importante e não represente todo um esforço coletivo empreendido na construção deste campo de estudos, muito pelo contrário. Em momento histórico de grande prejuízo aos direitos conquistados pela classe

trabalhadora, grupos sociais e culturais diversos, a luta por cidadania se mantém ainda mais importante. Entretanto, este capítulo busca esclarecer os limites da comunicação para a cidadania e a importância epistemológica e política de se pensar a comunicação para a construção da hegemonia popular.

Palavras-chave: Comunicação para a cidadania. Hegemonia popular. Cidadania ampliada. Engajamento. Comum.

Introdução

A escolha do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania para participar do Congresso Nacional da Intercom ocorreu na edição de 2007, quando o evento foi realizado na cidade de Santos, litoral sul de São Paulo. Naquele momento o ainda Núcleo de Pesquisas (NP) era coordenado pelo querido amigo e colega Bruno Fuser. Estava no segundo ano do Mestrado em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, pesquisando o Movimento Hip Hop do ABC Paulista, com orientação da querida Solange Martins Couceiro de Lima. O artigo apresentado naquela ocasião foi um dos selecionados para compor a coletânea “Comunicação para a Cidadania: caminhos e impasses”, organizada por Bruno Fuser e publicada em 2008, a minha primeira publicação em livro. Meu texto “Jogo de espelhos” (BASTOS, 2008) trata das relações e mediações culturais e políticas entre o Movimento Hip Hop nos Estados Unidos, no Brasil e no ABC Paulista, com foco na história das organizações Universal Zulu Nation e Zulu Nation Brasil a partir da história de vida e atuação política da sua militância. Havia outros NPs que tinham aderência com minha pesquisa e meu artigo. Fazendo agora esse exercício

de memória, creio que o fator decisivo para a escolha do NP Comunicação para a Cidadania foi a perspectiva crítica e engajada que identifiquei na ementa. Não tenho dúvidas de que foi uma escolha acertada. Há colegas que costumam transitar entre diferentes Grupos de Pesquisa, o que certamente traz possibilidades de diálogos acadêmicos frutíferos. A minha opção foi por permanecer no mesmo grupo. Nesses 14 anos participei de inúmeros eventos, o que possibilitou a construção de fortes vínculos acadêmicos e afetivos. É curioso observar no Sumário desse mencionado livro de 2007, os nomes de pessoas amigas que também estão nesta edição, como Alexandre Barbalho, Cláudia Lahni, Marcelo Gabbay, Patrícia Saldanha e Rozinaldo Miani. Isso mostra a força do grupo e o engajamento dos seus participantes. Essas memórias iniciais constituem um primeiro esforço deste capítulo para discutir e problematizar epistemologicamente e politicamente o lugar acadêmico do GP Comunicação para a Cidadania da Intercom e meu espaço neste coletivo: as razões de escolha, a noção de pertencimento e a renovação do engajamento.

A depender do rigor teórico-epistemológico utilizado na compreensão dos conceitos, as lutas por cidadania e hegemonia podem até se confundir e se equivaler. É objetivo deste capítulo desenvolver, por meio de pesquisa teórica dialeticamente fundamentada, a compreensão dos conceitos de cidadania e hegemonia, suas aproximações, distanciamentos e possíveis imbricações e articulações no âmbito da comunicação comunitária, popular e alternativa. Buscamos demonstrar que a luta por hegemonia não se resume à luta por cidadania, posto que a primeira pressupõe um projeto político de emancipação popular alicerçado em aliança de classes, enquanto que a luta por cidadania envolve fundamentalmente a perspectiva de direitos

civis, sociais e políticos dentro dos limites do Estado burguês. Isso não quer dizer que a luta por cidadania não seja importante e não represente todo um esforço coletivo empreendido na construção desse campo de estudos, muito pelo contrário. Em momento histórico de grande prejuízo aos direitos conquistados pela classe trabalhadora, grupos sociais e culturais diversos, a luta por cidadania se mantém ainda mais importante. Entretanto, este capítulo busca esclarecer os limites da comunicação para a cidadania e a importância epistemológica e política de se pensar a comunicação para a construção da hegemonia popular (BASTOS, 2020a).

De que cidadania falamos?

Talvez a primeira impressão de quem chega ao Grupo Comunicação para a Cidadania da Intercom seja de uma grande miscelânea teórica e política. Afinal, as sessões do GP abrigam uma grande variedade de estudos que vão de abordagens mais críticas, que se fundamentam ou dialogam com o marxismo, com a crítica da economia política, aos estudos culturais, de identidades étnicas, de gênero, estudos sobre usos de redes sociotécnicas por grupos e movimentos populares, entre outros. O que une as pesquisadoras e pesquisadores é o tensionamento entre diferentes perspectivas de luta da/na comunicação, sobretudo naquela desenvolvida pelos movimentos populares. Se há um eixo teórico prevalente, certamente está nos estudos sobre comunicação comunitária, popular e alternativa. No GP equivalente da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (COMPÓS) também se optou por terminologia semelhante, Comunicação e Cidadania. Na Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC), temos o Grupo Temático *Comunicación*

Popular, Comunitaria y Ciudadania, que também traz a cidadania no nome. Na International Association for Media and Communication Research (IAMCR), a seção equivalente ao GP da Intercom é a *Community Communication and Alternative Media*, que não traz a palavra “cidadania” em sua nomeação, mas que apresenta estudos em inglês que utilizam termos como *citizen media* ou *citizen communication*, com sentidos similares aos utilizados em português ou espanhol. Podemos perceber, então, que há certo consenso nesse campo de estudos quanto ao uso da palavra cidadania para qualificar a comunicação desenvolvida no âmbito dos movimentos populares. Ao abordar a concomitância histórica entre as críticas ao modelo difusionista da comunicação e o debate da comunicação para o desenvolvimento, Peruzzo (2012, p. 10) atesta que o conceito foi amiúde substituído por outros como “comunicação para a mudança social, comunicação para a transformação social e/ou comunicação para a cidadania”. A questão central, conforme a autora, passa a ser “a premência de os processos e meios de comunicação acontecerem em benefício da ampliação da cidadania”, tendo os cidadãos como agentes em interação com outras forças constitutivas da sociedade. Peruzzo (2007) argumenta que o principal objetivo dos movimentos populares é ampliar a conquista de direitos da cidadania e que a comunicação comunitária, que pode ser chamada também de popular, alternativa ou participativa conforme a autora, se caracteriza pelos princípios públicos de seus processos de comunicação e por ter como finalidade o desenvolvimento da educação, da cultura e a ampliação da cidadania. Não obstante, como indagamos no título desta seção, de que cidadania falamos?

Uma das ciladas teóricas e políticas relacionadas ao uso da palavra cidadania para qualificar a comunicação desenvolvida no âmbito dos movimentos populares e para definir o objetivo

último da comunicação comunitária é o caráter ambivalente do conceito. Para ficar em dois extremos, Cidadania pode significar a característica e a finalidade da comunicação desenvolvida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e também o Ministério da Cidadania¹, criado por meio da Medida Provisória nº 870, publicada em primeiro de janeiro de 2019, pelo presidente Jair Bolsonaro (então no PSL), que envolveu a extinção de quatro ministérios - Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Desenvolvimento Social e parte do Ministério do Trabalho - com a justificativa de “enxugar a máquina pública”. De um lado, na perspectiva da tática política, essa ambivalência não apresenta somente aspectos negativos. Afinal, na conjuntura política atual, é possível colocar em debate na sociedade os sentidos da ampliação da cidadania ou a comunicação cidadã, mas a construção de outra hegemonia com caráter popular seria tema certamente combatido de antemão com virulência pelos opositores desse projeto ou mesmo pela opinião pública em geral. Por outro lado, isso pode obnubilar a perspectiva de horizonte mais crítico e radicalmente transformador para as classes populares e as lutas sociais. Bauman (1999, p. 65, grifo do autor) explica bem a armadilha semântica e epistemológica da ambivalência quando diz que “os indefiníveis são todos *nem uma coisa nem outra*” e adiante afirma que sua força está na subdeterminação, “porque nada são, podem ser tudo”. Com relação ao conceito de cidadania, talvez o problema maior seja o excesso de definições, o que acarreta em imprecisões teóricas e políticas. Sylvia Moretzsohn (2011) aborda a ampla disseminação e vulgarização do conceito de cidadania, que vai do conservadorismo radical a formulações emancipadoras, embora por vezes contraditórias. Conforme

1. Disponível em: politize.com.br/ministerio-da-cidadania. Acesso em: 02/06/2021.

a autora, com o avanço do neoliberalismo e a transferência das atribuições do Estado para a iniciativa privada, o status de cidadão passa a se associar ao consumo e ocorre o esvaziamento do sentido político de cidadania. Nesse ínterim, de acordo com Moretzsohn (2011, p. 141), a cidadania passaria a ser vista “através do espelho”, não como resultante da participação e luta política, mas como sinônimo de caridade, por isso defende a necessária “repolitização da luta por direitos sociais”, tarefa obstaculizada pela mídia hegemônica. Vale fazer aqui breve contextualização histórica do conceito para, ato contínuo, explicitar a relevância teórica e política da articulação entre a luta por cidadania com a luta pela hegemonia popular.

A origem do conceito de cidadania remonta à Grécia antiga, aos escritos de Aristóteles, que compreende o cidadão como aquele que tem o direito de participar da vida política, de votar nas Assembleias e exercer poder público (MORETZSOHN, 2011). Cicilia Peruzzo (1998) pontua que, de um lado, está a cidadania como direito e, de outro, a incapacidade política dos cidadãos de acessar esses direitos, em razão de variados graus de domínio e acesso aos recursos sociais. Na ágora grega, por exemplo, não participavam, escravos, mulheres e estrangeiros. No Brasil, as mulheres e analfabetos só tiveram direito ao voto, respectivamente, em 1934 e 1988. O marco teórico referencial para o conceito de cidadania são as conferências ministradas por T. H. Marshall em 1949, na Universidade de Cambridge, dedicadas a Alfred Marshall. Marshall (1967) compreende o conceito de cidadania como construído historicamente a partir de três partes: civil, política e social. O elemento civil se relaciona com o direito de ir e vir, liberdade de imprensa, de propriedade, liberdade de pensamento e fé, e o direito à justiça, que o autor entende como diferenciado dos demais por ser o garantidor de

todos os direitos em princípio de igualdade. Por isso, para o autor, os tribunais de justiça são as instituições mais associadas aos direitos civis. A dimensão política se relaciona com o direito de participar do poder político, seja diretamente como membro de um organismo ou como eleitor, sendo o parlamento ou conselhos as instituições correspondentes. A parte social remete ao direito mínimo ao bem-estar econômico e social, e o sistema educacional e os serviços sociais são as instituições que se relacionam com este elemento da cidadania. O autor localiza historicamente a constituição dos três elementos da cidadania da seguinte maneira, com base na Inglaterra: os direitos civis no século XVIII, os políticos no XIX e os sociais no século XX. Contudo, pondera que esses períodos históricos devem ser tratados com maleabilidade e considerando entrelaçamentos, sobretudo com relação aos dois últimos.

Marshall (1967) assume claramente que o conceito de classe social possui posição secundária em sua argumentação sobre cidadania, embora tenha como objetivo compreender o impacto desta sobre a desigualdade social. O sociólogo britânico compreende a cidadania como um “status” daqueles que constituem uma dada comunidade, sendo iguais em deveres e direitos relacionados a esses *status*. O autor ressalva que não há universalidade desses direitos e deveres, mas que em sociedades nas quais a cidadania se desenvolve institucionalmente se cria um ideal a ser alcançado, a busca por uma medida de igualdade, o enriquecimento e ampliação do *status*. Já o conceito de classe social implica desigualdade, dessa maneira, conforme Marshall (1976), o impacto da cidadania sobre a classe social envolve o “conflito entre princípios opostos” (p. 76). O próprio Marshall reconhece que mesmo com a asseguaração jurídica dos direitos civis, não haveria interferência na estratificação de classes

característica da sociedade capitalista. Marshall (1967, p. 77) aponta a incompatibilidade entre o feudalismo medieval e a perspectiva igualitária da cidadania, associando o advento da cidadania com o desenvolvimento do capitalismo e das classes sociais modernas. O autor reconhece a funcionalidade das classes sociais e afirma que a desigualdade social é compreendida socialmente como “necessária e proposital” por incentivar o esforço e determinar a distribuição de poder. O problema, para o autor, está no excesso de desigualdade, o que poderia ser superado com o avanço dos direitos sociais. O objetivo dos direitos sociais, conforme Marshall (1967), é reduzir as diferenças de classe, mas o autor entende que adquiriram um novo sentido para além da resolução dos níveis mais extremos de pobreza, pois pretendem alterar “o padrão total da desigualdade social” (p. 88). Para Marshall, a cidadania exige um vínculo, a participação em uma comunidade baseada numa “lealdade a uma civilização que é um patrimônio comum”. Essa lealdade compreende a relação entre “homens livres”, que possuem direitos e são protegidos por uma lei comum. Para o autor, seu desenvolvimento é fortalecido pela luta por direitos e pelo usufruto dos direitos adquiridos (MARSHALL, 1967, p. 84). Marshall (1967) salienta também que os direitos políticos, diferentemente dos civis, apresentam ameaça potencial ao sistema capitalista.

Signates e Moraes (2016) compreendem a cidadania como integrante da política que se revela no processo democrático, que é comunicacional. Ao buscar uma perspectiva comunicacional da cidadania, Signates e Moraes (2016, p. 21) compreendem a comunicação de maneira geral como “todo e qualquer processo de troca simbólica capaz de gerar algum tipo de vínculo social”, articulando ciências da linguagem e ciências sociais. Por ser um conceito mais relacionado ao campo da ciência política, um olhar

comunicacional sobre a cidadania pode ocorrer de duas maneiras, de acordo com os autores, ou a noção de comunicação engloba e extrapola o de cidadania ou passa ao largo. Trabalhando a partir da primeira hipótese, os autores argumentam que os direitos humanos e o exercício da cidadania só podem ser viabilizados em ambientes sociais nos quais os agentes são reconhecidos como cidadãos, em que se tenham condições para o debate, a demanda e criação de novos direitos. Dessa maneira, esse campo de relações políticas e sociais com debates e disputas por legitimação, reconhecimento e reivindicação, que são condições de exercício de cidadania a partir de qualquer definição, vinculam a cidadania ao campo comunicacional. Afinal, ainda conforme Signates e Moraes (2016), não é possível haver cidadania “sem o ambiente democratizado das trocas simbólicas criadoras, afirmadoras e processuais (no sentido sociológico do termo) dos direitos”. A partir dessa argumentação, os autores concluem que não há cidadania sem comunicação. Trazendo as reflexões para o campo de estudos da comunicação comunitária, popular e alternativa, podemos identificar a cidadania como fundamento e finalidade do processo comunicacional, deste juntar-se para reivindicar direitos e produzir sentidos condizentes com as demandas da realidade cotidiana. O processo da comunicação cidadã envolve, portanto, desde as interações sociais cotidianas, os processos de participação e engajamento, até as definições de conteúdo, meios e formatos de mídias comunitárias.

Discordamos de Signates e Moraes (2016) com relação à afirmação de que a noção mais “incomunicacional” de cidadania é a marxista. Para fazer essa afirmação, os autores se baseiam nas reflexões críticas de Viana (2003) sobre o conceito. Na avaliação de Signates e Moraes (2016), a compreensão marxista de cidadania considera o conceito como uma abstração do

Estado, cuja pretensa universalidade de direitos comuns aos cidadãos oculta as desigualdades estruturais do capital, tornando a cidadania mera ideologia. Nessa compreensão, a comunicação opera como um instrumento estratégico da relação do Estado com as classes populares, que atua como correria de transmissão ideológica da classe dominante. Conquanto possamos concordar com os autores quando afirmam que, na perspectiva marxista, “a cidadania é a condição ideal burguesa e o lado real, mas oculto, corresponde à concretização dos direitos e deveres civis, políticos e sociais concedidos pelo Estado burguês” (p. 19), a afirmação sobre o caráter “incomunicacional” de cidadania parte de leitura mecanicista de marxismo, que ignora a dimensão comunicacional na formação política, de classe e na luta por cidadania ampliada. Além disso, a afirmação de que a noção marxista de cidadania é a mais “incomunicacional” apresenta erros lógicos e ontológicos concernentes a equívocos dos autores em sua leitura sobre o método dialético materialista. De fato, o conceito de cidadania não é objeto de análise privilegiado por estudos marxistas, se cidadania for compreendida de forma circunscrita aos direitos, deveres e suas processualidades jurídico-democráticas. Em uma tradição teórica que objetiva não apenas interpretar o mundo, mas mudá-lo, como deixa clara a conhecida 11ª tese sobre Feuerbach de Karl Marx (1990 [1888]), trata-se de coerência teórica e política buscar compreender os conceitos na totalidade em que se inserem e identificar os limites destes em uma perspectiva de emancipação social. Ou como explicita Horkheimer (1983 [1937], p. 144), a função da teoria crítica se torna clara se o teórico e sua atividade são considerados “em unidade dinâmica com a classe dominada, de tal modo que a exposição das contradições sociais não seja meramente uma expressão da situação histórica concreta,

mas também um fator que estimula e que transforma”. Nesse ínterim, podemos afirmar que a cidadania plena na perspectiva marxista somente será realizada com a superação do capital: processo histórico, político e ontológico em que a comunicação é dimensão fundamental na constituição do ser social, na práxis, na formação de classe, na luta de classes e na formação ético-política, ou seja, na hegemonia da sociedade de classes. Nesse aspecto, as reflexões de Viana (2003) sobre cidadania são fundamentais, o que não quer dizer que esta seja uma esfera de luta a ser descartada pelos movimentos sociais, classes populares e pesquisadores. Para o autor, o cidadão é uma abstração criada pelo direito. A realidade social da divisão social do trabalho, a desigualdade estrutural nega cotidianamente a fictícia igualdade jurídica entre os homens. Viana (2003) conclui que a cidadania, como concretização dos direitos do cidadão, significa a *integração do indivíduo na sociedade burguesa por intermédio do estado* (VIANA, 2003, p. 56, grifo do autor). Ora, a avaliação de Viana está correta. Entretanto, complexificando a análise e levando-se em consideração o contexto histórico de regressão de direitos conquistados pela classe trabalhadora, compreendemos que a luta por manutenção e conquista de novos direitos segue sendo fundamental e, pedagogicamente, esse lutar junto por direitos pode contribuir com a construção do comum e a perspectiva de luta por outra hegemonia, o que não deveria ser ocultado do horizonte da classe trabalhadora. Esse debate fortalece a reflexão e a luta por cidadania ampliada. Moretzsohn (2011), a partir de Boito Jr.², corrobora o argumento contra a crítica à esquerda que acaba desqualificando o debate sobre cidadania, por esta fortalecer a ilusão da igualdade de direitos e dissolver

2. BOITO JUNIOR, Armando. Estado, política e classes sociais. São Paulo: Unesp, 2007.

o pertencimento de classe. Contudo, compreende-se também que as contínuas ameaças aos direitos tornam necessária a luta por preservação das conquistas, mesmo dentro das limitações impostas pelo sistema capitalista. Schneider (2012, p. 281) argumenta que o universo da comunicação contra-hegemônica pode ser identificado por práticas comunicacionais, cujo objetivo principal pode ser definido como implementação da cidadania ampliada. A noção de cidadania ampliada articula a manutenção dos direitos civis, políticos e sociais existentes, ou seja, a conquista dos direitos também benéficos para as classes populares dentro da institucionalidade hegemônica, com o “combate à desigualdade econômica que impede, em graus variáveis, sua efetivação” (ibid, p. 285). Dessa maneira, conclui Schneider, para além do aspecto descritivo dessa expressão, destaca-se o caráter politicamente estratégico para lidar com possíveis opositores na luta pela implementação da cidadania ampliada. Certamente, o marxismo questiona as limitações da cidadania em uma hegemonia política burguesa, e a ocultação da estrutural contradição entre capital e trabalho inerente a esta, por isso o esforço teórico crítico para pensar e construir a cidadania ampliada, baseada na crítica ao capital e em um projeto popular de superação da sociedade de classes, o que é indissociável da luta pela/na comunicação.

Por uma articulação teórico-política entre a comunicação para a cidadania e a hegemonia popular

A questão que buscamos discutir e responder nesta seção é se a comunicação para a cidadania pode ser também compreendida e denominada como comunicação contra-hegemônica e como este campo de estudos e práxis se relaciona com a luta pela hegemonia popular. Definitivamente, comunicação para a

cidadania e comunicação contra-hegemônica não se tratam da mesma coisa, logo não podem ser considerados conceitos equivalentes. Uma primeira inflexão para discutir este tema exige compreender que a comunicação não atua deslocada da relação entre os agentes e as determinações sociais que configuram os processos comunicativos. Muito pelo contrário, o que vai determinar se a comunicação se destina a ampliar a cidadania ou a atuar contra a hegemonia não é o conteúdo da comunicação em si, mas as relações de força, as lutas culturais, políticas e de classe que ensejam os processos comunicativos, midiáticos ou não. Dessa forma, podemos afirmar que não é preciso o uso do conceito “comunicação contra-hegemônica”. Ora, não é a comunicação em si que é contra-hegemônica, mas a maneira como os movimentos, coletivos, grupos ou organizações se posicionam e agem com relação às lutas da sociedade, como utilizam, pensam, são formados e também se constituem nessas lutas por meio da comunicação. Como temos afirmado (BASTOS, 2020a), há banalização no uso do conceito de contra-hegemonia nos estudos de comunicação. Por vezes, o conceito não é referenciado e nem problematizado, como se a natureza da comunicação comunitária, popular e alternativa fosse ser contra-hegemônica e o assunto não merecesse maiores discussões. Além disso, nas formulações originais de Raymond Williams (1979, 2005) sobre o conceito de contra-hegemonia há o desenvolvimento teórico de diferentes categorias de práticas culturais que atuam em determinado momento histórico e que complexificam as relações entre dominantes e dominados. Outro aspecto que merece atenção é que a perspectiva de contra-hegemonia é frágil para pensar em alianças políticas e de classe, para a busca do comum na luta popular. Como alternativa teórica e política, propomos o conceito de hegemonia popular

(BASTOS, 2020a). Vamos descrever brevemente os principais marcos teóricos sobre os conceitos de hegemonia, contra-hegemonia e hegemonia popular para, em seguida, retomarmos as possíveis articulações com a comunicação para a cidadania.

Os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia não são exclusivos do campo da Comunicação, sendo objeto de estudos e referencial teórico em pesquisas de diferentes áreas, sobretudo das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas. A pesquisa sobre hegemonia e contra-hegemonia no campo da Comunicação implica a elaboração de mediações teórico-epistemológicas que possibilitem aos pesquisadores da área operacionalizar a perspectiva comunicacional na construção do objeto, o que tem engendrado uma tradição de pesquisas que privilegia os níveis cultural, linguístico e discursivo das análises. A maneira como o conceito de hegemonia foi apropriado e desenvolvido nos estudos de comunicação, com forte influência dos estudos culturais latino-americanos, expropriou o caráter econômico e de classe presente nas formulações de Lênin e Gramsci. A origem do conceito de hegemonia em Lênin, com raras exceções, é desconhecida ou ocultada nos estudos de comunicação. Isso se deve a razões científicas, históricas e políticas. A valorização das contribuições de Lênin vai além da historicidade do conceito, pois o revolucionário russo apresentou as bases teóricas e políticas que serão posteriormente utilizadas por Gramsci em suas formulações, com destaque para o trabalho teórico-intelectual, à importância do partido na formação dos intelectuais, na organização da luta política e ao conceito de hegemonia como aliança de classes. Luciano Gruppi (1978, p. 1) salienta que a “hegemonia é o ponto de confluência de Gramsci com Lênin”. Lênin formula o conceito de hegemonia, que aparece no texto *Democracia da classe trabalhadora e democracia*

burguesa, de 1905, no contexto da primeira revolução russa, para defender a tese de que, naquele momento, o liberalismo poderia ter apoio dos social-democratas do Partido Operário Social-Democrata Russo (POS DR) se houvesse uma aliança de classes contra a autocracia. Para a social-democracia russa, a revolução de 1905 se apresentava como uma revolução de caráter democrático-burguês (com exceção da posição particular de Trotski, segundo a qual esta revolução seria democrática, mas só se afirmaria como revolução proletária) (GRUPPI, 1978). A posição dos mencheviques é a de que, por se tratar de revolução democrático-burguesa, a direção cabe à burguesia liberal e democrática, cabendo ao proletariado apoiar a revolução, mas sem ser protagonista. Lênin tinha posição adversa: a de que caberia ao proletariado a direção e o protagonismo nessa revolução democrático-burguesa. O teórico político e revolucionário russo deixa claro que é a liderança do proletariado que deve prevalecer para fazer da hegemonia uma realidade e não os democratas vacilantes (burgueses).

Do ponto de vista do proletário, a hegemonia em uma guerra consiste em quem luta de forma mais enérgica, quem nunca perde a chance de golpear o inimigo, aquele cujas palavras não diferem dos fatos, que é, portanto, o líder ideológico das forças democráticas, que critica as políticas vacilantes de todos os tipos (LÊNIN, 2009 [1905], p. 79, tradução nossa).³

Na primeira aparição do termo hegemonia, no período pré-carcerário, Gramsci faz uso parecido ao de Lênin na sua

3. From the proletarian point of view hegemony in a war goes to him who fights most energetically, who never misses a chance to strike a blow at the enemy, who always suits the action to the word, who is therefore the ideological leader of the democratic forces, who criticises half-way policies of every kind.

formulação original e enfatiza a questão da hegemonia proletária, da ditadura proletária e do Estado operário, havendo dessa maneira clara associação com as formulações de Marx e Lênin. Entretanto, Gramsci destaca que, para o proletariado italiano se tornar dirigente e dominante na luta socialista, deve criar um “sistema de alianças de classes” contra o capitalismo e o Estado burguês, o que significa na Itália a conseguir o “consenso das largas massas camponesas” (GRAMSCI, 1978 [1926], p. 174). Podemos assinalar aqui uma diferença na concepção de hegemonia entre Gramsci e Lênin. Quando fala de hegemonia, Gramsci se refere à capacidade dirigente, mas também à direção e à dominação, enquanto Lênin “entende por hegemonia sobretudo a função dirigente” (GRUPPI, 1978, p. 11). Nos Cadernos do Cárcere, o conceito se expande e se complexifica como categoria analítica, abarcando as dimensões econômica, filosófica, política e cultural de constituição do poder, com ênfase no Estado nacional. Com a superação dialética da perspectiva leninista por Gramsci, hegemonia se torna um amplo e complexo processo político, pedagógico e comunicacional de construção e manutenção do poder, nacional e internacional, que envolve o consentimento e o conjunto de todas as classes sociais, instituições da sociedade civil e o Estado, em equilíbrio historicamente conjuntural, com possíveis instabilidades, estruturado na base econômica e na direção moral, intelectual, política e cultural da maioria dos cidadãos por uma determinada classe ou aliança de classes (BASTOS, 2020a).

Em Raymond Williams (1979), a partir da sua proposta de um materialismo cultural, de uma teoria sobre a produção literária e cultural sob a perspectiva do materialismo histórico, a cultura é vista com a perspectiva da totalidade, como ambiência cultural que alcança e engloba os diferentes níveis da realidade,

o econômico, o político e o social. Isso pode provocar algumas confusões conceituais, pois permite que tudo seja inserido nessa totalidade cultural, mas Williams não deixa de analisar e reconhecer também as dimensões econômica e de classe da realidade, a relação dialética entre base e superestrutura. Contudo, Williams vai levar o debate sobre hegemonia para o domínio das práticas culturais. O modelo teórico que propõe considera que “em qualquer sociedade e em qualquer período há um sistema central de práticas, significados e valores, que podemos definir propriamente como dominantes e efetivos” (WILLIAMS, 2005, p. 217). Adiante, postula que há práticas culturais alternativas e de oposição à cultura dominante efetiva (ibid., p. 218), que se englobam dentro do que podemos considerar como contra-hegemonia. Ao analisar hegemonia como processo, que possui estruturas internas complexas, que precisa ser renovado e recriado continuamente, Raymond Williams (1979 [1971], pp. 115-116) destaca que a hegemonia “sofre uma resistência continuada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões” e afirma que temos que acrescentar ao conceito de hegemonia os conceitos de contra-hegemonia e hegemonia alternativa. Williams (1979) pondera que a existência de oposição em sentido verdadeiro depende de forças sociais e políticas precisas e que temos que considerar a existência de formas de vida social e cultura alternativas e de oposição como fatos da própria cultura dominante. Acrescenta-se também ao modelo teórico práticas culturais residuais e emergentes. As formas residuais se distanciam da cultura dominante, possuem relação com áreas importantes do passado, mas pode ser incorporada se a cultura dominante quiser ser significativa nessa área. Williams (1979) compreende as culturas emergentes como práticas,

significações, experiências e valores novos, em gestação, o que o autor também denomina como “estruturas de sentimento”. Entretanto, a tentativa de incorporação pela cultura dominante é imediata, o que exige que façamos distinções entre “o residual-incorporado e o residual não incorporado e entre o emergente-incorporado e o emergente não incorporado” (WILLIAMS, 2005, p. 219).

A noção de incorporação é central para as reflexões de Williams (1979) sobre hegemonia e contra-hegemonia e sinaliza a relação de disputa e tensionamento entre o alternativo, o oposicional e o dominante. As formas políticas e culturais alternativas e de oposição significativas vão sofrer processos de controle, transformação e incorporação do poder hegemônico decisivo. Williams salienta que o principal problema teórico é a distinção entre iniciativas alternativas e de oposição, realizadas dentro ou contra hegemonia específica, que impõe limites ou logra neutralizar, modificar ou incorporar o alternativo ou oposicional. O autor considera que há iniciativas que não são adaptadas ou redutíveis à hegemonia original e são, nesse sentido, independentes. Contudo, argumenta o teórico galês, quase a totalidade das iniciativas alternativas ou oposicionais estão na prática ligadas ao hegemônico, pois a cultura dominante produz e limita suas próprias formas de contracultura. Mas afirma, contudo, que seria um erro desconsiderar as obras e ideias que conseguiram, ao menos em parte, obter rompimentos significativos, mesmo sendo neutralizados, reduzidos ou incorporados, pois surgiram independentes e originais em seus elementos mais ativos. Williams afirma ainda a existência de rompimentos autênticos em condições sociais específicas, que podem se constituir em atividade revolucionária real. Não obstante, assim que emerge,

o oposicional sofre a tentativa de um processo de incorporação. Williams (1979) pontua que a incorporação simples é tentada mais diretamente contra elementos de classe visivelmente alternativos e opostos, como sindicatos, partidos políticos e estilos de vida da classe operária, incorporados na publicidade, no jornalismo e no entretenimento comercial em processo sempre repetido e renovado, pois a incorporação prática pode parecer um reconhecimento e forma de aceitação.

Os conceitos de contra-hegemonia e hegemonia popular podem se equivar se a perspectiva de luta contra-hegemônica englobar a totalidade e encampar um projeto popular. Entretanto, na compreensão aqui desenvolvida, a ênfase recai sobre o potencial emancipatório do projeto popular contido na acepção de hegemonia popular. Associamos a cultura de oposição a um projeto político popular, à hegemonia popular. Nosso argumento é que a dimensão do comum, imprescindível para a construção de um projeto popular, está na fronteira política, lugar da alteridade, de encontro, desencontro e contradição, onde há maior potencial para o desdobramento da comunicação política emancipatória, para a integração crítica e a luta pela hegemonia popular, desde que reconhecido esse espaço comum de sujeitos explorados, oprimidos e expropriados. A luta pelo comum está na intersecção proporcionada pelo popular, em última análise, na luta pela hegemonia popular. Temos refletido criticamente sobre o que consideramos como um risco de insulamento da comunicação comunitária, popular e alternativa (BASTOS, 2020a). Conquanto possibilite potencialmente a participação cidadã, a educação e a visibilidade das pautas de interesse comunitário e popular, esse processo comunicacional é, por vezes, restrito às pautas, ao território, às linhas políticas e ao universo cultural e semântico das organizações e movimentos

sociais responsáveis por essa comunicação. Nosso foco é a dimensão política e comunicacional desse insulamento, mas não podemos deixar de reconhecer que o insulamento das lutas populares se deve a determinações econômicas, sociais, políticas, tecnológicas, culturais e comunicacionais, em última instância, determinações do capital. É claro que a intenção da comunicação comunitária, popular e alternativa e seu alcance político é algo que diz respeito aos agentes sociais engajados nesses processos comunicacionais, não sendo uma obrigatoriedade política ser contra-hegemônico ou lutar pela hegemonia popular. Entretanto, iniciativas políticas e comunicacionais que se pretendem ou se afirmem contra-hegemônicas e, principalmente, que objetivam a construção de um projeto popular, não podem prescindir da reflexão científica e política sobre hegemonia popular.

Atestamos que é fundamental para o desenvolvimento da consciência política que, de acordo com Gramsci (1966, p. 21), é a consciência de fazer parte de determinada força hegemônica, a práxis interativa (COUTINHO, 1992) em aparelhos populares de hegemonia. Propomos o conceito de aparelhos populares de hegemonia para designar organizações e instituições, cujos processos de formação política e produção simbólica contribuem para a construção de um projeto de poder popular (BASTOS, 2020a). A comunicação comunitária, popular e alternativa orientada por um projeto de hegemonia popular possui potencial para contribuir com o momento catártico gramsciano, com a “passagem do momento puramente econômico (ou egoísta-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura” (GRAMSCI, 1966, p. 53). Nesse processo teórico-prático, ético-político, a construção da vontade coletiva pressupõe a habilidade política das organizações populares em engajar a sociedade e sua base política

na luta pela hegemonia popular. Os conceitos de hegemonia e hegemonia popular se relacionam inextricavelmente com o comum, na medida em que são processos de construção do poder ou de contrapoder que necessitam continuamente vincular os sujeitos, engajá-los em determinada noção do comum que sustente, reflita e refrate projetos ético-políticos. Dardot e Laval (2017) argumentam que o *agir comum* envolve o engajamento dos homens em uma mesma tarefa, o que envolve a construção de normas que regulem a ação. O termo comum designa o princípio político da “coobrigação” para o engajamento em uma mesma atividade. A situação de comarginalidade, coexploração e coexpropriação da classe trabalhadora é real, concreta. Dessa maneira, o caminho para a superação desse cenário está no agir em comum, na coatividade que fundamenta o comum (DARDOT; LAVAL, 2017). O processo que compreendemos como engajamento se constitui na vinculação social, afetiva e gustativa do sujeito com determinada ideologia, portanto se configura como dimensão comunicacional e sensível atuante no engendramento da hegemonia (BASTOS, 2020b). Há aproximações e entrelaçamentos teóricos e políticos entre a comunicação para a cidadania e o engajamento com o comum na construção da hegemonia popular. Sobre a tarefa de realização da cidadania, Peruzzo (1998) destaca como deveres dos agentes a cooperação e corresponsabilidade. A autora reconhece adiante que, juridicamente, o conceito de cidadania expressa o pensamento liberal, baseado na propriedade privada como direito universal, obliterando a liberdade política ou a soberania coletiva. Com relação à dimensão política do conceito, o problema está em quem consegue exercer a cidadania e em que termos (PERUZZO, 1998). Peruzzo (1998, p. 285) postula que a cidadania é um “arcabouço social que requer o envolvimento

das pessoas”, o que implica a participação. Embora não utilize a palavra “engajamento” é disso que Peruzzo está falando nessa passagem. Se compreendermos a comunicação cidadã, a partir de Alves (2012, p. 140) em seu diálogo com Paulo Freire, como a ação entre sujeitos tornados comunicantes na “experiência do código comum”, sendo este não reduzido ao vocabulário, mas a desejos e objetivos, à realização de um projeto coletivo, temos um ponto de encontro entre a comunicação para a cidadania e a hegemonia popular. A comunicação para a cidadania pode criar as condições culturais e pedagógicas para a construção de um projeto de hegemonia popular, mas nesse projeto a cidadania jamais pode ser um fim, mas um meio e um método de possível encontro com o comum.

Considerações finais

A discussão sobre hegemonia e contra-hegemonia não costuma aparecer com centralidade nos estudos de comunicação comunitária, popular e alternativa. E quando aparece nem sempre observamos grandes reflexões teóricas sobre os conceitos, que geralmente são utilizados de forma hipostasiada, associando indevidamente qualquer prática aparentemente não dominante com contra-hegemonia. No processo de reestruturação do GP a ser realizado em 2021, a revisão da ementa e inclusão das reflexões sobre hegemonia, contra-hegemonia e construção da hegemonia popular é algo a ser debatido entre os pares. Em nossa trajetória de 16 anos de pesquisa com movimentos sociais⁴, as discussões sobre hegemonia e contra-hegemonia têm

4. Pesquisamos o Movimento Hip Hop no Mestrado (2005-2008) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Doutorado (2011-2015). Mais recentemente, estudamos a atuação das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo durante as eleições presidenciais de 2018 (BASTOS, 2020c) e comparamos as estratégias de comunicação no *Facebook* da Frente Brasil Popular e do Movimento

sido trabalhadas continuamente. Recentemente, tive a alegria de ser contemplado no Edital Jovem Cientista do Nosso Estado da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), para o período 2021-2023, com o projeto de pesquisa “Engajamento, mídia e cotidiano: hegemonia em contexto de midiatização e plataformização”, que articula os principais temas que pesquisamos. No GP Comunicação para a Cidadania da Intercom, principalmente Rozinaldo Miani e eu temos nos debruçado sobre a tarefa de compreender os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia por meio de pesquisas teóricas e empíricas. Iniciamos este capítulo resgatando algumas memórias e refletindo sobre nosso lugar e contínuo engajamento neste Grupo.

Certamente, levar a perspectiva crítica sobre comunicação a um espaço acadêmico cujos estudos se relacionam a lutas sociais e construir debates com os pesquisadores e estudantes sobre os limites e alcances teóricos e políticos em nossas pesquisas é algo que nos mantém engajados nesses 14 anos como participante deste coletivo. Neste capítulo buscamos analisar com maior profundidade as relações, aproximações, distanciamentos e entrecruzamentos entre a comunicação para a cidadania, a contra-hegemonia e o que compreendemos como hegemonia popular. Como buscamos demonstrar, diferentemente do que uma leitura mais superficial pode fazer crer, definitivamente comunicação para a cidadania e contra-hegemonia não se tratam de conceitos equivalentes. Além disso, como afirmamos, o próprio conceito de comunicação contra-hegemônica, bastante utilizado em diversos estudos, é impreciso e apresenta

Brasil Livre (MBL) (BASTOS; CÂMARA, 2020). Também sou líder, juntamente com a Profa. Patrícia Saldanha, do Laboratório de Investigação em Comunicação Comunitária e Publicidade Social, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano da Universidade Federal Fluminense.

equivocos. Afinal, é problemático afirmar a comunicação em si como contra-hegemônica, pois os conceitos de hegemonia e contra-hegemonia se relacionam com a totalidade, com relações políticas e de classe que estruturam e medeiam os processos comunicativos. Como afirmamos em outra oportunidade, analisar hegemonia ou contra-hegemonia somente a partir da perspectiva comunicacional ou cultural, algo comum em nossa área, “seria como analisar a imagem de um quebra-cabeça a partir de uma peça, reduzindo ou negando a complexidade dialética da integração e múltipla determinação entre as partes constitutivas e sua totalidade” (BASTOS, 2020, p. 12). Não negamos a importância do debate político e da reflexão científica sobre cidadania e suas diferentes expressões e processos constitutivos comunicacionais. Entretanto, reafirmamos que o potencial político ou mesmo teórico da cidadania está em sua compreensão como meio e método de possível encontro com o comum, não como finalidade. Nesse ínterim, é estratégica a perspectiva de cidadania ampliada, em que acrescentamos a crítica ao capital, às desigualdades estruturais que impedem a plena realização da cidadania. Contra a ilusão da cidadania como ideologia de classe do Estado burguês, propomos a comunicação cidadã como método de engajamento com o comum articulado a um projeto de construção da hegemonia popular, indispensável da reflexão crítica sobre a comunicação e sobre os alcances teóricos e políticos da comunicação comunitária, popular e alternativa.

Referências

ALVES, L. R. Tornar comum a cidadania: raízes antropológicas na vivência comunicativa. *Comunicação & Sociedade*, Ano 33, n. 57, p. 129-147 jan./jun. 2012.

BASTOS, P. N. *Ecos de espelhos* - movimento Hip Hop do ABC Paulista: sociabilidade, intervenções, identificações e mediações sociais, culturais, raciais, comunicacionais e políticas. 2008. Dissertação (Mestrado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BASTOS, P. N. *Marcha dialética do MST: formação política entre campo e cidade*. 2015. Tese (Doutorado em Interfaces Sociais da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BASTOS, P. N. *Dialética da insularidade: Notas para compreensão da hegemonia popular*. Trabalho selecionado para ser apresentado no Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do **XXIX Encontro Anual da Compós**, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande - MS, 24 a 27 de novembro de 2020a.

BASTOS, P. N. *Dialética do engajamento: uma contribuição crítica ao conceito*. *MATRIZES*, v. 14, n. 1, p. 193-220, maio 2020b.

BASTOS, P. N. *Atuação das Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo no Facebook na campanha presidencial de 2018*. *E-Compós* (Brasília), 2020c.

BASTOS, P. N.; CÂMARA, G. *Análise comparativa sobre as postagens no Facebook da Frente Brasil Popular e do Movimento Brasil Livre (MBL)*. In: 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2020, Salvador. *Anais [...]*. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2020.

BAUMAN, Z. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

GRAMSCI, A. Alguns temas da questão meridional. *In: Escritos políticos* Volume 4. Lisboa: Seara Nova, 1978.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

GRUPPI, L. **Conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978.

HORKHEIMER, M. Teoria Tradicional e Teoria Crítica. *In: BENJAMIN, W.; HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.; HABERMAS, J. Textos escolhidos*. (Col. Os Pensadores, Vo. XLVIII). São Paulo, Abril Cultural, 1983.

LENIN, V. I. Working-class and bourgeois democracy. *In: Collected works*. Volume 8. January-July 1905. Digital Reprints, 2009.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARX, K. **Teses sobre Feuerbach**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

MINISTÉRIO da Cidadania: qual sua função? **Polítize!**, 13 de abril de 2020. Disponível em: politize.com.br/ministerio-da-cidadania/. Acesso em: 02/06/2021.

MORETZSOHN, S. **A cidadania através do espelho: do Estado do bem-estar às políticas de exceção**. Sinais Sociais, Rio de Janeiro, v.5, nº15, p. 138-169, janeiro-abril, 2011.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

PERUZZO, C. M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Lumina**, v.1, n.1, jun. 2007.

PERUZZO, C. M. K. A comunicação no desenvolvimento comunitário e local, com cibercultur@. *In: XXI Encontro Anual da Compós, 2012, Juiz de Fora. Anais [...].* Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

SCHNEIDER, M. Internet e Cidadania nas periferias do Rio de Janeiro. *Estudos em Comunicação*, nº 12, p. 279-292, dez. 2012.

SIGNATES, L. ; MORAES, A. T. A cidadania como comunicação: estudo sobre a especificidade comunicacional do conceito de cidadania. *In: SIGNATES, L.; MORAES, Â. (org.). Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa.* Goiânia: FIC/UFG, 2016, v. 1, p. 15-35.

VIANA, N. *Estado, Democracia e Cidadania. A Dinâmica da Política Institucional no Capitalismo.* Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.

WILLIAMS, R. *Marxismo e literatura.* Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

_____. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. *Revista USP*, São Paulo, n. 65, p. 210-224, mar./maio 2005.

Comunicação e internet no contexto dos movimentos sociais

Suelen de Aguiar Silva

Resumo

Este capítulo reflete acerca da comunicação e da internet no contexto dos movimentos sociais. A saber, como os processos comunicacionais foram se alterando devido às transformações das tecnologias de informação e comunicação. O texto é um recorte de parte da pesquisa teórica da tese de doutorado da autora, para tanto, a metodologia está pautada na pesquisa bibliográfica. O objetivo do estudo é buscar o *entre*, ou seja, uma forma rizomática de compreender os processos comunicacionais dos movimentos sociais na internet que não se encerram em sua tecnicidade, ou mesmo em sua origem. Além de destacar a internet como espaço híbrido de interlocução dos movimentos sociais, discutimos as possibilidades da luta democrática em torno das formas tecnológicas de cidadania. Concluimos que é premente o uso das tecnologias de informação e comunicação pelos movimentos sociais e a sua implicação nas formas de vida contemporâneas ao passo que também suscitam alternativas para um pé fora das redes.

Palavras-chave: Internet. Comunicação. Cidadania. Redes. Movimentos sociais.

A emergência da técnica

Naquele tempo mítico, ao redor do fogo, aquilo era um congresso cheio de Einsteins e Edisons (Flusser, 2014, p.70).

Em cada período histórico homens e mulheres sempre dependeram do uso da técnica para sobreviver, desde a criação de ferramentas para caçar ou coletar alimentos à construção de abrigos para se proteger de fenômenos climáticos, por exemplo. Com o desenvolvimento humano as técnicas de subsistência foram sendo modificadas e transformadas culturalmente. “Tomaram uma pedra na mão esquerda e outra na direita. Isso já é absolutamente misterioso. Talharam a pedra e fizeram progressos colossais”, destaca Vilém Flusser (2014, p. 69) para afirmar sua proposta de que todas as revoluções são revoluções técnicas. No entanto, mais adiante ele reitera que a técnica é neutra, mas exacerbante (FLUSSER, 2014, p. 73). Pierre Lévy (2014, p.25), descreve a técnica como um constructo cultural que, à sua vez, condiciona uma sociedade em vez de determiná-la. No tocante à neutralidade da técnica em si, o pensamento de ambos os autores é divergente. Se para Flusser (2014) a técnica é neutra, para Lévy (2014, p.26) ela não é boa, nem má e tampouco neutra. Para ilustrar essa afirmação destacamos que:

A invenção do estribo permitiu o desenvolvimento de uma nova forma de cavalaria pesada, a partir da qual foram construídos o imaginário da cavalaria e

as estruturas políticas e sociais do feudalismo. No entanto, o estribo, enquanto dispositivo material, não é a 'causa' do feudalismo europeu. Não há uma causa identificável para um estado de fato social ou cultural, mas sim um conjunto infinitamente complexo e parcialmente indeterminado de processos em interação que se autossustentam ou se inibem. Podemos dizer em contrapartida que, sem o estribo, é difícil conceber como cavaleiros com armaduras ficariam sobre seus cavalos de batalha e atacariam a lança em riste...O estribo condiciona efetivamente toda a cavalaria e, indiretamente, todo o feudalismo, mas não os determina (LÉVY, 2014, p. 25).

Em nosso entendimento, a técnica carrega em si uma potência. E a forma como ela será empregada dependerá do contexto cultural e socialmente construído, das relações de poder estabelecidas e dos usos que serão feitos dela.

As tecnologias são dispositivos de poder que não podem ser desconsiderados. Ao incorporarem em seu design, em sua arquitetura e em seus códigos as determinações, interesses e perspectivas daqueles que a desenvolveram, as tecnologias podem destruir ou ampliar direitos. As tecnologias da informação e comunicação fazem parte de contenciosos tecnopolíticos. A internet e seus dispositivos são elementos cruciais das disputas econômicas, sociais e culturais do século XXI (SILVEIRA, 2017, p. 85).

Parafrazeando Lévy (2014, p.24), por trás das técnicas agem e reagem ideias, projetos sociais, interesses econômicos, estratégias de poder e os jogos dos homens em sociedade. A necessidade humana de se comunicar com os pares abriu precedentes para o refinamento da técnica de comunicar,

registrar e compartilhar informações provenientes da cultura. A passos largos temos visto as técnicas de informação e comunicação convergindo entre si e a cada dia mais interativas¹, com as múltiplas formas de interação e comunicação promovidas pela internet.

O que era técnica culminou em tecnologia. E o que era sociedade está em vias de (des)construção. E, agora, imersos em uma suposta tecnologia da vida, buscamos compreender o fenômeno em sua realidade concreta pelas lentes dos movimentos sociais. No entanto, não é a técnica, *technê*, enquanto condição material da história que nos interessa, mas sim as transformações e mediações que ocorrem na estrutura social em decorrência do uso ou não de determinadas tecnologias, especialmente a internet. Muniz Sodré (2012, p.177) afirma que qualquer tentativa de descrição definitiva das tecnologias digitais está condenada à rápida obsolescência, porque essas tecnologias são continuamente emergentes.

Sociedade em rede?

A tecnociência produziu tanto o fogo nuclear como as redes interativas. De um lado, ameaça de morte enquanto espécie em relação à bomba atômica e de outro, diálogo planetário em relação às telecomunicações, aponta Lévy (2014, p.16) ao destacar a ambivalência das técnicas, ao mesmo tempo em que atribui a sociedade qual escolha tomar em relação aos instrumentos por ela construídos. A sociedade em rede circunscrita nesse diálogo planetário apresenta-

1. Inicialmente a interatividade, ou a comunicação interativa era aquela face a face, via telefone e/ou qualquer tipo de comunicação que estabelecesse o contato físico entre pessoas, assim como o contato com algum material impresso do tipo abre e fecha, por exemplo. Hoje, essas definições foram ampliadas com as potencialidades das TICCS.

se como um ente invisível, porém multifacetado a serviço da financeirização do capital. De acordo com Muniz Sodré (2014, p. 55) “o capitalismo contemporâneo é ao mesmo tempo financeiro e midiático: financeirização e mídia são as duas faces de uma moeda chamada sociedade avançada [...]”. Sodré recorre a Marx, em “O Capital” para clarificar a noção de financeirização. O autor rememora a noção do capital em suas frações distintas, que oscilam em termos de correlação de forças. O capital produtivo é aquela fração que gera riquezas palpáveis ou tangíveis movimentando a cadeia de produção. Outra fração é a do capital financeiro que consiste na troca com base em títulos de crédito.

Nas palavras de Sodré (2014, p. 55), “este capital de empréstimo, que se amplia como uma parte do lucro obtido pela fração produtiva, foi chamado por Marx de fictício, por que é de fato uma ficção, a imagem de um capital não efetivamente realizado”. Nesse contexto, o autor eleva a financeirização a um novo modo de existência humana, ou seja, que vai corresponder a um novo modo de ser da riqueza. A isso, Sodré (2014, p. 55) tem chamado financeirização “e o que requer o concurso historicamente inédito da comunicação e da informação”.

Castells (2000, p.427) ao definir a sociedade em rede aponta que ela é “constituída de redes de produção, poder e experiência, que constroem a cultura da virtualidade nos fluxos globais os quais, por sua vez, transcendem o tempo e o espaço”. Dessa maneira, o autor atribui o advento da sociedade em rede à reestruturação social provocada pela era da informação. Silveira (2017, p. 23), além de destacar o papel determinante das tecnologias na vida de cidadãos, governos e empresas, aprofunda sua análise na contradição inerente às sociedades informacionais ao afirmar que elas convivem com

arranjos empresariais que dominam o sistema político levando a situações de grande contradição.

A sociedade informacional descrita por Silveira (2017) se constitui com tecnologias que comunicam e controlam simultaneamente. Esse modelo tecnológico apresenta consequências sociais, econômicas e políticas que, segundo o autor, precisam ser bem compreendidas. Esse modelo está sob a égide do capitalismo contemporâneo, cognitivo, informacional-cognitivo, financeiro e midiático, cujas expressões são empregadas para designar a mesma lógica. Não obstante, a sociedade informacional segue a lógica da supremacia cibernética globalizante sob a nova forma de existência humana citada por Sodré. E que, conseqüentemente, exerce sob essa nova forma de existência um tipo específico de controle, quase invisível, camuflado pelas camadas da internet. Segundo Silveira (2017, p. 20), estamos mantendo e reproduzindo relações sociais a partir de um gigantesco sistema de controle de informações.

A partir do exposto, temos pistas de que a forma refinada na qual se apresenta a globalização visa a uma reorganização capitalista que continua privilegiando os interesses financeiros em escala mundial. E, conseqüentemente, privilegiando a imaterialidade da comunicação e da informação. De forma análoga à ambivalência descrita por Lévy (2014), mas não isenta da crítica, para Flusser (2014, p. 71) quando existem dúvidas sobre quem é o emissor e quem é o receptor, e ainda, quando não houver mais sentido fazer essa distinção, estaremos em um sistema conectado em rede.

Compreendemos que a noção de rede é anterior à internet. Compreendemos também que na atualidade elas ganharam vida nova, ou seja, transformaram-se em redes de

informação energizadas pela internet (CASTELLS, 2003, p.7). Apresentamos a sociedade de rede como uma forma avançada de sociedade sob o domínio intangível do capital financeiro. Após apresentar essa nova configuração societária buscamos certo aprofundamento a partir dos processos históricos que culminaram na ascensão da internet e seus desdobramentos.

Na visão de Manuel Castells (2003) a internet é uma rede de comunicação global que se apresenta como tecnologia e também como prática social. O autor chegou a essa conclusão não antes de investigar três processos independentes ocorridos já no final do século XX e que foram responsáveis pela ascensão da internet como é conhecida hoje. São eles: as exigências da economia por flexibilidade administrativa e por globalização do capital, da produção e do comércio; as demandas da sociedade, em que os valores da liberdade individual e da comunicação aberta se tornaram supremos; os avanços extraordinários na computação e nas telecomunicações possibilitados pela revolução microeletrônica.

Para Castells (2003, p. 8), a aderência desses três processos inaugura uma nova estrutura social, baseada em redes. Alega que sob essas condições, a internet tornou-se a alavanca na transição para uma nova forma de sociedade, que ele chama sociedade de rede e com ela para uma nova economia, discutida anteriormente. Com sua análise da sociedade e das implicações da tecnologia na vida das pessoas, Castells considera o aspecto da expansão da internet à apropriação capitalista. Ao correlacionar internet, sociedade e economia reflete sobre a importância de localizar o processo de transformação tecnológica no contexto social em que ele ocorre e pelo qual está sendo moldado. Examina também o papel desempenhado pela internet na emergência da nova economia, que traz à baila

a transformação da administração de empresas, os mercados de capitais, novas formas de trabalho e a inovação tecnológica.

Além da reflexão econômica o autor situa sua análise nos aspectos relacionados à expansão da internet avaliando as formas de sociabilidade online, ao apontar o estudo de formas de participação do cidadão nas redes, das organizações de base e dos movimentos sociais. Destaca ainda, que a internet apresenta conflitos relacionados com a liberdade e a privacidade na interação entre cidadãos, governo e empresas. Essa discussão sobre privacidade, liberdade e segurança de dados na rede foi recentemente ampliada e debatida por Silveira (2017).

Pierre Lévy (2014), a sua vez, atribui ao mesmo fenômeno da sociedade de rede, o termo ciberespaço. Considerado um otimista por ele mesmo e por outros teóricos, em suas análises faz a seguinte reflexão: “não são os pobres que se opõe à Internet – são aquelas cujas posições de poder, os privilégios (sobretudo os privilégios culturais) e os monopólios encontram-se ameaçados pela emergência dessa nova configuração de comunicação”. O que se percebe é que Castells (2003, 2013), de um lado, se ocupa em entender a reorganização da vida das pessoas que de uma forma ou outra são afetadas pela sociedade em rede. Enquanto Lévy (2014) localiza o ciberespaço na dimensão ambivalente de indivíduos e máquinas, aliás, de como as pessoas se relacionam, trabalham e produzem comunicação e informação. Para Lévy (2014, p.107), “o ciberespaço permite a combinação de vários modos de comunicação”. Ele já falava em correio eletrônico, conferências eletrônicas, hiperdocumento compartilhado, sistemas avançados de aprendizagem ou de trabalho cooperativo e também sobre os mundos virtuais multiusuários.

Até aqui nada de novo, talvez a novidade resida na forma com que a sociedade se apropria desses vários modos

de comunicação. O ciberespaço ou a sociedade em rede, como preferir, se reinventa e junto com ele novas formas de olhar, de mergulhar e interagir nesse universo desde sofisticadas plataformas interativas e de comércio eletrônico, por exemplo, à criação de uma língua adaptada para a velocidade da internet, a qual palavras são suprimidas, inventadas ou utilizadas como marcadores culturais por grupos específicos. Esses vários modos de comunicação sofrem o que Sodré (2014) chama de efeito SIG (simultaneidade, instantaneidade e globalidade), atravessados pela celeridade virtual.

Virtual

A palavra virtual evoca muitos sentidos, especialmente, a partir da mutação tecnológica experienciada na nova forma de estar no mundo da vida. O senso comum dá margem para entender o virtual como uma simulação da realidade por meio de jogos eletrônicos, estilo *second life*, com a criação de *avatares*, da realidade aumentada etc. Para Lévy, (2014, p. 48), o virtual constitui o traço distintivo da nova face da informação, posto que a cibercultura propaga a copresença e a interação social de quaisquer pontos “do espaço físico, social ou informacional”. Ele ainda afirma que o fascínio pela realidade virtual decorre em partes pela confusão decorrente de três atribuições diferentes à palavra virtual.

Na acepção filosófica, é virtual *aquilo que existe apenas em potência e não em ato*, o campo de forças e de problemas que tende a resolver-se em uma atualização. O virtual encontra-se antes da concretização efetiva ou formal (a árvore está *virtualmente* presente no grão). No sentido filosófico, o virtual é obviamente uma dimensão muito importante da realidade. Mas

não uso corrente, a palavra virtual é muitas vezes empregada para significar a irrealidade - enquanto a 'realidade' pressupõe uma efetivação material, presença tangível. A expressão 'realidade virtual' soa então como um oxímoro, um passe de mágica misterioso. Em geral acredita-se que uma coisa deva ser ou real ou virtual, que ela não pode, portanto, possuir as duas qualidades ao mesmo tempo. Contudo, a rigor, em filosofia o virtual não se opõe ao real mas sim ao atual: virtualidade e atualidade são apenas dois modos diferentes da realidade. Se a produção da árvore está na essência do grão, então a virtualidade da árvore é bastante real (sem que seja, ainda, atual) (LÉVY, 2014, p.49).

Sodré (2006, 2012) apresenta o virtual como uma espécie de prótese da realidade. A despeito de um novo ordenamento do mundo, ou seja, de um espaço tecnossocial que forja uma forma virtualizada de vida.

Há o real, o virtual (ou potencial), a sua representação (a linguagem) e o possível. Enquanto estrutura, o real apresenta-se ou se faz ver como um conjunto de ordenações do homem (intelecção, memória, fantasias, representações) que pressupõe uma ordem de possíveis, isto é, de tudo que não implique contradição ou tudo que não repugna existir [S. Tomás de Aquino] (SODRÉ, 2006, p.123).

Para Vilém Flusser (2014, p. 246), quando o conceito de *virtual* é colocado entre os conceitos de real e fictício, caminhamos para perceber os deslocamentos entre as possibilidades que caracterizam nosso entendimento ontológico do mundo. De igual modo, acontece quando o provável é colocado entre os conceitos de falso e verdadeiro.

Em ambos, domínios limítrofes, podemos atribuir enunciados conceituais e escritos, matemáticos e informáticos. Apesar de Flusser não ter acompanhado as evoluções significativas da tecnociência e conseqüentemente das profundas alterações no mundo da vida promovidas pelas tecnologias cibernéticas (2014, p. 96-97), destaca:

Podemos nos deslocar não apenas para as galáxias, mas também para as partículas das quais é feito o mundo. No caso das partículas, devo dizer que me desloco para a partícula, se é que a partícula existe. Vou para um espaço bastante estranho, que se pode formular apenas matematicamente. [...] Quando me desloco para essa partícula, chego a histórias do tipo: uma partícula pode estar em dois lugares ao mesmo tempo, algo que se chama de salto 'quântico'. [...]. No cérebro acontecem os mesmos saltos virtuais que no cosmo. Tanto o cérebro quanto o mundo são um espaço virtual, que é computado, por um lado, como mundo interior do homem, e por outro, como cosmo.

A partir da contextualização anterior, podemos fazer algumas considerações sobre o virtual. Ele apresenta-se como uma forma ampliada de estar no mundo, principalmente, no tocante à dimensão espaço-temporal. Essa dimensão já não existe porque na medida em que virtualizamos informações, relacionamentos, vida financeira, formação acadêmica conformamos uma nova existência, e paulatinamente, mais imersos estamos no que Sodré chama de *bios* virtual. Já não há mais uma separação fidedigna entre virtualidade e realidade, como um oximoro, ambas convergem para uma sociedade informacional que ante a noção de sociabilidade e de encurtamento de distâncias, prioriza o capital e a economia.

Não obstante, o repertório de ações disponibilizados pelo novo padrão comunicacional de ubiquidade, instantaneidade, interatividade, hipertextualidade etc. estimula o indivíduo a viver virtualmente e a cada dia estar mais imerso nesse universo. Segundo a análise crítica de Sodré (2012, p.190), essa ambiência “leva o indivíduo a viver virtualmente no espaço imaterial das redes de informação, no *bios* virtual. O contato aí é mais do que simplesmente virtual – é tátil, entendido como interação dos sentidos a partir de imagens simuladoras do mundo.”

Em constante contradição, diríamos, vive-se na rede, busca-se variadas formas de conexão e interação online, critica-se o isolamento social promovido pelo ciberespaço, critica-se as relações frouxas e a miríade de amigos feitos e desfeitos nas redes. Ainda assim, não temos uma alternativa a ela. Corroborando com Castells (2013) já vivemos no espaço híbrido, entre a presença física e a presença virtual na rede.

Espaço intemporal

Sodré (2012, p.75) relembra que a percepção e a ação humana sobre as coisas do mundo dependem do espaço e do tempo, nada existe fora desse universo. A compreensão aristotélica de *polis* como uma comunidade de lugar, ou seja, como espaço marcado pelo sentido de transcendência que extrapola a mera sobrevivência em grupo, assim, é percebida mais como cosmo.

Diferentemente de espaço abstrato, lugar é a localização de um corpo ou de um objeto, portanto é espaço ocupado. Território, palavra mais moderna, é o espaço ampliado. Assim, hoje dizemos que território é o espaço afetado pela presença humana, portanto,

um lugar da ação humana. Só que essa localização não é necessariamente física, pode ser a propriedade comum de um conjunto de pontos geométricos de um plano ou do espaço. Aí, então, nossa referência não é mais topográfica, mas topológica – a lógica das articulações do lugar, portanto, a teoria das forças, das linhas de tensão e atração, presentes no laço invisível que desenha a cidade como lugar comum (*koinê*) ou comunidade (*communitas*). Nesses termos, lugar é uma configuração de pontos ou de forças, é um campo de fluxos que polariza diferenças e orienta as identificações (SODRÉ, 2012, p.74-75).

Castells (2000), por seu turno, fala sobre espaço de fluxos ao apontar que são as práticas sociais que dominam e moldam a sociedade em rede. A passagem do sistema industrial para o sistema capitalista traz alterações nas relações de produção, poder e experiência ao fundir e ao modificar as bases materiais da vida social, do espaço e do tempo. Na sociedade informacional, o tempo perde sua característica cronológica ao se transpor para o tempo intemporal, cuja lógica é a anulação do tempo pela tecnologia. Capital, poder e comunicação eletrônica transitam pelos fluxos de intercâmbios entre locais distantes e fragmenta a experiência humana ao permanecer fixa ao lugar. Daí a importância que Castells atribui ao tempo em detrimento do espaço.

A dimensão espaço-temporal vivenciada na internet, além de suprimir certas barreiras e de encurtar distâncias, promove uma experiência desterritorializada na prática social. As comunidades virtuais são bons exemplos; elas existem, porém, desterritorializadas no espaço e no tempo, mas ainda assim pertencem a um espaço simbólico e híbrido.

Entre nós, as redes

Rede social é comumente utilizada como sinônimo para *Facebook, Twitter, Instagram* etc., mas estes são apenas sites de redes sociais que ao agregar pessoas tornam-se uma rede. Para Recuero (2009, p.69) uma rede social é sempre um conjunto de atores (nós) e de relações, ou ainda, uma metáfora para tratar de grupos sociais. A autora elenca alguns valores relacionados aos sites de rede social e sua apropriação pelos atores da rede. São eles, visibilidade, reputação, popularidade e autoridade. Para Kozinets (2014, p.52-53), uma rede é composta de “um conjunto de atores ligados por um conjunto de laços relacionais. Os atores, os ‘nodos’, podem ser pessoas, equipes, organizações, ideias, mensagens ou outros conceitos”.

O aumento exponencial de acesso aos sites de rede de relacionamento e outros dispositivos de mensagens instantâneas tem favorecido a um novo tipo de interatividade, que privilegia “vários modos de interconexão entre máquinas e entre estas os homens” (SODRÉ, 2012, p.164). Nesses espaços de fluxos e conexões, as interações online mudam a própria percepção dos “nós” em suas práticas sociais cotidianas, já não existe a noção de estar *online* ou *offline*, os “nós” simplesmente estão em rede e *entre* redes.

As interações no ambiente virtual são realizadas por intermédio de vários dispositivos comunicacionais, tais como, sites de relacionamento, listas de discussão, aplicativos de mensagens instantâneas, *blogs, microblogs, jogos on-line* etc. Da ponta da língua à ponta do dedo, a interação homem-máquina e a interação homem-máquina-homem se aprimora diariamente. Quando essa interação permanece no plano homem-máquina parece não haver reciprocidade, mesmo assim existe ali uma interação. O ser social nasce interagindo com o meio, com

seus artefatos culturais e também tecnológicos. Mas há que se observar o sentido atribuído à interação. Desde o sentido atribuído à performance do dispositivo tecnológico, aquele cujo meio serve para a interação humana.

De acordo com Kozinets (2014), os primeiros estudos sobre interação *on-line* foram baseados na teoria da psicologia social e em testes experimentais. Tais trabalhos sugeriram que o meio online oferecia uma base precária para atividade sociocultural. A afirmação se fazia porque para tais trabalhos não havia sentimento de presença social no meio online, presumindo uma incerteza na comunicação porque o meio online reduzia a capacidade de transmitir informações não verbais como tom da voz, sotaques, gírias, expressões faciais, postura etc.

Outra linha de estudo sugeria que os participantes de comunidades online estariam sujeitos a uma espécie de achatamento de hierarquias, na qual o status social é igualado e as diferenças sociais minimizadas. Esses cientistas, conforme Kozinets (2014) consideravam que a tecnologia por trás das comunidades e das interações online sabotavam a estrutura social adequada para relações sociais acolhedoras.

No entanto, não demorou muito para que outros estudos comessem a questionar essas suposições e os resultados obtidos com as pesquisas sobre interação *on-line*. A análise do conteúdo das comunicações mediadas por computador começou a revelar outras formas de transmitir informações. Os membros de grupos sociais pareciam desenvolver a capacidade de expressão na forma escrita, dos quais as pesquisas anteriores revelaram estar ausentes. A passagem da cultura oral à cultura da escrita, como bem lembra Lévy (2014, p. 116), foi a primeira grande transformação na ecologia das mídias. A emergência do ciberespaço, de fato, produziu e produz um efeito radical

sobre a pragmática das comunicações, assim como teve, em seu tempo, a invenção da escrita.

Interação ou representação?

A comunicação mediada por computador (CMC) e recentemente, outros dispositivos comunicacionais, conforme exposto, passou a revelar outras formas de transmissão de informações. A dinâmica da comunicação e interação online passa a ser complementada com o uso de símbolos eletrônicos na escrita - *emoticons*, posteriormente *emojis*, memes e recentemente o retorno dos gifs animados e também a presença de erros ortográficos de forma proposital, ausência de correções e letras maiúsculas etc. comuns aos navegantes do ciberespaço – que servem como marcadores de expressões físicas, e principalmente, emocionais. No tocante às pesquisas interdisciplinares sobre o ambiente online, segundo Kozinets (2014, p. 29), elas demonstraram que, em vez de serem socialmente empobrecidos, os mundos sociais que estavam sendo construídos por grupos online eram detalhados e enriquecedores.

Apesar da ampla utilização dos pictogramas para representar emoção ou algum tipo de atividade o seu uso em escala mundial, principalmente pela geração Z² tem mexido não só com o pragmatismo da nossa língua, mas principalmente com a forma na qual estruturamos antigas e novas relações. Da virtualidade das interações sociais, *emojis*, por exemplo, estão dispostos no mercado de consumo figurando copos, utensílios, almofadas e inclusive, como tema para eventos e festas de aniversário, e mais recente como filme.

2. Constituída por pessoas que nasceram entre os anos de 1990 até 2010.

Nesse ponto, há que se observar como a interação online está reconfigurando a vida cotidiana, inclusive, dos atores sociais que não utilizam aplicativos de mensagens para se comunicar, e eles ainda existem, e são muitos. Nos jornais, nas novelas, nas ruas, essa “linguagem”, exclusiva do ambiente virtual, é agora apropriada. E assim, um novo ciclo de oportunidades aparece no espaço de fluxos preconizado pelo capital.

Segundo Kozinets (2014, p.15) “os websites de redes sociais e mundos virtuais levam os complexos marcadores de muitas culturas e ambos manifestam e forjam novas conexões e comunidades”. Bauman (2016, *on-line*)³ não é tão otimista quanto Kozinets (2014) ao se referir às relações virtuais. O sociólogo afirma que nos relacionamentos virtuais não existem discussões que terminem em abraços vivos, as discussões são mudas, distantes. As relações começam ou terminam sem contato algum (BAUMAN, 2016, *on-line*). O tempo, em sua dimensão cronológica vê-se aí comprimido nas imagens e símbolos que ora vão atribuindo novos significados e sentidos a realidade concreta. Já que o encurtamento de barreiras geográficas e a instantaneidade de envio e recebimento de mensagens via dispositivos digitais, e em tempo real, tende a favorecer a esse tipo de interação. Menos palavras e mais imagens vão modificando não só o tempo, mas a maneira de se relacionar com o outro.

“Tudo é transitório. Não há a observação pausada daquilo que experimentamos, é preciso fotografar, filmar, comentar, curtir, mostrar, comprar e comparar”, alerta Bauman (2016, *on-line*). Apesar da análise acurada de Bauman, da qual comungamos em grande parte, também é coerente observarmos as próprias

3. Disponível em <pragmatismopolitico.com.br/2016/08/estamos-solidao-multidao-mesmo-tempo.html> Acesso em out. 2017.

contradições do capital. E uma delas diz respeito à apropriação da internet como alternativa às mídias de massa⁴ pela sociedade civil, em especial, por movimentos e organizações sociais que lutam por demandas coletivas, prioritariamente, pela mudança de *status quo*. Nessa perspectiva, como demonstra Lévy (2014, p. 248), o ciberespaço favorece novas potencialidades abertas de interconexão e digitalização da informação. Ele apresenta essas potencialidades em quatro pontos, inclusive, alguns foram destacados anteriormente, a saber: o fim dos monopólios da expressão pública, a crescente variedade dos modos de expressão, a disponibilização crescente de filtros nos sistemas de busca por conteúdo específico e a interação online no ambiente virtual (LÉVY, 2014, p. 248). Apesar disso, não significa dizer que esse espaço de conexão mundial descentralizado possibilite a paridade entre governo, empresa e sociedade civil organizada no tocante ao conjunto da rede, especialmente, no controle da informação.

Comunicação organizativa

Cicilia Peruzzo (2004), em *Comunicação nos movimentos populares* traça uma análise sobre a participação popular nos processos de produção, planejamento e gestão dos veículos de comunicação que se constituem no âmbito dos movimentos sociais populares. Tais análises foram feitas quando a utilização da internet ainda era bem tímida. Ainda assim sua pesquisa é extremamente atual, pois analisa a comunicação dos movimentos sociais populares a partir de suas práticas concretas e que vão se diferenciando no decorrer de suas trajetórias.

4. Assim como Lévy (2014), entendemos como mídias de massa os dispositivos de comunicação que difundem uma informação organizada e programada a partir de um centro, em direção a um grande número de receptores anônimos e isolados entre si.

Historicamente, os movimentos sociais expõem e compartilham o comum, bem antes do advento da internet e da visibilidade conseguida por meio das redes sociais digitais. A luta comum de muitos homens e mulheres, excluídos de direitos básicos como saúde, moradia, educação etc. continua a cada dia mais visível e premente. Eles e elas expõem, compartilham e essencialmente querem que suas reivindicações e desejos por melhores condições de vida sejam ouvidos e atendidos. Esse pôr em comum faz parte da natureza da comunicação.

Juan Díaz Bordenave (1997) descreve a importância e a dinamicidade da comunicação na vida das pessoas. Reconhece, inclusive, as múltiplas formas de fazê-la, desde a interpessoal, passando pelos folhetins aos alto-falantes até o desenvolvimento das redes telemáticas de comunicação. Movimentos sociais e setores subalternizados da sociedade civil, em grande parte, desenvolvem a sua política de comunicação a partir da realidade local, dos escassos recursos disponíveis e/ou inexistentes, do nível de participação e engajamento dos atores sociais envolvidos. Aliás, essa comunicação faz mais sentido quando é utilizada como instrumento político, de organização e participação popular.

A sua vez, Manuel Castells (2013, p. 19-20) afirma que os movimentos sociais sempre dependeram de mecanismos de comunicação. Assim como Bordenave (1997), o estudioso da sociedade em rede cita como exemplo, variadas formas de comunicação que vão desde os boatos, sermões, panfletos aos manifestos difundidos a partir de qualquer meio de comunicação disponível. Castells (2013, p.19-20) acompanhando as transformações sociotécnicas aponta que em nossa “época, as redes digitais, multimodais, de comunicação horizontal, são os veículos mais rápidos e mais

autônomos, interativos, reprogramáveis e amplificadores de toda a história”. E ainda afirma que:

As características dos processos de comunicação entre indivíduos engajados em movimentos sociais determinam as características organizacionais do próprio movimento: quanto mais interativa e autoconfigurável for a comunicação, menos hierárquica será a organização e mais participativo o movimento. É por isso que os movimentos sociais em rede da era digital representam uma nova espécie em seu gênero (CASTELLS, 2013, p.19-20).

Aproximando o pensamento de Bordenave e Castells independentemente dos meios e tipos de comunicação apontados, dos mais rudimentares às suas transformações ao longo do tempo, elaboramos a seguinte proposição: o essencial não é o tipo de plataforma de comunicação ou meio utilizado, mesmo com as novas configurações demandadas pela internet, do tipo faça você mesmo e do barateamento dos custos de operacionalização e capacitação técnica das pessoas envolvidas com a comunicação “oficial” do movimento. Mas, sim a própria dinâmica comunicacional entre os atores envolvidos – dos líderes aos militantes - e como ela será facilitadora e ao mesmo tempo complexa para a organização política do movimento.

Referenciar o esquema sobre a evolução da comunicação proposto por Bordenave (1997) é pensar a metáfora elaborada por Deleuze e Guattari (1995), “não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, em uma raiz. Existem somente linhas”. Os autores se afastam do esquema da árvore na dimensão do signo linguístico - significado e significante - de Ferdinand de Saussure, por acreditarem que a representação e o decalque não dão conta

de traduzir a ação e o devir da própria realidade. Assim, o significante remete-nos a uma representação do real já o rizoma nos aproxima mais do real.

Toda lógica da árvore é uma lógica do decalque e da reprodução. Tanto na Linguística quanto na Psicanálise, ela tem como objeto um inconsciente, ele mesmo representante, cristalizado em complexos codificados, repartido sobre um eixo genético ou distribuído em uma estrutura sintagmática. Ela tem como finalidade a descrição de um estado de fato, o reequilíbrio de correlações intersubjetivas, ou a exploração de um inconsciente já dado camuflado, nos recantos obscuros da memória e da linguagem. Ela consiste em decalcar algo que se dá já feito, a partir de uma estrutura que sobrecodifica ou de um eixo que suporta. A árvore articula e hierarquiza os decalques, os decalques são como folhas da árvore. Diferente é o rizoma, mapa e não decalque. Fazer o mapa, não o decalque. A orquídea não reproduz o decalque da vespa, ela compõe um mapa com a vespa no seio de um rizoma.

De acordo com Deleuze e Guattari (1995), “se o mapa se opõe ao decalque é por estar inteiramente voltado para uma experimentação ancorada no real. O mapa não reproduz um inconsciente fechado sobre ele mesmo, ele o constrói.” Aproximar a comunicação dos Movimentos Sociais da dimensão rizomática é perceber que eles ao longo da história estão se modificando, assim como as linhas de fuga que não param de se remeter umas às outras. Em um instante, essas linhas e rotas de fuga podem se reencontrar, atribuindo novamente o poder ao significante.

Certamente, Movimentos Sociais que buscam por um novo projeto político e emancipador, que lutam por suas demandas específicas precisam mesmo é alcançar a terra que

fortalece os rizomas e não somente as estrelas. Para concluir, elaboramos outra proposição: portanto, quanto mais rizomática for a comunicação e conseqüentemente a participação política e organizacional dos membros que compõe o movimento, mais interativa será a comunicação, no sentido proposto por Muniz Sodré (2010) e também autoconfigurável como demonstra Castells (2013).

De acordo com Peruzzo (2004), na prática da comunicação popular os movimentos sociais brasileiros estão construindo algo de novo, ou seja, uma expressão de interesses coletivos que trazem em seu interior um esforço pela autonomia com fazer democrático em um novo espaço de ação política. Segundo a autora (2004, p.148) nesse processo os movimentos sociais forjam sua própria comunicação, a que entendemos como comunicação comunitária, desenvolvida no contexto em que atuam, primordialmente para expressão em nível local e para divulgação de conteúdos específicos das demandas do próprio movimento.

Porém, na perspectiva dos movimentos sociais entendidos neste estudo como propulsores de mudanças estruturais da sociedade, no contexto da ação coletiva, eles buscam novas formas de fazer sua comunicação e não coadunam com meios massivos quando a grande tendência desses meios é criminalizar as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais, principalmente, aqueles que lutam pela transformação da sociedade e da ordem vigente. De igual modo, também forjam sua comunicação que é expressa desde o nível local ao nacional.

No contexto das décadas de 1980 e 1990, os canais de comunicação utilizados pelos movimentos eram modestos. De acordo com Peruzzo (2004, p.148), o que compõem esses canais são os meios grupais, impressos, visuais, sonoros e audiovisuais:

“festas, celebrações religiosas, teatro popular, música, poesia, jornalzinho, boletim, mural, panfleto, cartilha, folheto, cartaz, faixas, camisetas, fotografias, filmes” [...]. Os canais utilizados se caracterizavam, principalmente, como um instrumento simples e de baixo custo em um grande contraste com o progresso tecnológico já disponível na sociedade à época, porém inacessível para a maioria das pessoas. A realidade, hoje, não é diferente mesmo com o advento da internet. Ainda existem diversas comunidades rurais espalhadas pelo Brasil e a grande maioria não tem rádios comunitárias e ou acesso à internet.

Peruzzo (2004, p.149-154) também aponta várias limitações na produção da comunicação comunitária, como por exemplo, abrangência reduzida, inadequação dos meios, uso restrito dos veículos, pouca variedade, falta de competência técnica, conteúdo mal explorado, instrumentalização, carência de recursos financeiros, uso emergencial, ingerências políticas, participação desigual. Para Miklos (2014, p. 111), “o veículo comunitário é apresentado com uma perspectiva educacional e formativa, proporcionando um consumo crítico da informação.” Não obstante, há que se observar a realidade concreta do grupo e ou movimento para enfatizar a perspectiva apresentada pelo autor.

Movimentos sociais na internet

Na atualidade presenciamos a emergência de novas mídias, de novas formas de fazer e compartilhar comunicação. Desde o refinamento da técnica propriamente dita como a CMC, agora, comunicação online, ao espraiamento da comunicação pelo globo e em tempo real. Essa última, com as possibilidades aventadas a partir da internet, assunto que

trataremos mais adiante. Os autores, Briggs e Burke (2006, p.15) orientam que a mídia precisa ser vista como um sistema que está em constante mudança. E ao serem introduzidas novas mídias no sistema de comunicação, ainda assim, antigas e novas coexistem e interagem.

Segundo Peruzzo (2010, p.231) ao que se refere à comunicação mediada por computador ela contribui para ampliar os canais de participação ativa dos cidadãos e cidadãs. A pesquisadora afirma que existem experiências crescentes que abarcam dinâmicas colaborativas em rede com a participação autônoma dos sujeitos, desde comunidades virtuais até sítios colaborativos. Para Miklos (2014, p.111), a comunicação comunitária “engloba os meios tecnológicos e outras modalidades de canais de expressão sob controle de organizações comunitárias e movimentos sociais”. Contudo, a ampliação desses canais de comunicação pode se apresentar de forma distinta, assim como acontece com a comunicação mais rudimentar, dependendo do nível de participação do grupo.

a. Convergência

Como a própria etimologia da palavra indica, convergência significa convergir, ou seja, possibilitar que caminhos se encontrem. Para Henry Jenkins (2009, p. 27-28), o sentido que a convergência carrega vai contra o processo tecnológico que reúne várias funções dentro de um único aparelho. “A convergência representa uma transformação cultural [...]”. Apoiamo-nos na afirmativa de Jenkins, porque a convergência é um processo que vai se desenrolar em nosso intelecto e nas práticas culturais, por conseguinte, nas mídias, nos aparelhos e nos sentidos que atribuímos a eles.

De uma forma ou de outra, a comunicação dos movimentos sociais sempre existiu via folhetos, marchas, reuniões etc., com o desenrolar da história novos processos comunicacionais aparecem, desaparecem, ou passaram a ser utilizados com frequência menor. Tais processos vão depender do contexto, dos recursos financeiros e materiais. Na atualidade, temos visto a manifestação desta convergência e a maneira como ela tem acontecido no âmbito dos movimentos sociais. De forma gradual e convergente, eles passam a atuar no espaço híbrido de comunicação. A comunicação que sempre aconteceu no bojo dos movimentos sociais, se reinventa e conquistam outros espaços, outros dispositivos apoiados nas TICCS⁵.

Durante o ano de 2005 realizamos pesquisa⁶ sobre as formas de comunicação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Naquela época, a internet já tinha expressividade, não como nos dias de hoje, mas já disponibilizava várias formas de conexão no universo online. Desde a disponibilidade de criação de blogs, sites institucionais, participação em site de redes de relacionamento, como o antigo Orkut, criação de web rádios, dentre outros. Do universo da internet à época, o MST possuía apenas um site institucional que abordava a história do movimento, sua mística, notícias, entre outros conteúdos. No estudo realizado fizemos o levantamento dos seus principais instrumentos de comunicação, que colaboram para forjar a identidade coletiva, política e cultural do movimento:

Como instrumentos de comunicação, possuem os seguintes meios: Jornal Sem Terra, Revista Sem

5. A utilização de mais um c na sigla faz referência ao conhecimento que está associado ao processo. Para saber mais sobre o assunto ver trabalhos de Cicilia Peruzzo e Jorge González (2011).

6. Trabalho de conclusão de curso (TCC), sob o título: Formação e informação do MST. Comunicação e cidadania como expressão coletiva de organização.

Terra, Assessoria de Imprensa, Página na Internet e Rádio Comunitária (Vozes da Terra). Entretanto, a visibilidade é fortemente mantida através de marchas com a bandeira erguida, acampando à beira de estradas e em praças públicas, realizando vigílias, atos ecumênicos, ocupando fazendas e órgãos públicos. A partir daí forma-se a identidade social do MST. É através dessas ações coletivas, tidas por muitos como transgressoras da ordem legal, que a identidade dos “sem-terra” é construída e é desta maneira que o MST se constitui como sujeito coletivo (SILVA, 2005, p.36).

Hoje, esta realidade está sendo modificada, na verdade ampliada culturalmente. Movimentos sociais tradicionais como MST e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), já ampliaram suas formas de comunicação a partir das possibilidades apresentadas pelas TICCS. Desde sua origem, o MAB foi reconfigurando sua comunicação e hoje uma de suas importantes frentes de atuação é a comunicação na internet. O MST também circula pelo espaço híbrido da internet e mantém seus canais online atualizados. Agora, o que isso significa em termos de participação e de disputa pelo espaço digital ainda não sabemos. O fato é que por trás de toda ação existe uma intencionalidade política, principalmente, quando abordamos movimentos sociais que buscam alterações estruturais da sociedade e do sistema que a constitui.

b. Participação na internet

Movimentos sociais, manifestações públicas, comunidades virtuais e redes online não são espaços intocáveis (PERUZZO, 2017). A comunicação é um direito humano, e como tal precisa ser garantido e exercido, pelo menos. Vimos a explosão dessa

vontade de comunicar a partir dos levantes da Primavera Árabe, dos diversos protestos espalhados pelo mundo e os reflexos das manifestações que eclodiram no Brasil no ano de 2013. Para Castells (2013, p. 11), a mudança fundamental ocorrida nos últimos anos está no domínio da comunicação, no que ele denominou como autocomunicação, ou seja, “o uso da internet e das redes sem fio como plataformas da comunicação digital”. Castells (2013) destaca que, as manifestações começaram nas redes sociais digitais, porque estas são espaços de autonomia, que perpassam controles governamentais e empresariais já que ao longo da história, ambos, haviam monopolizado os canais de comunicação como base de seu poder.

Segundo Castells (2013), as manifestações não foram protestos espontâneos, mas sim provocados por descontentamentos muito antigos ligados a organizações das sociedades civis que existem em determinados países, sob a perspectiva social, política, econômica e ditatorial. Nesse sentido, os atores sociais formaram redes, independentemente de suas opiniões ou filiações, se uniram e compartilharam indignação e desejo por mudança, essas são análises otimistas apresentadas por Castells (2013) sobre as recentes manifestações ocorridas no mundo e também no Brasil.

Contudo, há que se diferenciar os protestos brasileiros – devido a uma demanda muito específica, o aumento do preço das passagens de ônibus e metrô em São Paulo, e também, transitória - dos movimentos sociais e grupos organizados anteriores ao movimento dos indignados, assim denominado por Gohn (2014).

Nesse contexto, os meios hegemônicos de comunicação, especialmente a televisão, repercutiam as notícias que eram veiculadas em tempo real pelos próprios manifestantes e

por coletivos de comunicação, como a Mídia Ninja⁷. Em um primeiro momento para inviabilizar ou desqualificar as ações dos grupos organizados. E em um segundo momento, a mídia hegemônica passava a pautar suas notícias a partir dos assuntos e demandas veiculadas na internet, oriundos das páginas ou canais de comunicação dos atores envolvidos. Peruzzo (2017) analisa o papel da mídia hegemônica e também dos manifestantes durante os protestos e considera que:

Por um lado, as mídias convencionais penetram com suas versões e visões que acabam ajudando a formar opiniões e a mobilizar quem participa desses fóruns. Elas informam, mostram aglomerações, indicam lugares, apesar de moldarem as reportagens segundo percepções de fora, visões de classe e da própria política editorial. Tendem a desqualificar as manifestações [...]. Se não fossem as mídias alternativas e as redes online no *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* etc. não saberíamos das muitas facetas reais dessas manifestações públicas. Todos os meios editam, eis um bom motivo para que haja diversidade deles. É uma das razões das lutas pela democratização da comunicação. Só a amplitude de canais de comunicação e de emissores pode ajudar na circulação diversificada de informações e dar conta das várias dimensões que as grandes manifestações públicas contêm (PERUZZO, 2017, p.11).

Não há como negar a importância das manifestações ocorridas no Brasil, pois sabemos que as tecnologias de informação e comunicação tiveram um papel diferenciador

7. A Mídia Ninja é uma rede de comunicação livre criada no ano de 2013 a partir das manifestações ocorridas no Brasil e que levaram milhões de pessoas às ruas. Na ocasião, realizou coberturas ao vivo nos protestos, com pontos de vista invisibilizados pela mídia tradicional. A Mídia Ninja busca formas de produção e distribuição de informação a partir das novas tecnologias e de uma lógica colaborativa de trabalho. Para saber mais acesse: midianinja.org;

no contexto dos protestos. Velocidade, instantaneidade, popularidade e a emergência de novos comunicadores, são aspectos marcantes dessas manifestações que apontam aos menos três lados: tiros de borracha, spray de pimenta, porrada e bomba como reguladores da ordem social; pedras, gritos de guerra e palavras de ordem, smartphones e câmeras; a mídia hegemônica com sua visão maniqueísta das ações coletivas – que aos poucos – foram se individualizando.

Esse último aspecto, no que diz respeito à individualização das ações, diferencia claramente a razão de ser dos movimentos sociais que buscam um bem comum daqueles outros que, em partes, devido ao calor das emoções e da euforia tecnologicizante fetichiza a ideia do aqui e agora, do puro acontecimento. Resguardadas as diferenciações, os movimentos sociais nas palavras de Castells (2013, p.17) são constituídos de indivíduos, de suas emoções, anseios, subjetividade e autonomia e representam a chave para a mudança social.

Armações

Os processos de comunicação desenvolvidos por alguns movimentos sociais na internet, de um lado são produzidos para circular na própria rede e causar repercussão e adesão dos sujeitos e ou militantes que se identificam com a causa. No intuito de ocupar o espaço híbrido da internet, e por vezes, pautar o noticiário dos veículos hegemônicos de comunicação. E por outro, alguns movimentos utilizam a internet, apenas como mais um dispositivo de comunicação. Em outras palavras, esses processos vão depender de algumas configurações do movimento social em questão, por exemplo, da fase em que se encontra, da bandeira de luta e do nível de organização.

Paralelamente, os movimentos sociais constroem alianças com outras organizações, coletivos, associações, cooperativas no intuito de articular demandas específicas, de construir projetos coletivos, ou simplesmente, para dar força e ampliar a luta coletiva. Ao juntar as tecnologias a esses processos emancipatórios e de reivindicações cidadãs a participação é ampliada e ecoada para outras instâncias, além da sociedade civil. Para Sodré (2012, p.175), na prática, as tecnologias se entrelaçam com movimentos sociais, e mesmo com influências externas, que se relevam amadurecidos em um determinado momento histórico.

Assim é que as revoltas contra os governos de longa duração no mundo árabe (monarquias e ditaduras militares) tinham no centro da movimentação grupos islâmicos (como era bem o caso da Irmandade Mulçumana no Egito) – mas principalmente uma classe média de considerável amplitude, com residências próprias e participação importante no consumo tecnológico. No Brasil, por sua vez, a campanha ‘ficha limpa’ era de iniciativa da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil e de mais de 44 organizações da sociedade civil (SODRÉ, 2012, p.175).

No Brasil, são vários os exemplos das possibilidades de participação coletiva por meio da “democracia eletrônica”, Sodré contextualiza a campanha popular pela exigência de “ficha limpa” para candidatos ao parlamento no país no ano de 2010. De acordo com as explicações, a partir das praças virtuais, milhões de assinaturas e mensagens levaram o Congresso a votar a lei que proíbe o registro eleitoral a políticos condenados por crime grave. “A Lei da Ficha Limpa, a despeito das eventuais dificuldades para sua completa aplicação, é

provavelmente a mais notável conquista da sociedade civil brasileira na primeira década deste século” (SODRÉ, 2012, p.173). Nesse viés, Sodré (2012) acredita ser possível a aliança entre a imaterialidade do espaço virtual à noção de uma territorialidade cultural. De outro modo, o campo cultural é também o campo das diferenças sociais, que implicam uma redefinição do jogo de poder, que é, sobretudo, político.

Em momento posterior, Peruzzo (2010) considera que as novas práticas possibilitadas pelas TICCS atualizam as formas de comunicação de segmentos subalternizados da sociedade. A pesquisadora salienta que essas práticas vêm do interesse social presente nos cidadãos e nas organizações civis em interferir nos sistemas geradores e mantenedores da desigualdade, além das possibilidades inovadoras, como a interatividade, criação de conteúdos apropriativos, entre outras proporcionadas pelas tecnologias.

Na atualidade e na efemeridade do estado de coisas, quais armas os movimentos sociais podem utilizar para perceber as idiosincrasias do poder no espaço de fluxos?

É preciso considerar o uso social da internet. Apesar dela, faz parte da base que estrutura as tendências mercadológicas, como a financeirização do capital alinhadas à comunicação e a informação, pode servir aos movimentos sociais, a partir dos processos comunitários de comunicação como ferramenta de articulação e mobilização cidadã. A sociedade em rede apresenta-se de forma tão ambígua, que existem possibilidades participativas por meio da criação de conteúdos autênticos que sejam relativos aos próprios setores subalternizados. A mesma tecnologia que oprime, também liberta. É nesse contexto de ambivalência que a internet está circunscrita. Silveira (2017), apesar de criticar a sociedade informacional afirma que

inúmeras possibilidades de resistência à lógica do capital já estão em curso.

Entretanto, a internet, expressão da sociedade informacional, é uma rede de compartilhamento de informações, sejam sinais ou produtos imateriais. As possibilidades de criação e compartilhamento são utilizadas por indivíduos e coletivos que, intencionalmente ou não, praticam também uma economia da dádiva e de trocas sem finalidade econômica. Resistências à mercantilização extrema e ao domínio das interações em rede pelo domínio do mercado existem inúmeros processos de colaboração e compartilhamento de iniciativas, conhecimentos e desejo de realização de trocas solidárias. Expressão da ambivalência que podem adquirir algumas tecnologias (SILVEIRA, 2017, p. 23-24).

Os movimentos sociais nascem desejantes de comunicação, e por si, já comunicam. Parte dessa natureza comunicante está alicerçada na vontade coletiva expressa por melhorias em condições específicas (demandas de bairros, associações) ou em alterações estruturais na sociedade, do ponto de vista das relações de produção estabelecidas em determinado momento histórico. A exemplo, o movimento francês, datado de 1789, conhecido como a Queda da Bastilha que foi motivado devido às péssimas condições de vida expressas pela fome, alto preço dos alimentos e dos impostos sob os auspícios da nobreza.

Assim, protestos, mobilizações, saques, foram diferentes maneiras utilizadas pelas camadas populares, com forte influência da burguesia para que tivessem participação política. Foi um movimento de grande repercussão que originou a Revolução Francesa e a Declaração dos Direitos dos Homens e dos Cidadãos. Esse breve comentário, evidencia a natureza

comunicativa de um movimento social, independentemente de meio técnico ou tecnológico de comunicação, regime político ou momento histórico.

Mas há que se observar o oposto à precarização da vida. Há que se observar práticas que sustentam e alimentam a dimensão coletiva de compartilhamento de saberes, fora das amarras tecnologizantes que tendem a esgarçar os laços sociais e anular o outro. Para Sodré (2012, p. 185),

Do vazio da existência - que o mercado hoje tenta preencher pela disseminação infinita de artefatos técnicos - emerge a reivindicação coletiva de novos modos de inteligibilidade do fenômeno humano, dos, envie um pensamento capaz de amenizar a distância em que o perspectivismo da tecnociência nos coloca frente ao mundo um pensamento menos de econômico menos para hoje e mais afinado com que na razão há, concretamente, de sensível. A dimensão humana dos modos de transmissão do saber e do relacionamento social não depende da natureza técnica dos dispositivos.

Um pé fora das redes é possível, desde que essa existência seja implicada de “responsabilidade (obrigação) e parceria (ser junto a outro), mas, principalmente a injunção de se assumir, por sensibilidade, o destino da experiência do mundo como abertura para outros mundos possíveis” (SODRÉ, 2012, p.185).

Cidadania com um pé na rede, é possível?

De acordo com Sodré (2012, p. 177), assim como nos espaços históricos concretos, a luta democrática em torno das formas tecnológicas de cidadania também leva em consideração a possibilidade de se controlar digitalmente o espaço social. As discussões críticas a este respeito podem tomar vários rumos

(SODRÉ, 2012, p.180), desde uma “inclusão” forçada, repetindo um mesmo ciclo de exclusões anteriores na educação, na escrita, a própria midiaticização, entendida como articulação da vida social, como dispositivos de mídia.

Aliás, a facilidade de acesso à internet e aos sites de redes sociais digitais não implica dizer que parte da população vilipendiada de seus direitos mais básicos como saúde, moradia, emprego e educação estejam exercendo cidadania por meio das TICCS. E tampouco que os movimentos sociais estejam ocupando o espaço privilegiado da internet, como forma de reorganização de suas lutas.

Inversamente, existe outro rumo dessa afetação tecnológica na vida social. A internet por ser um espaço plural pode ser utilizada para auxiliar na promoção da cidadania ao facilitar o intercâmbio de processos comunicacionais. Desde que sirva como instrumento de ação para homens e mulheres na ampliação do debate sobre seus direitos. Os movimentos sociais, assim como outras formas de organização social, podem utilizá-la como um instrumento privilegiado para comunicar, informar, atuar, recrutar, resistir, organizar ou para simplesmente ocupar.

Considerações finais

A disputa hegemônica pelo poder acontece no espaço híbrido da internet e representa a abertura para outros espaços alternativos de construção de poder e resistência. Os movimentos sociais mencionados nesta pesquisa apontam para o ser de muitos, que é a multidão, esta, que compreende e visa a uma mudança profunda e estrutural da sociedade vigente.

Esse recorte teórico demonstrou que a novidade é a forma perversa com que o tecnocapitalismo refina as suas técnicas e se

move no espaço entre fluxos, e que em sua contradição, produz forças contrárias. Assim, pode a novidade residir nas próprias brechas deste sistema que degrada, mata e exclui?⁸

Nossa intenção foi a de buscar o **entre**, ou seja, uma forma rizomática de compreender os processos comunicacionais que não se encerraram em sua tecnicidade, ou mesmo em sua origem. Compreendemos o entre ao deixarmos que as experiências, práticas durante a observação participante netnográfica⁹ nos conduzisse pelas falas de cada movimento, em um processo dialético, no qual nosso olhar visou as descontinuidades e não a horizontalidade dos acontecimentos analisados, já que na internet o tempo é relativo e o aqui e agora é um devir.

À guisa de conclusão, a reboque do discurso de que a internet está aí, e que devemos nos adaptar a esse novo modo de estar no mundo, em que a cada dia a realidade vivida passa a ser tecnologizada e que, conseqüentemente, as relações humanas tendem a estar reverberadas nas redes digitais precisamos repensar um projeto possível de sociedade democrática.

Referências

BAUMAN, Z.; BORDONI, C. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. 191p.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é Comunicação?**. São Paulo: Brasiliense, 1997. (Coleção Primeiros Passos 67)

CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

8. Para lembrar o lema do 22^a Grito dos Excluídos.

9. Técnica empregada na pesquisa empírica.

CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet.** Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTELLS, M. **Fim de milênio.** A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.3. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia.** v.1. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995a.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e esquizofrenia.** v. 2. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995b.

FLUSSER, V. **Comunicologia: reflexões Sobre o Futuro – as conferências de Bochum.** Tradução de Tereza Maria Souza de Castro. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 93p.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** 22. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

GOHN, M. G. **Manifestações de junho de 2013 no Brasil e praças dos indignados no mundo.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 157p.

KOZINETS, R. V. **Netnografia: Realizando pesquisa etnográfica online.** Porto Alegre: Penso, 2014. 203p.

MIKLOS, J. **Cultura e desenvolvimento local: ética e comunicação comunitária.** São Paulo: Érica, 2014. 136p.

MIRANDA, O. (org.). **Para ler Ferdinand Tönnies.** São Paulo: Edusp, 2005.

PERUZZO, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania.** 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 342p.

PERUZZO, C. M. K. Direito à Comunicação Comunitária, Participação Popular e Cidadania. *Celacom*, 2004. Disponível em https://encipecom.metodista.br/mediawiki/index.php/Direito_A_Comunicacao_Comunitaria_Participacao_Popular_e_Cidadania. Acesso em: 10/01/2017.

PERUZZO, C. M. K. O processo de participação na comunicação popular e comunitária. In: THORNTON, R. D.; CIMADEVILLA, G. (orgs.). *Usos y abusos del participare*. Buenos Aires: Ediciones INTA, 2010.

SILVEIRA, S. A. *Tudo sobre tod@s*. Redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

SILVA, S. A. *Formação e informação do MST: comunicação e cidadania como expressão coletiva de organização*. Monografia (Graduação em Comunicação Social: Publicidade e Propaganda) Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2005.

SODRÉ, M. *Antropológica do Espelho: Uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. 268p.

SODRÉ, M. *Reinventando a educação: diversidade, descolonização e redes*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

SODRÉ, M. *A ciência do comum: notas para o método comunicacional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. 323p.

Dialética do terceiro setor: comunicação, trabalho e as contradições da questão social mediadas pela racionalidade neoliberal

Camila Acosta Camargo

Resumo

O terceiro setor é um conceito contraditório e tão controverso quanto sua prática concreta. A privatização da questão social não está deslocada no tempo e no espaço. Ela afere legitimidade a um projeto político, econômico e sociocultural que constitui o reinado do sujeito individual na sociedade de mercado – o neoliberalismo. Neste artigo levantamos categorias teóricas que jogam luz ao fenômeno das ONGs e da filantropia pela perspectiva crítica, discutindo as formas com que os processos de desigualdade resultantes do conflito capital-trabalho passam a ser tratados como *causas* a serem gerenciadas e racionalizadas para atingir metas, na mesma medida em que são eternamente retroalimentadas pelo sistema que as originou.

Nesse ínterim, a comunicação se expressa tanto como aparato de dominação e manutenção da hegemonia que reproduz o padrão vigente, quanto intrínseca às relações de trabalho que o sustentam de forma dialética.

Palavras-chave: Terceiro setor. Questão social. Comunicação. Trabalho. Neoliberalismo.

Introdução

O modelo de gestão privada da questão social é altamente naturalizado no formato de governança democrática. Desde a promulgação da constituição cidadã, o Estado brasileiro prevê maior participação social nos processos públicos deliberativos, como forma de envolver a população na tomada de decisão e abrir maior abertura ao diálogo em uma perspectiva do consenso. Todavia, em grande medida, esses espaços constituídos no interior da máquina pública, como comitês, conselhos e comissões, são ocupados pelo que se denominou a sociedade civil organizada – formada por entidades privadas sem fins lucrativos, que passam a ser assumidas como representantes da voz do cidadão.

Em 2014, após longa discussão acerca da demanda de se regulamentar tais entidades e sua relação com o Estado, foi promulgada a Lei 13.019 que estabeleceu o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil no Brasil. A terminologia passa, por conseguinte, a ser aceita de forma legal e jurídica.

A instituição desse modelo remonta há décadas anteriores, dentro e fora do país, em especial nos Estados Unidos, em um movimento de busca por maior controle das problemáticas sociais por parte do capital privado. Do campo teórico emergiram nomenclaturas e ideais que foram

incorporados na prática social de forma naturalizada e sem maiores questionamentos conceituais, como a proposta de terceiro setor. Para assumir a existência de um terceiro setor – segmento de mercado que abarca o universo das entidades sem fins lucrativos ou organizações não governamentais, no senso comum, é necessário aceitar a prévia distinção entre um primeiro setor, entendido como o Estado, e um segundo setor entendido como o mercado. Tal aceção presume a fragmentação da realidade social, uma ilusória dicotomia entre o público e o privado, e de forma contraditória posiciona as entidades sociais em um espectro separado destes dois. Em sua característica organizativa, as ONGs são instituições de caráter privado, o que implica um paradoxo ao próprio conceito desde sua origem.

De igual forma, a aplicação da concepção de sociedade civil organizada como sinônimo de organizações sem fins lucrativos também é problemática, tanto no que tange ao referencial teórico, como defende Valin (2009), quanto à própria prática democrática. Qual justificativa concreta para que organizações de caráter privado sejam intituladas representantes dos interesses da sociedade, sem que para isso tenham sido eleitas pelos sujeitos representados? Há uma ampla aceitação de que uma ONG/ OSC tem finalidade pública, porém a forma como tal finalidade se constitui é imprecisa, assim como é inegável que sua própria constituição privada resulta em conflitos com a dimensão do que é considerado público, mesmo que esse último parta de uma conceituação em constante reconfiguração.

O que observamos na produção bibliográfica sobre o tema é não apenas a ampla aceitação conceitual destes sentidos, como também a validação de suas práticas, o que Calegare e Silva Júnior (2009) consideram como sendo uma abordagem

dominante. Nessa ótica, o pensamento científico volta-se para sustentar o fenômeno por meio de um olhar otimista e idealizado, que atribui ao terceiro setor a capacidade de uma resolução harmônica das problemáticas sociais e ambientais enquanto estabelece vínculos considerados de parceria ao capital privado e aos órgãos públicos.

No presente artigo, buscamos colocar esses elementos em questionamento a partir da construção crítica do fenômeno intitulado ideologia do terceiro setor (MONTAÑO, 2002), com o objetivo de trazer este debate para o campo da comunicação. Partimos do pressuposto de que o nascimento e perpetuação das organizações sem fins lucrativos ou filantrópicas resulta de um processo de privatização da questão social, que estabelece um viés de gestão e controle das problemáticas sociais, excluindo seu caráter de classe e estimulando a busca por soluções individuais. Esse não é um movimento isolado, mas intrínseco a racionalidade política, econômica e sociocultural que emerge concomitante à reorganização produtiva do capital na segunda metade do século passado – o neoliberalismo (PECK, 2012; DARDOT; LAVAL, 2016; BROWN, 2019).

Destacamos ainda o papel da comunicação, das lógicas discursivas e sua imbricação com o trabalho (FIGARO, 2005; 2008) na manutenção e proliferação desse ideário. De um lado, temos o trabalho nestas organizações operacionalizado por um sistema de crenças no potencial transformador de indivíduos e da atuação por projetos (CAMARGO, 2018), que fomenta uma cultura de dedicação excessiva do sujeito por completo e de normalização do voluntarismo e da baixa remuneração. Para complementar, também temos fortemente calcado no imaginário social a conversão da questão social em *causas*, sejam elas assistenciais ou não, resumidas a metas e indicadores

a serem atingidos em um trabalho ‘gerido estrategicamente’. A circulação desses sentidos em processos comunicacionais fortalece ideários hegemônicos de manutenção deste modelo.

Para fomentar esse debate, vamos apresentar em mais detalhes as categorias teóricas que dão luz à perspectiva crítica do fenômeno. Buscamos fornecer uma contribuição para o pensamento da cidadania e solidariedade, assumindo que a real transformação da realidade se constitui tão somente em práticas orientadas para uma finalidade de desconstrução das cadeias de exploração.

Trajectoria histórica da relação entre capital e terceiro setor

O papel das instituições que compõe o campo da filantropia, sejam elas fundações privadas ou organizações sem fins lucrativos, remete em um primeiro momento a era do capitalismo industrial e ascensão das grandes fortunas familiares, com exemplo para o caso dos Rockefeller, precursores do modelo de fundações globais com atuação em diversas áreas sociais, assim como uma forte influência na produção acadêmica e científica.

Segundo Donald Fisher (1983), com o avanço da desigualdade de classes decorrente da forte acumulação pós-industrialização nos Estados Unidos, se iniciou um processo de formação de porta-vozes com credibilidade na opinião pública e respaldo técnico para propagar sentidos dominantes, financiados por grandes filantropos, com destaque para os Rockefeller. O autor ainda argumenta que se fazia muito importante não demonstrar publicamente seus interesses de classe e conseqüentemente sua tentativa de incidir no controle

da vida social. McGoey (2015) revela que John D. Rockefeller sistematicamente exercia influência em políticas de incentivo à filantropia e maior desregulamentação da economia, assim como batalhou por anos para estabelecer o terreno que viabilizasse as ações da fundação de sua família. Nesse período, tais fundações eram vistas de forma negativada na opinião pública, como uma estratégia dos grandes empresários para exercerem força tanto em território doméstico quanto internacionalmente nos moldes imperialistas.

Outro marco nessa trajetória é o nascimento das Nações Unidas no período destacado pelo término da 2ª Guerra Mundial e consequente avanço do embate político, econômico e ideológico que culminou na posterior Guerra Fria, simbólico de disputas entre poderes hegemônicos por influência nos territórios considerados, na época, subdesenvolvidos ou de terceiro mundo. É no âmbito do multilateralismo internacional que ascende o conceito de organizações não governamentais, e que a prática passa a ser estimulada pelas agências da ONU.

Tratando-se de Brasil e da América Latina, a realidade nesse contexto é de posição periférica e subalternidade perante as circunstâncias econômicas globalmente estabelecidas, condicionantes de um desenvolvimento social dependente, e que confere um caráter próprio de relações e correlações de forças entre as distintas camadas sociais e poderes locais, ambos submetidos ao poder imposto irrestritamente pelos interesses do capital transnacional (FERNANDES, 1973). A dinâmica dos países do norte global, de economia considerada desenvolvida, representados não apenas por seus Estados, mas também por suas indústrias, historicamente adota a estratégia expansionista como medida para remediar disfunções decorrentes da insuficiência ou mesmo da queda da acumulação de capital. Tal influência

se expressa no sul global, considerado de capitalismo tardio, de uma forma dicotômica: por um lado, assume um caráter mais imediatamente econômico, comercial e industrial e, em uma instância mais profunda, um caráter sociocultural. Ambos os aspectos são reflexo do mesmo objetivo comum de constituição e circulação de sentidos que favoreçam a continuidade deste sistema de intervenção, por sua vez determinado pela relação dialética entre centro e periferia do capital mundial, onde não há uma separação total, mas sim uma dupla determinação onde um depende e cria ao outro reciprocamente.

Partimos dessa premissa como chave para considerar que a criação de instrumentos de fomento técnico, financeiro e creditício como o CEPAL, em 1948, e o Programa Aliança para o Progresso, em 1961, compõem uma série de ações que visavam impulsionar uma reestruturação da governança global mediante a geração de mercados que atendem as demandas de acumulação e sob a retórica da cooperação internacional como provedora de integração e progresso (SALLES, 2015). Dentre diversos mecanismos de poder, uma das estratégias de intervenção se estabeleceu via financiamento advindo desses organismos e repassado às nações de duas formas: por intermédio dos governos locais – o que posteriormente contribuiu para a formação da dívida externa, e por meio das organizações sem fins lucrativos de vinculação comunitária.

Parte desse grupo de ONGs atuava lado a lado às causas populares (LANDIM, 1988; GOHN, 2013), para as quais repassavam recursos financeiros advindos da cooperação internacional. Essa circulação formatou uma relação de dependência sustentada no tripé *capital transnacional – ONGs – movimentos sociais* que, por um lado, fomentou o desenvolvimento local, e de outro, garantiu a efetividade

da arquitetura macroeconômica de intervenção. Esse movimento paradoxalmente

responde aos interesses do grande capital de se expandir nos países periféricos, produzir a baixos custos, ampliar seu mercado de consumo, retomando e incrementando o super-lucro, mas também incorpora de forma segmentada e pontual interesses e demandas dos setores populares das nações periféricas. (MONTAÑO, 2014, p. 69)

A concepção de um terceiro setor que se estabelece como uma alternativa ao mercado e ao Estado “engloba uma *ideologia*, que apresenta conceitos, valores, interesses, de forma mistificada e mistificadora, para se constituir como ideologia hegemônica, aceita como algo natural e/ou desejável por todos” (MONTAÑO, 2014, p. 38) denominada ideologia do terceiro setor. Aqui, o conceito de ideologia parte da elaboração cânone de Marx e Engels ([1932] 2007) como uma estratégia de forjar uma representação ideal da realidade apenas aparente, buscando a manutenção da hegemonia de classe. Nesse caso, a aparência se dá na construção de uma prática que se apresenta harmônica e que oculta o papel que a ordem capitalista, a propriedade privada e a exploração da força de trabalho exercem para o aparecimento e manutenção dos problemas aos quais as ONGs e as políticas sociais buscam combater. Sua natureza é dialética por possuir uma contradição inerente à sua própria existência. Se considerarmos que a desigualdade e a exploração social e ambiental são ao mesmo tempo motores e resíduos do modo de produção e das lutas de classes, é provável concluir que enquanto houver capitalismo haverá serventia para a filantropia.

Entendemos que a ideologia do terceiro setor encampa a prática de individualização e privatização da questão social.

Esta, por sua vez, constituiu-se enquanto um terreno de práticas e disputas por si só. Para Netto (2001) a questão social é a matéria de trabalho do campo da assistência social que historicamente refere-se a absoluta pobreza ao qual estão submetidos os trabalhadores assalariados. Na mesma linha, segundo Yazbek (2008), ela “se expressa pelo conjunto de desigualdades sociais engendradas pelas relações sociais constitutivas do capitalismo contemporâneo.

A visão de que a retórica do terceiro setor presume um consenso estabelecido ilusoriamente aparece mais claramente nos autores críticos. Para Paulo Arantes, esse é “o território do conflito anestesiado pela indistinção” (2014, p. 365), o simulacro de uma sociedade civil ativa, idealizada e regida por uma nova racionalidade política. Mas não apenas a máquina sem fins lucrativos se vale do modelo econômico no financiamento de seus projetos, como a manutenção da própria ordem estabelecida depende das práticas e discursos que conferem ao capitalismo uma aura humanitária para sua preservação e ampla aceitação social.

Como exemplo atual, destacamos o papel dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, estabelecidos em 2015, como elemento propagador destes ideais. Os chamados ODS representam uma listagem com 17 objetivos e 169 metas que operam como guia para que as nações promovam, dentro de quinze anos, avanços socioambientais sob a perspectiva de um desenvolvimento econômico que seja sustentável, igualitário, inclusivo e justo - nos termos da própria ONU. Nessa perspectiva, a garantia da efetividade das metas estabelecidas na agenda é assumida como responsabilidade dos Estados e o poder econômico das corporações é tido como parte do processo de busca por soluções conjuntas aos problemas apontados. As

instituições sem fins lucrativos são listadas como parceiras em potencial para o atingimento dos resultados definidos, e cada uma destas três representações é entendida como um agente, um ator, no processo total.

A ampla disseminação dos ODS como guia para as práticas da filantropia operam como artifícios para a manutenção da hegemonia (GRAMSCI, 1999) e para o alcance de uma mútua legitimidade: de um lado, é imprescindível para a aceitabilidade das instituições multilaterais globais que suas recomendações sejam reconhecidas e validadas, de outro, o capital privado apropria-se do respaldo das agências das Nações Unidas para obter credibilidade ao seu próprio trabalho, associando os ODS como mensagens centrais nas narrativas institucionais de suas empresas e fundações privadas.

Nos termos oficiais das Nações Unidas “o objetivo 17 e algumas metas dos demais objetivos tratam dos meios necessários para a execução da Agenda, que exigirá parcerias e solidariedade na mobilização de recursos, um engajamento entre governos, setor privado, sociedade civil e o Sistema ONU”¹. As terminologias *parceria*, *solidariedade* e *engajamento* pressupõem uma relação positivada e homogênea entre as partes, reconhecidas como os atores. A narrativa reconhece a necessidade de envolvimento dos agentes não estatais e as ações práticas indicam que as instituições multilaterais constroem, sistematicamente, mecanismos de promoção dessa aproximação.

Consideramos que as atribuições delegadas aos Estados são incongruentes, pois nos modelos das democracias liberais eles operam essencialmente como mediadores a serviço de

1. Transformando Nosso Mundo - A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: odsbrasil.gov.br/home/agenda. Acesso em: 10 jan. 2021

uma melhor eficiência do sistema econômico, estando assim impossibilitados de resolver problemas que não foram por eles criados, na medida em que cabe apenas mediação dos problemas e não o combate real às suas causas. As corporações não são meros agentes privados a serem consultados no processo de tomada de decisão. Elas inauguram os modelos de desenvolvimento, estilos de vida e produção de subjetividades que compõem uma racionalidade e uma materialidade que sustentam os males aos quais os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas buscam combater.

Racionalidade neoliberal e a questão social

Falcone (1999) defende que a noção de terceiro setor emerge muito mais como uma “ideia-força” do que como um conceito rigoroso ou um modelo sólido fundamentado em teoria. Nessa visão, não se nega a existência do fenômeno material, mas o categoriza de forma mais simples, como uma tipologia organizacional que diferencia empresas comerciais de organizações que não podem distribuir lucros. Já autores como Smith, Rodríguez e outros que assinam a obra *The Revolution will not be funded: beyond the non-profit industrial complex* (2007) consideram que a trajetória histórica das organizações sociais e da filantropia representa mais do que uma simples diferenciação que se constitui no caráter jurídico da organização, mas que todo esse universo deve ser entendido como um complexo industrial sem fins lucrativos, em uma analogia que assume a intrínseca relação do terceiro setor ao funcionamento do modo de produção capitalista. Forma-se um campo que mobiliza as estruturas sociais em uma engrenagem necessária para a manutenção do sistema, não apenas econômico, mas também político-ideológico.

Esse campo encontra terreno fértil na segunda metade do século passado, quando identificamos a ascensão de aspectos definidores para a formatação do que chamamos de padrão emergente de intervenção social (MONTAÑO, 2002) e que, não coincidentemente, são os elementos que integram a noção de neoliberalismo aqui defendida. Primeiramente, destacamos a redução do papel do Estado, ou ao menos sua defesa, que vem a reboque da naturalização da instituição mercado como instância de realização do sujeito por excelência. Para a teoria econômica liberal, desde clássicos como Smith, Mill e Marshall, a relação entre economia e Estado é conflituosa, e com a crescente força e respaldo das ideias de teóricos como Friedman e Hayek tem-se que a interação social se constitui mediante trocas voluntárias e é auto regulada pelos movimentos de mercado. O Estado, nesse sentido, atravancaria a espontânea fluidez das relações, acima de tudo as econômicas, obviamente. Com o desmantelamento do *welfare state* europeu, a ampla disseminação desta retórica toma assento não apenas nos grandes espaços decisórios de poder, como no próprio discurso social.

Esse cenário potencializa a flexibilização do papel do poder público e até seu esvaziamento. Há um processo de maior desresponsabilização do Estado, ao contrário do que aconteceu em todo período pós Segunda Guerra, que transfere às organizações de interesse privado a atribuição de representação da sociedade civil, sendo elas de caráter empresarial ou sem fins lucrativos, dando-lhes o poder de decisão sobre o encaminhamento prático das políticas sociais. Para citar o exemplo brasileiro, temos espaços participativos nas instâncias decisórias onde as vagas dedicadas a categoria de representação da sociedade civil são ocupadas não pelas ONGs, mas por entidades patronais como a Federação das Indústrias.

A correlação de forças decorrente do conflito capital-trabalho é ofuscada e as relações sociais são resumidas aos papéis representados por grupos em uma falsa relação de equilíbrio. O capitalista passa a ser reconhecido enquanto sujeito individual ou mesmo membro da sociedade civil, sentado para negociar com outros indivíduos que também representam coletividades. Mas estas coletividades, tais quais os movimentos sociais e as organizações socioambientalistas, não exercem o mesmo papel para determinar a realidade social tal qual o capitalista.

Vale destacar que Coutinho aponta que a noção de sociedade civil em elaboração gramsciana representa o fenômeno de resposta da classe trabalhadora à evolução cada vez maior das forças produtivas e a considerável expansão do capital na era industrial, o que instigou o estabelecimento de sindicatos e partidos políticos operários em “uma esfera social nova, dotada de leis e de funções relativamente autônomas e específicas, tanto em face do mundo econômico quanto dos aparelhos repressivos do Estado” (2007, p. 124). Para o autor, esta sim se coloca de fato como uma nova dimensão dentro das relações de poder do sistema capitalista, porém o sentido de sociedade civil organizada tal qual adotado nas democracias liberais subverte e retira seu sentido político e ideológico inicial.

Ainda, em termos neoliberais, não havendo um Estado protetivo de direitos sociais, o que haveria é um arranjo auto organizativo entre indivíduos, o que elucida o outro aspecto identificado - a ultra individualização de todos os níveis da vida social. Esta abordagem, todavia, obscurece o fator estrutural das interações, permeadas por determinações históricas que impõem barreiras endêmicas às soluções das respectivas problemáticas da sociedade. Tira-se o caráter de classe das questões sociais, restando apenas agentes individuais

que, mesmo reunidos, são apenas representativos de individualidades setorizadas, o que ampara a existência de um primeiro, segundo ou terceiro setor composto por indivíduos mobilizados em defesa de pautas específicas.

Encontramos em Foucault ([1979] 2010), Harvey (1993), Boltanski e Chiapello (2009), Peck (2012), Brown (2019), Dardot e Laval (2016) pistas consideráveis para melhor compreender os movimentos do capitalismo contemporâneo e, mesmo que partindo de abordagens distintas, discorrem acerca das imbricações entre os rastros econômicos, políticos e culturais desta que assumimos como sendo uma razão neoliberal. Assim, a ascensão de narrativas de exaltação do sujeito em detrimento do coletivo não está apartada no tempo e no espaço. Para além de se estabelecer enquanto uma política de enxugamento do Estado e de ampla abertura ao interesse privado, o neoliberalismo toma as formas do capitalismo contemporâneo ao moldar pensamentos, comportamentos e modos de vida que aliciam o sujeito a vivenciar toda sua experiência humana tão somente quando incorporada às lógicas de mercado.

Comunicação, trabalho e a mistificação da filantropia

Para a manutenção dessa realidade que naturaliza o padrão privado de intervenção social, ocorre no campo do simbólico um deslocamento de sentidos que Evelina Dagnino (2004) caracterizou como uma confluência perversa. Isso porque na mesma medida em que se assume uma participação democrática e cidadã, o faz-se sob o domo das práticas tipicamente neoliberais. Este movimento que se efetiva na prática concreta, se sustenta idealmente com uma circulação discursiva que mistifica a realidade por meio da cooptação e da apropriação.

A disputa política entre projetos políticos distintos assume então o caráter de uma disputa de significados para referências aparentemente comuns: participação, sociedade civil, cidadania, democracia. A utilização dessas referências, que são comuns, mas abrigam significados muito distintos, instala o que se pode chamar de crise discursiva: a linguagem corrente, na homogeneidade de seu vocabulário, obscurece diferenças, dilui nuances e reduz antagonismos. (DAGNINO, 2004, p. 198)

Estes sentidos que nascem no bojo das classes populares retornam para a sociedade de forma reificada. Para James Petras (1999) segundo Montaño (2014, p. 28) “o retrocesso dos direitos sociais e trabalhistas não poderia acontecer usando linguagem de auto interesse dos capitalistas”, ou seja, há uma intencionalidade ao “criar uma linguagem e conceitos que parecessem ser técnicos ou apolíticos, que parecessem ser divorciados de interesses de classe às quais eles serviam”. Estes não são apenas termos, conceitos ou estratégias, mas sim projetos de intervenção social coordenados e com funcionalidades econômicas e políticas. O perigo desta apropriação não é novo, e foi pontuado por Edina Oliveira, já no prefácio de *Pedagogia da Autonomia*, de Paulo Freire, ao afirmar que:

Nesse contexto em que o ideário neoliberal incorpora, dentre outras, a categoria da autonomia, é preciso também atentar para a força de seu discurso ideológico e para as inversões que pode operar no pensamento e na prática pedagógica ao estimular o individualismo e a competitividade (OLIVEIRA, 1996, p. 11).

Borges, Miranda e Valadão Jr. (2007), em uma análise do discurso de fundações brasileiras, observam

que os sentidos de gestão, *management* e estratégia são sistematicamente reproduzidos para tratar das causas sociais como problemáticas que devem ser guiadas objetivamente em um consenso entre empresas, governo e sociedade civil. É clamada uma noção esvaziada de justiça, atrelada ao capitalismo e a um bem comum por ele presumivelmente promovido. Há um silenciamento justamente no que diz respeito aos fatores que provocam estes males.

A sociedade está presente no discurso da fundação como repleta de necessidades e demandas sociais [...]. Essas demandas são de conhecimento geral, ou seja, algo dado como certo e visível para todos. Porém, não se discutem as causas desses problemas, mesmo porque discutir desemprego e baixa renda poderia levar até às próprias companhias e seus programas de demissão em massa (*downsizing*) e redução de custos, que incluem baixos salários. (BORGES; MIRANDA; VALADÃO JR, 2007, p. 108)

Esta gestão compõe parte da realidade de privatização da questão social e passou a representar de forma positivada o que se nomeou filantropocapitalismo, que reivindica uma postura orientada para o atingimento de resultados e definição de indicadores conforme os moldes da economia de mercado, suplantando o modelo assistencialista típico da era industrial. Para McGoey (2015) uma das características deste sistema é a elevação do próprio capitalismo a um imaginário de naturalmente caridoso e socialmente responsável. Joan Roelofs (2003) indica inclusive que há uma ausência de estudos críticos sobre a influência e poder das bilionárias fundações privadas e assume isto como reflexo direto do financiamento que as mesmas orientam para a produção da ciência.

Fortalece-se o imaginário social do mérito orientado pelo esforço individual e, no caso das narrativas do terceiro setor, de solução destes problemas pela via privada. “Só o cidadão sabe o que quer para si, para sua família e para sua comunidade. É ele que deve decidir sobre suas prioridades e, portanto, sobre a maneira como devem ser conduzidos os negócios da nação para permitir que elas se realizem” afirma Andrade (2005) na obra **3º setor: desenvolvimento social sustentado**, que inaugura a literatura deste campo no Brasil.

Destaco em estudo anterior (CAMARGO, 2018) que o engajamento em defesa de uma causa social aparece como o principal elemento motivador do trabalho no terceiro setor. A solidariedade de classe move o sujeito na defesa da coletividade, todavia toda a força dedicada, inclusive em tempo social convertido em trabalho, passa a ser orientada em uma prática oblíqua que mascara a real intencionalidade do fenômeno. É apenas um olhar material e histórico que desvela o que há de mais hegemônico nesta prática que se apresenta como transformadora.

A retórica do capital é capaz de produzir engajamento, de edificar códigos hegemônicos eficientes em seduzir, estimular o sujeito a tomar parte, a assumir papéis nos processos capitalistas. A motivação não se resume a benefícios individuais, deriva principalmente de aspectos transcendentais, associados ao bem comum: dessa forma, o espírito do capital é definido como “a ideologia que justifica o engajamento no capitalismo” (CASAQUI, 2015, p. 47). Olhar para a circulação de significados que refletem e refratam a realidade social aqui retratada implica um olhar comunicacional para o fenômeno. Estes sentidos hegemônicos estão alicerçados em uma disputa que se revela no âmbito discursivo. A racionalidade neoliberal

tem seu linguajar próprio e enunciados que engendram relações sociais e subjetividades de forma sub-reptícia.

A narrativa da filantropia como prática benevolente e necessária para a sociedade também é altamente reforçada em circuitos que, de certa forma, beneficiam-se ou codependem de sua existência. No Brasil, há uma cadeia de instituições e grupos que tem como objetivo fortalecer a sociedade civil organizada/terceiro setor, e conseqüentemente as práticas de doações deste investimento social privado. São algumas delas o Grupo de Institutos Fundações e Empresas (GIFE), o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e a Rede Filantropia.

Compreender esse movimento é essencial para falar da dinâmica das relações em organizações sem fins lucrativos, espaços considerados de cunho social onde circulam expressões de trabalho singulares, como a própria concepção de trabalho voluntário, mistificado pelos discursos de boa vontade, ação desinteressada e ajuda ao próximo, que fortalece uma mentalidade que desassocia a questão social da questão de classe.

Dardot e Laval (2016) relatam que cada fase do processo de expansão do capital é demarcada por uma certa configuração produtiva que engendra a formação das subjetividades de maneira ampla e coletiva naquele determinado período. Como já apontado, são as práticas macroestruturais influenciando diretamente na postura e nos comportamentos dos sujeitos. Na sociedade industrial, a mentalidade homogênea era a da produtividade e permeava a vida desde o mundo do trabalho até cotidiano pessoal, cultural e familiar. A noção de produção extrapolou a fábrica e embutiu ao trabalhador a mesma lógica de busca por eficácia para satisfazer desejos pessoais, para conquistar bem-estar, para produzir felicidade.

Alves (2011) aponta para o processo de captura da subjetividade do trabalho como uma especificidade das práticas da organização racional do trabalho de base toyotista, que instiga o funcionário a investir suas habilidades, conhecimentos e capacidades com o objetivo de agregar valor à produção. Esse formato molda uma cultura no mundo do trabalho baseada no fomento à concorrência que é pautada nos valores de engajamento individual e proatividade, e que de maneira contraditória se expressa em nome do trabalho em equipe ao mesmo tempo em que incita a competitividade entre trabalhadores.

Com as mudanças no mundo produtivo, hoje o sentido regente funda um “sujeito ativo que deve participar inteiramente, engajar-se plenamente, entregar-se por completo a sua atividade profissional” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327), a isto os autores nomeiam o “sujeito neoliberal” ou “sujeito empresarial”, que molda genericamente o homem contemporâneo alicerçado nas práticas do capitalismo global. Um dos elementos que circunda a ideia do sujeito empresarial é a do empreendedorismo, para o qual Casaqui (2015) inspirado em Boltanski e Chiapello (2009) entende como sendo um discurso social pautado sob a lógica do novo espírito do capitalismo.

O terceiro setor não se diferencia, e dá lugar ao empreendedor social “forjado nos quadros do capitalismo neoliberal, ou formado tecnicamente para atuar em seus processos, o empreendedor social seria um subversor do capitalismo, um revolucionário que, no entanto, não abala os princípios do sistema que o concebe” (CASAQUI, 2015, p. 47-48). Ele funciona inclusive como ferramenta de legitimação do capital ao atrelar-se à noção de um capitalismo consciente.

Considerações

Partilhamos o questionamento de Munshi e Willse (2007, p. 14 [tradução nossa]) ao mergulharmos na busca por compreender a essência do terceiro setor enquanto fenômeno: “quais são as possibilidades de transformação política tendo em vista a capacidade do capital neoliberal de incorporar, absorver e/ou neutralizar demandas por justiça social? E o que podemos produzir para além do neoliberalismo?”

A filantropia é um dispositivo que afere legitimidade ao modo de produção capitalista na medida em que fortalece a narrativa de benevolência dos detentores de grandes fortunas. Também viabiliza maior alcance da iniciativa privada na interferência em políticas de Estado e no controle social, pois interferem na dinâmica das problemáticas sociais sem a necessidade de perpassar os limites dos governos locais. Não à toa, as práticas de caridade remetem ao período de acumulação primitiva do capital.

Ao problematizar os discursos, as práticas e a trajetória histórica do terceiro setor e da gestão da questão social, buscamos estimular a produção de saberes científicos capazes de interagir com o real em sua essência. Citando Castelo (2010, p. 86), precisamos entender estes tais fenômenos como um

produto social historicamente determinado pelo modo de produção capitalista e pelas lutas modernas do movimento operário. Vista desta forma, e não como produto de uma ordem divina ou natural, transcendental aos seres humanos, pode-se vislumbrar, através de uma *práxis* revolucionária, possibilidades concretas para a sua superação.

Sabemos que as instâncias de participação nas democracias liberais nascem como uma forma do cidadão ocupar – mesmo

que parcialmente – os espaços decisórios no âmbito do Estado. No entanto, a sociedade civil, assumida no formato de entidades de classe ou de ONGs, não é representativa da classe trabalhadora e não são isentas de interesses tal qual o discurso social busca construir. A reivindicação por maior participação social é histórica e advém de longa luta, em especial pelas classes populares organizadas. No entanto, buscamos demonstrar a contradição que se coloca ao elencar organizações de caráter privado, em especial aquelas desvinculadas dos movimentos sociais e que muitas vezes são apoiadas por empresários e comerciantes, para serem assumidas pelo próprio Estado como portadoras dos interesses dos cidadãos em geral.

Referências

ALVES, G. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório.** São Paulo: Boitempo, 2011.

ANDRADE, P. Considerações de fim de século. In: **3º setor: desenvolvimento social sustentado.** [1997] 2005.

ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência.** São Paulo: Boitempo, 2014.

CALEGARE, M.; SILVA JUNIOR, N. A “construção” do terceiro setor no Brasil: da questão social à organizacional. **Psicologia Política.** vol. 9. n. 17. p. 129-148. jan./jun. 2009.

CAMARGO, C. **A comunicação do “terceiro setor” como expressão do neoliberalismo: as práticas discursivas e os sentidos do trabalho em ONGs de comunicação.** 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

CASAQUI, V. A construção do papel do empreendedor social: mundos possíveis, discurso e o espírito do capitalismo. *Galaxia*. São Paulo, n.29, p.44-56, jun. 2015.

CASTELO, R. A “questão social nas obras de Marx e Engels. Praia Vermelha. Rio de Janeiro. v. 20 n. 1, p. 85-94. jan./jun 2010.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**: um estudo sobre seu pensamento político. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DAGNINO, E. Confluência perversa, deslocamento de sentido, crise discursiva. In: GRIMSON, A. (org.). **La cultura en las crisis latinoamericanas**. Buenos Aires, CLACSO, 2004.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2009.

BORGES, J.; MIRANDA, R.; E VALADÃO JR, V. O Discurso das Fundações Corporativas: Caminhos de uma “nova” Filantropia?. *Revista de Administração de Empresas*, vol. 47, n. 4, out-dez 2007.

BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo – a ascensão da política antidemocrática no Ocidente**. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo - ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar. 1973.

FISHER, D. ‘The role of philanthropic foundations in the reproduction and production of hegemony: Rockefeller Foundations and the social sciences’, *Sociology*, 17:2, 1983.

FÍGARO, R. (org.). **Gestão da comunicação no mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo**. v. 1. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Relações de comunicação no mundo do trabalho.** São Paulo: Annablume, 2008.

FOUCAULT, M. **Nascimento da biopolítica.** Edições Setenta. 2010.

GOHN, M. G. **Sociedade Civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs.** Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, mai./ago. 2013.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1993.

LANDIM, L. **As Organizações Não-Governamentais no Brasil.** Rio de Janeiro: ISER, 1988.

MARX, K, ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo; Boitempo, [1932] 2007.

MCGOEY, L. **No such thing as a free gift: The Gates foundation and the price of philanthropy,** London, Verso, 304 p. 2015.

MONTAÑO, C. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social.** São Paulo: Cortez, 2002.

MONTAÑO, C. **O canto da sereia: crítica à ideologia e aos projetos do “terceiro setor” (org).** São Paulo: Cortez, 2014.

MUNSHI, S.; WILLSE, C. Foreword. In: **The revolution will not be funded: beyond the non-profit industrial complex / edited by INCITE!.** Durham : Duke University Press, 2017.

NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da “questão social”. In: NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social.** 3ª edição ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, E. Prefácio. In: FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996, p. 11.

PECK, J. **Constructions of neoliberal reason**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

ROELOFS, J. **Foundations and public policy: the mask of pluralism**. Suny Press. 2003.

SALLES, F. C. O Papel da ONU e do Banco Mundial na Consolidação do Campo Internacional de Desenvolvimento. **Contexto int.**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 347-373, aug. 2015.

VALIN, T. A sociedade civil e o estado ampliado, por Antonio Gramsci. **Revista eletrônica do CEJUR**. v. 1. n.1. 2006.

YAZBEK, M. C. **Estado e políticas sociais**. Praia Vermelha, Rio de Janeiro, UFRJ, v. 18, n. 1, 2008.

Imprensa e cidadania negra no Brasil

Valmir Teixeira de Araújo

Resumo

Discutir a imprensa negra e a abrangência do sentido de cidadania negra na contemporaneidade é necessário para compreendermos a amplitude comunicacional das controvérsias e concordâncias acerca das relações étnico-raciais na realidade brasileira. A negritude tem uma posição crítica e reivindicatória quanto ao verdadeiro sentido de cidadania para os povos negros e à importância da atuação da imprensa negra brasileira, ao longo de sua história, no fomento dessa discussão. Assim, importa refletirmos mais sobre essas discussões na contemporaneidade, observando a importância da imprensa negra para o fortalecimento do debate acerca da cidadania negra nos diversos espaços de discussão e formação da opinião pública.

Palavras-chave: Comunicação e cidadania. Relações étnico-raciais. Imprensa negra.

Introdução

As lacunas da temática racial na imprensa tradicional e a necessidade de um debate mais aprofundado sobre as diversas questões do cotidiano do negro no Brasil possibilitaram a criação dos meios de comunicação voltados para as discussões étnico-raciais, a denominada *imprensa negra*. A população negra sempre ocupou uma condição subalternizada no contexto brasileiro e os diversos dados sociais que corroboram essa realidade – apontando que os negros são os mais pobres, os menos escolarizados, os que recebem os menores salários e as maiores vítimas da violência –, motivam-nos a desenvolver uma discussão sobre a cidadania específica da população negra.

A compreensão do que é a imprensa negra passa por uma ampla discussão que vem sendo desenvolvida por diversos estudiosos do tema, desde um passado recente até a atualidade, na qual nos incluímos com trabalhos como Araújo (2019), em que defendemos a conceituação da imprensa negra como sendo ampla, plural, com uma produção de conteúdo jornalístico em que o negro é apresentado como protagonista dos acontecimentos e discussões, em temáticas raciais e não raciais.

Propomo-nos neste trabalho a desdobrar a discussão sobre a imprensa negra e seu papel a partir dos conceitos relacionados à cidadania, focando especificamente a cidadania negra. Desse modo, desenvolvemos uma análise sobre os conceitos de cidadania e cidadania negra, relacionando-os com o papel desempenhado pela imprensa negra na realidade brasileira.

Cidadania Negra no Brasil

O povo negro vivencia um histórico de injustiças, exclusões e preconceitos no contexto brasileiro, e por isso

precisou se organizar, por meio dos movimentos sociais, para enfrentar as diversas questões que a sociedade como um todo e o Estado se negaram por muito tempo a discutir. A assinatura da Lei Áurea, que pôs fim à escravidão no Brasil, foi apenas um passo – muito importante – na direção da cidadania negra. Em vista disso, a negritude tem uma posição crítica e reivindicativa sobre o verdadeiro sentido de cidadania para os povos negros. Para melhor compreendermos esse processo, discorreremos sobre os sentidos de cidadania, cidadania negra e cidadania comunicacional, o que abrirá caminho para uma discussão mais aprofundada acerca da imprensa negra.

Ao falarmos sobre a questão negra no Brasil, importa destacar o sentido de cidadania a partir da evolução dos direitos cidadãos proposta por Thomas Humphrey Marshall. “A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrantes de uma comunidade”, afirma Marshall (1967, p. 76), que analisou o desenvolvimento da cidadania na Inglaterra, a partir de três momentos históricos: a conquista dos direitos civis, ainda no século XVIII; os direitos políticos no século XIX e os direitos sociais no século XX.

Já em conformidade com Vieira (2000, p. 22-23), é possível pensarmos em três gerações de direitos: os civis, conquistados no século XVIII, e os políticos, no século XIX, constituem-se na primeira geração; os direitos sociais, conquistados do século XX, correspondem à segunda geração de direitos; e o reconhecimento dos grupos humanos e suas diferenças, em meados do século XX, são os direitos de terceira geração.

O reconhecimento dos direitos civis está relacionado com o espírito de “liberdade individual”, questão discutida na Inglaterra desde o século XVII. Para Vieira (2000), a sociedade inglesa só passa a reconhecer os direitos civis, isto é, os direitos

garantidos por leis aos cidadãos ingleses, no século XVIII, a partir de uma visão liberal, que exalta a ideia de cidadão livre: “o cidadão é concebido, pela teoria liberal, como um indivíduo dotado de liberdade e responsável pelo exercício de seus direitos. A cidadania encontra-se, assim, estreitamente relacionada à imagem pública do indivíduo como cidadão livre” (p. 38).

As discussões primárias sobre cidadania contrastam violentamente com a realidade da condição de escravização dos povos negros no mesmo período em diversas partes do mundo, inclusive nas colônias inglesas e no Brasil (então colônia portuguesa). Conforme Moura (2014), a escravidão brasileira pode ser considerada o maior entrave para a construção da cidadania, pois a existência do sistema e sua premissa racista, de inferioridade negra, impedia que até os negros libertos aspirassem áreas de cidadania.

Para Carvalho (2002), o simples fato da existência de um sistema escravocrata, baseado na crença da inferioridade racial do negro, impossibilitava um ambiente civilizatório. Segundo o autor, a escravidão afetou tanto o escravo como o senhor, no que diz respeito ao exercício da cidadania:

Os escravos não eram cidadãos, não tinham os direitos civis básicos à integridade física (podiam ser espancados), à liberdade e, em casos extremos, à própria vida, já que a lei os considerava propriedade do senhor, equiparando-os a animais [...] Não se pode dizer que os senhores fossem cidadãos. Eram, sem dúvida, livres, votavam e eram votados, nas eleições municipais. Eram os ‘homens bons’ do período colonial. Faltava-lhes, no entanto, o próprio sentido da cidadania, a noção da igualdade de todos perante a lei. Eram simples potentados que absorviam parte das funções do Estado, sobretudo as funções judiciárias em suas mãos, a justiça, que, como

vimos, é a principal garantia dos direitos civis, tornava-se simples instrumentos do poder pessoal. O poder do governo terminava na porteira das grandes fazendas (CARVALHO, 2002, p. 21).

Dentre todos os equívocos da ideologia da democracia racial está a ideia de que a escravidão brasileira foi mais branda que em outras partes do mundo. É preciso reconhecer o quão brutal foi o processo de escravidão, que possibilitou que homens, mulheres e crianças fossem tratados como sub-humanos, sem se reconhecer seu simples direito de ir e vir, em razão de sua raça.

O fato mais negativo para a cidadania foi a escravidão. Os escravos começaram a ser importados na segunda metade do século XVI. A importação continuou ininterrupta até 1850, 28 anos após a independência. Calcula-se que até 1822 tenham sido introduzidos na colônia cerca de 3 milhões de escravos. Na época da independência, numa população de cerca de 5 milhões, incluindo uns 800 mil índios, havia mais de 1 milhão de escravos. Embora concentrados nas áreas de grande agricultura exportadora e de mineração, havia escravos em todas as atividades, inclusive urbanas. Nas cidades eles exerciam várias tarefas, dentro das casas e nas ruas. Nas casas, as escravas faziam o serviço doméstico, amamentavam os filhos das sinhás, satisfaziam a concupiscência dos senhores. Os filhos dos escravos faziam pequenos trabalhos e serviam de montaria nos brinquedos dos sinhozinhos. Na rua, trabalhavam para os senhores ou eram por eles alugados (CARVALHO, 2002, p.19).

A discussão sobre os direitos civis abarca a argumentação de que são direitos naturais dos homens o direito à vida, à

liberdade e a propriedade, ou seja, todos devem ter o direito de ‘conquistar’ melhores condições de vida e é papel do Estado soberano a proteção desses direitos, a partir de um ‘contrato social’ com a sociedade (MARSHALL, 1967). Os princípios dos direitos civis foram muito difundidos na Inglaterra e suas colônias (principalmente EUA) e na França, com a Revolução Francesa no século XXIII. Nessas sociedades, a questão da liberdade e do direito à propriedade passam a ser encaradas como princípios, diferentemente do que ocorre em outros países, como Portugal/Brasil, em que o patriarcalismo continuou exercendo forte papel.

Para Marshall (1967, p. 63), os direitos civis estão muito relacionados a conceitos de justiça:

O elemento civil é composto dos elementos necessários à liberdade individual, liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, o direito à propriedade e de concluir contratos válidos e o direito à justiça. Este último difere dos outros – porque é o direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros e pelo devido encaminhamento processual. Isto nos mostra que as instituições mais internamente, associadas com os direitos civis são os tribunais de justiça (p. 63).

A discussão sobre o abolicionismo ocorreu de forma muito diferenciada nas sociedades anglo-saxônicas, em comparação ao que aconteceu no Brasil. Primeiro, havia uma diferenciação entre as religiões oficiais em relação à escravidão. Além disso, é preciso levar em consideração que os direitos civis começam a ser encarados como ideias das sociedades inglesa e estadunidense, o que dificulta a aceitação por parte do sistema escravocrata brasileiro. Em consequência disso, essa discussão de liberdade enquanto ideal não se fez tão

presente no Brasil no final do século XVIII e início do XIX, tanto que a escravidão seguiu como uma instituição forte.

É importante ressaltar que, mesmo sendo a Inglaterra uma das pioneiras no reconhecimento dos direitos civis, a abolição da escravidão nos domínios britânicos só ocorre em 1833. Dominando um dos maiores territórios no século XIX, o Império Britânico, que incluía as colônias das Américas (com Estados Unidos, já independente), África e Ásia, passa a encabeçar um movimento internacional, primeiramente pelo fim do tráfico de escravizados e depois pelo fim da escravidão, após acabar com a escravidão em seu território. No entanto, os defensores do fim da escravidão, ancorados no reconhecimento dos direitos civis e na necessidade de ampliação do mercado consumidor para os seus produtos industrializados, não eram, necessariamente, isentos de preconceitos raciais.

O reconhecimento dos direitos civis possui uma ligação direta com o reconhecimento da “liberdade” aos povos até então escravizados. É possível afirmar que este reconhecimento teve um papel importante para se pensar no abolicionismo de maneira mundial, ainda que esse discurso não se fizesse tão presente em algumas sociedades, como a brasileira. A ausência dessa discussão certamente contribuiu para o fato de o Brasil ter sido a última sociedade ocidental a acabar definitivamente com o instituto da escravidão.

Ainda na primeira geração de direitos temos os direitos políticos, que na perspectiva de Marshall (1967) passam a oportunizar mudanças do ponto de vista da participação das pessoas comuns na esfera política. Isso porque os direitos políticos, conquistados na Inglaterra no século XIX, possibilitaram aos membros da sociedade qualificados participar dos processos de votação, uma presença mais efetiva nas

discussões, bem como mudanças profundas na ordem política e social. Podemos destacar o fortalecimento do abolicionismo nos parlamentos britânicos e estadunidenses a partir da participação de grupos populares (não necessariamente negros), que passaram a integrar o processo político.

Marshall (1967, p. 62) defende que o direito político pode ser entendido como a participação dos membros da sociedade não apenas dos processos eleitorais, mas nas tomadas decisórias, por meio de instituições como o parlamento. Contudo, sem as devidas condições, a abolição da escravidão, seja na Inglaterra, seja nos Estados Unidos, ou até no Brasil não significou a garantia desse direito, principalmente em razão das diferenças de oportunidades e as restrições de participação política.

Com a superação da escravidão negra no final do século XIX em praticamente todo o mundo não ficou assegurado aos negros em sociedades que eram numericamente expressivos, como no Brasil, Estados Unidos e Inglaterra a participação efetiva no processo político e com isso permaneceu o estigma de inferioridade dos ex-escravizados e seus descendentes, livres, mas presos do ponto de vista racial.

O negro é considerado cidadão com os mesmos direitos e deveres dos demais. No entanto, o que aconteceu historicamente desmente esse mito. Trazidos como escravos, tiraram dele de forma definitiva a territorialidade, frustraram completamente a sua personalidade, fizeram-no falar outra língua, esquecer as suas linhagens, sua família foi fragmentada e/ou dissolvida, e seus rituais religiosos e iniciáticos tribais se desarticularam, o seu sistema de parentesco completamente impedido de ser exercido, e, com isso, fizeram-no perder, total ou parcialmente, mas de qualquer forma significativamente, a sua ancestralidade (MOURA, 2014, p. 219).

A abolição constituiu-se como um importante e forte movimento que, independentemente de suas bases ideológicas, buscava a garantia dos direitos civis ao povo negro e, dessa forma, lutava pela cidadania. É importante reconhecer a participação do negro nesse processo: “Pensadores e literatos negros forjaram suas trajetórias, vivenciaram incertezas, estabeleceram suas estratégias e alianças, sobretudo, construíram seus entendimentos sobre o país do qual se consideravam parte e participantes”, destaca Pinto (2010, p. 23) ao se referir a literatos negros oitocentistas, que tiveram importância no abolicionismo, como Luiz Gama, José do Patrocínio e Machado de Assis, dentre outros.

Já na segunda geração de direitos à cidadania analisadas por Marshall (1967) estão os direitos sociais, nos quais também são observados os direitos econômicos e culturais. Conforme Vieira (2000), essa compreensão de direitos está relacionada ao papel prestado pelo Estado, com as políticas de justiça, saúde, trabalho, educação, entre outras. A partir da compreensão desses direitos, as sociedades passaram a cobrar uma ação mais ativa e concreta do Estado no sentido das garantias sociais aos diferentes cidadãos.

A situação do negro a partir do olhar sobre os direitos de segunda geração passa a ser analisada de forma diferenciada em diversos países ao decorrer do século XX. No Brasil, fortemente influenciado pela ideologia da democracia racial, essa compressão não avançou muito na sociedade como um todo, mas foi incorporada pela negritude, que por sua vez encontrou mais espaço para incluir essas pautas no âmbito político a partir da década de 1980, já com a associação aos direitos da terceira geração.

Na terceira geração de direitos estão incluídos os direitos coletivos, como os de gênero, culturais, religiosos, territoriais e também os raciais. Segundo Vieira (2000), esses são desenvolvidos a partir de um olhar sobre os grupos sociais minoritários. Para o autor, sem que a própria sociedade, seja por meio do Estado, ou de ações autônomas, ofereça a igualdade de condições, a cidadania dificilmente será alcançada por certos grupos, o que justificaria o reconhecimento dos direitos sociais.

O reconhecimento dos direitos sociais de grupos pode ser compreendido como a principal maneira de assegurar a cidadania aos descendentes dos povos escravizados, uma vez que eles, mantida a estrutura, sempre terão menos oportunidades que os demais. Contudo, com o passar do tempo o estabelecimento dos direitos civis e políticos se tornou quase um pressuposto de sociedade ocidental e democrática, enquanto os direitos sociais ainda são encarados com certo desconforto ou desconfiança por parte de grupos e setores dessas mesmas sociedades. Um exemplo seria a resistência à implementação das políticas afirmativas na realidade brasileira do século XXI.

Para Peruzzo (2009, p. 35), a mobilização dos movimentos sociais (como um direito de segunda geração) teve um papel fundamental para garantir o direito à educação e o “acesso do negro à Universidade – por meio de cotas – como forma de ressarcimento da dívida social do Estado e da sociedade, que não asseguraram os direitos fundamentais da pessoa a toda uma etnia”.

Nesse mesmo sentido, Almeida (2018, p. 112) destaca o papel do movimento negro em pautar uma discussão sobre a necessidade de reparações históricas contra o povo negro, o que culminou nos artigos 1º, 3º e 5º da Constituição de 1988, que são bases para a implementação das cotas: “Ações afirmativas são

políticas públicas de promoção de igualdade nos setores público e privado e que visam beneficiar minorias sociais historicamente discriminadas”.

É importante ressaltar que Marshall (1967, p. 66) defende que os três elementos da cidadania, uma vez distanciados tornam-se “estranhos entre si”. Nesse mesmo sentido, Carvalho (2002, p. 9) afirma que “o cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não-cidadãos”. Para Peruzzo (2009, p. 34), “a cidadania é histórica: avança em sua qualidade, uma vez que os direitos se aperfeiçoam ou são ampliados”. E nessa ampliação de sentidos dos direitos é possível pensar na cidadania dos povos negros.

O negro em uma perspectiva cidadã

A discussão sobre a cidadania negra passa necessariamente pelo racismo e a condição de escravizados dos povos negros em diversas sociedades ocidentais até o século XIX, mesmo período em que as metrópoles, como Inglaterra e França, discutiam o sentido de cidadania a partir de direitos civis e até políticos de seus populares majoritariamente brancos e livres.

As sociedades ocidentais, desde o início da colonização do território que nomeou de Américas reservam um espaço doloroso aos povos negros, que é o de realizar o desejo do outro:

Na prática, cumprir a vontade alheia é sujeitar-se a imprevisibilidade das representações que possam advir do descontrole ético das tarefas. Assim, o negro passa a ser representado ora como ‘negro bom’ (em geral, infantilizados, subservientes, sorridente, nos termos na representação social do ‘bom selvagem’

de Rousseau), ora como ‘negro mau’ (animalizado, homicida, impiedoso) (SODRÉ, 2015, p. 169).

A escravidão do povo negro precisa ser encarada como uma das maiores afrontas à ideia de cidadania, sobretudo por se fundar em um conceito máximo de desigualdade, uma vez que aceitava a ideia de que um homem podia ser dono do outro e ser mantido nessa condição por meio de um processo de extrema violência. “A escravidão, em primeiro lugar, legitimou a inferioridade, que de social tornasse natural, e, enquanto durou, inibiu qualquer discussão sobre cidadania”, afirma Schwarcz (2012, p. 37). A autora afirma que é possível compreender a pessoa escravizada como um “não cidadão”, em antagonismo ao cidadão branco e em alguns casos com direitos civis e políticos garantidos.

E essa situação não é automaticamente alterada com o fim da escravidão e a conquista, legal, da liberdade. Moura (2014, p. 210), ao abordar a situação do negro, após o fim da escravidão, afirma que a sociedade brasileira cria mecanismos para que o ex-escravizado e seus descendentes “não encontrassem oportunidade no mercado de trabalho, na interação social global, tendo um espaço social no qual lhe permitiam uma circulação restrita”. Segundo o autor, esse tratamento concedido ao negro é fundamental para explicar a situação de marginalização e mesmo as adversidades em termos de personalidade desse povo.

Com a abolição, esperava-se que o negro passasse a ser “dono do seu próprio nariz”, que tivesse direito à vida, que pudesse ir e vir (liberdade), que tivesse o direito de adquirir bens, ou seja, que conquistasse os direitos civis, na perspectiva de Marshall (1967). No entanto, observa-se que a situação foi completamente diferente para uma boa parte dos ex-

escravizados e seus descendentes, que, em vez das correntes de outros tempos, passou a ser oprimida pela discriminação racial, a falta de oportunidades e a ausência de um Estado que lhes garantisse as mínimas condições de desenvolvimento.

No Brasil, aos libertos não foram dadas nem escolhas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressaram às suas fazendas, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixo salário. Dezenas de anos após a abolição, os descendentes de escravos ainda viviam nas fazendas, uma vida pouco melhor do que a de seus antepassados escravos. Outros dirigiram-se às cidades, como o Rio de Janeiro, onde foram engrossar a grande parcela da população sem emprego fixo. Onde havia dinamismo econômico provocado pela expansão do café, como em São Paulo, os novos empregos, tanto da agricultura como na indústria, foram ocupados pelos milhares de emigrantes italianos que o governo atraía para o país, (CARVALHO, 2002, p. 52).

A população negra ficou distante da obtenção dos direitos civis na sociedade brasileira, após a abolição e a consequência disso reflete na atualidade, com os pretos e pardos ocupando as piores posições em qualquer indicador relacionado à qualidade de vida, sendo as maiores vítimas da violência, principalmente estatal, e, ao mesmo tempo, ocupando quase inexpressivamente os espaços de decisão e poder, seja no serviço público, ou na atuação de profissões com melhores remuneração. Mesmo passados cerca de 130 anos da abolição, os negros permanecem na base da pirâmide social e econômica do Brasil.

Moura (2014), na trilha de Carvalho (2002), chama a atenção para o fato de que após a abolição surgiram outros

espaços de trabalho na sociedade brasileira, sobretudo nas cidades, com a indústria e o comércio, que por sua vez não absorveram boa parte da mão de obra negra, que continua subjugada aos trabalhos no meio rural ou aqueles de menor importância e remuneração nas cidades, como a zeladoria das fábricas, lojas e no serviço doméstico. Segundo o autor, esses novos espaços, principalmente nas grandes cidades do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, foram ocupados majoritariamente por imigrantes brancos europeus. Esse processo expõe o quão discriminatório é a sociedade brasileira, que concedeu melhores condições de desenvolvimento a pessoas de outras nacionalidades em vez de seu próprio povo, pautando-se quase que exclusivamente pela cor das pessoas.

Não houve uma distribuição populacional, horizontal, igualitária, mas ela foi verticalizada socialmente à medida que as sociedades dominadas pelo colonialismo se diversificaram internamente e ficaram estruturalmente mais complexas. [...] houve por tanto uma imbricação entre etnias, status, valores sociais e etnias e papéis sociais e culturas. Estabeleceram-se critérios que determinaram a posição de cada grupo e etnias (MOURA, 2014, p.131).

Assim, com as desigualdades de oportunidade quanto à educação e emprego e a discriminação racial, alicerçada no mito de existência de uma democracia racial – que fez acreditar, sobretudo o cidadão não negro, não atingido pela discriminação –, às quais se soma a inação do Estado brasileiro, no que diz respeito a ações em prol dos ex-escravizados e seus descendentes, a população negra esteve praticamente só na luta por melhores condições de vida. “A população negra teve que enfrentar sozinha o desafio da ascensão social, e

frequentemente precisou fazê-lo por rotas originais como o esporte, música e dança”, afirma Carvalho (2002, p. 53).

Isto posto, podemos afirmar que, mesmo após conquistarem a liberdade, os negros adquiriram de forma não plena os direitos políticos. Um exemplo que corrobora nossa análise é que na última década de século XIX, só homens, letrados e com comprovação de recursos poderiam votar e serem votados, ou seja, embora livres, os negros não eram homens (humanos), e, por conseguinte, jamais poderiam galgar a cidadania plena. Essa barreira, associada à falta de oportunidades econômicas – questão importantíssima nas disputas brasileira – e à própria discriminação, da qual decorre, impossibilitaram a presença do negro nos espaços públicos e, conseqüentemente, de sua voz nas diversas discussões, os direitos políticos também não alcançaram a população negra brasileira como um todo.

Se a concessão dos direitos sociais aos negros não esteve na agenda do Estado durante décadas após o fim da escravidão, a reivindicação se fez presente no movimento negro, desde seu surgimento, poucos anos após a abolição, conforme Domingues (2007). É possível considerar que o Brasil não apenas ignorou os direitos sociais à população negra, como também agiu contra essa conquista, uma vez que trabalhou pela disseminação do mito da democracia racial. Como consequência disso, somente após os anos 1980 – um século após a abolição – a questão do negro passa a ser uma questão de Estado, ou seja, a aquisição dos direitos sociais começa a ser discutida. As ações afirmativas podem, assim, ser encaradas como formas de garantia dos direitos sociais à população negra, uma vez que a sociedade brasileira como um todo tem uma dívida histórica com essas pessoas, seja pelos séculos de escravização, ou pela negação de oportunidades, mesmo após a abolição.

Para Guimarães (2012, p. 36-37), é possível destacar três momentos históricos na discussão sobre a cidadania negra no Brasil: o primeiro é “a conquista da liberdade individual”, com o fim da escravidão negra, que, apesar de não se traduzir no que o autor chama de “cidadania política ativa”, foi por si só um grande avanço civilizatório para os negros, em especial, e para a sociedade como um todo, uma vez que impede a posse de uma pessoa sobre a outra em razão da sua raça. O autor destaca ainda a década de 1930, com o Estado Novo, em que ocorre “o reconhecimento do legado cultural da raça negra, [ao qual] juntaram-se os direitos sociais do trabalhador urbano”, ainda que de forma compromissada com os ideais da democracia racial, em que a cidadania é regulada, a partir da “nacionalização das culturas étnicas e raciais e recusa ao racismo”.

O avanço compreendido como atual está relacionado à recusa de pressupostos autoritários da democracia racial, que buscava a harmonia sem consolidar a ordem política e equalizar a distribuição social das riquezas e das oportunidades. Por outro lado, destaca o protagonismo negro reivindicatório em relação ao Estado para que esse promova garantias e respeito à singularidade étnica negra.

É possível avaliar que não é assegurada a cidadania a muitas mulheres e homens negros brasileiros em razão da falta de direitos civis, uma vez que muitos não têm direito sequer à vida, pois são as maiores vítimas da violência; e da falta de direitos políticos, pois não lhes são garantidos espaços nas discussões do poder público. Além disso, para muitos ainda são negados os direitos sociais, dado que as oportunidades básicas de educação, saúde e emprego não são asseguradas pelo Estado. Contudo, a construção da consciência acerca da necessidade de uma cidadania negra já se faz presente.

Cidadania e imprensa negra

A discussão sobre cidadania também envolve a imprensa e seu papel junto à sociedade, pois, levando em consideração a história e os diversos momentos de lutas reivindicatórias, os meios de comunicação tiveram importante participação, seja como aliados, seja como auxílio indireto às forças repressoras das transformações geradas pela luta negra, sendo essa em si uma constante transformação.

No caso específico da luta negra no Brasil, é importante ressaltar que desde o período da escravidão os jornais tradicionais contribuíram largamente com a normalização dessa prática desumana, sendo utilizados até mesmo como locais de anúncio de venda de escravizados. Por outro lado, o movimento abolicionista contou com espaços de publicação e até com o apoio editorial de importantes jornais do período, expondo essa contradição. Já a imprensa negra, que chegou a coexistir com o regime escravocrata no século XIX teve um papel unilateral na defesa não só da dignidade do negro, desde a luta abolicionista, como também das reivindicações por melhores oportunidades de vida para os libertos e seus descendentes daquele período.

Assim como em outros meios de comunicação populares, é possível destacar nos jornais negros a importância das publicações comprometidas com as causas reivindicatórias, que, por consequência, contribuem com a ampliação do acesso à cidadania. Peruzzo (2016, p. 11) destaca o papel das mídias na ampliação do acesso à informação e na participação social ativa da sociedade na esfera pública.

A relevância da comunicação na busca pelos direitos de cidadania se apresenta de forma mais visível se refletirmos sobre o papel da mobilização social. A discussão e concessão

dos direitos nas sociedades passa, necessariamente, por um ambiente de reivindicações, cobranças e embates, no qual a mobilização se apresenta como fundamental. Desse modo, é razoável discutirmos o acesso à comunicação enquanto um direito, ou seja, como o direito à comunicação.

De acordo com Peruzzo (2016, p. 12), “o direito à comunicação, em geral, é dirigido a partir do ângulo dos direitos individuais à informação e à liberdade de expressão [tradução nossa]”. Esse olhar sobre o sentido do direito à comunicação certamente reduz a importância da discussão, justamente por limitar um debate efetivo sobre o papel dos meios de comunicação em uma sociedade.

Ao refletirmos sobre as gerações de concessão de direitos de cidadania, a partir de Marshall (1967), é possível perceber o papel das mídias nas mobilizações sociais. Importa destacar que a mobilização pode ser elencada como chave para a conquista dos direitos e, em vista disso, podemos pensar a comunicação como um direito da terceira geração, tendo em vista a sua importância para o avanço na compreensão de cidadania.

En nuestra interpretación, el derecho a comunicar se entrecruza con todas las dimensiones y generaciones de los derechos de ciudadanía. Sin embargo, es más visible tan solo en los de primera generación. En ella, remite, desde el punto de vista de Marshall (1967), Bobbio (1992) y Vieira (2000), a la dimensión civil (libertad de acceso a la información, libertad de opinión, de expresión, de creencias, etc.) y política de la ciudadanía (voto, participación) [...] Pero también puede identificarse en los de segunda generación, porque se incluyen la dimensión social, económica y cultural (derecho al trabajo, a la salud, acceso a bienes como los del patrimonio histórico y cultural) (Vieira, 2000). Estos derechos tienden a ser más reconocidos

con relación a la educación, la vivienda, etc.; pero no en el ámbito comunicacional, lo que genera invisibilidad del derecho a la comunicación [...] Los derechos a la comunicación se pueden percibir, con un poco de esfuerzo, como inmersos en los de tercera generación (derecho a la autodeterminación de los pueblos, derecho a la paz, al medio ambiente, etc.), en los que el titular ya no es el individuo, sino grupos humanos, la colectividad (PERUZZO, 2016, p. 25).

Ao considerar o papel de destaque da comunicação no debate pelas concessões dos direitos de cidadania, por consequência, evidencia-se a importância da questão em torno do direito à comunicação. Isto posto, a reivindicação pelo direito à comunicação dos diferentes grupos sociais pode estar associada a algo maior, à conquista da cidadania. Os movimentos sociais, pensados como articulações da sociedade civil e constituídos “por segmentos da população que se reconhecem como portadores de direitos, mas que ainda não são efetivados na prática, [...] organizam-se] na própria dinâmica de ação e tendem a se institucionalizar como forma de consolidação e legitimação social” (PERUZZO, 2009, p. 36).

Para os movimentos sociais, a comunicação é parte de seus processos de mobilização. Em razão disso, muitos movimentos sociais criaram seus canais de comunicação populares, alternativos ou comunitários. Diversos jornais negros ao logo da história, na imprensa negra contemporânea foram criados com ligações públicas ao movimento negro.

Sodré (2015, p.152) destaca que a imprensa tem um papel primordial nas discussões que envolvem a população negra e assim os meios de comunicação podem ser “aliados próximos na reprodução da desigualdade étnica”.

No entanto, os interesses dos veículos de comunicação tradicionais geralmente não estão aliados aos dos grupos subalternizados, como o da negritude. Os veículos tradicionais, para além da escravidão, tiveram um papel fundamental na difusão das ideias de negação do racismo e abafamento dos debates raciais, por meio do mito da democracia racial, conforme aponta Ferreira (2004).

Considerações finais

O apoio da imprensa tradicional brasileira, da maior parte dela, a posições explicitamente contrárias à ideia de cidadania das pessoas negras está presente desde a chegada dos primeiros veículos de comunicação no país, no século XIX, com o apoio de vários jornais ao sistema escravocrata, como aponta Pinto (2010). Assim, a negritude precisou recorrer à criação de seus próprios canais, para buscar a cidadania negra.

Os meios de comunicação negros podem ser visualizados como instrumentos importantes na busca pela cidadania, uma vez que a comunicação desempenha um papel fundamental, sobretudo na mobilização dos diversos grupos tidos como minoritários. Na questão da negritude brasileira existe ainda a barreira do mito da democracia racial e a imprensa negra se apresenta como uma importante ferramenta para desmistificações que contribuam com a conquista da cidadania negra.

Quando refletimos especificamente sobre a luta contra o racismo precisamos ressaltar que o intuito não é a segmentação simples buscando atenuar a segregação racial, pois é necessário ter o reconhecimento de que a sociedade brasileira é pluricultural e plurirracial e essa pluralidade precisa ser contemplada em

qualquer projeto que almeje o âmbito nacional. “Um projeto nacional de construção de uma verdadeira democracia não poderia ignorar a diversidade e as identidades múltiplas que compõem o mosaico cultural brasileiro”, destaca Munanga (1995, p. 23) ao falar sobre a luta antirracista.

A compreensão de que o Brasil é uma sociedade plural e de que com o racismo é estrutural, isto é, integra toda a organização política, social e econômica (ALMEIDA, 2018, p. 15) é importante para se refletir mais sobre as formas de combate ao racismo e de busca pela cidadania negra e de outros grupos como os indígenas. Os indivíduos e suas práticas racistas específicas precisam ser responsabilizados, mas as estruturas racistas precisam ser modificadas.

A superação do racismo e os diversos problemas vivenciados herdados das diversas práticas racistas nos faz pensar a cidadania negra como um *status* em construção, na qual os movimentos negros e a imprensa negra possuem um papel fulcral para um debate plural e diversificado com a sociedade brasileira.

Referências

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ARAÚJO, V. T. O papel da imprensa negra brasileira. **Revista Alterjor**, v. 20, n. 2, p. 212-228, 2019.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo Caminho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GUIMARÃES, A. S. Cidadania e retóricas negras de inclusão social. **Lua Nova**, São Paulo, n. 85, p. 13-40, 2012.

MARSHALL, T. H. Cidadania e classe social. *In: Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967. p. 57-114

MOURA, C. *Dialética radical do Brasil negro*. 2. ed. São Paulo: Anita, 2014.

MUNANGA, K. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. *In: QUINTAS, F. (org.). O negro: identidade e cidadania*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco; Massangana, 1995.

PERUZZO, C. M. K. Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *Revista Galáxia*, São Paulo, n. 17, p. 131-143, jun. 2009.

PERUZZO, C. M. K. La comunicación en los movimientos sociales y el derecho a la comunicación: señales de un derecho de ciudadanía de quinta generación. Commons. *Revista de Comunicación y Ciudadanía Digital*, v. 5, p. 8-36, 2016.

PINTO, A. F. M. *Imprensa negra no Brasil do século XIX*. São Paulo: Selo Negro, 2010.

SCHWARCZ, L. M. *Racismo no Brasil*. São Paulo: PubliFolha, 2012.

SODRÉ, M. *Claros e Escuros – Identidade, povo, mídia e cotas no Brasil*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

VIEIRA, L. *Cidadania e globalização*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 142 p.

Os assassinatos de George Floyd e João Ferreira reposicionaram o tema racial na mídia hegemônica? Uma pergunta que não quer calar

Céres Santos
Márcia Guena

Resumo

Neste artigo analisamos o impacto na mídia brasileira dos assassinatos brutais de George Floyd, 46 anos, ocorrido em 25 de maio de 2020, na cidade de Mineápolis (Minnesota-EUA), e de João Alberto Silveira Freitas, 40 anos, em 19 de novembro de 2020, em Porto Alegre (RS/BRA); a cobertura e o tratamento de questões que envolvem o racismo na mídia. A pesquisa conta com dois recortes temporais: sobre a morte de Floyd, de 25 a 29 de março de 2020, nos telejornais da noite das TVs Globo, Record, Band e Cultura. Sobre a cobertura do assassinato de João Alberto Ferreira, analisamos de 19 a 21 de novembro de 2020, nos mesmos telejornais. Também analisamos as escolhas das fontes das matérias veiculadas nos dias e programas já citados. Para isso, tratamos de raça, racismo, e Comunicação. Metodologicamente, recorreremos aos

estudos sobre fontes e os formulados por Teun Van Dijk sobre Análise Crítica do Discurso.

Palavras-chave: Racismo. Mídia. Assassinato. Análise do discurso. Fontes jornalísticas.

Introdução

Em outros trabalhos, tratamos do silenciamento da mídia hegemônica na veiculação de temas de interesse da população negra brasileira, que representa mais de 50% dos habitantes do país e, principalmente, da presença das narrativas de mulheres negras. Esse silenciamento, para nós, se caracteriza como mais uma prática do racismo estrutural, aquele que Almeida (2018) compreende como estruturante do *modus operandi*, por exemplo, de uma nação; que se efetiva, se reproduz e se retroalimenta, por meio do racismo institucional, que compreendemos como um dos tentáculos do racismo estrutural. Se assim não fosse, o que justificaria a extensão desse silenciamento, por exemplo, aos cursos de Comunicação, que omitem a história da Imprensa Negra, que tem como referência o jornal carioca o Homem de Cor, de 1833, mesmo tendo ela iniciado 25 anos depois da chegada da Imprensa Régia em 1808?

Nesse sentido, Almeida (2018, p. 47) afirma que “as instituições são apenas a materialização de uma estrutura social ou de um modo de socialização que tem o racismo como um dos seus componentes orgânicos”. Sendo assim, as instituições não são responsáveis pela criação do racismo, mas são elas que mantêm os padrões e regras que privilegiam alguns grupos, excluem outros. “Ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural” (ALMEIDA, 2018, p. 50).

Por sua vez, Grosfoguel (2018) ao conceituar racismo, dentro da lógica do pensamento decolonial, vai considerá-lo como elemento estruturante das demais relações de opressão promovidas pela colonialidade. Sendo colonialidade entendida por Grosfoguel (2018) como a lógica global de desumanização implantada pelos colonizadores europeus, por meio de práticas excludentes, eurocêntricas, violentas e hierarquizadas que ainda são capazes de existir hoje, mesmo na ausência do colonialismo.

Segundo dados apurados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no Mapa da Violência, divulgado em 2020, referentes a 2018, neste ano foram registrados 30.873 homicídios de jovens, o que representa uma taxa de 60,4% homicídios para 100 mil jovens. O Mapa da Violência também identificou que incide sobre a população negra os maiores índices de violência letal: em 2018, os negros (pretos e pardos, de acordo com classificação do IBGE) representaram 75,7% das vítimas de homicídios. Já a taxa entre os não negros (de brancos e indígenas) foi de 13,9%. Inclusive, ao analisar os dados do Mapa da Violência, Caleiro (2020) ressalta que a situação da violência é mais acentuada para a população negra, pois, de 2008 a 2018, o assassinato de pessoas negras aumentou 11,5%, enquanto o de outros grupos caiu 12,9%.

Trazemos, ainda, para essa intersecção de fatores que legitimam e naturalizam a morte da população negra, o crescimento de lideranças da extrema-direita liberal, tanto nos EUA, como na América Latina e Europa. Ontem, Trump procurava agradar eleitores/as radicais racistas e, no Brasil, Bolsonaro e a presença de Sérgio Camargo, a frente da Fundação Cultural Palmares, sinalizam para retrocessos na luta antirracista e evidenciam o impacto do racismo na lógica do modelo global político e econômico.

Sem dúvida, esse item do processo histórico de violência contra a população negra, no Brasil e diáspora, é um tema polêmico, extenso, que não se resume, apenas, a críticas ao modelo de política de Segurança Pública, a constatação da funcionalidade da necropolítica de Mbembe, a naturalização das mortes violentas de homens e mulheres negras, que não sensibilizam a população em geral e que configuram o genocídio como legítimo. Mbembe (2018) concebe necropolítica como uma extensão da ideia de Foucault sobre o biopoder, mas Mbembe aprofunda o olhar para a prática e capacidade dos estados-nações em determinar quem deve viver e quem deve morrer.

Oliveira (2018) chama atenção para outro tipo de morte, inserida na ideia de necropolítica, ao observar o conceito de vidas nuas de Giorgio Agamben, que significa as vidas consideradas como não qualificadas e, por isso, não escolhidas para estarem inseridas na esfera pública, no campo das decisões sobre a gestão da pólis. Assim, ressalta Oliveira (2018) vidas escolhidas para o exercício máximo da soberania – que decide quem tem direito à vida ou à morte.

Metodologia

Para o levantamento e apreciação dos dados recorreremos aos estudos sobre fontes e a proposta de Teun Van Dijk de Análise Crítica do Discurso (ACD). Nos dois casos analisados, onde se materializa uma violência racial exacerbada e fatal, nos pareceu relevante analisar as fontes entrevistadas, o que permite pensar como os telejornais enquadram a temática racial, a quem é atribuída a fala, quem é autorizado a comentar e analisar sobre os dois assassinatos com motivações raciais. A ênfase em determinados aspectos e o silenciamento de outros

pode se dar através da escolha de fontes, simulando uma suposta imparcialidade na escolha das falas (ECHEVERRIA, 2016). Em algumas coberturas há uma diferença entre o que é anunciado na manchete e o que de fato foi apurado nas ruas. O repórter, o *newsmaker*, algumas vezes, traz falas dissonantes do que foi anunciado na abertura, o que indica justamente, a tensão existente neste exercício profissional, já apontado por vários autores (WOLF, 1999; GARBINO, 1982).

As fontes hegemônicas têm um poderoso papel de agendar a mídia, que não está norteadas, apenas, pelos critérios de noticiabilidade, mas pelas pressões dos grupos, principalmente, daqueles ligados aos diversos poderes, cujo objetivo é comunicarem-se com seus públicos (SCHITZ, 2011, p.10). As fontes que fazem parte das agendas de grupos subalternos não exercem a mesma pressão e, mesmo diante de grande comoção social, continuam sendo preteridas.

Vamos utilizar neste trabalho a classificação de Lage (2000, p.10), relacionada à natureza das fontes, mas também a associada com as categorias de raça e gênero, dois aspectos fundamentais para compreender os embates raciais que se estabeleceram nos dois casos estudados. Lage propõem a subdivisão de acordo com a “vinculação do interlocutor com as instituições”, o que inclui fontes oficiais, ligadas ao Estado e instituições públicas e privadas; oficiosas e independentes; as fontes oficiosas, que são aquelas não autorizadas por suas instituições a prestarem declarações; e as fontes independentes, não ligadas a qualquer grupo de interesse específico, esta última uma classificação muito duvidosa, já que há sempre vínculos e ideias a defender. Neste conjunto de reportagens analisadas também nos interessa observar as fontes primárias, que fornecem dados confiáveis e as secundárias, utilizadas na construção da pauta (LAGE, 2000,

p.11). Outro conjunto de fontes, apontado pelo autor, são os testemunhos dos *experts*, muito frequentes na análise dos dois assassinatos. Porém, faremos o cruzamento com raça e gênero com a finalidade de saber que extrato social foi ouvido.

Recorremos à Análise Crítica do Discurso (ACD), porque, segundo Van Dijk (2015), é um tipo de pesquisa analítica que estuda a reprodução discursiva do poder e, também, do abuso do poder, de grupos dominantes na mídia. Van Dijk (2015) considera o abuso de poder como um recurso simbólico.

Um outro elemento que nos aproxima da ACD é que Van Dijk (2015) elegeu alguns temas, problemas sociais em curso em várias partes do mundo, como racismo e exclusões de gênero. No caso desse artigo, vamos observar conteúdos discursivos veiculados na mídia tanto de fontes, como das emissoras selecionadas para esse estudo e, assim, identificar a presença ou não de fragmentos discursivos que transitam pelo terreno das representações negativas ou reforço de estereótipos e, ainda, obstruções subjetivas no acesso ao discurso midiático de integrantes da população negra.

Na verdade, estamos falando de disputas narrativas, como os discursos reativos ao racismo, como os associados à luta antirracista e aos feminismos negros, a justiça social e, ainda, aos direitos humanos. Por último, também nos identificamos com a ACD porque ela tem um caráter de ativismo, de negação da ‘neutralidade’.

Descrição e análise das matérias sobre o assassinato de George Floyd

Essa parte da pesquisa compreende o período de 25 a 29 de março de 2020 e as análises das matérias veiculadas nos

telejornais noturnos das TVs Globo, que começa às 21h30; Band, 19h20; Record, 19h45; e Cultura, às 21 horas. George Floyd foi assassinado no dia 25 de maio de 2020 e os telejornais brasileiros passaram a noticiar no dia 27, quando os protestos já explodiam em várias cidades dos EUA e, logo depois, do mundo.

DATA: 27 de maio de 2020

Descrição

Neste dia apenas o Jornal da Record veiculou uma matéria sobre o assassinado de George Floyd, com duração de 1m56', e uma chamada com a manchete: “Nos Estados Unidos a morte de um homem negro por policiais brancos reacende protestos”. A matéria foi veiculada no último bloco do telejornal.

O texto da notícia afirma que o caso reativou a discussão sobre racismo nos EUA e fala, por meio de um texto em *off*, com imagens de Floyd sendo sufocado pelo policial Derek Chauvin, que durante 10 minutos¹, apesar de Floyd pedir socorro. “O policial que pressionava o joelho no pescoço dele debochava. Dizia para ele se levantar, enquanto George respondia que não conseguia respirar”. Em seguida, a matéria exhibe imagens de protestos; fala que Mineápolis explodiu em manifestações e que os policiais foram presos e as imagens desmentem a versão deles sobre resistência de Floyd à prisão.

Depois a matéria traz um perfil de Floyd, com imagens dele e reproduz entrevistas sobre ele, provavelmente, transmitidas pela imprensa norte-americana, pois estavam em inglês e sem tradução. Escuta os pais, um amigo e a noiva de Floyd, sem identificá-los. A matéria é produzida pela correspondente, de Nova York, Evelyn Bastos, uma profissional negra. Ela comenta

1. Outros veículos informam que o tempo de sufocamento foi de 8m43’;

sobre as investigações do FBI e faz uma analogia da morte de Floyd com o assassinato de Erick Garner, que na mesma situação, em 2014, pediu 11 vezes para respirar.

Análise

Importante destacar que a TV Record, fundada em 1953 teve, em 1970, metade das suas ações adquiridas por Sílvio Santos e, em 1989, a emissora foi comprada pelo líder da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Edir Macedo, que apoia o atual Governo Federal apesar da emissora criticá-lo, mesmo que timidamente, pela morosidade na compra das vacinas para combate da Covid-19.

Observamos que essa matéria tem uma intenção de informar a audiência sobre o assassinato de Floyd e de chamar a atenção para a discussão racial nos EUA e chega a fazer uma analogia, ao citar outro crime semelhante, o de Erick Garder. Notamos, ainda, a falta de identificação das fontes ouvidas o que pode indicar um descaso do jornal com as fontes, pois eram vozes negras não nominadas, não identificadas, falando de um homem negro. Interpretamos, ainda, o ocorrido como consequência de uma hierarquização estabelecida pelo jornal quanto à importância das fontes. O fato de a matéria ter sido veiculada no último bloco de notícias do telejornal pode ter sido uma estratégia mercadológica para manter a audiência em todo o programa ou o grau de importância.

DATA: 28 de maio de 2020

Descrição Jornal Nacional e Jornal da Record

Nesse dia, localizamos só uma chamada no Jornal Nacional e matérias nas tvs, Record, Band e Cultura. Essas matérias não passam de 2m e apareceram nos últimos minutos

dos telejornais. Na página oficial do Jornal Nacional² há uma chamada sobre a morte de Floyd entre as manchetes anunciadas naquela data, mas não há nenhuma reportagem elaborada, dentre os 25 vídeos produzidos no jornal 28 de maio de 2020. Na abertura da página, há um informe de que a versão *Web* é diferente da versão transmitida na televisão. Então, ficamos sem saber se houve ou não a veiculação de uma matéria e, posteriormente, se ela foi retirada do *site*. A chamada era: “Um policial branco mata um cidadão negro nos Estados Unidos e provoca protestos violentos”.

Já a matéria veiculada no Jornal da Record³ teve duração de 1m45” e inicia informando que os protestos contra o assassinado de Floyd foram violentos em várias partes dos EUA e exhibe imagens de incêndios durante os protestos. “A onda de violência tomou conta da cidade de Mineápolis, onde Floyd foi morto. Prédios foram queimados, parte do comércio destruído e lojas saqueadas”, diz o texto, enquanto mostra manifestações em outros Estados, como na Califórnia. Exhibe uma entrevista com o irmão de Floyd, novamente, sem identificação que, chorando, pede a prisão dos policiais. Mostra, outra vez, imagens da prisão de Floyd, e o texto enfatiza que ele não resistiu à prisão. Fala das celebridades que se uniram para pedir justiça, entre elas, o jogador de basquete, Le Bron James. Mostra o jogador usando uma camiseta com o texto, em inglês: “Eu não consigo respirar”. A repórter Evelyn Bastos dá um perfil do policial que assassinou Floyd.

Análise

A abertura da matéria faz uma leitura tendenciosa da violência gerada pelo racismo norte-americano. Mas no seu

2. Jornal Nacional – globoplay.globo.com/v/8587791/programa/?s=09m29s;

3. Jornal da Record - noticias.r7.com/jr-na-tv/integras/videos/assista-a-integrado-jornal-da-record-28052020-29052020;

decorrer, essa postura vai mudando de percurso e adota um tom favorável a Floyd, mostrando as injustiças cometidas pelos policiais, a não resistência de Floyd e um policial jogando *spray* de pimenta em um garoto negro. Bastos, repórter negra da Record, em Nova York, dá uma profundidade à matéria, trazendo fontes e perfis de pessoas envolvidas. Mas, novamente, a Record não identifica algumas fontes. Dessa vez, foi o irmão de Floyd, demonstrando descaso com a fonte.

Descrição Jornal da Band

A Rede Band foi fundada em 1967 e, desde 2003, tem parte de sua programação vendida para a Igreja Internacional da Graça de Deus e a emissora apoiou o atual Governo Federal. A primeira matéria do telejornal da noite da Band, que trata do assunto, tem 1'25" de duração⁴ e não tem fontes. Ela se inicia com a fala da âncora Eduardo Oinegue informando que os protestos se espalharam por todo o país e terminaram em violência. O texto, tem tom condenatório; enfatiza e condena os protestos em Mineápolis. Na sequência o texto fala que os policiais envolvidos no crime de Floyd foram presos e alegaram que ele resistiu, mas que foram desmentidos pelas imagens. O jornal não escuta nenhuma fonte e também não reproduz falas já divulgadas pela mídia.

Análise

Acreditamos que a 1ª matéria sobre o assassinato de Floyd veiculada no telejornal da Band, teve o objetivo de ressaltar que as manifestações foram marcadas pela violência e vandalismo dos/as participantes, embora recupere informações do assassinato de Floyd.

Descrição Jornal da Cultura

4. Jornal da Band - [youtube.com/watch?v=0N5AkZ_wpgE](https://www.youtube.com/watch?v=0N5AkZ_wpgE);

O início da reportagem, de 2m de duração, sobre a morte Floyd no telejornal da TV Cultura⁵, enfatiza os protestos e ‘tumultos’ e ressalta que os manifestantes acusam a polícia de racismo nas suas abordagens. Mostra imagens noturnas dos protestos em Mineápolis; incêndios; saques e uma barreira policial para impedir a entrada de manifestantes na delegacia onde os policiais, responsáveis pela morte de Floyd, trabalhavam. Fala da versão da polícia, de que Floyd resistiu à prisão e exibe imagens de Floyd subjugado. Fala do afastamento dos policiais e exibe o prefeito de Mineápolis, pedindo a volta da normalidade e dizendo que “estudos apontam que homens negros têm três vezes mais chances de serem mortos por policiais nos Estados Unidos”.

Análise

A matéria destaca o seu caráter informativo; não segue a lógica de associar as manifestações antirracistas ao vandalismo, embora mostre imagens de incêndios e saques. Não traz entrevistas, nem escuta fontes locais. Se limita a mostrar imagem do prefeito de Mineápolis, sem legenda identificativa. O trecho destacado de sua fala reconhece o processo de exclusão racial da população negra norte-americana.

DATA: 29 de maio de 2020

Descrição do Jornal Nacional

Nesta data, todos os telejornais noturnos, objeto dessa pesquisa, veicularam matérias sobre os desdobramentos do assassinato de Floyd. O Jornal Nacional⁶ veiculou matéria de 2m, sem nenhuma fonte. O assunto aparece entre as manchetes e

5. Jornal da Cultura - cultura.uol.com.br/programas/jornaldacultura/videos/659_jornal-da-cultura-28-05-2020.html;

6. Jornal Nacional - globoplay.globo.com/v/8587791/programa/?s=09m29s;

tem a seguinte chamada: “Preso nos Estados Unidos um policial branco que matou um cidadão negro”. A matéria fala da prisão do policial “branco envolvido na morte de um cidadão negro” e dos protestos em várias cidades norte-americanas. Tem imagem de cobertura ao *off* da repórter, mostrando o assassinato de Floyd e suas súplicas e dos protestos. Afirma que os manifestantes “saquearam lojas e incendiaram a delegacia onde os policiais trabalhavam”, fazendo a condenação do movimento. Logo em seguida a repórter Carolina Cimenti mostra uma manifestação, falando que os protestos se espalharam por todo o país e fala dos conflitos do presidente Trump com o *Twitter*.

Análise

Apesar do texto usar as imagens do horror de um assassinato ao vivo, delas reforçarem que foi um homem negro assassinado por policiais brancos, a matéria, por outro lado, tem um tom condenatório quando se trata das manifestações públicas. O fato de nenhuma fonte ser escutada, nem no Brasil e nem nos EUA, mesmo a emissora tendo correspondentes internacionais soa como um descaso ao crime.

Descrição do Jornal da Record

Já o Jornal da Record⁷, de 29 de março de 2020, não tem fontes, durou 1m48’ e veiculou a matéria no meio do jornal, aos 24m56s, sendo que o noticiário teve uma duração total de 52 minutos. O apresentador inicia o texto abordando a prisão do policial e mostra os protestos em todo o país. Fala do “caos” em Mineápolis; o que a população destruiu, e exibe imagens de incêndios e muita gente nas ruas. Mostra uma equipe de televisão da CNN sendo algemada e presa, sendo que o repórter era um homem negro. Mostra também uma imagem do ator

7. Jornal da Record - noticias.r7.com/jr-na-tv/integras/videos/assista-a-integrado-jornal-da-record-29052020-30052020;

James Fox falando que não entende o uso de força, sempre, contra pessoas negras. Manifestações no Arizona, Colorado e Nova York são exibidas e mostra a violência policial contra os manifestantes. Mostra outra vez imagens de Floyd sendo asfixiado e fala que o policial foi preso.

A repórter Evelyn Bastos entra ao vivo de Nova York falando de outros policiais investigados. Mostra as manifestações no Estado de Kentuck, onde sete pessoas foram baleadas. Ela faz analogia com outro caso de violência policial, desta vez o da médica negra, Breonna Taylor, 26 anos, assassinada pela polícia Metropolitana de Ouisville (do Estado de Kentuck) em 13 de março de 2020, poucos dias antes do assassinato de Floyd. Ela foi morta com oito tiros, na sua residência. Os policiais estavam investigando seu namorado e não encontraram nada que o incriminasse (CORRÊA, 2020).

Análise

A matéria é informativa e dá uma panorâmica da realidade norte-americana após o assassinato de Floyd e da prisão dos policiais envolvidos com o assassinato. Mais uma vez a repórter internacional traz novos elementos que apontam para a violência policial nos EUA, do modelo de Segurança Pública do governo Trump, principalmente, contra negros e latinos. Nesse caso fala de outro crime, o da médica Breonna Taylor, refletindo para o modelo do *modus operandi* da polícia norte-americana contra a população negra e latina.

Descrição do Jornal da Band

O Jornal da Band⁸, de 29 de março de 2020, durou 1'34" e incluiu a notícia sobre a morte de Floyd nas chamadas da abertura: "Preso policial branco que matou homem negro e

8. Jornal da Band - [youtube.com/watch?v=MNU9F8OKhaQ](https://www.youtube.com/watch?v=MNU9F8OKhaQ);

causou onda de revolta em cidades americanas”. A matéria foi apresentada no início do telejornal e exibiu cenas da prisão do repórter da CNN e de protestos ocorridos na noite anterior, em Mineápolis. Mostra um retrato de Floyd e imagens do seu sufocamento. O texto informa da demissão dos quatro policiais e da prisão do assassino de Floyd. Fala sobre as postagens violentas de Trump, ocultadas pelo *Twitter* “por violar as regras de uso e enaltecer a violência”.

Análise

A matéria é informativa, sem criatividade ou aprofundamento do tema. Limita-se aos dados factuais: a prisão dos policiais responsáveis pela morte de Floyd, repete imagens e trata da opinião do *Twitter* a Trump.

Descrição do Jornal da Cultura

Por sua vez, o Jornal da Cultura⁹ veiculou uma matéria de 2’18” de duração, sem fontes. Nas chamadas, o texto foi o seguinte: “Pelo terceiro dia seguido Mineápolis tem protestos violentos pela morte de homem negro por policiais”. A matéria é exibida quase no final do jornal e aborda a prisão do policial e repete a informação de que a “cidade enfrenta o terceiro dia de violências e distúrbios”. Mostra, novamente, imagens do sufocamento de Floyd; do promotor do caso e de um vídeo com os três policiais em cima de Floyd, enquanto ele implorava e afirmava que não conseguia respirar. “A morte brutal de George Floyd gerou uma onda de protestos violentos em Mineápolis, que hoje entrou no terceiro dia. Os manifestantes pedem justiça e acusam a polícia de racismo”.

Através de um *off* o texto da matéria informa que os manifestantes invadiram, depredaram e incendiaram

9. Jornal da Cultura - cultura.uol.com.br/programas/jornaldacultura/videos/658_jornal-da-cultura-29-05-2020.html

a delegacia em que os ex-policiais trabalhavam. Mostra a prisão da equipe da CNN que cobria os “distúrbios”, cujo repórter era negro. Fala que 500 homens da Guarda Nacional foram enviados para conter os “distúrbios”. Exibe ainda protestos em outras cidades dos EUA e a fala de Trump que enviou condolências à família de Floyd. Mas pouco antes, Trump havia afirmado que os manifestantes eram bandidos e ameaçou enviar a Guarda Nacional. Fala também, que o *Twitter* contestou os textos de Trump.

Análise

Observamos que essa é mais uma reportagem que segue a lógica do conteúdo factual e do potencial de violência das manifestações antirracistas e contrárias a violência policial. A matéria tem um tom condenatório às manifestações e ao ‘vandalismo’ dos/as manifestantes. E da quase ‘neutralidade’ do presidente dos EUA.

Descrição e análise das matérias sobre o assassinato de João Alberto Silveira Freitas

O recorte para a análise da cobertura da morte de João Alberto Silveira Freitas foi de 19 a 21 de novembro de 2020. Como vimos neste artigo, o problema do racismo no Brasil e a luta antirracista têm características próprias. Nem por isso deixa de ter algumas semelhanças com a realidade vivida pelos/as negros/as norte-americanos/as, por conta das práticas de governos neoliberais, o que não só tem acirrado os conflitos entre grupos neonazistas e os movimentos sociais populares por meio de ações genocidas, a exemplo do processo de vacinação contra a Covid 19, ou do modelo de Segurança Pública.

DATA: 20 de novembro de 2020

Descrição do Jornal Nacional

A matéria sobre o assassinato brutal de João Alberto no Jornal Nacional da Tv Globo¹⁰ teve 22', abriu o telejornal e mereceu uma longa manchete, com imagens da violência e de manifestações públicas. A manchete começa assim: “No dia da consciência negra a notícia de um assassinato deixa o país perplexo”, e enfatiza o que autoridades e entidades da sociedade civil denunciam como um crime racial e cobrem com imagens de manifestações. “Em São Paulo houve atos de vandalismo”, afirma o texto.

A matéria exhibe cenas do espancamento de João Alberto. O texto informa que os espancadores trabalhavam como agentes de uma empresa de segurança no supermercado e foram presos em flagrante, por homicídio triplamente qualificado. Esta é a primeira matéria do jornal que carrega na dramaticidade. Informa que João Alberto foi espancado por cinco minutos, por seguranças do Carrefour; e que ele era um homem negro. Fala que a denúncia foi feita pela família, por entidades e instituições contra o racismo. Entram imagens do espancamento. O *off* do repórter, que não é identificado, descreve as agressões: “É possível ouvir pedidos de ajuda”. Fala da intimidação às pessoas que estavam filmando a cena e traz entrevistas com um homem que testemunhou a agressão e com a delegada Roberta Bertoldo, falando que os indícios da morte de João Alberto apontam para asfixia e que até aquele momento não era possível falar em racismo.

Mostra imagens do João Alberto no supermercado. O texto diz que a esposa dele, Milena Borges Alves, afirmou que

10. Jornal Nacional - globoplay.globo.com/jornal-nacional/p/819/data/20-11-2020:

João Alberto teve um desentendimento no supermercado. As imagens mostram João Alberto sendo levado para fora das instalações do Carrefour e que há uma suspeita de que ele desferiu um soco em um dos seguranças. Depois disso, o espancamento começou. A imagem é cortada e volta a do repórter Jonas Campos, de Porto Alegre, informando que os vigilantes Giovane Gaspar da Silva e Magnum Brás Borges, foram presos em flagrante. Eles tiveram a prisão preventiva decretada. Um deles, Silva, é policial militar temporário.

A delegada Bertoldo não descarta crime racial e procura por outros envolvidos. O texto fala dos seguranças e da empresa em que trabalhavam, a Vector. Já as imagens são de uma nota do Carrefour, lamentando o fato e de uma entrevista com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que lastima pelo ocorrido. Ele aparece ao lado do comandante da Brigada Militar e da Chefe de Polícia que não são identificados com legenda. Leite fala que o crime está sendo apurado para que ocorram as punições.

Em seguida, é traçado um perfil de João Alberto: autônomo, pai de quatro filhos que morava a 600 metros do supermercado e que tinha antecedentes criminais por violência doméstica. Em seguida, a matéria exhibe entrevista com o pai dele, João Batista Rodrigues Freitas, que afirma que o soco que seu filho proferiu, não justifica o crime e qualificou a ação como covardia. Em seguida a reportagem exhibe os protestos espalhados pelo país, sendo que um, convocado por três vereadores negros de Porto Alegre/RS, foi em frente ao Carrefour da capital gaúcha. A nota do Carrefour é lida e a empresa afirma que adotará as medidas cabíveis para a punição dos culpados. Traz informações das defesas dos vigilantes e

depoimentos de autoridades como os dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes e Luiz Fux.

Tem ainda depoimentos do senador David Alcolumbre, do deputado federal Rodrigo Maia, e da Secretária Damares Alves, que se solidarizou com a família, sem falar de racismo; Sérgio Camargo, presidente da Fundação Palmares, que disse que não existe racismo estrutural no país e sim, ocasional. A matéria mostra a declaração do vice-presidente do país, Hamilton Mourão, de que não existe racismo no Brasil: “não tem racismo”, e que a realidade brasileira é bem distinta da dos EUA. O texto da reportagem contesta a posição de Mourão: “Muitas autoridades afirmaram o contrário do que disse Hamilton Mourão e o presidente da Fundação Palmares”. Reforça a fala do pai de João Alberto, João Freitas, que considerou o assassinato como um crime de racismo, e mostra a esposa de João Alberto, falando da dor de ver o marido morrer pedindo ajuda. Disse que tentou ajudá-lo, mas que foi impedida. A matéria não exibiu o nome dela e sua fala foi coberta por imagens de João Alberto.

Análise

A matéria é longa e tem vários recortes: o da agressão de João Alberto; a opinião da polícia, do pai de João Alberto e perfila a vítima. Recorre a fontes anônimas e autoridades, a exemplo do governador gaúcho, Eduardo Leite e dos ministros do STF. Ressaltamos a opinião da delegada, Roberta Beltoldo porque é a única entrevistada que admite a possibilidade de racismo como elemento motivador do crime violento. A matéria carrega na dramaticidade. O caráter informativo é forte nessa reportagem, assim, como o impacto do fato junto à opinião pública por ter ocorrido na véspera do Dia Nacional da Consciência Negra. Entre os conteúdos está a nota oficial do Carrefour. A matéria trabalha com a ideia de vandalismo para se referir a casos

pontuais de violência. Também observamos que as narrativas de pessoas negras não aparecem, apesar do tom de indignação da reportagem. Ou seja, as fontes negras foram preteridas.

Descrição do Jornal da Record

Neste dia, o Jornal da Record¹¹ dedica 5' para a matéria sobre o assassinato de João Alberto – a 2ª do 1º bloco -, e conta com um casal de âncoras negro, cujos nomes não são legendados. A notícia aparece entre as chamadas principais do noticiário, que enfatiza a prisão dos vigilantes por espancarem homem negro. A reportagem inicia falando que o Dia da Consciência Negra foi marcado pelas imagens de um homem negro espancado e morto por seguranças de um supermercado de Porto Alegre. Os amigos e a esposa de João Alberto, Milena Borges Alves, são entrevistados, acentuando, em suas declarações, a brutalidade. Traz um perfil de João Alberto, com cobertura de fotos e a seguir, Milena Borges Alves relatando, em detalhes, o que aconteceu, pois o acompanhava no supermercado.

A reportagem traz entrevista com a delegada Roberta Bertoldo, que fala da versão dos seguranças de que João Alberto teria dado um soco em um funcionário: mostra imagens dos seguranças sendo presos e informa que responderão por homicídio triplamente qualificado. Traz entrevista o pai da vítima, João Batista, que fala de raiva e de racismo. A matéria traz comentários sobre a nota do Carrefour, sem nenhuma crítica. O telejornal também traz as declarações das mesmas autoridades já mencionadas no telejornal anterior e do vice-presidente, Hamilton Mourão. Porém, o telejornal não faz qualquer comentário. Neste mesmo telejornal é exibida uma reportagem sobre o 20 de novembro destacando pessoas

11. Jornal da Record - noticias.r7.com/jr-na-tv/integras/videos/assista-a-integra-do-jornal-da-record-20112020-21112020;

que superaram a desigualdade, tendo como fundo, uma música dramática. A matéria não faz nenhuma ligação com o assassinato de João Alberto.

Análise

Comparando com a matéria da Globo que teve 22', a matéria da Record é relativamente curta e tem um caráter informativo; não desenvolve, não repercute nem analisa questões nevrálgicas, como foi a declaração do vice-presidente Mourão. A matéria tem uma diversidade de fontes, a maioria de homens, mas não traz nenhuma entrevista com representante do Movimento Negro Brasileiro e não passa do factual. A sua produção não extrapola o óbvio.

Descrição do Jornal da Band

Em 20 de novembro de 2020 o Jornal da Band¹² teve duração de 9'39" e a manchete de abertura do telejornal foi a seguinte: "Crime na véspera do dia da Consciência Negra. Assassinato de homem negro causa indignação em todo o Brasil". A chamada é acompanhada por imagens de protestos. "João Alberto foi espancado até a morte por seguranças de um supermercado em Porto Alegre". O texto é acompanhado por imagens do espancamento de João Alberto. A matéria foi a 1ª do noticiário. O âncora, Eduardo Oinegue, abre o programa falando que seria uma data para discussão das desigualdades raciais e lamentou iniciar aquela edição falando da história de um crime covarde.

O texto acentua que João Alberto era um homem negro e que sua morte foi presenciada por muitas pessoas inclusive, por sua mulher, Milena Borges Alves. A reportagem entrevista a viúva, que enfatiza o pedido de ajuda feito por João Alberto

12. Jornal da Band - [youtube.com/watch?v=e_lprGg2zWg&t=341s](https://www.youtube.com/watch?v=e_lprGg2zWg&t=341s);

e a postura da funcionária que tentou impedir a gravação do espancamento. A chefe da Polícia Civil do RS, Nadine Anflor, foi entrevistada e fala que o crime foi de homicídio triplamente qualificado, cita o nome dos agentes e as punições.

A reportagem mostra os protestos e entrevista uma mulher negra – não identificada. A matéria exhibe a nota do Carrefour e uma entrevista com o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, que fala dos esforços que irá empreender para a punição dos culpados. A reportagem traz imagens de “quebra-quebra” em todo o país e o texto afirma que mercados foram saqueados e mostra imagens da invasão do Carrefour na Avenida Pamplona, em São Paulo. Lembra da frase “Vidas negras importam”, que os/as manifestantes gritavam e, em seguida, a repressão policial.

Em seguida, a matéria trata da importância do Dia Nacional da Consciência Negra, e fala do aumento do número de pessoas que se assumem como racistas. Ao longo do noticiário a Band repercutiu notícias sobre o assassinato de João Alberto e exibiu notas de autoridades e a fala do vice-presidente Hamilton Mourão, de que não existe racismo no Brasil, o que levou Oinegue a questionar se o General tinha certeza da sua afirmação e apontou dados estatísticos que denunciam um cenário de exclusão racial no país.

Análise

A matéria desse noticiário mantém alguns problemas evidenciados em outras reportagens, como a associação de vandalismo aos protestos de populares; de trazer entrevista de pessoas negras sem identificação. Mas até então, foi a única que ousou questionar as declarações de Mourão, com dados estatísticos que evidenciam o impacto do racismo na sociedade

brasileira, em especial, na economia e mobilidade social no país. Aliás, o vice-presidente segue uma lógica freyriana de disseminar o mito da democracia racial sem nenhuma leitura mais próxima da realidade do Brasil, ou norte-americana a partir do assassinato de George Floyd.

Descrição do Jornal da Cultura

O Jornal da TV Cultura¹³, de 20 de novembro de 2020, apresentou a maior reportagem sobre a morte violenta de João Alberto dentre as emissoras alvo dessa pesquisa: 23m25” de duração. A manchete traz a seguinte chamada: “No dia da consciência negra, o Brasil é paralisado por imagens de uma violência brutal. Homem negro é espancado até a morte em um supermercado de Porto Alegre”. O noticiário faz três chamadas da mesma matéria, que tem a fala do vice-presidente Mourão e apresenta o laudo da morte de João Alberto, por asfixia. Na bancada, como comentaristas, estão o reitor da Universidade Zumbi dos Palmares (SP), José Vicente, e o professor da Faculdade de Medicina da USP, Paulo Saldiva.

A matéria começa mostrando as cenas do assassinato de João Alberto e as possíveis motivações. O repórter Raqui Quadros, de Porto Alegre, apresenta nota do Carrefour lamentando o incidente e informando que cancelou contrato com a empresa de segurança e que dará apoio à família. Também informou o conteúdo da nota da empresa de segurança Vector se solidarizando com a família. Informa, ainda, que os dois seguranças foram demitidos e que Giovanni Gaspar da Silva, policial militar temporário, não tem registro para atuar como segurança. A delegada Roberta Bertoldo é entrevistada e fala da omissão de socorro e a permissão para a agressão, e que até

13. Jornal da TV Cultura cultura.uol.com.br/programas/jornaldacultura/videos/507_jornal-da-cultura-20-11-2020.html

aquele momento a cor da vítima não era indicativo da violência. A matéria apresenta entrevista com o subprocurador Geral de Justiça do Ministério Público (MP), Marcelo Dornelles, que destaca a importância de se investigar as empresas de segurança. Este é o primeiro jornal a mencionar outros casos de violência cometidos pelo Carrefour.

Em agosto de 2020, um funcionário morreu na loja de Pernambuco e o supermercado não interrompeu o funcionamento. O corpo, apenas, foi coberto com guarda-chuvas; em 2018 uma cachorra foi envenenada e espancada por um funcionário. A matéria traz manifestações em supermercados do Carrefour, em cinco capitais, afirmando que foram pacíficas no RJ, BH e DF, com um incêndio em São Paulo e a invasão do supermercado em Porto Alegre, quando a polícia foi acionada. O texto fala de vandalismo e confusão.

A apresentadora Karyn Bravo pergunta ao reitor “qual o peso do racismo nesse caso específico”? Ele responde: “todo, a ponto de ceifar a vida de um cidadão brasileiro”, se emociona e chora. Bravo fala que esse tipo de crime já aconteceu outras vezes, com impunidade, e questiona o que é preciso ser feito. O reitor responde que “os antirracistas se levantem”, lembrando os EUA onde muitos artistas se manifestaram e, aqui, no Brasil, apenas os negros.

O médico Saldiva afirma que não é a primeira vez que a rede comete esse crime. Ele diz que não sofre racismo, mas, como observador, constata que as empresas sempre responsabilizam as terceirizadas e lembra da funcionária do Carrefour que aparece nas imagens ameaçando quem está filmando as agressões a João Alberto. Na sequência, a emissora exibe as imagens do vice-presidente Mourão quando nega o racismo no país. A apresentadora destaca o fato de Bolsonaro

ignorar o Dia Nacional da Consciência Negra, mostrando uma imagem em que ele recebe uma camisa autografada de Pelé. José Vicente comenta a fala de Mourão, lembrando que ele já havia dito isso, mencionando a preguiça dos índios e a malandragem dos negros. Vicente chama Mourão de desonesto e insinua que o vice-presidente tem algum tipo de perturbação mental.

A matéria traz, ainda, a fala do atual presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, que também afirma que não existe racismo no Brasil, que é coisa da esquerda. José Vicente rememorou o caso do jovem Januário Alves de Santana, que foi espancado por seguranças, no estacionamento da loja do Carrefour, em Osasco (SP), em 2009. Os seguranças o retiraram do seu carro, um EcoSport, enquanto ele aguardava sua esposa por avaliar que ele era um ladrão. A empresa foi condenada a pagar R\$39 mil (BRANDALISE, 2010).

Bravo traz os dados da violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que apontam para o fato de que três em cada quatro que morrem são negros. Ainda traz uma entrevista com Felipe Freitas, do Núcleo de Pesquisa Racial da Universidade da Fundação Getúlio Vargas (UFGV), que critica a prática das ‘suspeitas infundadas’. Entidades do setor patrimonial protestam contra a morte de João Alberto. A matéria traz duas entrevistas: uma com o presidente da Federação das Empresas de Vigilância, João Palhuca e Ricardo Tadeu, da área de vigilância. Ambos condenam a ação e afirmam que essa não é a conduta correta. O repórter Sérgio Colacino diz que a polícia é quem fiscaliza essas empresas. Já Daniel Hirata, professor de Sociologia da Universidade Federal Fluminense ressalta que há fortes indícios de que há atuação das milícias nessas empresas e fala da necessidade de regulação da área.

A apresentadora Bravo fez associação desse crime com o assassinato de George Floyd e questiona José Vicente sobre a possibilidade de mudanças. Ele disse que “não vai mudar porque estão há 130 anos discutindo as mesmas coisas. Se a sociedade civil não se rebelar nós não vamos dar um salto adiante”, afirma o reitor. Questionado sobre a morte por asfixia, Saldiva afirma que a população negra tem sido vitimada por vários outros tipos de mortes ocasionadas pelo racismo, como a de mulheres negras que morrem de parto ou as pessoas negras que são as principais vítimas da Covid-19.

Análise

A matéria é extensa, abrange vários subtemas sobre o assassinato de João Alberto, mas já no seu início, no texto da chamada, se posiciona no campo da denúncia e favorável a luta antirracista, ao afirmar sobre o desconforto desse crime na véspera do Dia Nacional da Consciência Negra e, também, pela presença, na função de comentarista, do reitor da Universidade Zumbi dos Palmares, José Vicente. No entanto, mesmo quando alguns entrevistados associam a violência e morte de João Alberto, por motivações raciais, a reflexão é pouco aprofundada.

A presença do reitor Vicente contribuiu na formulação de críticas tanto ao vice-presidente Mourão, como a Sérgio Camargo, presidente da Fundação Palmares que apontam para declarações desconexas com a realidade racial do país e, alinhadas com uma lógica direitista praticada pelo atual Governo Federal. O que podemos observar como um fato novo na matéria foi a relação da morte de João Alberto, com outros casos de racismo registrados no Carrefour. Mas, apesar do amplo espectro, a matéria segue a lógica midiática de excluir os discursos de ativistas do movimento antirracista.

DATA: Dia 21 de novembro de 2020

No 2º dia após o assassinato brutal de João Alberto, os quatro telejornais noturnos, objeto dessa pesquisa - veicularam matéria sobre o assunto, totalizaram mais de 44 minutos deste conteúdo. No Jornal Nacional¹⁴, foram utilizados 15'23" para tratar do tema. Inclusive, a primeira chamada da abertura do programa foi o caso de João Alberto. O tema mereceu três chamadas. As duas primeiras foram cobertas por imagens da violência contra João Alberto e dos protestos. A primeira matéria mostra novas imagens da agressão e a repórter, Cristine Galissa, fala da morte de um "cidadão negro espancado por seguranças brancos". No início mostra o enterro de João Alberto, com uma despedida só para a família, onde a esposa, Milena Borges Alves, ficou ao lado do caixão, o tempo todo e sua única declaração foi um pedido de justiça. Nas imagens do enterro apresenta uma declaração do pai de João Alberto, agradecendo as manifestações onde disse que o racismo precisa ser banido da sociedade.

Na sequência a matéria dá o perfil de João Alberto e entrevista sua filha, Tais Alexia Amaral Freitas, que diz que não se faz isso "com bicho, com animal, com pessoa, com ninguém". A segunda reportagem mostra, novamente, as cenas da violência contra João Alberto, e as imagens divulgadas pela polícia em que aparece João Alberto dando um soco em um dos seguranças, e a causa da morte de João Alberto: asfixia. A delegada Roberta Bertoldo é entrevistada e afirma que houve uma conduta "exacerbada" dos agentes, o que não tem justificativa e que quer saber se houve omissão de socorro.

A reportagem afirma que o advogado do grupo Vector disse que os seguranças foram desligados e que todos recebem treinamento e que tenta contato com a família de

14. Jornal Nacional - globoplay.globo.com/v/9043054/programa/?s=0s;

João Alberto para tratar de auxílio. A terceira reportagem mostra mais protestos pelo país, abrindo com a imagem pintada na Avenida Paulista (SP) “Vidas Pretas Importam”, por 30 artistas durante a madrugada”.

A repórter Graziela Azevedo, de São Paulo, apresenta uma entrevista com Neto Duarte, artista plástico e produtor cultural que declara: “Espero que a partir dessa morte possamos escrever outro capítulo de uma sociedade mais justa e igualitária nesse país”; entrevista o artista plástico e produtor urbano Kleber Pagu, que afirma que “gostaria muito que as pessoas se sensibilizassem mas, principalmente, os nossos governantes porque são eles que estão ali diante das leis, são eles que estão diante de uma possibilidade de uma melhoria social global, não uma melhoria social pontual”. A matéria mostra manifestações em Santo André, em Goiânia, Curitiba, Belo Horizonte, Natal, Recife, algumas, em frente a lojas do Carrefour. No Recife, houve quebra-quebra e a polícia foi chamada. Entrevistam um homem branco, William Alexandrino, diretor de marketing, que fala de um senso de justiça comum.

A reportagem coloca uma declaração do presidente mundial do Carrefour, Alexandre Bompard, que afirma que as imagens são insuportáveis e pediu que o Carrefour colabore com as autoridades e “que os valores do Carrefour não compactuam com racismo e violência”. Durante a matéria foi lida uma nota do Carrefour afirmando que aquele 20 de novembro “foi o mais triste da história do Carrefour”; que a rede dará apoio à família da vítima e que toda a renda daquele dia será revertida para entidades que lutam pelos direitos da população negra e que a loja onde ocorreu o incidente ficará fechada por dois dias.

Mostra a fala de Bolsonaro que repete o que já exibiu na abertura do telejornal, feita no Encontro do G20¹⁵, afirmando que “há interesses por trás de quem promove conflitos. Somos um povo miscigenado, brancos, negros e índios edificaram o corpo de um povo rico e maravilhoso”. Para ele, existem pessoas dispostas em acabar com a harmonia do país e “colocar, em seu lugar, um conflito, o ressentimento, o ódio e a divisão entre raças, sempre mascarado por luta de igualdade ou justiça social[...]”

A reportagem ainda exhibe declarações de representantes de instituições e autoridades que divergem da opinião do presidente. Mostra a nota do Escritório Organização das Nações Unidas (ONU), apontando para a necessidade do debate sobre o racismo no Brasil. O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso pede união contra o racismo. O senador Fabiano Contarato, vice-líder da Rede, criticou as vozes negacionistas de Mourão e Bolsonaro e a segregação racial. Representante do movimento Black Lives Matter, que reúne 150 entidades, também se pronunciou. Em nota diz que o racismo é uma ameaça às vidas negras e que a declaração de Mourão é inaceitável. Lewis Hamilton também protestou contra a violência racial contra João Alberto.

Análise

Em pouco mais de 15 minutos o telejornal não só suscitou o assunto, como trouxe novas informações e imagens tanto da violência sofrida por João Alberto como cenas do seu enterro reservado à família e, pela primeira vez, o JN ouviu a esposa e filha de João Alberto. Até então, só o pai dele, João Batista, havia

15. G20- É a designação do grupo formado por representantes - ministros da área econômica e dos bancos centrais mundiais - das 19 maiores economias do mundo e a União Europeia, formado em 1999;

sido ouvido. Possivelmente, seguindo a linha da emissora, em fazer críticas contundentes ao governo Bolsonaro, a matéria traz as declarações do atual presidente e, também, do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC). Importante salientar que no seu governo que o Brasil foi pressionado, pelo Movimento Negro, por conta da Conferência de Durban, realizada na África do Sul, a tomar iniciativas de enfrentamento institucional do racismo que, por exemplo, resultaram na adoção de Políticas Afirmativas e de cotas, no governo seguinte, o 1º de Lula. Por conta dessas questões do contexto, essa matéria tem uma carga de denúncia e se situa no campo de negação do racismo.

A matéria ainda fornece uma ampla panorâmica do crime e dos seus desdobramentos, como cenas de protestos contra o assassinato de João Alberto em várias cidades do país; sendo que um deles, em Recife, com registro de violência. E também, pela primeira vez, é lida uma nota do movimento Back Lives Matter.

Descrição Jornal da Record

O Jornal da Record¹⁶ teve duração de 4'49", o mais curto de todos e exibiu a seguinte chamada na abertura: “imagem indica início de confusão em que homem termina assassinado em supermercado em Porto Alegre”. A matéria abre com a chamada do enterro e diz que a polícia ainda não sabe o que motivou as agressões. Fala de um “vídeo obtido em primeira mão mostrando o momento em que ele dá um soco em um dos seguranças”. Logo, escutam a delegada Vanessa Pitriz que diz que a motivação do crime ainda não estava clara. Mostra, novamente, os vídeos das agressões, inclusive, um em que João Alberto pede para ser solto. O texto fala que os dois seguranças continuam presos e mostra imagens de protestos em todo o país e informa que, em alguns,

16. Jornal da Record - noticias.r7.com/jr-na-tv/integras/videos/assista-a-integrado-jornal-da-record-21112020-22112020

houve depredação; e exibe o *slogan* “Vidas Pretas Importam”. Traz cenas do enterro e entrevista, apenas, o pai de João Alberto, que reforça seu pedido de justiça. Não faz alusão ao racismo e nem entrevista nenhuma liderança ou ativista negro/a.

Análise

A matéria demonstra uma intenção despretensiosa da emissora com o crime. Explícita, apenas, o ‘dever’ de informar sobre o ocorrido. Traz enfoques pontuais: cenas das agressões contra João Alberto; o seu enterro; manifestações pelo país e só entrevista o pai de João Alberto. Segue uma lógica que consideramos descompromissada com o caso de violência. Não mencionam o nome do supermercado.

Descrição

O Jornal da Band¹⁷ teve 10’54” e a sua primeira manchete, ao lado de mais duas chamadas, foi sobre o assassinato de João Alberto: “Emoção no enterro de João Alberto. Familiares do homem negro morto por segurança no supermercado pedem justiça. Empresa de segurança, contratada pelo Carrefour, vai ser investigada por Polícia Federal”. O jornal retransmite a fala de Bolsonaro feita na abertura da reunião do G20, em que nega que exista racismo no país.

As chamadas da abertura são cobertas por imagens do enterro, de protestos no cemitério e com pessoas carregando cartazes. Um texto em *off* aborda que a despedida foi marcada por “protestos, indignação e pedidos de justiça” e reafirma o racismo: “Para os familiares a morte de João é mais um motivo para continuar lutando pelo fim do preconceito, do racismo e da discriminação”. Entrevista o primo de João Alberto, Leonardo Machado, que reforça o caráter racial do crime.

17. Jornal da Band - [youtube.com/watch?v=oJxtZwkj7AA](https://www.youtube.com/watch?v=oJxtZwkj7AA);

Traz entrevista com o amigo da torcida de seu time, Esporte Clube São José, Douglas Cordeiro. Aborda a prisão dos seguranças e o pedido de justiça da família. Entrevista a filha de João Alberto, Tais Alexia Amaral Freitas: “Eu não conseguia fechar os olhos para dormir que eu ouvia o som dos berros”. A matéria fala que o laudo parcial aponta a asfixia, como a causa da morte de João Alberto. As imagens da violência são exibidas, mais uma vez. Exibe cenas de uma manifestação em Gravataí (RS) e o texto diz que na noite anterior ao enterro os protestos foram violentos, com confrontos com a polícia.

A reportagem também faz cobertura dos protestos em Porto Alegre, onde houve confronto, e em Londrina (Paraná). Exibe pessoas carregando cartazes com *slogans* antirracistas, como o “Vidas Negras Importam”. O texto do repórter Ticiano Kesler, de Porto Alegre, afirma que os protestos foram pacíficos, na maioria das cidades, e que só houve “vandalismo” em duas capitais. Mostra uma loja em São Paulo do Carrefour em que os manifestantes “destruíram prateleiras e atearam fogo em produtos”. Em seguida a matéria mostra cenas de depredação da loja do Carrefour em Porto Alegre, informa que a polícia foi acionada e três pessoas foram feridas.

A matéria exhibe a cena em que João Alberto desferiu um soco em um dos seguranças e só menciona uma nota da Comissão de Justiça e Paz, sem lê-la. Mostra uma entrevista com Marcelo Dornelles, subprocurador do Ministério Público (MP), declarando que o MP investigará as empresas de segurança. A exemplo do telejornal anterior, transmite os conteúdos das notas do Carrefour e do presidente global do Carrefour, Alexander Bompard, que avalia como insuficientes as medidas tomadas pela empresa no Brasil. O empresário Abílio Diniz disse que a

empresa deve se organizar para combater o racismo no Brasil e no mundo e exibe a mensagem de Lewis Hamilton.

A reportagem também cobre o protesto dos artistas na Avenida Paulista “Vidas Pretas Importam” e entrevista um artista negro, sem identificá-lo. A repórter Letícia Gil entrevista a engenheira negra, Cátia Inácio, que diz que a manifestação é válida por que é pacífica”. A matéria, novamente, fala da invasão da loja do Carrefour, nas proximidades da Avenida Paulista: “os organizadores dos protestos disseram que não concordam com os atos violentos”, afirmou a repórter. Informa que as lojas do Carrefour abriram mais tarde, pois a empresa fez um treinamento contra o racismo. A seguir, mostra entrevista de William Alexandrino, diretor de marketing que destaca que “para além das pessoas pretas que estão aqui, falar para as pessoas brancas a necessidade de ser antirracista no dia a dia”. Logo, exibe a fala do presidente Bolsonaro no G20, já exibida anteriormente. O jornal ressalta que em nenhum momento ele falou do incidente. “Bolsonaro abordou o racismo sem falar de João Alberto”.

Análise

A matéria é ampla e cobre várias nuances da notícia: o enterro de João Alberto, protestos no cemitério e em outras cidades; trata do laudo da causa da morte de João Alberto, repete cenas da violência praticada contra João Alberto. Como novidade, traz breve entrevistas com a esposa e filha de João Alberto, sem, no entanto, humanizar essas personagens, como perfilá-las para a audiência saber quem são essas pessoas. Chama a atenção o fato de a matéria trazer a polêmica declaração do presidente Jair Bolsonaro. Sem, no entanto, fazer alguma associação às motivações da agressão que resultou no assassinato de João Alberto. A intenção desta publicação

demonstra foi promover uma blindagem do presidente do Brasil às críticas que tem recebido.

Descrição do Jornal da Cultura

Treze minutos e dois segundos. Esse foi o tempo de duração da cobertura do Jornal da Cultura¹⁸ sobre assassinato de João Alberto que destacou, na chamada de abertura, a declaração de Bolsonaro de que não existe racismo e o sepultamento de João Alberto. A primeira matéria do telejornal é sobre a cúpula do G20 e a declaração de Bolsonaro. O jornal critica o teor do discurso do presidente: “Ele usou a reunião para minimizar o racismo no Brasil. Sem citar o assassinato de João Alberto [...]”

O texto do jornal, após a fala do presidente, é contundente: “Diplomatas, negociadores e, até representantes de outros países, se sentiram espantados e, até constrangidos, com a tese de conspiração no Brasil”. Depois de cobrir mais uma pauta da presidência, a afirmação de Bolsonaro é avaliada pelos dois comentaristas convidados: Natalia Pasternak, microbiologista, e o economista, Gesner Oliveira. Eles confirmam a prática do racismo estrutural no país. A matéria retoma a pauta sobre João Alberto, trazendo imagens do soco que ele deu em um dos seguranças e afirma “que não justifica o modo como ele foi tratado”. Em seguida, o telejornal mostra o enterro de João Alberto e exibe depoimentos de familiares e amigos, que pedem justiça. A cobertura do enterro é minuciosa, mostra cânticos e o sofrimento do pai de João Alberto, João Batista Rodrigues Freitas, que chama os vigilantes de covardes.

O jornal exibe, novamente, as imagens do espancamento e a cena do soco e apresenta um perfil dos agentes de segurança.

18. Jornal da Cultura - cultura.uol.com.br/programas/jornaldacultura/videos/510_jornal-da-cultura-21-11-2020.html

Pela primeira vez é informado que a empresa Vector tem como uma das sócias uma Cabo do Batalhão de Policias Especiais de São Paulo. Na sequência, o telejornal mostra entrevista com Paulo Sérgio Pinheiro, integrante da Comissão Arns, e, também, pela primeira vez, entrevista uma fonte ligada aos Direitos Humanos, um homem branco que fala das técnicas brutais que a PM usa nas áreas periféricas e fala da falta um Projeto de Lei, como o que está parado no Senado, para regularizar as empresas de segurança.

A matéria menciona a nota da Vector que se solidariza com a família e diz que vai colaborar. Depois, mostra imagens dos protestos ocorridos pelo país, e o “quebra-quebra” no Carrefour de São Paulo, e a repressão policial. Também divulga a nota do Carrefour já mencionada. Porém, com relação à renda que o Carrefour afirmou que direcionaria às entidades que lutam contra o racismo, o repórter declarou: “como se o dinheiro apagasse o histórico de ocorrências semelhantes”. Em seguida, fala da nota do presidente do grupo Alexander Bompard.

A jornalista Ana Paula Couto pergunta aos comentaristas se os diretores do Carrefour não deveriam também ser condenados. Os dois concordam. Logo, exhibe a cobertura do ato artístico que resultou na pintura da frase “Vidas Pretas Importam”, na Avenida Paulista, mostrando que o ato teve apoio e autorização da Polícia Militar e Governo Municipal. A matéria relaciona os atos contra a morte de João Alberto com os realizados nos EUA em decorrência do assassinato de Floyd, e o uso da mesma frase que movimentou o mundo: “Vidas Negras Importam”.

Análise

A matéria inicia se posicionando contra a declaração do presidente Bolsonaro e afirma que o presidente tentou

minimizar o problema racial no Brasil e que brasileiros/as e estrangeiros/as se espantaram com tamanha cegueira. Ou seja, a matéria é posicionada, social e racialmente. Afora isso, a reportagem dá uma panorâmica dos protestos contra a morte de João Alberto e o racismo. Mostra cenas do enterro; ouve familiares e amigos; mostra cenas do soco desferido por João Alberto e diz que o ato não justifica o crime. Perfila os agressores e, pela primeira vez, entrevista ativista dos Direitos Humanos e informa que a Vector tem sócia militar. A matéria enfoca vários ângulos e faz relação com o assassinato de Floyd e destaca o movimento “Vidas Negras Importam”.

As fontes nas coberturas dos assassinatos de George Floyd e João Alberto Silveira Freitas

Quem fala na cobertura da morte de George Floyd?

Dos quatro telejornais que noticiaram o assassinato de George Floyd, nos primeiros dias (de 27 a 29 de maio de 2020), apenas a Record veiculou matérias com entrevistas e com algumas fontes. No entanto, não fica evidente se foram entrevistas realizadas pela emissora ou retransmissão de entrevistas veiculadas por outros veículos. Esse diferencial ocorreu em função da cobertura ter sido feita por uma correspondente em Nova York, Evelyn Bastos. Mesmo assim, a repórter limita-se a entrevistar familiares, os pais, irmãos e a namorada de Floyd. A Rede Globo possui correspondentes nos EUA, mas não recorreu a seus profissionais nesses primeiros dias. *Ver GRÁFICO 1 na página 381.*

Quais as fontes no caso do assassinato de João Alberto Silveira Freitas?

O caso João Alberto teve uma grande repercussão nos telejornais analisados e a consulta a um número expressivo de fontes em quase todos os programas. No entanto, mesmo diante de um tema racial de grande gravidade e impacto, ainda há a predominância da fala de homens, em detrimento das mulheres e de pessoas brancas em detrimento de pessoas negras, como veremos a seguir. É importante destacar que consideramos como fontes apenas as pessoas entrevistadas diretamente pelo telejornal, excluindo notas e pronunciamentos divulgados nas redes sociais por autoridades e personalidades públicas. *Ver GRÁFICOS 2 e 3 na página 381 e 382.*

Na cobertura do dia 20 foram entrevistadas 22 pessoas, 11 homens brancos, 6 homens negros, 4 mulheres brancas e 1 mulher negra. O Jornal da Cultura entrevistou o maior número de pessoas (8), seguido do Jornal da Record e Jornal Nacional (5) e Jornal da Band (4). No dia 21, o total de entrevistados foi de 21, 5 homens brancos, 8 homens negros, 2 mulheres brancas e 6 mulheres negras, sendo que o Jornal da Band entrevistou 8 pessoas, seguido do Jornal Nacional (7), Jornal da Cultura (4) e Jornal da Record (2). Quanto ao gênero, raça e ocupação das pessoas entrevistadas. *Ver GRÁFICOS 4 e 5 na página 382 e 383.*

No dia 20 de novembro, a predominância nos quatro telejornais, Jornal Nacional, Jornal da Record, Jornal da Band e Jornal da Cultura, foi de entrevistas com homens brancos, seguido de homens negros, que aparecem com frequência nos telejornais do Jornal Nacional, da Record e, por último, da Cultura. Na sequência aparecem as mulheres brancas, entrevistadas em todos os telejornais, e por último as mulheres negras, ouvidas em apenas dois noticiários.

É importante destacar que dentre as autoridades eleitas para falarem sobre o caso no dia 20 de novembro, houve a predominância de delegados e delegadas, além do governador do estado. Não foram procuradas fontes de instituições e dos movimentos negros para comentarem sobre o caso. Quando cruzamos os dados de raça e ocupação, percebemos que grande parte das autoridades entrevistadas eram pessoas brancas (13 de 22). Apenas o Jornal da Cultura escuta duas pessoas negras que ocupam posições de destaque: o reitor da Faculdade Zumbi dos Palmares, José Vicente, e Felipe Freitas, pesquisador do Núcleo de Pesquisa Racial da FGV. Outro dado apurado é que a predominância de pessoas negras entrevistadas é da família e de amigos de João Alberto e, muitas vezes, a única mulher entrevistada é a viúva, Milena Borges Gonçalves.

No dia 21 de novembro de 2020 há uma predominância de homens e mulheres negras porque é o dia em que as matérias se reportam ao enterro de João Alberto, entrevistando familiares, amigos e artistas que fizeram a inscrição da frase “Vidas Pretas Importam”, na Avenida Paulista.

Com reavaliação ao tempo de exibição dos programas, houve uma cobertura muito mais longa do que normalmente acontece nos telejornais, cujas matérias tem, em média, 2 minutos. No dia 20 de novembro de 2020 as reportagens oscilaram de 4 a 23 minutos e, no dia 21 de novembro, de 5 a 15 minutos, com destaque para as coberturas do Jornal Nacional e do Jornal da Cultura, respectivamente. Nos dois dias o assunto esteve nas manchetes dos telejornais e das notícias exibidas no primeiro bloco. *Ver GRÁFICO 6 na página 383.*

Considerações Finais

O título deste artigo traz uma pergunta, motivadora dessa pesquisa: *os assassinatos de George Floyd e João Alberto reposicionaram o tema racial na mídia hegemônica? Uma pergunta que não quer calar.* Ao final da pesquisa e diante dos vários dados apurados, a nossa resposta é não. Pelo menos, nas mídias, veículos e períodos por nós selecionados.

Constatamos que a maioria dos telejornais teve uma intenção, típica do jornalismo: a de informar a sua audiência... Só que a partir de recortes e atravessamentos diversos, decorrentes de processos históricos de exclusão do acesso ao discurso midiático e, também, de hierarquizações e valores dados a vida humana, como discutimos no texto, quando nos referimos a necropolítica e vidas nuas. Esse compromisso com a notícia, no entanto, é carregado de valores, que em alguns casos, dão a essa notícia um viés tendencioso. Senão vejamos:

1) A cobertura do assassinato de Floyd foi iniciada dois dias após a sua morte, quando o fato já estava em âmbito internacional; 2) O crime foi anunciado com um distanciamento temático, como se no Brasil não fosse recorrente casos semelhantes; 3) Algumas emissoras, a exemplo da Globo, tem correspondente nos EUA, mas eles não foram acionados. A cobertura é factual, não gera novas pautas nem a consulta a fontes especializadas; 4) O telejornal que foge do lugar comum é o da TV Cultura, que promove desdobramentos da pauta e consulta fontes especializadas negras; 5) Há uma predominância nos telejornais em não acionar fontes negras. A maioria que aparece, principalmente, nas matérias sobre a morte de João Alberto é de amigos e familiares; 6) A mídia hegemônica faz uma ligação imediata e generalizada de manifestações públicas que registram violência e vandalismo.

Também constatamos que: 7) Muitas fontes negras não tiveram seus nomes inseridos na tela e, inclusive, o nome do supermercado Carrefour não é divulgado nas primeiras matérias sobre o assassinato de João Alberto; 8) Houve uma insistência sensacionalista na repetição das imagens do sufocamento de Floyd assim como das agressões que mataram João Alberto. Com raras exceções - telejornais da Band e da Cultura - as declarações do presidente Bolsonaro, do seu vice, Mourão e do presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, que negam a prática do racismo no Brasil, foram contestadas; 9) Dificuldade em associar os dois crimes a práticas racistas.

Referências

CALEIRO, M. O agravamento do racismo e o papel da mídia. **Observatório da Imprensa**. Disponível em: observatoriodaimprensa.com.br/equidade-racial/o-agravamento-do-racismo-e-o-papel-da-midia. Acesso em: 23/05/2020.

CORRÊA, A. B. T. A vítima da polícia na própria casa que inspirou campanha por justiça. **BBC News Brasil**. Disponível em: bbc.com/portuguese/internacional-54024044. Acesso em: 05/04/2020.

BRANDALISE, V. Carrefour indeniza Januário Alves de Santana vítima de racismo. **Portal Geledes**. Disponível em: geledes.org.br/carrefour-indeniza-vitima-de-racismo. Acesso em: 05/05/2021.

DIJK, T. V. **Discurso e Poder**. São Paulo: Editora Contexto, 2015.

ECHEVERRIA, R. O Nordeste no Jornal Nacional: enquadramentos e organização do conteúdo noticioso. **Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. São Paulo, 2016. Disponível em: portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-1634-1.pdf. Acesso em: 10/06/2018.

GROSFUGUEL, R. Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentaliza. In: COSTA, J. B.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFUGUEL, R. (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Coleção Cultura Negra e Identidades, SP: Autêntica, 2018, p. 55-77.

LAGE, N. Relacionamento do repórter com as fontes: procedimentos e teorias. IX **Compós**: Porto Alegre/RS, 2000. Disponível em: compos.org.br/data/biblioteca_1432.pdf. Acesso em: 29/06/2018.

MBEMBE, A. **Necropolítica, micropoder soberania, estado de exceção, política da morte**. N-1 Edições, 2018.

OLIVEIRA, D. A violência estrutural na América Latina na lógica do sistema da necropolítica e da colonialidade do poder. **Revista Extraprensa**, 11(2). Disponível em: revistas.usp.br/extraprensa/article/view/145010/147020. Acesso em: 23/05/2020.

THE INTERCEPT BRASIL, J. F. theintercept.com/2020/02/23/imprensa-bolsonaro-band-sbt-record-rede-tv. Acesso em: 25/05/2021.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação**. Mass mídia: contextos e paradigmas. Lisboa, Editorial Presença, 1999.

GRÁFICO 1

Fontes ouvidas - 27, 28 e 29 de maio de 2020

Caso George Floyd

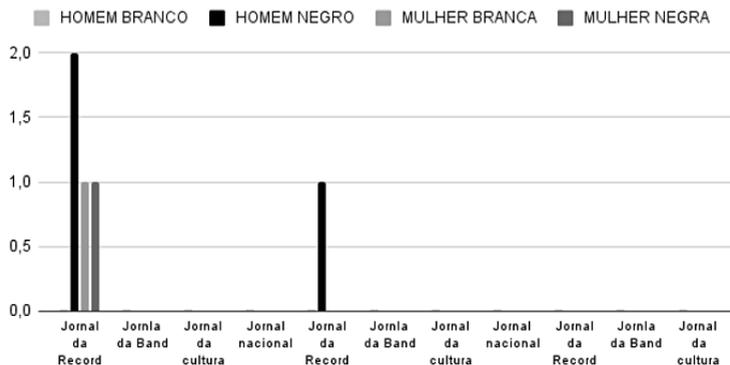
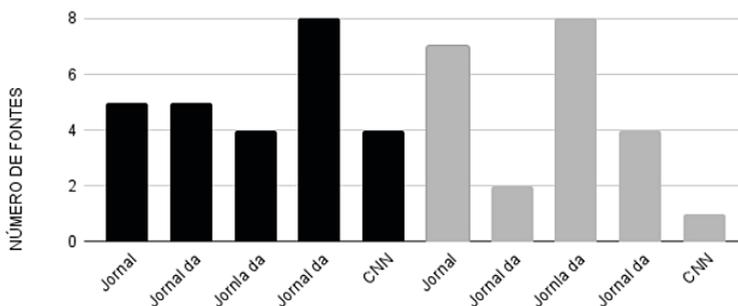


Gráfico produzidos pelas pesquisadoras

GRÁFICO 2

Fontes ouvidas nos dias 20 e 21 de novembro de 2020

Telejornais - Caso João Alberto



TELEJORNAL CINZA ESCURO DIA 20 E CINZA CLARO DIA 21

Gráfico produzidos pelas pesquisadoras

GRÁFICO 3

Pessoas entrevistadas por gênero e raça

Dias 20 e 21 de novembro de 2020

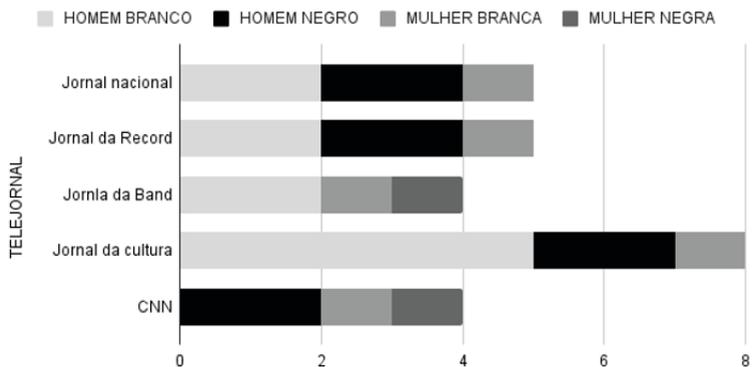


Gráfico produzidos pelas pesquisadoras

GRÁFICO 4

Fontes - Gênero e raça

Caso João Alberto dia 20-11-2020

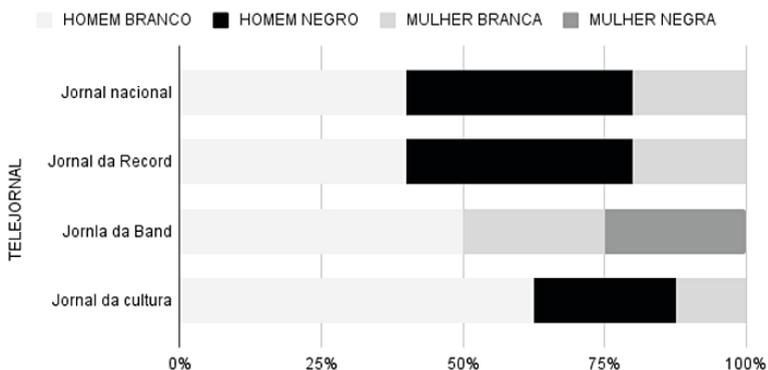


Gráfico produzidos pelas pesquisadoras

GRÁFICO 5

Fontes ouvidas - Gênero e raça

Caso João Alberto dia 21-11-2020

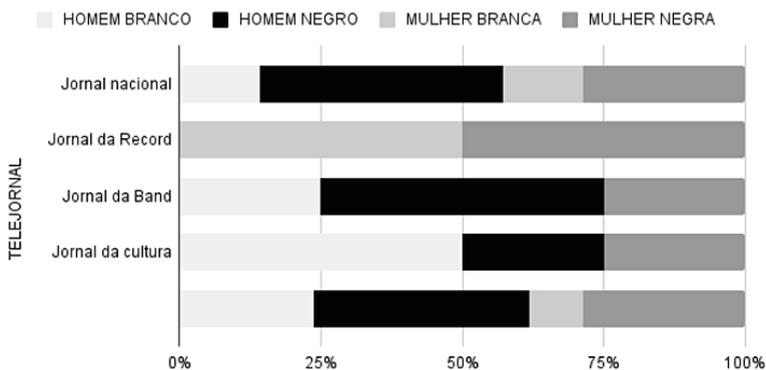


Gráfico produzidos pelas pesquisadoras

GRÁFICO 6

Tempo de exibição das reportagens - Caso João Alberto

Dia 20 - Cinza escuro Dia 21 - Cinza claro

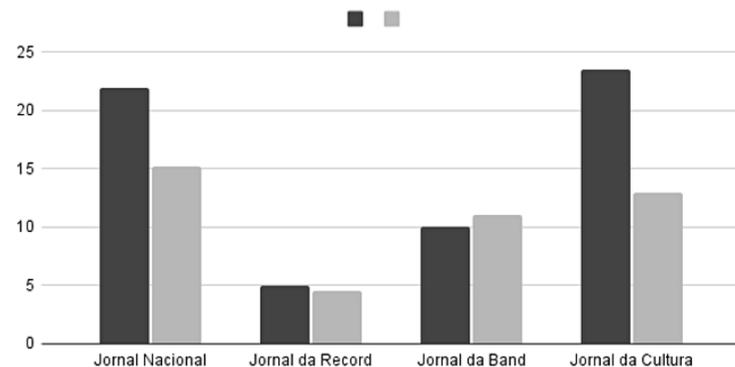


Gráfico produzidos pelas pesquisadoras

Feminismos e Lesbianidades na Comunicação para a Cidadania

Cláudia Lahni

Resumo

O capítulo reflete sobre a presença e ausência de lésbicas na Comunicação, considerando a importância da comunicação para o exercício da cidadania. Para isso, apresenta conceitos de comunicação para a cidadania, relações de gênero, feminismos e lesbianidades, com base em trabalhos de Maria Cristina Mata, Adrienne Rich e outras autoras. Tal presença e ausência também são buscadas em artigos do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Intercom, ao longo dos últimos 20 anos, a fim de apontar achados e lacunas, em busca de contribuir para o conhecimento acumulado sobre os temas e para o direito à comunicação de todas as pessoas.

Palavras-chave: Lesbianidades. Feminismos. Relações de gênero. Comunicação para a cidadania. Comunicação alternativa e comunitária.

“Orgulhe-se. Você é importante”. A mensagem foi publicada no *Facebook* da Revista Alternativa L¹, no dia 5 de 1. [fb.com/RevistaAlternativaL](https://www.facebook.com/RevistaAlternativaL). Acesso em: 07/06/2021;

junho de 2021, acompanhada por várias outras postagens alusivas ao Mês de Celebração do Orgulho LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros). Situada em São Paulo, a Alternativa L é uma revista impressa, feita e voltada para lésbicas, que já tinha e intensificou seu espaço na internet. Também com postagens pela Alternativa L, no dia 17 de maio de 2021, em seu *Facebook*, a Revista Brejeiras² publicou o título “Dia Internacional de Luta Contra a LGBTfobia!” e, junto ao mesmo, breve texto sobre o 17 de maio de 1990, quando a Organização Mundial de Saúde oficializou que a homossexualidade não é doença. “Hoje é dia de afirmar nossas lutas, resistências, amores, desejos e identidades e reivindicar nossos direitos! Seguimos em luta pela despatologização de nossas identidades e pela libertação de nossos corpos”, ressalta o texto da revista, que é impressa, feita no Rio de Janeiro, por e para lésbicas, a qual já tinha e intensificou seu espaço na internet. Ambas as publicações trabalham a visibilidade lésbica, de forma coletiva e sabendo de sua importância. *Ver IMAGEM 1 na página 398.*

Com uma simples busca na internet, é possível conhecer o trabalho da Brejeiras junto ao então mandato e legado da vereadora Marielle Franco (PSOL) – assassinada em 14 de março de 2018, no Rio de Janeiro. Em 2019, a revista recebeu uma moção de louvor e reconhecimento, por parte da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Por sua vez, a Alternativa L tem um espaço na área de Cultura do site da Prefeitura de São Paulo³, o qual é destinado a coletivos do município que trabalham com cultura. Nesse espaço, além de informações gerais sobre a revista, está publicada uma entrevista com a rapper paulistana Luana Hansen⁴. A rapper também está nos espaços da Brejeiras, na

2. fb.com/revistabrejeiras. Acesso em 07/06/2021;

3. spcultura.prefeitura.sp.gov.br/agente/7136. Acesso em 07/06/2021;

4. youtu.be/f1Wut_pEo3k. Acesso em 07/06/2021;

internet, por exemplo, com a notícia de novas gravações e com a notícia de seu casamento com DJ Gia Hansen, que ocorreu em 16 de dezembro de 2018⁵. Ver *IMAGEM 2 na página 399*.

Pra quem vai o seu amém? é nome de canção de Luana Hansen, que também está em título de capítulo do livro *Um dia você vai sentir na própria carne – Afeto, memória, gênero e sexualidade*, da pesquisadora de feminismos e relações de gênero Viviane Mendonça (2020). “Não é só uma música, um *rap*, coisas de jovens, mas a expressão da realidade de dor latejante de grande parte da população LGBT de todas as idades e lugares” sinaliza a autora, que lembra que “estudos, pesquisas e vivências apontam que pessoas ainda estão morrendo assassinadas, espancadas e torturadas nas ruas apenas por serem LGBT” (MENDONÇA, 2020, p. 91-92). O *rap* de Luana e outras jovens apresentam a resistência dessa população. “A resistência é desejo de resistir, de multiplicar nossas redes e de criar novos modos de expressão e de existência, mais comunitárias, igualitárias, afetivas, éticas, estéticas e, evidentemente, políticas”, afirma Mendonça (2020, p. 92). A pesquisadora trata da importância da Universidade, em seu trabalho intervencionista, em prol de uma sociedade menos desigual, ao realizar ensino, pesquisa e extensão nessa perspectiva igualitária. A reflexão – e ação por direitos a todas, todos e todes – se dá a partir de vozes subalternizadas dentro deste sistema de poder. “Estas vozes estão marcadas pelas diferenças de classe, gênero, sexualidade e raça” (MENDONÇA, 2020, p. 135). Ver *IMAGEM 3 na página 399*.

Feminismos e Lesbianidades

Esse trabalho de ação e reflexão, em prol do respeito a todas as pessoas, é desenvolvido e tem sua importância

5. [fb.com/revistabrejeiras/posts/499576153886886](https://www.facebook.com/revistabrejeiras/posts/499576153886886). Acesso 08/06/2021;

reconhecida também por nós, em especial no que diz respeito a mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais e negras. Nisso se encontram os estudos sobre relações de gênero e feminismos. Conforme Daniela AUAD (2003, p.57), “a sociedade constrói longamente, durante os séculos de sua história, significados, símbolos, e características para interpretar cada um dos sexos. A essa construção social dá-se o nome de ‘relações de gênero’”. A fim de questionar tais diferenciações não naturais, mas construídas socialmente através dos séculos e que desvalorizam a mulher, nasce o movimento feminista, movimento político que questiona as relações de poder, opressão e exploração exercidas pelo poder patriarcal, buscando repensar o papel da mulher na sociedade além do ideal “passivo feminino”, na busca por uma sociedade igualitária.

Como lembramos em outro trabalho (LAHNI, C. R.; DORNELLAS, Rafaela C.; AUAD, Daniela, 2017), com toda a luta do movimento feminista por direitos políticos para as mulheres (uma das principais características da primeira onda do movimento), contra a violência e por direitos reprodutivos e sexuais (segunda onda), ainda há muito a conquistar. As mulheres sofrem com a violência física, psicológica, simbólica, ganham menos que os homens e têm baixa participação na política – o que é visibilizado também pelo *rap* de Luana Hansen (“Lute, grite e denuncie pelo fim da violência contra a mulher”). No Brasil, a baixa participação da mulher na política foi mais agravada com o absurdo *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, em agosto de 2016. Dilma foi a primeira mulher a ser eleita presidenta do Brasil e esteve à frente do cargo durante cinco anos. O machismo e a misoginia decidiram por um impedimento, o que está refletido no livro **Mídia, misoginia e golpe** - organizado por Elen Cristina Gerales,

Tânia Regina Oliveira Ramos, Juliano Domingues da Silva, Liliane Maria Macedo Machado e Vanessa Negrini, em 2017.

Ainda quanto às bases teóricas do feminismo, **O segundo sexo**, de Simone de Beauvoir (1970) - 1949 primeira publicação -, marca a primeira onda. Na segunda, temos **A mística feminina**, de Betty Friedman. Nessa época, começou-se a utilizar o termo gênero, definido também por Scott (1989, p. 21), como “um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, uma forma primeira de significar as relações de poder”. Lembramos que a terceira onda do feminismo teve seu início durante a década de 1980, quando começaram discussões sobre os paradigmas estabelecidos nas outras ondas. Feministas da terceira onda traziam críticas sobre como o discurso universal pode ser excludente, uma vez que as opressões atingem a diferentes mulheres. Kimberlé CRENSHAW (1989) afirma que a representação de apenas um tipo de ponto de vista não reflete as experiências de diferentes mulheres, uma vez que “o fato de ser mulher racializada é também relacionado à classe e ao gênero”.

Expandindo os temas feministas na busca pela inclusão de diferentes grupos de mulheres, a terceira onda feminista ampliou suas fronteiras, abrangendo conceitos como consubstancialidade (Kergoat, 2010) e interseccionalidade (Crenshaw, 2012), e, também, teorias como a Teoria Queer, proposta por Judith Butler em **Gender Trouble**, que enfatiza que o gênero não é uma verdade biológica, e sim um sistema de construção social das subjetividades. Por sua vez, Danièle Kergoat entende que as relações sociais são consubstanciais. Segundo KERGOAT (2010, p. 2), “as relações sociais são coextensivas: ao se desenvolverem, as relações sociais de classe, gênero e ‘raça’ se reproduzem e se coproduzem mutuamente”. A interseccionalidade é um

instrumento de análise que propõe levar em consideração as múltiplas fontes da identidade. Kimberlé Crenshaw (2012, p. 54) focaliza as intersecções da raça e gênero, as abordando junto à classe e sexualidade.

Lembramos que, com a existência da violência contra a mulher ainda hoje, às mulheres lésbicas recai a diferença hierarquizada do feminino (sempre em relação ao masculino como padrão hegemônico) e, soma-se a isso, a desigualdade relativa à homossexualidade. Segundo os padrões sociais, “duplamente desviantes, porque não homem e não heterossexual, as mulheres lésbicas sofrem, na maior parte do tempo, dupla discriminação, específicas desigualdades e muita invisibilidade” (AUAD; LAHNI, 2013, p. 157). Entre outras autoras do feminismo lésbico, temos especialmente refletido a partir do trabalho de Adrienne Rich.

Ao apontar que a “existência lésbica inclui tanto a ruptura de um tabu quanto a rejeição de um modo compulsório de vida”, Adrienne Rich coloca a lesbianidade como “um ataque direto e indireto ao direito masculino [segundo bases da sociedade patriarcal] de ter acesso às mulheres”, assim como uma maneira de expressar, sob a forma de um ato de resistência, recusa ao patriarcado (RICH, 2010, p. 36). A pesquisadora ressalta a destruição de registros, memória e cartas que documentavam as realidades da existência lésbica, o que é parte de uma ação contínua e sistematizada contra todas as mulheres como um grupo, e especialmente contra as lésbicas, uma vez que estas mulheres são a recusa ao patriarcado. Ao existirem sem se relacionarem sexualmente com homens são, *per si*, resistência. Nesse sentido, Rich menciona a importância da pesquisa e da teoria feminista que apresentem visibilidade para as lésbicas, pois tal visibilidade, acrescentamos, fortalece as possibilidades

de liberdade e de autonomia para todas as mulheres. Tais reflexões nos remetem à importância da visibilidade, da comunicação e do exercício do direito à comunicação. Junto ao direito à comunicação, estudamos e buscamos para todas a cidadania comunicativa.

A teórica argentina Maria Cristina Mata cunhou o conceito de Cidadania Comunicativa, a qual diz respeito à necessidade do exercício do direito à comunicação para a cidadania efetiva, na sociedade atual. Ela salienta a importância da comunicação, em especial, para aquelas/es que são silenciados/as, na América Latina, as/os quais, “muitas vezes, são silenciados por confrontarem o sistema hegemônico, pensarem de maneira distinta ou adotarem modos de vida que não são reconhecidos como legítimos pelo sistema dominante” (Mata, 2010, p. 34). Mata destaca como fundamental a existência da comunicação a partir de grupos minoritários, do movimento social popular, e defende a adoção de leis e políticas públicas para o acesso à comunicação democrática:

La articulación entre derechos de comunicación y derechos en general es una conciencia a generar y potenciar, un lugar desde el cual pueden empezar a identificarse los silencios socialmente existentes; un lugar desde el cual poder reunir y hacer productiva la insatisfacción de grandes capas del público que sigue consumiendo los medios existentes – porque no hacerlo significa quedar fuera de la sociedad de nuestro tiempo – pero que si lo crey ese posible alentaria y apoyaria transformaciones (MATA, 2010, p. 34).

Lésbicas e Comunicação para a Cidadania

A crítica de Maria Cristina Mata a “los medios existentes” diz respeito aos meios de comunicação de massa, mídia massiva,

grande imprensa. Nesta conjuntura, quando as lésbicas estão no noticiário, como fonte, pauta, entrevistada, entrevistadora? Que imagens temos das lésbicas na TV, cinema, jornais, revistas, internet? Temos refletido e explanado, ao pensar sobre este quadro, como lésbicas-feministas, que trabalham pesquisa, ensino e extensão sobre relações de gênero, na Comunicação e na Educação, e consideramos importante saber dessas imagens, de sua conjuntura e do retrato do tema na Academia – a partir de congressos científicos –, já que as discussões presentes em tais eventos serão refletidas em cursos de graduação e pós-graduação de Jornalismo e Comunicação.

Sobre isso, no livro **Páginas de transgressão: a imprensa gay no Brasil**, organizado por Paulo Souto Maior e Fábio Ronaldo da Silva (2021), publicamos capítulo com a divulgação de um levantamento e análise de trabalhos apresentados, em 2015, no Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Intercom (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação), no Grupo de Trabalho Comunicação e Cidadania do Encontro Nacional da Compós (Associação de Programas de Pós-graduação em Comunicação), no GT de História da Mídia Alternativa no Encontro Nacional de História da Mídia e na Conferência Brasileira de Mídia Cidadã. Buscamos verificar se os textos selecionados tematizavam a comunicação de lésbicas (Lahni e Auad, 2021). O resultado nos dá conta de quase ausência total do enfoque em mulheres lésbicas nos trabalhos de 2015, nos eventos acadêmicos citados. Como exemplo, mencionamos os dados de pesquisa referentes ao GP Comunicação para a Cidadania – grupo da presente publicação, que completa 20 ou 31 anos de existência, conforme diferentes marcas iniciais do mesmo.

Em 2015, quando da comemoração dos 40 anos do Ano Internacional da Mulher e de 20 anos da 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher, o GP Comunicação para a Cidadania contou com 71 trabalhos na programação do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom Nacional), ocorrido no Rio de Janeiro, na Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 4 a 7 de setembro⁶. Esses artigos foram apresentados em oito diferentes sessões, sendo uma intitulada Cidadania, Mídia e Relações de Gênero. Quanto à autoria, foram 63 mulheres e 26 homens. Do total, encontramos 14 artigos sobre gênero. Apesar da maioria de autoras mulheres, o termo feminismo aparece no título de apenas um dos 14 artigos; nas palavras-chave, o termo feminismo aparece em dois artigos; os mesmos artigos incluem os termos mulher e mulheres entre as palavras-chave. Destacamos que oito artigos versam sobre comunicação e população LGBT, sendo apenas um sobre mulheres trans. Em meio aos outros sete artigos, as lésbicas são mencionadas em dois trabalhos, mas sem ser o foco principal de nenhum. A palavra lésbica, por vezes, sequer está no significado da sigla LGBT descrita nos artigos. Assim, percebemos a ausência de trabalhos sobre comunicação e lésbicas, no GP Comunicação para a Cidadania da Intercom, em 2015, o que certamente aprofunda a invisibilidade das lésbicas.

Trabalhamos pela mudança de tal quadro e, ainda que com poucos trabalhos sobre comunicação e relações de gênero, no Congresso Nacional de Ciências da Comunicação (Intercom Nacional), no GP Comunicação para a Cidadania, em 2020, destacamos os trabalhos apresentados por Régis Moreira (2020)

6. Disponível em: portalintercom.org.br/eventos1/congresso-nacional/20151. Acesso em: 17/02/2018.

– *Meu amor, Londrina é trans e travesti*”: O midiatravismo como desdobramento da comunicação popular e comunitária, na reparação histórica de protagonistas “T” do Norte Pioneiro do Paraná (que apresenta e reflete sobre Projeto de Extensão desenvolvido a partir da Universidade Estadual de Londrina com transexuais e travestis) – e por Paula Évelyn Silveira Barbosa (2020) – *Imprensa Lésbica no Brasil: Memórias lesbianas e contribuições ao jornalismo* (que reflete sobre a trajetória de periódicos lésbicos brasileiros que circularam entre 1981 e 1995). Assim, ressaltamos a importância desses trabalhos e de termos mais enfoque na comunicação e lesbianidade, lembrando que dessa forma, com dados de pesquisa, influenciaremos também o ensino e, portanto, a produção de jornalismo e comunicação – neste caso, em contribuição à cidadania de mulheres lésbicas, bissexuais e transexuais.

Ao buscar contribuir com conhecimento acumulado sobre estes temas e, ao mesmo tempo, contribuir para a visibilidade e cidadania das lésbicas, bissexuais e de todas as mulheres, desenvolvemos investigação sobre a pesquisa e o ensino da comunicação e relações de gênero, refletindo sobre o espaço da mulher lésbica na graduação e prática do jornalismo. Temos também verificado, conforme já mencionamos aqui, como é a mídia de organizações de mulheres lésbicas e bissexuais, em grupos do movimento lésbico. A exemplo do que é apontado por Mendonça (2020), no trabalho por nós realizado fazemos pesquisa, ensino e extensão entendendo a importância da Universidade se posicionar e ter ações contra a desigualdade. Nessa direção, consideramos necessário o registro acadêmico e científico das publicações alternativas citadas, especialmente, no início deste capítulo e agora.

Alternativa L e Revista Brejeiras

As revistas *Brejeiras* e *Alternativa L* são publicações alternativas voltadas para as mulheres lésbicas; a primeira (com página em forma ofício), em 2019 (como apresentamos no Mídia Cidadã) estava em seu ano 2 e é feita no Rio de Janeiro. A segunda publicação, aqui citada, está em seu ano 5 (tem formato de página meio ofício) e é feita em São Paulo, sendo que ambas – impressas e periódicas – apresentam artigos e reportagens sobre memória do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), atualidade e a importância da visibilidade lésbica. As revistas são impressas, coloridas, e têm espaço em mídias sociais, como *blogs*, *Facebook* e *Instagram*, especialmente para divulgação; a distribuição de ambas as publicações se dá em bancas, em eventos e para endereços físicos. Entendemos que reflexões sobre gênero, feminismos (Daniela Auad, 2003) e mídia alternativa (Elisabeth Cardoso, 2004) podem contribuir para a visibilidade e o exercício do direito à comunicação das lésbicas. E as revistas aqui enfocadas tem tal ação de visibilidade das mulheres lésbicas. *Ver IMAGENS 4 e 5 nas páginas 400 e 401.*

No atual período de pandemia da Covid-19 (iniciado no Brasil em março de 2020), que indicou a necessidade do isolamento social como principal forma de prevenção da doença, percebemos um aumento do número de publicações no *Facebook* de ambas as revistas. Agora, especialmente com informação e formação sobre visibilidade lésbica e outros temas relacionados. Entendemos que a *Alternativa L* e a *Brejeiras*, tanto em suas versões impressas quanto na Internet, se apresentam como importantes representantes da comunicação de lésbicas, na atualidade, garantindo um espaço significativo de visibilidade e de exercício do direito à comunicação. Tal registro, aqui mostrado, quer também contribuir com o

conhecimento acumulado e, principalmente, com a memória e a cidadania das lésbicas, do feminismo lésbico e do continuum apontado por Adrienne Rich.

Referências

AUAD, D. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

AUAD, D.; LAHNI, C. R. Diversidade, Direito à Comunicação e Alquimia das Categorias Sociais: da anorexia do slogan ao apetite da democracia. *Eptic*. Sergipe, v. 15, n.3, p. 117-130, set./dez. 2013. Disponível em: seer.ufs.br/index.php/eptic/article/viewFile/1360/1361. Acesso em: 20/06/2021.

BARBOSA, P. É. S. Imprensa Lésbica no Brasil: Memórias lesbianas e contribuições ao jornalismo. In: **Anais do Congresso Nacional de Ciências da Comunicação – Intercom, Salvador, 2020.**

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

CARDOSO, E. Imprensa feminista brasileira pós-1974. **Estudos Feministas.** Florianópolis: UFSC, vol. 12, set-dez/2004, p.37-55.

CRENSHAW, K. A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero. **Cruzamento: raça e gênero.** Brasília: Unifem, v. 1, n. 1, p. 7-16, set. 2012. Disponível em: acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em: 15/06/2016.

KERGOAT, D. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Revista Novos Estudos.** São Paulo, n.86, pp.93-103, 2010. Disponível em: scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf. Acesso em: 02/09/2016.

LAHNI, C. R.; AUAD, D. Lésbicas na Mídia: presenças e ausências em trabalhos de eventos acadêmicos. In: MAIOR, P. S.; SILVA, F. R. (Org.). **Páginas de Transgressão: a imprensa gay no Brasil**. 1ª. ed. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2021, v. 1, p. 49-74.

LAHNI, C. R.; AUAD, D. Relações de gênero e exercício de direitos: o que contam os trabalhos do Comunicação para a Cidadania no ano de 2005. In: LAHNI, C.R., LACERDA, J.S.(orgs.). **Comunicação para a Cidadania: objetos, conceitos e perspectivas**. São Paulo: Intercom, 2013, p. 111-129.

LAHNI, C. R.; DORNELLAS, R. C. ; AUAD, D. Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Negras na prisão: Direito à Comunicação e Feminismo Interseccional, em uma análise de Orange Is The New Black. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 2018, Florianópolis. **Anais do XI Seminário Internacional Fazendo Gênero**. Florianópolis: UFSC, 2017. v. 1. p. 1-12.

MAIOR, P. S.; SILVA, F. R. (org.). **Páginas de Transgressão: a imprensa gay no Brasil**. 1ª. ed. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2021.

MATA, M. C. “Os silenciados e a comunicação na América Latina”. In: **Eco Debate**. Entrevista Especial com Maria Cristina Mata. Publicada em 18 de fevereiro de 2010 Disponível em: ecodebate.com.br/2010/02/18/os-silenciados-e-a-comunicacao-na-america-latina-entrevista-especial-com-maria-cristina-mata. Acesso em 14 e 21/10/2019.

MENDONÇA, V. M. **Um dia você vai sentir na própria carne – Afeto, memória, gênero e sexualidade**. Jundiá, Paco Editorial, 2020.

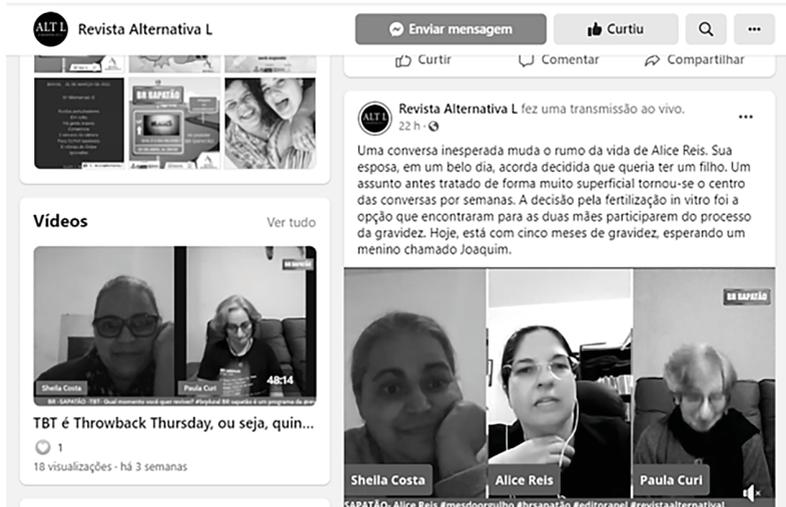
MOREIRA, R. Meu amor, Londrina é trans e travesti”: O midiatravismo como desdobramento da comunicação popular e comunitária, na reparação histórica de protagonistas “T” do Norte Pioneiro do Paraná. In: **Anais do Congresso Nacional de Ciências da Comunicação – Intercom, Salvador, 2020**.

Feminismos e Lesbianidades na Comunicação para a Cidadania

RICH, A. "Heterossexualidade compulsória e existência lésbica". Bagoas. Natal: UFRN, p. 17-44, n. 5, 2010.

SCOTT, J. *Gênero: Uma Categoria Útil Para Análise Histórica*. Nova York: Columbia University Press, 1989. Disponível em: observem.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf. Acesso: 15/06/2016.

IMAGEM 1



Print do Facebook da Revista Alternativa L (acesso no dia 18/06/2021)

IMAGEM 2



Print do Facebook da Revista *Brejeiras* (acesso em 18/06/2021)

IMAGEM 3



Print de publicação da Revista *Brejeiras*, em seu Facebook, no dia 16 de dezembro de 2018 (acesso em 18/06/2021)

IMAGEM 4



Capa da Revista *Alternativa L* de abril de 2019

IMAGEM 5



Capa da Revista Brejeiras de agosto de 2018

Movimento indígena brasileiro e redes comunicacionais: história, resistência e mobilização

Lucas Milhomens

Resumo

Os movimentos e organizações indígenas brasileiros têm ganhado destaque nos últimos anos ao se tornarem protagonistas de importantes lutas. Pautas relacionadas ao meio ambiente, a preservação de seus territórios, culturas e modos de vida são cada vez mais comuns, tanto nos noticiários da grande mídia como em redes “alternativas” de comunicação. Entidades como a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) têm construído uma significativa parceria junto a vários sujeitos sociais distintos, no intuito de fortalecer suas lutas e reivindicações. O presente trabalho é uma reflexão teórico-empírica com o objetivo de apontar a relação entre as organizações do movimento(s) indígena(s) e as redes comunicacionais contemporâneas. Observamos que inúmeros grupos e entidades têm se apropriado de plataformas informacionais e suas “novas” linguagens. Concomitante a

isso, há uma (re)valorização de aspectos relacionados a cultura, ancestralidade e modos de vida, elementos importantes para compreender as lutas e resistências dos povos indígenas do Brasil na atualidade e o fortalecimento de suas redes de mobilização.

Palavras-chave: Movimento Indígena Brasileiro. Comunicação. Resistência. Redes de mobilização.

Sobrevoos pelo Latino-americano indígena

Os povos indígenas existentes no continente americano passaram por um sistemático processo de destruição de suas culturas, territórios e meios de vida ao longo de séculos a partir do início do processo de colonização europeia. Das inúmeras interpretações sobre a temática, concordamos com os argumentos de Bosi (1992, p. 15) ao assinalar que “a colonização é um projeto totalizante cujas forças motrizes buscam ocupar um novo chão, explorar seus bens e submeter seus naturais”. Essa “submissão” foi um dos pontos mais nefastos do referido processo que oficialmente começou no continente em meados do século XVI, com a chegada dos primeiros europeus ao “Novo Mundo”. Uma de suas principais características foi a implantação de “estilos violentos de interação social”, que ao mesmo tempo brutalizavam e retrocediam em “formas cruentas o cotidiano vivido pelos dominados”.

Nas últimas décadas, a questão indígena na América Latina começou a ser tratada de forma prioritária pelos governos de seus respectivos países, menos pela preocupação em resolver problemas seculares relacionados a essas populações, e mais pelo reordenamento geopolítico da economia mundial, onde a exploração dos recursos naturais se tornam, cada vez mais, fundamentais para girar a mola do sistema capitalista global.

Voltado, principalmente, à exigência da extração maciça de *commodities* (minérios, água, petróleo, gás, madeira etc.). Recursos estes concentrados, em sua grande maioria, nos territórios indígenas ou próximos a eles.

A Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) apresentou, em 2013, o documento *Los Pueblos Indígenas em América Latina*¹, destacando a existência de 826 etnias na região, totalizando aproximadamente 45 milhões de pessoas, 8% dos habitantes da América Latina. Os países com o maior número de povos em seus territórios são México (78), Peru (85), Colômbia (102) e Brasil (305). Segundo esse relatório, os indígenas estão entre as populações mais desfavorecidas do mundo, com uma expectativa de vida 20 anos menor que a média mundial. Essas estatísticas estão relacionadas diretamente à perda sistemática de seus territórios, à perseguição constante a seus modos de vida e ao contínuo extermínio de suas populações como alguns dos elementos que mais os ameaçam.

Em setembro de 2014 foi realizada, pela Organização das Nações Unidas (ONU), a I Conferência Mundial dos Povos Indígenas², um evento que reuniu mil delegados de vários países para discutir as temáticas relacionadas a essas populações. Uma questão que se destacou durante a Conferência foi o relato das lutas dos indígenas do continente para preservar suas terras de ameaças relacionadas aos projetos de “desenvolvimento” e extração de recursos naturais.

Uma questão se tornou central para compreender a problemática indígena na atualidade: o debate sobre o futuro

1. Disponível em: cepal.org/cgibin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/1/53771/P53771.xml&xsl=/publicaciones/ficha.xsl&base=/publicaciones/top_publicaciones.xsl. Acesso em: 21/11/2014.

2. Disponível em: nacoesunidas.org/primeira-conferencia-mundial-dos-povos-indigenas-comeca-nesta-segunda-feira-22/. Acesso em: 06/08/2016.

dessas populações e sua relação direta com o modelo de desenvolvimento que vários países do continente têm adotado. O que se tem visto, do ponto de vista social, cultural, econômico e político, até o presente momento, é uma incessante e secular expropriação seguida de um etnocídio e, por consequência, do genocídio dessas populações. Fenômeno reavivado nas últimas décadas, impulsionado a partir de novos elementos econômicos, institucionais, jurídicos e políticos. Um exemplo concreto dessa relação conflituosa do modelo de exploração capitalista ora apresentado, foi a criação da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA)³, um conjunto de programas e projetos governamentais de países da América do Sul que visava promover investimentos maciços na construção de grandes projetos de infraestrutura, sobretudo no campo energético, visando a produção e o escoamento de diversas *commodities*, o que gerou inúmeros impactos socioambientais em toda a região, afetando, sobretudo, povos indígenas e tradicionais.

Em outra direção, importantes problematizações foram desenvolvidas por Mariátegui (1928), Bello (2004), Quijano (2005) e Stavenhagem (1997), sobretudo no que se refere a realocar essas populações do lugar de dominados e colonizados, para protagonistas nos processos de emancipação e autonomia na América Latina, como assinala Cunha (2012), construtores de sua própria história. Nesse sentido, o conjunto diverso de povos indígenas e a amplitude de suas ações configuram algumas das características para a compreensão de seus repertórios de luta, que vão desde a pauta por reconhecimento de seus territórios, preservação de suas culturas, ineditismo das ações coletivas, apropriação tecnológica de ferramentas e processos

3. Disponível em: diplomatieque.org.br/20-anos-da-iirsa-na-america-do-sul-quem-esta-comemorando-agora/. Acesso em: 08/06/2021.

comunicacionais e mediações em espaços de representatividade no âmbito nacional e internacional.

Um dos exemplos dessa centralidade se materializa na resistência dos indígenas à invasão e exploração de suas terras, gerando um fortalecimento identitário autônomo, construindo novos processos e repertórios de luta. Segundo Stavenhagem (1997), esses povos são os “novos atores políticos e sociais” da América Latina:

Os povos indígenas têm surgido como novos atores políticos e sociais na América Latina. Com isto queremos dizer que os índios estão se tornando sujeitos ativos em vez de continuar sendo objetos passivos da mudança histórica. Algo mudou nas circunstâncias das populações indígenas, algo está mudando na relação entre estado e povos indígenas, antigas reivindicações e novas demandas estão se juntando para forjar novas identidades, novas ideologias estão competindo com velhos paradigmas estabelecidos, as teorias de mudança social, da modernização e da construção nacional estão sendo reexaminadas à luz da chamada “questão étnica”, tão ignorada e desprezada durante tanto tempo, e por último, a mudança da maneira de fazer política em torno da problemática indígena (STAVENHAGEM, 1997, p. 7).

Tal atuação é resultado de um longo processo de conflitos socioambientais que se acirraram nas últimas décadas. A ascensão e queda dos regimes militares na região, a orientação neoliberal desses governos e os que os sucederam, além de uma incompreensão das demandas das populações indígenas por parte de movimentos sociais “tradicionais”⁴, foram alguns dos fatores que provocaram uma necessária (re)organização dos

4. Aqui nos referimos aos movimentos sociais de matriz classista, voltados, prioritariamente, a luta de classes e aos fenômenos relacionados ao “mundo do trabalho”.

grupos indígenas em toda a América Latina. Para Bello (2004, p. 34), questões relacionadas ao reconhecimento identitário e construção da autonomia por parte dos indígenas geraram “diferentes níveis que expressam uma pluralidade de planos de ação, em distintos momentos, com diversas formas de organização e liderança, assim como estratégias e discursos”. Para o autor (Bello, p. 35), as lutas dos indígenas são “produto dos intercâmbios, conflitos e negociações que os sujeitos estabelecem através de redes de solidariedade e produção de significados culturais”.

Neste contexto, como foco central do presente trabalho, o Brasil, país com maior diversidade étnico-racial do mundo, tem importantes exemplos ligados aos povos indígenas e suas entidades organizativas, algumas das quais analisaremos nas linhas a seguir.

Movimentos e organizações indígenas no Brasil: história e atualidade

As lutas dos povos indígenas no Brasil são a materialização da resistência contra seu próprio extermínio pelas mãos da violência levantada por diferentes algozes ao longo de séculos. Segundo Florestan (1989), havia, pelo menos, três formas de resistir ao processo de colonização empreendido a partir do primeiro contato entre brancos e indígenas. “A preservação da autonomia tribal por meios violentos, [...] a submissão, em que os indígenas assumiam a condição de aliados ou escravos, e a preservação da autonomia tribal por meios passivos através de migrações para o interior”.

Para Ortolan Matos (2006), os indígenas brasileiros só começaram a se articular de forma unificada a partir da década

de 1970, como um “movimento pan-indígena de organização pluriétnica em defesa de direitos dentro do Estado brasileiro”. Ações essas que foram apoiadas pela Igreja Católica, mais especificamente por sua ala progressista, ligada à Teologia da Libertação⁵, que contribuiu para que “os grupos indígenas identificassem a estrutura de poder da sociedade nacional”. Formulando, a partir desse período, pautas comuns e construindo um movimento nacional que resultou na criação da União das Nações Indígenas (UNI), em 1980. Uma importante entidade criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi o Conselho Indigenista Missionário (Cimi)⁶, órgão religioso responsável pela atuação direta com os povos indígenas e suas principais demandas.

Outro marco histórico para o movimento das organizações indígenas brasileiras foi a promulgação da Constituição de 1988, garantindo aos povos tradicionais e indígenas o direito a “organização social, costumes, línguas, crenças e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (Constituição Federal, Cap. VIII, Art. 231). Nesse cenário, um relevante ato marcou a luta dos povos indígenas para assegurar seus direitos constitucionais. Foi o discurso feito pelo líder indígena Ailton Krenak no Congresso Nacional⁷, pintando seu rosto de preto durante sua fala, protestando, simbólica e midiaticamente, para assegurar os direitos das populações tradicionais e indígenas na nova Constituição que emergia.

5. Movimento da Igreja Católica nascido na América Latina a partir do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín (em 1968), fazendo uma interpretação do evangelho a partir das contradições do capitalismo com ênfase na luta de classes;

6. Disponível em: cimi.org.br/o-cimi/. Acesso em: 01/06/2021;

7. Disponível em: <https://youtu.be/TYICwl6HAKQ>. Acesso em: 01/06/2021;

No mesmo contexto, em 1989, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) aprovava a Convenção 169, visando assegurar direitos aos povos indígenas em seus respectivos países. Mais tarde, em 2007, foi aprovada a Declaração das Nações Unidas sobre o Direito dos Povos Indígenas⁸, esforço coletivo que envolveu vários países, lideranças, entidades e movimentos ligadas a essas populações.

Oliveira e Freire (2006, p. 96) contam que a conjuntura naquele momento era bastante favorável ao surgimento de novas entidades ligadas à questão indígena e à proteção do meio ambiente, com a decisão formal de agências internacionais em destinar recursos a “comunidades-alvo”, onde “organizações indígenas passaram a apresentar-se como as mais adequadas postulantes de projetos de desenvolvimento e de proteção ambiental”. Essas organizações começaram a ter visibilidade e a participar de reuniões e fóruns internacionais, principalmente articulados pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Segundo Niezen (2003), essa foi uma mudança paradigmática das ações coletivas empreendidas por povos tradicionais e indígenas em todo o mundo. Ao mesmo tempo em que os Kaiapó brasileiros protestavam em reuniões com autoridades nacionais e internacionais contra a construção de um grande Complexo Hidrelétrico que iria atingir suas comunidades, os Cree canadenses participavam de vários fóruns internacionais denunciando as consequências de um novo projeto hidrelétrico na Baía de James, ao norte da Província do Québec.

Tais movimentos e protestos ecoavam em espaços oficiais e constrangiam as autoridades de seus respectivos países. Além

8. Disponível em: un.org/esa/socdev/unpfii/documents/DRIPS_pt.pdf. Acesso em: 02/06/2021;

disso, a pauta das organizações indígenas foi amplificada pelas novas ferramentas comunicacionais advindas com a Internet, mobilizando sujeitos políticos em todo mundo e articulando parcerias que se materializavam em outras lutas, fazendo com que novas formas de mobilização fossem utilizadas, promovendo o que o autor denomina de “*politics of embarrassment*”, ou seja, uma política de constrangimento às autoridades constituídas.

Essa estratégia surge a partir de características comuns de um “movimento internacional dos povos indígenas”, o qual, apesar da diversidade de suas culturas e regiões, começava a compreender que, além dos protestos em seus territórios e países, eram necessárias estratégias midiáticas divulgando suas causas e denúncias públicas em fóruns internacionais de grande repercussão mundial, utilizando, além da participação presencial nesses eventos, uma mobilização ampla e diversificada.

Para atingir esse objetivo e construir um “movimento internacional dos povos indígenas”, uma rede de colaboradores foi formada por vários grupos sensíveis a temática, como, por exemplo, organizações não governamentais e outras entidades do gênero. Além disso, uma série de eventos internacionais de grande visibilidade (sobretudo articulados pela Organização das Nações Unidas - ONU) foram importantes para colocar a questão “dos povos tradicionais, autóctones e indígenas” em evidência nos principais setores da opinião pública mundial.

A relação dessas organizações com a mídia (tradicional e, principalmente, alternativa) foi fundamental para ampliar sua visibilidade em outras esferas. Além dos encontros entre lideranças indígenas e autoridades políticas, um evento em específico foi o marco das discussões sobre meio ambiente e a defesa de populações tradicionais em todo o mundo: a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente,

realizada no Rio de Janeiro, em 1992, que ficou conhecida como “Cúpula da Terra” ou “ECO 92”.

Atualmente, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), o país possui 305 povos indígenas (etnias), que falam 274 línguas, aproximadamente um milhão de pessoas, quase metade desse número localizada na região amazônica, em áreas urbanas e territórios oficiais. Nesse sentido, a Amazônia é lócus dos principais conflitos socioambientais envolvendo as organizações e os movimentos indígenas. O motivo: ser a maior e mais cobiçada região que abriga as principais fontes de recursos naturais do planeta.

Dados do Instituto Socioambiental (2009) analisam uma sobreposição de ameaças aos povos indígenas em decorrência de uma série projetos que estão sendo desenvolvidos na região. Atividades essas que vão desde o desmatamento florestal, criação de gado em larga escala, produção de soja e outras monoculturas, construção de grandes rodovias, projetos de mineração, garimpos ilegais, exploração de combustível fóssil e a construção de barragens em leitos de importantes rios amazônicos. Um símbolo desta ameaça é o maior empreendimento de construção unicamente brasileira: a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no estado do Pará.

Belo Monte e as organizações indígenas

A história do projeto de Belo Monte e posterior construção se confunde com a própria formação e organização indígena do Brasil contemporâneo. As controvérsias em relação à obra datam da década de 1970, pelo então Governo Militar, quando o projeto ainda era chamado de Hidrelétrica de Kararaô⁹.

9. Grito de guerra na língua Kaiapó;

Desse modo, aconteceu, em 1989, o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, no município de Altamira, estado do Pará. Com a participação de cerca de três mil pessoas. A repercussão internacional do evento tomou grandes dimensões. Depois de uma série de denúncias amplificadas por entidades e jornalistas que faziam a cobertura internacional do evento, o Banco Mundial (à época financiador do empreendimento) retirou o empréstimo dado ao Governo Federal para a construção da obra. Pela primeira vez na história recente do Brasil o movimento indígena organizado havia conseguido barrar um dos maiores projetos de infraestrutura já planejados para a região amazônica até aquele momento.

Durante o evento um gesto tornou-se símbolo da luta dos povos originários em todo o Brasil. Tuíra (ou Tuíre), uma indígena Kaiapó, indignada com a situação que o Governo Federal vinha conduzindo a questão até aquele momento, levantou-se com seu facão erguido e foi em direção ao representante governamental, ao discursar em sua língua materna, encostou a lâmina da ferramenta (que naquele momento tornara-se uma arma perigosa) no rosto de seu interlocutor. *Ver IMAGEM 1 na página 429.*

Segundo Sevá Filho (2005), um gesto que inauguraria uma nova forma de atuação dos movimentos indígenas na luta contra os grandes projetos na Amazônia e no Brasil.

Ancestralidade, comunicação e visões de mundo

Existe uma árvore muito presente na região amazônica chamada samaumeira, ou, simplesmente, samaúma (Ceiba pentandra). Seu tronco é formado por enormes raízes tubulares, ocas, conhecidas como sapopemas, fazendo com que sua

circunferência seja enorme (dependendo do tamanho da árvore, são necessárias várias pessoas para abraçá-la). Maior ainda é sua altura, podendo chegar a mais de 80 metros. É conhecida por populações tradicionais e povos indígenas que habitam as florestas tropicais como “árvore-mãe”, destacando-se com protuberância no dossel amazônico. Além disso, suas sementes, envolvidas em uma espécie de pluma natural, voam centenas de quilômetros a partir das correntes de ar que atingem o alto de suas copas, fazendo com que as samaumeiras sejam espalhadas e, posteriormente, brotem em toda a floresta. Reza a lenda, desde tempos imemoriais, que ao caminhar pelas brenhas selvagens, antigas populações batiam em suas raízes expostas, na intenção de produzir sons que ecoavam pela mata, criando, desse modo, códigos e uma forma de comunicação para longas distâncias. Conhecimento que se transformou em um símbolo do potencial comunicativo dos povos tradicionais e indígenas, materializado na frondosa samaúma.

O conhecimento produzido pelas populações indígenas está diretamente ligado à sua visão – ou cosmovisão – de mundo. Nela há um arcabouço milenar que constrói um processo multidimensional de compreensão da vida, em suas várias nuances e aspectos. Mesmo com a imensa diversidade existente de populações originárias (só no Brasil mais de 300), e, por tanto, de perspectivas diversas, sua grande maioria não separa as pessoas do que a cultura ocidental branca chama de natureza, ambos estão imbricados. Antigas populações andinas possuem um termo para isso: o Bem-Viver. Conceito que valoriza a multiplicidade cultural, os conhecimentos ancestrais e, não obstante, rechaça a relação utilitarista com a natureza típica do sistema capitalista, estabelecendo um diálogo entre as dimensões materiais e espirituais da vida (Barranquero-Carretero; Sáez-Baeza, 2015).

No dizer de Escobar (2010), tal perspectiva torna-se esteio para amplas discussões relacionadas aos povos indígenas e sua relação com o mundo ocidental, podendo gerar modelos de auto-organização e alternativas “pós-capitalistas”. Krenak (2019) defende o conceito de “pessoas coletivas”, “células que conseguem transmitir, através do tempo, visões diferentes do mundo”. O autor acredita que os povos indígenas possuem um “vínculo profundo com a memória ancestral”, o que, além de construir e dar significado a suas identidades, fortalece essas populações e as prepara para as lutas cotidianas. O autor é categórico ao afirmar que não há diferença entre natureza e humanidade, ambas são a mesma coisa. “Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza” (p.9-10).

Kopenawa (2015) vaticina o que pode acontecer se não mudarmos a condução da atual perspectiva de desenvolvimento que a humanidade criou para si. A saber: “a queda do céu”.

A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem, os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa. Os espíritos xapiri, que descem das montanhas para brincar na floresta em seus espelhos, fugirão para muito longe. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los e fazê-los dançar para nos proteger. Não serão capazes de espantar as fumaças de epidemia que nos devoram. Não conseguirão mais conter os seres maléficos, que transformarão a floresta num caos. Então morreremos, um atrás do outro, tanto os brancos quanto nós. Todos os xamãs vão acabar morrendo. Quando não houver mais nenhum deles vivo para sustentar o céu, ele vai desabar (KOPENAWA; ALBERT; 2015, p. 6).

Essa perspectiva da relação sociedade-natureza de forma não dicotômica, pode ser percebida em vários povos originários espalhados em todos os continentes. Ela é, em sua essência, um grande alerta do caminho que estamos percorrendo como civilização “capitalista, moderna e ocidental”. Acelerando, a passos largos – caso não haja mudanças estruturais durante esse processo –, para um imenso precipício de onde não haverá retorno. O que estudiosos da teoria social crítica como Mészáros (2009) nomeiam de “crise estrutural do capital”.

Comunicação anticolonial, etnocomunicação e protagonismo indígena

Alinhada a discussão anterior, sobre as possíveis visões alternativas de mundo, a produção comunicacional dos povos indígenas tem se mostrando um exemplo de resistência, luta e originalidade. Antes, consideramos importante destacar as bases que alicerçam a perspectiva comunicacional alinhada ao protagonismo dos movimentos indígenas.

Uma delas é o conceito de colonialidade, que vai muito além de um processo datado, secular, que ficou no “passado”. Ele moldou (e molda) profundamente a América Latina, com especial destaque para sua população indígena. Quijano (2005) faz uma ampla análise dessa questão, elaborando uma original e profunda crítica da “colonialidade do poder”, consolidada a partir da ideia de que o colonizador europeu – e, mais tarde, as instituições capitalistas – eram superiores em todos os aspectos em relação aos “colonizados”. Segundo o autor, uma “categoria mental da modernidade”, que visa legitimar as relações de dominação a partir da justificativa de superioridade, embasada, a priori, em aspectos étnico-raciais.

Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados [...] desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. (QUIJANO, 2005, p. 118).

Indo ao encontro desta perspectiva crítica, após um elaborado estudo sobre a dominação colonial pela ótica da psique humana, Fanon (1969) é responsável por uma importante contribuição para a compreensão das nuances patológicas dos processos coloniais, que engendram mentalmente a condição de dominado como algo “natural” (ou seja, que faz parte da “natureza”), a partir das relações sociais (e desiguais) construídas ao longo do tempo entre colonizador/colonizado.

Na esteira dessas reflexões, categorias como “pós-colonialismo” e “decolonialismo” são estruturas conceituais sistematizadas que tentam dar conta de uma produção crítica sobre as relações de dominação a partir do legado colonial. Do nosso ponto de vista, acreditamos que a categoria teórico-política “anticolonial” é a mais adequada para o objeto ora estudado. Não se tratando de uma simples disputa de nomenclaturas,

mas de um constructo mental capaz de compreender as relações (sociais, econômicas e políticas) advindas a partir de um profundo e sistêmico processo de colonização das sociedades ditas periféricas/subalternizadas. Nesse sentido, a opção pela categoria “anticolonial” é, intrinsecamente, o desejo de superar todas as opressões do ontem e do hoje na busca de uma sociedade realmente emancipada.

Desse modo, partimos para uma análise da comunicação anticolonial desenvolvida pelos povos indígenas e suas principais características. Segundo Maldonado, Velásquez e Rojas (2015) ela está inserida em uma produção de sistemas de pensamento que valorizam o ser humano e a natureza, validando o outro e superando as diferenças, possibilitando, dessa maneira, uma “teleologia da transformação das condições de dominação para assegurar a libertação dos oprimidos”. Segundo os autores, uma “outra comunicação”.

Una comunicación-otra responde al derecho a la comunicación por parte de los pueblos indígenas, en tanto formas de comunicar autónomas enfrentadas a la colonialidad. Por ello, la mera oposición no es funcional en estas prácticas. Debe haber un sistema de comunicación/significación que remodele el horizonte impuesto por la modernidad/colonialidad desde la disrupción. Comunicación-otra desde la lógica que propone la emergencia indígena apunta a un nuevo orden civilizatorio asentado en las narrativas de los colectivos humanos que, dado su emplazamiento en el plexo subalterno de la diferencia colonial, han resguardado en sus memorias sistemas simbólicos que no han tenido cabida en los archivos salvaguardados por la colonialidad (MALDONADO; VELÁSQUEZ; ROJAS, 2015, p. 173).

Neste mesmo caminho, o conceito de etnocomunicação ou etnomídia, segundo as palavras de Tupinambá (2016) está conectado ao empoderamento cultural e étnico, possibilitado pela apropriação e produção midiática de populações (grupos) subalternizados. Os quais utilizam esses recursos comunicacionais a partir de suas perspectivas e pontos de vista étnico-culturais, promovem uma “descolonização dos meios de comunicação”, transformando-os em seus próprios interlocutores. Nascimento (2020) acredita que a etnocomunicação compõe um importante espaço de vivência cidadã, onde lideranças indígenas procuram encontrar estratégias que permitam sua presença efetiva nas redes. Segundo Santi e Araújo (2021), uma nova busca de regimes de visibilidade:

Los etnomedios indígenas conjugan prácticas mediáticas, procesos socioculturales y aspiraciones políticas en una configuración comunicacional específica [...] la etnomedia utiliza la etnicidad como componente esencial; la territorialidad como elemento regulador; y el reconocimiento como fin (primero y último) [...] La etnocomunicación y los etnomedios se presentan entonces para los pueblos indígenas como una necesidad y oportunidad de trabajar la comunicación de una manera alternativa, no estereotipada, que represente adecuadamente la cultura, las políticas sociales y la identidad de su pueblo frente a las nuevas formas de organización de la sociedad. Surgen como un mecanismo que puede garantizar el acceso a la comunicación a un grupo históricamente desvinculado del contexto hegemónico de los medios de comunicación convencionales (SANTI; ARAÚJO; 2021, p. 203).

Passado o período inicial de consolidação dos movimentos indígenas organizados, no final do século passado, os anos

2000 têm sido de grande experimentação comunicacional e tecnológica. A discussão de formas alternativas de produção e divulgação das pautas indígenas têm ganhado cada vez mais espaço, sobretudo nas redes digitais.

Maldonado (2013) afirma que é preciso abordar a decolonialidade como fator constitutivo dos atuais processos etnocomunicativos dos grupos subalternizados, dentre eles, os indígenas, em que a apropriação das tecnologias de informação e comunicação (TICs), em um cenário cada vez mais virtualizado (digital), é um importante passo para isso. Segundo o autor, são as práticas que os sujeitos adotam, por meio do uso das TICs, que dão grande visibilidade as lutas decoloniais (ou, como preferimos, anticoloniais). Autorreferenciando seus participantes ao legitimar suas práticas emancipatórias, em oposição a uma lógica colonial de dominação, hegemônica, materializada na sociedade capitalista, promove dinâmicas de participação comunicativa nas redes, fugindo da retórica neoliberal de produção.

La incorporación de prácticas decoloniales en los escenarios virtuales de la red digital Internet obedece a una dinámica oposicional a los relatos de “lo mismo” que han sido configurados por la racionalidad occidental. En cuanto dinámicas de participación comunicativa desprendidas de la retórica neoliberal de producción de la participación, estas prácticas refieren a nuevos usos sociales de las tecnologías que van más allá de un pragmatismo instrumental, introduciendo formas alternativas al modo de producción de comunicación capitalista por medio de procesos de apropiación social de las TICs (MALDONADO, 2013, p. 133).

Em consonância com essa discussão, durante o Fórum Mundial dos Povos Indígenas, realizado em paralelo a Cúpula

Mundial sobre a Sociedade da Informação, em 2005, na Tunísia, foi publicado a Declaração dos Povos Indígenas sobre a Sociedade da Informação¹⁰, onde líderes e representantes de todos os continentes reafirmaram a importância da comunicação como uma “prática social cotidiana e milenar dos povos originários, fundamental para a convivência dos seres humanos com a natureza, baseada na ética e na espiritualidade, parte constitutiva de suas cosmovisões”.

Mobilização indígena no Brasil atual

Nos últimos 40 anos, os movimentos indígenas brasileiros têm ganhado grande visibilidade nacional e internacional. O contexto histórico de sua formação, como mencionamos anteriormente, sempre foi de grandes desafios, o que, a partir do resultado concreto de mobilizações coletivas relacionadas à questão indígena, ajudou na consolidação de seus direitos políticos e sociais, materializados, principalmente, a partir da promulgação da Constituição de 1988.

O atual momento político do Brasil possui alguns agravantes. A relação conflituosa entre movimento indígena e Governo Federal sempre existiu, sobretudo nos últimos anos, com a construção de grandes projetos de infraestrutura, principalmente na Amazônia. No entanto, desde 2018, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, um ex-capitão do exército e inexpressivo deputado federal por quase 30 anos, a conjuntura se agravou. O governo que surge desde então é composto por uma multiplicidade de forças ultraconservadoras e autoritárias (de militares de alta e baixa patente, evangélicos neopentecostais e representantes radicais do mercado financeiro neoliberal) que

10. Disponível em: puebloindio.org/Declaracion_CMSI_03.htm. Acesso em: 04/06/2021.

vão desde a prática do desmonte do estado e de todos os serviços públicos hoje existentes no país (como saúde e educação), até uma guerra cultural e caça às bruxas empreendida contra todos àqueles (ligados a partidos políticos ou não) que não concordam com suas ações ou visão de mundo. Safatle (2021) aponta características típicas de um governo protofascista, no conceito clássico do termo.

Neste contexto, os movimentos indígenas e suas organizações são considerados um dos maiores opositores do atual Governo Federal. Outro elemento que vem problematizando ainda mais essa relação no cenário atual diz respeito a crise sanitária surgida desde o início da Pandemia de Covid-19. O que fez, por uma série de motivos históricos, econômicos e sociais – já elencados neste trabalho –, com que as populações indígenas brasileiras sejam um dos grupos mais afetados e com um dos maiores índices de mortalidade¹¹.

Elencamos duas entidades que vêm se destacando na luta pelos direitos dos povos indígenas no Brasil. A primeira delas, de âmbito nacional, tem sido a principal protagonista destas reivindicações, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib)¹². Criada em 2005 por várias entidades em uma frente única de lutas, durante as discussões e assembleias realizadas no Acampamento Terra Livre¹³, a Apib mostra-se como a principal articulação indígena pluriétnica brasileira da atualidade. Nesse sentido, destacamos duas importantes ações feitas pelo movimento a partir do que Milhomens (2018) chama de “redes de mobilização”, ou seja, uma complexa articulação envolvendo vários movimentos sociais, entidades, grupos

11. Segundo dados da Apib, na data de hoje [06 de junho de 2021], já foram 55.063 casos de indígenas confirmados e 1.096 óbitos, totalizando 163 povos atingidos.

12. Disponível em: apiboficial.org. Acesso em: 06/06/2021.

13. Disponível em: apiboficial.org/tl2021/. Acesso em: 07/06/2021.

políticos, personalidades, jornalistas e midiativistas, poder público (em várias esferas) e até governos de outros países. Tais redes são construídas e alimentadas a partir de pautas comuns, principalmente do engajamento de seus integrantes em espaços físicos e virtuais. A utilização da rede mundial de computadores e as ferramentas informacionais (TICs) advindas com ela são cada vez mais presentes.

Um exemplo foi a campanha “Maracá – Emergência Indígena”¹⁴. Capitaneada pela Apib, configurando-se como um conjunto de ações que visava a construção de um plano de enfrentamento dos povos indígenas contra a Pandemia de Covid-19, tendo em vista a crescente contaminação entre suas populações e a omissão explícita do Governo Federal, principal responsável constitucional pela proteção e implementação da política indigenista no país. Outra medida protagonizada pela Apib no ano de 2020, ocasionada por meio de sua rede mobilizacional, desta vez com o apoio de partidos políticos de centro-esquerda e de um assessoramento jurídico-institucional, foi a ação interposta pela entidade no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a “omissão do poder público” em relação as populações indígenas no contexto da Pandemia de Covid-19. Obrigando o Estado a tomar providências sanitárias emergenciais, no intuito de evitar um “imminente genocídio indígena”¹⁵.

A outra entidade representativa dos povos indígenas, esta de caráter regional, é a Confederação das Organizações Indígenas da Amazônia (Coiab)¹⁶. Entidade criada em 1989 para representar e defender os povos nativos radicados na

14. Disponível em: apiboficial.org/emergenciaindigena/. Acesso em: 06/06/2021.

15. Disponível em: portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=446897&ori=1. Acesso em: 06/06/2021.

16. Disponível em: coiab.org.br/. Acesso em: 06/06/2021.

maior e mais cobiçada região do país. Suas ações mais recentes vão desde campanhas (em parceria com a Apib e outras entidades) até ações políticas, midiáticas e institucionais junto a representantes do setor público, se configurando como um importante espaço de representação dos povos indígenas da Amazônia brasileira.

As estratégias de ambas as entidades – Apib e Coiab – na construção de uma comunicação anticolonial vão desde a apropriação das linguagens inerentes aos meios digitais e suas redes de sociabilidade, como na criação de conteúdo original (produção de podcasts, por exemplo)¹⁷, passando, em menor escala, a uma crescente reflexão sobre os limites desta mesma comunicação, tendo em vista que a maioria da produção mencionada está assentada em meios privados (e corporativos) de comunicação, como *Facebook*, *Twitter*, *Instagram* e *YouTube*.

Por fim, a partir dos argumentos expostos ao longo deste trabalho, acreditamos que o movimento indígena nacional vem se consolidando como um dos principais interlocutores de diversas questões relacionadas aos povos indígenas do Brasil. Desde a luta anticolonial e anticapitalista, crítica a exploração predatória de recursos naturais e a destruição socioambiental, passando pela defesa de ‘modos de vida’ ancorados na sabedoria ancestral e milenar (similar ao conceito de Bem-Viver de outras populações nativas das Américas), até a aproximação e articulação com outros movimentos sociais de origens diversas, a partir da construção de pautas e ações conjuntas, nucleadas em processos e (novas) linguagens comunicacionais, construídas e fortalecidas por suas redes de mobilização.

17. Disponível em: coiab.org.br/podcasts. Acesso em: 08/06/2021.

Referências

BARRANQUERO-CARRETERO, A. SÁEZ-BAEZA, Ch. Marzo de 2015. La crítica descolonial y ecológica a la comunicación para el desarrollo y el cambio social. *Palabra Clave*, v. 18, n. 1, p. 41-82. DOI: 10.5294/pacla.2015.18.1.3.

BELLO, A. *Etnicidad y Ciudadanía en América Latina: la acción colectiva de los pueblos indígenas*. Santiago de Chile: Cepal, 2004.

BOSI, A. *Dialética da colonização*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.

CUNHA, M. C. *Índios no Brasil: história, direitos e cidadania*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

DEL POPOLO, F. J. D. Los Pueblos Indígenas en América Latina: avances en el último decenio y retos pendientes para la garantía de sus derechos. *Comisión Económica para América Latina y el Caribe (Cepal)*, 2014. Disponível em: repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37773/1/S1420764_pt.pdf. Acesso em: 07/06/2021.

ESCOBAR, A. Una minga para el postdesarrollo: lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales. Universidad Nacional Mayor de San Marcos. *Programa Democracia y Transformación Global*. Lima, 2010.

FANON, F. *Os Condenados da Terra*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira, 1968.

FILHO, A. C.; SOUZA, O. B. Atlas de Pressões e Ameaças às Terras Indígenas na Amazônia Brasileira. *Instituto Socioambiental*, 2009. Disponível em: socioambiental.org/pt-br/o-isa/publicacoes/atlas-de-pressoes-e-ameacas-as-terras-indigenas-na-amazonia-brasileira. Acesso em: 26/11/2014.

FERNANDES, F. Antecedentes Indígenas: organização social das tribos Tupis. In: BUARQUE DE HOLANDA, S. (Dir.). *História*

Geral da Civilização Brasileira: a época colonial: do descobrimento à expansão territorial. Tomo I, v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010:** Características Gerais dos Indígenas. Resultados do Universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf. Acesso em: 07/06/2021.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu:** palavras de um xamã yanomami. Trad. de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** 1A. Edição. São Paulo. Cia das Letras, 2019.

MALDONADO RIVERA, C. A.; REYES VELÁSQUEZ, C.; DEL VALLE ROJAS, C. Emergencia indígena, Comunicación-otra y Buen Vivir. Pensar la socio-praxis comunicativa de los pueblos indígenas. **Chasqui.** Revista Latinoamericana de Comunicación, núm. 128, abril-junio, 2015, p. 165- 182 .

MALDONADO RIVERA, C. A. Prácticas comunicativas decoloniales en la Red. **Redes.com:** revista de estudios para el desarrollo social de la Comunicación. n. 8, 2013, p. 131-151.

MARIÁTEGUI, J. C. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana.** Lima: Minerva, 1928.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MILHOMENS, L. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilização na Amazônia:** o caso da Hidrelétrica de Belo Monte. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2018. Disponível em: repositorio.unicamp.br/bitstream/

REPOSIP/331406/1/Fonseca_LucasMilhomens_D.pdf. Acesso em: 07/06/2021.

NASCIMENTO, L. G. **Etnocomunicação indígena como prática de liberdade decolonialista e ancestral na formação comunicativa da Webrádio Yandê**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal Fluminense. Niterói. Rio de Janeiro, 2020.

NIEZEN, R. **The origins of indigenism: human rights and the politics of identity**. California: University of California; Press Berkeley and Los Angeles, 2003.

OLIVEIRA, J. P.; FREIRE, C. A. R. **A presença indígena na formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Laced/Museu Nacional, 2006.

ORTOLAN MATOS, M. H. **Rumos do movimento indígena no Brasil contemporâneo: experiências exemplares no Vale do Javari**. Tese (Doutorado). Unicamp, Campinas, 2006.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

QUIJANO, A. El “movimiento indígena” y las cuestiones pendientes en América Latina. **Revista Tareas**, Centro de Estudios Latinoamericanos (CELA), Justo Arosemena, Panamá, n. 119, p. 31-62, jan./abr. 2005.

SANTI, V. J.; ARAÚJO, B. C. **Contra el imperialismo mediático: discurso y representaciones etnomediáticas del Movimiento de los Pueblos Indígenas. Pensamiento crítico en comunicación: Realizaciones transdisciplinarias y transmetodológicas mattelartianas**. MALDONADO, A.; CASTRO, E. (Org.). **Centro Internacional de Estudios Superiores de Comunicación para América Latina**. Quito, Ecuador, 2021.

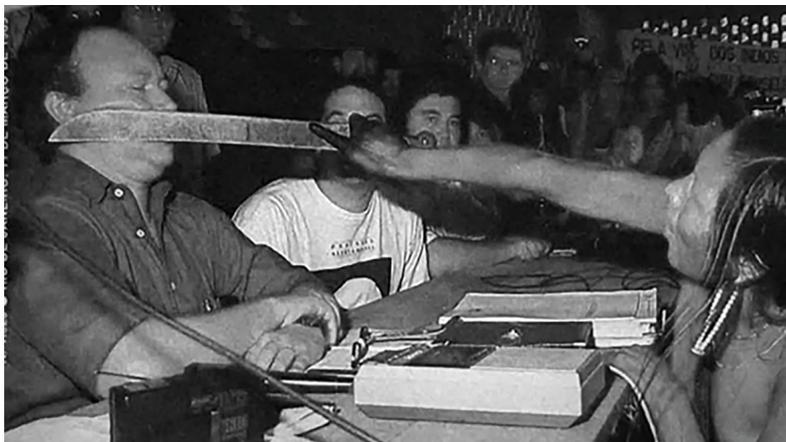
SAFLATE, W. Não houve eleição em 2018. Agência Carta Maior. Leneide Duarte. **Carta Maior**. São Paulo, 2021. Disponível em: cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Entrevista-com-Vladimir-Safatle-nao-houve-eleicao-em-2018-/4/50662. Acesso em: 07/06/2021.

SEVÁ VILHO, A. O. Povos indígenas, as cidades e os beiradeiros do rio Xingu que a empresa de eletricidade insiste em barrar. In: OSVALDO SEVÁ FILHO, A. (Org). **TENOTÃ-MÕ**: alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no Rio Xingu. International Rivers Network, 2005. Disponível em: xinguvivo.org.br/wp-content/uploads/2010/10/Tenot%C3%A3-Mo.pdf. Acesso em: 07/06/2021.

STAVENHAGEM, R. Las organizaciones indígenas: actores emergentes en América Latina. **Revista Cepal**, n. 62, 1997.

TUPINAMBÁ, R. Etnomídia, por uma comunicação dos povos originários. **Brasil de Fato**. Disponível em: brasildefato.com.br/2016/08/11/etnomidia-por-uma-comunicacao-dos-povos-originarios. Acesso em: 07/06/2021.

IMAGEM 1



Tuíra (ou Tuíre) Kaiapó no I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, Altamira, Pará, 1989. Fonte: Protasio Nene (AE).

O Poço não está sô passando pela vida: resistência e lugares de fala na comunidade "Poço da Draga"

Bruna Luyza Forte Lima Oliveira
Alexandre Barbalho

Resumo

Localizada na orla marítima da cidade de Fortaleza (CE), a comunidade centenária Poço da Draga sofre histórico processo de subalternização (SPIVAK, 2014) socioeconômica e epistêmica por forças disruptoras — mercado imobiliário, poder público e imprensa. A financeirização do território, no entanto, encontra forças resistentes imprimidas pelas moradoras e moradores do lugar. O presente capítulo propõe ser um lugar de escuta das falas produzidas pela ONG Velaumar, organização de habitantes da localidade. Inspirados por Grada Kilomba (2019), adotamos uma metodologia que valorizou as subjetividades de nossas interlocutoras e nos perguntamos: o que poderia o Poço dizer e o que o resto da cidade teria de ouvir? Neste século de existência, o Poço da Draga tem produzido sentido e incorporado os já produzidos, criando novas percepções de si e do outro e renovando as continuamente criadas.

Palavras-chave: Lugar de fala. Narrativa. Oralidade. Poço da Draga. Subalternidade.

O Poço da Draga é o nome de uma localidade habitada por famílias de baixa renda e situada à beira-mar entre o centro de Fortaleza e o bairro da Praia de Iracema. Vizinho a importantes equipamentos culturais e urbanos como o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, a Caixa Cultural e o inacabado Acquário do Ceará, essa histórica comunidade sofre há décadas um constrangimento sistemático tanto por parte dos poderes públicos, quanto de empresários da construção civil, para ser removida e ceder espaço a projetos de remodelação da orla da cidade. Conjugam-se a essa pressão, o modo negativo como costuma ser representada na grande imprensa. Um levantamento não exaustivo de publicações em jornais impressos cearenses revela que, quando o Poço se torna notícia, predominam os discursos sobre violência e pobreza, configurando-o como um “lugar da falta”.

No dia 13 de julho de 1976, por exemplo, o jornal *O Povo* publicou uma matéria sobre a comunidade descrevendo-a como suja, onde “o mau cheiro está no ar” e “as condições de vida dos moradores é (sic) a pior possível”, desse modo “vão passando pela vida”. A narrativa da ausência identificada neste extrato de texto manteve-se presente na mídia ao longo das décadas seguintes e com isso foram subtraídas a heterogeneidade e a complexidade da vida na comunidade (SANTOS, 2002). Em 6 de fevereiro de 1995, o jornal *Diário do Nordeste* publicou um artigo sobre o Poço da Draga, cuja legenda da foto enunciava: “Favela está abandonada há quase cinquenta anos”. Em matéria do mesmo periódico publicada em 10 de junho de 1997, o jornalista apresentou a “favela do Poço da Draga” como uma

localidade com “poças de lama e lixo” que “vive há quase seis décadas o total abandono”.

Essas forças disruptoras (mercado da construção civil, poder público e imprensa), no entanto, encontraram forças contrárias, resistentes, imprimidas pelas moradoras e moradores do lugar, com apoio de setores da sociedade civil. A memória e a tradição do Poço são constantemente reiteradas por organizações e movimentos ali sediados, com destaque para a ONG Velaumar, objeto da atenção deste capítulo. Criada em 2004, no contexto de extinção da Associação de Moradores do Poço da Draga, a ONG realiza trabalhos principalmente na área sociocultural em parceria com diversas instituições e é composta basicamente por integrantes de uma mesma família: filhas, filhos, netas e netos da líder comunitária Rocilda Lima. Produtores de narrativas sobre a comunidade, esses e outros habitantes propiciam “lugares de fala” ao seu território e ajudam a elaborar representações sobre o local que não se restringem àquele do “lugar da falta”.

Gayatri Chakravorty Spivak, em seu referenciado texto *Pode o subalterno falar?* (SPIVAK, 2014), reflete sobre a prática discursiva eurocêntrica que mantém o “sujeito do Ocidente” ou o “Ocidente como sujeito” legítimo, inviabilizando ou desqualificando outras narrativas que se diferenciam dessa linha hegemônica. Se o olhar de Spivak está focado nas mulheres indianas, pode-se afirmar que esse privilégio discursivo do homem branco europeizado se encontra disseminado e assume diversas facetas — inclusive no modo como os poderes públicos e privados costumam falar sobre o Poço: uma narrativa que não cede espaço para outras.

O que este capítulo propõe é ser um lugar de escuta das falas produzidas pelo Poço da Draga. O cuidado que deu suporte

à pesquisa¹ foi o de não reproduzir o lugar clássico do intelectual na sua relação com os grupos subalternizados, ou seja, o de falar pelo outro e, por meio dele, construir um discurso de resistência. Inspirados por Grada Kilomba (2019), adotamos uma metodologia que valorizasse nossas interlocutoras, a sua subjetividade. E a partir da obra de Kilomba, nos perguntamos: o que poderia o Poço dizer e o que o resto da cidade teria de ouvir? Há muito que a comunidade do Poço fala e produz conhecimento, mas sem acessar os recursos que possam validar sua voz. Esse texto, portanto, é um espaço para performar a subjetividade de seus moradores, reconhecidos como sujeitos da sociedade fortalezense. Daí o recurso à “pesquisa centrada em sujeitos” e a “entrevistas narrativas biográficas”.

O Poço fala e o desafio é tornar sua voz não apenas audível, mas levada em consideração. O fio condutor escolhido foi o das lutas em torno da permanência da comunidade em seu território: o modo como se foi construindo saberes na luta cotidiana. Para contar suas histórias, Luiza de Marilac, a Lac, e Izabel Cristina Lima, a Tina, ambas filhas de Dona Rocilda. A elas, a palavra. Antes, um breve contexto histórico e urbanístico sobre o Poço.

Poço da Draga: da formosa praia aos tubarões

No início do século XX, na região da foz do riacho Pajeú, a parte onde ficavam armazéns, trilhos de ferro e barris foi ocupada por pescadores, trabalhadores e suas famílias. Nascia, assim, a comunidade Poço da Draga, em referência às

1. O capítulo é um recorte da dissertação de mestrado de Bruna Luyza Forte Lima Oliveira, defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará sob orientação de Alexandre Barbalho. A esse respeito ver OLIVEIRA (2018)

embarcações (dragas) que retiravam areia do fundo do mar e as depositavam numa espécie de “poço”. Também conhecido como Baixa Pau, o Poço simboliza o espaço urbano tão desigual de Fortaleza. Identificada pelo poder público como “área de baixa renda e suscetível de recuperação urbanística e regularização fundiária”, a comunidade está incrustada e invisibilizada entre equipamentos culturais e prédios comerciais. Localizado na zona com maior índice de infraestrutura da cidade, os investimentos públicos pouco chegam ao Poço da Draga e a comunidade não tem sequer saneamento básico.

Apesar dos seus 115 anos de existência, os documentos oficiais sobre a região são confusos e descontraídos. No entanto, os habitantes estimam que a região abriga, atualmente, cerca de 1.200 moradores distribuídos em 340 casas. As informações integram o levantamento censitário “Um Olhar Sobre o Poço”, organizado pelo Movimento ProPoço em parceria com o Grupo de Pesquisa sobre Metodologia de Implementação de ZEIS do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Fortaleza (Unifor). Essa pesquisa socio-espacial participativa se iniciou motivada pelas denúncias feitas pelo movimento sobre as ameaças de remoção da população local por parte do poder público, daí a necessidade de levantar dados e informações que mostrassem a realidade do território (BARROS et al., 2016).

Segundo as diretrizes do Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza (PDPFor), de 2009, o Poço da Draga foi zoneado como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) do tipo 1 (composta por assentamentos irregulares com ocupação desordenada, em áreas públicas ou particulares, formados por população de baixa renda, precários do ponto de vista urbanístico e habitacional) e, como se situa à beira-mar, está também demarcado como Zona Especial do Projeto Orla (ZEPO). De

acordo com o documento oficial, são objetivos da ZEIS do tipo 1: efetivar o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana; promover a regularização urbanística e fundiária dos assentamentos ocupados pela população de baixa renda; eliminar os riscos decorrentes de ocupações em áreas inadequadas; ampliar a oferta de infraestrutura urbana e equipamentos comunitários, garantindo a qualidade ambiental aos seus habitantes e promover o desenvolvimento humano dos seus ocupantes. Para tanto, a Prefeitura de Fortaleza se comprometeu em aplicar na região instrumentos legalmente pré-determinados, como concessão de uso especial para fins de moradia; usucapião especial de imóvel urbano; concessão de direito real de uso; autorização de uso; cessão de posse; plano integrado de regularização fundiária; assistência técnica e jurídica gratuita; direito de superfície e direito de preempção.

A questão da regularização fundiária no Poço da Draga é complexa: além dos zoneamentos sobrepostos, a comunidade ocupa terrenos de marinha, classificação dada aos territórios sob domínio da União banhados pelas águas do mar, dos rios navegáveis ou das lagoas. Por esse motivo, diversos moradores possuem registro na Secretaria do Patrimônio da União (SPU), o chamado Registro Imobiliário Patrimonial (RPI). A conquista do documento foi fruto da luta dos habitantes da região junto aos órgãos responsáveis na década de 1980. Não é à toa que a regularização fundiária é uma das principais pautas dos líderes comunitários do Poço da Draga.

No PDPFor, o Poço da Draga foi situado no bairro Centro. Entretanto, o limite político-administrativo anterior inseria a comunidade na Praia de Iracema (PI). Até hoje, a ampla maioria de seus moradores se identifica como pertencente a esse bairro: em conversas casuais durante a pesquisa de campo, assim como

em entrevistas formalmente registradas, a relação entre o Poço e a PI se desenhou com inegável clareza.

Tradicional bairro de Fortaleza, a PI, a “praia dos amores que o mar carregou”, cantada por Luiz Assunção em 1954, considerado um bairro boêmio frequentado por artistas e intelectuais, atrai a atenção do poder público e do setor turístico. Como situa Bezerra, no início dos anos 1990, ocorreu uma disputa entre os governos estadual e municipal com fins de “atrair a atenção de moradores da cidade e de turistas para este bairro, que se tornara a ‘vitrine’ de suas políticas administrativas” (BEZERRA, 2006, p.2), e que buscavam “requalificar” áreas “degradadas” transformando-as em espaços turísticos, de entretenimento e de consumo cultural e promovendo a especulação imobiliária, o que resultou na expulsão de antigos moradores e frequentadores do bairro.

O Poço fala: a ONG Velaumar

As fronteiras entre narrativas *sobre* o Poço da Draga e *do* Poço da Draga são tênues, móveis e redesenháveis: os moradores da comunidade tomam para si discursos desenvolvidos por outros sujeitos sobre a localidade e os reapropriam conforme suas necessidades, assim como narrativas reorganizadas no interior da comunidade também são incorporadas nos discursos de atores externos à região. É atuando nessas fronteiras discursivas e de saberes que muitas vezes ocorrem as resistências, como, por exemplo, que se dá com a atuação da ONG Velaumar.

A organização não governamental Velaumar – Assessoria, Desenvolvimento & Cidadania – foi criada no dia 28 de janeiro de 2004, no Poço da Draga, pela moradora Rocilda Lima. A entidade tem como objetivo prestar serviços

para a comunidade, tais como cursos, oficinas, palestras e programas educativos. Atualmente, é gerida pelos filhos e netos da fundadora e mantém-se ativa como a única associação formalmente registrada do Poço.

A trajetória de Dona Rocilda, uma das líderes mais reconhecidas do Poço, começou em 1988 quando Seu Valmir Mesquita, então presidente da Associação de Moradores do Poço da Draga, a procurou e lhe entregou a gestão da instituição. Fundada em 28 de abril de 1984, a organização foi articuladora de diversos atos de resistência na comunidade até sua extinção em 2010.

Dona Rocilda Lima nasceu no dia 27 de março de 1940. Trabalhou durante 30 anos como empregada doméstica e teve sete filhos. Nas narrativas dos moradores, não é raro ouvir que Dona Rocilda era conhecida na localidade por sua determinação. À frente da Associação, a líder acompanhou da luta por água potável ao polêmico projeto do Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará anunciado pelo governo do estado em 2001 e que previa a retirada dos moradores da comunidade.

Filhas de Rocilda Lima, Luiza de Marilac, a Lac, e Izabel Cristina Lima, mais conhecida como Tina entre amigos e vizinhos, são responsáveis pela ONG Velaumar desde 2011, quando a fundadora faleceu. A primeira é a presidenta e a segunda, por sua vez, é a diretora cultural da organização. Atuais lideranças comunitárias, elas carregam no sangue e nas histórias a luta pela permanência e efetivação de direitos no Poço da Draga.

Entre vivências partilhadas e conversas, ora gravadas, ora transcritas de memória em um fôlego só, apresentamos excertos de duas entrevistas em profundidade: a primeira

com Izabel Lima em 21 de julho de 2017 e a segunda com Luiza de Marilac e Izabel em 25 de junho de 2018. A última foi realizada em parceria com a pesquisadora Neivânia Rodrigues, então discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC.

Lac e Tina falam: trajetória pessoais e coletivas

Perguntada sobre a trajetória de sua mãe, Izabel narra, entre outras coisas, sobre o exercício de sua profissão como doméstica:

IZABEL – Era por aqui [que ela trabalhava], pela Aldeota, ali Meireles [bairros das classes médias e altas de Fortaleza]. Ela trabalhava para um grupo de uma família árabe e aí ela aprendeu muita coisa lá, ela tinha aquele lado doméstico, empregada mesmo, mas também tinha aquele lado de aprendizado e a minha mãe sempre soube aproveitar tudo isso, tá entendendo? Aquela linguagem que aquelas pessoas falavam que era totalmente diferente da comunidade, então ela foi, sabe, ela tinha um senso comum de aprendizado assim que eu acho que ela dava de dez a zero em algum universitário, ela conversando, parecia que era uma pessoa assim, “se formou aonde, hein, mãe?”, eu sempre brincava com ela. E uma das coisas que ela sempre disse: “Olha, eu não quero os meus filhos em cozinha de ninguém”, tanto que ela teve sete filhos, estudava quatro de manhã, três à tarde [...]

Todos nós somos formados academicamente e também formados na vida mesmo, de valorização do próprio ser humano.

Um ano depois, retomamos a conversa sobre a figura de Rocilda Lima agora com Luiza e Izabel:

NEIVÂNIA: Então eu queria que você falasse um pouquinho sobre o trabalho da tua mãe aqui no Poço da Draga.

BRUNA: Essa figura que é tão querida aqui, né? Todo mundo sabe quem é a Dona Rocilda.

MARILAC: A dona Rocilda era assim, que nem a Izabel disse: falava alto, exigia muito, porque se ela não exigisse ela não ia ter força. Como o pessoal disse: é quando você exige, quando você fala alto, quando você é forte, firme, as pessoas tendem a lhe taxar como, eu não digo nem taxar como, lhe chamar como, apontar como valente, barraqueira, né? Mas você tem que ter uma posição firme que é pra poder você conseguir o seu objetivo e ir até onde você pretende. Eu vou até mais além, dependendo da situação.

IZABEL: [...] Eu fui uma pessoa de um estado de saúde muito crítico, eu passava de seis meses no hospital internada porque eu tive pólio, eu tive febre reumática, tudo que era de porcaria aí, mas uma coisa minha mãe me ensinou e disse o seguinte: “Você não tá morta, o que você quiser você consegue. Por mais difícil que a vida esteja, vá para frente”. Né, Marilac, aquela história, “Vão para frente”. Ela nunca dizia “Vá para frente”, ela dizia “Vamos para frente”. Era ela e quem tivesse...

MARILAC: “Vamos para cima”, ela dizia. “Vamos para cima, vamos correr para cima”, era assim.

Como citado anteriormente, o ingresso de Dona Rocilda na Associação de Moradores do Poço da Draga formalizou e

legitimou a atuação dela perante a comunidade. À frente da organização, a moradora vivenciou duas ameaças de remoção do Poço da Draga: a Operação Consorciada da Praia de Iracema e o plano do Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará (OLIVEIRA, 2006). Isabel narra a entrada de Dona Rocilda na Associação:

BRUNA – Como é que a dona Rocilda entrou na Associação?

IZABEL – A mãe entrou nos anos de 88 pra 89. Seu Valmir foi lá em casa e disse que tava cansado e queria passar a Associação pra ela. [...] Mas minha mãe, nessa época, ela não era envolvida, ela não aguentava era desaforo, entendeu? De todas as mulheres, ela se diferenciava porque ela não levava desaforo pra casa, um homem viesse gritar, tivesse algum idoso aqui ela o quê? Faça isso não...

BRUNA – Já era conhecida por ser essa pessoa.

IZABEL – Por essa pessoa mesmo determinada, de não levar desaforo pra casa. Aí ela entra, ele vem e pega a ata, diz que não quer mais, que não tem mais condição por conta da saúde. Aí, nesse período, surgem alguns projetos feitos pelo, eu acho que foi pelo Juraci [prefeito de Fortaleza]. (Refletindo) Eu acho que foi o Juraci que fez uma, que ia fazer, a intenção dele era fazer uma intervenção aqui dentro da comunidade pra construir um projeto consorciado da Praia de Iracema. Aí houve muito embate, pra onde ele ia a comunidade ia atrás, fretava ônibus mesmo.

BRUNA – Isso a dona Rocilda à frente da Associação?

IZABEL – Isso a mãe à frente da Associação. A mãe fez até uma passeata que teve mulher, menino, velho... Fez uns

cartazes, a gente saiu aqui pela Praia de Iracema, foi o maior manifesto já feito pelo Poço da Draga.

BRUNA – Foi em que ano, você lembra?

IZABEL – Isso aí foi em 90.

BRUNA – Teve um projeto de Centro Cívico no Plano Diretor, não foi?

IZABEL – Tiveram vários! Já teve o flat, né, que ia construir um flat na Praia de Iracema, aqui dentro do Poço da Draga. Tanto canto e a galera só quer o Poço! [...] Era o 24 horas, depois era um flat, depois era o projeto consorciado da Praia de Iracema. Aí sempre ela questionava isso e uma das coisas que minha mãe tinha (é que) ela acreditava tanto no poder na argumentação que ela convencia as pessoas a irem para a reunião, nessa reunião ia o pessoal, sabe? Quando foi em 2001, 2000 pra 2001, surge o Centro de Feiras e Eventos pra ser construído que foi o mais impactante mesmo para a comunidade, foi um projeto que fez dividir até as opiniões dos moradores.

BRUNA – Era do Juraci esse projeto?

IZABEL – Esse projeto era do Tasso Ribeiro Jereissati [governador do Estado] na época. Só que a gente já vinha com uma bagagem bem grande de resistência por conta da Prefeitura, o Tasso era Estado, e aí a gente participava muito de oficinas de direitos humanos que a Arquidiocese promovia...

BRUNA – “A gente” eram vocês que estavam perto da Associação, né?

IZABEL – Não, a comunidade toda! Eles vinham pra cá. Tinha o doutor Silvino, que era o advogado, tinha o Beto, tinha o Batista, tinha vários... Era um grupo lá que trabalhava muito conosco nessa parte de consolidação, a Igreja teve um trabalho

bem eficaz aqui dentro com a constituição da cidadania mesmo no direito à terra, isso é inegável. Tem os seus problemas, todas as igrejas têm, mas a Igreja contribuiu muito nessa formação de pertencer, o direito é seu, você tem que acreditar, sabe? E aí as pessoas começaram a absorver isso mesmo, começaram a se blindar mesmo [...] Mas o Centro de Feiras e Eventos veio pra enfraquecer essa luta que vinha se fortalecendo, o que é que acontece (é que) eles fizeram todo um mapeamento, eles levaram pro Castanhão pra passear, criar aquela de bonzinho pra cima da gente.

BRUNA – Fazer a média com vocês, tem todo esse discurso, né?

IZABEL – É, de “isso é melhor, não sei o quê...” Aí a mãe : “Se vocês realmente querem fazer o bem pra gente, a gente quer conversar com os moradores lá de Jaguaribara”. Veio dois ônibus, a gente lotou esse ônibus e quando nós chegamos lá ela dividiu em grupo os moradores, pediu pra cada grupo falar com os moradores e saber o que mudou na vida desses moradores. Para uma pessoa que tinha até a quarta série era muito conhecimento, por isso que eu digo que a minha mãe tava no tempo errado, no momento errado, mas tava na luta certa. Eu acho que é isso que fez com que a comunidade dissesse “Não, Dona Rocilda fez esse barulho todinho, por que que nós juntos a gente não consegue, né?”. E aí cada morador fez oficinas e a mãe disse “Eu quero ouvir do morador o que é que mudou na vida dele”, porque se eu saio da sala e vou dormir no quarto e já me sinto diferente, como arrancar isso desses moradores? E aí a gente foi ouvir os relatos desses moradores e eles diziam que as casas eram lindas, que tudo era lindo, que eles não tinham geladeira e quando mudaram pra

lá compraram geladeira, compraram fogão, compraram tudo, mas não compraram sabe o quê? A paz de espírito que eles tinham antes. Não tinha como custear água, energia, esgoto, morava numa cidade super quente, absurdo mesmo, quente, tudo asfaltado. Lá onde eles deixaram eles criavam galinha, eles sobreviviam da própria plantação, da própria criação, isso se perdeu no tempo lá nessa nova. Então a gente pega essa realidade e traz pra cá (para o Poço da Draga) e a minha mãe começa a conversar com os moradores de novo. Reunião era uma constante nas ruas, no meio da rua mesmo, botava as cadeiras, ela sentava e aí o pessoal começava a chegar pra conversar com ela e ela montou uma história. Na época, ela marcou com o Tasso e disse: “Olha, se você quiser o Poço da Draga, nós queremos o melhor lugar da Praia de Iracema e tem mais, a gente quer uma piscina gigante, porque vocês vão aterrar a praia e nós vamos ficar sem o nosso mar, então a gente quer uma piscina gigantesca, igual a do Rio de Janeiro!”. E isso aconteceu, vírgula, criaram uma maquete e entregaram a chave simbólica, o lugar que cederam saiu até em Diário Oficial.

BRUNA – E aqui seria...?

IZABEL – Aí seria o Centro (Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará). Mas nós só aceitaríamos se fosse praquele espaço e jamais isso iria acontecer porque é uma área, né? Mas aí, meu filho, isso trouxe tanta discórdia pra dentro da comunidade porque os próprios representantes da Associação queriam porque queriam, como tinham os filhos que casaram e foram morar em outros bairros, queriam cadastrar pra poder eles morar aqui. Segundo eles, seria legítimo porque eles nasceram e se criaram aqui, entendeu?

Nem ia ter lugar pra todo mundo, seria pra quem realmente estava naquele momento, naquele trabalho. Isso criou um conflito interno, a ideia deles era enfraquecer a luta e eles conseguiram, tanto que de lá pra cá a Associação passou por várias mãos, vários conflitos [...] Isso termina em 2005, todo esse conflito. Aí veio depois da mãe, houve uma, ela saiu porque o conflito foi muito grande [...] Ela saiu em 2004 [...] Depois de vários anos, foram 10 anos de luta.

No contexto de saída da Associação, Dona Rocilda fundou no dia 28 de janeiro de 2004 a ONG Velaumar para “planejar ações e trazer pessoas pra somar e mudar a realidade social da comunidade”, segundo Izabel. O nome poético surgiu em um momento de inspiração: durante uma reunião com outros moradores, Dona Rocilda ouviu uma conversa entre Dona Heloísa e o pescador Seu Antônio na qual ela dizia que ia “botar a vela ao mar”. “Aquilo ficou na cabeça dela e ela disse: ‘Eu já sei qual o nome da ONG que eu vou criar, Velaumar’, que era a forma que ele falava quando queria colocar a embarcação pra ir pescar”, afirmou Izabel.

O RPI dos moradores, nesse contexto de criação da Velaumar, foi mais uma conquista encabeçada por Dona Rocilda.

IZABEL – Foi, ela funda a ONG Velaumar e aí continua fazendo as atividades lá dentro de casa mesmo [...] Vai ser muito essas temáticas, Dia das Mães, reunião, é fazer esse trabalho social de ouvir, participar.

BRUNA – Ou seja, propunha atividades aqui dentro como a ONG continua fazendo hoje também, né?

IZABEL – É, só que não tinha corpo, eram mais as ações no meio da rua.

BRUNA – Eram vocês da família e tinha mais alguém perto?

IZABEL – Tinham mais as mulheres, né? Tinha a Dona Marlene, tinha a Dona Zenir, tinha a Dona Tereza, tinha a Dona Iolanda; essas mulheres eram muito próximas da minha mãe, eram muito, ela gostava muito de estar com elas.

BRUNA – Nessa época, 2004, estava mais calmo sobre ameaça de remoção aqui, então?

IZABEL – Tava vírgula, né, porque toda hora surgia uma coisa. Depois desse negócio de Feiras e Eventos sempre aparecia uma coisa, “ah, vamos tirar o Poço da Draga!”, “ah, vai sair por isso”. Teve um momento tão louco nessa história de remoção do Poço da Draga, teve um político que veio aqui e ofereceu uma casa pra mãe lá na Dom Manuel. “Dona Rocilda, a senhora sai da frente da luta e a senhora ganha uma casa lá na Dom Manuel”, a mãe olhou pra ele e disse o seguinte: “Meu filho, do que adianta eu estar bem lá na Dom Manuel se as pessoas que sempre estiveram comigo vão estar sendo ameaçadas de remoção?”

BRUNA – Isso foi um deputado, né?

IZABEL – Isso foi um deputado. Uma coisa que eu levo pra vida foi que ela disse pra esse homem, a frase que ela dizia era: “Fulano, morar no Poço da Draga é um privilégio, ter a posse dessa terra é um direito nosso” e isso eu levo pra vida, sabe? Que a gente realmente, não é só pelo bem estar, que hoje a gente poderia ter uma casa da Dom Manuel, rica maravilhosa, mas na hora minha mãe tinha falecido e aí? O que teria sido dela hoje lá pagando pelos pecados dela? (risos)

BRUNA – Muita gente aqui tem RPI, como é que foram essas conquistas individuais? Você lembra quem foi que começou a dizer “vamos atrás disso”?

IZABEL – Dona Rocilda! Foi minha mãe, porque na época teve essa história de as pessoas terem muito receio de serem removidas daqui, porque aqui antes era patrimônio da União, as pessoas diziam que era Capitania dos Portos e pra construir uma casa dessa tinha que ir na Capitania, ali onde é a escola Porto Iracema, e lá a autoridade dava um documento pra que você construísse, levantasse uma parede, você só levantava uma parede se você fosse lá, entendeu? Então, dentro dessa assessoria que o pessoal da Igreja dava, ela foi buscar o Patrimônio da União pra cadastrar todo mundo daqui, quem quisesse, pra poder ter o direito à cessão real de uso e aí veio uma empresa chamada Zênite que fez um levantamento dos moradores mais antigos e cadastraram lá no Patrimônio da União, tanto que hoje eles têm, cada um de nós que fez esse cadastro tem o RPI, que é o Registro de Imóvel. Nós não temos o registro de imóvel no cartório, nós temos a cessão real de uso da terra, devolutas lá na Receita Federal.

Atualmente, a ONG Velaumar é composta pelos filhos e netos de Dona Rocilda. Além de Luiza de Marilac como presidente e Izabel Lima, diretora de assuntos culturais, a irmã Inês Helena é diretora de ações na área da saúde, o irmão Júnior é do conselho e as netas Jéssica e Luiza Monicc são, respectivamente, secretária e tesoureira da organização. Izabel Lima, há pelo menos 10 anos, estabelece o diálogo entre a organização e o Poço da Draga. É uma das mais reconhecidas líderes comunitárias e dedica sua vida aos estudos e à localidade.

Já Luiza de Marilac trabalhava na Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (Habitafor).

Além de promover ações culturais, a Velaumar é responsável por organizar atividades de cidadania na comunidade e organiza parcerias para estimular a profissionalização dos moradores. Sobre as atividades da ONG e o financiamento dessas práticas, Izabel explica:

IZABEL - A gente não tem recurso, não entra recurso, mas a gente tem trabalhado em parceria com as empresas aqui. Qual é a parceria? A gente fez um curso, mandou um projeto pro SENAC, e o SENAC qualificou aqui 20 mulheres pra costura, são costureiras em modelagem pelo SENAC. A gente pegou essa certificação dessas mulheres, levamos lá na Fundação SINTAF e pedimos uma ação de máquinas de costura, eles nos doaram duas máquinas... Então a gente trouxe pra cá e tá sendo cedida pra essas mulheres. A gente saiu depois de receber a doação das máquinas, levando essas máquinas, essa certificação, e fomos lá na Indústria Naval pedir pra eles passarem fardamentos, o que eles tivessem, pras nossas mulheres fazer, sabe? Mas isso não entra recurso e o dinheiro que é feito pelas mulheres é rateado entre elas. [...] As pessoas achavam que entrava recurso pra nós, então por isso que eu digo: a ONG é quem chega, entre, vivencie, vocês vão ver que não tem recurso. Tem proposta, pessoas, tá aí, nós estamos agora com um projeto Poço Sem Fronteiras, são vários jovens da comunidade que estão fazendo cursos do ENEM, preparação para o ENEM, e aí quem que paga esses professores? O pessoal da Fundação, aí o recurso já passa direto pro professor, nós queremos que a coisa aconteça aqui dentro, entendeu? [...]

É planejar ações e trazer pessoas pra somar e mudar a realidade social daqui.

A relação da ONG Velaumar com as organizações parceiras não é, de todo, longe de conflitos de interesses. A mais evidente delas é, por certo, a relação do Poço da Draga com o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura. Segundo Linda Gondim (2007), um dos objetivos da construção do Centro, em 1999, foi a criação de um espaço de forte inserção no contexto urbano que permitisse a requalificação da área, daí a inclusão da comunidade em programações específicas. Entretanto, atualmente, há poucas iniciativas governamentais que perdurem ou sejam efetivamente executadas para o Poço.

Izabel Lima e Luiza de Marilac admitem as contradições e afirmam utilizar os privilégios dessas organizações em prol da comunidade. Ao estarem inseridas no campo do poder institucional e usarem essa posição para pressionar e instigar ações públicas para o Poço da Draga, as integrantes da ONG Velaumar reproduzem uma tática resistente (CERTEAU, 2012). Em uma conversa informal durante a programação do aniversário de 111 anos da comunidade, em 2017, Izabel comentou sobre esse lugar dúbio ao lembrar que o governo do estado sempre representou uma ameaça de remoção, mas anualmente envia banheiros e equipamentos sonoros para os festejos da comunidade.

Na gestão de Luiza de Marilac enquanto presidente da ONG Velaumar, a construção do Acuario Ceará foi a primeira grande ameaça de remoção enfrentada pela comunidade. O contraste Poço da Draga x Acuario Ceará ilustra bem a lógica de disputa de concepções de cidade. De um lado,

uma comunidade sem saneamento básico, condição mínima para qualidade de vida de qualquer ser humano; do outro, a previsão de um oceanário com capacidade para 15 milhões de litros d'água e 500 espécies de animais marinhos, entre peixes, arraiais, tubarões, algas e até pinguins.

Ao longo da disputa com o governo, o Poço da Draga manteve-se incerto sobre o futuro da localidade, pois o projeto citava a comunidade *en passant*, ao descrever o “entorno” da obra. Enquanto a construção do Acquario ganhava forma, o Poço da Draga elegia seu Conselho Gestor para acompanhar a regularização da ZEIS da comunidade. O processo foi realizado em 2012 — último ano da segunda gestão da ex-prefeita Luizianne Lins (PT). Entretanto, a petista não chegou a empossar os conselheiros eleitos e as ZEIS entraram em uma longa e onerosa negociação com a gestão posterior. O desgaste desanimou Izabel e Luiza.

BRUNA – Izabel, e quando o Poço foi reconhecido como ZEIS pelo Plano Diretor, em 2009, a Velaumar estava acompanhando? Como é que a ONG se coloca nesse contexto de luta por permanência, por regularização fundiária?

IZABEL – Sempre houve um certo descrédito por conta da ZEIS, tá entendendo? Por quê? Porque é uma coisa que vem se arrastando há tempos e a gente vai pra reunião pra não dizer que a gente não participa, mas acreditar mesmo é complicado. Porque é um lugar onde tem secretaria A, B, C, D, onde todo mundo vota, onde quando a comunidade vai votar quem decide realmente é quem tem o poder econômico, quem tem a decisão de fazer o que bem quer que eles façam. Aí a gente fica assim meio, mas... Quando minha mãe faleceu, eu disse assim:

“Rapaz, é o seguinte, vamos fazer nosso Conselho Gestor, vai partir de nós mesmos e se tiver validade tudo bem, se não tiver, a gente usa ao nosso favor”. E fizemos isso [...] Nós fizemos o edital, fizemos a ata, as pessoas que foram da comissão pra divulgar o edital não participaram do processo de eleição, não poderiam participar da chapa, tudo que mandaram no edital a gente fez, tanto que a gente tem isso tudo registrado e eu acho que são poucas as comunidades que têm isso [...]

BRUNA – E foi época em que a Luizianne estava saindo e não assinou?

IZABEL – Exatamente, não assinou [...] Isso aí foi muito doloroso [...] Ela deveria ter dito “Ó, pessoal, eu não posso assinar porque existem outras pretensões pra esse local”, sinceridade, já tava saindo mesmo, né? Aí depois veio com cara de santa pedir voto, eu digo “Ah, já foi...”. É uma coisa que acontece muito aqui: política. De quatro em quatro anos chega o cara mais descarado do mundo: “Olha, vim pedir o voto de vocês”. Eu já fico assim cismada, eu “Quantos anos o senhor já foi eleito?”, “Fui oito vezes eleito!”, oito vezes faz 32 anos, isso é meio de vida, “Por favor, dá pro senhor se retirar da minha casa? Porque não tem condição!”. Meio de vida! Como é que você representa a pessoa 32 anos, fez o quê? Que foi que o senhor fez aí?

Em 2018, finalizando o processo de regulamentação reiniciado em 2016, a Prefeitura de Fortaleza realizou novamente a eleição dos Conselhos Gestores de nove ZEIS na capital cearense. A ONG Velaumar, agora com participação ativa do Movimento ProPoço, voltou a acompanhar as movimentações. No dia 13 de novembro de 2018, o então prefeito Roberto Cláudio (PDT)

empossou 137 conselheiros, titulares e suplentes eleitos das ZEIS prioritárias, entre elas o Poço da Draga. Os conselheiros foram eleitos nos segmentos “Moradores” e “Organização Civil”. No Poço, a organização eleita foi a Velaumar que mais uma vez irá acompanhar a regulamentação da ferramenta de seu território.

Considerações finais

Estamos imersos em uma dimensão de construção do passado, produzindo-o continuamente no presente. O mapa simbólico de uma localidade, assim como o material, é composto por diversas narrativas escritas e orais, por centros e periferias que extrapolam quaisquer limites traçados por uma ordem vigente. Ao contar e recontar vivências, a liminaridade se confunde com a centralidade — afinal de contas, se antes o Poço da Draga só aparecia nos jornais nas editoriais de cotidiano e de polícia para denunciar descasos com a região, hoje ele é notícia também pela luta de sua comunidade.

A ONG Velaumar e os outros movimentos do Poço da Draga narram suas histórias como quem as segura com as próprias mãos. Afinal, destaca a pesquisadora Marília Gomes, “a memória da cidade está sendo construída e desconstruída no cotidiano de todos os sujeitos que nela habitam, mas não se pode esquecer que uns possuem mais capacidade de se fazer ouvir do que outros” (GOMES, 2016, p.20).

Neste século de existência e resistência, os moradores do Poço da Draga têm produzido sentido e incorporado os já produzidos, criando novas percepções de si e do outro e renovando as continuamente criadas. Tais apropriações e reapropriações, no entanto, são perpassadas por redes de poder, interacionismo e violência simbólica estruturantes

de uma cidade marcadamente desigual como Fortaleza. Mas, parafraseando Spivak, a comunidade segue questionando a inquestionável mudez dos subalternos.

Referências

BARROS, I. A. *et al.* Conhecendo o Poço da Draga: uma proposta conjunta de levantamento de informações sobre a comunidade. In: II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas (II URBFavelas). *Anais...* Rio de Janeiro, 2016.

BEZERRA, R. G. Praia de Iracema: requalificação e ocupação do espaço em um bairro turístico do Nordeste do Brasil. In: 30º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais ANPOCS. *Anais...* Caxambu, 2006.

CERTEAU, M. **A invenção do Cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2012.

GOMES, M. P. A. **Fronteiras do passado e do presente**: territorialidade e memória no Poço da Draga. 2016. Disponível em: eventos.liverra.com.br/trabalho/98-1020712_30_06_2015_12-14-06_2240.PDF. Acesso em 20/02/2017.

KILOMBA, G. **Memórias da plantação**. Episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

OLIVEIRA, B. L. F. L. **Histórias da terra e do mar**: narrativas cartográficas sobre direito à cidade na comunidade Poço da Draga. Dissertação. (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2018.

OLIVEIRA, H. M. A. **O Poço da Draga e a Praia de Iracema**: convivência, conflitos e sociabilidades. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2006.

O Poço não está só passando pela vida: resistência e lugares de fala na...

SANTOS, Boaventura Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 237-280, 2002.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?*. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

Cores e valores: estética do "feio" como forma comunicacional radical na cultura popular

Marcello Monteiro Gabbay

Resumo

O presente capítulo reúne aspectos teóricos e experienciais sobre a forma como as culturas populares expressam sua posição no contexto da vida sociocultural, política e econômica. A partir da tradição teórica da Comunicação Comunitária, o capítulo revisita os mecanismos mais comuns à experiência comunitária para propor uma reorientação rumo à valorização epistemológica da “feitura” e da “sujeira”, entendidas aqui como o aspectos orgânicos do cotidiano comunicacional, onde coexistem erros e acertos, conflitos, estéticas da rua, do ensaio, da artesanidade e da comunicação radical. Entende-se que, no contexto de esgotamento das estruturas socioeconômicas do capital, e da polarização extremada de posições, a feitura como contra-regra é dominante. É o desvio, o desencaixe, que caracteriza a força do contemporâneo. O contemporâneo na cultura popular – as vanguardas populares – e no comunitarismo sociopolítico estarão voltados para organizar o discurso dos desencaixados.

Palavras-chave: Comunidade. Feiura. Estética popular. Música popular. Comunicação comunitária.

A comunidade anti-conservadora

Ao longo das últimas duas décadas, os estudos em comunicação, comunidade e cidadania vêm sendo atravessados por importantes transformações sociais. O século XXI tem sido mais intenso, veloz e surpreendente do que se prospectava pouco antes da virada do milênio. As tradições comunicacionais que fundaram o Grupo de Pesquisa da Intercom naquele período observavam as manifestações do popular à luz da teoria gramsciana sob uma perspectiva da comunicação como instrumentos do intelectual orgânico e da reapropriação das formas de narrar o cotidiano.

A cultura organizativa da comunicação, de formar coletivos, associações, comunidades no sentido institucional, prometia novas formas de contradiscurso por meio dos meios alternativos. O jornalismo popular, as rádios comunitárias, as TVs, jornais mural, foram todas formas de retomar estéticas de poder disseminador, estruturar o discurso. O risco, talvez soubéssemos desde o início, sempre foi a institucionalização demasiada, a burocracia do falar, a primazia da forma. Ensinar comunidades indígenas, povos extrativistas e quilombolas a fazer uma rádio, a escrever uma notícia, a eleger uma pauta, a gravar fitas, CDs, imprimir jornais, tudo isso poderia reproduzir a técnica midiática, em que a forma é a senhora do falar.

A luta das rádios comunitárias é um exemplo do conflito entre a fala comunitária e a superestrutura do próprio meio. Na prática, a Lei 9.612, de 1998, apresenta sérios conflitos. Em primeiro lugar, a cobertura restrita exigida pela Lei era de um

quilômetro de raio, com 25 watts de potência, podendo a rádio ser multada caso ultrapassasse esse limite. Em 2018, o Projeto de Lei nº 513/2017 foi aprovado no Senado brasileiro aumentando a potência para até 150 watts. Ainda assim, o argumento da relação necessária entre a comunidade e o território faz das rádios uma ferramenta restrita a uma ideia reduzida de localidade, com poder de alcance limitado diante do escopo das rádios chamadas comerciais. Outro entrave é o caráter burocrático do processo de homologação de uma rádio comunitária, que muitas vezes desestimula a adoção desse meio em comunidades ou agrupamentos mais desprovidos de recursos.

A burocratização da comunicação comunitária é uma pauta importante, pois sabemos que nos princípios da comunicação comunitária é indispensável o processo de interação dialógica entre os emissores e receptores, o que se dá por meio dos equipamentos mediadores da sociedade, ou seja, os acontecimentos do dia a dia, as dinâmicas da cultura cotidiana. Sabemos que o universo das rádios comunitárias ou alternativas, ou ainda, não comerciais, abrange temáticas que vão da vida no campo à ufologia, música, cultura periférica, juventude, política, ocupação dos espaços etc. Então, o que é comunitário?

Esse questionamento lembra-me os anos que frequentei os estudos da arte contemporânea, onde, ano após ano, o questionamento do que é contemporâneo era retomado. Os mais velhos acreditavam ser esse um tema superado, enquanto os mais jovens viam a necessidade premente de redefinição. Afinal, o contemporâneo é sempre aberto ao risco.

É esse o problema de definição do comunitário. O comunitário idealizado pela comunidade acadêmica é gregário, ruralista ou territorialista, democrático, plural e livre dos conflitos modernos, como o racismo, o machismo

e o xenofobismo. Mas quem militou em rádios comunitárias assistiu a cenários tão complexos quanto uma rádio tida como comunitária pela sociedade local, mas possuída por um “dono”, senhor de temas, programas e pautas e interessada obsessivamente por uma nostalgia ufológica de quarenta anos atrás. Isso é comunitário? Não sabemos.

Pierre Dardot e Christian Laval (2017, p. 27-47) nos lembram que existem pelo menos três grandes atribuições do termo comunidade: a primeira diz respeito àquilo que é dever das instituições estatais ou religiosas, ou seja, uma visão teológica do bem comum como norma superior, padronizada a todos os membros de uma sociedade; a segunda diz respeito aos bens coletivos, ou seja, uma visão jurídica dos bens como algo de interesse comum a todos os seres humanos, e, portanto, protegidos por um direito universal, como o ar e a água; a terceira diz respeito àquilo que há de comum a todos os seres humanos, ou seja, uma visão filosófica que procura identificar tudo que interessa ao senso comum e certa disposição dos homens e mulheres para o bem comum. Por outro lado, nunca se falou tanto em individualidade. O excesso de comunitarismo teológico do século XVII, seguido pelo excesso de comunitarismo jurídico do século XIX e pelo comunitarismo filosófico do século XX vem sendo compensado pelas manifestações egóicas dos *instagramers*, *youtubers* e *influencers*. A opinião como performance, a manifestação como performance individual travestida do interesse coletivo parece ser uma tônica do contemporâneo.

Movimento compensatório, tendência ou realidade social? É mais complicado. A Internet ajudou a consolidar muitos movimentos sociais, as ocupações, as imprensas alternativas, os coletivos críticos que apontam o racismo

estrutural na publicidade, na mídia e na política. Ainda estamos por saber qual será a “cara” de nossa época. Mas sabemos que o termo comunitário está vivo, sofre mutações. Não esqueçamos que o mesmo termo é atribuído a movimentos conservadores que resultaram no nazismo e no fascismo.

A comunidade que queremos construir é anti-conservadora. Então, nos interessam suas transmutações. Ela não pode ser conservada intacta, correndo o risco de resultar naquilo tudo que sempre combateu.

Resultado: comunicação popular ou comunitária deve designar para nós aquilo que é aberto, desobediente, transgressor. Ainda que o termo “transgressor” tenha sido *hypado* pelo senso comum. Não há ainda outra terminologia para a função questionadora e transformadora. Se o objetivo é promover transformações sociais, presume-se então a desordem, no sentido do questionamento da verdade. Como há mais de setenta anos proclamaram os intelectuais judeus da Alemanha nazista, na voz e na pena de Max Horkheimer ([1935] 2008). O filósofo da Escola de Frankfurt acusava o pensamento acadêmico de ter-se tornado absolutista (HORKHEIMER, 2008, p. 147). O problema é que é aí mesmo que o absolutismo e conservadorismo não poderiam ter penetrado. A turma do Instituto Social de Frankfurt, não esqueçamos, se formou por fora da Universidade, com o intuito de reintroduzir na filosofia a *práxis* e o pensamento compreensivo. Horkheimer (2008, p. 153) insiste: se a verdade é histórica, a crítica não termina.

Transgredir é ousar desobedecer às estruturas sociais que, petrificadas, normalizam a loucura, a ciência e a educação. Espera-se do comunitário novas formas de saber, novas formas de cantar, de construir cidades, de gerir a sociedade

mais equalitariamente. Se toda a proposta comunitária é transgressora, então será sempre feia, dissonante e suja.

A “feiura” como estética transgressora do popular

A esse respeito, reitero o tema que venho tratando recentemente: a questão da feiura simbólica, como representação do contradiscurso e do aspecto questionador da comunicação popular comunitária. Acontece que, no contexto da crise psicossocial manifestada pela ascensão conservadora, a feiura como contrarregra é dominante. Pois, esgotados os recursos do discurso, resta-nos o que antes foi deixado de fora. No contexto da música popular, denominei de “música feia” as formas de comunicação cancionista que recorrem ao grotesco estético para manifestar o desejo de transformação social. A música popular como expressão comunitarista carrega a feiura simbólica, a mesma função transgressora desejada por Max Horkheimer em 1935. No livro “Música Estranha” afirmo:

A responsabilidade de desfazer o belo. Os movimentos populares mais frutíferos do último século talvez tenham sido aqueles que se voltaram contra a própria ideia de progresso, beleza, clareza, e contra toda positividade do discurso e da cultura. Pois o popular, não esqueçamos, é o terreno da sombra coletiva, da transmutação de ideias, o que só virá daquilo que hoje ocupa o lugar da sujeira e da feiura (GABBAY, 2021, p. 83).

O papel da feiura é então desfazer o belo. Notem a metáfora. O belo é o adequado, conveniente, consonante. É a representação apolínea do desejo de conservação. É a referência a seguir, o padrão adorniano, a monotonia anti-trágica, a (má) consciência nietzscheana. O feio é seu duplo, sua sombra, sua

possibilidade, sua virtualidade. Um contradiscurso, uma contra-regra. Pois para Agamben (2009, p. 22), o contemporâneo é por natureza inatual, não coincide com a norma. Não é normal.

O “poder da normalização” é, aliás, uma temática cara ao século XX. O conjunto de aulas de Michel Foucault organizado como o volume “Os Anormais” em 1975 levanta essa bandeira e esclarece os princípios da normalidade construídos ao longo dos últimos três séculos. Segundo Foucault (2018, p. 36), o “padrão de normalização” nasce de uma fronteira injusta entre o Direito e a Psiquiatria em busca de uma gradação entre normal e anormal. O “poder de normalização” transforma tanto o poder judiciário como o saber psiquiátrico a ponto de se constituírem em instâncias do “controle do anormal”. Os anormais, leprosos, loucos, vagabundos, desencaixados são objeto de expulsão e rejeição ao longo do século XVIII, com a cultura dos hospitais e hospícios, e objeto de retenção e “inclusão” no século XIX com a cultura das quarentenas em cidades empestadas. Tratam-se de mecanismos de separação jurídica e política. A exclusão do leproso no século XVII acompanhava um rito fúnebre e a liberação legal de seus bens. O indivíduo é subtraído da sociedade, do direito e da possibilidade de discurso.

O mesmo mecanismo é observado na “História da Sexualidade”. Ali, Foucault (2017, p. 57-59) retoma a tradição grega segundo a qual o homem afeminado é aceito para o desejo, mas excluído para o direito, tido como “passivo” e, portanto, reduzido à qualidade de objeto de prazer. De todo modo, o poder resulta em mecanismos de exclusão, desqualificação, exílio, privação, rejeição, recusa, desconhecimento, retirada das cidades, ou ainda, encerramento em cidades sitiadas, em territórios cerrados.

Os mecanismos de exclusão e “inclusão” legitimados pelo Direito e pela Medicina irrompem sobre uma sociedade desacostumada ao desvio e com a “anormalidade”. Foucault observa que sob o modelo da “inclusão” da peste, a Idade Clássica inventou um poder produtivo e positivo, que age por produção e maximização da produção, pela formação, investimento, acumulação e individualização da produção. Ocorre a partir daí a normalização da disciplina inclusiva.

A norma corrige, qualifica, inclui, e o “anormal” deve se dobrar à norma!

Por seu turno, o escritor francês Antonin Artaud, poeta e encenador marginalizado, morto em 1948, após oito anos de internação nos asilos de Ivry e Rodez, e objeto de fascínio de Michel Foucault, em seu texto tardio sobre Vincent Van-Gogh, observa:

A medicina nasceu do mal, se é que não nasceu da doença e não provocou, pelo contrário, a doença para assim ter uma razão de ser; mas a psiquiatria nasceu da multidão vulgar de pessoas que quiseram preservar o mal como fonte da doença e que assim produziram do seu próprio nada uma espécie de Guarda Suíça para extirpar na raiz o espírito de rebelião reivindicatória que está na origem de todo gênio (ARTAUD [1947] 2007, p. 53).

É nessa fase final, tendo rompido com o movimento Surrealista, que Artaud percebe a arte como “crueldade”, como manifestação de uma verdade insustentável. “A realidade é terrivelmente superior a toda história, a toda fábula, a toda divindade, a toda surrealidade”, afirma (ARTAUD, [1947] 2007, p. 50). Nos anos 1930 viaja ao norte do México para trazer de lá suas “Mensagens Revolucionárias” inspiradas em uma ordem

social-racional-estético-cosmológica inteiramente outra, e por isso revolucionária para o pensamento europeu moderno. Para Artaud, Van-Gogh foi um *suicidado* especialmente por seu médico, o doutor Paul Gachet, em quem provocava – segundo a interpretação de Artaud – uma inimizade originada da força com que se manifestava a arte de Van-Gogh. Lembremos também que ao tratar de Van-Gogh tratamos de um artista intuitivo, popular, degenerado, sem instrução. Degenerado como foi mais tarde classificada a arte judaica pelo nazismo. Feia, infantil. Não esquecendo também da força criativa, desobediente e questionadora do arquétipo da criança eterna.

O pensamento de Foucault e o sofrimento de Artaud nos lembram que a arte vem questionar a norma, dar voz ao “anormal”. Se não, a arte vem como catarse, como erupção vulcânica de um excesso de normalidade. A arte serve para manifestar a loucura coletiva, as ansiedades e angústias coletivas. Sem a arte, o mal-estar do tempo seria canalizado para a barbárie.

Por outro lado, não devemos deixar de notar que o viés comunitário da arte – o que nos interessa especialmente aqui – é psicossocial. Manifesta-se a alma coletiva, os conflitos do tempo e lugar. O psicólogo suíço Carl G. Jung em seus estudos sobre a arte observa que a manifestação arquetípica é sempre coletiva. A arte fala como se tivesse mil vozes:

Toda referência ao arquétipo, seja experimentada ou apenas dita, é ‘perturbadora’, isto é, ela atua, pois ela solta em nós uma voz muito mais poderosa do que a nossa. Quem fala através de imagens primordiais, fala como se tivesse mil vozes; comove e subjuga, elevando simultaneamente aquilo que qualifica de único e efêmero na esfera do contínuo devir, eleva o destino pessoal ao destino da humanidade e com isto também solta em

nós todas aquelas forças benéficas que desde sempre possibilitaram à humanidade salvar-se de todos os perigos e também sobreviver à mais longa noite (JUNG [1922] 2011, p. 83).

Jung refere-se à constelação coletiva de conteúdos que se manifestam para toda a geração. Em seu texto “Psicologia e poesia”, de 1930, ele explica: “sempre que o inconsciente coletivo se encarna na vivência e se casa com a consciência da época, ocorre um ato criador que concerne a toda a época; a obra é, então, no sentido mais profundo, uma mensagem dirigida a todos os contemporâneos” (JUNG [1930] 2011, p. 100).

Assim, por exemplo, a questão da homossexualidade, associada à figura da mãe e à cultura judaica no “Uivo” de Allen Guinsberg parte de sua própria história de vida, funcionando por vezes como confissão e expurgação; mas, sob a ótica junguiana mais ampla, reflete um dado do tempo ligado às reconfigurações da sexualidade entre a juventude do pós-guerra, que se exprime em grande símbolos, como a “desventura”, o “nômade” e o “vagabundo”.

Allen Guinsberg, o poeta marginal, gay, nômade e grotesco da geração *beat*, foi um intelectual orgânico ou porta-voz de uma estética urbana que ainda estava por vir, e por isso mesmo foi em seu tempo “feia”. A sequência inicial de seu icônico livro “Uivo”, de 1956, é um olhar exatamente “anormal”, “inatural”, “marginal”: “*I saw the best minds of my generation destroyed by madness, starving hysterical naked*”.

A arte é a expressão do todo psicossocial das sociedades. É a manifestação da realidade crua ou da fantasia como formas de ampliação da consciência e da realidade.

Do ponto de vista comunitarista, a cultura popular e suas formas artísticas são formas poéticas de comunicação radical. De acordo com a perspectiva que sustento em meu livro “Comunicação Poética e Música Popular” (GABBAY, 2018, p. 111; 132; 163), A comunicação poética seria o mecanismo pelo qual expressamos e verificamos o espírito de uma época, seus anseios, atravessamentos sociopolíticos e os aspectos gerais da cultura de uma determinada sociedade ou comunidade, que designa um processo relacional e comunicativo que, além de se dar por intermédio das estruturas e formas poéticas, vale-se de uma aproximação estética com os afetos, com as sensações e emoções do homem. Por meio do poético, temos a possibilidade de construção de um valor ético comum, válido no tempo-espaço da experiência estética, e que pode agenciar visões de mundo. A poética é um meio de expressão comunicativa contundente, política e radical.

Assim, a comunicação popular comunitária tem em suas manifestações artísticas a possibilidade de discursos que apontem as dissonâncias do tempo e suas possibilidades de transformação radical.

Música popular, comunitarismo e feiura

É preciso distinguir a feiura como projeto político conservador, aquele voltado para o empobrecimento das possibilidades de ocupação das cidades, orientado pelo capital, pela indústria da construção civil, da feiura como recurso discursivo popular de transfiguração crítica.

Anna Carolina Raposo de Mello, Bianca de Figueiredo Melo Villas Bôas e Carolina Pedrosa Cardoso Itocazo, em um trabalho de pesquisa ainda no prelo, dissecam a estética conservadora da

extrema-direita brasileira nos vídeos institucionais do governo de Jair Bolsonaro, com o excesso como símbolo da opulência decadente e da nostalgia de um nacionalismo extremista, em aspectos da cenografia e dos recursos audiovisuais de desfoque e o enquadramento *contra-plongé* ou plano americano. Os símbolos principais seriam a bandeira, as logomarcas governamentais e obras de arte nacionalistas, usados como suporte para um discurso conspiracionista e sentimentalista. A decadência estética resultante desse *mélange kitsch* é inteiramente diferente da “feiuza” estética como recurso afirmativo comunitarista.

Na “Teoria Estética” de Adorno (2008, p. 82-84), a feiura é o mecanismo dialético pelo qual a arte subverte as formas convencionadas e estabelece novas formas que conservam uma negatividade. Em seu pensamento tomado pelo materialismo histórico, Adorno vê na feiura uma possibilidade de valor social para a função estética. O feio na arte tem a função de ampliar e esgarçar a noção de ideal. Adorno também identifica a crueldade como qualidade autônoma que vem degenerar a lei formal, o padrão. O caráter dialético da feiura está justamente na disputa entre dominação e sujeição à natureza, e na crueldade como resistência à forma a que acabará se submetendo, o que se caracteriza por uma espécie de forma-feiura: “São, porém, bem sucedidas as obras de arte que, do amorfo, ao qual elas incondicionalmente violentam, algo preservam para a forma, que enquanto separada o provoca. Só isso é o reconciliado na forma” (ADORNO, 2008, p. 83). A crueldade tem a função de estabelecer uma nova forma, extraída do amorfo para tornar-se unidade, mantendo, porém, seu caráter destruidor.

O belo como positividade e o feio como negatividade, ainda que enredado pela forma, eis o paradigma que se estabelece.

O feio é a potência social e estética da arte, a exemplo da mitologia grega, cruel, devastadora e potencialmente formal. Por outro lado, a arte moderna em sua função transfiguradora com o dodecafonia da Escola de Viena ou com a feiura primitivista de Picasso, ainda que degeneradas estabelecem uma nova forma de discurso. Eis a potência dialética do feio. Degenerar e estabelecer a técnica do discurso. Falar por fora e por dentro.

Na música popular brasileira, há de se distinguir entre as formas meramente performáticas do feio estético e aquelas onde este efeito contraditório poderia estar presente. O álbum “Cores e Valores”, dos Racionais MCs, lançado em 2015, seu último disco de canções inéditas que vem depois de um hiato anticomercial de doze anos, traz na capa uma cena de assalto a banco. Ao fundo, a cidade em sua forma *downtown*, um cenário que confunde a Wall Street de Nova York com o Largo de São Bento de São Paulo. Quatro assaltantes armados se aproximam à espreita, disfarçados com uniformes de lixeiros e máscaras da personagem Jason, do filme “Sexta-Feira 13”, a não ser pelo último assaltante, o único que olha para nós na foto, com uma máscara de palhaço.

Com uma expressão congelada pela máscara, é como se o palhaço fosse não a personagem do assaltante, mas a nossa própria face projetada naquela cena de assalto. Subversão máxima do sistema financeiro. Quatro lixeiros clownescos fortemente armados prestes a violar o símbolo arquitetônico do sistema financeiro.

Por outro lado, o cenário do show de divulgação do disco, no Espaço das Américas, em São Paulo, representava um grande pavilhão de presídio com três níveis acima do palco, como que em um momento posterior ao instantâneo

captado pela capa. A música principal do disco, por sua vez, conchama espaços marginalizados e sombreados da cidade de São Paulo para depois contrapor que “Pelas marginais os pretos agem como reis (reis) / Gostar de nós tanto faz, tanto fez (fez) / Me degradar pra agradar vocês? (nunca!)”. Mano Brown termina a mesma estrofe afirmando que “São Paulo tem dinheiro pra caralho” para adiante Ice Blue, na figura do assaltante, completar: “Ninguém se mexe, eu quero, espécie, dinheiro / Nada pessoal o assunto é financeiro”.

A apresentação do novo disco no Espaço das Américas provocou distorções entre os fãs que consideraram, em parte, o lugar muito central e privilegiado, enquanto que outros consideraram o território ideal para a radicalidade do discurso de assalto. O contraste precisa acontecer, faz parte da performance do discurso. A questão é que na tessitura de “Cores e Valores” nada é por acaso.

Tanto a cena do centro financeiro na capa do disco, como o cenário interno de um presídio no show remontam a símbolos arquitetônicos do mesmo sistema social, e representam o mesmo problema tratado no início deste texto: o mecanismo inclusivo do poder nas cidades.

A canção popular em seus entrecruzamentos com a indústria vem, no último século, ajudando a materializar movimentos artísticos de instinto comunitarista. Foi o caso da *Roraimera*, movimento que nos anos 1980 reuniu compositores de Boa Vista, Roraima, em nome de uma estética regional expressa não só na forma-canção, mas nas capas dos discos.

Na cena musical amazônica dos anos 1970 e 80, aliás, as capas dos discos nos ajudam a identificar as temáticas arquetípicas do movimento distribuídas entre quatro grandes

categorias: a sensualidade e o erotismo; os conjuntos e *big bands*; os regionalismos; e a figura do galã. Na forma-canção, aspectos da estética pop não conseguem se sobressair à precariedade sonora, que funciona como recurso discursivo. Nas capas dos discos, constatamos este mesmo movimento na tentativa de construção de uma figura heroica regional, ornamentada com objetos e códigos da cultura amazônica, paisagens, além do exagero cenográfico, aqui posicionado não como pobreza sentimentalista (que nossas colegas identificam acima na estética bolsonarista), mas como elogio à vida periférica, às formas de apropriação criativa.

A diferença entre a cafonice fascista e o brega popular está no fato de que a primeira reproduz símbolos petrificados em seu sentido de distinção social, enquanto o segundo se apropria criativamente de símbolos dominantes, subverte-os, atribui-lhes novos sentidos, revelando seu lado sombrio por meio do uso popular.

Isto pode ser percebido na forma como parecem funcionar essas temáticas arquetípicas identificadas nas capas de discos de brega dos anos 1980. Na sensualidade, a valorização dos “mistérios” amazônicos por meio da erotização. O eros como domínio dionisíaco do oculto, o arquétipo feminino dominante: a mata, a floresta, a grande-mãe e o erótico-instintivo. Nos conjuntos e *big bands*, a influência das orquestras de rádio AM, o caráter competitivo das bandas das cidades, a valorização do “arsenal” de instrumentos e músicos, além da guitarra como objeto de poder, empoderamento e modernização. Nos regionalismos, o uso de paisagens, cenas da natureza, a valorização da abundância da grande-mãe, a riqueza interior do arquétipo feminino dos “mistérios” da terra. E, na figura do galã, a representação do herói midiático na embalagem do popular,

figurino, maquiagem e cabelo, o arquétipo do herói urbano, porta-voz do mundo de baixo.

Os anos 1970 e 1980 ajudaram a consolidar uma estética popular regional que se apropriou criativamente de códigos pop, reconstruindo-os no “mundo de baixo”. Essa estética hoje determina o gênero popular brega ou regional, observável em novos produtos como o “Treme”, de Gaby Amarantos (2012), ou o “Kitsch Pop Cult”, de Felipe Cordeiro (2012), ou ainda o “Guitar Hero Brasil”, de Manoel Cordeiro (2019).

O importante é a função negativa da feiura. É importante que a feiura estética tenha lugar na sociedade, do contrário abrem-se as portas do fascismo. Arthur C. Danto, em seu “O abuso da beleza” (2015, p. 54-55), recupera o papel da repulsa na experiência estética, subtraído pelo pensamento kantiano no século XVIII. Isso ao observar a *tête de vache* do artista britânico Damien Hirst. Cabeças de vacas reais sendo possuídas por aspectos da decomposição. O que eu compreendi com o sentimento de espanto provocado pela vídeo-arte do artista holandês Roderick Hietbrinck, “The Living Room”, exposta na Bienal de São Paulo em 2018, onde, por quase 8 minutos, assistimos a uma sala de estar vazia sendo atravessada e devastada por uma árvore içada por cabos de aço.

“De certo modo, o belo surgiu do feio mais do que ao contrário”, arremata Adorno (2008, p. 84-85). Para ele, confundir estética com teoria do belo é uma perda de tempo, assim como definir o belo como renúncia ao feio. O recurso à beleza a qualquer preço é fuga. Fuga da realidade dialética, da complexidade da vida, é refúgio na formalidade estética.

[...] a beleza, segundo a sua tendência histórica, foi algo de formal. A redução que a beleza faz sofrer ao horrível, do qual ela provém e sobre o qual se eleva, e que ela de

igual modo mantém fora do recinto sagrado, tem algo de impotente face ao horrível (ADORNO, 2008, p. 85).

O filósofo alemão termina a digressão sobre o belo e o feio na “Teoria Estética” identificando o feio como constrangimento. É esse o papel social da cultura popular e da comunicação popular comunitária: constranger. Implantar o negativo da estética positivista e conservadora. Advogar pela sombra psicossocial, aquilo que foi entrincheirado ou encarcerado sob os muros da “anormalidade”.

Retornando ao popular, acreditamos que o papel transfigurador das variadas formas de comunicação poética será cada vez mais protagonista e feio. Em tempos de grandes transformações cabe a nós mais aprender do que ensinar, mais observar os mecanismos de apropriação e produção do discurso em suas novas possibilidades estéticas para não mais cair do deslize de tentar impor à vida popular uma orientação apolínea.

Referências

ADORNO, T. *Teoria Estética*. Lisboa: Edições 70, 2008.

AGAMBEN, G. *Nudez*. São Paulo: Ed. Autêntica, 2009.

ARTAUD, A. *Van Gogh: o suicida da sociedade*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2007.

DANTO, A. C. *O Abuso da Beleza*. São Paulo: WWF Martins Fontes, 2015.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum: ensaios sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2017.

DE MELLO, A. C. R.; VILLAS BÔAS, B. F.; ITOCAZO, C. P. C. **Estética Bolsonaroista nas Redes e o Populismo Digital: o uso das imagens na redefinição do campo político-identitário brasileiro.** São Paulo [no prelo].

FOUCAULT. M. **Os Anormais.** São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2018.

FOUCAULT. M. **A História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres.** São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2017.

GABBAY, M. M. **Comunicação Poética e Música Popular.** Curitiba: Ed. Appris, 2018.

GABBAY, Marcello M. **Música Estranha: novos rumos da canção no Brasil a partir do brega e go grotesco popular.** Belém: Ed. Paka-Tatu, 2021.

FOUCAULT. M. **Música Estranha: novos rumos da canção no Brasil a partir do brega e do grotesco popular.** Belém: Ed. Paka-Tatu, 2021.

HORKHEIMER, M. **Sobre a Questão da Verdade.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 2008.

JUNG, C. G. **O Espírito na Arte e na Ciência.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

Cidadania Comunicativa e saúde coletiva: os usos de mídias e ambiente digital como estratégia de educação permanente em saúde na região metropolitana de Natal (RN)

Juciano de Sousa Lacerda
Thays Helena Silva Teixeira
Lilian Carla Muneiro

Resumo

A partir da perspectiva da cidadania comunicativa, este texto aborda estratégias comunicativas para a educação permanente em saúde, considerando a atuação da proposta Educação permanente para organização do cuidado às DST, HIV/Aids e hepatites virais nas redes de atenção na região metropolitana do SUS/RN, especificamente o projeto 2 (dois) Produção audiovisual e construção de redes sociais colaborativas digitais como recursos pedagógicos na educação permanente para ação integral às DST/HIV/Aids. Utilizando questionário realiza-se uma análise que observa de que forma os alunos da proposta receberam e interagem com os dispositivos de

comunicação utilizados, tais como perfil e página no *Facebook* e também o canal no *Youtube*. A análise possibilita a compreensão das redes colaborativas como ferramentas midiático-comunicacionais destinados à educação permanente em saúde.

Palavras-chave: Cidadania comunicativa. Educação permanente. Saúde coletiva. Ambiência digital. Estudos da mídia.

Introdução

A proposta **Educação permanente para organização do cuidado às DST, HIV/Aids e hepatites virais nas redes de atenção na região metropolitana do SUS/RN** aprovada no chamamento Público nº 5/ 2014, do Ministério da Saúde/ Secretaria de Vigilância em Saúde, foi composta por três projetos que se articularam ao longo de sua execução a partir de julho de 2015 e 27 de fevereiro 2017. Esses projetos foram desenvolvidos pelo Núcleo de Estudos e Saúde Coletiva em parceria com os Departamentos de Enfermagem, Infectologia, Saúde Coletiva e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Neste texto destacamos as ações midiáticas desenvolvidas na proposta aprovada e como elas se constituem como um projeto integral, além de discutir os resultados de questionário aplicado aos participantes, profissionais da Rede de Atenção Básica da Região Metropolitana de Natal, para avaliação dos dispositivos e ferramentas utilizados no que diz respeito as atividades comunicativas.

O **Projeto 1: Capacitação para o manejo clínico do HIV/Aids e hepatites virais na atenção básica**, desenvolveu e estruturou, em ambiente virtual de aprendizagem, um curso para educação permanente para o cuidado às PVHA e HV, tendo o foco na atenção básica. O **Projeto 2: Produção audiovisual e construção de redes sociais colaborativas**

digitais como recursos pedagógicos na educação permanente para ação integral às DST/HIV/Aids, desenvolveu recursos educacionais midiáticos relativos ao conteúdo técnico, a partir de vivências no trabalho da saúde na atenção básica que estimulem a educação permanente. E o **Projeto 3: Capacitação para o manejo clínico da Sífilis e outras DST nas redes de atenção à saúde**, habilitou profissionais no processo de trabalho em saúde para o manejo clínico da sífilis, HIV e outras DST nas redes de atenção à saúde.

As estratégias midiáticas de educação permanente abordadas no **Projeto 2** são utilizadas como ferramentas didáticas e de apoio para os demais projetos da proposta. Uso da comunicação é entremeado de uma forma abrangente entre todos os demais projetos, especialmente como mecanismo de divulgação, preservação digital, compartilhamento e acesso a informações, conteúdos e produtos elaborados tanto gestores da proposta, quanto pelos alunos participantes.

O projeto audiovisual de modo geral é uma ação voltada para o desenvolvimento de ações educativas, sociais, artísticas, comunicação, direitos humanos, meio ambiente, saúde, trabalho, culturais e científicas ou tecnológicas, articuladas com o ensino, a pesquisa e a extensão. Nessa perspectiva de enquadramento, desenvolve recursos educacionais midiáticos relativos ao conteúdo técnico e a partir de vivências no trabalho que estimulem o diálogo entre saberes e a educação permanente entre pares, nos serviços e em espaços virtuais, como material de apoio e preservação digital aos cursos que compõem a proposta geral relatada inicialmente.

Visando promover o dinamismo e contemplar a multiplicidade de experiências culturais e saberes técnicos, a

linguagem audiovisual, que tem alto potencial de capilaridade, tem sido utilizada como estratégia de educação em saúde, conquistando o espaço de importante instrumento para a construção do conhecimento utilizando a imagem em processos pedagógicos.

O uso de recursos audiovisuais e também dos dispositivos midiáticos de ambiência digital no processo de ensino-aprendizagem para profissionais de saúde é um processo válido e rico em possibilidades quando são ponderados os fatores contextuais relacionados ao tipo de público e modalidade de capacitação: adequação, objetivos, aprofundamento dos conteúdos, motivação e perfil dos facilitadores e do público a que se destina (REZENDE; STRUCHINER, 2009). Segundo o “Guia de Produção e Uso de Materiais Educativos”, editado pela Coordenação Nacional de DST e Aids, em 1998, os materiais audiovisuais, a exemplo do vídeo, são apropriados para uma “audiência primária” de profissionais de saúde, em relação à sua eficiência como recurso pedagógico.

Para operacionalizar essa perspectiva geral alguns objetivos específicos se fizeram necessários para que pudéssemos integrar as demandas da saúde com as potencialidades midiáticas passíveis na educação permanente. São eles:

1. Produzir cinco vídeos educativos como recurso pedagógico e de preservação, em linguagem audiovisual, para a qualificação dos profissionais de saúde da atenção básica, voltados para o manejo clínico do HIV, sífilis, para o fortalecimento de redes de atenção e vigilância em saúde, para a intervenção comunitária/cultural na prevenção das DST/HIV/Aids.
2. Capacitar os profissionais para produzir vídeos amadores sobre suas práticas em vigilância em saúde, manejo clínico

do HIV, Sífilis e demais DST, e intervenções comunitárias/culturais para prevenção das DST/HIV/Aids, compartilhando-os nos encontros pedagógicos e em ambiente virtual colaborativo de mídias sociais.

3. Desenvolver ambiente virtual de mídias sociais digitais, para o compartilhamento, discussão coletiva, socialização de práticas, trocas de experiências e saberes inovadores, tendo em vista gerar uma cultura de participação para o aprendizado coletivo entre pares e fortalecimento das redes de atenção e vigilância em saúde. Ambiente utilizado como plataforma de preservação e recuperação do material produzido.

No que diz respeito a todo esse processo de fortalecimento da educação permanente em saúde, reiteramos o alcance desses objetivos de forma satisfatória, ainda que no processo de troca de saberes entre os sujeitos (FREIRE, 2015) eles devem seguir em mutação ao longo de projetos futuros. Essas operações foram executadas ao longo da efetivação dos demais projetos de forma concomitante e integrada, considerando as demandas dos sujeitos envolvidos em todo esse processo de educação permanente. Os vídeos foram finalizados e produzidos por meio de contratação de uma empresa especializada, *Cena 2 Produções*. A capacitação dos profissionais constituiu um dos módulos do curso em versão presencial, módulo introdutório.

Focalizando para este espaço de debate a efetivação e compreensão das reverberações propiciadas pelo objetivo três (3) aplicamos um questionário que pudesse nos mostrar os pareceres dos profissionais que participaram da proposta e que utilizaram diretamente as ferramentas que permitiam a circulação, produção e consumo de elementos midiáticos nos ambientes virtuais sugeridos. A intenção dos questionários

é tanto observar as potencialidades e desafios desse tipo de ambiente virtual quanto do sentimento que os participantes possuem em relação a esse tipo de perspectiva na formação, preservação digital do material produzido e educação permanente em saúde. Para cumprir o terceiro objetivo do projeto foram desenvolvidos na internet o ambiente virtual no *Facebook* – “Educação para o cuidado em DST/HIV/Aids e Hepatites virais”¹ e no canal do *Youtube* – “Educação para o cuidado em DST/HIV/Aids/Hepatites”².

Os resultados que relatamos nesse texto são oriundos da aplicação de questionário digital produzido utilizando a ferramenta Formulários *Google*³.

Ao total 238 sujeitos e sujeitos responderam as doze perguntas que foram apresentadas, de um total de 432 participantes exibindo um panorama de como as estratégias de mídia foram alcançadas ou não. O questionário nos permitiu observar de que forma os alunos do curso receberam e interagiram com os dispositivos de comunicação utilizados, tais como perfil e página no *Facebook* e também o canal no *Youtube*.

Reforçamos que as lógicas quantitativas dos números apresentados em seguida também sugerem inferências qualitativas quanto ao modo como as ferramentas midiáticas virtuais podem ser utilizadas, estratégias de usos aprimoradas e assim garantir a potencialização dos recursos midiáticos na educação permanente em saúde.

Assim, o cenário que veremos em seguida é uma estratégia metodológica que visa dar voz aos sujeitos, entendendo que a

1. [fb.com/profile.php?id=100010797222672&fref=ts](https://www.facebook.com/profile.php?id=100010797222672&fref=ts)

2. [youtube.com/channel/UCynYREdWOtgNOUbeRY7Z2mQ](https://www.youtube.com/channel/UCynYREdWOtgNOUbeRY7Z2mQ)

3. docs.google.com/spreadsheets/d/1WC262NMJzLkMP_Eopg9LdW_HT2h_hL_Ou1tfs_y34Wt7qQ/edit#gid=422334496

educação permanente não é um fluxo de cima para baixo, mas um compartilhamento de sentidos. “A apropriação da palavra e a realização do sujeito somente são possíveis desfazendo a falsa coerência do discurso por trás da qual se mascara o medo” (MARTÍN-BARBERO, 2014, p. 38), destaca Martín-Barbero. Em outras palavras, os ambientes comunicativos só fazem sentido quando todos podem modelar as práticas sociais que são inerentes a esses espaços. Gestores do projeto e participantes apresentam os seus lugares de fala reiterando os objetivos que norteiam o projeto.

Este estudo apresenta um caminho que visa compreender melhor os mecanismos da cidadania em interface com a comunicação, reforçando o quadro de referência de um conceito específico, a cidadania comunicativa. Aqui o conceito é destacado a partir das narrativas conceituais feitas por Camacho Azurduy (2001, 2005), Maldonado (2008, 2015), Mata (2005, 2010) e por Teixeira (2019) que compreende a cidadania comunicativa como uma perspectiva metodológica que parte das práticas sociais dos sujeitos na constituição dos caminhos que eles assumem para a tomada de consciência, a práxis cidadã e da visibilidade por meio dos dispositivos comunicacionais.

Nesse sentido, é fundamental o entendimento de como os dispositivos midiáticos, especialmente os de internet, são catalisadores na educação permanente e também melhoram os fluxos comunicacionais na atenção básica em saúde.

Estratégia metodológica

Para entendermos como o uso dos dispositivos comunicacionais foi fundamental para o processo de capacitação dos profissionais da atenção básica em saúde optamos pelo uso do questionário. Questionários são instrumentos de coleta de

dados que são preenchidos pelos informantes sem a presença do pesquisador.

É uma técnica de investigação formulada a partir de um conjunto de questões que “são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.” (GIL, 2008, p. 121). O que justifica o sentido dessa técnica para os sujeitos e sujeitas que participaram do curso de capacitação incluído na proposta **Educação permanente para organização do cuidado às DST, HIV/Aids e hepatites virais nas redes de atenção na região metropolitana do SUS/RN.**

Sob essa lógica, as perguntas formuladas no questionário buscaram entender especialmente os sentimentos, valores, comportamentos presentes e passados dos profissionais que integraram essa proposta e como essas informações podem colaborar para aperfeiçoamento dos processos de investigações futuros ocasionando, inclusive, no incremento de novas modalidades de usos dos dispositivos midiáticos colaborativos.

A construção de um questionário é considerada uma “arte imperfeita” (AAKER *et al*, 2001, p. 22), uma vez que não são delimitados procedimentos específicos que garantam com exatidão que seus objetivos de medição sejam alcançados com boa qualidade. Para tanto, bom senso e experiência do pesquisador podem reduzir erros em questionários, tais como, as questões ambíguas, potencialmente prejudiciais, dada sua influência na amplitude de erros.

No sentido de diminuir esses riscos inerentes a essa técnica, a construção do questionário que aplicamos foi resultado de uma discussão coletiva com toda equipe envolvida no projeto audiovisual, buscando a diminuição de possíveis

erros, ao passo que ampliando a qualidade dos questionamentos, a clareza nas perguntas e também que elas pudessem atender as demandas que o estudo necessitava. Esse mecanismo permitiu que um número de 12 questões fosse alcançado e que com elas pudessemos observar o panorama de aceitação e integração dos participantes com os dispositivos comunicativos na ambiência colaborativa da qual fizeram parte.

A decisão por essa quantidade de questões se deu por dois fatores, primordialmente. O primeiro deles por se tratar de um procedimento técnico que pode ser utilizado, elaborado e construído através de Formulário *Google*. Um fator que mantém a lógica da apropriação dos recursos midiáticos digitais no diálogo com os sujeitos que participam das atividades elaboradas para a proposta. O segundo fator é referente a característica dessa técnica que nos chama a atenção para rapidez, praticidade e eficiência na resolução das questões apresentadas.

Os dois quesitos nos levaram a elaboração de um questionário direto, com perguntas rápidas, sugestões de respostas que alcançavam os objetivos da pesquisa e que pudesse seguir a mesma lógica das atividades comunicativas que foram utilizadas ao longo do desenvolvimento do projeto.

Os participantes foram estimulados a responder ao questionário em acesso por email e também pelas páginas de *Facebook* onde já estavam adicionados, ou seja, no mesmo ambiente virtual colaborativo onde tiveram acesso a todos os demais materiais do curso e isso “possibilita atingir grande número de pessoas, mesmo que estejam dispersas numa área geográfica muito extensa” (GIL, 2008, p. 122). O que aponta maior relevância para o uso dessa técnica, uma vez que os participantes do curso estão distribuídos pelas cidades da região metropolitana de Natal (RN), além de nos permitir uma análise

de cenário de modo a produzir generalizações.

A leitura e análise dos dados resultantes do questionário aplicado podem ser consideradas uma reconstrução dos documentos abordados e trabalhados com os participantes da proposta de educação permanente efetuada com profissionais da atenção básica da região metropolitana de Natal. Essa produção de relatório visa ser capaz de traduzir a experiência desenvolvida no ambiente virtual construído no *Facebook* e avaliar os possíveis usos que foram realizados e poderão ser, futuramente, feitos dos materiais produzidos (preservação digital).

Práxis em cidadania comunicativa

As nuances e reformulações das culturas locais mediadas pelos dispositivos midiáticos e comunicacionais impõem demandas diferenciadas em relação àqueles de caráter hegemônico, bem como de suas linguagens que constituem parte das dimensões do poder simbólico das comunidades.

Assim, é possível compreender a cidadania comunicativa como um espaço de organização das racionalidades dos sujeitos em seus contextos sociais e as práticas que se utilizam na estruturação de direitos e deveres a partir de recursos e dispositivos comunicacionais. Maldonado (2015) compreende que esse conceito é resultado das adversidades midiáticas inerentes às lógicas dos meios hegemônicos tradicionais, das restrições políticas e limitações jurídicas para que outros meios possam se instaurar de modo mais igualitário.

Nessa mesma lógica, Mata (2005, p. 2) é pragmática ao pensar uma definição para a cidadania comunicativa. A autora considera o conceito como “consciência e exercício dos direitos a informação e comunicação”, aportando para essa relação de

práxis cidadã, em que não possível dissociar a consciência da prática, a ação da razão e vice-versa. Observar os resultados dos projetos desenvolvidos desde a perspectivas dos participantes é compreender como as ferramentas comunicacionais atuam na educação permanente proporcionando elementos cidadãos.

Camacho Azurduy (2005) aponta que a cidadania comunicativa é uma via entre os anseios e práticas cidadãos e suas relações com os meios de comunicação. Segundo ele, essas correspondências de interesses e convivências, de uma maneira ou de outra, constroem formas de ser e exercer a cidadania comunicativa. São essas formas o que veremos estabelecidas ao analisar a práticas dos sujeitos em relação as atividades desenvolvidas no projeto de redes colaborativas para a educação permanente em saúde.

Diante desses percursos, Teixeira (2019) aporta a perspectiva da cidadania comunicativa como prática social catalisadora que proporciona aos sujeitos espaços de visibilidade na esfera midiática. Uma ótica pertinente neste espaço que procura compreender como os elementos da cidadania em dispositivos midiáticos fomentam a visibilidade de sujeitos no âmbito da saúde coletiva e práticas de educação permanente.

Resultados quantitativos/qualitativos e discussão

Os questionários nos permitem observar um cenário que descreve de modo coletivo as impressões e referências dos sujeitos que participaram do curso e entender como estes dialogaram como os dispositivos apresentados. Vamos aos resultados decorrentes da aplicação dessa técnica de investigação.

Das 12 questões que constam no questionário aplicado, algumas visam observar o cenário dos respondentes e não

propriamente as ferramentas comunicativas utilizadas e seus suportes. Essa lógica nos chama para entender o perfil das pessoas que estavam participando do curso e a ambientação dos pontos de vistas que podem ser elencados devidos a essas características de ordem pessoal e profissional (recursos cidadãos).

A três questões iniciais fazem alusão a essa perspectiva. A **primeira questão** desenha o gênero dos sujeitos e sujeitas que participaram da capacitação. Do total de pessoas que responderam (238), 83,5% declararam-se do gênero feminino, 199 pessoas. Os demais 16,5% afirmaram para o masculino, 39 pessoas. A quantidade sensível de sujeitas era esperada porque nas versões de encontros presenciais o público era marcadamente feminino.

A **segunda questão** abordou a faixa etária das pessoas que estavam participando do curso. O objetivo desse questionamento é entender como se configura a distribuição por idade dos participantes e de que forma isso influencia ou não no uso dos dispositivos de mídia digital para a lógica da educação permanente. A maior parte das pessoas que responderam ao questionário está localizada na faixa etária que compreende os 31 e 40 anos, juntos totalizaram 33,8%.

A **questão número três** perguntava a profissão. A intenção desse item é entender como está feita a distribuição dos profissionais da saúde, que participaram do processo de capacitação, na atenção básica e qual carreira possui a maior concentração de recursos humanos. Os números apontam para uma maioria absoluta de enfermeiros, 56,4%. *Ver GRÁFICO 1 na página 497.*

As perguntas que seguem estão diretamente relacionadas

a busca pela compreensão dos participantes e de suas impressões no uso dos dispositivos midiáticos como ferramenta didática na educação permanente. Tais questionamentos são necessários para que possamos fazer o exercício de entender o outro diante de propostas de educação permanente com o uso dos dispositivos comunicacionais.

A questão quatro: **Durante as atividades de imersão da Capacitação para o Manejo Clínico da Sífilis e outras DST nas Redes de Atenção à Saúde, no desenvolvimento dos vídeos e fotos, como você avalia o uso do *Facebook*?** tem por objetivo compreender o grau de satisfação dos sujeitos e sujeitos diante dos elementos vídeos e fotos que foram compartilhados no ambiente virtual quando estes participavam das atividades imersivas correspondentes aos módulos da capacitação. 41,4% responderam que estes mecanismos utilizados foram plenamente satisfatórios. Evidenciando que a satisfação foi uma característica recorrente entre os respondentes. O segundo item mais recorrente alcançou 34,6%, sendo a opção satisfatório. *Ver GRÁFICO 2 na página 498.*

Seguindo a lógica da usabilidade buscamos entender como os participantes de fato se integravam com as ferramentas inerentes ao ambiente virtual de debate da capacitação. A intenção desse questionamento é observar de que forma o *Facebook* (rede social virtual utilizada para a constituição do ambiente colaborativo) estava presente nas práticas dos sujeitos e como eles procuravam interagir com os conteúdos que eram apresentados.

A questão 5 toma como parâmetro esse uso e pergunta: Com que frequência você utilizou o *Facebook* para acessar as atividades no perfil e página do curso? As respostas apontam para um fluxo não elevado de usabilidade. Os participantes

afirmaram em sua maioria que acessavam o *Facebook* apenas uma vez por semana para observar as atividades da página e perfil do curso, somaram 48,9%. Ver **GRÁFICO 3** na página 498.

Ao serem perguntados: **No ambiente de discussões do *Facebook* referente ao grupo de sua turma da capacitação você participava ou observava?** 37,1 % dos respondentes disseram que participavam sempre que eram colocadas novas postagens. Entretanto, 23,6% (segundo maior grupo respostas para esse item) afirmaram que apenas observavam as discussões. 4,2% disseram que não participavam e nem observavam os debates. Ver **GRÁFICO 4** na página 499.

Procurando entender como os participantes avaliaram a qualidade dos conteúdos compartilhados no ambiente colaborativo a sétima questão ponderou sobre esse ponto: **Como você avalia a qualidade dos conteúdos compartilhados no *Facebook* sobre cada módulo da capacitação?** A intenção é avaliar como os participantes relacionavam-se com esses conteúdos e de que forma essa produção era positiva no exercício de sua atividade profissional no âmbito da atenção básica em saúde. 60,8% disseram que o conteúdo compartilhado fora totalmente adequado, 27% afirmaram que os conteúdos foram parcialmente adequados, 6,3% não souberam afirmar, 5,5% disseram que cumpriram parcialmente os requisitos e 0,4% afirma que não foi adequado.

Esses dados nos chamam a atenção para os cuidados quanto a qualidade e a coerência da produção que é compartilhada por meio desses ambientes de diálogo. Esse fator está associado ao baixo interesse e pouca frequência dos participantes no uso das ferramentas disponíveis. Ainda que o percentual de pertinência seja elevado é fundamental uma maior adequação dos conteúdos ao público usuário desse espaço de compartilhamento.

Daí que a qualidade do conteúdo, a plataforma onde está imerso e os recursos comunicacionais compartilhados implicam na qualidade da preservação do material comunicativo destinado a educação permanente em saúde e geram recursos de práxis em cidadania comunicativa.

O oitavo ponto questionado dizia: **Você encontrou dificuldades no uso e manuseio das ferramentas do Facebook?** 53,2% afirmaram que não encontram dificuldades, 24,1% disseram que quase nunca, 12,2% reiteraram que sim, que tiveram dificuldades e 10,5% apontaram que frequentemente sim encontravam problemas. Tais quantitativos sugerem que o manuseio da rede social e dos seus elementos não eram uma dificuldade evidente para os participantes da capacitação. Esse fator chama a atenção de modo positivo porque reafirma que o uso desses dispositivos é potencial no processo pedagógico da educação permanente e cidadão.

O uso das ferramentas de comunicação e mídia, bem como dos conteúdos repassados por elas, colaboraram para o aprofundamento do seu conhecimento sobre os temas de IST/HIV/ AIDS e a Sífilis? Ao serem colocados diante desse questionamento (Questão 9), item vital para a efetivação dos objetivos do projeto que é descrito neste estudo, os participantes foram categóricos afirmando de forma massiva (72,6%) que colaboraram bastante. *Ver GRÁFICO 5 na página 499.*

Os percentuais apontados para a colaboração reiteram do fortalecimento e impacto que os dispositivos comunicacionais possuem no processo de educação permanente, que no setor da saúde pública eles possuem relevância considerada e que os profissionais podem acessar esses mecanismos de forma

didática ao passo que estejam mais integrados aos ambientes comunicacionais.

Ao serem indagados na questão 10: **Você acompanhava as postagens dos facilitadores e dos monitores da capacitação e os materiais distribuídos a partir de que canal de mídia?** Responderam que o maior canal de acompanhamento era o perfil do *Facebook* da capacitação (44,7%). Essa questão tinha a múltiplas possibilidades de respostas e por isso vários canais aparecem com índices mais distribuídos de frequência. Ver *GRÁFICO 6 na página 500*.

Assim os itens recorrentes que mais aparecem como espaços para o acompanhamento, além do já citado foram: Página do projeto (16,5%), grupo/fórum da turma no *Facebook* (43,5%), pelo *Whatsapp* dos facilitadores e coordenadores (27,8%) e por avisos enviados por e-mail (40,1%). O item menos apontado atingiu 0,8% que foram aqueles que não acompanhavam por nenhum dos dispositivos apresentados durante o processo de capacitação.

Os múltiplos canais acessados indicam a aderência dos profissionais a capacitação por meio das ferramentas comunicativas. O *Facebook* era nosso principal dispositivo, as demais estratégias de mídia foram incorporadas pelo uso que os profissionais já fazem e como tentativa de não excluir ninguém do processo. Isso sugere uma reflexão de que não se pode pensar uma estratégia de formação permanente pelas mídias e redes sociais tendo como estratégia um único dispositivo, mas sim um uso integralizado de vários dispositivos (práticas cidadãos dos sujeitos), na forma de uma ecologia de dispositivos midiáticos, em que cada um se complementa e tem seu papel nas interações.

Você considera que o uso do *Facebook* pode favorecer o desenvolvimento das suas atividades de trabalho no distrito ou município que faz parte? Esse era o questionamento presente na décima primeira questão. Em resposta a esse item observou-se uma importância recorrente dada ao *Facebook* como ambiente de diálogo em todo esse processo. 50,2% afirmaram que a ferramenta pode favorecer muito, 22,4% disseram que pode favorecer moderadamente, 15,6% apontaram que pode favorecer pouco, 9,7% indicaram que não favorece muito e 2,1 disseram que não favorece em nada. O fato de mais da metade dos respondentes destacar o favorecimento reitera a percepção da plataforma como um elemento comunicacional utilizado e reconhecido em caráter colaborativo.

O último questionamento apontado no questionário avaliativo aqui debatido faz alusão ao uso dos dispositivos móveis no processo de educação permanente. **Você acredita que possa usar o celular para produzir vídeos em sua unidade de saúde com uma estratégia para a educação permanente?** Perguntamos.

50,6% acreditam que o uso é bastante viável. O uso do celular como possibilidade na educação permanente foi parte das atividades de imersão, ao passo que os profissionais da saúde da rede de atenção básica que participaram do curso foram capacitados, em termos de técnicas midiáticas, para fazerem uso dessas ferramentas móveis. A estatística apontada reforça a adesão desse elemento no cotidiano desses profissionais. *Ver GRÁFICO 7 na página 501.*

Os indicativos de que os dispositivos de mídia comunicacionais têm forte potencial na educação permanente em saúde ficam evidentes na análise dos dados apontados pelos questionários.

Os dados elencados apontam para um ambiente colaborativo, de educação permanente que consegue se estruturar e integrar sujeitos e sujeitas que vivem em ambientes geográficos distantes, mas que compartilham elementos de reconhecimento, neste caso a profissionalização e qualificação da atenção básica em saúde no Rio Grande do Norte.

Considerações finais

Os números que vimos descritos e debatidos ao longo deste capítulo reforçam a lógica desses cenários de educação permanente em saúde e práxis cidadã que o projeto buscou alcançar com os profissionais de rede de atenção básica da região metropolitana de Natal (RN). Os resultados do questionário apontam para a adesão aos dispositivos comunicacionais de forma contundente pelos participantes da proposta, o que sugere um importante espaço de preservação e recuperação de informação digital e espaços de visibilidade em cidadania comunicativa.

O uso do *Facebook* foi relevante, mas integrado e potencializado numa ecologia de dispositivos (*Whatsapp*, *Email*, *Youtube*) que tomam por base a experiência cotidiana dos profissionais que não se limitam a interagir somente por um único dispositivo, recurso que dificultaria a recuperação de informações e material de formação disponível. E que novas propostas de formação permanente com uso de dispositivos de redes sociais devem partir dessa lógica de pensamento, desde a proposição, na integração entre estas diferentes formas/dispositivos de interação social em rede etc.

Os indicativos enunciados por essas estatísticas reafirmam as percepções qualitativas que tivemos ao longo

dos meses de capacitação, do acompanhamento diário das participações e do diálogo presenciado nos espaços de encontro, tanto virtuais como presenciais. Os elementos da mídia se tornam ferramentas de integração entre os sujeitos e que com coerência e qualificação se tornam espaços de dissipação, compartilhamento e diálogo de conhecimentos, tanto com profissionais que demandam deles, quanto no contato com a comunidade e os seus anseios.

Desenvolver um ambiente virtual de mídias sociais digitais, para o compartilhamento, discussão coletiva, socialização de práticas, trocas de experiências e saberes inovadores, para o aprendizado coletivo entre pares e fortalecimento das redes de atenção e vigilância em saúde foi necessário para garantir a efetividade do processo de educação permanente e cidadania comunicativa.

A capacitação que incluía a formação presencial, educação a distância e o uso de dispositivos midiáticos para a educação permanente resultou tanto em uma qualificação múltipla quanto na potencialização do uso dessas ferramentas midiática comunicacionais para melhoria dos recursos de atenção em saúde na região metropolitana do SUS/RN, promovendo a integração entre os diversos atores envolvidos nos projetos para a discussão e o conhecimento sobre a rede de atenção à esses agravos, de maneira dinâmica e coletiva. E como resultado uma plataforma de acesso livre ao material produzido durante a efetivação do projeto.

A educação permanente nessa experiência foi potencializada pela interdisciplinaridade, onde a saúde e a comunicação, atuando em conjunto, possibilitaram a troca de saberes entre os profissionais de saúde e de comunicação

dentro de um cenário educativo. Tal processo foi vital para abrir a perspectiva da estruturação de uma rede de atenção mais qualificada e que a atenção ao HIV e às IST aconteça mais próxima da realidade dos sujeitos.

Referências bibliográficas

AAKER, Et.al. *“Marketing Research”* (7th Ed.), New York: John Wiley & Sons, 2001.

CARVALHO, M. C. M. D. *Metodologia científica: fundamentos e técnicas*. 8ª. ed. São Paulo: Papirus, 1998.

FREIRE, P. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2015.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas da pesquisa social*. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015* / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

LACERDA, J. S. *Ambiências comunicacionais e vivências midiáticas digitais*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação. São Leopoldo: UNISINOS, 2008.

MARTÍN-BARBERO, J. *A comunicação na educação*. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Guia de produção e uso de materiais educativos/Coordenação Nacional de DST e Aids*. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.

REZENDE, L. A.; STRUCHINER, M. Uma Proposta Pedagógica para Produção e Utilização de Materiais Audiovisuais no Ensino de Ciências: análise de um vídeo sobre entomologia. Alexandria: **Revista de Educação em Ciência e Tecnologia**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 45-66, mar. 2009. Disponível em: periodicos.ufsc.br/index.php/alexandria/article/view/37914. Acesso em: 15/01/2020.

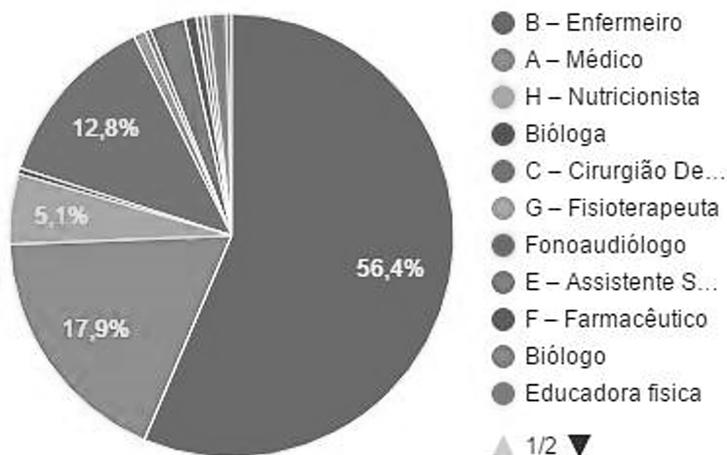


Gráfico 1 – Profissão em exercício

Fonte: Questionários/Tabulação própria

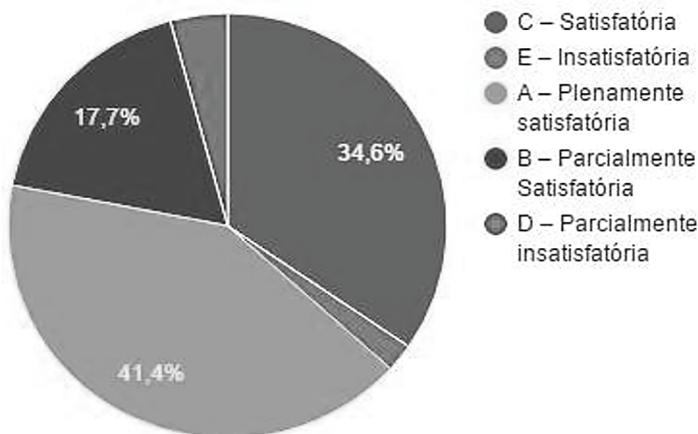


Gráfico 2 – Satisfação na atividade de imersão

Fonte: Questionários/Tabulação própria

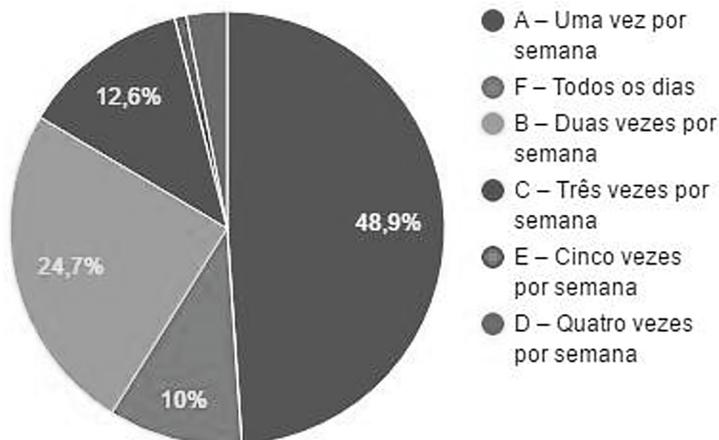


Gráfico 3 – Frequência de acesso a página e perfil no *Facebook*

Fonte: Questionários/Tabulação própria

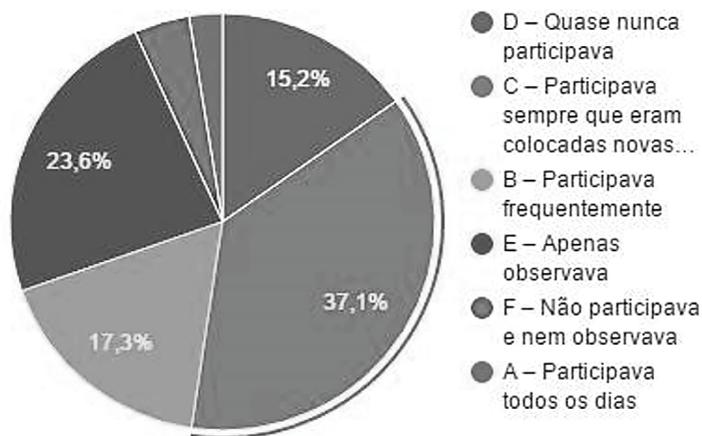


Gráfico 4 – Grau de participação ou observação nas discussões

Fonte: Questionários/Tabulação própria

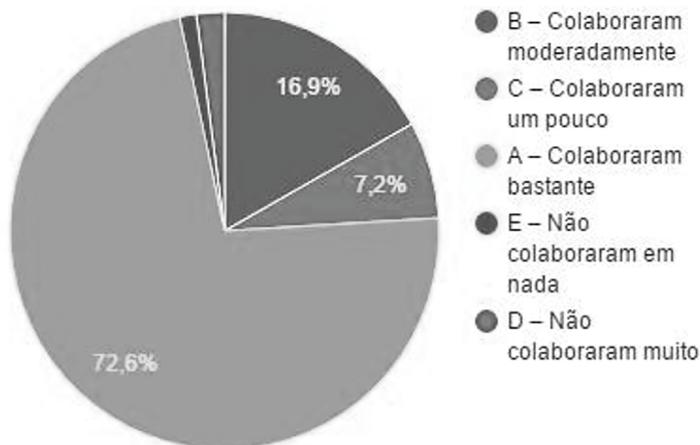
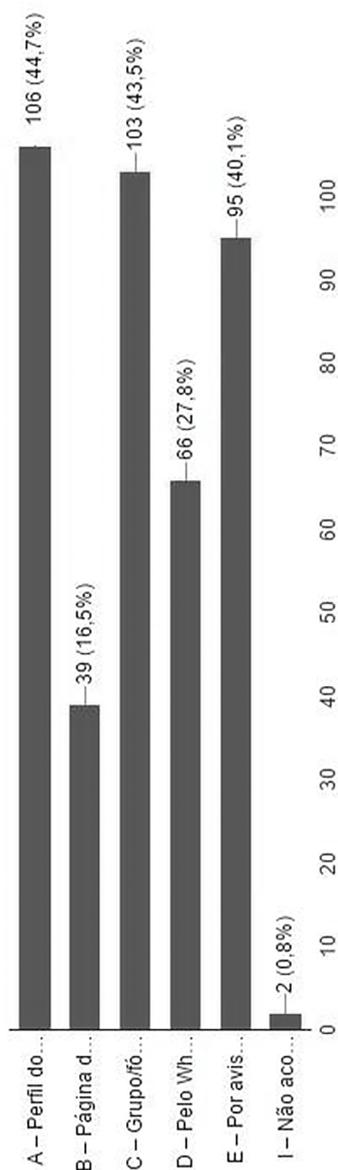


Gráfico 5 – Colaboração das ferramentas de mídia

Fonte: Questionários/Tabulação própria

Gráfico 6 – Acompanhamento das postagens dos facilitadores e monitores

Fonte: Questionários/Tabulação própria



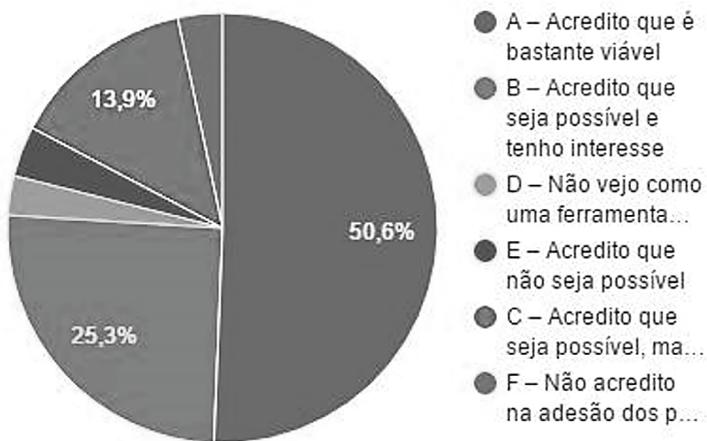


Gráfico 7 – Uso de celular na produção de vídeos

Fonte: Questionários/Tabulação própria

As vertentes emergentes da comunicação publicitária que disputam o cotidiano e impactam na vida prática cidadã

Patrícia Gonçalves Saldanha

Resumo

No cenário em que os desafios tecnopolíticos da midiatização se manifestam e se naturalizam na vida ordinária, a comunicação publicitária retoma seu sentido originário “tornar comum” e dilata suas finalidades. *Pari passu* à modalidade tradicional que se mantém comercialmente atuante, a atividade publicitária não para de se reinventar e passa a disputar terrenos de atuação na Sociedade Civil, através de categorias alternativas às tradicionais tanto em operações de dominação como de resistência. No presente trabalho refletiremos sobre duas configurações potenciais que se inscrevem e avançam no panorama contemporâneo: a Publicidade Sensorial e os impactos sociais (viés hegemônico) e a Publicidade Social como possibilidade de resistência às investidas capitalistas (viés contra-hegemônico). Para contribuir com uma epistemologia

da comunicação comunitária, popular e cidadã, o objetivo aqui é refletir teórica e metodologicamente sobre como as vertentes emergentes da comunicação que publiciza o ‘comum’ no cotidiano vem contribuindo, ao longo da participação no GP de cidadania, com a construção estratégica do cenário hiperconectado.

Palavras-chave: Publicidade social. Publicidade sensorial. Sociedade midiaticizada. Comunicação comunitária. Mídiação.

Introdução

O presente trabalho pretende refletir sobre como os estudos vigentes em publicidade podem contribuir com uma discussão relevante para o fortalecimento da epistemologia comunicacional na perspectiva comunitária, popular e cidadã. Para que haja uma conexão entre essa reflexão e seus impactos no cotidiano contemporâneo, onde os desafios tecnopolíticos da mídiatização se manifestam e se naturalizam cada vez mais intensamente na vida ordinária, destacaremos a emergência de novas angulações da atividade publicitária desenvolvidas no campo comunicacional para, por fim, ponderarmos sobre os rearranjos da comunicação publicitária na vida cidadã a partir da interface entre o antigo, o novo e as pistas daquilo que está por vir.

Para tanto, retomaremos as publicações sobre publicidade de resistência nos anais do GP de cidadania e as articularemos às vivências simultâneas. Por esse motivo, o uso da primeira pessoa será inevitável em algumas ocasiões, pois minha formação, as decisões tomadas durante as investigações e meu olhar estão entremeados aos encontros quando participava dos debates, compartilhava experiências nas apresentações de trabalhos

ou atuava como ouvinte. Vale destacar que a característica central deste grupo de pesquisa não se reduz às publicações dos resultados em si, mas à consolidação do processo de formação de vários pesquisadores que impulsionaram suas carreiras acadêmicas a partir das contribuições resultantes das ricas discussões. Trata-se de um grupo que conta com a presença de pesquisadores mais experientes como de ingressantes, assim como há os mais assíduos e outros esporádicos, sendo que todos com um ponto em comum: o compromisso com uma ciência que tem viés humanitário e se pauta no pensamento contra-hegemônico da comunicação. Esse foi o eixo condutor essencial para o itinerário dos trabalhos sobre publicidade comunitária apresentados nos encontros anuais.

Seguindo esse caminho, também salientamos como as experiências oriundas de diferentes regiões do país, compartilhadas com o coletivo de investigadores, foram importantes para as digressões feitas no decurso de tantas conferências. Foram levados em conta os olhares sensíveis e atentos dos pesquisadores sobre as possibilidades concretas da comunicação de resistência, bem como as formas emergentes de comunicação publicitária que poderiam representar uma nova estratégia para dominação. Em outras palavras, cada ano de participação no Grupo de Pesquisa do Intercom foi essencial para entender a força política da comunicação comunitária, popular e cidadã para a vida. É partindo dessa apreensão que trazemos uma proposta teórica para a publicidade de resistência e, no mais, permanecemos vigilantes às inovações da angulação hegemônica da atividade, bem como aos possíveis impactos no planeta, no meio ambiente, na humanidade.

Esmiuçando um pouco mais, versaremos sobre as operações de resistência nos espaços populares e comunitários enquanto

posicionamento político de oposição às investidas capitalistas através da Publicidade Social (viés contra-hegemônico), assim como levantaremos a discussão sobre as tendências das operações publicitárias de dominação para difusão de valores hegemônicos e os possíveis efeitos causados pela Publicidade Sensorial (viés hegemônico). Argumentaremos, pois, como as participações no GP de cidadania foram estruturantes para pensar um dos núcleos de sustentação da comunicação que atua taticamente tanto na vertente mercadológica como na vertente social: a publicidade.

Partimos do pressuposto que um dos caminhos essenciais para a reordenação do cenário contemporâneo, seja na ordem da dominação ou da resistência, é a compreensão das formas de atuação da comunicação no panorama capitalista pela via do ‘comum publicizado e seus efeitos’ (DARDOT; LAVAL, 2017), enquanto objeto de investigação. Por isso, não serão analisados os formatos técnicos, tampouco as plataformas de veiculação a exemplo dos meios de comunicação eletrônicos, impressos ou digitais. Também não nos debruçaremos na tentativa de compreender as práticas contemporâneas de transmissão de sinais organizadas de acordo com os parâmetros tecnicistas. A ideia aqui é entendermos o processo de reestruturação da publicidade ao longo das duas primeiras décadas do século XXI, já que consideramos uma atividade que tanto financia como torna pública a produção comunicativa em suas diversas ordens, seja no nível das relações interpessoais, comerciais, políticas ou acadêmicas.

A fim de consolidar as bases desta argumentação, a metodologia contou com a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental nos anais dos congressos anteriores, com a pesquisa-ação (THIOLLENT, 2003) que viabilizou a realização

de uma série de projetos na rota empírica que foram matéria-prima para os artigos publicados no GP. As reflexões resultantes dos relatos nos permitiram propor o mapa epistemológico da Publicidade Social sob o prisma da vivência brasileira, principalmente com o auxílio das entrevistas em profundidade desenvolvidas presencialmente ou à distância, por e-mail ou por whatsapp. Ademais, consultamos produções de “conteúdo de materiais difundidos pela grande imprensa e pelos meios comunitários de comunicação” (PERUZZO, 2016, p.19).

Na outra ponta, o ‘levantamento de dados na internet’ (KOZINETS, 2014, p. 46) nos apontou para um novo viés de publicidade que vem despontando e nos permitiu montar um raios-x preliminar do panorama¹ da publicidade sensorial que se infiltra, cada vez mais, na rotina do cidadão comum de maneira quase imperceptível, dificultando sua identificação ou uma leitura crítica sobre esta prática que merece atenção.

Assim, o artigo encadeará duas fases concomitantes, a da abordagem de como as participações no GP de comunicação e cidadania atravessadas pelas argumentações que foram contribuindo para o direcionamento de proposições para a comunicação publicitária contra-hegemônica, ao mesmo tempo que aproximaram a lupa para uma comunicação que apesar de estar conexas à cidadania, está paulatinamente se consolidando numa ambiência de dominação.

O avanço da comunicação digital e a reinvenção da atividade publicitária

Apesar de ter uma intensa participação em importantes

1. A ideia aqui seria levantar o ‘estado da arte’ da Publicidade Sensorial que está em avanço, optamos por fazer um panorama geral de determinadas experiências disponibilizadas na internet, na mídia e nas redes sociotécnicas.

congressos da área, simpósios e encontros, minha primeira participação como ouvinte no Núcleo de Pesquisa intitulado 'Comunicação para a Cidadania' (o NP12) foi em 2005 quando concluí os créditos do curso de doutorado. Logo no ano seguinte, apresentei o trabalho "Comunicação Social: Um Campo de Confirmação das Velhas Estruturas de Poder em Tempos de Globalização"(2006) no Seminário de Temas Livres. A discussão teve como intuito pensar como o discurso de expansão capitalista mundial, autopropagado de globalização, reorganizaria o novo século.

Os aspectos condutores do artigo questionavam se as NTIC's eram de fato revolucionárias a ponto de provocarem rupturas nas instâncias de poder prescritas ou se eram mutações técnicas que potencializavam o exercício de dominação das estruturas estabelecidas. A discussão se dava bem no começo do fenômeno da globalização, no início dos anos dois mil, quando a abertura dialógica indicava como as múltiplas conexões entre global e local podiam representar uma estratégia de ordenação capitalista. A ideia central do texto observou as fragilidades e as potencialidades comunicacionais para entender os campos simbólicos das velhas estruturas de poder e como o eixo da comunicação comunitária poderia ser uma possibilidade de resistência naquele cenário. Já na primeira experiência, o assunto contou com as observações de diversos pesquisadores do Núcleo de Comunicação e Cidadania que sugeriram que o trabalho retornasse com uma proposta mais adensada no então renomeado NCI, em 2007.

Eram tempos de pleno avanço digital, a noção de comunidade começava a se adaptar aos novos espaços, não sendo reduzida a um "convivialismo num território, mas como o compartilhamento (ou uma troca), relativo a uma tarefa,

implícito na obrigação simbólica que se tem para com o Outro” (PAIVA et al. 2014). Por isso, compreender o gérmen do sentido comunitário era premente para a investigação, pois o entendimento sobre o espírito comunitário permitiria entender suas adequações no espaço virtual, cada vez mais entrelaçado no cotidiano. Ao mesmo tempo que a aceleração da emergência das inovações era observada, também era preciso refletir sobre como o sujeito social criava novas estratégias capazes de lhe garantir a permanência na vida em comunidade, ainda que em diferentes moldes ou noções espaciais. Desse modo, o trabalho “A Sociedade Atual é Formada por: Comunidades, Associações ou Agrupamentos Digitais?” (2007) enfocou formas de organizações comunitárias em vários estágios históricos, inclusive nos da época, quando a ferramenta digital passou a ser decisiva para resgatar o laço comunitário afrouxado com o enfraquecimento do Estado e o avanço do mercado. Essa já era um terreno fértil para possibilidades digitais da publicidade.

Depois da imersão de quase dois anos em trabalhos de campo para conclusão de doutoramento, o fortalecimento participativo no Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (LECC-UFRJ) intensificou a trajetória na Universidade Federal Fluminense nas pesquisas que inaugurariam o Laccops² alguns anos mais tarde. O texto “LECC: fortalecendo as possibilidades de investigação empírica e epistemológica a partir da parceria entre as Escolas de Comunicação da UFF e da UFRJ” (2009) trouxe à baila um fragmento da primeira Tese de Doutorado do Laboratório/UFRJ, defendida um ano antes, que tratava da pesquisa empírica fundamentada nas bases teóricas da comunicação comunitária intitulada “Telecentro Comunitário: dispositivo que viabiliza

2. Laboratório de Investigação em Comunicação Comunitária e Publicidade Social.

a inclusão humanista no social” (SALDANHA, 2008). A tese tratou não só das diversas tecnologias que pululavam, mas como os ‘Telecentros Comunitários’ seriam um dispositivo que possibilitaria a democratização do acesso à informação. O trecho trazido para o artigo foi o que incrementou a densa discussão teórica sobre comunidade, comunicação e reajustes necessários para viabilização das reformulações comunitárias frente ao avanço das tecnologias digitais na rotina da vida ordinária.

O rumo das discussões apontava para a urgência do aprofundamento nos estudos sobre Comunicação contra-hegemônica aplicada à Publicidade Comunitária³. Ficou notório o interesse de docentes e discentes pela temática, quando alguns pesquisadores de outras universidades começaram a se aproximar do evento organizado em 2010 na Universidade Federal Fluminense chamado COM TATO⁴.

No mesmo ano, a trágica enchente que arrasou a cidade de Niterói afetou vários campi da Universidade que

sofreram danos com a chuva, destacando-se a queda de uma barreira no Campus de engenharia na Praia Vermelha e a queda de árvores. No Campus do Valonguinho, foram registrados deslizamentos de terra. Porém, a situação mais grave foi no Campus IACS (Instituto de Artes e Comunicação Social). A água da chuva inundou todo o prédio anexo. O teto de um dos estúdios apresenta infiltrações e sua laje em parte caiu. (OLIVEIRA, 2010)

3. Tema estudado no decorrer do mestrado anos antes na dissertação “A Publicidade Comunitária: uma nova possibilidade de ser publicitário” (Saldanha, 2003). Orientado pela Professora Raquel Paiva, que acompanhou todo o processo de desenvolvimento de pesquisa desde então.

4. A primeira edição do ComTato: percorrendo juntos outras ondas da comunicação (2010) ficou sob a minha coordenação, mas o projeto foi reformulado e teve continuidade a partir de 2013 sob a supervisão da Prof^a Dr^a Ana Paula Bragaglia que o reestruturou e renomeou: “Contatos: (re)construindo a publicidade.” Definitivamente, repensar a publicidade era uma tendência.

Diante do caos, a solução encontrada para a realização da edição do projeto foi a parceria estabelecida entre a UFF e a Universidade Federal de Goiás (UFG), com o suporte da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM) para utilização do espaço físico. Assim, o artigo “ComTato: Percorrendo Juntos Outras Ondas da Comunicação”(2010) além de retratar a situação de perda do Instituto, refletiu criticamente sobre como a naturalização do consumo como prática de cidadania e de inclusão humanista no social foi se consolidando através da disseminação de discursos repletos de produções simbólicas e articulações econômicas que sustentavam institucionalmente parte das organizações empresariais.

O trabalho também discorreu sobre os exercícios práticos e as rodas de debate entre representantes de movimentos sociais, alunos e professores da UFF e da UFG, nas dependências da UFRJ e da ESPM. Os relatos sobre os resultados desses exercícios, enfatizaram como as soluções criativas como criação de equipamentos de baixo custo com materiais disponíveis poderiam cooperar com uma metodologia que facilitasse a realização de projetos de publicidade comunitária. Após essa experiência, com o pensamento voltado para a invenção dos próprios equipamentos ou da utilização dos dispositivos móveis em favor de uma publicidade comunitária, no ano de 2011 começou-se a pensar sobre as alternativas das práticas publicitárias no micro-espaço na Era Digital, ou seja, essa foi a base da tipologia da Publicidade social Afirmativa, em 2019.

Com o mundo mudando a olhos vistos, o artigo “Publicidade Comunitária: uma alternativa de sustentabilidade” (2011) analisou *in loco*, a implementação de ações publicitárias em comunidades de baixa renda e do interior do país. O

ponto de partida para a discussão epistemológica reconheceu formas, formatos, linguagens e suportes emergentes como viabilizadores da comunicação digital e ferramenta estruturante para a produção e implementação de projetos de Publicidade Comunitária, a base para uma das tipificações trabalhadas no mapa epistemológico apresentado no GP em 2019. O artigo destacou a discussão da legislação que atende às necessidades do mercado publicitário⁵ e criminaliza a publicidade veiculada em meios comunitários⁶ dificultando, portanto, seu sustento.

Eram tempos em que discussão sobre os impactos ambientais se tornou inadiável e a ONU já organizava a Rio+20⁷, a conferência que renovaria o compromisso político com o desenvolvimento sustentável. Logo após a apresentação do trabalho, o pesquisador Rozinaldo Miani alertou sobre a troca do termo 'sustentabilidade' para 'sustento'. Esse detalhe redirecionou simultaneamente duas tipificações sobre Publicidade Social que seriam desenvolvidas anos mais tarde, a Publicidade Social de Causa, ligada aos movimentos sociais e ao que seriam as diretrizes da agenda 20-30 da ONU e a Publicidade Social Comunitária, a primeira tipificação analisada.

Nesse sentido, 2011 foi um ano decisivo para a consubstanciar as diretrizes teóricas das pesquisas em publicidade com viés contra-hegemônico, ao mesmo tempo em que a internet trazia mobilidade aos celulares. Foi o ano de retomada do 'Projeto Caravelas' desenvolvido em 2009⁸ numa

5. Lei nº 4680/66. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4680.htm. Acesso em 20/05/2021

6. Lei nº 9612/98. Disponível em: planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9612.htm. Acesso em 20/05/2021

7. Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), realizada entre 13 e 22 de junho de 2012 no Rio de Janeiro, que contou com a participação de 188 lideranças de Estado.

8. Nessa altura eu já tinha tomado posse como Professora Adjunta na Universidade Federal Fluminense.

parceria entre UFF e UFRJ onde trabalharam-se metodologias de leitura crítica da mídia, do jornalismo comunitário, da rádio comunitária, da linguagem alternativa, da publicidade comunitária entre outras, em oficinas desenvolvidas na própria cidade, para/com os moradores da cidade, com a presença ‘*in loco*’ de diversos pesquisadores e especialistas de cada segmento.

Da segunda vez o ‘Levanta Caravelas! 2011’ foi balizado pelas novas possibilidades técnicas garantidas pelo *smartphone* e pelas discussões por e-mail, com concentração nas atividades publicitárias. Nessa experiência, a tecnologia foi providencial para a realização do projeto e de sua continuidade em 2018/2019. No entanto, foram as escolhas metodológicas baseadas na pesquisa-ação articuladas às práticas participativa que possibilitaram a concretização do projeto em parceria com a UFF. A essência desse movimento foi garantida pela transversalidade das diversas participações pois, além dos alunos e professores envolvidos (Laccops - 2018/2019), os moradores da cidade, as ONG’s da localidade⁹, comerciantes caravelenses e o poder público representado pela secretaria de cultura e prefeitura de Caravelas, permitiram que a cidade fizesse parte desse capítulo da história que estruturou o que nomeamos mais à frente de Publicidade Social Transversal.

Voltando à Bahia em 2011, um desafio da vida prática cotidiana se impôs aos estudos que nomeávamos de Publicidade Comunitária. Foi justo ali, que toda a base conceitual precisou ser repensada e que todas as experiências passaram a se conectar num único sentido: o social enquanto ‘comum’ da Publicidade. O lançamento de uma campanha publicitária convocava a

9. ONG ArteManha (Movimento Cultural – Ponto de Cultura/BA), Parque Nacional Marinho dos Abrolhos/ICMBio, Resex Cassurubá, IBJ Caravelas, Conservação Internacional Brasil, etc...

Sociedade Civil para agir na consolidação de uma petição pública com um número significativo de assinaturas para impedir o fechamento do Instituto Benjamin Constant¹⁰. Não era possível contar apenas com as pessoas diretamente ligadas a essa causa específica, pois não seria suficiente para chegar ao resultado esperado e, caso não chegássemos a tal resultado, a consequência seria a exclusão de diversos alunos com deficiência visual do sistema público de ensino.

O governo federal propôs renovar a ‘Meta 4’ do Plano Nacional de Educação (PNE) para o período de 2011 a 2020. A renovação visava universalizar o atendimento escolar aos estudantes de 4 a 17 anos com necessidades especiais, inclusive os que tinham altas habilidades ou superdotação e transtornos globais. Em outras palavras, os alunos seriam distribuídos pelas turmas regulares das Instituições de Ensino da rede pública convencional sem a mínima estrutura pedagógica ou de espaço físico para recebê-los. Ou seja, os alunos seriam transferidos e agrupados em turmas regulares, desta vez, sem a presença das mães que antes também eram acolhidas pelo Instituto até os filhos obterem autonomia para deslocarem-se no espaço físico.

O desafio era o seguinte: havia apenas 3.000 assinaturas e era necessário chegar a 10.000, em 2 semanas, ou o IBC encerraria suas atividades, com a ressalva que a medida também afetaria o INES¹¹. Ao ser procurada por Crispim Ximenes e Luciano Pozino, os convidei para “brifar” a turma de Realização de Campanha (2011.1) do curso de Publicidade da UFF, para que pensássemos juntos e de imediato, na estratégia certa capaz de retardar ou mesmo impedir o fechamento do IBC/

10. Instituição de ensino para pessoas com deficiência visual, inaugurado em 12/09/1854, pelo Imperador D.Pedro II (1840-1889) com o nome de ‘Imperial Instituto dos Meninos Cegos’.

11. Instituto Nacional de Educação de Surdos;

INES: decidimos coletivamente envolver e convocar a sociedade civil para criar, produzir, implementar e participar das ações que iriam não só comunicar o problema, mas resolvê-los de forma criativa, rápida e com baixo custo. Só tínhamos essa escolha!

Oito anos após a implementação da campanha, em 2019, quando o governo federal decidiu cortar nas verbas de educação, em especial na ‘balbúrdia da UFF’, recebemos por *Whatsapp* a seguinte mensagem de Crispim Ximenes para o evento UFF nas praças¹²,

“Sou profundamente grato pelo trabalho da prestado pela UFF quando minha filha e diversos alunos que na época estudavam no IBC (Instituto Benjamin Constant) e havia uma chance enorme de fechamento do Instituto pelo governo na época de 2011. Eu, pai da Camila Amancio Ximenes, e o Luciano, pai do Cauã, fomos buscar formas para evitar o fechamento e nos deparamos com uma equipe de jovens cheio de disposição para nos ajudar nessa missão. Fizemos abaixo assinado que estava com anotações de 3000 assinaturas e quando a equipe da UFF entrou no circuito e elaborou uma campanha com vídeo para alavancar essa missão e como o saldo foi grande de 3.000 passamos para 50.897 e para quem gosta de números, equivale a um aumento de 1.695,75%. Fizemos também ações em Universidades como a SUAM que apresentamos a realidade do IBC e muitos alunos aderiram ao movimento e graças a Deus! Aos alunos da UFF! E a Professora Patrícia na época nos orientou e incentivou ao extremo e o IBC não fechou! Por isso, antes de reduzir verbas em universidades é necessário entender o bem que as mesmas fazem para a sociedade!” Assinado: Crispim Ximenes Neto, pai da ex-aluna do IBC, Camila Amancio Ximenes.

12. Um evento realizado pela Universidade Federal Fluminense que foi para praças públicas dialogar e mostrar os resultados de suas pesquisas para a Sociedade Civil. O Prof. Pablo Nabarrete coordenou as duas edições do Laccops no evento.

Retomando 2011, o retorno das ações de guerrilha foi iminente. As passeatas geraram visibilidade em jornais de grande circulação, a ação nas barcas e em Universidades parceiras como a Unisuam¹³ ajudaram a fortalecer o debate sobre inclusão e a publicação de vídeo no *Youtube*¹⁴ produzido por alunos da UFF viralizou o assunto em outras redes sociotécnicas. Percebeu-se, naquele instante, que não se tratava mais de uma prática publicitária voltada para uma causa comunitária ou para uma comunidade em si. Tratava-se de uma causa que poderia ser ampliada para uma parcela significativa da Sociedade Civil e incluir a própria sociedade na resolução da causa, que também passou a ser dela. Assim, o caráter contra-hegemônico tornou-se manifesto pois,

se na hegemonia gramsciana, o subalterno toma pra si a causa do dominador como se fosse sua, aqui acontece o contrário: envolve-se o cidadão comum na resolução de um problema que, aparentemente não lhe pertence, como se fosse seu. Esse tipo de publicidade usa as tecnologias digitais para reverberar reivindicações internas [das comunidades] e sensibilizar os membros da Sociedade Civil para a causa divulgada. (SALDANHA, 2019).

Foi esse o ponto de partida que impulsionou docentes e discentes¹⁵, há uma década atrás, a desenvolverem projetos que culminaram num time estruturado e oficializado como grupo de pesquisa em 2014. Essa foi a essência que moveu os estudos em Publicidade Social na vertente que é trabalhada até hoje em nosso grupo de pesquisa como veremos à frente.

13. Na época o Prof. Marco Schneider nos auxiliou nessa articulação, concessão de autorizações de uso de imagem, utilização do espaço físico etc.;

14. Disponível em: youtu.be/FQvbX0nRvJ8. Acessado em 22/05/2021;

15. O grupo era formado por professores e estudantes de graduação do Curso de Publicidade da Universidade Federal Fluminense.

Da Publicidade Social ao Sensorio Tático para Dominação

A esta altura, o acúmulo de experiências teóricas e empíricas arrojou a estruturação do Grupo de Pesquisa que foi submetido e aprovado, em fevereiro de 2014, pelo departamento de comunicação social (GCO) e pelo Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC-UFF). Oficializou-se o primeiro grupo dedicado à Pesquisa em Publicidade Social numa vertente brasileira contra-hegemônica com a certificação do CNPq: o Laccops. Desde então, professores, graduandos, pós-graduandos, egressos, representantes dos movimentos sociais e da sociedade civil contribuem com a produção de uma ciência viva, cotidiana, necessária.

Na passagem de 2013 para 2014 foi fundado o Instituto Nacional de Pesquisa em Comunicação Comunitária (INPECC), cuja formação contou com três laboratórios de pesquisa: LECC – UFRJ (Coord. Raquel Paiva, 1999); Lappecos – UFRN (Coord. Juciano Lacerda, 2013); Laccops – UFF (Coord. Patrícia Saldanha, 2014) e, depois, chegou o Culti. Com – UEC (Coord. Alexandre Barbalho, 2007). O esforço desses pesquisadores foi organizar e catalogar as produções sobre a comunicação comunitária para contribuir com a memória do campo. Além de participar da estruturação do instituto, aprofundamos nossa reflexão em várias produções de artigos publicados. Um deles foi o “INPECC retoma conceito de “comunidade gerativa” e inicia estudo sobre a área” (2014), publicado no GP de cidadania e desenvolvido em co-autoria com os coordenadores dos grupos de pesquisa. Pretendíamos àquela altura problematizar o “conceito de comunidade gerativa” a partir do caráter arqueológico dos estudos sobre comunicação comunitária e suas variações temáticas, como

alternativa, contra-hegemônica e cidadã. Foi nessa conexão que a Publicidade Social entrou e iniciou sua sistematização.

É preciso, portanto, retomar uma fala decisiva, de Cíclia Peruzzo, para o encaminhamento da pesquisa em Publicidade Social, ainda que em tom informal; “Patrícia, você precisa sistematizar essas vertentes todas! Precisa organizar metodologicamente os projetos realizados e muitos que ainda virão!”. A orientação sobre a ênfase na organização metodológica veio no carro, a caminho do aeroporto, logo após a participação na banca de mestrado da pesquisadora Suelen Aguiar que, por sua vez, já mencionava o lado Social da Publicidade desde sua graduação, como expressão coletiva de organização pelos movimentos sociais¹⁶.

Entre 2015 e 2018 houve um avanço teórico considerável, além dos vários projetos empíricos que continuaram em desenvolvimento. Diversas monografias, TCC's, Pibic's, dissertações de mestrado e artigos científicos sobre a temática foram finalizados e algumas dissertações de mestrado já mencionavam a “Publicidade Social” no título. O aumento de citações deu robustez à perspectiva contra-hegemônica para os estudos em publicidade de resistência. Vale sublinhar que atualmente, a produção segue em boa frequência e algumas teses de doutorado já caminham para adensar essa construção epistêmica.

No decorrer de 2017 a publicação do artigo “Médicos Não Param Um Genocídio: uma análise do caso de Médicos Sem Fronteiras e a utilização da mídia como ferramenta de incursão no cotidiano e de mobilização social” (SALDANHA,

16. Título da monografia desenvolvida pela Prof^a Dr^a Suelen Aguiar, “Formação e informação do MST: Comunicação e cidadania como expressão coletiva de organização”, sob minha orientação.

FAZA) foi primordial para o fechamento da proposta epistemológica. Estava relacionado à dissertação que contribuiu para a elaboração da última tipificação apresentada no mapa, a da Publicidade Social de Interesse Público. Trata-se de uma tipologia que se dedica a problematizar os investimentos da verba pública administrados pelo que o governo federal chama de Publicidade de Utilidade Pública.

O artigo, de natureza teórica, abordou o apoio humanitário presente em mais de 70 países por parte da ONG MSF (Médicos Sem Fronteiras) que pressiona governos e entidades internacionais para agir na solução ou amenização de problemas como epidemias ou genocídios, que não cabem no escopo do trabalho da medicina. Ou seja, é uma publicidade que trata de um interesse da população que nem sempre é contemplada e sofre com o descaso ou má gestão de administradores públicos. Foi elaborada nos dois anos seguintes a tipificação que nos dá parâmetros para analisar como nossos chefes de Estado vêm investindo o patrimônio público nas ações comunicativas e midiáticas e qual a unidade de pressão para entender essas ações.

Finalmente, em 2019, a proposta fechada foi publicada no artigo “Publicidade Social e sua tipificação: uma metodologia de transformação social”. Ao longo do percurso foi possível notar que é a imbricação teórico-metodológica que consolida uma proposta epistemológica em prol de uma transformação social, como é possível ver na TABELA 1, disponível na página 531 (Fonte: Patrícia Saldanha).

O motivo de tanto esforço para elencar uma acepção crítica da perspectiva latina da Publicidade Social, mais especificamente conexas à realidade brasileira, foi o asseverar que nos referimos a um território fértil, com identidade própria, para essa

investigação. É uma forma oposta à das correntes do norte global que exploram a temática através do viés do Marketing Social e atendem, portanto, aos objetivos do cliente anunciante, ou dos financiadores da mídia, a exemplo da estadunidense e espanhola. Fato que há uma corrente de Publicidade Cidadã (BALONAS, 2011), da práxis participativa, desenvolvida em Portugal e há ainda a Publicidade Participativa (MELO; DUQUE, 2018, p.9) que alinha ao viés publicitário que vem sendo desenvolvido na Colômbia, mas tem algum campo de interação com a vertente espanhola. Portanto, Portugal acaba fazendo interface com as proposições do Sul e do Norte global, ainda que o pêndulo pese mais para a questão do “social NA publicidade” (temática) do que para o “social DA publicidade”(causa).

A discussão do sul global emerge de pesquisas interventivas e engajadas às causas dos movimentos sociais e dos direitos humanos e segue os parâmetros teóricos e metodológicos da Comunicação Comunitária, como foi desenvolvido ao longo do artigo. No Brasil falamos de uma práxis que se equipara, em alguma medida, às pesquisas portuguesas/colombianas e às recentes investidas da Publicidade Popular tipificada no México (FUENTES; ISLAS, 2018, p.230). Ainda que não tenhamos mapeadas todas as iniciativas latino-americanas, a fertilidade latina segue a trilha da resistência de viés político voltado para questões humanitárias, atenta para o rebate das proposições de cunho hegemônico que se aproximam numa dinâmica de hiperconexão, como é o caso da Publicidade Sensorial

A proposição de Sodré desde 2002 para o entendimento do campo comunicacional se dá no nível das relações interpessoais (vinculativas), comerciais (relacionais) e acadêmicas (crítico-cognitivas). Ao atualizar essa noção de campo em ‘A Ciência do Comum’(2014), o autor trilha um raciocínio que potencializa a

atuação do ‘bios midiático’ empenhado na construção de uma nova moralidade voltada para as questões do consumo, que afeta o sujeito pela sensorialidade e opera em sua cognição. Essa dinâmica se dá quando os sentidos produzidos pelos meios de comunicação atravessam as mediações socioculturais, facilitando assim, a recepção acrítica de conteúdos linearmente transmitidos, independentemente da veracidade de sua fonte ou origem. O entendimento desse cenário foi um dos pontos centrais que inspirou os primeiros trabalhos que publiquei nesse GP. Lá em 2005, a motivação para pesquisar o tema se manifestou no instante da tomada de consciência em relação às consequências sociais deste vigoroso movimento de consumo que passou paulatinamente a ocupar todos os espaços da vida, drenando o tempo reflexivo do ser humano, transformando-o em ferramenta produtiva e servil no processo de retroalimentação do sistema capitalista.

No auge das pesquisas para o fechamento do mapa epistemológico que procurava embasar as formas de resistência, senti um cheiro “no meio do caminho”. Segui o faro e encontrei, um toque, um som, um gosto, uma imagem e multissensorialidades capazes não só de formatar a cognição reprodutora de conteúdos em circulação, como também de operar no direcionamento da emoção. A publicidade reinventada se manifesta enquanto a própria sensorialidade e é, por isso, peça fundamental da manutenção da Sociedade Midiatizada. Isso se sairmos do prisma que procura entender a mecânica de transmissão e entendermos a midiatização, num viés latino, enquanto processo comunicativo de difusão da ideologia neoliberal que ordena as consciências e reorganiza politicamente o mundo para facilitar o alcance dos interesses da classe dominante. Para tanto, publiciza, naturaliza e massifica

um grande volume de dados em alta velocidade, para provocar uma dispersão cognitiva, esvaziando por fim o debate. Estamos na era do capitalismo cognitivo.

Todavia, as sensações não se materializam do nada, não se espiritualizam no corpo. Na vertente que for, o capitalismo é estrutural, seja ele cognitivo ou não. E foi na jornada da pesquisa com *mobiles* para a publicidade social, que nos deparamos com a reelaboração capitalista na forma da publicidade sensorial. Uma publicidade que extrapolou os processos convencionais e digitais comumente observados e se distanciou das técnicas tradicionais de criação e veiculação, na medida em que se reorganizou em diferentes formatos, suportes e linguagens. Trata-se de uma inovação que opera em novas plataformas no cotidiano midiático cruzado, cada vez mais, por tecnologias que afetam tatilmente os sentidos físicos e emocionais do ser humano, de maneira imperceptível ao sujeito que foi afetado por ela. Para nós a tatilidade é a “interação dos sentidos a partir de imagens simuladoras do mundo.”(SODRÉ, 2006, p.105) que pode ser controlada por conglomerados empresariais, com certo destaque para as empresas de tecnologias móveis, em especial, para os *smartphones*, principalmente após sua popularização.

Paralelamente à vertente social, em 2018, começamos a levantar o ‘estado da arte’ dos sentidos explorados por essa modalidade publicitária e verificamos que são crescentes e expressivos os aportes financeiros para a criação de soluções publicitárias inovadoras que avançam e atropelam as ações de resistência, de maneira cada vez mais potente e veloz. Destaca-se aqui a implementação de táticas diretamente ligadas à experiência sinestésica conectada ao cotidiano ordinário através de redes sociotécnicas. No viés etimológico, o termo sinestesia (do grego *synaísthesis*) se subdivide em duas partes: em *syn*

(união) e *esthesia* (sensação). É um tipo de sensação associativa conduzida por uma condição neurológica em que o cérebro associa sincronicamente sensações de origens diferentes. Por exemplo, um cheiro (olfato) pode despertar a sensação de um sabor (que é do paladar). É como se um só estímulo ativasse precisamente duas sensações sicronicamente.

Em fase inicial fizemos levantamento amplo em todos os continentes, mas vamos dar foco ao primeiro deles, que chamou a atenção para essa nova publicidade que soltava cheiro, nesse caso, pelo smartphone e gerava estímulos multissensoriais. Foi o caso da Scentee que desde de sua fundação em agosto de 2011, vem inovando as possibilidades olfativas via celular com a criação dos aplicativos como o Hana Yakiniku e, mais recentemente o Machina, que não será desenvolvida neste artigo. Embrulhados no papel de presente do entretenimento, esses aplicativos provocam afetações no corpo e na memória e podem causar efeitos sociais quando consumidos, na medida em que se organizam no cotidiano e com o tempo podem começar a organizar o cotidiano. *Ver IMAGEM 1 - Hana Yakiniku (gadget criado pela Scentee, em 2013) na página 531. (Fonte: Scentee.com¹⁷).*

No final de 2019, logo após a participação no GP de cidadania em Belém do Pará, analisamos mais dois casos visuais que usaram a combinação de tecnologias como “computer vision”+“deep learning algorithms”+“sensor fusion” (a Amazon Go e o Glass Enterprise Edition), e vimos que é a ponta do iceberg. Seguimos na busca da audição com algumas iniciativas do Spotify e compreendemos que as experiências não param por aí e abrangem todos os sentidos.

17. Disponível em: koki-ibukuro.com/work/hana-yakiniku/. Acesso em: 27/05/2021

Para averiguar a fertilidade do campo, fizemos 'levantamento de dados na internet' (KOZINETTS, 2014, p. 46) aleatório, em todos os continentes, durante 1 ano e obtivemos o resultado parcial, como é possível ver na TABELA 2, disponível na página 533 (Fonte: Patrícia Saldanha)¹⁸.

A partir desse apanhado, a equipe que conta com mais duas Pibics iniciou busca mais aprofundada nas produções acadêmicas publicadas em periódicos científicos entre 2010 (em função da expansão da banda larga) e 2021 em bancos de dados abertos como *Google Scholar*, *Research Gate* e *Web of Science*. Em relação aos eventos acadêmicos selecionamos todos os ebooks disponíveis do Propesq e os artigos dos anais do Intercom, da Compós, do ALAIC e do IAMCR, sempre nos GP's ou GT's relacionados a cada sentido (visão, audição, paladar, olfato e tato). Priorizamos as palavras-chave e termos conexos aos seguintes conceitos: comunicação, publicidade, a neurociência, o marketing sensorial e o sentido pesquisado em si¹⁹. Os artigos nessa primeira busca encontrados foram baixados em PDF e utilizamos o aplicativo de geração de nuvem de palavras (nuvem.farmi.pro.br)²⁰ para verificar os termos mais frequentes dos artigos. Esses termos nos servirão de base para a escolha da empresa que representará o corpus da investigação e, em que medida, são gerenciadas à Inteligência Artificial e como podem impactar a vida rotineira.

Em linhas gerais, essa perspectiva de tatilidade incrementa um cenário em que a implementação das táticas diretamente

18. Os casos foram detalhados em relatórios de pesquisa que serão disponibilizados em breve no site do LACCOPS.

19. Utilizamos uma média de 20 palavras-chave ou termos por sentido, de uma busca ainda em andamento.

20. Desenvolvido pelo Laboratório em Rede de Humanidades Digitais (Lahud), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT-UFRJ).

ligadas às experiências sinestésicas foram se inserindo na vida ordinária sem que seus públicos-alvo se dessem conta de que estavam sendo interpelados por uma ação publicitária, principalmente ao longo das duas últimas décadas, através do ambiente digital. Conforme foram se disseminando através das redes sociotécnicas, se potencializaram na rotina do cidadão comum em função da mobilidade dos dispositivos digitais, principalmente após a popularização dos *smartphones*, de 2010 pra cá. Foi nesse ínterim que a publicidade sensorial se expandiu e vem ocupando os espaços diários na vida, aproveitando cada brecha que possibilite o consumo seja ele material ou imaterial.

Considerações finais

O salto de 2005 para a atualidade, foi longo e acelerado em função do espaço de vida ocupado pelas tecnologias digitais. As inovações publicitárias, com soluções imediatas para questões rotineiras (aplicativos de compras, acesso a sites, participação em plataformas de conversa e inserção em redes digitais), estão impregnadas e normalizadas no cotidiano e, por isso, contribuem com a consolidação de novos jeitos de consumir.. Frisamos que comumente nesse cenário quem é afetado pelo novo modo de fazer publicitário, não se dá conta que foi impactado, pois perde o senso crítico e imerge na esfera digital como se fosse física e divertida.

Ao mesmo tempo que desponta uma pedagogia potente que estimula a percepção de autonomia tecnológica, através do argumento da inovação, ocultam-se possibilidades de reações de algo que não foi percebido como argumento de consumo, pois as recentes formas de publicização deslumbram o sujeito com um encantamento é estratégico. Quanto mais o usuário se diverte com seu *smartphone*, mais aumenta sua dependência e vai sendo

cooptado e modelado ideologicamente para se ver representado política, econômica e socialmente na atualidade, mas para que se sentir inserido no mundo quando usa o equipamento.

Por outro lado, também é possível verificar utilizações das mesmas tecnologias em projetos de publicidade social como o da campanha de Publicidade Social Afirmativa, “ ‘É Nóix na Vida!!’: uma campanha de Publicidade Social Afirmativa na favela do Jacarezinho, onde o isolamento social é utopia em tempos de COVID-19”, apresentado no GP em 2020. O texto apresentou os resultados da primeira etapa da campanha pensada desde o anúncio da flexibilização da reabertura da cidade assolada pela pandemia, pelo prefeito do Rio de Janeiro. As peças publicitárias propagaram práticas de prevenção da doença para a população mais vulnerável, através de personagens inspirados nos próprios moradores da favela, na chegada da segunda onda. Os dados coletados em documentos e relatórios veiculados em plataformas de Institutos de Pesquisa e grande mídia deram legitimidade às ações. O processo criativo se construiu dialogicamente via *Whatsapp* e viabilizou a confecção sgnica e discursiva dos posts de modo que fizessem sentido. Para avaliar o impacto da campanha, usamos as métricas disponibilizadas pelo *Instagram*. O processo democratizou o acesso e a produção de todo o conteúdo, mas também gerou alguns questionamentos sobre um movimento que tem um longo caminho pela frente: se estávamos conectados, qual o grau de resistência das ações ?

Na fase inicial da construção do ‘estado da arte’ constatou-se que algumas empresas praticaram a técnica de captura e codificação dos dados armazenados no mesmo banco de dados que contém as informações do cartão de crédito do consumidor. Essas empresas são fiscalizada? Qual a coerência de uma

fiscalização se o próprio interagente autoriza o uso e cooptação de seus dados, quando expõe suas rotinas na publicação de posts, debates, lives, etc?

As duas tendências da publicidade, tanto a que avança para dominar, como a que persiste em resistir à dominação, são de fato opostas, ou se são peças do mesmo jogo, cujo tabuleiro é o próprio cenário da sociedade contemporânea?

Atualmente, as tecnologias digitais têm sido usadas para o bem e para o mal. Não se sabe como serão utilizadas nos próximos 20 anos, já que as renovações acontecem ciclicamente a cada hora. A questão não é instrumental, mas está no grau de autonomia do usuário para definir e incrementar seu modo de ser no mundo sem que se reduza a uma peça manipulável no tabuleiro de um jogo que se mantém ligado no tempo, capturando o tempo humano, o tempo todo.

Referências

BALONAS, S. O despertar da publicidade cidadã. *Comunicação e Sociedade*. Braga, v.19,s.n., p.127-143, 2011.

FUENTES, E., ISLAS, L. La publicidad social en México, comprender su pasado y crear su futuro. *Revista Ícone*, Recife, v.17, n.2, p.213-228, Mai.2019.

KOZINETS, R. *Netnografia: Realizando Pesquisa Etnográfica Online*. Tradução: Daniel Bueno; revisão técnica: Tatiana Melani Tosi, Raúl Ranauro Javales Júnior. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre : Penso, 2014.

MATTELART, A.; MATTELART, M. *História das teorias da comunicação*. São Paulo: Loyola, 2000.

MELO, A., DUQUE, M. **ParticipAD. Participatory Advertising: a global perspective with a Latin American focus.** Braga: Ed.CECS. 2018.

OLIVEIRA, E. Chuvas danificam equipamentos da Universidade Federal Fluminense. In: **G1** – Disponível em: g1.globo.com/VCnoG1/0,,MUL1562591-8491,00-CHUVAS+DANIFICAM+EQUIPAMENTOS+DA+UNIVERSIDADE+FEDERAL+FLUMINENSE.html. Acesso em 31/05/2021.

PAIVA, R.; LACERDA, J.; SALDANHA, P. INPECC investiga perfil dos estudos sobre comunidade na área da comunicação. **Compós**, 2014.

PAIVA, R. **O Espírito Comum: Comunidade, Mídia e Globalismo.** Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

PERUZZO, C. Epistemologia e método da pesquisa-ação. Uma aproximação aos movimentos sociais e à comunicação. **Compós**, 2016.

SALDANHA, P. Comunicação Social: um campo de confirmação das velhas estruturas de poder em tempos de globalização. **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 29, 2006, Brasília: Intercom 2006, v.1, p.1-15. Disponível em: intercom.org.br/papers/nacionais/2006/lista_resumos_evento_TLC.htm.

SALDANHA, P. A Sociedade Atual é Formada por: Comunidades, Associações ou Agrupamentos Digitais?. **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 29, 2007, Santos/SP: Intercom 2007, v.1, p.1-15. Disponível em: intercom.org.br/papers/nacionais/2007/lista_area_NP-CI.htm

SALDANHA, P. LECC: fortalecendo as possibilidades de investigação empírica e epistemológica a partir da parceria entre as Escolas de Comunicação da UFF e da UFRJ. **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 32, 2009, Curitiba: Intercom 2009, v.1, p.1-15.

Disponível em: intercom.org.br/papers/nacionais/2009/lista_area_DT7-CC.htm

SALDANHA, P. ComTato: Percorrendo Juntos Outras Ondas da Comunicação1 UFF e UFG em parceria num Evento de Comunicação Comunitária . **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 33, 2010, Caxias do Sul: Intercom 2010, v.1, p.1-15. Disponível em: intercom.org.br/papers/nacionais/2010/lista_area_DT7-CC.htm

SALDANHA, P. Publicidade Comunitária: uma alternativa de sustentabilidade. **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 34, 2011, Recife: Intercom 2011, v.1, p.1-15. Disponível em: intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2513-1.pdf

SALDANHA, P.; LACERDA. J. INPECC retoma conceito de “comunidade gerativa” e inicia estudo sobre a área. **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 37, 2014, Foz do Iguaçu: Intercom 2014, v.1, p.1-15. Disponível em: intercom.org.br/papers/nacionais/2014/resumos/R9-2740-1.pdf

SALDANHA, P. “A ciência do comum”: a transcendência do Bios Midiático que reordena as vinculações cotidianas. **Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación (ALAIC)**,v. 13, n. 25, p. 191-195. jul/dez. 2016.

SALDANHA, P.; NERY, G. A “centralidade” do consumidor e as novas interações com marcas globalizadas. In: **Revista Espaço Acadêmico**, n.187, p. 48 – 59, Dez. 2016.

SALDANHA, P.; FAZA, G. Médicos Não Param Um Genocídio: uma análise do caso de Médicos Sem Fronteiras e a utilização da mídia como ferramenta de incursão no cotidiano e de mobilização social. **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 40, 2017, Curitiba: Intercom 2017, v.1, p.1-15. Disponível em: portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0079-1.pdf

SALDANHA, P. Publicidade Social e sua tipificação : uma metodologia

de transformação social. **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 42, 2019, Belém: Intercom 2019, v.1, p.1-15.

SALDANHA, P. P. HECKSHER. A. 'É Nóix na Vida!!': uma campanha de Publicidade Social Afirmativa na favela do Jacarezinho, onde o isolamento social é utopia em tempos de COVID-19". **Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, 43, 2020, SALVADOR: Intercom 2020, v.1, p.1-15.

SANTOS, B., MENESES, M. *As Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina. SA, 2009.

SODRÉ, M. *Antropológica do espelho – uma teoria da comunicação linear e em Rede*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SODRÉ, M. *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política.*, Petrópolis: Vozes, 2006.

SODRÉ, M. *A Ciência do Comum: Notas para o Método comunicacional*. Petrópolis: Vozes, 2015.

THIOLLENT, M. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2003

TABELA 1 - Mapa Epistemológico da Publicidade Social				
Publicidade Social Comunitária	Publicidade Social Afirmativa	Publicidade Social de Causa	Publicidade Social de Interesse Público	Publicidade Transversal
<p>A publicidade comunitária é aquela feita por, para e na comunidade de forma a fomentar a economia, cultura, expressões artísticas, eventos esportivos, culinária, entre outros. Prioriza as resoluções desenvolvidas no espaço físico. Com agente externo no quesito técnico e cria novos dispositivos de produção com materiais de baixo custo para produções publicitárias que "tornam públicas" as questões da localidade, revertendo-se em benefícios para o lugar.</p>	<p>A publicidade afirmativa atua no fortalecimento dos territórios marginalizados através da divulgação de expressões culturais, atividades e comercialização de produtos que reforcem a identidade de um grupo ou dinamize a economia local. Linguagem positiva. É Publicidade Social na prática. Tem agentes externos, mas conta com membros locais e pode ser desenvolvida nas ambiências físicas digitais.</p>	<p>Campanhas publicitárias que buscam dar visibilidades em larga escala e mobiliza a sociedade civil em prol de causas específicas a partir da relação dialógica com os Movimentos Sociais, ONGs que mapeiam e atualizam as demandas emergentes e urgentes. Está, portanto, conectada com a agenda das organizações internacionais (OMS, OMC) e instituições intergovernamentais como a ONU, por exemplo.</p>	<p>A publicidade de interesse público é aquela que promove o interesse da sociedade civil, a partir do princípio da "escuta" sem impor nem se pautar nos interesses da classe dominante. Se opõe à "Publicidade de Utilidade Pública" que faz parte da estrutura da Comunicação do Governo Federal, e propõe resoluções legais com propostas concretas de políticas públicas para problemas que afetam a vida, destacando os das minorias. Outro ponto importante desse tipo de publicidade é o olhar atento aos investimentos que o governo federal faz com a verba pública.</p>	<p>A publicidade transversal é um tipo de ação publicitária que envolve três pilares da Sociedade Civil (Poder político, Organizações Privadas e Movimentos Sociais) e atende aos seus interesses de forma orgânica, pois é a interdependência que garante a universalidade. Destaca-se, portanto, que apesar de envolver financiamento de projetos de publicidade social através de editais, trata-se de uma prática que transcende o aspecto da gestão quando o investimento social ultrapassa a prestação de contas entre financiador e financiado, e equilibra a participação poder público, empresas e agentes locais para viabilizar projetos de transformação social.</p>
<p>A metodologia que perpassa toda a Publicidade Social é a pesquisa-ação que permite a relação dialógica e fortalecimento da confiança entre pesquisador e grupo parceiro. A parceria é alicerce que potencializa a "associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos [...] estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (THIOLLENT, 2003, p. 14)</p>				

IMAGEM 1 - Hana Yakiniku (gadget criado pela Scentee, em 2013)

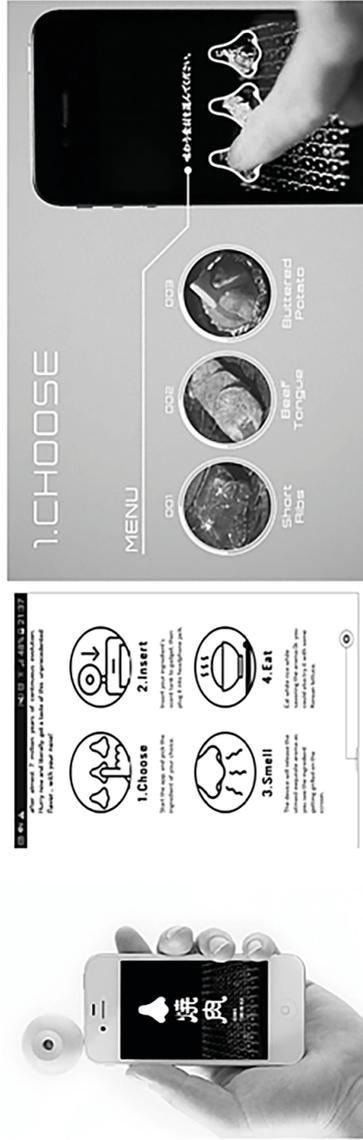


TABELA 2 – Resultado Parcial de Publicidade Sensorial

	Sentido	Local	Nome do Projeto	Uso do celular
1	Audição	Brasil, África do Sul, EUA e Inglaterra	4	Essencial
2	Olfato	Brasil, África do Sul, Coreia do Sul, Espanha e Japão	4	Parcial ou Nulo
3	Paladar	Brasil, Japão, Emirados Árabes e Espanha	4	Essencial ou Nulo
4	Tato	Brasil, África do Sul, EUA, Coreia do Sul e Japão	5	Parcial ou Nulo
5	Visão	Brasil, África do Sul, EUA, Inglaterra, Nova Zelândia	5	Essencial ou Parcial
6	Multisensorial	Brasil, Moçambique, EUA, Japão e Espanha	5	Essencial, Parcial ou Nulo



Entrevistas

Entrevista com ex-coordenador/as do GP Comunicação para a Cidadania: Bruno Fuser, Cicilia Peruzzo e Denise Cogo

Denise Teresinha da Silva

Nesse livro que pretende falar sobre a história do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Intercom, realizei algumas entrevistas com três nomes que fizeram parte da história do GP. Obviamente que outros nomes também foram importantes para a escrita dessa história, como de quem participava do GT Cultura e Comunicação Popular que foi extinto e deu lugar para esse GP, assim como do GP Comunicação e Cultura das Minorias. Entretanto, Cicilia Peruzzo, Bruno Fuser e Denise Cogo conseguem contar de forma clara e exemplificadora o início dos trabalhos e refletir sobre as implicações teóricas e práticas da linha de estudos que perpassa as pesquisas em Comunicação para a Cidadania. Foram respondidas quatro perguntas sobre suas participações nos encontros do GP, histórias do início dos trabalhos, principais linhas de pesquisa, referências e temas que precisam ser aprofundados. Uma ótima forma de compreender o que foi feito e para onde devemos seguir. Só podemos agradecer.

DENISE SILVA – Conte sobre a tua participação no GP Comunicação para a Cidadania.

BRUNO FUSER – Veja só, Denise, foi quatro anos após concluir a graduação, ou seja, em 1984, que me interessei em voltar à pesquisa na área do jornalismo e da comunicação. Em 1985 ingressei no mestrado, na ECA/USP, numa época em que quase todo mundo que estava na pós-graduação, ali, estava mesmo para pesquisar e estudar mais a respeito de temas diversos, pois o chamado “mercado da academia” era muito incipiente. Não havia pressão para concluir o mestrado como há hoje, dois anos e olhe lá, produção de mestres e doutores em série. Uma atividade mais reflexiva. Por outro lado, nunca tive bolsa no mestrado, que só defendi em maio de 1992. Depositei a dissertação no final de 1991, depois de ter utilizado todos os prazos de trancamento e adiamento possíveis. Inicialmente meu projeto era para discutir a rotatividade de mão-de-obra das redações, quando se implantava o Projeto Folha, depois trabalhei com as políticas de comunicação no governo da Luiza Erundina, do PT, em São Paulo. Como muitos colegas, a preocupação maior era fazer política, inclusive política de comunicação, e estudá-la também, mas na medida em que isso implicava refletir sobre nossa própria prática. Estávamos na política, me filiei e votei no MDB, em 1978, em FHC, para o Senado. Em seguida fui para o PT, e em 1989 saí do Estadão, onde trabalhava na editoria de Política, para participar da experiência de gestão da prefeita Luiza Erundina em São Paulo.

A academia passava ao largo.

Resumindo: durante os anos que marcam o final da minha graduação, em 1981, e o início do doutorado, em 1994,

sempre estive mais preocupado com a política, seja partidária, seja sindical, seja de comunicação, do que com a academia. Comecei a trabalhar como professor universitário em 1988, na PUC-Campinas, mas até 1994 era praticamente uma atividade complementar. A Intercom para mim era apenas uma referência. Ademais, meu orientador no mestrado foi *Ciro Marcondes Filho*, recentemente falecido, que possuía muitas críticas a determinados aspectos de organização da Intercom. Minha orientadora de doutorado foi *Maria Nazareth Ferreira* – que também já morreu -, e que, igualmente, possuía visão muito distinta daquela predominante na Intercom em relação às melhores estratégias de estruturar a área da comunicação em termos de pesquisa. Compartilhava e em grande medida compartilho ainda os pontos de vista do *Ciro* e da *Nazareth* a esse respeito. Na PUC-Campinas estimulava e participava com orientandos de iniciação científica das reuniões anuais da SBPC, entidade que teve importantíssima atuação na luta contra a ditadura, no campo da ciência. Inclusive cobri como jornalista algumas reuniões da SBPC, experiência fantástica.

Somente após 1998, comecei a participar de maneira mais sistemática dos congressos anuais da Intercom, embora minha primeira apresentação de trabalho tenha sido em 1995, num congresso muito doido em Aracaju, pois a Universidade Federal de Sergipe estava em greve, e o representante local – o *César Bolaño* - tinha que batalhar pessoalmente para conseguir abrir salas para o evento. Nos primeiros anos de vida acadêmica, digamos, institucional, fiquei indo de GT em GT, buscando mais a interlocução e a possibilidade de discussão de ideias, antes de me resolver por uma participação mais orgânica, o que ocorreu em 2001, no GP de Comunicação para a Cidadania, no congresso de Campo Grande. Foi o primeiro congresso do novo

NP, após a dissolução de todos os GTs (grupos de trabalho), por decisão da diretoria da Intercom, no ano de 2000, em Manaus. Aliás, estive nesse congresso de Manaus, com dois trabalhos, um no GT de Jornalismo e outro no GT de Comunicação e Religião (acho que era esse o nome, na época), pois havia feito trabalho de ação e pesquisa em comunicação num bairro de prostituição de Campinas onde havia trabalho importante da Pastoral da Mulher Marginalizada.

A Denise Cogo ficou na coordenação do NP de Cidadania de 2001 a 2006, e eu assumi a coordenação logo após a Denise Cogo. Foi implantado, então, pelo NP o sistema pelo qual cada coordenador/a ficaria apenas um mandato, dois anos, como forma de propiciar ao máximo essa experiência entre os participantes do grupo, o que funciona até hoje. Logo em seguida, na coordenação da professora Cláudia Lahni, decidimos por haver sempre, de maneira equânime, coordenação assumida de forma rodiziada por pesquisadora mulher e por pesquisador homem.

Estive, portanto, no NP de Comunicação para a Cidadania, depois transformado em GP, desde seu primeiro evento, o I Encontro de NPs, em 2001. São exatos vinte anos de participação.

Trabalhei com rádios comunitárias, comunicação popular, comunicação sindical. Em 2005, quando iniciei meu pós-doutorado na Universidade Autônoma de Barcelona, comecei a pesquisar comunicação digital, exclusão digital, uso comunitário da internet, com o estudo da experiência educativa realizada em telecentros comunitários da Catalunha. A apropriação da internet e das tecnologias digitais em distintas realidades e comunidades é o foco principal de minhas pesquisas a partir de então, por vários anos, podemos dizer que até hoje,

por diferentes enfoques transversais, passando pela organização e mobilização comunitária, história oral, identidade e cultura.

CICILIA PERUZZO – Fui a primeira coordenadora no Grupo de Trabalho do então denominado de GT Cultura e Comunicação Popular e que deu origem ao atual Grupo de Pesquisa PG Comunicação para a Cidadania. Ele foi criado e funcionou em caráter experimental no ano de 1990 durante o XIII Congresso Intercom realizado no Rio de Janeiro, quando foram organizadas seções de apresentação de trabalhos inscritos para tal fim. Em 1991, no XIV Congresso Intercom realizado em Porto Alegre funcionou já funcionou com base nas normas regimentais da entidade que entraram em vigor neste mesmo ano.

Nessa fase, ajudei a estruturar o então GT como coordenadora (1990 a 1994). Em seguida, passei a coordenação para Christa Berger, que o coordenou de 1995 a 1998, dois mandatos. Uma iniciativa importante do GT na época de minha coordenação foi a publicação da coletânea **Comunicação e Culturas Populares** que organizei reunindo os principais trabalhos apresentados do GT CCP de 1991 a 1993 e que foi publicada pela Intercom em 1995, com prefácio de Adolpho Queiroz, então presidente da Intercom. Esta coletânea (ver abaixo pergunta 2) documenta a pesquisa em comunicação e cidadania naquela época, com trabalhos de alguns dos autores que estavam pesquisando e escrevendo sobre o tema no Brasil. Nos anos seguintes, participei do grupo apenas assistindo as seções e apresentando trabalhos, mas acompanhei o processo de reestruturação do grupo no bojo das mudanças nos GTs (Grupos de Trabalho) para NPs (Núcleos de Pesquisa) e depois para GPs (Grupos de Pesquisa) realizadas pela Intercom.

DENISE COGO – Entre 2001 e 2006, a partir de eleição, fui a coordenadora do Grupo de Pesquisa em Comunicação e Cidadania da Intercom e depois do Núcleo de Pesquisa em Comunicação para a Cidadania, que substituiu o GP. Durante esse período, além da coordenação do GP e NP, organizei, em parceria com o saudoso colega João Maia, da UERJ, uma coletânea com textos apresentados no NP (**Comunicação para a cidadania**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006) Posteriormente, já não mais como coordenadora, organizei, em 2010 e 2011, em colaboração com os colegas Alexandre Barbalho e Bruno Fuser, duas coletâneas com textos apresentados no NP (**Comunicação e cidadania: questões contemporâneas**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2011; e **Comunicação para a cidadania: temas e aportes teórico-metodológicos**. São Paulo: Intercom, 2010). Também participei da organização do Intercom Sul na Unisinos-RS.

DENISE SILVA – Como aconteceu o início do GP Comunicação para a Cidadania da Intercom?

BRUNO FUSER – Como disse anteriormente, eu estava no congresso de Manaus no ano de 2000. Foi quando a diretoria da Intercom decidiu e a anunciou a dissolução de todos os Grupos de Trabalho, e implantou uma reestruturação que tinha muitos objetivos, é ação bastante documentada. A verdade é que teve muito bafafá. De qualquer forma, foi então criado o NP, Núcleo de Pesquisa, Comunicação para a Cidadania, que teve seu primeiro encontro em Campo Grande, em 2001.

Deixando de lado os propósitos gerais da Intercom com a criação de Núcleos, e depois Grupos de Pesquisa, pois não é disso que se trata aqui, interessa é ver como, nesse processo,

foi extinto o antigo GT Comunicação e Culturas Populares, e se criaram novos NPs com temática que se aproximava do antigo GT. Foi criado o NP Comunicação para a Cidadania, mas também o de Comunicação e Cultura das Minorias, não é verdade?

Naturalizar ou simplificar as mudanças, a meu ver, é algo que deve ser evitado, para que tenhamos melhor percepção do passado, e entendamos de maneira mais aprofundada o presente. Podemos dizer que o NP de Cidadania foi criado para receber os trabalhos do antigo GT de Culturas Populares, ou foi uma continuação do mesmo, mas nunca é apenas isso, ou nunca é acima de tudo isso. Quem criou foi a diretoria. Que eu saiba, isso pode ser confirmado com o Dennis de Oliveira, que coordenava o GT de Comunicação e Culturas Populares em 2000, não houve uma plenária do antigo GT que tenha decidido de forma aberta que o mesmo seria substituído pelo de Cidadania. Ao contrário, a dissolução de todos os GTs foi anunciada como decisão tomada e irreversível.

Por que não foi, então, criado um NP de Comunicação e Culturas Populares, ou seja, por que não foi apenas alterado nome (de GT para NP), como ocorreu em outros GTs ao passarem para NPs?

A mudança de nome implica uma mudança de conceito. Ainda mais quando se vê a criação de um NP de Culturas das Minorias. Por que não podemos entender que as Culturas Populares na verdade passaram a ser estudadas nas Culturas das Minorias?

Deixar de lado o foco em Culturas Populares e passar o foco para Cidadania é uma mudança profunda. A expressão cultura popular é revestida de significados múltiplos, ricos,

contraditórios, históricos, dialéticos. Falar de cultura popular é muito diferente do que falar, por exemplo, em folk, não é verdade? Mas, Folkcomunicação passa, nesse processo, a se constituir também um NP, se já não era um GT, não lembro e não encontrei informação a respeito. Mas, quem trabalha com cultura popular muitas vezes quer é se afastar da visão do folclore, é evidente isso. Folclorizar algo, aliás, é expressão pejorativa. É transformar em folclórico, em pitoresco.

Interessante também observar o plural, não é? O nome do GT era Comunicação e Culturas Populares, mas a expressão cultura popular é tão forte que, nos arquivos do PortCom, os trabalhos que ali constam estão identificados como do “GT 12 – Comunicação e Cultura Popular”. Recomendo, para se ter mais clareza das perspectivas de discussão do antigo GT, a leitura do artigo de Dennis de Oliveira, apresentado justamente no Congresso de 2000, intitulado *Comunicação popular, percepção e transcendência: desafios teóricos*¹. Vejamos as seções (ou sessões?) temáticas previstas no recém-criado NP de Cidadania: Comunicação Popular, Comunitária e nas ONGs; Comunicação Sindical; Comunicação Eclesial; Comunicação Partidária.

Ou seja, há uma ênfase no estudo de comunicações institucionalizadas, em que pesem as palavras-chave “comunicação popular”, “comunitária”. As ONGs, lembremos disso, já possuíam, no ano de 2000, um papel de substituição da ação do Estado por entidades de direito privado. Não eram mais, majoritariamente, aquelas organizações que contribuíram para a democratização (parcial) do País, ao apoiar certas ações e estudos.

1. Disponível em: portcom.intercom.org.br/pdfs/19bd09db68960213a8a5b59bf3cac981.pdf.

E quais são as seções (ou sessões?) temáticas previstas para o NP de Comunicação e Cultura das Minorias? Etnicidade; Relações de Gênero (Mulher e outros); Infância e Juventude.

Ou seja, o estudo das questões raciais e de gênero! É evidente que o estudo das questões étnico-raciais neste País – para não falar mais nada – tem relação direta com as questões populares, ou não? Ao lermos apenas alguns dos títulos de alguns dos trabalhos apresentados nesse NP de Minorias em 2001, veremos que há clara coincidência com as preocupações do NP de Cidadania: comunicação eclesial (Rede Família e Rede Vida); políticas de cultura (comunicação popular); rádio na Saúde mental (comunicação comunitária); Grupo Ilê Aiyê e cidadania negra (comunicação nas ONGs); Rádio Favela (comunicação comunitária). E dois trabalhos relacionados a identidade cultural (Judeus do Egito no Rio de Janeiro e Políticas de Identidade), tema que logo estará também presente no NP de Cidadania, embora não conste em suas seções (ou sessões?) temáticas, quando criado.

Alguns anos depois da dissolução dos GTs e de criação, entre outros, do NP de Minorias, este foi conduzido à extinção. Na Intercom, os GPs ou NPs que recebem poucos trabalhos acabam ficando na berlinda, pois existe uma questão de custo com passagem e estadia d@s coordenador@s e vices. Então, é feito algum movimento. No caso, o NP de Minorias acabou sendo extinto, me parece que em 2006, e houve um esforço para que pesquisadoras e pesquisadores que estavam nesse grupo, assim, é claro, como suas perspectivas de trabalho, tivessem espaço no GP de Cidadania. Foram refeitas a ementa e as palavras-chave, para se tentar uma unificação. No VII Encontro dos NPs, em Santos, em 2007, já há vários ex-

participantes do NP de Minorias que se fazem presentes, e que se mantêm até hoje próximos ao GP de Cidadania.

De qualquer forma, com a extinção do GT de Culturas Populares, em 2000, o que ocorreu é que pesquisadores que não viram contemplada sua preocupação conceitual de essência – a relativa a cultura, ou culturas populares – ou foram para outros NPs que não o de Cidadania, ou simplesmente passaram a participar menos ou mesmo largaram a Intercom de lado. Afinal, esse é um espaço importante, mas não o único, de interlocução e exposição de ideias. E de fazer relações públicas, como se diz?, *networking*. Há outros, todos são legítimos, cada um com suas características, cada um/a que busque o seu, aquele que considera melhor. Eu fiquei por 20 anos, e agora me aposento. Em alguns idiomas, aposentar-se quer dizer retirar-se. Em outros, celebração, júbilo. Assim espero que seja comigo, hehehe.

CICILIA PERUZZO – O Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania recebeu a denominação de GP em 2008, pois derivou das denominações anteriores – Núcleos de Pesquisa (2001-2007) e Grupos de Trabalho (1990-2000). Originalmente, teve o nome de Grupo de Trabalho (GT) Comunicação e Cultura Popular que foi criado no bojo dos primeiros 18 GTs da Intercom, em 1990. Convém lembrar que os GTs passaram originalmente por dois processos de mudança. O primeiro no ano 2000 (com implementação em 2001), quando os GTs receberam a denominação de NPs. Registro que na época eu era presidente da Intercom (1999-2002), de modo que acompanhei bem de perto o processo de discussão que visava reestruturar os grupos de trabalho. A segunda reestruturação entrou em vigor

em 2008, quando os NPs foram denominados de GPs. Aliás, em 2019 desencadeia-se, inclusive, nova fase de reestruturação dos grupos, mas que não alterou sua estrutura básica em forma de Divisão Temáticas/GPs.

No primeiro ano (1990), o funcionamento de todos os GTs foi bastante experimental, mas no ano seguinte os GTs da Intercom já estavam funcionando com base em normas regimentais próprias, cujas bases e aperfeiçoamentos foram sendo processados ao longo dos anos seguintes. Em determinado momento os GTs passaram por uma organização interna e foram classificados em grupos monotemáticos - dedicados às grandes áreas que integram o campo da Comunicação, e grupos multidisciplinares - voltados para a viabilização do diálogo entre a Comunicação e outras disciplinas.

Os GTs, desde 1990, e depois os NPs e os GPs, sempre tiveram espaços privilegiados na programação dos Congressos da Intercom por serem vistos como a “espinha dorsal” dos eventos.

A primeira reformulação se fez necessária porque aos poucos foram sendo criados muitos GTs – chegaram a 30 - o que acabou gerando algumas distorções, como, por exemplo, GTs com temáticas/ementas muito próximas e conseqüentes sobreposições. Essa situação motivou a reformulação dos GTs por parte da diretoria da Intercom, cujo estudo durou dois anos - autorizada em reunião dos coordenadores de todos os GTs em 1999, discutida até o ano 2000, quando o novo regulamento foi submetido e aprovado pela diretoria executiva e pelos coordenadores, mas para vigorar somente a partir do ano de 2001, no interior do XXIV Congresso da Intercom que aconteceu em Campo Grande, MS. O referido

estudo foi realizado de modo muito criterioso por parte de uma Comissão formada, se não me engano, por Sergio Caparelli, Sonia Virginia Moreira, Maria Immacolata e por mim, como então presidente da Intercom.

Nessa reformulação, os GTs passaram a ser denominados Núcleos de Pesquisa. Mas, nos anos seguintes nova reformulação foi sendo demandada. Após devidos estudos no nível da Diretoria Executiva e do Conselho Curador, em reunião da Diretoria Executiva realizada em 08 de abril de 2006, foi aprovada nova estrutura mudando a nomenclatura de Núcleos de Pesquisa (NPs) para Grupos de Pesquisa (GPs) e os agrupando em Divisões Temáticas. As normas regimentais dos NPs foram transferidas para os GPs, as quais estão ainda na base das normas em vigor.

Foi nesse processo que o GT Comunicação e Culturas Populares assumiu a denominação NP Comunicação para a Cidadania, uma certa atualização no nome no contexto do avanço e ampliação das lutas por cidadania e das conquistas pós Constituinte, e mais adiante passou a ser chamado de GP Comunicação para a Cidadania.

O intuito básico da mudança de GT (Grupo de Trabalho) para NP (Núcleo de Pesquisa) e depois para GP (Grupo de Pesquisa), por parte da Intercom, foi o de provocar uma alteração nas práticas dos GTs transformando-os de fóruns de apresentação de trabalho em grupos de pesquisa, ou seja, que pudessem realmente avançar enquanto grupos de investigação, com relações mais consistentes e com menos rotatividade (exigência de as pessoas se filiarem a um GP a fim de gerar vínculos por períodos duradouros). Proposta, me parece, até hoje sem efetiva realização por parte da maioria dos GPs.

Mas, voltando à pergunta “Como aconteceu o início do GP Comunicação para a Cidadania da Intercom”, quanto à sua dinâmica funcionou de modo semelhante ao atual. A diferença é que até no ano 1999, o mandato dos coordenadores era de dois anos, renováveis uma única vez, pois acompanhava a lógica do mandato da diretoria. Mas, em 1999 entrou em vigor o novo Estatuto da entidade que estabeleceu o mandato de três anos para a diretoria executiva e conselhos provocando também mudança no tempo de mandato dos coordenadores de GTs.

DENISE COGO – Anteriormente, o GP se chamava Comunicação e Culturas Populares. Nessa época, eu apenas participava como integrante do GP e autora de trabalhos. Lembro de uma das coordenadoras desse GP ter sido a professora Cicilia Peruzzo. Posteriormente, a Intercom promoveu uma mudança na configuração dos GPs, e o GP Comunicação e Cultura Populares passou a se chamar GP em Comunicação e Cidadania. E, mais tarde, houve uma nova mudança em que os GPs se tornaram Núcleos de Pesquisa (NPs) na perspectiva de fomentar a articulação e colaboração entre os pesquisadores do NP que não se limitasse à realização do Congresso. Além disso, em 2003, em reestruturação dos GTs da Intercom, o GT Comunicação e Cultura das Minorias foi incorporado ao GT Comunicação e Cidadania.

DENISE SILVA – Quais os principais temas que destaca nesses anos de pesquisa apresentados nos encontros do GP de Comunicação para a Cidadania?

BRUNO FUSER – Não tenho condições de responder a essa pergunta sem fazer ao menos um levantamento digno desse nome. Quem dá bem conta disso é o livro organizado por Cláudia Lahni e Juciano Lacerda, de 2013, **Comunicação para a cidadania: objetos, conceitos e perspectivas**, publicado pela Intercom e disponível de forma gratuita pela internet em <gpcomunicacaocidadania.files.wordpress.com/2011/03/e-book_gps_9.pdf>.

A obra faz levantamento até 2011, é bem detalhada, analisa 11 anos, ou seja, mais da metade do tempo de existência do NP/GP. Nesse livro, ao analisar parte dos trabalhos desse período, comento que muitos deles não fazem nenhuma menção explícita a cidadania, direitos, igualdade, democracia. Sequer trazem entre as palavras-chave uma que esteja entre as do NP/GP. Isso é uma reflexão crítica, que não deixa de reconhecer o mérito dos trabalhos, sua qualidade intrínseca, e que sempre contribuíram para o debate no âmbito do grupo. Fora, é claro, os trabalhos que não apenas trazem tais palavras-chave e tais discussões com aderência total ao NP/GP e que contribuíram e contribuem para sua atualização permanente. A diversidade é parte da dinâmica do NP/GP e, a meu ver, extremamente positiva. Mas, o distanciamento das questões próprias ao grupo, evidentemente, deve ser evitado. Nesse vai-e-vem busca-se avançar, sempre, o que pode significar, é claro, rupturas.

CICILIA PERUZZO – Num primeiro momento, os temas que permearam com mais insistência este grupo de pesquisa enfatizavam a comunicação popular e alternativa, suas formulações conceituais e análises de experiências como formas

de resistência. Eram estudos sobre as rádios populares e rádios livres, comunicação dialógica, participativa e imprensa sindical, além de temas mais ligados às culturas populares. Trata-se de um contexto de efervescência dos movimentos populares e sindicais que externavam as suas reivindicações e consciência de classe.

Uma demonstração dessas temáticas está reunida na coletânea **Comunicação e Culturas Populares**, quais sejam: *A Pesquisa em Comunicação Popular e Alternativa; Comunicação Popular em seus Aspectos Teóricos; Rádio Popular e Mediações Culturais; Democracia na Rádio Livre Paulicéia; Projeto de Vida para a Ilha Grande dos Marinheiros POA-RS: Uma Experiência em Animação Sócio-Cultural no Cone Sul; Imprensa sindical, Greve e Consciência de Classe; Elementos para uma análise da Comunicação na América Latina: Perspectivas para os Anos 90; Pistas para o Estudo e a Prática da Comunicação Comunitária Participativa; Progresso e Recessão no Campo das Culturas: Chaves Novas, Velhas Forças; O Sagrado/Popular nos Meios de Comunicação de Massa: Um Produto à Venda.*

Em um segundo momento, já nos anos 2000, os estudos de natureza popular, alternativa e comunitária no contexto dos movimentos sociais, além de temas da cultura popular, continuam presentes, mas surgem abordagens sobre as interfaces de tecnologias digitais, formação de redes, críticas à instrumentalização de rádios comunitárias, o papel de organizações não governamentais e do terceiro setor, além reflexões sobre o próprio percurso do grupo de pesquisa.

Essas abordagens podem ser vistas na segunda obra do GP que documenta os trabalhos apresentados de 2001 a 2005. Trata-se da coletânea organizada por Denise Cogo e João Maia, publicada em 2006, momento em que o grupo se denominada

Núcleo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania. (Obs.: Recomendo ver apresentação da obra feita por Christa Berger, bem como o capítulo de Denise Cogo neste mesmo livro).

Nesta coletânea, os capítulos são os seguintes: *Comunicação, mídia e cidadania: um percurso pelas interfaces de um núcleo de pesquisa da Intercom; Práxis reflexiva comunicacional e configurações sociais transformadoras; Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências; O marketing no terceiro setor: possibilidades e limites; Redes-um novo projeto político da comunicação; O novo protesto: ativismo político midiaticizado; Comunidades on-line: os espaços de telecentros como configurações comunicacionais midiáticas; Os agentes comunicacionais da Mangueira: fluxos e movimentos culturais; As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização (1998-2000); Rádios comunitárias em Campinas: a perda de espaço da alternativa popular; Reggae e hip-hop: segmentação de mercado x diversidade cultural juvenil; Recepção e cidadania em torno do discurso do MST: o caso do assentamento Pedro e Inácio.*

DENISE COGO – Houve uma presença regular e constante de trabalhos orientados às inter-relações entre comunicação, cultura e cidadania no âmbito dos movimentos populares, comunitários, sindicais e nas ONGs, bem como nas esferas partidárias e eclesiais, tanto relacionada aos meios de comunicação massivos como alternativos e comunitários. Observamos também, ao longo da existência do GP, de artigos orientados à discussão da cidadania relacionada às minorias e às identidades culturais, a partir de trabalhos que focalizaram as perspectivas da juventude, do gênero, das relações raciais, das migrações, dentre outros. Foi possível perceber, também, que muitos trabalhos apresentados estiveram centrados nas

redes como um modo específico de articulação e organização dos movimentos sociais na contemporaneidade. Alguns dos quais abordaram aspectos relacionados às chamadas mídias digitais e ao ativismo global. Durante minha estada junto ao GP e NP, observei, ainda, uma escassa presença de estudos sobre comunicação sindical e eclesial e religiosa.

DENISE SILVA – Uma questão para quem se interessa sobre o tema: existe algo que ainda precisa ser trabalhado ou algum assunto que precisa ser mais aprofundado nessa linha de estudos?

BRUNO FUSER – Qualquer assunto, creio, pode ser aprofundado, ou atualizado. A inter-relação entre comunicação e cultura é, a meu ver, uma “pista de pesquisa” importante a se seguir, com todas as consequências teóricas que daí advêm, a começar por admitir-se que o protagonismo não é necessariamente do campo da comunicação. Afastar-se da institucionalidade é um conselho, pois a comunicação institucional possui espaço bem delimitado, e importante, essencial, em estudos, por exemplo, de relações públicas. Aproximar-se dos movimentos sociais, onde eles estiverem, pois ali se encontrará sempre rica matéria-prima de pesquisa e de ação para transformação social. Fugir dos convites de carreira acadêmica fácil, nessa área em geral o que é fácil não presta. Fazer a crítica implacável a experiências que dizem que são uma coisa, mas não são nada disso. Estreitar a discussão sobre direitos e cidadania é outra sugestão, até para que cidadania não se transforme em lugar comum. Quando tudo é cidadão, provavelmente aquela palavra começa a ser esvaziada de significado, ou ressignificada. Quando uma empresa agente

da ditadura e uma das maiores responsáveis pelo famigerado oligopólio da comunicação do País, a Rede Globo, começa a falar demais em cidadania, é para se desconfiar. Recolhem doações para crianças há mais de 30 anos e, ao mesmo tempo, manipulam o debate entre Collor e Lula e apoiam descaradamente o golpe parlamentar contra a presidenta Dilma. Essa é a empresa cidadã. Estar com ela é sempre uma forma de legitimá-la. Cidadania assim, pra mim, tô fora.

CICILIA PERUZZO – Na linha da comunicação para a cidadania, me parece que seria interessante avançarmos na formulação de teorias, como, por exemplo, sobre mídias alternativas e imprensa alternativa. Há mais especulação sobre essa problemática do que conceitos sólidos, muita superficialidade e pouca historicidade. Falta uma base conceitual sólida capaz de dar conta das alterações nesse âmbito proporcionadas, principalmente, pelas mídias e redes sociais digitais.

Por outro lado, do meu ponto de vista, a atualização temática do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania tem transcorrido de forma espontânea por meio da absorção de problemáticas emergentes trazidas pelos participantes. Por um lado, as ementas foram reformuladas em alguns momentos no intuito de dar conta dos problemas de pesquisa que foram surgindo na sociedade civil na linha da comunicação e cidadania. Enfim, a submissão de trabalhos acaba provocando a inclusão de temáticas pertinentes ao grupo que, mesmo nem sendo tão explícitas na ementa, são acolhidos e provocando uma atualização muito salutar ao mesmo. Mas, sempre há que se ter o cuidado para não haver uma descaracterização das problemáticas centrais históricas do grupo de pesquisa.

DENISE COGO – Como tenho participado pouco do GP nos últimos anos, não poderia avaliar, de modo adequado, essa necessidade de aprofundamento de algum tema. Mas acho que temas no escopo das relações entre comunicação, cultura digital e cidadania que estiveram presentes no GP estes anos sempre mereceriam um aprofundamento e ampliação, tendo em vista a centralidade que assumiu a cultura digital nas sociedades nessas últimas décadas e seus impactos também nas práticas de comunicação e cidadania. Uma outra questão que acompanhou a existência do GP e norteou o debate entre seus integrantes é a da necessidade de aprofundamento conceitual da noção de cidadania, que, embora permeasse os textos apresentados, não era suficientemente problematizada conceitualmente.



Sobre as autoras e autores

Sobre as autoras e autores

ALEXANDRE BARBALHO - Graduado em História e em Ciências Sociais, mestre em Sociologia e doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas. É professor adjunto do curso de História e professor permanente dos PPGs em Sociologia e em Políticas Públicas da Uece e em Comunicação da UFC e colaborador do PPG em Cultura e Territorialidades da UFF. Tem experiências nas áreas de Política, Cultura e Comunicação, atuando principalmente nos seguintes temas: política cultural, política de comunicação, mídia e cidadania, mídia e minorias, mídia e política, elites. É co-organizador, entre outros, de Comunicação e cultura das minorias (com Raquel Paiva); Políticas Culturais no Brasil (com Albino Rubim, 2007); Comunicação e cidadania: Questões contemporâneas (com Bruno Fuser e Denise Cogo) e Infância, juventude e mídia. Olhares luso-brasileiros (com Lídia Maropo5). É autor, entre outros, de: A criação está no ar: Juventudes, política, cultura e mídia; Democracia radical e pluralismo cultural. Para ler Chantal Mouffe; Política cultural e desentendimento; e Cultura e democracia (2017). E-mail: alexandrealmeidabarbalho@gmail.com.

BRUNA LUYZA FORTE LIMA OLIVEIRA - Graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará (2014) e mestra em Comunicação também pela UFC (2018). Atualmente, é

doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFC sob orientação do Prof. Dr. Alexandre Barbalho e discente da Especialización en Epistemologías del Sur, 5º Cohorte (2020/2021), ofertada pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO). Pesquisadora vinculada ao Laboratório Artes e Micropolíticas Urbanas (Lamur/UFC). Pesquisa direito à cidade, narrativas e decolonialidade. E-mail: abrunaforte@gmail.com.

CLÁUDIA LAHNI - É Professora Titular da Faculdade de Comunicação (Facom) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e professora permanente do PPGECH-UFSCar (Programa de Pós-Graduação Estudos da Condição Humana - Universidade Federal de São Carlos, Campus Sorocaba). Participa do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Intercom (do qual foi coordenadora em 2011-2012). É líder do Flores Raras - Grupo de Estudos e Pesquisas Educação, Comunicação e Feminismos (Faced-UFJF-CNPq). Lésbica Feminista, é jornalista, é doutora em Ciências da Comunicação pela USP, com pós-doutorado em Comunicação, pela UERJ. E-mail: lahni.cr@gmail.com.

CAMILA ACOSTA CAMARGO - Doutoranda e mestre pelo programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo e bacharel em Relações Públicas pela mesma instituição. Professora colaboradora do *lato sensu* em Gestão Integrada da Comunicação Digital para Ambientes Corporativos (ECA-USP) e em Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Cáspes Líbero). Integra o Centro de Pesquisa em

Comunicação e Trabalho (ECA-USP). É *Ad hoc* do Conselho Regional de Profissionais de Relações Públicas (2ª Região).

E-mail: camila.acosta.camargo@usp.br

CÉRES SANTOS - Ativista dos movimentos negro e de mulheres negras. É jornalista e tem doutorado pela ECA/USP; graduada em Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Licenciatura em Estudos Sociais, também pela PUCRS. Especialização em Direitos Humanos e Mestrado em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Pesquisa sobre Políticas de Ações Afirmativas, feminismos negros, mídia e racismo e terreiros de matriz africana. É professora na Uneb, no Curso de Jornalismo em Múltiplos Meios, em Juazeiro/BA e vice-coordenadora do grupo Hierarquizações Étnico-raciais, Comunicação e Direitos Humanos (RHECADOS).

E-mail: ceresantoss3@gmail.com.

CICILIA M. KROHLING PERUZZO - Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (ECA-USP). Fez pós-doutorado na Universidade Nacional Autônoma do México. Professora visitante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e da Universidade Federal do Espírito Santo. Autora dos livros **Relações públicas no modo de produção capitalista**, **Comunicação nos movimentos populares – a participação na construção na cidadania** e **Televisão comunitária – dimensão pública e participação cidadã na mídia local**. Organizadora de algumas coletâneas. Possui artigos publicados em diversas revistas científicas nacionais e internacionais. Coordena o Núcleo de Estudos sobre Comunicação Comunitária e Local

(Comuni). Membro do Comitê de Assessoramento de Artes, Ciências da Informação e Comunicação do CNPq (2016-2019). Bolsista por produtividade do CNPq.
E-mail: kperuzzo@uol.com.br.

DENISE TERESINHA DA SILVA - Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos com doutorado sanduíche na Universidad Autónoma de Barcelona (2008), Professora Associada da Universidade Federal do Pampa (Unipampa, Campus São Borja), Líder do Grupo de Pesquisa Fos com pesquisa sobre consumo consciente e produção sustentável, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Produção em Fotografia da Unipampa - NEPFOTU, participante do projeto de extensão sobre Violência de Gênero e Políticas Públicas na Pandemia, integrante do Conselho Consultivo da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã – ABPCom (2019-2021), Coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação - Intercom (2017-2018) e vice-coordenadora (2015-2016), Integrante do Comitê de Ética na Pesquisa - CEP/Unipampa (2012-2018), Coordenadora da Especialização em Imagem, História e Memória das Missões: Educação para o Patrimônio da Unipampa (2013-2014), Diretora da Universidade Federal do Pampa - Unipampa Campus São Borja (2009-2013), coordenadora do curso de Publicidade e Propaganda da Faculdade Seama (2002-2003).

E-mail: denise_dts@yahoo.com.br.

ISMAR CAPISTRANO COSTA FILHO - Doutor em Comunicação Social (UFMG), mestre em Comunicação (UFPE), bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo (UFC). Atualmente, é professor do Curso de Jornalismo e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFC e coordenador do Projeto de Extensão de Apoio a Comunicação Alternativa, Cidadã e Comunitária (Cacco). Foi diretor e fundador da Rádio Comunitária Sertão FM em Quixadá (CE) e coordenador da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária no Ceará (Abraço-CE).

E-mail: ismar.capistrano@ufc.br.

JUCIANO DE SOUSA LACERDA - Doutor em Ciências da Comunicação (Unisinos, 2008). Pós-Doutorado pela UAB-Espanha (2017-18). Prof. Associado III do Decom da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor do Doutorado em Estudos da Mídia (PPgEM/UFRN). Pesquisador e Coordenador do Núcleo de Relações Internacionais e Interinstitucionais do Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS/HUOL/UFRN). Coordenador do GP Pragma/CNPq e do Laboratório de Pesquisas e Estudos em Comunicação Comunitária e Saúde Coletiva (Lapeccos/UFRN). Foi Coordenador (2013/14) e Vice-Coordenador (2011/12) do GP Comunicação para a Cidadania da Intercom. Coordenou o GT Comunicação e Cidadania da Compós (2017-2018).

E-mail: Juciano.lacerda@gmail.com.

LILIAN CARLA MUNEIRO - Doutora em Comunicação e Semiótica (PUCSP), Pós-Doutorado em Ciências Sociais (UFRN), Mestre em Comunicação e Linguagens (UTP), Especialista em Influência Digital (PUC/RS) e Produção de Textos (Univali). É professora Associada do Departamento de Comunicação da UFRN, pesquisadora do Laboratório de Inovação Tecnológica em Saúde (LAIS/HUOL/UFRN) e integrante do Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva (UFRN). E-mail: lilianmuneiro@gmail.com.

LUCAS MILHOMENS FONSECA - Professor do curso de Comunicação Social - Jornalismo da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), campus Parintins (AM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (PPGCOM/UFRR). Doutor em Educação pela Unicamp, com estágio sanduíche na Université du Québec en Outaouais, Canadá. Ex-bolsista do Emerging Leaders in the Americas Program (ELAP-Canadá) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam). Desenvolve pesquisa sobre os processos comunicacionais e as redes de mobilização dos movimentos sociais e indígenas.

E-mail: lucasmilhomens@ufam.edu.br.

LUIZ ROBERTO ALVES - Professor-pesquisador sênior da ECA-USP. Professor da educação básica por 22 anos. Autor de várias obras publicadas no Brasil e no exterior que conectaram os campos de educação, cultura e comunicação. Entre elas Trabalho, Cultura e Bem-Comum. São Paulo: FAPESP, Annablume, 2008 e artigo na obra **Entre Saberes Desechables**

y **Saberes Indispensables**. Coordinador Jesús Martín-Barbero. Bogotá: Centro de Competencia en Comunicación para América Latina, 2009.

E-mail: luizalves1@usp.br.

MARCELLO GABBAY - Músico e professor universitário na Universidade São Judas Tadeu (SP). Doutor e Mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ, com estágio doutoral na Université Paris-Descartes (Sorbonne V). É também especialista em Musicoterapia Preventiva e Social pela FMU (SP) e especializando em Psicologia Analítica pelo Instituto Junguiano de Ensino e Pesquisa (SP). Autor de diversos textos publicados no Brasil, América-Latina e Europa sobre música popular, comunicação comunitária e cultura amazônica. Publicou os livros **Comunicação Poética e Música Popular** (Ed. Appris, 2018) e **Música Estranha** (Ed. Paka-Tatu, 2021). E-mail: marcellogabbay@uol.com.br

MÁRCIA GUENA - Doutora em História pela Universidade Complutense de Madrid (UCM), mestre pelo em Programa de Pós Graduação Em Integração da América pela Universidade de São Paulo (USP) e graduada em Jornalismo (USP). Atua como Professora do curso de Jornalismo em Multimeios da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) – *Campus* de Juazeiro e como professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Educação Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA-Uneb). Atualmente desenvolve pesquisas com fotografia e hierarquias étnico-raciais, estudando comunidades quilombolas e de religiões de matriz africana no submédio São Francisco. Coordena o Grupo de pesquisas RHECADOS

- Hierarquizações Raciais, Comunicação e Direitos Humanos.
E-mail: marciaguena@gmail.com.

PABLO NABARRETE BASTOS - Professor do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense. Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC-UFF). Doutor em Ciências da Comunicação pela ECA-USP. Pós-doutorado em Estudos Culturais pelo Programa Avançado de Cultura Contemporânea da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisador Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE - Faperj) - Período 2021-2023. Coordenador pedagógico do Laboratório de Investigação em Comunicação Comunitária e Publicidade Social (Laccops). Coordenador do GP Comunicação para a Cidadania da Intercom. Subchefe do Departamento de Comunicação Social (GCO) da Universidade Federal Fluminense. Pesquisa hegemonia, contra-hegemonia, hegemonia popular, engajamento, movimentos sociais e comunicação popular.
E-mail: pablobastos@id.uff.br.

PATRÍCIA GONÇALVES SALDANHA - Prof^a Dr^a Associada II da Universidade Federal Fluminense e membro Permanente do PPGMC (Programa de Pós-graduação em Mídia e Cotidiano). Coordenadora do Curso de Comunicação Social e Publicidade e Propaganda, Vice-Coordenadora do GT de Cidadania do ALAIC (2012-2016), Coordenadora do GT de Cidadania do ALAIC (2016-2018). Coordenadora do Intercom Jr. Comunicação, Espaço e Cidadania(2016-2018). Fundadora e Líder do Laccops (Laboratório de Investigação em Comunicação Comunitária e Publicidade Social) e membro

fundadora do Inpecc (Instituto Nacional de Pesquisa em Comunicação Comunitária). Mestrado (2003) e Doutorado (2009) em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Pós-doc em Comunicação e Cultura (Publicidade Sensorial).

E-mail: patriciasaldanha@id.uff.br.

RAQUEL PAIVA - Professora emérita da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pesquisadora visitante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, autora de diversos livros e artigos sobre comunicação comunitária, feminismo e crítica da mídia. Formou-se em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação da UFJF, especialização em comunicação comunitária no Ciespal-Quito, Equador e o mestrado e o doutorado no Programa de Doutorado em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (com sanduiche na Università degli Studi di Torino, na Itália). Pertenceu ao conselho diretor das mais importantes associações de comunicação do Brasil como Compós e Intercom. Fundadora e coordenadora do Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária (Lecc) por 25 anos.

E-mail: raquelpaiv@gmail.com.

ROZINALDO ANTONIO MIANI - Graduado em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo - pela UMC (1990). Graduado em História pela FFLCH-USP (1995). Mestre em Ciências da Comunicação pela ECA-USP (2000). Doutor em História pela Unesp/Campus Assis (2005). Pós-doutor pela ECA-USP (2012). Professor associado da Universidade

Estadual de Londrina (UEL). Coordenador do Programa de Mestrado em Comunicação da UEL. Coordenador do Núcleo de Pesquisa em Comunicação Popular (NCP/CNPq). Tem como campo de pesquisa, principalmente, a Comunicação Popular e Comunitária e o Humor Gráfico, pesquisando temas como: comunicação contra-hegemônica, imprensa alternativa, imprensa sindical, história da mídia alternativa, mundo do trabalho, movimentos sociais, charge, cartum e história em quadrinhos.

E-mail: rmiani@uel.br

SUELEN DE AGUIAR SILVA - Psicanalista didata, doutora e mestre em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo, graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade Estácio de Sá (2005). Tem experiência em atendimento e criação publicitária, *webdesign*, produção e gestão de conteúdo para mídias digitais. Realiza assessoria em comunicação e marketing. Pesquisadora dos processos comunicacionais com foco na comunicação comunitária, alternativa, popular e mídia local. Integrante do Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária e Local (Comuni), vice-coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania da Intercom e secretária executiva da Associação Brasileira de Pesquisadores e Comunicadores em Comunicação Popular, Comunitária e Cidadã (ABPCom).

E-mail: susuaguiar@yahoo.com.br.

THAYS HELENA SILVA TEIXEIRA - Doutora em Estudos da Mídia pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia (PPgEM), da Universidade Federal do Rio Grande do

Norte (UFRN). Brasileira e latino-americana. Integra o Grupo de Pesquisa Pragmática da Comunicação e da Mídia (Pragma/UFRN/CNPq) e Red Amlat. Codiretora do projeto “Talleres de comunicación interna para el desarrollo profesional” pertencente ao programa de extensão “Integrando saberes para fortalecer la comunicación interna y externa en instituciones de salud”, da Universidad Nacional de La Pampa (UNLPam/Argentina). Jornalista e Mestre em Comunicação.

E-mail: thays.teixeira1@hotmail.com

VALMIR TEIXEIRA DE ARAÚJO - Doutor em Comunicação Social pela Universidade Metodista de São Paulo (Umesp), mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Tocantins (UFT), graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela UFT. Membro dos grupos de pesquisa Comuni – Núcleo de Estudos de Comunicação Comunitária (Umesp) e NEPJor – Núcleo de Pesquisa Jornalismo e Multimídia (UFT). Filiado na ABPN – Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, desenvolve projetos de pesquisa nas áreas da Comunicação, Questões Raciais e Desenvolvimento Regional. Atuou como jornalista e editor no Jornal do Tocantins, professor substituto na UFT e no Centro Universitário Atenas (Uniatenas).

E-mail: valmir.ptu@gmail.com.



Índice remissivo

Índice remissivo

- Anormalidade** - 464, 473
- Agricultura familiar** - 117, 118, 120, 122, 128
- Aguiar, Suelen** - 19, 22, 518, 568
- Alves, Luiz Roberto** - 23, 24, 45, 564
- Amazônia** - 403, 412, 413, 421, 423, 424,
- Ambiente colaborativo** - 489, 490, 494,
 a. comunicativos - 483
- Ampliação da Cidadania** - 227, 228,
- Análise Crítica do Discurso** - 28, 342, 344, 346,
- Apib** - 403, 422, 423, 424
- Araújo, Valmir Teixeira de** - 28, 317, 569
- Autopromoção** - 155
- Barbalho, Alexandre** - 21, 23, 29, 30, 225, 431, 434, 517, 542,
559
- Bastos, Pablo Nabarrete** - 19, 22, 23, 26, 223, 515, 566
- Brasil** - 24, 28, 29, 35, 38, 48, 50, 54, 55, 62, 82, 83, 84, 85, 91,
95, 96, 105, 106, 107, 111, 113, 118, 120, 122, 166, 167, 168,
169, 182, 183, 194, 206, 207, 212, 224, 229, 245, 246, 275, 279,
280, 282, 292, 296, 307, 308, 317, 318, 319, 320, 322, 323, 324,
325, 329, 331, 332, 333, 337, 343, 344, 352, 355, 358, 360, 361,
362, 363, 364, 368, 369, 371, 372, 373, 375, 378, 379, 388, 392,
393, 401, 402, 403, 406, 407, 410, 411, 412, 419, 420, 422, 470,
511, 518, 531, 539, 557, 562, 564, 565

- Camargo, Camila Acosta** - 35, 289, 558
- Capital** - 35, 49, 67, 82, 84, 106, 107, 116, 120, 126, 203, 204, 205, 208, 209, 210, 216, 231, 232, 233, 241, 245, 255, 257, 261, 263, 267, 268, 281, 282, 289, 290, 292, 293, 294, 295, 296, 298, 301, 305, 306, 307, 308, 414, 455, 465,
- Capitalismo** - 45, 199, 209, 210, 229, 255, 256, 293, 295, 296, 297, 302, 304, 305, 307, 407, 520,
- Causas** - 289, 292, 295, 299, 304, 331, 409, 518, 529
- Cidadanear** - 31, 32, 43 44, 45, 51, 61, 65, 68,
- Cidadania** - 17, 22, 27, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 53, 54, 55, 56, 58, 60, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 78, 102, 104, 105, 109, 111, 133, 134, 139, 143, 144, 145, 148, 149, 154, 155, 159, 162, 163, 173, 174, 182, 183, 184, 186, 187, 191, 192, 193, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 242, 243, 244, 245, 251, 283, 284, 293, 301, 315, 316, 317, 318, 319, 323, 324, 325, 326, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 383, 389, 390, 392, 394, 441, 446, 456, 475, 481, 484, 485, 489, 492, 493, 502, 505, 509, 539, 543, 546, 548, 550, 551, 552, 553,
- c. ampliada** - 222, 231, 232, 233, 245
- c. ativa e criativa** - 33, 34, 159, 191
- c. comunicativa** - 33, 34, 133, 134, 139, 141, 148, 155, 389, 475, 481, 484, 485, 489, 492, 493
- c. Negra** - 36, 315, 316, 317, 325, 330, 334, 335, 543
- Coiab** - 401, 421, 422
- Compartilhamento** - 121, 148, 151, 183, 282, 283, 477, 479, 481, 488, 493, 506
- Comum** - 35, 53, 127, 222, 232, 234, 240, 242, 243, 245, 269, 502, 504, 511, 523

Comunicação - 17, 18, 20, 21, 22, 27, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 43, 44, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 60, 62, 63, 65, 66, 71, 77, 84, 86, 91, 92, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 119, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 149, 151, 152, 153, 154, 155, 159, 160, 161, 163, 166, 167, 169, 178, 182, 186, 189, 191, 193, 199, 200, 202, 203, 212, 213, 215, 216, 217, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 263, 265, 266, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 281, 282, 289, 290, 292, 302, 316, 331, 332, 333, 334, 339, 340, 383, 389, 390, 391, 392, 393, 401, 402, 411, 412, 414, 416, 417, 418, 419, 422, 432, 455, 456, 457, 459, 460, 465, 471, 476, 477, 480, 481, 484, 485, 489, 493, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 508, 509, 510, 515, 516, 518, 519, 522, 529, 535, 536, 537, 538, 539, 542, 543, 545, 548, 549, 550, 551, 552, 553

c. alternativa - 383, 561

c. como diálogo - 123

c. comunitária - 20, 28, 32, 34, 38, 77, 78, 144, 149, 221, 223, 224, 225, 226, 230, 234, 240, 241, 243, 244, 245, 272, 274, 455, 456, 457, 502, 503, 506, 507, 515, 518, 543, 549, 559

c. e desenvolvimento - 104, 105, 108, 109

c. e Educação - 122, 146

c. horizontal - 127, 269

c. para a cidadania - 17, 22, 28, 30, 31, 34, 36, 37, 62, 102, 104, 105, 109, 159, 161, 221, 222, 224, 225, 233, 235, 242, 243, 244, 383, 389, 535, 552

c. para a mudança social - 102, 105, 110, 111, 225

c. popular - 18, 22, 32, 34, 101, 102, 103, 104, 110, 111, 112, 121, 125, 126, 127, 128, 199, 200, 202, 203, 212, 213, 215, 216, 217, 272, 331, 333, 392, 459, 460, 465, 471, 538, 539, 542, 543

c. comunitária, popular e alternativa - 28, 32, 34, 221, 223, 224, 230, 234, 240, 241, 243, 245

Comunidade - 22, 32, 37, 38, 44, 49, 57, 59, 77, 82, 84, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 102, 103, 116, 119, 124, 140, 151, 154, 163, 183, 185, 193, 211, 213, 228, 229, 262, 263, 305, 317, 429, 430, 431, 432, 433, 434, 435, 436, 437, 439, 440, 441, 442, 443, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 456, 457, 458, 459, 465, 493, 506, 507, 508, 514, 515, 529

c. do Afeto - 90, 92, 93, 94, 96

Conhecimento - 33, 46, 47, 48, 58, 62, 79, 81, 82, 85, 89, 90, 91, 96, 101, 103, 106, 107, 112, 117, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 136, 145, 146, 169, 184, 186, 200, 275, 282, 304, 383, 392, 394, 412, 415, 432, 441, 478, 482, 489, 493

Conservadorismo - 226, 459

Contra-hegemonia - 234, 235, 238, 239, 240, 243, 244, 245

Convergência midiática - 134

Cooperação - 83, 101, 103, 120, 121, 123, 126, 242, 295,

Coordenação de ações - 124, 127

COPAVI - 32, 103, 114, 116, 117, 118, 119, 121, 122

Declaração Universal do Direitos Humanos - 137

Democracia - 49, 55, 67, 109, 153, 191, 205, 235, 280, 303, 319, 323, 328, 329, 330, 334, 335, 360, 548, 549

Desenvolvimento participativo - 101, 120, 121, 126, 127,

Diálogo - 46, 61, 96, 123, 124, 127, 133, 148, 181, 243, 254, 290, 412, 445, 477, 483, 488, 491, 493, 545

Direito à Comunicação - 33, 133, 135, 138, 139, 142, 143, 153, 154, 332, 333, 383, 389, 393

Direitos civis - 205, 209, 221, 228, 233, 317, 318, 319, 320, 321, 323, 324, 325, 326, 327, 330

Dispositivos midiáticos - 478, 481, 482, 484, 485, 487, 490, 493

Disputa de hegemonias - 34, 200, 203, 204, 208, 215, 216

Educação - 17, 20, 32, 38, 47, 49, 50, 52, 54, 66, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 87, 88, 89, 96, 102, 122, 133, 137, 139, 145, 146, 155, 165, 182, 225, 240, 269, 284, 323, 324, 328, 330, 390, 420, 459, 475, 476, 477, 478, 479, 480, 481, 482, 484, 485, 486, 487, 489, 491, 492, 493, 512, 513

e. Permanente em saúde - 38, 475, 476, 479, 480, 485, 489, 491, 492

Engajamento - 35, 113, 126, 144, 149, 150, 222, 223, 230, 242, 243, 244, 245, 269, 298, 305, 306, 421

Escravidão - 170, 317, 318, 319, 320, 321, 322, 326, 329, 330, 331, 334

Estética - 38, 60, 84, 91, 168, 169, 174, 175, 173, 179, 180, 181, 182, 385, 455, 456, 460, 464, 465, 466, 467, 468, 469, 470, 471

Etnocomunicação - 414, 417

Experiência Sinestésica - 520

Feiura - 38, 455, 456, 460, 465, 466, 467, 470

Feminismos - 36, 37, 344, 383, 385, 386, 393

Filantropia - 35, 289, 293, 294, 296, 298, 299, 302, 306, 308

Fonseca, Lucas Milhomens - 37, 401

Fundações - 293, 294, 298, 303, 304, 306

Gabbay, Marcello Monteiro - 38, 223, 455, 460, 465

George Floyd - 36, 339, 344, 345, 352, 360, 363, 373, 376

Guená, Márcia - 36, 339

Hegemonia - 20, 21, 34, 35, 49, 80, 200, 221, 222, 223, 224, 226, 227, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 290, 296, 298, 514

h. popular - 34, 35, 221, 222, 224, 227, 233, 234, 235, 240, 241, 242, 243, 244, 245

História - 17, 28, 31, 32, 37, 39, 45, 47, 48, 60, 61, 69, 70, 71, 78, 79, 94, 95, 96, 160, 164, 167, 171, 172, 179, 181, 192, 205, 222, 254, 270, 271, 275, 277, 315, 331, 333, 340, 358, 365, 386, 390, 401, 404, 406, 410, 411, 432, 436, 438, 442, 444, 445, 461, 462, 464, 511, 535, 539

Ideologia - 21, 35, 231, 242, 245, 292, 296, 305, 319, 323, 519

Imprensa Negra - 36, 315, 316, 317, 331, 333, 334, 335, 340

Inclusão social - 33, 133, 141, 143, 187

Interação - 33, 122, 133, 141, 146, 147, 148, 150, 155, 160, 168, 169, 187, 190, 203, 213, 225, 253, 254, 258, 259, 262, 264, 265, 266, 267, 268, 300, 326, 402, 457, 492, 518, 520

Interdisciplinaridade - 493

Invisibilidade - 33, 65, 143, 159, 160, 161, 162, 185, 388, 391

Isegoria - 143

João Alberto Silveira Freitas - 339, 353, 373, 374

Jornal da Band - 348, 351, 358, 368, 374

j. da Cultura - 349, 352, 360, 371, 374, 375

j. da Record - 345, 346, 347, 350, 357, 367, 374

j. Nacional - 346, 347, 349, 354, 364, 374, 375

Lacerda, Juciano de Sousa - 29, 30, 31, 38, 475, 515, 548

Lahni, Cláudia - 29, 31, 36, 223, 383, 386, 388, 390, 538, 548

Lesbianidades - 36, 37, 383, 385

Lésbicas - 36, 37, 383, 384, 386, 388, 389, 390, 391, 392, 393, 394

Liberdade - 64, 119, 135, 136, 137, 138, 142, 154, 173, 187, 192, 205, 211, 227, 242, 257, 258, 317, 318, 320, 321, 326, 329, 330, 332, 389

l. de imprensa - 135, 136, 227, 320

l. de expressão - 135, 136, 137, 138, 142, 332

Lugar de fala - 430

Luta de classes - 202, 204, 209, 210, 212, 214, 217, 232, 405, 407

Lutas por cidadania - 34, 199, 200, 202, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 223, 546

Meios de comunicação - 20, 52, 106, 107, 108, 113, 124, 126, 136, 137, 138, 160, 167, 193, 225, 316, 331, 332, 333, 334, 389, 417, 485, 504, 549

Miani, Rozinaldo Antonio - 27, 30, 31, 34, 199, 203, 206, 207, 212, 223, 244, 510

Midiatização - 39, 84, 88, 146, 244, 284, 501, 502, 519

Movimentos sociais - 52, 28, 32, 33, 35, 52, 56, 81, 101, 102, 103, 104, 105, 111, 112, 114, 116, 127, 160, 168, 232, 243, 251, 252, 254, 258, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 279, 280, 281, 282, 284, 295, 301, 309, 317, 324, 333, 353, 405, 420, 422, 458, 509, 510, 515, 516, 518, 529, 549, 549, 551

Movimento - 37, 324, 329, 333, 358, 367, 386, 401, 402

m. feminista - 386

m. indígena brasileiro - 37, 401, 402

m. negro - 324, 329, 333, 358, 367

Muneiro, Lilian Carla - 38, 475

Música popular - 460, 465, 467

- Narrativa** - 173, 298, 306, 308, 430, 431
- Negritude** - 36, 315, 317, 323, 334
- Negro (a)** - 36, 115, 315, 316, 317, 318, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 333, 334, 335, 340, 341, 342, 344, 345, 346, 347, 348, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 356, 357, 358, 359, 360, 362, 363, 364, 365, 367, 368, 370, 374, 543
- Neoliberalismo** - 19, 20, 31, 50, 227, 289, 290, 292, 300, 302, 308
- Nova Ordem Mundial da Informação e Comunicação** - 108, 138
- Oliveira, Bruna Luyza Forte Lima** - 38, 429, 432
- ONGs** - 115, 121, 289, 291, 295, 296, 300, 309, 529, 542, 543, 550
- Opinião pública** - 19, 207, 226, 293, 294, 315, 356, 409
- Oralidade** - 430
- Paiva, Raquel** - 32, 77, 508, 515
- Participação** - 22, 28, 32, 33, 34, 52, 56, 57, 59, 61, 101, 102, 105, 109, 110, 111, 112, 117, 118, 119, 121, 123, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 145, 146, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 164, 173, 187, 188, 205, 213, 227, 229, 230, 240, 243, 258, 268, 269, 270, 273, 274, 275, 276, 280, 282, 290, 302, 303, 308, 309, 321, 322, 323, 331, 386, 409, 411, 418, 449, 479, 497, 502, 503, 505, 506, 510, 516, 521, 523, 529, 536, 537, 538, 559
- p. na comunicação** - 151
- p. social** - 33, 133, 134, 135, 139, 140, 142, 144, 146, 148, 150, 153, 154, 155, 290, 389, 331
- Paulo Freire** - 17, 32, 45, 46, 62, 63, 77, 78, 79, 83, 87, 88, 89, 93, 96, 97, 112, 123, 148, 243, 303

Peruzzo, Cicilia M. Krohling - 29, 30, 32, 33, 39, 101, 108, 112, 121, 125, 151, 225, 227, 242, 243, 268, 272, 273, 274, 275, 276, 278, 281, 324, 325, 331, 332, 333, 505, 516, 535, 539, 544, 547, 548, 552

Pesquisa-ação - 504, 511, 529

Pobreza - 43, 45, 50, 56, 119, 229, 297, 430, 469

Polo de Borborema - 32

Povos Indígenas - 37, 169, 170, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 416, 418, 419, 420, 421, 422, 427

Preto (a) - 17, 43, 177, 407

Privatização - 35, 289, 292, 296, 304

Processo comunicativo - 112, 134, 148, 519

Produção agroecológica - 119, 120, 126

Propriedade coletiva - 116, 117, 120, 121

Publicidade cidadã - 518

p. participativa - 518

p. popular - 518

p. sensorial - 39, 501, 502, 504, 505, 518, 520, 523, 531

p. social afirmativa - 509, 524, 529

p. social comunitária - 510, 529

p. social de causa - 510, 529

p. social de interesse público - 517, 529

p. social transversal - 511

p. social - 39, 244, 501, 502, 504, 505, 507, 509, 510, 511, 514, 515, 516, 517, 520, 524, 529

Questão social - 35, 289, 290, 292, 296, 297, 299, 304, 306, 308

Racionais MCs - 467

Racismo - 36, 325, 330, 334, 335, 339, 340, 341, 344, 345, 347, 349, 352, 353, 354, 356, 357, 359, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 370, 371, 372, 373, 377, 457, 458

r. estrutural - 340, 356, 371

Redes de Mobilização - 37, 402, 420, 422

Relações de Gênero - 37, 163, 164, 175, 181, 383, 385, 386, 390, 391, 392, 543

r. étnico-raciais - 315

Resistência epistemológica - 127

Revista Alternativa L - 383, 396, 398

Revista Brejeiras - 384, 393, 397, 399

Saldanha, Patrícia Gonçalves - 37, 223, 244, 501, 515, 517, 522

Santos, Céres - 36, 339

Sentidos de cidadania - 50, 317

Silva, Denise Teresinha da - 27, 30, 31, 33, 39, 159, 535, 536, 540, 547, 551

Sociedade civil - 39, 105, 140, 145, 153, 237, 268, 269, 280, 281, 290, 291, 297, 298, 300, 301, 303, 304, 306, 309, 333, 354, 363, 431, 501, 512, 513, 514, 515, 529, 552

Subalternidade - 294, 430

Subalternização - 429

Sustentabilidade - 141, 154, 155, 509, 510

Tática - 200, 212, 213, 214, 215, 226, 447

Teixeira, Thays Helena Silva - 38, 475

Terceiro setor - 35, 289, 290, 291, 292, 293, 296, 297, 299, 302, 305, 307, 308, 549, 550

Teun Van Dijk - 340, 342

Trabalho - 19, 28, 29, 35, 38, 46, 57, 70, 71, 78, 82, 83, 90, 102, 103, 111, 117, 119, 121, 123, 149, 154, 155, 171, 176, 184, 185, 189, 190, 191, 192, 226, 232, 233, 235, 258, 275, 278, 289, 290, 292, 293, 296, 297, 298, 301, 302, 305, 306, 307, 316, 323, 326, 327, 328, 343, 384, 385, 386, 388, 390, 392, 401, 405, 406, 408, 420, 422, 438, 440, 443, 465, 477, 478, 491, 501, 502, 506, 507, 509, 510, 513, 517, 537, 538, 539, 540, 543, 546

Violência - 162, 173, 175, 177, 180, 181, 186, 316, 326, 327, 330, 341, 342, 347, 348, 351, 352, 353, 354, 355, 357, 360, 361, 362, 363, 364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 376, 386, 388, 406, 430, 450

v. policial - 351, 353

Visibilidade - 33, 37, 113, 114, 127, 138, 142, 143, 153, 155, 159, 160, 161, 163, 169, 189, 191, 240, 264, 269, 276, 384, 388, 389, 392, 393, 408, 409, 417, 418, 419, 481, 485, 492, 514, 529

